66 CAPÍTULOS

IVO PATARRA

2ª edição

PETROLADRÕES

3 Anos da Operação Lava Jato



VIDE EDITORIAL

PETROLADRÕES

2ª edição

3 anos da Operação Lava Jato

Ivo Patarra



A investigação de uma fraude em Londrina (PR) trouxe indícios contra um grupo de doleiros. A suspeita voltou-se ao Posto da Torre, em Brasília. Além de comercializar combustíveis, o estabelecimento, a três quilômetros do Congresso Nacional, dispunha de casa de câmbio e lavanderia de roupas. Ali a Polícia Federal descobriu uma base de pagamento de propina. Nasceu a Operação Lava Jato.

O caso chegou à Petrobras. O esquema para roubar dinheiro público assumiu contornos inimagináveis. Sob a liderança do juiz federal Sérgio Moro, dezenas de procuradores e policiais federais desvendaram o saque à maior estatal brasileira. Bilhões de reais foram desviados em ações criminosas que envolveram políticos, empresários e agentes públicos inescrupulosos. Em conluio endossaram maracutaias, embolsaram dinheiro sujo e obtiveram lucros escorchantes.

Em três anos, a Operação Lava Jato desnudou uma realidade cruel. Um mundo em que vigoram depósitos em paraísos fiscais, empresas fantasmas, contratos fictícios, operações simuladas. Malas de dinheiro transportadas em jatinhos. Milhões em caixa dois distribuídos em hotéis, restaurantes e sedes de partido. Uma trama que contou com multinacionais e instituições financeiras de vários países. Todos prontos a ocultar a origem e o destino dos recursos surrupiados do povo.

O petrolão enriqueceu uma elite. Revelou-se o maior escândalo de corrupção de todos os tempos no Brasil.

A corrupção política vilipendia o País. Inviabiliza ensino decente, serviço digno de saúde, programas de infraestrutura. O dinheiro desviado por uns poucos mantém milhões de pessoas desassistidas.

SUMÁRIO

Capa
Folha de Rosto
Prólogo
Capítulo 1 | Caça ao tesouro
Capítulo 2 | Gatunos do Brasil, uni-vos
Capítulo 3 | Choque. o Brasil estremece
Capítulo 4 | Negócios furtivos: Pasadena
Capítulo 5 | Por dentro, pão bolorento
Capítulo 6 | Gênese de um doleiro talentoso
Capítulo 7 | Santo do pau ôco
Capítulo 8 | Apelido expressivo: Bocão
Capítulo 9 | Postos rendosos
Capítulo 10 | Mapas do butim
Capítulo 11 | De orgulho a pesadelo nacional
Capítulo 12 | O pratão da refinaria Abreu e Lima
Capítulo 13 | Tubos a mancheias
Capítulo 14 | Fome de dinheiro
Capítulo 15 | O cartel e as simulações
Capítulo 16 | Por fora, bela viola
Capítulo 17 | Jogo duro na hora do acerto
Capítulo 18 | Detenções espetaculares
Capítulo 19 | Depoimento explosivo
Capítulo 20 | Tubarões vorazes
Capítulo 21 | Fogo amigo
Capítulo 22 | Aditivos de terraplenagem

Capítulo 23 | Trovoada. O STF autoriza investigações
Capítulo 24 | Quadrilhas esmiuçadas
Capítulo 25 | Profissionais do crime
Capítulo 26 | Ninho de baratas
Capítulo 27 | BNDES, uma desonra
Capítulo 28 | Areia movediça
Capítulo 29 | Andanças do Brahma
Capítulo 30 | Desfile de modelos
Capítulo 31 | Tulipa e caneco no pixuleco
Capítulo 32 | Mãos que mexem cordéis
Capítulo 33 | Lenha na fogueira
Capítulo 34 | Águas profundas
Capítulo 35 | Movimentações atípicas
Capítulo 36 | Lucros escorchantes
Capítulo 37 | Lamaçal tóxico
Capítulo 38 | ‘Cleptocracia’ em marcha
Capítulo 39 | Eduardo Cunha, um ator desinibido
Capítulo 40 | No olho do furacão
Capítulo 41 | Cala-boca de 2 bilhões
Capítulo 42 | Ambiente cartelizado
Capítulo 43 | Na bacia das almas
Capítulo 44 | Chacoalhão na política
Capítulo 45 | Quantias de dar vertigem
Capítulo 46 | As burras da BR Distribuidora
Capítulo 47 | A pessoa mais honesta do Brasil
Capítulo 48 | O sem-sítio
Capítulo 49 | Acarajés e baianas de confiança

Capítulo 50 | Turbilhão de delações
Capítulo 51 | Acima de qualquer suspeita
Capítulo 52 | Gravações e insultos
Capítulo 53 | Poço de sujidades
Capítulo 54 | O fio que salva do labirinto
Capítulo 55 | Quadrilhão alcança Lula
Capítulo 56 | Delação explosiva
Capítulo 57 | Solução Temer
Capítulo 58 | Caminhos extralegais
Capítulo 59 | Esmeraldas, diamantes e turmalinas
Capítulo 60 | Relações institucionais
Capítulo 61 | Ressarcimento de R$ 6,9 bilhões
Capítulo 62 | Porco folgado
Capítulo 63 | Crime de embaraço
Capítulo 64 | Jantar indigesto
Capítulo 65 | Comandante máximo
Capítulo 66 | Futuro incerto
Créditos

1

CAÇA AO TESOURO

Durante os dois mandatos de Lula, cupins engordaram na Arca da Petrobras. Mas o mensalão abafou a crise

Várias suspeitas de corrupção envolvendo a Petrobras ocorreram durante os dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 e 2007 – 2010), mas ficaram obscurecidas pelo impacto do escândalo do mensalão, tido, à época, como o maior esquema de suborno político de todos os tempos no Brasil.

Na Era Lula, o acontecimento mais famoso relacionado à Petrobras foi o caso aparentemente isolado do jipe Land Rover, em 2005. Silvio Pereira, então secretário-geral do PT (Partido dos Trabalhadores, a legenda cujo expoente máximo era o próprio presidente Lula), sustentou em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, no Congresso Nacional, jamais ter ouvido falar em mensalão.

Silvinho, como era conhecido, acabaria fazendo um acordo com a Justiça para não ser preso. A cúpula do PT, porém, incluindo o poderoso ministro da Casa Civil, José Dirceu (SP), condenado como o principal operador do mensalão, terminou atrás das grades, no maior julgamento da história do Supremo Tribunal Federal.

Silvinho depôs à CPI em 19 de julho de 2005. Questionado, disse não se lembrar se viajou no avião de César Roberto Santos Oliveira, vice-presidente da GDK, empresa contratada pela Petrobras. Em suas palavras:

> — Eu mantinha contatos institucionais com César Oliveira, mas repito que não intermediei interesses da empresa.

Silvinho recusou-se a admitir que ganhou um jipe Land Rover da GDK.

> — Não falo sobre meu patrimônio, por orientação dos advogados.

O carro existia, e estava em nome de Silvinho. Um funcionário da GDK o adquirira. A empresa doara R$ 100 mil para a campanha de Lula em 2002 e, no ano seguinte, o primeiro do governo petista, faturou R$ 145 milhões em contratos com a Petrobras. Em 2004 abocanhou R$ 512 milhões, sendo que o maior contrato, no valor de US$ 88 milhões, previa a reforma da plataforma de extração de petróleo P-34. Em 2005, a GDK acertaria mais cinco contratos com a Petrobras, outros R$ 272 milhões.

Em relação à reforma da P-34, situada no campo de Jubarte (ES), o responsável pelo contrato, na Petrobras, era Renato Duque, diretor de Serviços da estatal. Ocupava o posto por indicação do então ministro José Dirceu. Na época, Duque não

passava de um ilustre desconhecido para a opinião pública, mas viria a ser, como veremos, um dos protagonistas do petrolão. Já o presidente da Petrobras, o petista José Sérgio Gabrielli, nomeado por Lula, foi acusado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) de dificultar os trabalhos de investigação. A GDK teria sido favorecida e superfaturado o contrato da P-34 em US$ 23 milhões.

Vale citar entrevista de Silvinho ao jornal Folha de S.Paulo, em 2 de outubro de 2005, após o secretário-geral assumir ter sido um dos operadores do mensalão. Ele envolveu dirigentes de seu partido em todo o País, mas tentou proteger o tesoureiro da legenda, Delúbio Soares, que também seria preso por determinação do STF. Declaração de Silvinho:

> — Os 27 Estados bateram à porta do Delúbio. Por que os Estados não assumem isso, pô? Todo mundo pegava no pé do Delúbio para arrumar recursos, todo mundo, todo mundo. Agora ele está lá, sozinho. As pessoas não perguntavam: "Bom, de onde vem esse dinheiro?"

Em 2006 Silvinho voltou a conceder entrevista, desta vez ao jornal O Globo, em 7 de maio. Abordou a origem do dinheiro do mensalão. Foi revelador:

> — Empresas. Muitas. Não vou falar nomes. As empresas entre si fraudam as coisas. Às vezes o governo não persegue, e é só isso. Elas se associam em consórcios, combinam como vencer.

Silvinho foi formalmente desligado do PT em julho de 2005, mas o partido continuou a pagar o advogado responsável por sua defesa na Justiça, da mesma forma como custeou o defensor de Delúbio Soares que, após ser formalmente expulso da legenda, iria regressar ao PT algum tempo depois.

Entre 2007 e 2009, a Petrobras voltaria a contratar GDK, cuja sede ficava em Salvador. 19 vezes. Total dos contratos: R$ 584 milhões.

Em 2010, último ano da Era Lula, a Polícia Federal acusou a GDK, Camargo Corrêa e outras construtoras de cometerem fraude, o que provocou um rombo de R$ 1,4 bilhão na Petrobras. Conforme a investigação, o cartel manobrou editais, impôs sobrepreços, burlou competições nos certames licitatórios e decidiu entre "concorrentes" quanto custaria e com quem ficariam as seguintes obras: Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (SP), Unidade de Coque da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR), Refinaria Abreu e Lima (PE), Refinaria do Vale do Paraíba (SP) e Unidade Termelétrica de Cubatão (SP).

Observa-se que, muito antes de a sociedade brasileira tomar amplo conhecimento e se assombrar com os crimes na Petrobras revelados a partir de 2014, já havia sinais robustos de que a maior empresa nacional, dona de cerca de 90% dos investimentos das estatais brasileiras, estava a serviço de um projeto político-eleitoral. Nesse sentido, tinha sido como que privatizada.

Transações matreiras

Outro indício da lambança na Petrobras, ainda na gestão Lula, foi a compra da Usina de Biodiesel de Marialva, situada no Paraná. O TCU determinaria a abertura de auditoria para apurar a aquisição, apelidada de "mini-Pasadena" pelo relator do processo, ministro José Jorge, numa alusão ao megaescândalo da compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, cinco anos depois.

Em 2009, a Petrobras comprara 50% da planta de Marialva por R$ 55 milhões, embora um grupo privado a tivesse adquirido por R$ 37 milhões dois meses antes. Importante deixar claro que, como no caso da Refinaria de Pasadena, à época de Marialva a ministra Dilma Rousseff (PT-RS), sucessora de José Dirceu na Casa Civil, também acumulava o cargo de presidente do Conselho de Administração da Petrobras.

Situação parecida ocorrera em 2008 com outra aquisição da Petrobras, a da Refinaria de Nansei, em Okinawa, no Japão. Nansei dava prejuízo aos japoneses e teria de ser adaptada para refinar o petróleo brasileiro, mais pesado. Além disso, precisava dobrar a produção para 100 mil barris por dia. Só assim seria lucrativa. Constou que informações importantes não chegaram ao Conselho de Administração da Petrobras, entre elas as restrições ambientais que impediriam a ampliação da refinaria. Ou seja, uma operação desastrosa.

Como supostamente procedera no caso de Pasadena, em 2006, o diretor da área Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, homem de confiança do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), não teria informado, em 2007, os detalhes que cercavam o negócio em Okinawa. Nota: além de José Sérgio Gabrielli na Presidência da Petrobras e de Dilma Rousseff na Presidência do Conselho de Administração da empresa, ocupava a diretoria da estatal Maria das Graças Foster, responsável pela área de Gás e Energia e futura presidente da Petrobras.

A transação: a Petrobras comprou 87,5% da Refinaria de Nansei, incluindo seus estoques, por US$ 331 milhões, mas não pôde fazer os investimentos que a tornariam lucrativa. Nos anos seguintes, aplicaria mais de US$ 110 milhões no mico, contando a aquisição dos 12,5% restantes, para tentar vender tudo, sem sucesso, em 2013. No linguajar técnico, a planta de Okinawa tornou-se um ativo não estratégico.

Em outro caso, o Ministério Público pediu para o TCU investigar um acerto feito entre a Petrobras e a Bolívia em 2009. Como se sabe, Lula e o presidente boliviano, Evo Morales, eram aliados. José Sérgio Gabrielli (PT-BA) autorizou um pagamento extra de R$ 434 milhões pelo gás boliviano importado pelo Brasil. Suspeitava-se de que a "indenização", como foi justificada, seria lesiva à Petrobras.

O Gasoduto Urucu-Manaus é outro feito da gestão Lula. O TCU investigou, em 2007 e 2008, dezenas de contratos do projeto de 400 quilômetros para abastecer a capital do Amazonas com gás da região de Urucu. Identificou 26 irregularidades nas obras sob responsabilidade de Renato Duque.

O aluguel de uma simples ambulância para as obras do gasoduto, relatou o

repórter Dimmi Amora, da Folha de S.Paulo, saiu por inacreditáveis R$ 800 mil. O gasoduto, orçado inicialmente em R$ 1,2 bilhão pela Petrobras, foi inaugurado por Lula, no ano eleitoral de 2010, após três anos de atrasos, por R$ 4,5 bilhões. Um escândalo.

Entre as irregularidades apontadas, pagamentos por serviços não realizados, materiais quitados e não entregues. Auditores indicaram o uso de empresas fantasmas e indícios de falsificação de documentos pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, parceira na obra, para justificar dispensas de licitação. Detalhe: o governador amazonense da época, Eduardo Braga (PMDB), seria ministro de Minas e Energia no segundo mandato de Dilma Rousseff como presidente da República.

No início de 2010, Lula vetou parte da lei orçamentária e autorizou gastos de R$ 13,1 bilhões em quatro obras da Petrobras com irregularidades graves identificadas pelo TCU. Além de sobrepreço, os técnicos descobriram medições inadequadas, falta de detalhamento em orçamentos, projetos básicos deficientes, restrições à competitividade, adiantamento de pagamentos e obstrução à fiscalização dos auditores.

As obras que deveriam ser paralisadas, conforme o TCU: Refinaria Abreu e Lima, Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Refinaria Presidente Getúlio Vargas e Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Barra do Riacho, no Espírito Santo.

No caso de Abreu e Lima, o TCU apontou indícios de superfaturamento de R$ 96 milhões e sobrepreço de R$ 121 milhões em serviços de terraplenagem. No final do governo Lula, os técnicos concluíam que Abreu e Lima, prevista para custar US$ 2,3 bilhões, sairia por US$ 15,6 bilhões. Não parou aí. No final de 2014, ao término da primeira gestão de Dilma Rousseff, ultrapassava os US$ 20 bilhões.

O relatório do TCU de 2010 citou 34 vezes a expressão “obstrução à fiscalização” ao se referir a Abreu e Lima. Do documento: “No caso presente, a obstrução à fiscalização do TCU configura-se pelo não encaminhamento de informações essenciais para a formação de opinião a respeito da regularidade das estimativas de custos, assim como dos orçamentos contratados”.

Em março de 2010, Lula levou sua candidata Dilma Rousseff para vistoriar as obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, localizada em Araucária (PR). Aproveitou para atacar o TCU:

> — Se tem que fazer investigação, que façam, se tem que apurar, que apurem, mas não vamos fazer com que um trabalhador, um brasileiro que está levando o pão para sua casa, fique desempregado porque alguém está desconfiando de alguma coisa.

Tradução: se houve desvios e corrupção, é um mal menor.

As coisas continuariam do jeito que estavam. O relatório do TCU, o tempo revelaria, era apenas a ponta do iceberg. Nos três primeiros anos do governo Dilma

Rousseff, a Petrobras assinaria R$ 90 bilhões em contratos sem licitação.

Bons serviçais

Esta introdução exige citar o engenheiro Paulo Roberto Costa, o Paulinho, como carinhosamente era chamado por Lula. Funcionário de carreira da Petrobras, ocupou o poderoso cargo de diretor de Abastecimento no início da administração do PT por influência de outro partido da base aliada engendrada por Lula, o PP (Partido Progressista). Paulinho foi longe porque também teve a sensibilidade de prestar bons serviços ao PT e ao PMDB, que compartilhavam o butim. Preso no rastro das investigações da Operação Lava Jato em 2014, ele se tornaria um delator importante a desvendar os caminhos do petrolão.

Um exemplo de como funcionou a dupla Lula-Dilma ocorreu em 2008, quando ela ainda era ministra da Casa Civil. Dois contratos foram assinados entre a Petrobras e a Capacità Eventos, no valor de R$ 538 mil. Ibanês César Cássel, um dos donos da empresa contemplada, tinha laços pregressos com a então ministra, que o nomeara pela primeira vez para posição pública quando ainda ocupava o cargo de secretária de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul, antes do governo Lula.

O ponto é que desde 2005 Cássel era diretor da Empresa de Pesquisa Energética, ligada ao Ministério de Minas e Energia, nomeado a convite de Dilma Rousseff. Mesmo assim a Capacità foi contratada para fazer a festa de inauguração da plataforma P-53, na cidade de Rio Grande (RS).

Eleita presidente da República, Dilma Rousseff concordou com o pedido de Lula para manter José Sérgio Gabrielli na Presidência da Petrobras. O plano era levá-lo em momento oportuno a ocupar cargo importante no Governo da Bahia, e então lançá-lo para ser o candidato à sucessão do governador baiano Jaques Wagner (PT). A articulação não vingaria em decorrência do petrolão. De qualquer forma, a estratégia de Lula manteve no banco de reservas Maria das Graças Foster, a preferida de Dilma Rousseff para tomar conta da Petrobras.

Semelhante à amiga Dilma, Graça Foster, diretora de Gás e Energia da Petrobras, confundia público e privado. Empresa do marido dela, o senhor Colin Vaughan Foster, assinara 42 contratos com a Petrobras, sendo 20 sem licitação. E faturou nos últimos três anos do governo Lula R$ 614 mil, supostamente fornecendo componentes eletrônicos para áreas de exploração e produção da estatal.

Aqui, parênteses para informar que o Ministério Público de São Paulo, no apagar das luzes do governo Lula, no final de 2010, denunciou três funcionários do gabinete do presidente da Petrobras, sete delegados de polícia e uma agente policial por violação do sigilo de fichas criminais de mais de 400 mil pessoas, no período de 2000 a 2009. Um espanto.

A finalidade, acredite o leitor, era impedir que gatunos fossem contratados ou prestassem serviços para a Petrobras, como também demitir os malfeitores que já

estavam dentro da empresa. No País da piada pronta, o óbvio: foram à cata de milhares de pequenos batedores de carteira e deixaram à vontade uns poucos petroladrões. Só para concluir, a política da estatal era recompensar os serviços prestados pelos policiais com viagens de avião, cestas de Natal e brindes diversos, como materiais de escritório.

Em 28 de outubro de 2010, a três dias da eleição que levaria Dilma Rousseff à Presidência da República, Lula cumpriu seu 67º compromisso público propagandeando a Petrobras no período referente aos quatro anos de seu segundo mandato. Pegou um helicóptero e foi ao campo de Tupi, na Bacia de Santos, a 300 quilômetros da costa, para, oficialmente, dar início à exploração comercial do pré-sal.

Lula pôs a mão no petróleo e o cheirou, como mostra a caricatura de Alvaro Gamba que ilustra a capa deste livro, baseada em fotografia de Wilton Júnior, da Agência Estado. Do discurso do presidente na ocasião:

> — Quando a gente quiser ter orgulho de alguma coisa neste País, a gente lembra da Petrobras, de seus engenheiros, de seus geólogos, do pessoal que é a razão maior do orgulho. Mais do que o carnaval, do que o futebol. A Petrobras é a certeza e a convicção de que este País será uma grande nação.

Nas páginas deste livro, o dia a dia do petrolão. As sucessivas etapas da investigação. As descobertas. Os seus desdobramentos. A evolução do escândalo que estarreceu o País. O saque à Petrobras.



2

GATUNOS DO BRASIL, UNI-VOS

O governo mexe-se para impedir o megaescândalo do petrolão

Ao manter os mesmos dirigentes do governo Lula no comando da Petrobras, a presidente Dilma Rousseff desperdiçou a oportunidade de, logo no início de sua administração, controlar a estatal e acabar com a roubalheira. Ainda antes da Lava Jato e da descoberta do petrolão, sucessivos "pequenos" escândalos já punham às claras os delitos e a politização gerencial da principal empresa brasileira.

O repórter Leandro Colon, do jornal O Estado de S. Paulo, ao investigar o contrato da Manchester Serviços, escancarou a suspeita de fraude na licitação de R$ 300 milhões na área de consultorias, gestão empresarial e fornecimento de mão de obra terceirizada. Para conhecimento: o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), um ex-ministro das Comunicações do presidente Lula, era dono de 50% da Manchester.

Em conluio com a Petrobras, a empresa teria recebido informações privilegiadas, com antecedência, para vencer uma licitação. De posse dos nomes dos outros concorrentes que disputavam o certame, propôs a eles uma negociata. Conforme a denúncia, emissários da Manchester, usando o nome de Eunício Oliveira, ofereciam até R$ 6 milhões, em dinheiro vivo, em troca de "cobertura" na licitação. As empresas apresentariam propostas com valores mais altos e a Manchester se sagraria vencedora.

O problema foi a Seebla Engenharia, que recusou a oferta e decidiu disputar a licitação para valer. A Manchester propunha que as "derrotadas" seriam vencedoras em "disputas" futuras e o processo de rateio para os próximos contratos prosseguiria, sempre com valores superfaturados. Além de inviabilizar o cartel, o que é raro, a Seebla decidiu denunciar a trama. A história foi parar no jornal.

Soube-se que a Manchester sugeria às "adversárias" pedirem mais de R$ 390 milhões para prestar os serviços, possibilitando a ela vencer a licitação com a oferta de R$ 380 milhões. Sem o acerto, a empresa do senador, para não correr riscos, propôs R$ 299 milhões. O dia da abertura das propostas, em 31 de março de 2011, revelou que a Seebla pedira R$ 235 milhões.

Nota ao leitor: a licitação se deu em âmbito da Diretoria de Serviços da Petrobras, sob o comando de Renato Duque. Resultado: arrumaram um jeito de desclassificar a Seebla. Consideraram inexequível a sua proposta, R$ 64 milhões inferior, e deram o contrato à Manchester.

No primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014) estourou o caso da parceria entre a Petrobras e a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o braço sindical do

PT. A organização recebeu R$ 26 milhões para alfabetizar 200 mil pessoas. O TCU considerou não haver provas de que aplicaram de fato o dinheiro da Petrobras.

A falta de transparência deu a tônica aos procedimentos da Petrobras com gastos em publicidade. A estatal dispunha do maior orçamento nacional para o setor, mas teimou em não divulgar, em 2011, o nome das empresas de comunicação beneficiadas com R$ 375 milhões.

O início dos anos Dilma Rousseff foi marcado por disputa ferrenha na Petrobras pela Diretoria de Abastecimento, comandada por Paulo Roberto Costa. O então ministro das Cidades, Mário Negromonte (PP-BA), chegou a dizer que a briga poderia terminar em sangue. Ele se via como eventual vítima da contenda, pois seus correligionários, com interesses escusos, segundo ele, consideravam que comandar obras em refinarias era mais atrativo – de fato, havia mais dinheiro para ser movimentado na Petrobras do que sob a caneta do ministro das Cidades. Negromonte acabaria fora do governo, envolvido em outro tipo de irregularidade, e seria investigado por graves desvios na Petrobras.

Naquele momento, temendo possível degola, Paulo Roberto Costa, que já dispunha de canal com Lula, estreitou laços com o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), e o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP). Ganharia fôlego para ficar mais algum tempo. Só perdeu o emprego com a chegada de Maria das Graças Foster (PT-RJ) ao comando da Petrobras. Após nove anos, em abril de 2012, viu-se obrigado a deixar a estatal. Foi defenestrado da mesma forma que Renato Duque.

A justificativa para a demissão de Paulinho foi a notícia de que Dilma Rousseff andava insatisfeita com atrasos nas obras da Refinaria Abreu e Lima, falha atribuída à Diretoria de Abastecimento. A desculpa divulgada, no entanto, foram atrasos nas obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e da Refinaria Duque de Caxias, também no Rio. Ambas tocadas pela empreiteira Delta, cuja má-fama vinha do envolvimento com o esquema do empresário de jogo Carlinhos Cachoeira, bode expiatório das mazelas da época.

Outro que caiu em desgraça no governo Dilma Rousseff: Antonio Palocci (PT-SP). Metido em escândalo após a descoberta de que seu patrimônio se multiplicara 20 vezes, graças à sua empresa de consultoria econômico-financeira, deixou o Ministério da Casa Civil em 2011. Perdeu também a boquinha no Conselho de Administração da Petrobras – participava de uma reunião por mês (remuneração mensal de R$ 6.670,00). Uma das clientes do consultor Palocci, a construtora WTorre, mantinha negócios com a Petrobras. Difícil demonstrar que a consultoria não era vantagem indevida.

Chineladas em baratas

Àquela altura, Dilma Rousseff adotara a política do chinelo. Ficava bem com a imprensa. Se a barata saísse do ralo, isto é, se os malfeitos – palavra que adotara para

minimizar gatunagens – viessem à luz como escândalos, publicados nos jornais, chinelada nela. Ministros caíram, vários, mas o desenrolar do petrolão bem mostraria que a presidente da República não se preocupou em jogar inseticida no ralo. Quem sobreviveria?

Também deixou o Conselho de Administração da Petrobras, em abril de 2011, o engenheiro Silas Rondeau. Era o mesmo aliado do senador José Sarney (PMDB-AP) forçado a sair do Ministério de Minas e Energia em 2007, quatro anos antes, em mais um escândalo de corrupção da Era Lula. Rondeau afastara-se do cargo que lhe dava visibilidade, mas, dentro do ralo, segurou a sinecura no Conselho de Administração da Petrobras.

Seu problema foi o aperto da Polícia Federal e do Ministério Público Federal que, desde o início do governo Dilma Rousseff, apontavam um suposto tráfico de influência de Silas Rondeau em estatais da área de energia, incluindo a Petrobras. Ele teria envolvimento com negócios de Fernando Sarney, filho do senador e alvo da investigação.

Conforme o apurado, Silas Rondeau seria sócio oculto de escritórios de consultoria. Deixou o Ministério de Minas e Energia em 2007, acusado de receber R$ 100 mil de propina para favorecer empresas privadas em obras federais. Apesar de denunciado no ano seguinte por corrupção e formação de quadrilha, só em 2011 o governo do PT achou melhor tirá-lo do Conselho de Administração da Petrobras.

Outro caso que fez o Brasil parecer a casa da mãe joana foram os contratos de R$ 732 milhões firmados entre a Petrobras e empresas ligadas a funcionários ou a seus parentes. Em abril de 2013, já no terceiro ano da gestão Dilma Rousseff, o TCU aprovou relatório apontando as práticas.

Segundo a denúncia, entre 2009 e 2011, 19 funcionários comissionados na Petrobras, todos com cargos de indicação política, tinham parentes sócios ou administradores em 25 empresas ou entidades contratadas pela estatal. Valor total dos 81 contratos firmados: R$ 712 milhões.

O TCU também analisou 31 contratos que somavam R$ 20 milhões, e encontrou 20 funcionários da Petrobras como sócios, com ao menos 10% das ações das empresas fornecedoras agraciadas pela estatal.

Ainda candidata a presidente da República, em maio de 2010, Dilma Rousseff e Lula prestigiaram a cerimônia de lançamento ao mar do navio petroleiro João Candido. A nova embarcação marcava um novo ciclo da indústria naval brasileira, como frisou em discurso o então presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA).

Na festa em Ipojuca (PE), onde se localizava o estaleiro, Lula e Dilma abraçaram operários, distribuíram autógrafos, pousaram para fotografias ao lado da embarcação. Afinal, era o primeiro de 22 petroleiros que seriam fabricados em território nacional para ganhar os sete mares.

Longe das imagens de televisão, porém, o petroleiro não deixou o estaleiro. Um ano após o lançamento, o João Candido não transportara um litro de petróleo sequer. Continuava em obras. A responsabilidade pelo contrato era da Transpetro, uma subsidiária da Petrobras, cujo presidente vinha ser o ex-senador Sérgio Machado, homem de confiança do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Machado, mantido no cargo por 11 anos, só caiu em 2014, marcado pelo petrolão.

Maléficas traficâncias

Em 2009 criou-se um arremedo de Comissão Parlamentar de Inquérito para, supostamente, investigar traficâncias na Petrobras. Serviu mesmo para que o ex-presidente Fernando Collor (PTB-AL), um velho inimigo do PT e representante do PTB na CPI, renovasse sua aliança com a administração petista. Após reunir-se com Lula, teria indicado três diretores para a BR Distribuidora, outra subsidiária da Petrobras. O governo Dilma Rousseff manteve-os nos cargos.

Como revelou a revista Época, Dilma Rousseff presenciou a reunião da BR Distribuidora em que o Conselho de Administração da Petrobras ratificou os três homens de Fernando Collor. Uma outra diretoria da subsidiária estava nas mãos de um grupo de deputados federais do PT, formado por Cândido Vaccarezza (SP), José Mentor (SP), Jilmar Tatto (SP), Vander Loubet (MS) e André Vargas (PR). Os nomes voltarão a ser mencionados à frente.

Em mais uma patacoada anterior à Operação Lava Jato, em junho de 2011, a Petrobras comprou por R$ 430 milhões uma distribuidora de gás do interior de São Paulo, chamada GBD (Gás Brasileiro Distribuidora). Pertencia à empresa italiana ENI.

O problema não se limitou ao valor da GBD, estimado em R$ 295 milhões por uma consultoria contratada pela própria Petrobras. O plano era construir um gasoduto de 300 quilômetros de Ribeirão Preto (SP) até a região do Triângulo Mineiro, para abastecer uma fábrica nova de fertilizantes em Uberaba (MG). Cotou-se o gasoduto em R$ 500 milhões.

Não deu certo. A Petrobras comprou a GBD sem levar em conta que, conforme regras da ANP (Agência Nacional do Petróleo), não poderia fazer um gasoduto que cruzasse a divisa dos Estados. Implicaria licenças inalcançáveis para construir um novo duto e novas licitações.

Com a complicação, a Petrobras agasalhou o mico da GBD no colo e partiu para uma solução ainda mais onerosa. Um gasoduto de US$ 1,8 bilhão, de 500 quilômetros, entre Betim (MG) e Uberaba.

Parece difícil de acreditar. Além do mal dos desvios, da incompetência e das demais traficâncias, a injeção milionária de dinheiro da Petrobras complicou a situação da população em numerosos rincões do Brasil. Um exemplo é a desorganização propiciada pela estatal em Coari (AM).

Com as reservas de petróleo descobertas no município amazonense vieram

projetos e *royalties*. De 2005 a 2011 a cidade arrecadou mais de R$ 300 milhões com a exploração de óleo e gás em seu território. Com o tempo a Petrobras deixou de financiar programas sociais, sem contar as investigações sobre prefeitos acusados de embolsar dinheiro dos *royalties*. A consequência foi desemprego e aumento da criminalidade, apesar da "riqueza" propiciada pelo gasoduto Urucu-Manaus.

Do jurista Hélio Bicudo a este repórter, em março de 2015:

> — Sempre tive a convicção de que Lula seria a pessoa indicada para dirigir o Brasil. Quando eu o conheci, ele vivia numa casa com menos de 30 metros quadrados. Não tinha nada. Hoje as informações dão conta de que se tornou, com os filhos, um homem rico. Muito rico. A verdade é que salário de presidente da República não enriquece ninguém. O que aconteceu foi uma grande decepção. Em vez de cuidar da Fazenda nacional, Lula tratou de cuidar da própria fazenda. A prioridade acabou sendo desfrutar do governo, e não a de governar. Lula estava interessado na carreira política, não no Brasil.



3

CHOQUE. O BRASIL ESTREMECE

A Polícia Federal denuncia movimentação bilionária e deflagra a Operação Lava Jato

Março de 2014, dia 17. Nada menos que 400 policiais federais foram mobilizados em diversas ações deflagradas em 17 cidades de seis Estados e do Distrito Federal, para prender 24 pessoas acusadas de fazer parte de um esquema de desvios, fraudes financeiras e lavagem de dinheiro. Estimava-se que a organização criminosa teria movimentado cerca de R$ 10 bilhões, apenas entre 2009 e 2013. Entre os prisioneiros da Operação Lava Jato estava o doleiro Alberto Youssef. Preso com sete telefones celulares em São Luís (MA). Em uma de suas empresas, em São Paulo, os agentes apreenderam outros 27 celulares.

Velho conhecido da polícia, Youssef, o Primo, vinha sendo investigado pelos federais por ter "presenteado" o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto da Costa, um ano antes, com um automóvel Range Rover Evoque, avaliado em R$ 250 mil.

Dois dias antes da operação, a doleira Nelma Mitsue Kodama, ex-namorada de Youssef, foi presa no Aeroporto Internacional de São Paulo. Tentava fugir para a Itália. Tinha 200 mil euros na calcinha, conforme a Polícia Federal.

A investigação apurou que, antes da fuga desastrada, Nelma chegou a propor a Youssef que ambos partissem juntos do Campo de Marte, em São Paulo, usando um helicóptero modelo Agusta. Os dois desconfiavam de que algo poderia acontecer. Do diálogo interceptado:

> — Se quiser, temos um Agusta no Marte à nossa disposição, ok? Tá na mão.

Entre os prisioneiros da Lava Jato, outro nome conhecido era o de Enivaldo Quadrado, condenado a três anos e seis meses de prisão por envolvimento no escândalo do mensalão. Cumpria pena alternativa. Antes daquele histórico 17 de março acabar, os federais apreenderiam 25 veículos, dinheiro, joias e obras de arte num total estimado em R$ 5 milhões.

Nas semanas seguintes, as apreensões seriam maiores. De Youssef a PF confiscou, entre objetos valiosos, joias e uma coleção de 11 relógios da marca suíça Rolex, sendo um deles com pedras preciosas. Na casa de Nelma Mitsue Kodama havia 16 obras de arte, incluindo um quadro original de Di Cavalcanti, avaliado em US$ 3 milhões, e um veículo Porsche Cayman, de R$ 225 mil, registrado em nome de um "laranja".

Os federais interditaram helicóptero, avião a jato, imóveis em Miami e farta quantia de dinheiro em espécie, na forma de dólares, euros e reais. Paulo Roberto Costa, por exemplo, perderia uma lancha de R$ 2 milhões e um terreno em Mangaratiba (RJ). Durante as investigações, devolveria R$ 70 milhões, sendo US$ 23 milhões em depósitos na Suíça.

Os presos foram levados à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. O delegado Márcio Anselmo, coordenador da operação, falou à imprensa:

> — Um dos objetivos era cortar o fluxo financeiro feito pelos doleiros, que incluía, entre as atividades ilícitas, o comércio ilegal de diamantes.

Além de Youssef e Nelma, a carceragem da PF recolheu os doleiros Raul Srour e Carlos Habib Chater.

As atividades de Carlos Habib Chater inspiraram o nome da Lava Jato. Foi apontado como o dono do posto de combustíveis conhecido como Posto da Torre, nas proximidades da famosa Torre de TV de Brasília, a cerca de três quilômetros do Congresso Nacional. O estabelecimento oferecia a casa de câmbio ValoTur e, entre outras lojas, uma lavanderia de roupas.

A PF acusou Chater de, ao lado de Youssef, lavar dinheiro sujo e, do Posto da Torre, comandar "organização criminosa destinada a fazer operar instituição financeira sem autorização legal, efetuando operações de câmbio não autorizadas para promover a evasão de divisas do País".

A investigação apurou que o local era usado por políticos que recebiam dinheiro de propina. Em depoimento, Youssef confirmaria que Chater era intermediário da entrega de propina a agentes públicos e políticos envolvidos no petrolão.

A Lava Jato não teria alcançado resultados tão expressivos se não fosse o juiz federal Sérgio Moro, do Paraná. Ele ficou conhecido em 2003, no caso das remessas ilegais de cerca de US$ 30 bilhões do escândalo do Banestado. No ano seguinte, participou da Operação Farol da Colina, que terminou com a prisão de 63 doleiros.

Uma amostra do trabalho do juiz destemido se deu durante a tomada de um dos depoimentos. No diálogo, Sérgio Moro pressionou Youssef sobre a origem do dinheiro do petrolão. O doleiro respondeu:

> — Comissionamento de empreiteiras.
>
> — Decorrente de contratos com a administração pública, em geral propina?
>
> — Sim senhor, excelência.

Desde 2008 a PF recebia denúncias, a princípio anônimas, sobre as andanças do doleiro Youssef e de seu relacionamento com políticos. Na época, ele era parceiro do deputado federal José Janene (PP-PR), mencionado no caso do mensalão. O parlamentar foi acusado de receber R$ 4,1 milhões do esquema do publicitário Marcos Valério de Souza, condenado a 37 anos de prisão pelo Supremo Tribunal

Federal.

O caso ganhou novo impulso quando Enivaldo Quadrado, apontado como operador de José Janene, recebeu voz de prisão no Aeroporto Internacional de São Paulo. Levava 361 mil euros nos bolsos e na cueca. Dinheiro do esquema de Janene (morto em 2010).

Empresa controlada por Youssef e Janene, a CSA Project Finance já fora denunciada por lavar R$ 1,1 milhão do mensalão. Com a Lava Jato, os federais encontraram nos computadores de Youssef um contrato de confidencialidade entre a CSA e a BR Distribuidora. A CSA continuava na ativa, portanto, agora envolvida, entre outras coisas, no projeto de construção da Usina Termelétrica Suape II, situada ao lado da Refinaria Abreu e Lima. Por intermédio da CSA, Youssef e Janene se associaram a Paulo Roberto Costa e expandiram os negócios para dentro da Petrobras.

Youssef e Chater também foram acusados de financiar o tráfico de drogas. Segundo a polícia, os dois mantinham ligações com traficantes.

Currículos cabeludos

Três dias após deflagrar a Lava Jato, a Polícia Federal prendeu Paulo Roberto Costa, acusando-o de destruir provas e ocultar documentos. Os federais o consideravam o "braço" de Youssef. A prisão pôs Brasília em alerta. Afinal, tratava-se de Paulinho, homem forte da Petrobras nos dois governos do presidente Lula, durante a gestão de José Sérgio Gabrielli (PT-BA) no comando da estatal. Controlava o orçamento bilionário da Diretoria de Abastecimento. Dava as cartas em 15 refinarias, além das duas em construção, ambas com indícios de irregularidades: Abreu e Lima e Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj.

Seu prestígio era tal, que Gabrielli o escolheu para substituí-lo na Presidência da Petrobras por 24 vezes. Era prerrogativa do presidente da estatal decidir quem ficava em seu lugar durante as ausências. Na esfera política, os influentes senadores José Sarney (PMDB-AP) e Renan Calheiros (PMDB-AL) o adotaram. Ao lado do então diretor Internacional, Nestor Cerveró, participou da elaboração do fatídico "resumo técnico" que levou o Conselho de Administração da Petrobras, presidido por Dilma Rousseff, a comprar a Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

De 1999 a 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Paulinho dirigira a Petrobras Gás. Antes de dar o salto e assumir a Diretoria de Abastecimento em 2004, ocupara o cargo de diretor-superintendente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil.

Em sua residência, no Rio de Janeiro, a PF apreendeu dinheiro vivo no montante de US$ 181 mil, R$ 751 mil e mais 10 mil euros. No mesmo endereço encontrou o Range Rover que "ganhara" de Youssef – na verdade pagamento por serviços prestados ao esquema corrupto em Abreu e Lima.

Em 15 de abril de 2014, a PF indiciou 46 pessoas sob investigação. Entre elas,

Paulinho e Youssef. Denunciados por formação de quadrilha, crimes contra o sistema financeiro, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

Para os federais, mesmo desligado da Petrobras no começo de 2012, Paulinho exercia tráfico de influência e procurava garantir contratos milionários de consultoria. A PF rastreou duas empresas dele: a consultoria Costa Global e a fabricante de refinarias pré-moldadas REF Brasil.

Em outra ação penal, de 25 de abril de 2014, Paulinho tornou-se réu por desvios de recursos em Abreu e Lima, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Conforme a Justiça Federal, o consórcio CNCC, formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa e Cnec, tinha superfaturado a construção de uma unidade da refinaria.

Deu-se assim: o consórcio subcontratara duas empresas, a Sanko Sider e a Sanko Serviços, que repassavam dinheiro para a MO Consultoria, empresa de fachada de Youssef. A Sanko, maior fornecedora de tubos da Petrobras, defendeu-se com o argumento de que os valores pagaram consultorias do doleiro. Não houve comprovação de serviços prestados.

A MO teria enchido os bolsos de Paulinho e de agentes públicos e políticos corrompidos pelo esquema, além, claro, de garantir comissões a Youssef.

Em mais um desdobramento da Lava Jato, a Justiça Federal do Paraná abriu em 24 de julho de 2014 novo processo criminal contra Youssef. Ele foi denunciado por operações irregulares de instituição financeira e evasão de divisas no total de US$ 78,2 milhões. Conforme a acusação, o doleiro fez 1.114 contratos de câmbio fraudulentos, usando duas empresas *offshore*. O dinheiro forjou pagamentos de importações simuladas.

Entre os denunciados estavam a doleira Nelma Mitsue Kodama e João Procópio de Almeida Prado, apontado como "laranja" de Youssef. As operações teriam sido realizadas entre 2011 e 2014, por meio das *offshores* DGX e RFY. Prado teria usado a GFD Investimentos, de Youssef. A Suíça bloquearia US$ 5 milhões em contas atribuídas ao doleiro naquele país.

Segundo a denúncia, Rafael Ângulo Lopez, também acusado, trabalhava na GFD, onde seria o responsável pelas finanças de Youssef, "realizando atividades de saque, entrega, recebimento de valores e transporte de dinheiro em espécie, reais e dólares". No cofre existente na sala de Lopez teriam sido apreendidos R$ 1,4 milhão e outros US$ 20 mil. Em uma maleta encontrada no local havia aproximadamente R$ 500 mil.

Esquema Youssef

Grande vitória da Lava Jato deu-se em 22 de agosto de 2014, quando Paulo Roberto Costa aceitou fazer delação premiada, ou seja, contar o que sabia em troca de possível abrandamento da pena. A decisão do executivo que ocupou a Diretoria de Abastecimento ocorreu após a PF vasculhar as sedes de 13 empresas ligadas a ele no

Rio de Janeiro, inclusive uma em nome de sua filha, Arianna Costa Bachmann. Paulinho quis preservar parentes e amigos que se tornaram alvo da Lava Jato e, importante, evitar sua condenação, calculada em até 40 anos de prisão.

De acordo com análise do Ministério Público Federal sobre o patrimônio de familiares e amigos de Paulinho, "há uma grande série de coincidências implausíveis, como serem os pagadores de tais empresas, coincidentemente, empresas sob influência de Paulo Roberto, e terem os sócios vertiginoso acréscimo patrimonial, havendo decréscimo de receita após a saída de Paulo Roberto da Petrobras".

As 13 empresas mantinham contratos com fornecedoras da Petrobras e, segundo os investigadores, serviam para justificar repasses de propina a Paulinho. O procurador da República Carlos Fernando Lima explicitou ao repórter Mario Cesar Carvalho, da Folha de S.Paulo, características comuns das empresas, sendo que oito delas tinham o mesmo endereço na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro:

> — Nenhum empregado, nenhuma expertise e pagamentos de empreiteiras que prestaram serviços à Petrobras, sem justificativa.

Entre os papéis apreendidos pelos federais nos endereços revistados, havia uma caderneta de Paulinho com apontamentos sobre supostas doações de R$ 28,5 milhões para o Partido Progressista, feitas em 2010.

A essa altura, o ex-diretor da Petrobras estava preso pela segunda vez. Da primeira, após ser acusado de ocultar provas e destruir documentos, fora solto por decisão do Supremo Tribunal Federal. Prenderam-no de novo depois de autoridades suíças relatarem que ele possuía US$ 23 milhões em depósitos naquele país.

O ministro Teori Zavascki, do STF, determinou em 3 de dezembro de 2014 a soltura do ex-diretor de Serviços, Renato Duque. Sérgio Moro não gostou e rejeitou pedidos de advogados para livrar da prisão executivos acusados de pertencer ao cartel das empreiteiras. Do juiz:

> — Há provas de esquema criminoso duradouro e sistemático para frustrar licitações da Petrobras, impor preços em contratos públicos sem concorrência real, lavar recursos obtidos nos crimes e, com eles, efetuar remunerações a agentes públicos, inclusive a diretores e gerentes da Petrobras.

Uma planilha de Youssef, apreendida no início dos trabalhos da Lava Jato, deu o que falar. Relacionava em 34 páginas 747 obras, trazendo custos e empreiteiras envolvidas. Abrangia reformas em aeroportos, portos, obras de saneamento, redes de gás em vários Estados e o metrô de São Paulo. Indicava que os tentáculos do doleiro eram grandes e alcançavam todo o País, inclusive prefeituras. Observação do juiz Sérgio Moro, à época:

> — Embora a investigação deva ser aprofundada quanto a este fato, é

perturbadora a apreensão desta tabela nas mãos de Alberto Youssef, sugerindo que o esquema criminoso de fraude à licitação, sobrepreço e propina vai muito além da Petrobras.

Exemplo da capilaridade do esquema de Youssef veio à tona ao se descobrir que o doleiro pagou despesas de viagem aérea para o deputado André Vargas (PT-PR). Na opinião dos federais, Youssef se associou a Vargas interessado em obter parceria no Ministério da Saúde. Pretendia injetar R$ 31 milhões na Indústria de Medicamentos Labogen, supostamente de Youssef e em dificuldades financeiras, para depois associá-la a outro laboratório e superfaturar o fornecimento de medicamentos ao governo.

A tramoia andava bem e um contrato de R$ 150 milhões já fora engendrado para fabricar certo remédio. A PF interceptou em 12 de dezembro de 2013 um e-mail em que Leonardo Meirelles, empresário apontado por suas ligações com Youssef, comemorava o feito:

— Assinamos 1 contrato governo, olha reportagem. Realização sonho!!! 150 mi.

Os investigadores entenderam que a Labogen, sem estrutura para produzir medicamentos, iria subcontratar 100% dos medicamentos fabricados e, portanto, não havia justificativa para que fosse contratada pelo Ministério da Saúde. Com a história nos jornais, o negócio foi desmanchado.

Antes que isso ocorresse, no entanto, os federais capturaram conversa telefônica entre o empresário Pedro Argese e Youssef. Eis o diálogo entre os dois, que começa com Argese chamando o doleiro de Beto:

— Primeiro lugar, Beto, eu queria, antes de mais nada, agradecer a confiança que você teve em nós.

— Puta gol!

— E agora é aquele festival... é hora de ir pro abraço.

Rumo ao xadrez

O ano de 2014 não terminaria sem outro desdobramento importante da Lava Jato. Em 11 de dezembro, o Ministério Público Federal denunciou 36 pessoas, sendo 25 executivos e funcionários de seis das maiores empreiteiras do País. Todos acusados de crimes de corrupção ativa e passiva, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

As ações delituosas deram-se entre 2004 e 2012, justamente no período em que Paulo Roberto Costa esteve à frente da Diretoria de Abastecimento, mas os pagamentos teriam se estendido até 2014. Paulinho fazia parte da lista de denunciados, da mesma forma que Youssef, considerado o principal operador do esquema.

Além deles, a relação dos denunciados incluía outros dez nomes que, igualmente, encontravam-se presos naquele momento da Lava Jato. São os seguintes: Ricardo Ribeiro Pessoa (presidente da UTC), Dalton dos Santos Avancini (presidente da Camargo Corrêa), José Aldemário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro (presidente da OAS), Gerson de Mello Almada (vice-presidente da Engevix), Sérgio Cunha Mendes (vice-presidente executivo da Mendes Júnior), Erton Medeiros Fonseca (diretor-presidente de engenharia industrial da Galvão Engenharia), Eduardo Hermelino Leite (vice-presidente da Camargo Corrêa), Mateus Coutinho de Sá Oliveira (vice-presidente do Conselho da OAS), Agenor Franklin Magalhães Medeiros (diretor internacional da OAS) e João Ricardo Auler (presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa). No total, 36 indivíduos.

As acusações: 154 atos de corrupção, 105 de lavagem de dinheiro e desvio de R$ 286 milhões. Conforme a denúncia, R$ 74 milhões do total passaram por esquema transnacional sofisticado de lavagem de dinheiro. O objetivo do MPF era ressarcir em R$ 1 bilhão os cofres públicos. Do procurador da República Deltan Dallagnol:

> — Com essas acusações, o Ministério Público Federal começa a romper a impunidade de poderosos grupos econômicos e políticos que têm se articulado contra os interesses do nosso País há muitos anos.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pronunciou-se sobre o que chamou de “aula do crime” ao se referir aos 36 denunciados. A gravidade dos fatos levara Janot a cobrar, dois dias antes, a demissão de toda a diretoria da Petrobras, encabeçada pela escolhida da presidente Dilma Rousseff para gerir a estatal, Maria das Graças Foster (PT-RJ):

> — Diante do que se esboça aqui, vocês podem entender o recado que eu pude externar alguns dias atrás, de que essas pessoas, na verdade, roubaram o orgulho dos brasileiros.

Eis as refinarias com obras suspeitas citadas na denúncia, todas sob responsabilidade de Paulinho: Abreu e Lima (PE), Presidente Getúlio Vargas (PR), Henrique Lage (SP), Paulínia (SP); Capuava (SP) e Comperj (RJ).

Para concluir, a revelação de Dilma Rousseff a amigos, no auge da disputa eleitoral que a levaria ao segundo mandato como presidente da República em 2014. Dilma contou que em 2008, no tempo em que era ministra da Casa Civil e presidente do Conselho de Administração da Petrobras, ouviu Paulinho argumentar, durante reunião no Palácio do Planalto para discutir a exploração de potássio na Amazônia, que uma mina estratégica do mineral, localizada na Amazônia, seria vendida para empresa do Canadá.

Inconformada com a posição do diretor de Abastecimento, irredutível sobre o negócio com os canadenses, Dilma Rousseff interrompeu a reunião, foi até o gabinete do presidente Lula e voltou com autorização para desmanchar a transação.

A presidente disse aos amigos ter desconfiado de que havia algo errado com Paulinho. Afinal, a compra que já estaria fechada, conforme Paulinho, acabou desfeita com rapidez.

Se a história for verdadeira, salta aos olhos Dilma Rousseff não ter tomado providências para afastá-lo da posição estratégica que ocupava, o que só aconteceria quatro anos depois. De qualquer forma, parte do que contou aos amigos não era verdade. Paulinho não foi demitido por determinação da presidente, como ela disse. Na ata sobre a sua saída da Petrobras está registrada a posição do sucessor de Dilma Rousseff no Conselho de Administração, o então ministro da Fazenda Guido Mantega (PT-SP). Ele "determinou o registro do agradecimento do colegiado ao diretor que deixa o cargo, pelos relevantes serviços prestados à companhia".



4

NEGÓCIOS FURTIVOS: PASADENA

Dilma Rousseff aprova um resumo dúbio que leva a Petrobras a gastar 30 vezes mais

A eclosão de dois escândalos tirou a Petrobras do noticiário econômico e a levou às páginas policiais. No começo de março de 2014, a Polícia Federal abriu duas investigações para apurar corrupção na principal estatal brasileira. Um ex-funcionário da empresa holandesa SBM Offshore, o inglês Jonathan David Taylor, denunciou o pagamento de US$ 139 milhões em propina para um esquema dentro da Petrobras. Do outro lado do mundo, nos Estados Unidos, a suspeita de desvios na compra da Refinaria de Pasadena, em Houston, no Estado do Texas, indignou a opinião pública.

O problema com a SBM surgiu em 2012, em auditoria da multinacional holandesa que alugava à Petrobras navios-plataforma para exploração e produção de petróleo em alto-mar. Havia indícios de pagamento de suborno a funcionários públicos. A entrega do dinheiro teria ocorrido entre 2007 e 2011, nos governos Lula e Dilma Rousseff, sob coordenação do representante da SBM no Brasil, o consultor Júlio Faerman, ex-funcionário da Petrobras e dono das empresas Oildrive Consultoria e Faercom Energia. Segundo a acusação, a propina representava 3% do valor dos contratos, dos quais 1% ficava com Faerman e 2% com empregados da Petrobras.

Em relação ao negócio de Pasadena, a coisa azedou quando a presidente Dilma Rousseff reconheceu, em 18 de março de 2014, que, como presidente do Conselho de Administração da Petrobras, em 2006, votou a favor da compra da refinaria com base em um resumo executivo. Da nota divulgada pela presidente da República:

> "Posteriormente, soube-se que tal resumo era técnica e juridicamente falho, pois omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e *Put Option* que integravam o contrato que, se conhecidas, seguramente não seriam aprovadas pelo Conselho."

Vamos por partes. Em 2005 a multinacional belga Astra Oil adquiriu a Refinaria de Pasadena. Pagou US$ 42,5 milhões. Por decisão do Conselho de Administração da Petrobras, presidido por Dilma Rousseff, a estatal brasileira decidiu comprar, um ano depois, por US$ 360 milhões, 50% de Pasadena. Diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa esteve nos Estados Unidos para assinar a transação. O escândalo não parou aí. No final do processo, como veremos, a Petrobras dispendeu US$ 1,2 bilhão para ser dona de 100% da refinaria, a mesma planta industrial pela qual os belgas tinham pago quase 30 vezes menos.

Em ofício de 22 de abril de 2014 dirigido ao juiz federal Sérgio Moro, o delegado Caio Costa Duarte, da Divisão de Crimes Financeiros de Brasília, alertou para a hipótese de que a compra de Pasadena servira para remeter valores ao exterior, ou à manutenção de dinheiro fora do Brasil, sem a comunicação prevista por lei aos órgãos competentes. Do ofício:

> "A citada refinaria teria sido comprada por valores vultosos, em dissonância com o mercado internacional, o que reforça a possibilidade de desvio de parte dos recursos para pagamento de propinas e abastecimento de grupos criminosos envolvidos no ramo petroleiro."

E mais: "Acrescentando-se a isso, apura-se possível existência de uma organização criminosa no seio da empresa Petrobras que atuaria desviando recursos com consequente remessa de valores ao exterior e retorno do numerário via empresas *offshore*".

Não havia explicações razoáveis para vários aspectos da aquisição da refinaria norte-americana. Um deles chamava a atenção: Dilma Rousseff admitiu que só soube do resumo executivo dois anos depois. Portanto, estava implícito que fora enganada pelo então diretor Internacional, Nestor Cerveró, o responsável pela elaboração do tal texto abreviado. Imagine-se que Cerveró, então, seria trucidado por Dilma Rousseff que, além de tudo, era a ministra da poderosa Casa Civil à época. Nada disso.

O engenheiro químico Nestor Cerveró chegara ao posto estratégico na estatal federal em 2003, primeiro ano do governo Lula, graças a um acordo entre PT e PMDB, responsáveis pela divisão daquela parte do butim. Em 2008, com os desdobramentos do caso Pasadena ainda restritos e apenas em âmbito interno, foi simplesmente deslocado para a Diretoria Financeira e de Serviços da BR Distribuidora. Caiu para cima.

Antes de ir para a BR, conforme consignado em ata do Conselho de Administração da Petrobras, recebeu elogios à sua conduta profissional. Na BR, portanto, Cerveró prosseguiu prestando seus serviços à estatal. Quando o escândalo chegou aos jornais, em março de 2014, saiu em férias. Viajou à Europa para não dar explicações. Só no dia 21 daquele mês foi exonerado da subsidiária da Petrobras, oito anos depois do contrato de Pasadena.

Vale reproduzir o diálogo entre os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Delcídio Amaral (PT-MS) sobre a autoria da indicação de Cerveró à Petrobras. As palavras de Renan, com ironia, e a resposta de Amaral:

> — O Delcídio tem que ficar despreocupado porque certamente o Delcídio não indicou o Cerveró para o Cerveró roubar a Petrobras.
>
> — O PMDB participou, era representado na Diretoria Internacional pelo Nestor Cerveró, isso é fato sabido. O Renan tinha toda a ascendência sobre

o Cerveró.

Desdobramentos adiante.

Ao culpar Cerveró, em nota, Dilma Rousseff informou que a Petrobras tomou providências, ainda em 2008, para apurar responsabilidades sobre o negócio de Pasadena. Não é verdade. Não houve investigação alguma. A estatal só abriu sindicância interna em março de 2014, com base em justificativa da presidente Maria das Graças Foster (PT-RJ), segundo a qual se desconhecia um certo "comitê de proprietários" de Pasadena. Conclusão: havia uma gestão paralela com superpoderes. De Graça Foster:

— Fui surpreendida pela informação.

O representante brasileiro no comitê era Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento. Graça Foster fez um escarcéu por causa do tal comitê, mas suas funções estavam previstas no acordo de acionistas firmado entre a Petrobras e a multinacional Astra Oil em 2006. O estardalhaço pareceu uma manobra diversionista. Afinal, Paulinho fora escolhido e nomeado para o comitê por decisão da própria Petrobras.

Além de Dilma Rousseff, integravam o Conselho de Administração que aprovou a aquisição de Pasadena, naquele ano de 2006, nomes como o do ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT-SP). Ligeiro, declarou aos jornalistas não se lembrar da reunião na qual se decidiu comprar a refinaria. Jaques Wagner (PT-BA), então governador da Bahia, nomeado ministro da Defesa e depois da Casa Civil no segundo governo Dilma Rousseff, também pertencia ao conselho. Aliás, foi ele quem indicou a Lula o nome de José Sérgio Gabrielli (PT-BA), que comandava a estatal na época do negócio. Wagner defendeu a compra. Repetiu, sempre que perguntado:

— Não há nenhum equívoco, nenhum problema.

Bastidores: o presidente da Petrobras América, Alberto Guimarães, em tese o responsável pela administração da estatal nos Estados Unidos, via com desconfiança o negócio de Pasadena. Em 2008, quando a crise estourou, ainda circunscrita ao ambiente interno da petroleira, Gabrielli decidiu afastá-lo. Em seu lugar foi nomeado José Orlando Azevedo, primo de Gabrielli. Ficou no cargo até 2012, quando a Justiça dos Estados Unidos determinou a compra da segunda parte de Pasadena pela Petrobras. Azevedo voltou ao Brasil. Só em 2014, quando veio a público o parentesco, demitiram-no da Diretoria Comercial da TAG (Transportadora Associada de Gás), uma subsidiária da Petrobras.

Salienta-se que em 2013 Gabrielli e sua sucessora, Graça Foster, defenderam no Congresso Nacional, várias vezes, o negócio de Pasadena.

Flagrantes embustes

A reunião do Conselho de Administração em que se deu a aprovação da compra da

refinaria norte-americana aconteceu em 3 de fevereiro de 2006. Não é razoável supor que inexistiam sinais para soar o alarme contra a aquisição de parte de uma refinaria no exterior, por US$ 360 milhões, sendo que, conforme alegou a própria presidente do Conselho de Administração, Dilma Rousseff, havia sobre a mesa de decisão apenas um resumo executivo, de duas páginas e meia, para justificar o negócio.

Senão, vejamos: a reunião da Diretoria Executiva da Petrobras que encaminhou o assunto ocorreu apenas na véspera, em 2 de fevereiro. São da mesma data os detalhes da compra apreciados pela Diretoria Executiva, contidos num tal DIP (Documento Interno do Sistema Petrobras). A análise independente do Citigroup, elaborada em apenas cinco dias, foi entregue em 1º de fevereiro. Pouquíssimo tempo para conferir toda a papelada. Só no dia 31 de janeiro aprontara-se o parecer tributário, com a parte financeira e contábil do projeto. O relatório da consultoria BDO Seidman é de 30 janeiro: apresentou 40 ressalvas, comentários e sugestões, após cinco dias de análise. E o parecer jurídico, um documento que deveria ser elaborado com boa antecedência, fora concluído em 27 de janeiro. Como fica claro, todo o processo saiu a toque de caixa.

E como fica Dilma Rousseff, a ministra de Minas e Energia do primeiro mandato de Lula, tida como administradora competente e, segundo a fama que lhe incutiram, extremamente responsável e rigorosa na hora de tratar decisões importantes? Como aceitar o seu endosso à compra de uma refinaria baseada apenas num resumo executivo? Por que Dilma não solicitou acesso a todos os documentos relacionados a Pasadena, já que o processo completo da proposta estava à disposição? Por que Dilma não leu a íntegra do processo? Por que se contentou com o resumo executivo? Por que deixou de determinar a realização de auditoria a fim de sanear eventuais dúvidas? Preguiça? Incompetência? Má-fé? Fica difícil acreditar que ela, toda a direção da Petrobras e mais o Conselho de Administração por inteiro foram enrolados e enganados por Nestor Cerveró.

De Ildo Sauer, o antecessor de Maria das Graças Foster no cargo de diretor de Gás e Energia da Petrobras:

> — Se informações, documentos e análises contiveram dados falhos, incompletos, insuficientes ou viciados, o conselho tinha a obrigação de promover as apurações e responsabilizações, imediatamente.

Em entrevista publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo em 4 de setembro de 2014, Ildo Sauer, que seria considerado um dos responsáveis pela compra de Pasadena, apontou o dedo para Dilma Rousseff ao se referir a Nestor Cerveró. Declarações de Ildo Sauer:

> — Eu conheço a Sra. Rousseff há pelo menos 14 anos. Ela se notabiliza por procurar um culpado sempre que aparece um problema. Ela deve ter visto que havia algum problema e chutou a canela do Nestor.

— O diretor é subalterno ao conselheiro. A presidente dizer que era tutelada pelo diretor é uma inversão completa da lógica.

— Os conselheiros e mais ainda a presidente têm acesso a toda documentação. O estatuto permite pedir qualquer dado adicional ou contratar consultoria externa. Ninguém decide com base em resumo. É uma piada.

Na entrevista, Ildo Sauer afirmou que, com o aumento dos investimentos da Petrobras, a empresa "virou foco de interesse da base de apoio político e econômico" dos governos. Em suas palavras, ao se referir à gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002):

— O governo do Lula aprofundou aquilo que vinha do governo FHC.

Dilma Rousseff alegou desconhecer as cláusulas Marlim e *Put Option*. A primeira recebeu nome que fazia referência ao Campo de Marlim, na bacia de Campos (RJ), porque a Petrobras anunciava a intenção de refinar o óleo de lá, que é pesado, em Pasadena. A cláusula garantia aos sócios belgas um lucro de 6,9% por ano, independentemente das condições de mercado. Ou seja, mesmo que Pasadena não fosse lucrativa. Tais cláusulas existiam nessas transações, mas 6,9% seriam exagero. Um teto de 5% faria sentido.

Em relação à outra cláusula draconiana, a *Put Option*, o disposto determinava que, em caso de desacordo ou litígio entre as partes, a Petrobras ficaria responsável por comprar os 50% do negócio pertencentes à Astra Oil. Os desentendimentos não demoraram. O primeiro, a decisão de Dilma Rousseff de não pagar os 6,9%, por considerar a taxa muito alta. A Astra Oil reivindicava o acordado porque as operações da refinaria não haviam atingido rentabilidade mínima em 2007.

Outro problema: a Petrobras defendeu investimentos de até US$ 3 bilhões para duplicar a capacidade da refinaria, mas os belgas não concordaram (detalhes abaixo). O fato é que a Petrobras exigia que a Astra Oil injetasse dinheiro em Pasadena e também avalizasse um empréstimo. Apenas um ano após a constituição da parceria, os sócios europeus já pensavam em rompê-la. As divergências acabaram na Justiça.

Será que todos estavam envolvidos em eventual esquema de superfaturamento e evasão de divisas? O senador Delcídio Amaral (PT-MS), ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), endossou a nomeação de Nestor Cerveró pelo governo Lula. Ele fez seu comentário sobre a compra de Pasadena:

— Acho pouco provável que algum processo chegue ao Conselho sem estar devidamente instruído para deliberação dos diretores e conselheiros.

Com a crise entre a Petrobras e a Astra Oil em 2007, Cerveró voltou à cena. Ofereceu aos sócios da Bélgica espantosos US$ 787 milhões pelos outros 50% de Pasadena. Note-se que, por meio da troca de e-mails que ficou pública depois, os

próprios diretores da Astra Oil estimavam em US$ 550 milhões o valor da parte deles na refinaria. É comprometedor, ainda, que Cerveró teria feito a oferta à revelia do Conselho de Administração, que só tomaria conhecimento do número milionário nos meses seguintes.

De qualquer forma, José Sérgio Gabrielli viajou à Dinamarca a fim de se reunir com representantes da Astra Oil e fazer coro à proposta dos US$ 787 milhões. Isso ocorreu no final de 2007. Estavam com Gabrielli os diretores Cerveró e Paulo Roberto Costa.

'Houve má-fé mesmo'

Dilma Rousseff melaria o negócio no ano seguinte, ao supostamente descobrir, em reunião do Conselho de Administração, a existência da cláusula *Put Option*. Liderados por ela, os demais conselheiros decidiram entrar com ação judicial. A Petrobras gastou US$ 7,9 milhões contratando escritório norte-americano de advocacia. Em 2009 a Justiça dos Estados Unidos arbitrou que a empresa brasileira deveria pagar US$ 639 milhões (bem menos que os US$ 787 milhões oferecidos por Gabrielli) pelos 50% dos belgas. A Petrobras recorreu. Perdeu novamente. Três anos depois, com os custos relacionados ao processo, a fatura saiu por US$ 821 milhões. Com isso Pasadena terminou custando incríveis US$ 1,2 bilhão ao Brasil.

Ao valor ainda seria acrescida a bagatela de US$ 85 milhões, fruto de uma terceira cláusula do negócio, além das conhecidas Marlim e *Put Option*. Tratava-se de uma "alocação especial", outra garantia aos sócios belgas, sem nenhum benefício à Petrobras.

Oito anos depois e sem processar uma gota de petróleo do Campo de Marlim, o governo Dilma Rousseff pôs Pasadena à venda. Ninguém se interessou pela planta obsoleta, sem capacidade de refinar óleo pesado produzido pela Petrobras, na qual seriam necessários altos investimentos para que se tornasse lucrativa. Quem pagaria US$ 1,2 bilhão naquela joça?

Em longa audiência no Senado em 15 de abril de 2014, a presidente da Petrobras, Graça Foster, finalmente admitiu o erro em Pasadena:

> — Hoje, olhando aqueles dados, não foi um bom negócio. Não pode ser um bom negócio quando você tem que tirar do seu resultado. Isso é inquestionável. O projeto transformou-se em um projeto de baixa probabilidade de recuperação do resultado.

Graça Foster tentou minimizar os prejuízos e apresentou nova conta para a aquisição. Segundo ela, a belga Astra Oil não havia pago US$ 42,5 milhões pela refinaria, mas US$ 360 milhões, computados investimentos e outros acordos. Isso diminuiria o vexame da Petrobras, que desembolsara também US$ 360 milhões, mas apenas pela primeira metade de Pasadena.

Conforme a presidente da estatal, a outra metade da refinaria saiu por US$ 1,2

bilhão para a Petrobras. Ela informou aos senadores que a Petrobras acumulou um prejuízo da ordem de US$ 530 milhões com Pasadena. Graça Foster não incluiu nesse valor os investimentos de US$ 685 milhões feitos pela empresa brasileira após a aquisição da planta. Isso elevaria o total aplicado pelo Brasil à casa de US$ 1,9 bilhão.

Menos condescendente, a CGU (Controladoria-Geral da União), órgão do Governo Federal, apontou perdas de US$ 659 milhões e solicitou à Petrobras a instauração de processos para cobrar os prejuízos de 22 funcionários da estatal, incluindo José Sérgio Gabrielli. O ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, que pediu para ser afastado do cargo no segundo governo Dilma Rousseff, resumiu assim a compra de Pasadena:

— Não foi um mau negócio. Houve má-fé mesmo.

Dois pareceres técnicos do Tribunal de Contas da União, divulgados em 2 de julho de 2014, apontaram prejuízos à Petrobras e responsabilizaram Gabrielli, Cerveró e Paulinho pelo negócio de Pasadena. Um dos relatórios estimou os danos ao erário em US$ 620 milhões e isentou Dilma Rousseff de culpa. O outro indicou prejuízos de US$ 873 milhões. Ambos pediram o ressarcimento dos valores aos cofres públicos. No segundo parecer, assinado pelo auditor Alberto de Araújo Pereira, Dilma Rousseff acabou responsabilizada por "ato de gestão ilegítimo e antieconômico". Explicação do técnico, para quem Dilma Rousseff foi omissa e praticou "exercício inadequado do dever de diligência":

> "A responsabilidade do presidente do Conselho avulta sobre a dos demais, uma vez que lhe compete, com antecedência, o conhecimento das matérias a serem submetidas ao Conselho e a supressão de quaisquer lacunas na devida instrução documental submetida ao Conselho."

Em outro trecho, o auditor afirma que os conselheiros "não devem confiar cegamente nas informações que lhes são apresentadas pelos diretores executivos, porque lhes compete fiscalizar e controlar a gestão desses agentes. Nesse contexto, não podem apresentar como escusa o simples fato de terem se baseado em um resumo 'técnica e juridicamente falho'".

O TCU aprovou relatório do ministro José Jorge em 23 de julho de 2014. Definiu valor intermediário para o prejuízo, fixando-o em US$ 792 milhões, e condenou 11 diretores e ex-diretores pela aventura de Pasadena. São eles: Gabrielli, Cerveró, Paulinho e mais Renato Duque, Guilherme Barbassa, Guilherme Estrella, Ildo Sauer, Luiz Carlos Moreira da Silva, Gustavo Tardin Barbosa, Renato Tadeu Bertani e Carlos Cesar Barromeu de Andrade. Todos ficaram com os bens bloqueados por um ano.

O TCU apontou que US$ 580 milhões do prejuízo foram referentes à avaliação da refinaria feita à época da transação pela Petrobras, no valor de US$ 766 milhões,

enquanto consultoria dos Estados Unidos havia concluído que Pasadena valia US$ 186 milhões. Outro ponto destacado foram certos adiantamentos não compensados pela Astra Oil, de US$ 40 milhões.

Como se vê, o TCU aceitou a alegação de Dilma Rousseff de que não fora corretamente informada sobre os detalhes da compra, e a deixou livre de responsabilidade. Da mesma forma safaram-se os demais integrantes do Conselho de Administração. Ressalta-se que o artigo 30º do Estatuto da Petrobras define que "o Conselho de Administração poderá determinar a realização de inspeções, auditagens ou tomadas de contas na companhia, bem como a contratação de especialistas, peritos ou auditores externos, para melhor instruírem as matérias sujeitas à sua deliberação".

Aspecto político: o ex-presidente Lula atuou nos bastidores para evitar que Dilma Rousseff fosse responsabilizada pelo TCU. Para tanto reuniu-se com o ministro do TCU José Múcio Monteiro, um ex-deputado do Partido Trabalhista Brasileiro que o ajudou a neutralizar Roberto Jefferson (PTB-RJ) durante o escândalo do mensalão em 2005. Para compensá-lo, Lula nomeou-o, em seu segundo mandato de presidente da República, como ministro das Relações Institucionais. Lula ainda indicaria o político fiel para ser ministro do TCU. Monteiro cumpriu a missão e procurou outros ministros do tribunal para ajudar a blindar Dilma Rousseff.

Percorreram os gabinetes do TCU, ainda, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT-SP), e o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams. O pedido de Lula e a pressão governamental prevaleceram.

Interessante notar que, além de Dilma Rousseff, o ministro José Jorge deixou de fora de seu relatório Graça Foster, a escolhida por Dilma para suceder Gabrielli na Presidência da Petrobrás, em 2012. Ela foi diretora de Gás e Energia em parte do período em que se deram os desdobramentos do caso Pasadena, após substituir Ildo Sauer.

Português atrapalhado

José Jorge reconheceu o erro de não incluir Graça Foster, porém a política falou mais alto. De qualquer forma, os 11 diretores e ex-diretores obteriam ajuda, pois a Petrobras, presidida por Graça Foster, decidira disponibilizar assistência financeira e jurídica a todos, além de anunciar o uso de seguro da empresa, de US$ 250 milhões, para pagar os valores cobrados pelo TCU.

Do Estatuto da Petrobras: "A companhia assegurará a defesa em processos judiciais e administrativos aos seus administradores, presentes e passados, além de manter contrato de seguro permanente em favor desses administradores, para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função". A apólice não poderia ser acionada em caso de dolo, mas isso era um problema para os advogados. A prestativa Graça Foster fez a sua parte.

Gabrielli e Graça Foster, na suposta mira de José Jorge, trataram de protocolar

recursos no Supremo Tribunal Federal para evitar que seus bens se tornassem indisponíveis por determinação do TCU. Ele perdeu o recurso. No caso dela, amiga pessoal de Dilma Rousseff, a política falou alto. A presidente da República determinou e o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams, fez gestões junto ao TCU. Desta vez, apelou para que não houvesse indisponibilidade de bens dos diretores da Petrobras.

O ministro José Jorge, por seu lado, criou dificuldade ao incluir Graça Foster no relatório do TCU. Apontou que o expediente de adiar o cumprimento de decisão da Justiça dos Estados Unidos, em 2009, levou a Petrobras ao prejuízo de US$ 92 milhões. Culpou-a no lugar do antecessor Ildo Sauer.

Dilma Rousseff julgou que isso inviabilizaria a permanência de Graça Foster à frente da estatal. Estava em campanha pela reeleição em Iturama (MG), em 8 de agosto de 2014, e defendeu-a com seu português atrapalhado:

> — Ela não pode ser submetida a esse tipo de julgamento, que eu acredito que tenha por trás outros interesses. Eu acho um absurdo colocar a diretoria da Petrobras submetida a esse tipo de procedimento.

A oposição reagiu e mirou 43 contratos, sendo 20 sem licitação, firmados entre a Petrobras e a empresa C.Foster Serviços e Equipamentos, do marido de Graça Foster. Como se já não bastasse, veio à tona que ela transferira três imóveis situados no Rio Comprido, Ilha do Governador e Búzios, todos no Rio de Janeiro, para os seus dois filhos, Flávia Silva Jacua de Araújo e Colin Silva Foster. A doação efetivou-se em 20 de março, dois dias após Dilma Rousseff admitir a aprovação da compra de Pasadena com base no tal resumo executivo. A transferência de propriedades demonstraria um receio da presidente da Petrobras de perdê-las para pagar os prejuízos provocados pelo negócio de Pasadena.

Ex-diretor Internacional, Nestor Cerveró também transferiu imóveis para parentes, antes do bloqueio dos bens. Ele doou aos filhos e ao neto dois apartamentos no Leblon e outro em Ipanema, no Rio de Janeiro.

A Petrobras emitiu nota, negando uma fuga patrimonial por parte de Graça Foster: “É importante frisar que doações de bens são atos legítimos, previstos em lei e objetivam evitar futuros conflitos entre herdeiros”. O advogado de Cerveró, Edson Ribeiro, manifestou-se sobre o assunto:

> — Cerveró resolveu aproveitar este momento para pensar em sua vida, e decidiu tomar esta decisão para a qual não havia, nem há, qualquer impedimento.

Dilma Rousseff saiu novamente em defesa da amiga. Em campanha eleitoral, denunciou o uso da Petrobras como “arma política” e atacou procedimentos supostamente não investigados no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Palavras da presidente:

> — Eu repudio completamente a tentativa de fazer com que a Graça se torne uma pessoa que não pode exercer a Presidência da Petrobras.

Outra pérola de Dilma Rousseff, ao definir Graça Foster como "gestora plenamente competente":

> — Acho estranhíssimo alguém falar em destruição da Petrobras. Tirando esta questão que tem aparecido neste momento na campanha, a Petrobras hoje é uma empresa primorosa.

Prova da corrupção no negócio de Pasadena, o depoimento de Paulo Roberto Costa em acordo de delação premiada, concedido ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal. Ele admitiu ter recebido US$ 1,5 milhão apenas para que "não atrapalhasse" a transação, já que não tinha envolvimento direto nas tratativas. A confissão de Paulinho mostrou a extensão do esquema de desvios na Petrobras. Vale repetir: US$ 1,5 milhão para que, como integrante da diretoria, não colocasse algum possível obstáculo aos interesses em jogo. E os outros diretores, nada receberam?

Um aspecto, ainda: para justificar os US$ 360 milhões gastos em 2006 por 50% de Pasadena, a Petrobras passou a divulgar que só US$ 190 milhões se referiam à aquisição. Os outros US$ 170 milhões eram estoques de petróleo existentes na planta industrial. Conforme investigações da área técnica do TCU, havia evidências consistentes de que o valor dos produtos estocados em Pasadena não estava embutido nos US$ 360 milhões, pois a Petrobras não disporia de conhecimento do volume nem do valor dos estoques.

O problema revelou-se ainda mais grave. De acordo com avaliação de 30 de janeiro de 2006 a cargo da consultoria BDO Seidman, contratada pela Petrobras para analisar a oportunidade da compra de Pasadena, os estoques da refinaria somariam US$ 6 milhões. A decisão de pagar US$ 170 milhões pelos estoques, porém, já teria sido tomada, antes da entrega do relatório da BDO Seidman. Lesaram propositadamente a Petrobras.

Outro dado: a Justiça dos Estados Unidos arbitrou em US$ 466 milhões o valor dos 50% restantes de Pasadena, mas obrigou a Petrobras a desembolsar mais US$ 173 milhões, num total de US$ 639 milhões, em virtude de garantias bancárias, juros, honorários e despesas processuais. Orientada por Dilma Rousseff, a Petrobras cismou em recorrer da decisão nos Estados Unidos, o que elevou a conta aos US$ 821 milhões.

Faltou retomar a pressão da Petrobras sobre os parceiros da Astra Oil, mencionada acima, a fim de levá-los a concordar com investimentos que poderiam chegar a US$ 3 bilhões e serviriam para duplicar a capacidade da refinaria. Vejam só: pouco tempo após tomar posse de seus 50%, os brasileiros tentaram convencer os sócios a contratar as construtoras Norberto Odebrecht e UTC Engenharia para novas obras. Os belgas não gostaram. Acharam altos os valores. Veio a briga e o assunto não prosperou.

Gordos superfaturamentos

No caso de Pasadena, sabe-se que a Norberto Odebrecht foi contratada, em outubro de 2010, para obras ligadas à segurança e ao meio ambiente, por US$ 175 milhões. O contrato com a Petrobras, no entanto, alcançava US$ 825 milhões e envolvia dez países. Alguns itens do contrato, segundo a CGU, foram superfaturados em até 1.000%.

Entre 2011 e 2013, nos três primeiros anos da gestão da presidente Dilma Rousseff, a Petrobras repassou R$ 30 bilhões a subsidiárias no exterior. O dinheiro deveria pagar a aquisição de equipamentos e serviços em países como Estados Unidos, Holanda, Argentina e Venezuela. Gastaram o dinheiro sem licitação ou cumprimento das regras de contratação nacionais. Num desses contratos sem licitação com a subsidiária holandesa, a Petrobras alugou a plataforma P-56 por US$ 1,8 bilhão até o ano de 2030.

Um funcionário de carreira da Petrobras, com nome protegido pela Polícia Federal, afirmou em depoimento, em abril de 2014, que Fernando Falcão Soares, conhecido como Fernando Baiano e apontado como um operador do PMDB nos esquemas de corrupção da Petrobras, participou dos crimes ocorridos em Pasadena. Segundo a testemunha sigilosa, houve má-gestão proposital na empresa, "com o objetivo de desviar dinheiro sem levantar suspeita em auditorias e fiscalizações".

Fernando Baiano seria representante de empresas espanholas no Brasil e dono de firmas de consultoria na Espanha e Estados Unidos. O depoimento citou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA), apontado como padrinho de um ex-gerente da Diretoria de Abastecimento, José Raimundo Brandão Pereira, que, conforme a denúncia, foi incumbido de tramar superfaturamento em contratos de fretamento de navios para abastecer Pasadena. A Astra Oil discordaria dos preços, impedindo a Petrobras de alugar os navios no Golfo do México. Senador, Edison Lobão não voltou como ministro no segundo mandato de Dilma Rousseff.

O informante relatou que os dirigentes da Petrobras aproveitaram os termos técnicos e a complexidade da aquisição de Pasadena para ocultar diversos aspectos obscuros da transação. A compra da refinaria implicaria a devolução do que excedesse o valor de mercado, beneficiando, de forma sigilosa, os envolvidos na operação que Fernando Baiano, preso pela Polícia Federal, teria intermediado. Do depoimento sigiloso:

> "A Astra Oil contratou uma consultoria espanhola, onde este excedente foi repassado na forma de contratos fraudulentos de consultoria. Em seguida, através de formas ainda não conhecidas, estes recursos retornaram ao Brasil."

De acordo com o informante, Graça Foster, também envolvida, seria responsável por indicar os gerentes Ubiratan Clair e André Cordeiro, que atuaram na venda de 50% dos blocos de exploração da Petrobras na Nigéria, ao banco BTG Pactual. O

negócio ocorreu em junho de 2013 e a transação somou US$ 1,5 bilhão. O problema é que os tais 50% dos blocos, conforme a avaliação de bancos internacionais, valiam US$ 3,5 bilhões.

A Polícia Federal decidiu abrir investigação para apurar a venda da Refinaria de San Lorenzo, na Província de Santa Fé, na Argentina, propriedade da Petrobras desde 2002. O negócio de US$ 110 milhões, fechado em 2010, incluiu postos de gasolina e estoques de combustível repassados ao grupo argentino Oil Combustibles. A trama envolveria comissão de US$ 10 milhões a intermediários, sendo que US$ 5 milhões teriam sido embolsados por políticos do PMDB.

Conforme denunciou à revista Época o engenheiro João Augusto Rezende Henriques, ex-funcionário da Petrobras, contratos da Diretoria Internacional pressupunham pagamentos de pedágio ao PMDB, partido do vice-presidente da República, Michel Temer (SP). A legenda indicara Jorge Luiz Zelada, substituto de Nestor Cerveró na Diretoria Internacional. Sabia-se que o grupo argentino Oil Combustibles estava propenso a pagar US$ 50 milhões pela San Lorenzo em 2009. Sete meses depois, porém, dispendeu US$ 36 milhões por ela, sem contar postos de gasolina, estoques e outros produtos, totalizando os US$ 110 milhões.

Para fechar o texto, voltemos às possíveis irregularidades relacionadas ao caso do suborno da holandesa SBM Offshore. A Petrobras alugava sete plataformas da SBM e já encomendara outras duas, por US$ 3,5 bilhões. Conforme o francês Philippe Jacques Levy, representante da SBM no Brasil, as suspeitas de suborno foram informadas à direção da Petrobras em 2012. Nada foi feito. Só se abriu a sindicância interna quase um ano e meio depois, após o caso se tornar público. Conveniente.

De outro lado, descobriu-se que uma empresa do consultor Júlio Faerman, representante da SBM no Brasil à época dos supostos pagamentos de suborno, convidou os diretores Jorge Luiz Zelada, da área Internacional, e Renato Duque, de Serviços, para, acompanhados das respectivas mulheres, viajarem à Argentina a fim de conhecer algumas vinícolas. A mordomia, em 2011, incluiu visitas a produtores de vinho, restaurantes badalados, cavalgadas em cavalos de raça, jogos de golfe e "relax em spa".

Provavelmente por absoluta coincidência, Júlio Faerman repassou a altos funcionários da SBM na Europa documentos internos da estatal brasileira, com assuntos estratégicos. A "investigação" da Petrobras, entretanto, não obteve evidências de que os relatórios e informações privilegiadas foram enviados mediante o pagamento de propina.

Os contratos entre Petrobras e SBM somavam quase US$ 25 bilhões em 2014 e parte deles vinha de parceria entre a multinacional e a construtora brasileira Queiroz Galvão. Graça Foster julgou que pôs fim ao assunto ao publicar anúncio pago na grande imprensa, em 1º de abril daquele ano. Informava aos brasileiros, apenas 45 dias após determinar o início da apuração de possíveis irregularidades, que "não

encontrou fatos ou documentos que evidenciem pagamento de propina a empregados da Petrobras". Pelo visto, chamou meia dúzia de eventuais suspeitos para depor e, diante da óbvia negativa, encerrou o caso por falta de provas.

Na Holanda as coisas não terminaram assim. Para não ser processada, a SBM Offshore fechou acordo com o Ministério Público daquele país e concordou em pagar US$ 240 milhões em multas e ressarcimentos por subornar contratos no Brasil e em outros países. As investigações confirmaram repasses de US$ 139 milhões em propina a "funcionários do governo brasileiro". A Petrobras de Graça Foster não comentou.



5
POR DENTRO, PÃO BOLORENTO

ABC de como agentes políticos e da Petrobras melaram CPIs

A escalada de denúncias envolvendo a Petrobras em atos de corrupção logo atiçou o apetite dos políticos. O problema é que Comissão Parlamentar de Inquérito deixou de ser sinônimo de investigação para valer, isto é, de busca pela verdade e punição de culpados por desvios de recursos do povo. Desde a CPI dos Correios, em 2005, responsável por expor ao País o mar de lama do escândalo do mensalão, o ex-presidente Lula aprendeu a controlar essas comissões, formadas no âmbito do Congresso Nacional. Afinal, a que serve a maioria governista de deputados e senadores se não for para proteger interesses do Palácio do Planalto? A prova foi a CPI da Petrobras, em 2009, devidamente neutralizada por Lula. Deu em nada.

Declaração do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), o relator da histórica CPI dos Correios, publicada pela revista Veja em 13 de agosto de 2014:

> — A CPI dos Correios fez com que o pessoal se blindasse. Desde então houve um desvirtuamento das CPIs. Não adianta nada a Constituição garantir à minoria o direito de investigar, se a maioria se acha no direito de fechar as portas para a investigação.

Em entrevista ao jornal A Tarde, de Salvador, em 12 de maio de 2014, Lula deu uma dica de como manipular CPIs:

> — O que eu acho estranho é que toda a época de eleição aparece alguém com uma denúncia contra a Petrobras, que desaparece logo depois das eleições. Eu tenho às vezes a impressão que tem gente querendo fazer caixa dois fazendo denúncia contra a Petrobras.

Em outras palavras, Lula admitiu que deputados e senadores, para não investigar determinados assuntos, ou, de outro lado, para focar temas que interessem a algum processo político, tomavam dinheiro. No caso, achacavam os fornecedores da Petrobras. Como a maioria dos parlamentares estava com o governo do PT, Lula reconhecia, em última análise, que havia um preço, um suborno para garantir apoio e blindagem.

No último ano da primeira administração Dilma Rousseff, um governo sob forte influência de Lula, políticos voltaram a ameaçar com uma CPI para investigar a Petrobras. Transbordavam malfeitos, sobretudo durante as duas gestões anteriores, comandadas por Lula. A história começou com a oposição protocolando um pedido de CPI no Senado. Era 27 de março de 2014, ano eleitoral. A maioria governista

reagiu e anunciou que também iria apurar, na mesma comissão, denúncias de corrupção no metrô de São Paulo, sob responsabilidade de governos estaduais do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), e irregularidades no Porto de Suape, em Pernambuco. Dessa forma a candidatura de Dilma Rousseff à reeleição não seria a única bombardeada, e decerto haveria estragos nas candidaturas do senador Aécio Neves (PSDB-MG) e do governador pernambucano Eduardo Campos, do PSB (Partido Socialista Brasileiro).

Oposicionistas levantaram quatro motivos para investigar a Petrobras, no período de 2005 a 2014: a compra suspeita da Refinaria de Pasadena; o pagamento de propina a funcionários da Petrobras por parte da holandesa SBM Offshore; o lançamento ao mar e a entrada em operação de plataformas marítimas, sem os devidos equipamentos de segurança; e indícios de superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, projeto de Lula em sociedade com o presidente venezuelano Hugo Chaves. Com a desistência da Venezuela, o Brasil pagaria a conta.

No Palácio do Planalto a ordem foi partir para o confronto. Se não desse para convencer os parlamentares a retirar as assinaturas do pedido de CPI, o governo usaria sua maioria a fim de eleger presidente e relator confiáveis, de modo a controlar os trabalhos e retardar o início da CPI. Em resposta a oposição anunciou uma CPI mista, com senadores e deputados, pois na Câmara dos Deputados a maioria governista era menos esmagadora.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deu as cartas em nome do governo. Tinha todo interesse em investigar nada, pois Sérgio Machado, presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobras, no cargo desde o início do primeiro governo Lula, em 2003, era indicado seu. Calheiros ganhou tempo. Transferiu para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) pedido do PT para não instalar a investigação reivindicada pela oposição. A CCJ era presidida pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), aliado de Calheiros e de Dilma Rousseff. Se fosse para instalar a CPI, o plano era fazê-la de forma ampla, ou criando outras CPIs, para incluir apurações sobre o metrô de São Paulo e o Porto de Suape.

Após reunião com Dilma Rousseff, Calheiros decidiu dilatar o prazo mais uma vez, apostando que o início da Copa do Mundo e, depois, da campanha eleitoral, abafariam a sede da opinião pública por investigar irregularidades na Petrobras. E a ordem de Lula era evitar a CPI a qualquer custo. Em entrevista confusa, o ex-presidente disse que “temos de defender com unhas e dentes aquilo que a gente acredita que seja verdadeiro”. E mais:

> — A gente não pode permitir que, por omissão nossa, as mentiras continuem prevalecendo.

Ao fazer referência à traumática experiência da CPI dos Correios, que por pouco não deu fim a seu governo, Lula deixou claro que lutaria para evitar o que chamou

de “marcas profundas nas entranhas do PT”, como o ocorrido na época do mensalão. Lula disse exatamente assim, como se não houvesse justificativa para determinar a abertura da CPI:

> — Se for para investigar a Petrobras, vamos fazer. E qual é o fato determinado? Acabou.

Diante da resistência e das manobras do governo, a oposição entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Visava frustrar a estratégia do PT. O objetivo era instalar uma CPI que investigasse tão somente os desvios na Petrobras. Em 23 de abril de 2014, quase um mês após o pedido de CPI, a ministra Rosa Weber, do STF, concedeu liminar determinando a instalação da comissão com foco restrito às suspeitas na petroleira. De fato, não fazia sentido incluir nos trabalhos questões ligadas ao metrô de São Paulo e ao Porto de Suape, que nada tinham a ver com a Petrobras e só serviriam para criar confusão e constrangimento à oposição.

Como desandar a maionese

As manobras protelatórias prosseguiram. Se os integrantes da CPI não fossem indicados, as investigações não poderiam começar. Em busca de apoio do PT à candidatura do filho, Renan Filho (PMDB), ao Governo de Alagoas, Calheiros recorreu da decisão do STF que limitava o foco da CPI. No fim o governo cedeu porque pesquisas de opinião pública mostraram que a população compreendia a resistência aos trabalhos como uma estratégia de quem procurava pôr sujeira embaixo do tapete. Era preciso, prioritariamente, evitar danos ao projeto de reeleição de Dilma Rousseff.

Como a base no Senado era ampla e fiel ao governo, o Palácio do Planalto tratou de pôr em funcionamento a CPI onde o ambiente era mais favorável. Uma segunda CPI, mista, com deputados e senadores, também seria instalada. O governo controlou tudo. Na Bahia, Lula elogiou o ex-presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), que estava no olho do furacão:

> — Os adversários tentam jogar em cima dele acusações não só inverídicas, mas descabidas.

Em 14 de maio de 2014 instalou-se a CPI da Petrobras no Senado. Deu dó. Dos 13 integrantes, apenas um pertencia à oposição. O relator designado era o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), um ex-ministro da Previdência Social do governo Lula. Para presidente a escolha recaiu sobre o fiel escudeiro de Renan Calheiros, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Tratava-se do mesmo senador que comandou a CPI do Cachoeira em 2012, uma estratégia urdida por Lula para fazer sombra ao julgamento dos envolvidos no escândalo do mensalão. A coisa quase saiu de controle, com suspeitas de envolvimento de políticos de vários partidos, inclusive do PT, numa organização criminosa. Sob a batuta de Vital do Rêgo, porém, a comissão foi controlada. Como

se sabe, a CPI do Cachoeira tinha como objetivo investigar as relações do empresário do jogo Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Vital do Rêgo teve a habilidade de enterrá-la, mesmo após a imprensa escancarar a ampla rede de relações da construtora Delta que, supostamente usando empresas fantasmas, teria corrompido políticos na campanha eleitoral de 2010. A CPI terminou com relatório de uma página e meia, sem qualquer indiciamento.

Logo na primeira reunião da nova CPI da Petrobras, a maioria governista aprovou a investigação de obra da petroleira no Porto de Suape, um jeito de atingir a pré-candidatura de Eduardo Campos ao Palácio do Planalto, e o afundamento da plataforma de petróleo P-36, ocorrido durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Dessa forma os estrategistas de Lula e Dilma Rousseff conseguiriam incluir nas diligências os principais partidos adversários do PT nas eleições presidenciais de 2014, sem tirar o foco da Petrobras determinado pelo STF.

Objeto inicial da CPI, a compra da Refinaria de Pasadena passou ao largo. Deixaram de lado convocações de diretores da Petrobras, integrantes do Conselho de Administração da petroleira e fornecedores da estatal.

Dos 13 senadores da CPI, aliás, quatro haviam recebido doações de contratadas da Petrobras nas eleições de 2010. José Pimentel (PT-CE), o relator, pôs a mão em R$ 1 milhão da Camargo Corrêa, a empreiteira líder do consórcio responsável pela construção da Refinaria Abreu e Lima, supostamente envolvida num esquema de superfaturamento das obras; Humberto Costa (PT-PE) ganhou R$ 1 milhão da mesma Camargo Corrêa, mais R$ 500 mil da OAS; Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) recebeu R$ 500 mil da Camargo Corrêa; e Ciro Nogueira (PP-PI) levou R$ 150 mil da Camargo Corrêa e outros R$ 100 mil da Votorantim Cimentos.

Nota: em novembro de 2013, a OAS firmara contrato de R$ 185 milhões com a Petrobras para obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. A Votorantim Cimentos fornecia cimento para poços de petróleo, em contrato de R$ 11 milhões.

A CPI mista da Petrobras, com deputados e senadores, reuniu-se pela primeira vez em 28 de maio de 2014. Era muito desigual. Apenas oito dos 32 integrantes pertenciam a partidos de oposição. Havia ainda cinco rebeldes, isto é, parlamentares que não se alinhavam automaticamente com o governo. Precisavam de agrados. O Palácio do Planalto impôs o mesmo presidente da comissão de senadores, Vital do Rêgo (PMDB-PB), e um relator do PT, o deputado Marco Maia (RS).

Para não fugir à regra, fornecedoras da Petrobras financiaram Marco Maia nas eleições de 2010. Ele recebeu R$ 40 mil da Gerdau Comércio de Aços e R$ 50 mil da Mendes Júnior Trading Engenharia. Dos 32 membros da CPI, 15 foram contemplados com doações de empresas contratadas pela Petrobras – 13 deles da bancada governista. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por exemplo, recebeu R$ 500 mil da Camargo Corrêa. E Rodrigo Maia (DEM-RJ), da oposição, R$ 300 mil da UTC Engenharia.

No caso da CPI dos senadores, dá para se ter uma ideia do perfil dos trabalhos com o primeiro depoimento, em 20 de maio. Foi do ex-presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. No mês anterior ele dissera, em entrevista, que Dilma Rousseff, presidente do Conselho de Administração em 2006, não podia fugir da responsabilidade pela compra de Pasadena. Para a CPI, aliviou. As suas duas declarações, com um mês de diferença:

> — Eu era o presidente da empresa. Não posso fugir da minha responsabilidade, do mesmo jeito que a presidente Dilma não pode fugir da responsabilidade dela, que era presidente do conselho. Nós somos responsáveis pelas nossas decisões.
>
> — Não considero a presidente Dilma Rousseff responsável pela compra da Refinaria de Pasadena. A decisão é da diretoria e do Conselho de Administração. É um processo que não é individualizado, é coletivo.

Os trabalhos não avançaram em ambas as CPIs. Na prática, situação e oposição evitaram se empenhar para quebrar sigilos ou forçar convocações que pudessem atingir as contratadas pela Petrobras. Todas elas, concidentemente, aliás, eram generosas doadoras de dinheiro em tempos de eleição. Não vieram a público eventuais chantagens ou extorsões por parte dos senhores parlamentares para garantir que as empresas ficassem de fora das investigações, mas é fato que as CPIs não as incomodaram.

A tônica das duas CPIs da Petrobras foi a ausência de parlamentares, audiências canceladas e, importante, a decisão de não quebrar sigilos fiscais ou bancários de empreiteiras suspeitas de integrar o esquema corrupto. Também foram postos à margem depoimentos que incomodariam. Um deles beneficiou o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, que teria se envolvido com o esquema de captação de propina de fornecedores da estatal. Outro não convocado para evitar constrangimentos foi Leonardo Meirelles. Ele seria capaz de indicar o ex-presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), como suspeito de receber suborno. Nesse sentido, situação e oposição se acertaram na condução dos trabalhos. Lamentável.

A única sessão saborosa ocorreu na CPI mista em 3 de dezembro de 2014. Não se confirmou a expectativa de uma acareação morna entre os ex-diretores Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró. Afinal, Cerveró negara a existência de corrupção e Paulinho, ao comparecer em audiência prévia, decidira usar a prerrogativa de permanecer em silêncio. Repetiu, 17 vezes:

> — Vou me reservar o direito de ficar calado.

Desta vez, porém, enquanto Cerveró voltava a negar conhecimento de corrupção, Paulinho pôs o dedo na ferida. Abordou aspectos dos depoimentos concedidos por ele no acordo de delação premiada com as autoridades da Lava Jato. Revelou que na Diretoria de Abastecimento, sob seu comando entre 2004 e 2012, havia o percentual

de 3% de propina por contrato assinado, sendo 2% destinados ao PT e 1% dividido entre PMDB e PP, dependendo da situação. Paulinho afirmou, alto e bom som:

> — Desde o governo Sarney, governo Collor, governo Itamar, governo Fernando Henrique, governo Lula, governo Dilma, todos os diretores da Petrobras e diretores de outras empresas, se não tivessem apoio político, não chegavam a diretor.
>
> — O que acontecia na Petrobras acontece no Brasil inteiro. Nas rodovias, nas ferrovias, nos portos, nos aeroportos, nas hidrelétricas.

Para não ficar marcada pelo que foi, uma comissão inócua, a CPI mista acabou por produzir um relatório burocrático, no qual solicitava o indiciamento de pessoas já investigadas pela Lava Jato. Nada acrescentou, nada a justificou. Políticos e a alta cúpula da Petrobras não foram citados. Tudo feito com a finalidade de agradar o governo.

Ensaio geral: perguntas e respostas

A revista Veja expôs os contornos que melhor definiram a CPI do Senado em reportagem que circulou em 2 de agosto de 2014. A presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, o ex-presidente indicado por Lula, José Sérgio Gabrielli, e o ex-diretor Internacional, Nestor Cerveró, receberam, antes de prestarem depoimentos aos senadores, as perguntas e as respostas do interrogatório. Um jogo arranjado. Os convocados a depor teriam sido treinados para bem desempenhar o seu papel. Como já apontado aqui, se tratava de comissão de investigação da Era Lula. Fraude.

A revista transcreveu a gravação de um vídeo. O diálogo captado por microcâmara entre José Eduardo Barrocas, chefe do escritório da Petrobras em Brasília, onde se dera a conversa, Bruno Ferreira, advogado da estatal, e Leonan Calderaro Filho, chefe do Departamento Jurídico do escritório da petroleira na capital federal. Participara da trama, ainda, o primeiro presidente da Petrobras da Era Lula, José Eduardo Dutra (PT-SE), diretor corporativo da estatal à época. Dutra, aliás, um ex-presidente nacional do PT, responsabilizou-se por repassar as perguntas e sugestões de respostas à presidente Graça Foster. O relator da CPI, senador José Pimentel (PT-CE), por sua vez, entregou o gabarito da CPI ao petista Gabrielli. Uma farsa.

O advogado de Nestor Cerveró, Edson Ribeiro, não escondeu que seu cliente, responsabilizado por Dilma Rousseff pela compra de Pasadena, recebeu treinamento para depor à CPI na própria sede da Petrobras:

> — Nestor Cerveró foi convidado e participou de um *media training* comportamental, oferecido pela Petrobras, realizado no Rio de Janeiro.

Com o escândalo, até a Petrobras acabou reconhecendo, em nota enviada à imprensa, que “garante apoio a seus executivos, e ex-executivos, preparando-os,

quando necessário, com simulações de perguntas e respostas", sendo que, após cada depoimento, "perguntas feitas pelos parlamentares são desdobradas em novas perguntas pela equipe da Petrobras para subsidiar depoimentos subsequentes".

A Petrobras ajudou a melar o que deveria ser uma investigação séria para descobrir práticas delituosas contra os interesses da própria Petrobras.

No vídeo de 20 minutos, gravado em 21 de maio de 2014, véspera do depoimento de Cerveró, a pergunta de Bruno Ferreira, advogado da Petrobras, em defesa do ex-diretor Internacional:

— Qual a estratégia em termos de orientação ao Cerveró?

José Eduardo Barrocas, chefe do escritório da Petrobras em Brasília, preocupava-se com o depoimento. Precisava evitar a qualquer custo que Cerveró falasse algo capaz de comprometer Dilma Rousseff com a aquisição de Pasadena. A ajuda do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que mantinha bom relacionamento com o ex-diretor, teria sido fundamental. De Barrocas:

— Nós pedimos ao Delcídio para conversar com ele.

Delcídio Amaral admitiu, depois, que forneceu algumas dicas a Cerveró:

— Eu sugeri que ele fosse técnico, tivesse um viés empresarial e não titubeasse em relação ao assunto.

Na gravação, Barrocas relaciona os autores dos gabaritos:

— Eu perguntei de onde, quem é o autor dessas perguntas. 80% do Marcos Rogério. Ele é o responsável por isso aí. Ele disse hoje que o Carlos Hetzel fez alguma coisa, o Paulo Argenta fez outras.

Paulo Argenta era assessor especial da Secretaria de Relações Institucionais, subordinado ao ministro Ricardo Berzoini (PT-SP). Carlos Hetzel, um assessor da liderança do PT no Senado. E Marcos Rogério de Souza, secretário parlamentar do bloco governista no Senado.

A interferência do governo ficou inquestionável quando veio à tona que Luiz Azevedo, secretário-executivo e segundo na hierarquia da Secretaria de Relações Institucionais, ajudou a elaborar o plano de trabalho da CPI, com a indicação de requerimentos, roteiros para "investigação" e sugestões de perguntas e respostas. Azevedo foi o estrategista do governo, incumbido de blindar Dilma Rousseff e evitar danos à então presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, amiga da presidente da República.

Amostra da intromissão nos trabalhos da CPI foi a solicitação de Barrocas, homem de confiança de Graça Foster, para que Marcos Rogério de Souza evitasse elaborar perguntas sobre contratos firmados entre a Petrobras e uma empresa de Colin Vaughan Foster, marido de Graça Foster. De fato, a então presidente da estatal respondeu a perguntas durante três horas, mas nenhuma questão abordou o assunto.

Para desanuviar o ambiente, Barrocas deixou o escritório de Brasília. Passou a despachar no Gabinete da Presidência da Petrobras no Rio de Janeiro. Souza foi nomeado chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação em São Paulo, onde prestou serviços ao prefeito Fernando Haddad (PT-SP).

Do relator da antiga CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio:

> — Como falar em investigação se já se sabe tudo o que será perguntado e respondido? Imagine um promotor ou um delegado alertando o investigado sobre quais questionamentos serão feitos a ele. Isso é ridículo.



6

GÊNESE DE UM DOLEIRO TALENTOSO

A história do pequeno vendedor de pastel que se tornou banqueiro do crime

Aos nove anos, Alberto Youssef vendia pastel em Londrina (PR). Aos 17, já pilotava aviões monomotores, o que lhe permitiu trabalhar ao lado do pai no contrabando de produtos eletrônicos do Paraguai. No país que faz fronteira com o Paraná, o jovem Youssef evoluiu na carreira. Aprendeu a lidar com moeda estrangeira ensinado pela irmã, proprietária de uma casa de câmbio paraguaia. Tornou-se um grande doleiro no Brasil.

Aos 24 anos, começou a fazer negócios no câmbio negro. Ficou famoso dez anos depois, envolvido no caso Banestado, a maior investigação já feita até então no Brasil para apurar remessas ilegais de dinheiro ao exterior. As movimentações irregulares, que se deram nos anos 1990, teriam alcançado US$ 30 bilhões. Livrou-se da cadeia ao fazer uma delação premiada. Em troca de contar o que sabia, pagou R$ 1 milhão de multa, prometeu não mais delinquir e pegou prisão em regime semiaberto.

Com as informações que prestou, a Polícia Federal desencadeou em 2004 a Operação Farol da Colina. Prendeu 63 doleiros em sete Estados. Golpeou esquemas de evasão de divisas, sonegação de impostos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilhas. Com a colaboração de Youssef, os federais arrombaram um sistema ilegal de remessa de valores a paraísos fiscais que partia de Foz do Iguaçu (PR), na fronteira com o Paraguai.

No auge da Lava Jato, quando topou fazer um novo acordo de delação premiada, o juiz Sérgio Moro o definiu como alguém de "personalidade voltada para o crime":

> — Não se trata de etiquetá-lo, mas de reconhecer seu profundo envolvimento com a atividade criminal. Youssef é criminoso profissional.

No início dos anos 2000 foi preso sob a acusação de usar uma agência do Banestado, o banco do governo do Paraná, para fazer remessas ilegais. Sua sétima prisão. Em apenas dois anos do final da década de 1990, duas contas em empresas *offshore* em nome do doleiro tinham movimentado mais de US$ 800 milhões. No momento em que delatou o esquema do Banestado, já podia ser considerado uma espécie de banco central do crime organizado. Afinal, boa parte das operações procuravam dar feição legal a transações irregulares com moeda estrangeira realizadas por diversos doleiros no Brasil.

Em gravação interceptada pela Polícia Federal, Youssef definiu o que passou com o caso Banestado, ao ficar devendo US$ 20 milhões:

— Meu amigo, eu tinha US$ 150 milhões na conta. Eu quebrei, fiquei com US$ 20 negativo. Paguei todo mundo. Aqui não tem safado, aqui tem pai de família, gente séria mesmo.

Youssef voltou a delinquir. Envolveu-se no escândalo do mensalão, mas não chegou a ser denunciado. Uma corretora implicada em desvios ocorridos no primeiro governo Lula, a Bônus Banval, conforme o Ministério Público Federal, pertencia a Youssef. Nas investigações, procuradores apontaram Enivaldo Quadrado como o dono do negócio, mas ele seria apenas um diretor financeiro de Youssef. Quadrado voltaria a ser preso na Lava Jato, por envolvimento com o doleiro.

No mensalão, Youssef teria feito ao menos uma operação de lavagem de dinheiro para o então deputado federal José Janene (PP-PR). Dos R$ 4,1 milhões recebidos por Janene do operador Marcos Valério de Souza, o doleiro injetou R$ 1,2 milhão na Dunel Indústria e Comércio, fábrica de componentes eletrônicos situada em Londrina. Para tanto, Youssef lançaria mão da falsificação de um contrato de empréstimo em 2008. Depois repassaria parte da quantia do dinheiro lavado a Janene, usando empresa sob seu controle, a CSA. Até morrer, Janene possuía em sociedade com Youssef hotel, agência de viagens e locadora de automóveis.

Policiais federais e procuradores avaliaram que o doleiro usou a delação premiada do caso Banestado para se projetar. Denunciou clientes pouco importantes e protegeu os grandes. Janene ficou de fora. Grato, o deputado paranaense o apresentou, no início do governo Lula, a Paulo Roberto Costa, sua indicação à poderosa Diretoria de Abastecimento.

Paulinho e Youssef formariam uma dupla que mudaria o Brasil. O diretor da Petrobras seria o "braço" do doleiro na estatal, e Youssef se tornaria uma máquina de esquentar dinheiro de propina para encher o caixa dois de políticos, partidos, empresários e funcionários públicos.

Um relatório da Polícia Federal apontou que o Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, sofreu prejuízo de milhões de reais ao emprestar dinheiro para empresa controlada por Youssef em 2006. A investigação identificou e-mail de Enivaldo Quadrado, de 2012, em que ele diz ao doleiro ter conversado com o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto, sobre o Petros. Desconhecia-se o destino do dinheiro, atualizado para R$ 21 milhões em 2014. O valor não voltaria ao fundo de pensão.

Depoimento do advogado Carlos Alberto Pereira da Costa confirmaria o pagamento de propina envolvendo aplicações do Petros. Pereira da Costa foi preso durante a Lava Jato. Atuaria como testa de ferro de Youssef. Segundo o advogado, a CSA, do doleiro, intermediou a venda de títulos da Indústria Metais do Vale para o Petros. Funcionários do fundo de pensão teriam sido subornados para facilitar o negócio lesivo.

Youssef passou a ter atuação nacional. O esquema mandava cerca de US$ 150

milhões por ano ao exterior. Além de morar em apartamento luxuoso em São Paulo, onde consumia garrafas de vinho de R$ 2 mil, suas empresas controlavam rede com 18 agências de viagem, hotéis em Londrina, Aparecida (SP), Porto Seguro (BA) e Salvador (BA), além de um helicóptero. Ao ser preso, negociava a compra de um avião a jato.

O doleiro aprimorou-se na Era Lula. Ficou riquíssimo. Deixou de enviar dólares para fora em nome de "laranjas". Continuava usando nomes de terceiros a fim de forjar que eram proprietários de ao menos uma dúzia de empresas de fachada *offshore*, registradas em Hong Kong, China, Holanda, Estados Unidos e Brasil. Simulava contratos de importação e exportação para remeter e internar dinheiro sujo.

As investigações da Lava Jato levaram os federais a descobrir, por exemplo, que oito dessas empresas serviram para fraudar importações e enviar US$ 444 milhões ao exterior, apenas entre julho de 2011 e março de 2013, por meio de 3.649 operações de câmbio. Todas autorizadas pelo Banco Central, como se fossem legais. Youssef montara, entre outras, a MO, GFD, Empreiteira Rigidez e Labogen. Com elas fazia a emissão de notas para serviços jamais executados e remetia dinheiro para fora do Brasil. Youssef e Paulo Roberto Costa costumavam se reunir na sede da GFD em São Paulo.

Uso vão do nome de Deus

Youssef foi preso em 17 de março de 2014. Estava em São Luís (MA). Agindo, como sempre. As investigações revelaram que viajara para acertar pagamento de R$ 6 milhões em propina numa trama que pressupunha quebrar a ordem de pagamento de um precatório envolvendo o Governo do Maranhão. Objetivo: saldar em curto prazo suposta dívida estadual de R$ 120 milhões junto às construtoras UTC Engenharia e Constran.

Na madrugada de 17 de março, chegou ao Hotel Luzeiros, na capital maranhense, com Marco Antonio Ziegert. Ficaram em quartos separados. Às 3h29, ainda antes de amanhecer, as câmeras do hotel filmaram Youssef entrando no quarto de Ziegert para deixar uma mala. No dia seguinte Ziegert deixou na recepção uma caixa a Milton Braga Durans, assessor da Secretaria da Casa Civil do Maranhão. E levou a mala embora. Youssef alegou que havia garrafas de vinho na caixa. O presente retribuía ajuda na identificação de terrenos com vistas à construção de um novo hotel.

Em depoimento à Polícia Federal, Meire Bonfim Poza, ex-contadora de Youssef que decidiu colaborar com a Lava Jato, relatou ter se reunido com um carregador de malas de dinheiro do doleiro, Adarico Negromonte. Ele vinha a ser irmão do então deputado e ex-ministro Mário Negromonte (PP-BA). A reunião tinha a finalidade de entregar uma bolada de R$ 300 mil, parte do acordo envolvendo o precatório de R$ 120 milhões do Maranhão. Segundo Meire Bonfim Poza, Negromonte não gostou. Disse que era pouco dinheiro e por isso consultaria a governadora Roseana Sarney

(PMDB-MA), uma aliada do Palácio do Planalto. Ela também não gostou:

> — Desafio qualquer empreiteiro, qualquer construtora, qualquer prestador de serviço a dizer que algum dia me deu algum dinheiro que possa ter me comprado. Não sou mulher de ser comprada. Estou na política porque é minha missão, que Deus me deu.

Em seu testemunho, Meire Bonfim Poza relatou que consultorias forjadas constituíam o meio pelo qual empresas repassavam propina a políticos por intermédio de Youssef. A empreiteira Mendes Júnior, por exemplo, participava de consórcio que fazia obras na Refinaria de Paulínia. Recebeu mais de R$ 1 bilhão pelos serviços, e repassou R$ 3,8 milhões à GFD. Para o Ministério Público Federal, Paulinho e Youssef embolsaram a comissão.

Conforme Meire, o esquema de Youssef envolvia mais de 50 empresas. O doleiro circulava com malas de dinheiro de empreiteiras e fornecedoras da Petrobras. As somas eram transportadas em aviões e entregues a políticos.

Durante a deflagração da Lava Jato, a Polícia Federal apreendeu uma planilha que trazia a sigla CNCC, referência ao Consórcio Nacional Camargo Corrêa, atuante nas obras da Refinaria Abreu e Lima. Relacionava R$ 7,9 milhões. Os federais afirmaram tratar-se de dinheiro de propina que passou pelas mãos de Youssef, direcionado depois a agentes públicos e políticos.

A planilha originara-se na Sanko Sider, fornecedora de tubos de aço à Petrobras. O dinheiro saiu da empresa por meio de contratos simulados às firmas de fachada MO e GFD. Evidência de que pagamentos da Petrobras serviam para subornar políticos. Nos diálogos captados, Márcio Andrade Bonilho, diretor da Sanko Sider, chamava Youssef de “presidente”.

As investigações mostraram que, entre janeiro de 2009 e junho de 2013, a Sanko Sider repassou R$ 24 milhões à MO. Já a Sanko Serviços de Pesquisas, do mesmo grupo, deu R$ 2 milhões para a empresa de Youssef. Naquele período, a MO captou R$ 89,7 milhões, dinheiro pulverizado entre pessoas ligadas ao doleiro e empresas controladas por ele, como a Labogen e a Piroquímica, usadas para branquear os valores. Do Ministério Público:

> “A MO Consultoria, com a finalidade única e exclusiva de dissimular a origem de recursos públicos desviados da obra da Refinaria Abreu e Lima, recebeu recursos de duas outras empresas que prestaram serviço para o Consórcio Camargo Corrêa.”

A Polícia Federal comparou a MO, registrada em nome de Waldomiro de Oliveira, empregado de Youssef, a um banco informal. Eclética, serviu para comprar gado, pagar advogado, quitar parcelas de um *flat*. Oliveira aceitou colaborar com a PF para reduzir eventual condenação na Justiça. Confessou que os contratos firmados pela MO procuravam dar aparência de legalidade a dinheiro de propina.

Não havia serviços efetivamente prestados pela MO.

A MO teria recebido por consultorias fictícias de quatro fornecedoras da Petrobras nas obras da Refinaria Abreu e Lima, conforme o levantamento da PF: consórcio Rnest O. C. Edificações, integrado por Engevix e EIT, R$ 3,2 milhões; Jaraguá Equipamentos Industriais, R$ 1,9 milhão; Galvão Engenharia, R$ 1,5 milhão; e Construtora OAS, R$ 2 milhões.

Em depoimento, Oliveira admitiu que seu trabalho era "fazer contratos com empresas indicadas por Youssef e, em seguida, receber depósitos que seriam posteriormente transferidos para empresas indicadas por Youssef".

Em mensagem de texto de outubro de 2013, o doleiro reclamou de dívida de 12 milhões da Camargo Corrêa. Os policiais só ficaram em dúvida se Youssef se referia a dólares ou a reais. Eis a mensagem interceptada:

> — Tô com um pepinão aqui na Camargo que você nem imagina. Cara me deve 12 paus, não paga. Pior é que diretor é amigo, vice-presidente é amigo.

Youssef controlava a Malga Engenharia, usada em contrato suspeito de R$ 115 milhões com o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, órgão do Ministério dos Transportes) para duplicar estrada no Paraná. A Malga fora subcontratada pela empreiteira Delta, aquela que ganhou má-fama e notoriedade durante a CPI do Cachoeira. Suspeitava-se que o deputado Luiz Argôlo (SD-BA) fazia parte da sociedade com a Malga.

A Malga foi subcontratada pelo consórcio MGT, formado pelas empresas DM Construtora e TKK Engenharia, para fornecer máquinas destinadas à construção de estaleiro no porto de Itajaí (SC), uma obra da Petrobras. A Lava Jato desconfiou que os serviços não foram prestados. Em relatório definiu a Malga como "empresa fictícia, com propósito apenas de operacionalizar práticas criminosas como lavagem de dinheiro e desvios de recursos". A subcontratação em Itajaí, portanto, teria sido forjada para dar uma aparência legal ao pagamento de propina.

Outras empresas, como Rigidez, RCI Software e Hardware e RP Montagens Industriais também seriam pessoas jurídicas de fachada, parte do esquema engendrado por Youssef para forjar consultorias e justificar a entrada e a saída de dinheiro da corrupção.

Na outra ponta, as *offshores* DGX e RFY, controladas por Youssef, remeteriam dinheiro a paraísos fiscais. Movimentaram US$ 78,2 milhões ao intermediar 1.114 contratos de câmbio fraudulentos, simulando importações. Uma máquina de abrir empresas para receber propina, repassar e lavar dinheiro, o Youssef.

'A gente vai dominar este País'

Em um telefonema interceptado, Youssef desabafou após supostamente entregar mais de R$ 7 milhões a Paulo Roberto Costa:

— Ele acha que foi prejudicado, você tá entendendo? Porra, foi prejudicado... O tanto de dinheiro que nós demos para esse cara. Recebi 9 milhões brutos, 20% eu peguei. São R$ 7 e pouco. Vê quanto o Paulo Roberto levou.

Outra planilha encontrada no escritório de Youssef apontou repasses de empresas contratadas para obras na Refinaria Abreu e Lima, sob comando de Paulinho, no total de R$ 31 milhões. O dinheiro teria saído de dois consórcios – CNCC (Consórcio Nacional Camargo Corrêa) e Conest (Odebrecht e OAS) – e também da empresa Jaraguá Equipamentos, que efetuou quatro pagamentos, no total de R$ 1,7 milhão. A direção da empresa admitiu ao jornal O Globo ter pago comissões a Youssef.

Relação próxima mantinham Youssef e Luiz Argôlo. Cinco dias antes de ser preso pela Lava Jato, o doleiro mandou uma mensagem por celular ao deputado, interceptada pela PF. O parlamentar queria R$ 400 mil da OAS. Youssef disse estar no escritório de Mateus Coutinho, diretor financeiro da empreiteira, em São Paulo. A troca de mensagens:

— Tô no Mateus aguardando, ele vai me atender.

— 250 serve.

À noite o doleiro voltou ao assunto:

— Falei com o Mateus, vai liberar semana que vem parte dos 400.

Entre 14 de setembro de 2013 e 17 de março de 2014 os federais identificaram 1.411 mensagens trocadas entre Youssef e Argôlo. As conversas abordavam negócios com construtoras e licitações. Para os policiais, o deputado pareceu cliente do doleiro. Uma troca de torpedos entre os dois, em 12 de outubro de 2013, voltou a abordar as supostas negociações com Mateus Coutinho. Do parlamentar:

— Tem q orar pra Nossa Senhora hj.

Youssef retrucou, afirmando que é respeitado pelo executivo. De Argôlo:

— Relação sólida isso eh muito bom. Vc acha q ele ficou satisfeito? Vamos pavimentando essa relação.

Do doleiro:

— Achei que gostou muito tem que construir agenda positiva pouco a pouco. Na boa você não pediu nada ele deu livre. Importante.

As mensagens grampeadas apontaram que Youssef entregou dinheiro a Argôlo em Brasília. O doleiro intermediava repasses de empreiteiras ao deputado. Em 18 de setembro de 2013, Argôlo teria marcado reunião entre Youssef e José Carlos Cosenza, sucessor de Paulinho na Diretoria de Abastecimento. Cosenza havia sido subordinado do diretor na Petrobras.

Em outro diálogo mantido por celular, Argôlo pediu a Youssef para fazer dois depósitos, no total de R$ 110 mil, para quitar a compra de bezerros:

— Esses 110 resolvem tudo, 50 de um 60 de outro, diga que você consegue, vá?

— Ok, vou correr atrás para fazer bjo.

Mais tarde, no mesmo dia, Argôlo voltou à carga. O diálogo:

— E aí?

— Mandei fazer.

— Os dois?

— Sim.

Certa vez, Argôlo pediu a Youssef que pagasse a conta de um jantar, de R$ 1.500. O doleiro respondeu:

— Sua conta estou pagando faz tempo.

Em outra ocasião, na virada de ano para 2014, Argôlo escreveu:

— Comigo e família está tudo bem. O resto, não.

— Se com você e família tudo bem, o resto resolvemos.

O seguinte diálogo é notável. Começou com Argôlo:

— A gente vai dominar este País.

— Se Deus quiser vamos sim.

Prefeitos 10%

Ex-contadora de Youssef, Meire Bonfim Poza prestou depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, que abriu investigação para apurar as relações entre o doleiro e Argôlo. Admitiu ter intermediado o pagamento de ao menos R$ 1 milhão para o deputado, pois era encarregada de separar dinheiro.

Argôlo não se conformou em ser investigado:

— Sou um deputado menor, não entendo por que a imprensa fala tanto de mim. Até parece que mamãe me fez no mel.

Argôlo não foi cassado.

Meire concedeu entrevista à revista Veja, na edição de 13 de agosto de 2014. Ela tornara-se delatora da Lava Jato. Tratou Youssef como Beto:

— O Beto era um banco de dinheiro ruim. As empreiteiras acertavam com os políticos e ele entrava para fazer o trabalho sujo, levando e trazendo dinheiro, sacando e depositando. Tinha a rede de empresas de fachada para conseguir notas e contratos forjados.

— Uma parte dos recursos que chegavam da OAS era para caixa dois

político. O dinheiro era todo entregue ao Beto, e só ele separava o que saía para os políticos e o que era negócio da empreiteira.

Certa vez, Meire foi convidada por Youssef a fazer uma visita à sede da OAS:

— Quando entrei no carro, ele me disse: "Vou ali na OAS para entregar isso aqui". E apontou para o banco de trás do carro. Quando eu olhei para trás, tinha uma mala no banco. Eu tomei um susto, nunca tinha visto tanto dinheiro junto.

Os entendimentos do doleiro com a Camargo Corrêa eram diferentes. Relacionavam-se com as atividades do diretor de Abastecimento:

— A Camargo era um esquema exclusivo de dinheiro das comissões do Paulo Roberto Costa. O dinheiro que entrava nesse esquema de pedágio era uma coisa que não dava para controlar. Eram malas e malas de dinheiro.

Meire referiu-se à empreiteira Mendes Júnior, que pagaria R$ 2,6 milhões à GFD, de Youssef, a título de consultoria:

— A Mendes Júnior nos contratou para fazer um estudo de viabilidade de plataformas de petróleo. Era só simulação para receber dinheiro.

A ex-contadora citou ainda negócios do doleiro com dois deputados – André Vargas (PT-PR) e Cândido Vaccarezza (PT-SP) – e com o senador Fernando Collor (PTB-AL), que teria recebido depósito de R$ 50 mil. Ela mencionou PT, PMDB e PP, os partidos com interesses na Petrobras. E citou o Postalis, fundo de pensão dos funcionários dos Correios, além do Funcef, o fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal:

— O Beto estava preparando uma venda de debêntures para o Postalis e o Funcef no valor de R$ 50 milhões. A diretoria do Postalis é dividida entre o PMDB e o PT, tudo misturado. Não sei o tamanho da comissão que os partidos iriam levar. Mas era muito dinheiro.

— Ele estava trabalhando forte no começo do ano para o PP. Um dia ele me chamou lá no escritório e disse que tinham entrado R$ 5 milhões para o partido. Precisava de uma nota para levar o dinheiro.

— Ele tinha um fundo para captar dinheiro das prefeituras. E era sempre nas prefeituras do PT. Ele falava: "Onde tiver PT, a gente consegue colocar o fundo". O prefeito que aportasse levava 10%. A comissão era levada em malas de dinheiro, no avião dele.

Lavanderia expressa

No caso do trambique com o Postalis e o Funcef, a maracutaia envolveria o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), com quem Youssef teria se

reunido no início de março de 2014, e a Marsans Viagens e Turismo. Haveria um fundo de investimento na empresa, em nome do doleiro, que receberia aportes de fundos de pensão de prefeituras e Estados. O negócio não prosperaria porque Youssef foi preso. De qualquer forma, operações suspeitas provocariam rombo de R$ 2,2 bilhões no Postalis, em apenas 18 meses do governo Dilma Rousseff.

Em relação a Fernando Collor, a PF identificara conversas entre Youssef e Pedro Paulo Leoni Ramos, um ex-ministro do governo Collor (1990-1992). Leoni Ramos controlaria a Investminas, responsável por transferir R$ 4,3 milhões à MO. Boa coisa isso não indicava. Leoni Ramos supostamente era sócio da GPI Participações e Investimentos, que manteria sociedade com a Labogen. Com a ajuda preciosa de outro aliado, o deputado André Vargas, pretendiam firmar contratos entre a Labogen e o Ministério da Saúde.

A Lava Jato investigou a trama no Ministério da Saúde, no período em que o titular da pasta era Alexandre Padilha (PT-SP). Supõe-se que Eduardo Jorge Oliveira, subordinado ao ministro, abriu as portas para um contrato de R$ 31 milhões, com vistas à produção de medicamentos. O pulo do gato: associação da pequena Labogen, ligada a Youssef, a um grande laboratório. Finalidade: desviar dinheiro, lavá-lo e entregá-lo a funcionários públicos, empresários e políticos.

A Labogen já estava na mira da Lava Jato por envolvimento com remessas ilegais e internação de US$ 37 milhões, graças a importações simuladas. Com a denúncia nos jornais, no início de 2014, o ministro Alexandre Padilha, candidato de Lula ao Governo de São Paulo naquele ano, suspendeu a parceria com a Labogen. Padilha perderia a eleição, mas o prefeito Fernando Haddad (PT-SP) o nomearia secretário de Relações Governamentais e depois secretário de Saúde.

A capacidade de organização de Youssef impressionava. O doleiro criava ramificações onde fosse necessário. Não é à toa que o juiz Sérgio Moro o definiu como líder do grupo criminoso que saqueou a Petrobras.

Com Paulo Roberto Costa, seu braço-direito no esquema, Youssef mantinha contas bancárias conjuntas no UBS, em Luxemburgo; Lombard Odier, na Suíça; RBC, nas Ilhas Cayman; e ignorava-se em que país, no Itaú. Em 2013 o doleiro criou para o comparsa a Sunset Global, uma *offshore* no Panamá. A mulher de Paulinho, Marici da Silva Costa, representava o marido na empresa. A PF apreendeu no escritório de Youssef contrato de compra de uma mansão em Mangaratiba (RJ), em nome da Sunset Global. O doleiro, mestre em esquentar dinheiro.

Conforme o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, já citado, Youssef montou com o banco norte-americano Merrill Lynch, em 2008, uma simulação para esquentar US$ 3,5 milhões naquela instituição. Antes de ser vendido ao Bank of America, o Merrill Lynch abriu uma operação de crédito de R$ 7 milhões para a GFD, a fim de evitar que a quantia fosse identificada como produto de lavagem de dinheiro. O advogado Pereira da Costa emprestara o nome para Youssef estabelecer

a GFD e também para outras duas empresas nos Estados Unidos.

Em acordo de delação premiada, Pereira da Costa denunciou a contratação da GFD pelas empreiteiras Mendes Júnior e Engevix. Em troca de consultorias fictícias, Youssef punha as mãos em propina. De acordo com o advogado, o doleiro recebia parlamentares para repassar suborno:

> — Ele ficava no fundo do escritório. Entravam pessoas com dinheiro e saíam pessoas com dinheiro. Era um banco de lavagem de dinheiro.

Em maio de 2014 Youssef estava atrás das grades. A Suíça anunciou o bloqueio de US$ 5 milhões do doleiro, mantidos naquele país. A conta bancária estava em nome de outro "laranja", João Procópio de Almeida Prado. Parte dos depósitos na Suíça originaram-se de repasses de fornecedoras da Petrobras, como a OAS e o grupo Sanko.

Sócio da Petrobras!

Os tentáculos de Youssef e a associação a Paulo Roberto Costa levaram a dupla a fechar acordo para controlar a Ecoglobal Ambiental e a Ecoglobal Overseas, detentoras de um contrato de R$ 444 milhões firmado em 2013 com a Petrobras. Negócio suspeito. Ambos, aliados a outros sócios, pagariam R$ 18 milhões por 75% das empresas, desde que fosse implementada a contratação de R$ 444 milhões na área de tratamento de efluentes e importação de equipamentos. Com os dois presos, investidores sumiram e a Petrobras cancelou tudo.

A MO foi notícia quando agentes da Lava Jato identificaram pagamento de R$ 431 mil em favor da firma de fachada. O dinheiro vinculava-se a uma obra do consórcio Sehab, formado pelas empreiteiras OAS e Constran, pela qual a Prefeitura de São Paulo, na administração Gilberto Kassab (PSD-SP), destinou R$ 146 milhões. As obras teriam consumido R$ 1,3 bilhão e foram consideradas suspeitas. Kassab foi nomeado ministro das Cidades no segundo mandato de Dilma Rousseff.

Até no desastre aéreo em que morreu o ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), em 2014, talvez houvesse indiretamente a mão de Youssef. Investigações levantaram a hipótese de que a compra do avião acidentado utilizara dinheiro de caixa dois. Entre os depósitos identificados havia um, de R$ 100 mil, efetuado pela MO.

A PF estimou em R$ 160 milhões o dinheiro repassado a Youssef por meio de propina. Para fazer ideia do tamanho do esquema, com supostas ramificações na Argentina e no Uruguai, a Lava Jato encontrou uma tabela elaborada pelo doleiro entre fevereiro de 2009 e maio de 2012. O documento relacionava 747 projetos e obras ligados a construtoras e órgãos públicos, com custos bilionários. Do relatório da PF sobre a tabela:

> "Para cada projeto destacado há um cliente vinculado, geralmente uma grande construtora, e para cada cliente há um cliente final, quase sempre

empresas públicas, como Petrobras, Copasa, Comperj e algumas empresas privadas.”

Mestre na arte de infiltrar-se em órgãos públicos, o doleiro chegou a ser sócio da Petrobras. Duas empresas ligadas a ele, a Ellobras e a Genpower Energy, associaram-se à BR Distribuidora para construir a Usina Termelétrica de Suape, em Pernambuco. O projeto de 2008, concluído em 2013, custou R$ 600 milhões. Durante a Lava Jato, investigadores desconfiaram da obra, pois a Ellobras e a Genpower não atuavam no mercado de energia. Ambas eram controladas pela CSA, ligada à época do negócio a Youssef e ao então deputado José Janene (PP-PR).

Após seis meses na prisão, as sombrias perspectivas de Youssef, de 47 anos, levaram-no à delação premiada. Àquela altura, réu em 12 novas ações penais, estimava-se que pegaria de 50 a 100 anos de cadeia. Com a saúde abalada, dificilmente sairia vivo.

Fechado o acordo, cumpriria três anos preso e quatro anos em regime aberto. Além disso, deveria devolver quantias milionárias, entregar bens adquiridos de forma ilícita e prestar todas as informações solicitadas sobre os seus crimes. Como já fizera o comparsa Paulo Roberto Costa, Youssef decidiu escancarar a corrupção na Petrobras.



7

SANTO DO PAU ÔCO

Paulinho negou participação no esquema até a Suíça bloquear milhões de dólares

Quando detonou a Operação Lava Jato, em 17 de março de 2014, a Polícia Federal sabia que o doleiro Alberto Youssef mantinha relações com um tal Paulo Roberto Costa. Um cliente, apenas. Os investigadores foram buscá-lo em sua residência, belo condomínio na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Queriam averiguar seu possível envolvimento em crime de lavagem de dinheiro. Não tinham mais detalhes sobre o sujeito. Em depoimento, ele negou o recebimento de propina e explicou ter prestado consultoria sobre mercado futuro a Youssef, após se aposentar da Petrobras. Não forneceu relatório sobre o trabalho que fez, porque "a consultoria teria se dado principalmente por meio de reuniões presenciais e debates verbais". Convenceu. Autorizaram-no a voltar para casa.

Àquela altura os investigadores não tinham ideia de que ficaram frente a frente com um dos homens mais poderosos do Brasil. De 2004 a 2012, Paulo Roberto Costa, o Paulinho, como o ex-presidente Lula o chamava, foi diretor de Abastecimento da maior empresa brasileira, responsável pela assinatura de contratos bilionários relacionados a refinarias, aluguel de plataformas, manutenção de gasodutos e importação de combustíveis, o que implicava intermediar a locação de custosos navios petroleiros.

Em liberdade, Paulinho tratou de engendrar a destruição de provas e documentos que o ligassem a Youssef. Sem saber que era monitorado, usou o telefone para pedir a parentes que destruíssem e ocultassem evidências. A PF flagrou a movimentação e o prendeu em 20 de março, três dias depois de prestar depoimento. Já se detectara que o ex-diretor participava de forte esquema de desvio de dinheiro. As investigações avançaram e indícios do esquema de corrupção tornaram-se cada vez mais sólidos. Paulinho e Youssef operavam uma gigantesca organização criminosa na Petrobras.

Em sua casa, além de grande soma em dinheiro vivo, agentes apreenderam uma planilha com a contabilidade da Costa Global Consultoria, empresa criada por Paulinho após deixar a Petrobras. Relacionava a entrada de valores e fazia referência a "Primo", apelido de Youssef. Notaram o "presente" recebido do doleiro, o luxuoso automóvel Range Rover Evoque.

Apesar de indicado ao alto cargo na petroleira pelo Partido Progressista em 2004, o ex-diretor soube se aproximar do PT e do PMDB para reinar. As relações que

cultivou geraram frutos mesmo após a sua saída da Petrobras, substituído por José Carlos Cosenza, seu gerente executivo e braço-direito na Diretoria de Abastecimento. Cosenza assumiu o cargo com as bênçãos do PMDB, pois a política mandava na Petrobras.

Precavido, Paulo Roberto Costa cercara-se de gente de confiança. As filhas Shanni, Arianna e os genros Marcio Lewkowicz e Humberto Sampaio de Mesquita ajudavam a operar contratos e contas bancárias no exterior. Os quatro foram filmados num elevador, carregando documentos do ex-diretor para longe do seu escritório na Barra da Tijuca, no Rio. Justificativa para prendê-lo. A mulher Marici da Silva Costa também faria parte do esquema. A PF passou a mirar oito empresas ligadas à família, a maioria de representação e consultoria. O ex-diretor continuava ativo, prospectando negócios com fornecedores da Petrobras, mesmo após deixar a estatal.

A força de Paulinho no governo Lula era tanta que ele fechara operações de US$ 278 milhões em 2008 sem garantias mínimas à Petrobras. Embora auditoria interna tenha detectado o problema no ano seguinte, nada aconteceu ao diretor. As irregularidades impediam rastreamentos: aluguéis de navios com autorização verbal, contratações sem registro, gerentes sem qualificação. Indicavam bagunça intencional, para movimentar o dinheiro.

Além de receber propina das multinacionais que vendiam combustível à Petrobras, Paulinho valeu-se da falta de controle interno para ficar com comissões pagas por empresas que alugavam navios petroleiros, dinheiro que deveria voltar aos cofres da estatal. A desorganização e os constantes atrasos nas construções do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e da Refinaria Abreu e Lima também teriam lógica. Os custos das obras subiriam de forma astronômica, assim como os desvios de dinheiro público.

Simulações em série

A PF encontrou dezenas de *pendrives*, cadernos e agendas na casa de Paulinho. Indicavam repasses milionários a vários políticos, principalmente aos ligados ao PP. Uma certa tabela trouxe maior interesse. Trazia nomes de fornecedoras da Petrobras como Mendes Júnior, UTC/Constran, Engevix, Iesa, Hope RH, Toyo Setal e de executivos dessas empresas com os quais o ex-diretor manteria contato. Constavam ainda a "solução" dos problemas, ou seja, a quantas andavam os pedidos para que colaborassem com políticos, candidatos e campanhas eleitorais.

Conforme a investigação, os seis grupos empresariais firmaram contratos de R$ 5,6 bilhões com a Petrobras entre 2009 e 2013. A PF relacionou outras cinco companhias, donas de contratos de R$ 7,6 bilhões com a estatal. Ao todo as investigadas fecharam 367 contratos e 212 aditivos. Metade das transações com a petroleira teria dispensa de licitação. A PF verificou que Paulinho negociava com empreiteiras e fornecedoras. Graças ao trabalho de Youssef, a propina oriunda da

intermediação dos contratos era repassada a consultorias de fachada e distribuída na forma de comissões.

Entre outubro de 2012 e fevereiro de 2014, já no período posterior à sua saída da Petrobras, Paulinho fecharia 81 contratos por meio da Costa Global com fornecedoras da estatal. Também teria negócios com a Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Sanko Sider e GDK. Mediante sua empresa de consultoria embolsou R$ 7,5 milhões. As informações foram divulgadas pela revista Época, com base em notas fiscais e planilhas apreendidas na casa da filha Arianna Costa Bachmann.

A Lava Jato focou 19 contratos da Costa Global. Seis deles, da área de afretamento de embarcações, teriam sido firmados entre a Petrobras e a Astromarítima Navegação em outubro de 2013, no total de R$ 490 milhões (valores de abril de 2014). Os investigadores suspeitavam que Paulo Roberto Costa recebia gordas comissões pela intermediação. Numa única conta, movimentara R$ 3 milhões em quatro meses.

Paulinho foi denunciado criminalmente em 22 de abril de 2014, acusado de tentar obstruir a investigação da organização criminosa. O Ministério Público Federal pediu para a Justiça do Paraná mantê-lo preso, em razão da "magnitude da lesão causada por esses crimes, a grandiosidade do esquema criminoso, como também o poder do denunciado Paulo Roberto Costa sobre outros integrantes da organização".

A Justiça Federal abriu ação criminal e acusou Paulinho de peculato e lavagem de dinheiro por contratar, de forma superfaturada, o CNCC (Consórcio Nacional Camargo Corrêa) para construir a Refinaria Abreu e Lima. Desde 2008, o custo do empreendimento subira quase dez vezes. O ex-diretor teria se beneficiado de 413 operações de câmbio fraudulentas. Simularia importações fictícias para remeter ilegalmente e ocultar dinheiro no exterior, em especial na China.

Conforme o MPF, a dupla Paulinho/Youssef comandava a organização criminosa. No caso de Abreu e Lima, por exemplo, o CNCC subcontratou empresas do grupo Sanko Sider. Repassou-lhes R$ 113 milhões. Entre janeiro de 2009 e junho de 2013, canalizaram R$ 26 milhões deste dinheiro para a MO, de Youssef, que o recebeu por meio de 70 transações bancárias.

Contas de padeiro

A força de lobista de Paulo Roberto Costa mostrou-se na reunião em que o ex-diretor se encontrou com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA), em 25 de fevereiro de 2014. O assunto, inserido na agenda oficial de Lobão, era a construção da Refinaria Premium 2, no Ceará – mais uma obra enrolada da Petrobras. Participaram da conversa para discutir investimentos no projeto a deputada Gorete Pereira (PR-CE) e o empresário Sérgio Canozzi. Ele e Paulinho queriam pôr a estatal chinesa Sinopec como parceira. O resultado da Premium 2 seria desastroso, como se verá.

O ex-diretor teria vínculos com a Value Partners do Brasil, que prestou

consultoria ao Ministério do Esporte para, supostamente, planejar a Copa do Mundo de 2014. Nos quatro anos anteriores, a mesma empresa recebeu R$ 15,6 milhões por serviços prestados ao Governo Federal. Gerente executivo da Value Partners, Rogério Carvalho dos Santos definia Paulinho um "abridor de portas". A PF encontrou na casa do ex-diretor documentos sugerindo a prestação de consultorias relacionadas a negócios entre a BR Distribuidora e a Value Partners.

Em decisão controversa, dia 19 de maio de 2014, o ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, mandou soltar Paulinho, Youssef e outros dez presos da Lava Jato. Alegou que o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba (PR), deveria ter encaminhado a investigação ao STF por causa do envolvimento do deputado André Vargas. O parlamentar deixou o PT do Paraná no meio do escândalo, mas antes tinha direito a foro privilegiado e só poderia ser julgado pela mais alta corte de justiça. Ficaria comprovado, no entanto, que Sérgio Moro não investigou deputados e senadores. Não extrapolou suas funções.

Teori Zavascki recuou da decisão e manteve todos presos. Exceto Paulinho, posto em liberdade. Procurado pela imprensa, o ex-diretor negou possuir contas bancárias no exterior. Declarou que a obra da Refinaria Abreu e Lima, calculada no início em pouco mais de US$ 2 bilhões, custaria quase dez vezes mais, após seis anos, porque foi feita sem projeto definido. Incompetência, quis dizer ele. Mas não corrupção. Paulinho afirmou à Folha de S.Paulo:

> — A Petrobras pegou uma refinaria no Golfo do México e falou: quanto custa o preço por barril para construir uma refinaria lá? Custa US$ 15 mil, US$ 20 mil. Essa é uma conta de padeiro. As condições aqui são muito diferentes das do Golfo do México.

Ele definiu sua relação com o ex-presidente Lula, com quem despachou várias vezes:

> — A minha relação com o presidente Lula sempre foi amistosa e de respeito.

A respeito de Youssef, contou que o conheceu em 2007 quando o doleiro assessorava o deputado José Janene. Alegou saber que Youssef "tinha participação numa rede de hotéis e numa empresa de turismo". Já a respeito do carro de luxo que "ganhou", argumentou que serviu como pagamento pela prestação de assessoria na área de petróleo ao doleiro. Em outra entrevista, disse desconhecer as atividades de Youssef:

> — Soube que ele teve problemas no passado, mas nunca entrei em detalhes sobre isso.

O ex-diretor foi chamado pelo líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), para depor à CPI da Petrobras. À altura da comissão que nada investigou, Paulinho negou quaisquer malfeitos. No papel de bom moço, defendeu a compra da Refinaria de

Pasadena e repudiou, “com veemência”, a existência de uma organização criminosa na Petrobras:

— Não era balcão de negócios, uma casa de negócios.

E mais:

— Não existe lavagem de dinheiro da Petrobras para Alberto Youssef. É uma empresa que orgulha o povo brasileiro.

Em seu depoimento contou que, ao lado da então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff (PT-RS), representou a Petrobras em fevereiro de 2005 em evento na Venezuela para celebrar vários acordos com o Brasil.

Sobre o dinheiro vivo apreendido em sua casa pela Polícia Federal, disse que era para fazer pagamentos da empresa Costa Global e também resultado de suas economias da vida inteira.

— Não sei qual é o problema de ter em casa isso.

Opinião do senador Humberto Costa sobre o depoimento de Paulinho:

— Foi satisfatório.

A casa caiu 24 horas depois. O juiz Sérgio Moro atendeu a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e decretou a prisão do ex-diretor em 11 de junho de 2014, após a Suíça bloquear US$ 23 milhões depositados em 12 contas secretas de cinco bancos daquele país, em nome de empresas cujas sedes ficavam em paraísos fiscais. Todas sob controle de Paulinho, suas filhas e genros.

Nas fotografias dos jornais, em contraste com o terno bem cortado que trajava durante o depoimento na véspera à CPI, Paulinho apareceu usando agasalho com capuz que lhe cobria a cabeça na hora de entrar na viatura da polícia. Não era para menos. A PF já sabia que empreiteiras contratadas para a obra da Refinaria Abreu e Lima haviam depositado R$ 100 milhões em propina nas contas de firmas ligadas a Youssef.

Declaração da ex-contadora de Alberto Youssef, Meire Bonfim Poza:

— Para entrar na Petrobras, era preciso pagar pedágio ao Paulo Roberto Costa. O Beto era quem operacionalizava e administrava o dinheiro arrecadado com as empreiteiras.

Novamente preso, Paulinho parou de se barbear. Talvez tivesse a esperança de se esconder atrás da barba. Dois meses depois, soube que a PF fez buscas em empresas de suas filhas e de um amigo. Encontraram evidências de mais contas vinculadas a ele em bancos no exterior. Temeroso de se tornar um novo Marcos Valério de Souza e ser condenado a pena de até 50 anos de prisão, decidiu fazer acordo de delação premiada em 22 de agosto de 2014.

Nas semanas seguintes, prestaria dezenas de depoimentos aos investigadores da Lava Jato. Entregou o cartel de empresas que funcionava dentro da Petrobras.

Admitiu que fornecedoras tinham de contribuir para caixas paralelos. Confessou o pagamento de propina na compra da Refinaria de Pasadena. Deu o nome de funcionários envolvidos em corrupção durante os oito anos em que ocupou o alto cargo na estatal. Por fim, apontou dezenas de parlamentares do PP, PMDB e PT que recebiam dinheiro desviado de contratos da Petrobras. Do ex-diretor:

— Todo dia tinha político batendo na minha porta.

Aliviado, Paulinho pôde voltar para sua casa na Barra da Tijuca. O ex-diretor, delator do maior escândalo de corrupção política de todos os tempos no Brasil, teria de usar uma tornozeleira eletrônica para não fugir. A Justiça queria saber por onde passaria a andar.

Sem citá-lo diretamente, Lula comentou em entrevista concedida no dia 5 de setembro de 2014 que "aliados" responsáveis por irregularidades deviam ser punidos. O ex-presidente colocou-se como alheio ao problema, como se o dinheiro sujo da propina não houvesse irrigado e dado guarida à base de apoio político de seu governo e o de sua sucessora, a presidente Dilma Rousseff. Na opinião de Lula, os partidos políticos não deveriam ser responsabilizados pelos malfeitos dos "aliados":

— Se dentre nós alguém cometer erro, que pague. O que a gente não pode é perder o orgulho de ser petista.

Do jurista Hélio Bicudo:

— Lula sempre soube o que queria. E teve a habilidade para construir a vida e a carreira política da forma como bem entendeu. Ótimo orador, cheio de carisma, convencia a todos. Isso foi o suficiente para ele. Com o tempo o conheci melhor. Jamais foi um homem de esquerda. Recebi informações, por exemplo, de que Lula pegava dinheiro para acabar com greves. Era um salvador da pátria. Na política ele adotou a prática do compadrio, comum no sindicalismo. Partia do pressuposto de que as pessoas são suscetíveis à manipulação. Não as respeitava. Valia tudo para pôr o seu projeto de pé.



8

APELIDO EXPRESSIVO: BOCÃO

O sonho de obter independência financeira custou ao deputado a exemplar cassação

A cena de desrespeito chocou o Brasil. Em sessão de reabertura do Congresso Nacional, em 3 de fevereiro de 2014, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, foi destratado pelo vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR). Em vez de cumprimentar, mesmo que de forma protocolar, a mais alta autoridade do Poder Judiciário que sentaria a seu lado, Vargas levantou o braço, com o punho cerrado, o mesmo gesto provocador do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP), e do ex-presidente do PT, José Genoíno (SP), quando presos depois de condenados por envolvimento no escândalo do mensalão. Barbosa foi o relator do caso no STF.

Não ficou nisto. No transcorrer da sessão, Barbosa teve de se ausentar por alguns minutos. Representante do Poder Legislativo na solenidade, Vargas não perdeu a oportunidade. Tirou fotografia da cadeira vazia e a postou numa rede social, com a pergunta: "Joaquim sumiu?" Aos repórteres, vendeu a ladainha da injustiça das condenações e, referindo-se ao gesto do punho cerrado, declarou que "estamos bastante à vontade para cumprimentar do jeito que a gente achar que deve".

Para melhor entender André Vargas, voltemos três anos. Integrante do Diretório Nacional do PT, secretário de Comunicação do partido, defendeu a volta do ex-tesoureiro Delúbio Soares à legenda, em coro com a nova posição de Lula. No auge do escândalo do mensalão, o ex-presidente da República dissera que os correligionários erraram e deveriam ser punidos. Soares foi expulso do PT em 2005, e condenado pelo STF.

Orientado por José Dirceu, Soares indicava os nomes dos parlamentares da base aliada de Lula a subornar com dinheiro do mensalão, providenciado pelo empresário Marcos Valério de Souza. No momento em que o escândalo perdeu força nos jornais, Lula passou a afirmar que o mensalão foi uma "tentativa de golpe" contra seu governo. Ambicioso, Vargas planejava ser eleito presidente da Câmara em 2015. Agradava a Lula ao defender que em 2014 o candidato do partido a presidente da República tinha de ser ele e não Dilma Rousseff. Embalando o *script*, Vargas bradou que Delúbio Soares fora injustiçado:

> — Como é que nós vamos dizer que ele não pode se filiar? Nenhum de nós tem condição moral ou política de dizer que ele não pode militar no PT.

Vargas sabia do que falava.

> — Ele tem o direito de militar no PT. Outros companheiros que estão envolvidos naquele processo estão militando no partido, participando da direção. Ele quer se filiar ao partido, é só isso.

Delúbio Soares voltou a fazer parte do PT em 2011.

Durante a Lava Jato, a Polícia Federal flagrou conversas entre Youssef e Vargas. Em 2 de janeiro de 2014, trocaram mensagens de texto. Youssef alugou um jato para Vargas viajar com sete parentes e amigos. O doleiro desejou boas férias ao amigo, que voaria de Londrina (PR) a João Pessoa (PB):

> — Tudo certo para amanhã.

Constrangido, Vargas tentou explicar aos jornalistas que conhecia Youssef desde criança, e que não pediu avião de graça. Assegurou ter feito a solicitação porque os voos comerciais estavam muito caros. Mas garantiu, de qualquer modo, ter pago o combustível do Paraná à Paraíba. De Vargas:

> — Não sei se o avião é dele, mas ele foi dono de hangar e eu perguntei se ele conhecia alguém com avião.

E mais:

> — Alberto Youssef é empresário de minha cidade. Dono do maior hotel da cidade. E os encontros, contatos e a relação se deram dentro da legalidade.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Vicentinho (SP), político próximo a Lula, apressou-se em manifestar solidariedade a Vargas:

> — Tenho respeito e confiança absoluta.

A versão de Vargas durou 24 horas. Ele admitiria que voara de graça, com a ressalva: aceitou porque imaginou estar pegando uma carona. Conforme a nova explicação, assim que soube se tratar de um frete exclusivo determinou à sua secretária que pagasse R$ 20 mil para arcar com o combustível. A proposta de reembolso teria sido negada, mas só em 1º de abril de 2014, quando a história veio a público, Vargas alegou ter tomado ciência de que não pagou a despesa. Culpa da secretária, certamente.

Um voo em jato particular entre o Sul e o Nordeste, como o realizado por Vargas, custaria R$ 100 mil.

Outros diálogos interceptados pela PF ajudaram a desvendar o que estava por trás do mimo de Youssef a Vargas. As conversas envolviam o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha, e a Indústria de Medicamentos Labogen.

A PF já sabia que a Labogen tinha sido usada por Youssef para fazer remessas ilegais de US$ 37 milhões ao exterior, simulando importações e exportações. Era

uma espécie de empresa-lavanderia. Em mensagem de Vargas a Youssef, o deputado disse que ambos teriam ajuda:

— A reunião com Gadelha foi boa demais.

Resposta de Youssef, ao se referir à Agência Nacional de Vigilância Sanitária:

— Já estamos prontos para a Anvisa.

Por meio de contatos políticos, ou seja, do trabalho de Vargas, Youssef conseguira financiamento de R$ 31 milhões do Ministério da Saúde para a Labogen. Quem confessou a mutreta foi o empresário Leonardo Meirelles. Estava preso e era considerado pela PF testa de ferro do doleiro, encarregado de responder pela Labogen.

Em dezembro de 2013 a Labogen assinou acordo para produzir remédios com o Ministério da Saúde. Ministro, Alexandre Padilha (PT-SP) sabia do negócio. Com o caso nos jornais, rápido no gatilho, desfez a transação. Só que não permitiu o acesso da imprensa à documentação sobre o acordo. Alegou a existência de cláusulas de confidencialidade.

O termo de compromisso da parceria entre o Ministério da Saúde e a Labogen, firmado em 11 de dezembro de 2013, teve o testemunho de Padilha. Após "profunda avaliação técnica", previa a fabricação de medicamentos com a participação da EMS, o maior laboratório do País, e do Laboratório Farmacêutico da Marinha. Faltavam documentos da Labogen, mas a empresa justificou ter perdido seus livros contábeis.

E-mails interceptados envolveram nas tratativas o diretor de Produção Industrial e Inovação do Ministério da Saúde, Eduardo Jorge Oliveira. Ele teria indicado a associação entre a Labogen e a EMS. Para os investigadores da Lava Jato ficou a evidência de que caberia à Labogen – um pequeno laboratório endividado, se tanto – pagar propina aos envolvidos na jogada.

Mensagem de Youssef a Vargas interceptada nas investigações apontou a importância dos contratos que seriam assinados com o Ministério da Saúde:

— Acredite em mim. Você vai ver o quanto isso vai valer. Tua independência financeira e a nossa também, é claro.

Outro diálogo entre os dois, no qual "captar" significa obter dinheiro e "MS" quer dizer Ministério da Saúde. Começa com o doleiro:

— Estou enforcado. Preciso de ajuda para captar... Tô no limite.

— Vou atuar.

— Me ajude. Preciso. Hoje vou na indústria. Visita dos técnicos do MS às 14h30. Te informo depois como foi.

Mais tarde naquele dia, a dupla retomou a conversa. Primeiro, Youssef:

— Terminou a visita. Fomos bem. Temos que aguardar o relatório.

— Vamos cobrar. Preciso do retorno sobre a estruturação.

Outro diálogo, travado em 19 de setembro de 2013. Neste, Vargas reclamava da falta de um pagamento de R$ 76 mil por um serviço de tecnologia que seu irmão, Milton Vargas, teria prestado à Labogen:

— Sabe por que não pagam o Milton?

— Calma, vai ser pago. Falei para você que iria cuidar disso.

— Consultores que trabalham com ele há meses e não receberam.

— Deixa que já vai receber.

A repercussão dos diálogos nos jornais levou Vargas a pedir licença do mandato por 60 dias, em 7 de abril de 2014. Explicou ter sido procurado por Youssef, um empresário de Londrina, sua base eleitoral:

> — Fiz como fiz em vários momentos com outros empresários. Eu o orientei, na forma da lei.

O deputado Vicentinho (PT-SP) voltou a proteger o correligionário:

> — A nossa primeira ação é de respeito e confiança absoluta no nosso colega, até que provem o contrário.

Em 9 de abril o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados abriu processo de cassação contra Vargas, apesar de manobras do PT. O deputado José Geraldo (PT-PA) apresentou questão de ordem alegando que a investigação tinha de ser iniciada pela Corregedoria da Câmara. Começava uma série de chicanas para tentar salvar Vargas. No mesmo dia, o petista anunciou sua renúncia à vice-presidência da Câmara.

Comentário de Rui Falcão (SP), presidente nacional do PT, ao anunciar que o partido iria ouvir o "companheiro" Vargas sobre as denúncias:

— São fatos noticiados que, por si só, não incriminam ninguém.

Quem ouviu o deputado foi o secretário nacional de Organização, Florisvaldo Souza (PT-PR), amigo de longa data de Vargas. Fotografaram os dois tomando cerveja num restaurante dos Jardins, região nobre de São Paulo. O dirigente do PT teria tranquilizado Vargas, dizendo que ele seria advertido e, no máximo, suspenso por um período. O PT não o expulsaria por envolvimento com Youssef.

Aliviado, Vargas divulgou que não cumpriria os 60 dias de licença e retomaria o mandato o quanto antes. Em relação à renúncia à vice-presidência da Câmara, não havia com o que se preocupar. Ele a anunciara, mas não chegara a formalizar a sua saída do cargo – provavelmente porque considerou que se safaria da encrenca.

De sem-casa à mansão

Perfil de André Vargas publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo em 13 de abril de 2014 fez a aparente maré de sorte do deputado sofrer uma reviravolta. A reportagem

levou o PT a reconsiderar a decisão de blindá-lo.

A carreira política meteórica do menino pobre de Assaí (PR) começou a tomar corpo em 2002, com sua eleição para deputado estadual. Havia quatro anos que mantinha boas relações com o então deputado federal José Janene (PP-PR), seu guru na política. Por meio dele, que se tornaria famoso pelo envolvimento no escândalo do mensalão, Vargas estreitou laços com Youssef.

Na Assembleia Legislativa, Vargas presidiu a CPI dos Pedágios. O relatório final, favorável às empresas concessionárias. Vargas ganhou o sugestivo apelido de Bocão. Eleito deputado federal pelo PT em 2006, seguiu os passos de Janene e foi para a Comissão de Minas e Energia. Aproximou-se das questões que envolviam a Petrobras. Com a morte de Janene, herdou os serviços de Wagner Pinheiro, homem de confiança para assuntos políticos.

Em 2006 Vargas não possuía sequer casa própria. Em quatro anos, o patrimônio aumentou mais de sete vezes, de R$ 80 mil para R$ 572 mil. Um exemplo da prática política do petista: apresentou emenda parlamentar para recapear as ruas do bairro onde tinha residência, em Londrina.

Apesar do patrimônio formal de R$ 572 mil, na eleição de 2010 distribuiu R$ 893 mil em dobradinhas com 32 candidatos a deputado estadual, de três partidos diferentes. Pouco tempo depois exibia-se pelas ruas de Londrina em carros de luxo e era proprietário de imóvel no condomínio Alphaville Jacarandá, onde as residências valiam ao menos R$ 2 milhões.

Com receio das possíveis revelações do conteúdo de 12 mil gravações interceptadas pela PF durante a Lava Jato, Vargas anunciou em 14 de abril de 2014 que renunciaria ao mandato. Atenderia aos apelos de parte dos dirigentes do PT para não prejudicar o partido nas eleições daquele ano. No dia seguinte voltaria atrás. Argumentou que o processo disciplinar, já aberto na Comissão de Ética, não impediria a cassação do mandato. Renunciou apenas ao cargo de vice-presidente da Câmara.

Do deputado José Mentor (PT-SP), um amigo leal:

> — Ele consultou advogados e decidiu que vai se defender. Ele tem o direito de se defender, e nós vamos ajudá-lo.

Vargas, o Bocão, veio a público dizer que tinha o apoio de 30 dos 88 deputados do PT. Na Comissão de Ética, José Geraldo (PT-PA) pediu vista do processo, adiando a votação do parecer. Com o suporte dos deputados Cândido Vaccarezza (PT-SP) e Luiz Sérgio (PT-RJ), Vargas subiu o tom:

> — Não renuncio. Agora vou até o fim, e vou fazer o meu sucessor na vice-presidência da Câmara.

Detalhes das gravações voltaram a incomodar. Em seis meses, de 19 de setembro de 2013 a 12 de março de 2014, Vargas e Youssef trocaram 270 mensagens de texto

por celular. Os dois se tratavam como “irmão” e se despediam com “beijo”. Fizeram referências ao então ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Para a PF, a dupla queria ganhar R$ 150 milhões com negócios da Labogen. Do relatório da investigação:

> “Existem indícios que os envolvidos tinham uma grande preocupação em colocar à frente da Labogen alguém que não levantasse suspeitas das autoridades fiscalizadoras.”

Ninguém melhor que um executivo indicado pelo ministro da Saúde. Afinal, Marcus Cezar Ferreira de Moura já trabalhara como coordenador de Promoção e Eventos do Ministério da Saúde. Em 2010, prestou serviços à campanha política que elegeu Dilma Rousseff presidente da República. Pelo celular, Vargas informou Youssef sobre Moura, 14 anos de militância no PT:

> — Foi Padilha que indicou.

Padilha negou, mas admitiu conhecer Moura havia mais de 20 anos. Deu entrevista com as mãos trêmulas:

> — Conheço sim o Marcus Cezar Moura. Ele foi militante do PT no começo dos anos 1990. É uma pessoa que eu nunca mais tinha tido contato, mas nos reencontramos quando eu era da Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República.

Moura preferiu não se manifestar. De fato, a Labogen o contratou para manter contatos institucionais com o Ministério da Saúde.

As mensagens interceptadas pela Polícia Federal mencionaram ainda o deputado Vicente Cândido (PT-SP) e os empresários Pedro Paulo Leoni Ramos, ligado ao senador Fernando Collor (PTB-AL). Ele teria comprado participação na Labogen por intermédio de algumas empresas. Também se referiam a João Procópio de Almeida Prado, que supostamente se reuniu com Vicente Cândido em São Bernardo do Campo (SP).

Em 25 de setembro de 2013 Youssef chegou a Brasília acompanhado por Leoni Ramos. O doleiro escreveu mensagem a Vargas:

> — Achei que você estivesse aqui na casa do Vaccarezza.

Reação de Cândido Vaccarezza sobre o encontro com Leoni Ramos, após explicar que em Brasília residia no mesmo prédio de Vargas:

> — Eu não excluo a possibilidade de ter encontrado com ele na casa do André. Eu não me recordo de nenhuma vez que ele tenha passado na minha casa.

Vaccarezza conhecia Leoni Ramos:

> — O Pedro Paulo eu conheço de muito tempo. Eu o conheci em São Paulo, na casa de um amigo há uns sete, oito anos. É um empresário da área de iluminação, se eu não me engano.

Já Vicente Cândido conheceu Youssef em Cuba. A respeito dos negócios em São Bernardo do Campo, disse assim:

— É preciso ver com o Vargas do que se trata. Eu não me lembro.

Pressionado, Vargas negou que Padilha indicara Moura para a Labogen:

> — Estou preparado para responder a todos os questionamentos nos foros competentes, onde terei direito à defesa e ao contraditório. Vazamentos seletivos e fora do contexto não podem servir a prejulgamento de que tenho sido vítima.

Vargas não explicou quem era o "Padilha" da mensagem enviada a Youssef. Pediu desfiliação do PT.

Cartadas protelatórias

Enquanto Padilha ameaçava processar Vargas, Fernando Meirelles, apontado como testa de ferro de Youssef na Labogen, deu guarida às conveniências políticas. Afirmou em 28 de abril de 2014 que Moura fora indicado por Leoni Ramos. A notícia passou despercebida.

Quatro dias depois, em 2 de maio, o ex-petista Vargas, ainda deputado, subiu à tribuna da Câmara para dizer que Padilha não foi o responsável pela indicação de Moura. Segundo a nova versão, Moura o procurou em seu gabinete em busca de emprego. Do pronunciamento:

> — Vi o currículo dele e achei interessante. Ajudo as pessoas. Eu era o vice-presidente e centenas de pessoas me procuravam para conseguir alguma colocação.

Mais quatro dias e Meirelles voltou à carga. Quis passar a ideia de que a Labogen era séria. Aproveitou para prestar um favor político:

— Não sou laranja, não sou sócio do Padilha.

Do diálogo interceptado pela PF em 5 de março de 2014, em que a doleira Nelma Mitsue Kodama pediu a Youssef para nomear um amigo na Polícia Civil de São Paulo, onde Padilha disputaria eleição para governador:

— Se o Padilha ganhar o governo, ajudo ele e muito.

Com o andamento das investigações, descobriu-se que a Labogen lavara US$ 113 milhões por meio de 1.945 contratos de câmbio de até US$ 100 mil cada. O valor "baixo" procurava não causar suspeitas. As operações se deram entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013. Outros US$ 71 milhões, de três empresas ligadas a Youssef, teriam movimentado propina de contratos superfaturados em órgãos públicos.

Até doleiros chineses participavam da rede de Youssef que simularia importações de medicamentos e mandaria dinheiro para a China. Youssef atendia clientes

brasileiros usando a Labogen para internar de forma ilícita caixas de bebidas finas, coleções de joias, instrumentos musicais, aparelhos tecnológicos e até seda chinesa.

Vargas já fora chamado a depor seis vezes quando, em 5 de agosto de 2014, finalmente apareceu no Conselho de Ética que o julgava. Mas recusou-se a prestar depoimento ao relator do processo, deputado Júlio Delgado (PSB-MG). Bateu boca e, em mais uma manobra para adiar a decisão, pediu a substituição de Delgado. Perdeu por 11 a 2, com os votos solitários de Sibá Machado (PT-AC) e José Geraldo (PT-PA). Declaração de Vargas:

— Eles não nos ofereceram as condições de fazermos nossa defesa.

Delgado pediu a cassação por quebra de decoro parlamentar. O Conselho de Ética aprovou. Vargas entrou com recurso na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e reuniu-se com representantes do PT. Exigia uma saída. Para ganhar tempo, José Mentor pediu vista do recurso. Na reunião seguinte, em 4 de novembro, não houve quórum.

Um acordão entre PT e PMDB tomou forma. Se o processo não chegasse ao plenário da Câmara antes do recesso parlamentar, Vargas não seria cassado e evitaria a inelegibilidade de oito anos. Novo adiamento deveu-se a suposta viagem de seu advogado. No total conseguiram postergar seis vezes o julgamento, mas em 11 de novembro de 2014 a CCJ confirmou a decisão do Conselho de Ética. Pela cassação. Votaram contra os deputados José Mentor (PT-SP), Nelson Pelegrino (PT-BA), João Paulo Lima (PT-PE), José Guimarães (PT-CE), Décio Lima (PT-SC), Francisco Chagas (PT-SP), Geraldo Simões (PT-BA), Emiliano José (PT-BA) e Marcos Medrado (SD-BA).

A votação final do processo, no plenário da Câmara dos Deputados, foi adiada devido a pedido de licença médica de Vargas, que informou ter feito cirurgia na boca. Solicitava uma semana para se recuperar. Na semana seguinte a cúpula da Câmara remarcou a sessão para 10 de dezembro, uma semana antes do encerramento dos trabalhos legislativos. Nos bastidores houve comentários sobre a possibilidade de não haver quórum na votação.

Numa última cartada, Vargas destituiu seu advogado alegando que faria a própria defesa. Pediu tempo para isso. Não deu certo. José Mentor ainda tentou encerrar a sessão por falta de quórum. Não deu certo. O voto era aberto e 359 deputados apoiaram a cassação. Sem saída, o PT orientou a bancada a votar pela perda do mandato. Dos 87 deputados do partido, 30 não registraram o voto. Além deles, abstiveram-se Beto Faro (PT-PA), Dalva Figueiredo (PT-AP) e Sibá Machado (PT-AC). José Airton (PT-CE) foi o único a votar contra a fim do mandato. Inconformado, Vargas se manifestou:

— Na Lava Jato, eu sou um cisco.



9

POSTOS RENDOSOS

O soturno tesoureiro responsável por recolher propinas milionárias

Como convém a um tesoureiro de partido político no Brasil, João Vaccari Neto era discreto e reservado. Quase não falava em público, preferindo se manifestar, quando necessário, por notas emitidas pela assessoria do Partido dos Trabalhadores. Evitava deixar rastros no papel. Conversas, só na memória. Se precisasse mesmo escrever, rabiscava garranchos que mais pareciam códigos em páginas avulsas, e as escondia nos bolsos. Outra característica de Vaccari era portar uma mochila preta. Consta que serviria para o caso de receber contribuições em dinheiro.

Em 2003, sem qualquer alarde, o então presidente Lula, amigo de Vaccari, nomeou-o para o Conselho de Administração de Itaipu. O trabalho: participar de seis reuniões anuais por R$ 21 mil mensais.

A Polícia Federal chegou a investigá-lo em 2006, por suspeita de envolvimento em trama engendrada pela campanha do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao Governo de São Paulo – a compra de um conjunto de documentos para prejudicar adversários políticos. Outro metido na armação: o presidente do PT, Ricardo Berzoini (SP), político próximo a Vaccari e, na época, coordenador da campanha de reeleição de Lula. Afastado para abafar o episódio, voltaria em seguida a ocupar a mesma posição de presidente do partido. Berzoini e Vaccari livraram-se da encrenca que ficou conhecida como escândalo do dossiê.

A ligação entre os dois vinha de tempos. Ambos foram lideranças do influente Sindicato dos Bancários de São Paulo e dirigentes da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo), criada em 1996. Berzoini era do *establishment* do PT, ministro cinco vezes nos governos Lula e Dilma Rousseff. Mandou na Previdência Social, no Trabalho e Emprego, nas Relações Institucionais, em Comunicações e na Secretaria de Governo.

Vaccari tornou-se presidente da Bancoop, entidade fundada pelo amigo Berzoini, em 2004. Obviamente não deixou a sinecura em Itaipu. Três anos depois, o Ministério Público de São Paulo abriu inquérito criminal para investigar prejuízos de R$ 100 milhões causados pela entidade. De 53 empreendimentos habitacionais lançados pela cooperativa, 19 nem haviam saído do papel. Cerca de 3 mil compradores desesperaram-se após quitar imóveis cujas construções sequer tinham começado. Suspeitava-se de saques na boca do caixa, de R$ 31 milhões. Todos cheques da Bancoop. Desconhecia-se o destino do dinheiro. Cálculo do rombo: R$ 68 milhões.

Apesar de investigado pelos crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, estelionato e apropriação indébita pelo que fez no comando da Bancoop, o PT decidiu em 2010 nomear Vaccari como tesoureiro nacional do partido. Lula apoiou-o, claro, sem desligá-lo da boquinha em Itaipu. Em cinco anos o tesoureiro mostraria a que veio, angariando mais de R$ 600 milhões em contribuições oficiais ao PT.

Três anos após assumir o comando da Bancoop, em 2004, Vaccari já enfrentava dezenas de decisões judiciais contestando sua gestão. Segundo o promotor José Carlos Blat, R$ 10 milhões morreram nas mãos de quatro dirigentes da cooperativa que, coincidentemente, eram proprietários da Germany Construtora. A empresa teria tido um único cliente – a Bancoop. Foi denunciada por movimentação ilegal de R$ 50 milhões.

Conforme o MP de São Paulo, a empreiteira emitia notas superfaturadas em 20% à Bancoop. Aliás, os mesmos dirigentes da Germany seriam os donos da consultoria Mizu Gerenciamento, acusada de desviar dinheiro da cooperativa para o PT. Causaram estranheza pagamentos que somaram R$ 1,5 milhão à empresa de segurança de Freud Godoy, o ex-guarda-costas de Lula enrolado no escândalo do dossiê. Do promotor Blat:

> — A Bancoop é uma organização criminosa com fins político-partidários. Sua função principal é captar recursos para o caixa dois do PT. Ela ajudou a financiar a campanha de Lula em 2002.

Pré-candidata à sucessão de Lula em 2010, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT-RS), defendeu a escolha de Vaccari como tesoureiro do PT:

> — As pessoas têm o direito de se defender antes de serem condenadas, acusadas e, de fato, afastadas.

Vaccari desligou-se da Bancoop, mas o doleiro Lúcio Bolonha Funaro, envolvido no escândalo do mensalão, acusou-o em delação premiada. Afirmou que em 2003, antes de assumir a presidência da cooperativa, Vaccari exercia papel de intermediário entre o PT, fundos de pensão de estatais, bancos e corretoras. Naquele ano e no seguinte, período em que o mensalão correu solto, Vaccari recolheria propina de 6% a 15% dos interessados em transações financeiras com os fundos Petros (Petrobras), Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa Econômica Federal), Nucleos (Nuclebrás) e Eletros (Eletrobrás). Ele agiria ao lado do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, sob comando do ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP).

Segundo Funaro, Vaccari lhe foi apresentado pelo presidente do PL (Partido Liberal), deputado Valdemar Costa Neto (SP). A legenda mudou de nome para PR (Partido da República) após ser chamuscada no mensalão. Em reunião na sede da Bancoop em São Paulo, Funaro ouviu de Vaccari como se obtinha propina em negócios com fundos de pensão. Tudo tocado sob orientação do “professor” Delúbio

Soares e operado por Vaccari e Marcelo Sereno, assessor do governo Lula e homem de confiança de José Dirceu.

Ferramentas de arromba

Entre 2003 e 2004, dois bancos envolvidos no mensalão, Rural e BMG, mais o Santos, também acusado por falcatruas, teriam recebido R$ 600 milhões dos fundos de pensão sob influência do PT. Dos cinco fundos mencionados acima, Delúbio Soares e Vaccari teriam comandado a aplicação de R$ 182 milhões em títulos do Rural e BMG. Prejuízo certo aos trabalhadores das estatais, lucro garantido a espertalhões do mercado e da política.

A Polícia Federal abriu investigações para apurar a gestão do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), ferramenta criada pela Bancoop em 2004, ano em que Vaccari assumiu a presidência da cooperativa. Três fundos – Petros, Previ e Funcef – aplicaram R$ 26,2 milhões no tal FIDC em dois anos. As operações terminaram classificadas como de alto risco e a cooperativa só pagou a metade da rentabilidade-alvo da carteira.

O Ministério Público denunciou Vaccari à Justiça em outubro de 2010. Acusado por crimes de formação de quadrilha, estelionato, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro nos mais de dez anos em que ocupou cargos de direção na Bancoop. Tornara-se diretor administrativo e financeiro da cooperativa, a posição que fora de Berzoini, eleito deputado pelo PT. Àquela altura, mil famílias cooperadas já haviam pedido a dissolução da Bancoop, alegando um golpe. Afinal, pagaram por moradias não entregues, enquanto a entidade fazia saques suspeitos milionários.

No curso das investigações da Lava Jato, a PF descobriu que Vaccari esteve na sede da GFD, de Alberto Youssef. O tesoureiro confirmou ter ido ao local para encontrar o doleiro, embora também tenha dito que não mantinha relacionamento com Youssef. Sinistro, Vaccari recusou-se a explicar o que foi fazer na GFD, a empresa de fachada usada para lavar propina de construtoras contratadas pela Petrobras.

Em depoimento à PF, Carlos Alberto Pereira da Costa, advogado "laranja" de Youssef, afirmou que Vaccari esteve várias vezes na sede da CSA, controlada pelo doleiro, para, possivelmente, tratar de operações ligadas a fundos de pensão com Cláudio Mente. Pereira da Costa colaborou com as investigações para abrandar sua condenação. Por meio da assessoria do PT, Vaccari admitiu ser amigo de Cláudio Mente. Visitou-o, "eventualmente".

Segundo Pereira da Costa, dirigentes do Petros embolsaram R$ 500 mil para investir R$ 13 milhões do fundo de pensão, intermediados pela CSA. Ele apontou o então gerente de Novos Negócios do Petros, Humberto Pires Grault, ligado ao PT, como um dos que recebeu suborno. Cláudio Mente seria outro. Em depoimento, Pereira da Costa afirmou que a GFD assinou contratos fraudulentos com a Mendes Júnior, Sanko e Engevix, fornecedoras da Petrobras. Serviam para dar aparência

legal ao suborno que funcionava como contrapartida de contratações da estatal.

Em setembro de 2014 a PF abriu investigação sobre aplicações de R$ 73 milhões feitas pelos fundos Petros e Postalis por meio do Trendbank, administrador de fundos de investimento. Quase todo o dinheiro se perdeu. Os investigadores enxergaram as mãos de Youssef e Vaccari no negócio. O elo entre eles teria sido Enivaldo Quadrado, sobrevivente do mensalão.

O dinheiro captado, relataram os federais, foi aplicado em papéis podres de empresas ligadas a Youssef. A Rock Star Marketing e JSM Engenharia e Terraplenagem receberam R$ 100 milhões em aplicações do Trendbank. Em 2010 elas repassaram R$ 1,5 milhão para a MO. Segundo os investigadores, não havia dúvida de que Vaccari recebia propina do doleiro.

Paulo Roberto Costa apontou Vaccari como beneficiário de dinheiro desviado de contratos com a Petrobras:

— A ligação era diretamente com ele.

Youssef confirmaria os desvios. Enquanto Vaccari pegava o suborno em nome do PT, Fernando Soares, o Fernando Baiano, era intermediário do PMDB. Cabia a Paulinho cuidar da parte do PP. Youssef administrava tudo.

Do suborno de 3% cobrado nos contratos da Petrobras, os que se referiam a três diretorias controladas pelo PT – Serviços, Exploração e Produção e Gás e Energia – ficavam integralmente com o partido. Dos 3% dos contratos da Diretoria Internacional, sob comando do PMDB, 2% eram repassados ao PT e 1% ficava com o PMDB. Na Diretoria de Abastecimento, a de Paulinho, distribuía-se na mesma proporção: 2% para o PT e 1% ao PP.

A quatro dias do segundo turno das eleições presidenciais de 2014, o presidente do PT, Rui Falcão, veio a público dizer que, por "decisão do governo", Vaccari seria desligado do Conselho de Administração de Itaipu, embora não houvesse razão para destituí-lo do cargo de tesoureiro do PT:

— Nosso partido não convive com malfeitos e atos de corrupção.

Dilma Rousseff foi reeleita. Logo veio à tona a interceptação de mensagem eletrônica segundo a qual a OAS mandou levar R$ 110 mil a Marice Corrêa Lima, cunhada de Vaccari. O "*money delivery*", como foi chamado, chegou ao apartamento dela no bairro da Bela Vista, em São Paulo, em dezembro de 2013. Determinação de Youssef. O doleiro teria entregado outros R$ 244 mil à cunhada de Vaccari.

Marice prestou esclarecimentos à PF. Era filiada ao PT, ex-coordenadora administrativa do partido e funcionária da Central Única dos Trabalhadores. Em 2005, orientada por Delúbio Soares, carregou R$ 1 milhão em dinheiro vivo, de caixa dois, para a Coteminas, em Minas Gerais. A empresa pertencia ao ex-vice-presidente da República, José Alencar (PL).

Em reunião do PT em Fortaleza (CE), Vaccari foi aplaudido duas vezes.

— Nunca fiz nada de errado.

Para Rui Falcão, não havia “nada concreto” contra o tesoureiro:

— Nosso papel é defendê-lo.

Ex-gerente da Petrobras, Pedro Barusco depôs à Lava Jato em regime de delação premiada. Relatou ter feito “troca de propinas” com Vaccari. Estava com dificuldade de receber “crédito” da empreiteira Schahin Engenharia, que atuava na área de petróleo e gás e mantinha bom relacionamento com Vaccari. A propina era acerto ligado às obras de ampliação do Cenpes (Centro de Pesquisas da Petrobras), no Rio de Janeiro.

Em compensação, Barusco tratou de receber propina, esta devida a Vaccari, por conta de outra empresa com atuação no ramo de óleo e gás e contratos na área do pré-sal. Da mesma forma, a dívida não tinha sido honrada. Barusco era homem-bomba. Subordinado ao diretor de Serviços, Renato Duque, confessou ter embolsado propina de mais de 70 contratos firmados entre 2005 e 2010, durante o governo Lula.

Devido às confissões de Barusco, antes de 2014 terminar a opinião pública soube que Duque ficava com 60% da propina. Ele, Barusco, com 40%. Para se livrar de condenação, o ex-gerente concordou em devolver US$ 97 milhões guardados no exterior, mais R$ 6 milhões escondidos no Brasil. Uma fortuna. Barusco explicou o funcionamento do sistema:

— O pagamento de propina não era uma exigência, mas algo endêmico e institucionalizado na Petrobras.

O ano de 2015 prometia ser difícil para Vaccari.



MAPAS DO BUTIM

Executivos em delações premiadas detalham ricos escaninhos da corrupção

Depois das delações premiadas de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, o empresário Julio Camargo, executivo da Toyo Setal, dona de contratos da ordem de R$ 5 bilhões com a Petrobras, decidiu contar o que sabia sobre pagamentos de propina e o cartel de fornecedoras que fraudou obras na estatal. Camargo tentava reduzir sua provável condenação na Justiça.

O acordo foi fechado na semana anterior ao segundo turno das eleições de 2014. As urnas reconduziram Dilma Rousseff à Presidência da República, mas a informação sobre a nova delação premiada só chegou à opinião pública após a vitória da candidata do Partido dos Trabalhadores.

Camargo ficara na mira dos investigadores da Lava Jato após ser identificado em documento apreendido na casa de Paulo Roberto Costa. Figurava como possível doador em campanhas eleitorais. Paulinho anotara, após o nome de Camargo: "Começa ajudar a partir de março". A campanha que mais recebeu recursos do executivo, conforme a lista de Paulinho, teria sido a de Lindbergh Farias (PT-RJ), candidato a senador pelo Rio de Janeiro em 2010: R$ 200 mil. Ele se elegeu.

Importante registrar que é balela o negócio de dinheiro para campanha eleitoral. Não obstante os altos os custos das eleições, as contribuições em grande parte acabam embolsadas por políticos. Servem para enriquecê-los.

A delação premiada de Camargo provocou pânico entre as fornecedoras da Petrobras. O executivo relatou que controlava outras empresas – Piemonte, Treviso e Auguri – usadas para repassar propina a empresas de fachada de Youssef. Entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013 a Piemonte transferiu R$ 8,5 milhões para a GFD. A Treviso injetou R$ 4,4 milhões na GFD.

Entrou em pânico também o PT. Camargo explicitou que Renato Duque, diretor da Petrobras entre 2003 e 2012, fazia parte do esquema e recebia propina de empresas contratadas pela petroleira. Duque seria amigo do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e um dos responsáveis por obras bilionárias e sob suspeição no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Ali a previsão de gastos, de US$ 8,4 bilhões, pulou para US$ 47,7 bilhões.

Vamos à Toyo Setal. Ligada à multinacional Toyo Enginnering, do Japão, fora contratada pela Petrobras para construir a Unidade de Hidrogênio de Itaboraí (RJ), de R$ 1,1 bilhão, e a fábrica de produção de amônia para fertilizantes, em Uberaba (MG), de R$ 2,1 bilhões. Esta obra, da Diretoria de Gás e Energia, sob influência do PT. E mais a EBR (Estaleiros do Brasil), instalada no Rio Grande do Sul, contratada por R$ 1,8 bilhão para produzir módulos da plataforma de petróleo P-74, destinada a explorar o pré-sal.

Para demonstrar boa vontade com as autoridades, Camargo aceitou pagar R$ 40 milhões em multa por seu envolvimento com o petrolão. Leiloou cavalos de raça de seu luxuoso haras em Bagé (RS), aonde costumava viajar nos fins de semana com parentes e amigos, em dois aviões.

Camargo doou R$ 6,7 milhões a 13 partidos políticos entre 2006 e 2014. O PT ficou com a maior parte, R$ 2,6 milhões. Além de Lindbergh Farias, beneficiaram-se os candidatos a senador Delcídio Amaral (PT-MS), Marta Suplicy (PT-SP) e o deputado Adriano Diogo (PT-SP). Segundo Diogo, ele receberia R$ 100 mil de Marta Suplicy para dividir com a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), mas o dinheiro ficou mesmo na campanha de Erundina.

O Partido da República embolsou R$ 2,5 milhões, quase tudo para a campanha de José Roberto Arruda ao Governo do Distrito Federal. Lembrete: Arruda foi forçado a deixar o mesmo Governo do DF, no ruidoso escândalo do mensalão do DEM (Democratas). O PMDB pôs as mãos em R$ 475 mil, o PSDB em R$ 162 mil, o PPS em R$ 113 mil e o PV, em R$ 26 mil.

As doações legais aos partidos, registradas na Justiça Eleitoral, ficaram sob suspeita após as investigações da Lava Jato. Conforme os procuradores, a origem dos recursos era suborno de fornecedoras da Petrobras. As contribuições oficiais serviam para lavar e esquentar propina. Camargo confessou que, além das doações eleitorais, entregava gratificações em dinheiro vivo no Brasil ou mandava depositar somas no exterior.

Curso de escárnio

Na esteira de Camargo, um segundo executivo ligado à Toyo Setal, Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, fez acordo para colaborar com a Justiça. Dono da Tipuana Participações, da qual saíram depósitos de R$ 7,3 milhões para contas controladas por Youssef, ele pertencia ao Conselho Administrativo da EBR. Mendonça Neto informou que simulava o aluguel de máquinas de terraplenagem com notas emitidas por um certo Adir Assad e denunciou a existência de uma espécie de "clube" formado por empreiteiras. Elas constituíram cartel para fraudar contratos da Petrobras. O executivo aceitou pagar multa de R$ 10 milhões pelos desvios que provocou.

Hora de voltar a Renato Duque. Além da influência na obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, citada acima, também se suspeitava, conforme o juiz Sérgio Moro, que o ex-diretor recebesse propina de contratos relacionados às refinarias Henrique Lage, Presidente Getúlio Vargas, Paulínia e aos gasodutos Urucu-Manaus e de Cabiúnas.

Engenheiro mediano, Duque enriqueceu nos governos Lula e Dilma Rousseff. Julio Camargo e Augusto Ribeiro de Mendonça Neto disseram a investigadores que repassaram R$ 150 milhões em operações de suborno a ele e a seu principal assessor, Pedro Barusco. Na sede da Toyo Setal em São Paulo, o dinheiro vivo era

entregue aos emissários de Duque conhecidos como “Tigrão”, “Melancia” e “Eucalipto”.

Em sua delação, Camargo apontou o dedo para Fernando Baiano. De acordo com Camargo, o operador do PMDB recebeu comissões de US$ 40 milhões para intermediar dois contratos de fornecimento de sondas de perfuração da Samsung junto ao ex-diretor Internacional, Nestor Cerveró. Baiano mantinha “compromisso de confiança” com ele.

Cerveró tentou se manter no anonimato. Após doar três apartamentos na valiosa zona sul do Rio de Janeiro a filhos e neto, com medo de perder os imóveis, transformou em bem de família casa de alto padrão em Itaipava (RJ). Tornaram-se públicos caminhos tortuosos que fez para justificar a compra de um apartamento de R$ 7,5 milhões – duplex de 300 metros quadrados, com piscina – onde viveu por cinco anos, em Ipanema, no Rio. Para camuflar a posse e forjar aparência legal, abriu *offshore* no Uruguai, usou “laranja” no Brasil e criou sede-fantasma para alugar da *offshore* o apartamento, simulando não ser dono do imóvel.

Para informação do leitor, Cerveró não saiu da Petrobras em consequência da compra da Refinaria de Pasadena. Nem pela corrupção. A substituição por Jorge Luiz Zelada foi arranjo pouco transparente envolvendo o PMDB. Para compensá-lo, ganhou o cargo de diretor Financeiro e de Serviços da BR Distribuidora. Prova disso é o elogio do Conselho de Administração, presidido por Dilma Rousseff. O documento registrou os relevantes serviços, “ressaltando sua competência técnica e o elevado grau de profissionalismo e dedicação demonstrados no exercício do cargo”.

Fernando Baiano, imprescindível para obter contratos na Diretoria Internacional, manteria conta bancária no BCP Geneve, na Suíça, em nome da *offshore* Hayley. E receberia propina por meio de uma conta de Julio Camargo no banco Winterbothan, no Uruguai. Na Suíça, Camargo usou conta do Credit Suisse, com o nome sugestivo de Pelego. Lá depositava dinheiro de contratos de consultoria fraudulentos firmados pela Piemonte, Treviso e Auguri com consórcios e empresas contratadas pela Petrobras.

A mesma conta na Suíça movimentou dinheiro de Duque, Barusco, Paulinho e Youssef. Propinas a Baiano teriam sido pagas por meio da Techinis Engenharia e Consultoria e Hawk Eyes, registradas em nome dele. Camargo abriu outra conta na Suíça, a Vigela, para receber suborno. Baiano seria o beneficiário. Havia ainda mais uma, no Merril Lynch, de Nova York, para pagamentos de Youssef a Baiano.

Duque receberia propina em nome da *offshore* Drenos, em conta bancária do Cramer na Suíça. Para conseguir o direcionamento de obra de R$ 1 bilhão na Refinaria Henrique Lage, em São José dos Campos (SP), Camargo disse que pagou R$ 6 milhões a Duque e Barusco. Até ali a Suíça já bloqueara US$ 20 milhões em nome de Barusco. Em outra obra, na Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR), a dupla exigiu R$ 12 milhões. Conforme Augusto Ribeiro de

Mendonça Neto, porém, o valor foi bem maior. O "clube" dispendeu de R$ 50 milhões a R$ 60 milhões, entre 2008 e 2011, para ser autorizado a comandar obras no valor de R$ 2,4 bilhões na Presidente Getúlio Vargas. Pagaram as somas em doações oficiais, malas de dinheiro vivo e depósitos em contas no exterior. Já no caso dos gasodutos Urucu-Manaus e de Cabiúnas a propina alcançaria R$ 5 milhões.

Bem-vindos ao cartel

Com base nos depoimentos dos executivos da Toyo Setal, mais as delações de Paulinho e Youssef, a Lava Jato deflagrou em 14 de novembro de 2014 operações para prender Duque e executivos de algumas das maiores empreiteiras do País. Dia histórico. Foram para a cadeia, entre outros, Ricardo Pessoa (presidente da UTC, apontado como coordenador do "clube"), Gerson Almada (vice-presidente da Engevix), Sérgio Mendes (vice-presidente da Mendes Júnior), Ildefonso Colares Filho (presidente da Queiroz Galvão), Erton Fonseca (diretor de Engenharia da Queiroz Galvão) e Eduardo Leite (vice-presidente da Camargo Corrêa). Fernando Baiano fugiu.

Em depoimento, Mendonça Neto relatou que, sob orientação de Duque, procurou o tesoureiro João Vaccari Neto para repassar suborno de R$ 4 milhões na forma de doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores. Do que foi injetado no PT entre 2008 e 2011, a Justiça Eleitoral registrou R$ 2 milhões procedentes da SOG Óleo e Gás, Setec Tecnologia e PEM Engenharia, todas do grupo Toyo Setal. O dinheiro chegou ao partido em 2010, ano em que Dilma Rousseff foi eleita presidente da República.

A parte de Duque equivalia a 1,3% do valor de cada contrato fechado com a Petrobras. Em troca o diretor de Serviços providenciava para que apenas as indicadas pelo "clube" fossem contratadas. Conforme a delação premiada dos executivos da Toyo Setal, o cartel se formou no fim dos anos 1990 (final da Era FHC, que foi de 1995 a 2002) e se fortaleceu a partir de 2003 (início dos governos Lula).

O "clube" se reunia, discutia as obras oferecidas pela Petrobras e definia, segundo os interesses das empresas, as prioridades de cada uma. Acertadas, encaminhavam as decisões a Duque. Seguindo o *script*, ele as convidava a "disputar" certames. As escolhidas para perder apresentavam preços mais altos. Ganhariam nas próximas contratações. Dava-se assim o rodízio que invariavelmente impunha preços elevados à estatal.

Baiano foi preso, mas Duque, graças a decisão do ministro Teori Zavascki, do STF, livrou-se da cadeia em 3 de dezembro de 2014. O ex-presidente Lula criticou a imprensa por propagar que contribuições oficiais a campanhas eleitorais receberam dinheiro de propina. Argumentou que as informações eram sigilosas. Sabia do desgaste que as notícias representavam ao governo e temia que reforçassem a tese do *impeachment* de Dilma Rousseff. Questionado, Lula dissimulou:

— Estou pensando em conversar sobre isso qualquer dia desses, para colocar algumas verdades no lugar.

Do jurista Hélio Bicudo, em março de 2015:

Sob a liderança de Lula, o caldo de cultura do PT passou a ser o rouba, mas faz. No caso do mensalão muitos foram pegos, mas justamente o grande beneficiário da corrupção, Lula, ficou de fora. Ele sabe manipular as coisas. Tem carisma. Os governos não deveriam existir para enriquecer as pessoas. Infelizmente Lula fez do PT um partido tradicional, no pior dos sentidos.



DE ORGULHO A PESADELO NACIONAL

Sob comando de Dutra, Gabrielli e Graça Foster, a Petrobras foi esbagaçada

Em 17 de julho de 2005, o presidente Lula concedeu entrevista que ficou famosa. Falou em Paris, na França. As revelações sobre o submundo do esquema do mensalão haviam chegado ao auge. Pela primeira vez, admitiu irregularidades e disse que "o PT tem de explicar à sociedade brasileira que erros cometeu". Lula assegurou, no entanto:

> — Não é por causa do erro de um dirigente ou de outro que você pode dizer que o PT está envolvido em corrupção.

Lula optou por outra estratégia pouco tempo depois. Negou o mensalão e pôs a culpa na imprensa golpista. O PT passou a defender uma tal de "regulação da mídia" com o objetivo de mantê-la sob controle. Os desdobramentos do petrolão mostrariam mais uma vez a importância da liberdade de expressão e da livre atuação dos jornalistas.

No dia seguinte àquele 17 de julho de 2005 o Brasil tomou conhecimento de que a Petrobras perdera seu presidente, o ex-senador José Eduardo Dutra (PT-SE), nomeado por Lula. Em seu lugar assumiria outro petista, José Sérgio Gabrielli, ligado ao governador da Bahia, Jaques Wagner (PT). Gabrielli estava na Petrobras desde o início da Era Lula, como diretor de Finanças.

A justificativa para o afastamento de Dutra não foi transparente. Alegou-se que ele disputaria uma vez mais vaga no Senado, mas as eleições estavam distantes 15 meses e a obrigação de se desincompatibilizar só se dava seis meses antes do pleito. História mal contada. Dutra sofria problemas de saúde? Ou Lula decidiu trocá-lo para evitar que o aliado ficasse chamuscado em algum malfeito que estouraria na Petrobras?

As urnas derrotaram Dutra em 2006, mas no ano seguinte ele voltou a ocupar cargo público importante. Em seu segundo mandato, Lula escolheu-o para ser presidente da BR Distribuidora. Dali saiu em 2009 para a Presidência do PT. Em 2011 cedeu o lugar a Rui Falcão (SP). Desta vez, sim, por problemas de saúde. Recuperado, exerceu novamente altos cargos na Petrobras, inclusive nos dois governos da presidente Dilma Rousseff.

Quem se chamuscou foi Gabrielli. Em setembro de 2009 o Tribunal de Contas da União elaborou relatório de fiscalização que apontou irregularidades em várias obras da Petrobras. Identificou sobrepreços nas refinarias Abreu e Lima e Presidente Getúlio Vargas. Houve custos excessivos nas construções dos gasodutos Urucu-Manaus e Cacimbas-Catu. Os preços altos ainda chamaram a atenção dos técnicos do TCU no caso das obras das plataformas de petróleo P-52 (campo Roncador), P-53

(campo Marlim Leste) e P-56, cujo destino era a bacia de Campos (RJ). Por fim, o TCU citou a Refinaria Duque de Caxias, também sob suspeição.

A Polícia Federal investigou a EIT (Empresa Industrial Técnica) por pagamentos irregulares ao grupo de Fernando Sarney, filho do à época presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Sarney, o filho, manteria ligações com Silas Rondeau, ex-ministro de Minas e Energia de Lula, afastado do cargo após ser citado em caso de corrupção. Mas Silas Rondeau ficou no Conselho de Administração da Petrobras, presidido por Dilma Rousseff, de onde faria negócios beneficiando Sarney, o filho.

Durante o governo Lula, a gestão de Gabrielli foi marcada por várias denúncias de uso do dinheiro da Petrobras em contratos suspeitos com organizações não-governamentais, firmados com a justificativa de modernizar a gestão pública, aumentar a competitividade, preparar mão de obra especializada. Igual estranheza causou convênios com a Fundação José Sarney, a contratação supostamente irregular de produtoras e desembolsos picados para que passassem despercebidos.

Senadores criaram a CPI da Petrobras em 2009. Deu em nada, claro. Já foi mostrado que o governo agiu para neutralizar iniciativas que causassem problemas. Tranquilo, Lula manifestou-se sobre os trabalhos da CPI:

> — O Senado só tem gente experiente. Você acha que tem algum bobo no Senado? O bobo é quem não foi eleito. Os espertos estão todos eleitos.

Gabrielli tampouco poderia ser chamado de bobo. Em abril de 2011 acumulou o cargo de presidente da Petrobras com o de integrante do Conselho de Administração da Itaúsa, ligada ao Banco Itaú. Ali representava o fundo de pensão Petros, dos funcionários da Petrobras. Ganho anual por participar de quatro reuniões por ano: R$ 630 mil. Em outro Conselho de Administração, da petrolífera portuguesa Galp, recebia R$ 300 mil anuais.

Em meados de 2011 Gabrielli já estava em pré-campanha para disputar o Governo da Bahia em 2014, com apoio do governador Jaques Wagner. Não perdia tempo para alavancar seu nome. Só naquele ano a Petrobras patrocinaria festas de São João em 142 cidades baianas.

Devido a divergências com a presidente Dilma Rousseff, porém, seus planos incluíam ter de se candidatar à Prefeitura de Salvador (BA) em 2012. Apesar de substituído por Maria das Graças Foster (PT-RJ), conduziu bem o jogo no PT. Enalteceu José Dirceu, réu do Supremo Tribunal Federal no mensalão:

> — É uma pessoa extremamente importante na articulação da relação do PT com outros partidos. Foi uma pessoa muito importante na eleição do presidente Lula. Foi presidente do partido por muitos anos. Então ele é uma pessoa de uma liderança incontestável.

Gabrielli foi recebido com festa em Salvador. A estratégia, assumir a Secretaria de Planejamento de Wagner e pavimentar o caminho político.

Uma barreira instransponível, o petrolão, o frustraria.

Mosca no mel

Durante os quase sete anos em que comandou a Petrobras, como vimos, Gabrielli cedeu a presidência da estatal em diversas ocasiões ao então diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa. Ao todo, Paulinho, protagonista do petrolão, ficou 95 dias na posição de presidente da Petrobras. Em depoimento à Justiça em 15 de setembro de 2014, Gabrielli tratou de se eximir da responsabilidade pela nomeação de Paulinho:

> — O presidente da Petrobras é comunicado, as razões e motivações são problemas internos do governo. O processo de indicação é exclusivo do Conselho de Administração, geralmente decidido no âmbito do sócio majoritário, que é o governo.

Gabrielli pôs no colo de Lula a responsabilidade pela escolha de Paulinho, referendada pelo Conselho de Administração, composto por nomes definidos pelo governo e, na época, presidido por Dilma Rousseff. Não negou a partidarização da Petrobras nem que Paulinho fosse indicação de José Janene (PP-PR):

> — A existência de influência, política ou não, ocorre no âmbito do governo, não no âmbito da Petrobras. Eu não tive nenhum contato com o Janene.

Presidente da Petrobras durante o maior escândalo de corrupção política de todos os tempos no Brasil, Gabrielli retraiu-se na Bahia. Passou boa parte de 2014 recluso. Evitou aparecer em eventos públicos. O sucessor de Jaques Wagner, Rui Costa (PT-BA), não ia querer em seu governo alguém que contaminasse a administração. Gabrielli foi para casa. Obviamente, não desprezou os cargos de conselheiro na Itaúsa e na Galp, pelos quais recebia quase R$ 1 milhão por ano.

O principal projeto de Gabrielli no período em que foi secretário de Planejamento da Bahia morreria no papel: a ponte de 12,2 quilômetros de extensão, e outros suculentos R$ 7 bilhões de custo, que ligaria Salvador à ilha de Itaparica, passando sobre a baía de Todos os Santos. Se fosse erguida, seria a segunda maior do Brasil, menor apenas que a Rio-Niterói. Tocariam as obras as construtoras Odebrecht, OAS e Camargo Corrêa, todas investigadas pela Lava Jato por desvios bilionários do petrolão.

Agora Maria das Graças Foster, diretora de Gás e Energia, nomeada presidente da Petrobras por Dilma Rousseff. Ela chegou a ser cotada para o poderoso Ministério da Casa Civil, mas o cargo parou nas mãos de Antonio Palocci (PT-SP) até ele cair em desgraça ao explicar como enriqueceu prestando consultorias. Aliados de Gabrielli usaram a influência para mantê-lo no cargo, o que forçou a presidente da República a trabalhar um ano, como ela mesma admitiria, para entronizar Graça Foster. A relação das duas era tão próxima que jantavam juntas quase todas as vezes

em que Dilma ia ao Rio. Graça Foster tatuou duas estrelas vermelhas no antebraço.

Dilma Rousseff ignorou a parceria entre a empresa C.Foster, de Colin Vaughan Foster, e a Petrobras. Os negócios entre o marido da amiga e a estatal estreitaram-se em 2007, quando Graça Foster assumiu a Diretoria de Gás e Energia.

A ascensão de Graça Foster deu-se a em 2003, após Dilma Rousseff assumir o Ministério de Minas e Energia. Foi indicada como secretária executiva de Petróleo e Gás. Depois, levada a dirigir a Petroquisa e a BR Distribuidora.

Apuração interna da Petrobras sobre a contratação da empresa do marido "entendeu que o relacionamento Maria das Graças e Foster comprometia a regularidade administrativa do setor e inibia críticas e questionamentos relativos aos trabalhos da C.Foster", mas a posição de Dilma Rousseff sobre assuntos dessa ordem já era conhecida.

Na campanha eleitoral à Presidência da República em 2010, Dilma Rousseff teve de se pronunciar sobre a contratação, pela Petrobras, da Capacità, empresa da qual era sócio Ibanês César Cássel, próximo da candidata. Ministra de Minas e Energia, ela criara, em 2004, a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), com a finalidade de subsidiar o planejamento do setor energético. Nomeou Ibanês César Cássel seu diretor.

O jornal O Globo publicou a notícia sobre os contratos da Petrobras com a empresa de Cássel. Dilma Rousseff criticou. Para ela, "o fato de uma pessoa ter uma empresa e participar de algum órgão de governo não é crime nem nunca foi". Em entrevista, a candidata citou dois ex-ministros do presidente Lula – Roberto Rodrigues, da Agricultura, e Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:

> — Aquela matéria é ridícula. Eu quero saber se em algum momento nós questionamos os empresários que foram ministros do governo por ter empresa. Que eu saiba, não. Os dois mais recentes, Roberto Rodrigues e Luiz Fernando, tinham empresa e eram ministros. Todos os governos que eu saiba tiveram empresários.

O problema não é ministro, marido de presidente da Petrobras ou executivo federal ser dono de empresa. A questão é o conflito de interesse que acontece quando essas mesmas empresas fazem contratos e passam a ser fornecedoras do Governo Federal.

Graça Foster tornou-se presidente da Petrobras em 13 de fevereiro de 2012. A Lava Jato pôs na berlinda Gabrielli e os diretores Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Nestor Cerveró, todos nomeados no governo Lula. A única suspeição relacionada a Graça Foster, além dos negócios do marido, foi ter se desfeito de imóveis no Rio, transferindo-os para os filhos, provavelmente por medo de ser obrigada a pagar pela compra desastrosa da Refinaria de Pasadena.

Casa que verga, cai

A primeira saia justa de Graça Foster deu-se em 11 de abril de 2014. Munidos com mandado de busca e apreensão, um delegado de polícia e três agentes chegaram à antessala da presidente da Petrobras. Buscavam contrato de R$ 444 milhões firmado com a Ecoglobal Ambiental, sediada em Macaé (RJ), e sua filial, Ecoglobal Overseas, com sede nos Estados Unidos. Graça Foster não quis entregar os documentos.

O enrosco durou seis horas, até Graça Foster entender que seria pior se os federais usassem a prerrogativa de vasculhar as salas da petroleira. Melhor passar a papelada. Os investigadores da Lava Jato procuravam entender negócio da dupla Paulinho/Youssef. Como já mencionado, os dois pretendiam comprar o controle da Ecoglobal assim que fosse fechado o contrato com a Petrobras.

A situação agravou-se com a recusa da auditoria da PwC (PricewaterhouseCoopers) em dar aval às demonstrações financeiras da Petrobras. Adiou-se a divulgação de um balanço. Entre os motivos alegados, o suposto envolvimento de Sérgio Machado, presidente da Transpetro, com corrupção. A PwC alegou falta de confiabilidade às informações prestadas.

Machado era homem de confiança do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Congresso e aliado do Governo Federal. Não seria fácil removê-lo da Transpetro. Até concordara em sair, mas em licença. Renovou-a algumas vezes, até perder as condições de exercer o cargo.

Em 17 de novembro de 2014 a Petrobras anunciou que iria à Justiça cobrar de dirigentes e funcionários a conta por obras superfaturadas. Foi o mesmo que declarar guerra a Lula. O motivo eram prejuízos de US$ 792 milhões apontados pelo Tribunal de Contas da União na compra da Refinaria de Pasadena. E não haveria como fugir dos rombos denunciados no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e na Refinaria Abreu e Lima.

Graça Foster criticara Gabrielli ao tomar posse do comando da Petrobras. Mencionou sobretudo erros em Abreu e Lima. Depois, pressionada, recuou. Afirmou que fazia parte da diretoria quando se tomaram decisões erradas e, por isso, se considerava responsável. Na prática, porém, divulgou os resultados de investigação interna que concluíra, como já vimos, não ter havido suborno nas relações da Petrobras com a holandesa SBM Offshore.

Naquele mesmo 17 de novembro, entretanto, a Petrobras veio a público reconhecer que houve pagamento de propina no aluguel de embarcações da SBM Offshore. Não revelou valores nem envolvidos. De Graça Foster:

> — Passadas algumas semanas, alguns meses, eu fui informada de que havia, sim, pagamentos de propina para empregado ou ex-empregado da Petrobras.

Àquela altura a estatal mantinha contratos de US$ 20 bilhões com a SBM

Offshore. Alugava oito navios da multinacional. Causou estranheza a decisão de não reabrir a investigação interna. A parceria não seria suspensa.

Ações da Petrobras despencaram. A crise assumiu contornos dramáticos quando o banco Morgan Stanley, dos Estados Unidos, estimou em até R$ 21 bilhões as perdas com desvios. A SEC (Securities and Exchange Comission), reguladora do mercado de capitais dos Estados Unidos, instaurou investigação. Analistas citaram a petroleira brasileira como a mais endividada do mundo. No auge, em 2008, chegou a valer R$ 737 bilhões. Em 2014 perdera R$ 610 bilhões. Avaliaram-na apenas em R$ 127 bilhões.

Como exemplo da crise, as dívidas trabalhistas em Ipojuca (PE), onde se dava a construção da Refinaria Abreu e Lima. Alcançavam R$ 126 milhões. Em Macaé (RJ), a capital do petróleo que viveu o sonho da riqueza do pré-sal, uma onda de demissões. Milhares de empregados ficaram sem trabalho. A Sete Brasil, criada pela Petrobras para construir e alugar sondas de exploração do pré-sal, vivia situação dramática. Perguntava-se o que ocorreria com contratos de US$ 25 bilhões entre a Sete Brasil e a Petrobras.

Em Brasília, durante conferência internacional para tratar do combate à corrupção em dezembro de 2014, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, irritou Dilma Rousseff ao pedir o afastamento de Graça Foster:

> — Diante de um cenário tão desastroso na gestão da companhia, o que a sociedade espera é a mais completa e profunda apuração dos ilícitos perpetrados, com a punição de todos, todos os envolvidos.

Conforme o procurador-geral, “a resposta àqueles que assaltaram a Petrobras será firme, na Justiça brasileira e fora do País”. Para Janot, “corruptos e corruptores precisam conhecer o cárcere e devolver os ganhos espúrios que engordaram suas contas, à custa da esqualidez do tesouro nacional e do bem-estar do povo”. Ele disse que “a corrupção também sangra e mata” e se referiu a Graça Foster ao dizer que o País “não tolera mais a desfaçatez de alguns agentes públicos e maus empresários”:

> — Esperam-se as reformulações cabíveis, inclusive, sem expiar ou imputar previamente culpa, a eventual substituição de sua diretoria.

Dilma Rousseff mandou seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT-SP), defender a Petrobras. Do ministro:

> — Nós afirmamos e reafirmamos que não existem quaisquer indícios ou suspeitas que recaiam sobre a pessoa da atual presidente Graça Foster e da atual direção.

Que graça, não saber de nada

Difícil acreditar em Cardozo. Por exemplo, José Eduardo Dutra, ex-presidente do PT, presidiu a estatal no início do governo Lula, passou pela Presidência da BR

Distribuidora e, nos estertores da gestão Graça Foster, assumiu a Diretoria de Serviços, acomodado em rearranjo após a saída de Renato Duque e Paulo Roberto Costa. Como aceitar que Dutra desconhecia o que se passou em 12 anos?

Vamos a José Antônio Figueiredo. Mesmo que não seja o misterioso "Figueiredo" mencionado no caso de propina paga pela SBM Offshore, sabia-se de sua proximidade com Pedro Barusco, braço-direito de Duque. José Carlos Cosenza, por sua vez, sucessor de Paulinho na Diretoria de Abastecimento, era seu principal auxiliar e foi por ele indicado ao cargo. Chegou a ser mencionado como beneficiário de propina.

Caso interessante é o do diretor de Gás e Energia, José Alcides Santoro, que respondia a Graça Foster quando ela era diretora e ele, gerente-executivo. Santoro teria recomendado pagamento de aditivos em obras de termelétricas e gasodutos em benefício de construtoras envolvidas no petrolão. Importante ressaltar que assinou pagamento de US$ 434 milhões em contrato de importação de gás da Bolívia, atendendo a conveniências de Lula e reivindicação do presidente daquele país, Evo Morales. O TCU questionou o desembolso do dinheiro extra.

Diretor de Exploração e Produção, José Formigli foi responsável pelo veredito de que não havia indícios de pagamento de comissões ilegais pela SBM Offshore. Por fim Almir Barbassa, diretor de Finanças. Ocupava o cargo desde a gestão Gabrielli, o que o implicava na compra de Pasadena.

Outra dor de cabeça para Graça Foster. O jornal Valor Econômico divulgou em 12 de dezembro de 2014 reportagem mencionando e-mails da ex-gerente Venina Velosa da Fonseca. Revelavam que Graça Foster recebeu informações sobre irregularidades ocorridas na Petrobras. Venina atuou na Diretoria de Abastecimento, sob comando de Paulinho, entre 2005 e 2009.

Em uma das mensagens eletrônicas, de janeiro de 2009, a então gerente demonstrou gratidão a Paulo Roberto Costa, mas não escondeu a mágoa:

> "Quando me deparei com a possibilidade de ter que fazer coisas que supostamente iriam contra as normas e procedimentos da empresa, contra o Código de Ética e contra o modelo de gestão que implantamos, não consegui criatividade para isso. No meio do diálogo caloroso e intenso ouvi palavras como 'covarde', 'pular fora do barco' e 'querer me pressionar'. Esperava mais apoio."

Venina referia-se a despesas irregulares feitas pela Diretoria de Abastecimento, relacionadas a contratos de serviços de comunicação. O orçamento de 2008 era de R$ 39 milhões, mas os gastos entre janeiro e novembro somaram R$ 133 milhões. Paulinho não gostou e, segundo Venina, acusou-a de querer "derrubar o mundo". Ela explicou:

> — Existe um fato concreto que tinha que ser apurado e investigado. Nesse momento ele ficou muito irritado. A gente estava sentado na mesa

da sala dele, ele apontou para o retrato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apontou para a direção da sala do Gabrielli e perguntou: "Você quer derrubar todo mundo?" Aí eu fiquei assustada, e disse: "Olha, eu tenho duas filhas, eu tenho de colocar a cabeça na cama e dormir e, no outro dia, eu tenho que olhar nos olhos delas e não sentir vergonha".

O desvio na área de comunicação ocorreu. Comissão interna comprovou pagamentos de R$ 58 milhões por serviços não executados e o gerente de Comunicação do Abastecimento, Geovanne Morais, acabou exonerado. Entre as denúncias de Venina estava o pagamento de R$ 4 milhões, sem licitação, a produtoras de vídeo que trabalharam em campanhas políticas do governador da Bahia, Jaques Wagner, padrinho político de Gabrielli.

O publicitário Ricardo Vilanni, da agência Muranno, confirmou ter recebido por contratos informais acertados com a Petrobras. Geovanne Morais intermediava. A PF identificou repasse de R$ 1,8 milhão da Sanko Sider, a pedido de Youssef, à agência de Vilanni. Em depoimento à Lava Jato, Youssef afirmou que Gabrielli ordenara o pagamento. Visava obter o silêncio do publicitário sobre supostas ilegalidades. Conforme Vilanni, porém, ele procurou Paulinho para obter dinheiro devido pela Petrobras. O diretor de Abastecimento acionou Youssef a fim de solucionar o problema.

Venina alertou o diretor de Serviços, Renato Duque, para as despesas na construção de Abreu e Lima, cada vez mais altas devido aos sucessivos aditivos assinados com as empreiteiras responsáveis pelas obras. Isso, em maio de 2009. Nessa ocasião criticou a falta de licitação nos contratos e propôs modificações para economizar dinheiro, responsabilizando as contratadas. As sugestões não foram aceitas.

E-mails de Venina foram enviados a Graça Foster em abril de 2009, agosto e outubro de 2011 e em fevereiro de 2012, período em que a destinatária era diretora de Gás e Energia, e em 2014, quando já presidia a Petrobras. Desde fevereiro de 2010, contudo, Venina estava em unidade da estatal em Cingapura, do outro lado do mundo, para onde fora despachada. Paulinho teria comemorado a transferência. No e-mail de outubro, escreveu:

> "Técnicos brigavam por formas novas de contratação, processos novos de monitoramento das obras, melhorias nos contratos e o que acontecia era o esquartejamento do projeto e licitações sem aparente eficiência. Tarde demais para entrar em detalhe..."

Reação de Graça Foster, três anos depois, ao ser questionada:

> — Ela fala em esquartejamento de projeto. Não sei o que é. Licitação ineficiente. Também não sei.

Nem tomou providências para saber. Conforme explicou, pediu a Paulinho para

conversar com a funcionária. De Cingapura, Venina fez outra denúncia, a de que havia perdas financeiras de até 15% em operações da Petrobras na comercialização de combustível para navios. Propôs ao substituto de Paulinho, José Carlos Cosenza, criar um setor de controle dos escritórios fora do Brasil. Não obteve resposta. Com o escândalo nos jornais, a Petrobras informou que instaurou auditoria, fez ajustes, aplicou penas e definiu um novo padrão para o setor. Ou seja, Venina tinha razão.

Em 19 de novembro de 2014 foi afastada da empresa, sob alegação de que participara das irregularidades que aumentaram os custos em Abreu e Lima. No dia seguinte, escreveu a Graça Foster:

> "Fui ameaçada e assediada. Até arma na minha cabeça e ameaça às minhas filhas eu tive."

Graça Foster, que recebeu R$ 1,9 milhão em vencimentos em 2013, concedeu entrevista em 22 de dezembro de 2014. Admitiu ter encontrado Venina "algumas poucas vezes", criticou-a por não ser explícita nas denúncias e tentou desmoralizá-la dizendo que em Cingapura o salário da ex-gerente poderia chegar a R$ 167 mil por mês, o que somaria R$ 2,1 milhões ao ano. Venenosa, Graça Foster tratou de associá-la a Paulinho:

> — Eu via o prestígio que ela tinha com o Paulo. Quando ele virou diretor, três dias depois Venina já era assistente do Paulo. Ele tinha nela muita confiança. Aí ela virou gerente-geral, gerente-executiva. Ela tinha uma convivência intensa com o Paulo. Intensa. De trabalho.

Quem também concedeu entrevista naquele dia foi a presidente reeleita, Dilma Rousseff. Irritada, perguntou o que estaria por trás das alegações de Venina e afirmou não haver provas contra Graça Foster:

> — Eu conheço a Graça. Sei da seriedade e da lisura dela. A Graça assumiu a direção da Petrobras e mudou toda a diretoria. Abriu todas as investigações que estão em curso.

Não mudou toda a diretoria, como já vimos, e tampouco abriu as investigações. Ao contrário. Não apurou as denúncias de Venina, enterrou a apuração sobre a SBM Offshore e quase criou atrito com a Polícia Federal ao tentar evitar a entrega de documentos sobre negócio suspeito de interesse da dupla Paulinho/Youssef.

Durante a entrevista de final de ano, Dilma Rousseff afirmou:

> — Nós não permitimos na Petrobras indicação política.

Sem comentários.



O PRATÃO DA REFINARIA ABREU E LIMA

Paulo Roberto Costa e Youssef fizeram acordos com a Justiça para evitar longas cadeias

As diversas ações criminosas de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef condenariam a dupla a penas de prisão por muitos anos. Os acordos com a Justiça eram a única chance de não amargarem o resto de suas vidas na cadeia. Paulinho tinha um agravante. Corria o risco de ver a mulher e as duas filhas condenadas por participarem do petrolão. Foi o primeiro a contar o que sabia e a anuir com a devolução de dinheiro desviado no esquema da Petrobras. Cumpriu papel parecido com o do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que delatou o escândalo do mensalão em 2005.

Assinou a delação premiada em 22 de agosto de 2014. Prestou depoimentos quase diários por duas semanas. Relatou o que supostamente conhecia dos crimes nos quais se envolveu e concordou em repatriar US$ 25,8 milhões depositados na Suíça e nas Ilhas Cayman, além de pagar multa de R$ 5 milhões. Entregou terrenos, lancha e carro de luxo obtidos com dinheiro roubado da Petrobras. Nos depoimentos citou 28 políticos metidos em ações criminosas. No fim voltou para casa, onde ficaria um ano em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica, monitorado 24 horas por dia. O acordo o livrou de processos e investigações.

Com Youssef as coisas foram mais complicadas. Preso no início da Lava Jato, ficou seis meses na cadeia antes de concordar em colaborar com a Justiça. Não bastaria confessar integralmente os fatos criminosos e responder com precisão as perguntas formuladas. Rompera acordo anterior com a Justiça. Na delação premiada para se livrar do caso do Banestado, na década de 1990, desrespeitou o compromisso de não voltar a cometer crimes. Ficaria preso ao menos três anos em regime fechado, antes de ganhar liberdade. A outra alternativa valeria uma condenação de até 100 anos de prisão.

Na primeira delação premiada, em 2003, Youssef delatara 63 doleiros, todos presos pela Operação Farol da Colina. Isso o livrou da pena de prisão e, de quebra, afastou concorrentes do mercado negro do dólar. Desta vez os investigadores seriam duros. Arriscado para ele enganar novamente. Começou a depor em 2 de outubro de 2014. Entregou documentos ao Ministério Público Federal. Em um dos depoimentos à Justiça Federal, relatou que, em 2004, políticos pressionaram Lula a nomear Paulinho:

> — Para que assumisse a cadeira de diretor de Abastecimento da Petrobras, esses agentes políticos trancaram a pauta no Congresso durante 90 dias.

Youssef explicou:

> — Na época, o presidente ficou louco. Teve que ceder e realmente empossar o Paulo Roberto.

Paulo Roberto Costa tornou-se diretor da Petrobras em 14 de maio de 2004. Substituiu Rogério Manso, ligado ao PMDB e ao PSDB do Rio de Janeiro.

O fato é que, ao empossá-lo, Lula já sabia o que viria. Em vez de encarar a situação como chefe de estado, enfrentando a corrupção, o presidente da República cuidou de se relacionar bem com o novo diretor da estatal. Estreitaram laços. Passou a chamá-lo de Paulinho.

Em seu depoimento, Youssef disse que participou de reuniões com Paulinho, representantes de empreiteiras contratadas pela Petrobras e agentes políticos em hotéis no Rio, São Paulo e em residências de políticos. Serviram para discutir custos de contratos, combinar resultados em licitações, acertar valores desviados e a divisão das comissões.

Pobre São Francisco

O ex-presidente Lula trataria de investimentos da Petrobras diretamente com Paulinho. Ele só foi afastado da estatal em 2012, no segundo ano de mandato da sucessora de Lula, Dilma Rousseff. Em 2014, em campanha para se reeleger, a presidente da República afirmou:

> — Se eu tivesse sabido qualquer coisa sobre o Paulo Roberto, ele teria sido demitido e investigado. Não deixei ele lá. Eu tirei com um ano e quatro meses. Primeiro, eu não sabia o que ele estava fazendo. Ele não era uma pessoa de minha confiança. Não é nem confiança. Ele não tinha afinidade.

Não é bem assim. Estranha-se que a presidente desconhecesse o que um alto diretor fazia na Petrobras. Depois, ela não o tirou de lá. Paulinho deixou a estatal, conforme registro em ata, homenageado “pelos serviços prestados à companhia no desempenho de suas funções”. E, por fim, cabe comentar afirmação de Dilma Rousseff, feita em debate da campanha eleitoral de 2014. Disse ter concedido “autonomia à Polícia Federal para prender o senhor Paulo Roberto e os doleiros todos”. Engano. Presidente não dá autonomia para prender. Pode, no máximo, interferir na atuação do órgão, pressionando para que investigações sejam feitas, ou não.

Num dos depoimentos da delação premiada, Paulinho contou que a lógica do loteamento da Petrobras ocorria desde 1985, perpassando, portanto, os governos dos presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff. Em suas palavras:

> — Na Petrobras, as diretorias e a presidência foram sempre por

indicação política. Ninguém chega a general se não for indicado.

A corrupção não se restringia à Petrobras. Englobava praticamente toda a administração pública federal. Do depoimento de Paulinho:

> — As empresas contratadas tinham interesses em outros ministérios, capitaneados por partidos. As empresas são as mesmas que participaram de várias outras obras no Brasil, como ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, usinas hidrelétricas, saneamento básico.

Segundo Paulinho, as contratadas não deixavam de pagar propina:

> — Se ela deixasse de contribuir com determinado partido, isso ia refletir em outras obras do governo.

O delator mencionou o lema que movia empresas e políticos:

> — Usam muito a oração de São Francisco: "É dando que se recebe".

Uma planilha encontrada pela Polícia Federal com Youssef, como vimos, dava amostra do que ocorria no Brasil. Continha informações sobre 747 projetos em diversos órgãos da administração pública. Somavam R$ 11 bilhões. O doleiro intermediava propina nos negócios, cobrando comissão de 3% a 15% dos valores contratados. Calculou-se que Youssef movimentou comissões de até R$ 160 milhões em apenas 17 contratos da Petrobras. Do relatório da Lava Jato, ao mencionar os R$ 11 bilhões:

> "Os valores abrangem uma ampla gama de grandes empreiteiras e períodos, onde se infere que o esquema criminoso vai muito além das obras contratadas pela Petrobras."

Outro trecho do relatório:

> "O esquema é muito maior do que a mera Diretoria de Abastecimento da Petrobras, mas abrange sim uma estrutura criminosa que assola o País de norte a sul, até os dias atuais."

Em depoimento, Youssef afirmou que o presidente Lula ordenou ao presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), que resolvesse pendência com a agência de publicidade Muranno, suspeita de participar do esquema. Os valores são baixos, mas o episódio de 2010 é ilustrativo:

> — O Lula ligou para o Gabrielli e falou que tinha que resolver essa merda.

Segundo explicou Youssef, Gabrielli acionou Paulinho para providenciar dinheiro das empreiteiras. A fim de receber o que supostamente a Petrobras lhe devia, o dono da agência ameaçava tornar públicas práticas ilegais da estatal. A história chegou em Lula. A PF identificou cinco pagamentos à Muranno. Dois da MO no valor de R$ 1,7 milhão, e três da Sanko Sider, no valor global de R$ 509 mil. Do depoimento de

Youssef:

> — Todas as pessoas com quem eu trabalhava diziam o seguinte: “Todo mundo sabia lá em cima, que tinha aval para operar”. Não tinha como operar um tamanho esquema desse se não houvesse o aval do Executivo. Não era possível que funcionasse se alguém de cima não soubesse, as peças não se moviam.

Em outra parte do depoimento, o doleiro mencionou Lula:

> — Era impossível o Lula governar se não tivesse esse esquema. O Lula era refém desse esquema.

Dono da agência, Ricardo Vilanni admitiu o recebimento de R$ 3,5 milhões, mas por serviços prestados à Petrobras no exterior, sem contrato. Para a PF, a agência foi usada para pagar propina a políticos e agentes públicos e recebeu dinheiro desviado da Refinaria Abreu e Lima.

Em depoimento à Justiça Federal do Paraná, em 8 de outubro de 2014, Paulinho e Youssef afirmaram que as empresas definidas como vencedoras de licitações já sabiam que tinham de pagar propina. O doleiro falou da relação entre as fornecedoras e Paulinho:

> — Se não pagasse, tinha ingerência política do próprio diretor e não fazia a obra.

Youssef referiu-se a Renato Duque, homem do PT na Diretoria de Serviços:

> — Toda empresa de porte maior já sabia que qualquer obra que fosse fazer na área de Abastecimento da Petrobras tinha que pagar o pedágio de 1%. E 1% também para a área de Engenharia e Serviços.

Amigos do rei

Duque negava ter sido indicado pelo ex-ministro José Dirceu (PT-SP). Morava com a família na Tijuca, bairro de classe média do Rio, mas em pouco tempo, após virar diretor, adquiriu quatro apartamentos em áreas nobres da Barra da Tijuca, ampliou a casa de campo e ainda comprou duas salas comerciais de alto padrão. Nada como ser amigo do rei.

O patrimônio imobiliário inicial, de 2002, era avaliado em R$ 2,8 milhões. Após nove anos no cargo, subira a R$ 12,5 milhões. Levantamento da Folha de S.Paulo chamou a atenção para a parceria entre Duque e a construtora de um amigo para adquirir terreno e levantar prédio de três andares e cinco apartamentos. Em 2009, comprou cobertura de 360 metros quadrados e oito vagas na garagem. Em 2010, mais dois apartamentos, de 170 metros quadrados cada, para as duas filhas. Conforme Duque, o patrimônio não valia R$ 12,5 milhões:

> — Se eu conseguisse R$ 9 milhões ou R$ 10 milhões, vendia tudo e me mudava para Portugal.

Renato Duque foi preso. No Brasil.

Em seus depoimentos, Paulo Roberto Costa mencionou as ligações entre Duque, o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, o ex-diretor Internacional, Nestor Cerveró, o operador Fernando Baiano e José Eduardo Dutra (PT-SE). Dutra comandou a Petrobras, passou pela cúpula da BR Distribuidora e por outras diretorias da petroleira. Apontou ainda o ex-diretor Jorge Luiz Zelada e Sérgio Machado, presidente da Transpetro. Paulinho confessou ter recebido R$ 500 mil de propina de Machado.

Em depoimento à CPI da Petrobras, a ex-contadora Meire Bonfim Poza relatou que Youssef reuniu-se com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para tratar de uma operação que envolveria R$ 25 milhões do Funcef (fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal) e outros R$ 25 milhões do Postalis (fundo de pensão dos funcionários dos Correios). O negócio, uma parceria entre PMDB e PT. Como se vê, nem sempre os políticos brigam entre si. Às vezes se combinam, e muito bem.

A PF cercou o que teria sido um prejuízo de R$ 13 milhões ao Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobras). A maracutaia envolveria Youssef, Vaccari e dois diretores do Petros, entre eles o ex-presidente do fundo Luiz Carlos Fernandes Afonso, secretário de Finanças de São Paulo no governo da prefeita Marta Suplicy (PT), de 2001 a 2004.

Quem entregou a roubalheira foi o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, acusado pela PF de atuar com Youssef. Ele afirmou que os petistas Afonso e Humberto Pires Grault receberam R$ 500 mil para facilitar o negócio que prejudicou o Petros. A transação pressupôs compra de títulos de empresa falida adquirida por Youssef e José Janene, registrada em nome de Pereira da Costa.

De volta ao petrolão. Em troca de propina, as empresas faziam propostas para que os valores dos contratos chegassem bem próximos ao máximo estabelecido pela Petrobras. Por isso as obras ficavam caras. E havia os aditivos de sempre, que tornavam os serviços ainda mais dispendiosos: os percentuais de propina cresciam. Viabilizavam um dinheiro extra.

No depoimento à Justiça Federal do Paraná, Paulo Roberto Costa, ao lado de Youssef, esmiuçou o processo de cartelização das grandes empresas do Brasil. Falou dos acordos prévios que vigoravam na Petrobras, citando sete grandes empreiteiras: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, UTC, Iesa, Engevix e Mendes Júnior. O exemplo de Paulinho, ao mencionar os ganhos proporcionados por BDI (Bonificação e Despesas Indiretas):

> — Na área de Petróleo e Gás, essas empresas, normalmente entre os custos indiretos e o seu lucro, o chamado BDI, elas colocam algo entre 10% e 20%, dependendo da obra, dos riscos. O que acontecia especificamente nas obras da Petrobras, o BDI era 15%, por exemplo,

então se colocava 3% a mais alocado para agentes políticos.

O ex-diretor relatou que o PT controlava três diretorias da Petrobras, e o PMDB e o PP, uma diretoria cada:

> — Na Diretoria de Serviços, todos sabiam que tinha um porcentual desses contratos da área de Abastecimento. Dos 3%, 2% eram para atender o PT. Outras diretorias, como Gás e Energia e Exploração e Produção, também eram do PT. Nestes casos, 3% eram para o PT, não tinha participação do PP.

Youssef aproveitou para dar exemplo a respeito: o contrato da Camargo Corrêa na Refinaria Abreu e Lima. Explicou como o caixa dois era dividido entre os partidos que tomaram conta da Petrobras:

> — O contrato é um só, uma obra da Camargo Corrêa, de R$ 3,4 bilhões. Ela tinha que pagar R$ 34 milhões por aquela obra para o PP. Tinha que pagar mais 1%, ou 2% como Paulo Roberto está dizendo, para outro operador, no caso João Vaccari.

Paulinho discorreu sobre o critério acertado para a sua parte na propina:

> — Do 1% para o PP, em média 60% ia para o partido, 20% para despesas às vezes de emissão de nota fiscal e para envio, e os 20% restantes eram repassados assim: 70% para mim e 30% para o Janene ou Youssef. Eu recebia em espécie em casa, ou no shopping ou no escritório, depois que abri a minha consultoria.

O ex-diretor confirmou as palavras de Youssef, e garantiu que as empreiteiras não deixavam de fazer os acertos:

> — Houve alguns atrasos, mas deixar de pagar, nunca deixaram.

Se não pagassem, seriam retaliadas não apenas nas obras da Petrobras, mas também em outras tocadas pelo Governo Federal:

> — Então se ela deixa de contribuir com determinado partido naquele momento, isso ia refletir em outras obras, porque os partidos não iam olhar isso com muito bons olhos.

O esquema era generalizado.

Youssef reconheceu que se encontrava quase diariamente com Paulinho e agentes políticos. Informou que dois presidentes da Petrobras, José Eduardo Dutra e José Sérgio Gabrielli, “sabiam do loteamento político da estatal”. O doleiro assegurou:

> — Eu não fui o criador dessa organização. Fui a engrenagem para que pudesse haver o recebimento e os pagamentos aos agentes públicos.

Ventos d’além mar

Na delação premiada, Paulo Roberto Costa confessou ter recebido US$ 23 milhões

na Suíça, em 2010 e 2011. Segundo ele, a empreiteira Odebrecht fez os depósitos. Na época Paulinho respondia pela obra mais cara da Petrobras, a Refinaria Abreu e Lima, cujo Conselho de Administração presidia. Com a OAS, a Odebrecht obtivera o terceiro maior contrato da obra, de R$ 1,5 bilhão. A OAS, por sua vez, teria depositado US$ 2,8 milhões para Paulinho, em conta do Royal Bank of Canada, nas ilhas Cayman. Usou a subsidiária OAS African, que também serviu para injetar US$ 4,8 milhões em conta bancária da *offshore* Santa Tereza Services, situada na Suíça e controlada por Paulinho e Youssef.

Documentos encontrados com João Procópio Junqueira de Almeida Prado, operador do doleiro, confirmaram as transações. A Santa Tereza seria uma das 11 *offshores* sob controle da dupla. Em 2011 recebeu 11 operações sequenciais de crédito originadas na Sanko Sider. Em 2012 e 2013, várias operações de US$ 1 milhão cada. Dentro da Santa Tereza havia quatro subcontas – Fianca, CC, Premier e Sanko.

Paulinho mantinha outra relação com a Odebrecht. Integrava o Conselho de Administração da Braskem, petroquímica controlada pela Odebrecht. Foi indicado pela Petrobras, proprietária minoritária. Por ocupar o cargo recebeu R$ 326 mil em dois anos. Uma bagatela.

Auditorias do Tribunal de Contas da União apuraram sobrepreços de R$ 1,3 bilhão nas obras de Abreu e Lima tocadas pela Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, CNEC, Queiroz Galvão e Iesa. Em outra investigação, o TCU apontou que OAS, Odebrecht e Camargo Corrêa superfaturaram em R$ 368 milhões cláusulas contratuais de reajustes nas obras da refinaria, além de R$ 70 milhões em serviços de terraplenagem. A Camargo Corrêa ganhou o maior dos contratos de Abreu e Lima, de R$ 3,4 bilhões.

Abreu e Lima era o maior sorvedouro de dinheiro da Petrobras. Os custos originais, em torno de US$ 2 bilhões, pularam para mais de US$ 20 bilhões. Com amplos poderes, Paulinho autorizou contratos de R$ 3 bilhões em serviços com empresas investigadas na Lava Jato. Deu aval a empréstimos de R$ 10 bilhões junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Negociou aditivos contratuais que aumentaram os custos em R$ 200 milhões. Concordou em antecipar pagamentos de outros R$ 200 milhões a um consórcio e deu R$ 4 milhões para agentes do Governo de Pernambuco. Fez o diabo.

Laudo da PF apontou que o CNCC (Consórcio Nacional Camargo Corrêa) transferiu R$ 38,7 milhões para o grupo Sanko a pretexto de serviços prestados em Abreu e Lima, entre 2010 e 2013. Da quantia, R$ 37,7 milhões foram repassados à MO e à GFD, de Youssef. Os depósitos da Sanko às duas empresas chegavam em seguida a pagamentos da Petrobras ao CNCC. Para os investigadores, o dinheiro era propina acertada por contratos superfaturados na refinaria, e pagava políticos e agentes públicos. Youssef também recebeu por meio da Rigidez e da RCI.

Um parecer do Ministério Público Federal apontou superfaturamento de R$ 613 milhões em obras de Abreu e Lima, equivalente a 16% do valor de um contrato, para a construção da Unidade de Coqueamento Retardado, um processo térmico utilizado em refinarias de petróleo e empregado, principalmente, para tratar óleos pesados.

De 2009 a 2013 Youssef teria enviado US$ 234 milhões para fora do Brasil. O esquema simulava importações em nome da Labogen e da Piroquímica. Cerca de US$ 150 milhões voaram para contas em Hong Kong. Outros US$ 47 milhões tiveram a China como destino. Conforme as investigações, o Citibank foi o banco mais usado. As somas teriam sido intermediadas pela corretora de câmbio Pionner, de São Paulo.

Além do CNCC, a Camargo Corrêa fez pagamentos suspeitos. Em 2009, injetou R$ 3,6 milhões no grupo Sanko pelo suposto fornecimento de tubos e serviços. Pouco tempo depois o grupo deu R$ 3,2 milhões a Youssef.

Conforme laudo técnico da PF, o CNCC, possivelmente usando o que os investigadores chamam de "jogo de planilha", fez com que um lote de 155 unidades de um material destinado a Abreu e Lima, comprado por R$ 1,3 milhão pelo grupo Sanko, fosse vendido à Petrobras por R$ 16,2 milhões. É óbvio que não apareceu uma alma para reclamar do preço.

O MPF deteve-se na análise de repasses da Petrobras ao CNCC. Em 17 de janeiro de 2011, por exemplo, foram adiantados R$ 6,6 milhões pelas obras em Abreu e Lima. No mesmo dia o CNCC transferiu R$ 5,9 milhões para a Sanko Sider. No dia seguinte R$ 1,7 milhão entrou na a MO, que no mesmo dia depositou R$ 238 mil na conta da Labogen, em dois pagamentos. Ainda em 18 de janeiro a quantia tomou o destino da corretora Pionner. A movimentação dificultava o rastreamento do dinheiro.

O laudo pericial do MPF trabalhou em cima dos R$ 3,1 bilhões repassados pela Petrobrás ao CNCC, de janeiro de 2009 a dezembro de 2013. Do total o consórcio encaminhou R$ 199 milhões ao grupo Sanko. De lá saíram R$ 38,5 milhões para a MO, GFD, Rigidez e a agência Muranno. E, finalmente, R$ 37,6 milhões tiveram como destino a Labogen e a Piroquímica. Dinheiro remetido ao exterior e depois, eventualmente, repatriado.

Mulas humanas

Youssef usou ao menos quatro "mulas" – pessoas para carregar dinheiro em malas, maletas e escondido sob as roupas, com a finalidade de entregá-lo a envolvidos em ações criminosas. O líder das "mulas" era o espanhol com passaporte europeu Rafael Ângulo Lopez, o Véio, cuja cidadania espanhola e os mais de 60 anos facilitavam as viagens em voos comerciais à Europa. Véio chegou a ser investigado no escândalo do mensalão por suas ligações com Janene. Era cunhado de Enivaldo Quadrado, da mesma forma denunciado no mensalão e apontado pela Lava Jato como funcionário de Youssef. Véio tomava conta do cofre de Youssef quando o doleiro estava fora de

São Paulo. Com ele a Polícia Federal apreendeu uma dinheirama.

Da denúncia do MPF:

> "Rafael Ângulo trabalhava na sede da organização criminosa, na Rua Renato Paes de Barros, sede da GFD, possuindo uma mesa no local. Era o responsável pela parte financeira de Alberto Youssef, realizando as atividades de saque, entrega e recebimento de valores, e sobretudo o trabalho de transporte de dinheiro em espécie (reais e dólares) a pedido de Alberto Youssef. Esses valores em espécie eram transportados pelo denunciado, em voos domésticos, ocultados no corpo ou em alguma valise, pela utilização de aviões particulares ou, ainda, valendo-se de veículos blindados de transporte de valores."

Sobre Enivaldo Quadrado falou Meire Bonfim Poza, ex-contadora de Youssef, em depoimento em 8 de outubro de 2014 à CPI da Petrobras. Disse ter ido três vezes à casa do jornalista Breno Altman, ligado ao ex-ministro José Dirceu. Levou R$ 15 mil em cada ocasião. O dinheiro foi usado para pagar multa de Quadrado por envolvimento no escândalo do mensalão. De Meire sobre Quadrado:

— Ele dizia que era o PT pagando a multa dele no mensalão.

Os outros carregadores de dinheiro: Adarico Negromonte Filho, o Maringá, irmão de Mário Negromonte (PP-BA), que foi ministro das Cidades. Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca, agente da Polícia Federal lotado no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e informante de Youssef. Careca usaria o cargo para facilitar o transporte de dinheiro, já que não era revistado. E o doleiro Carlos Alexandre Rocha, o Ceará.

Ex-deputado e líder do Partido Progressista depois de Janene, Mário Negromonte foi definido por investigadores da Lava Jato como um político que construiu organização criminosa de corrupção no varejo, até certo ponto ingênua, como ocorria antes do governo Lula. Janene profissionalizou a roubalheira. Negromonte desligou-se do Ministério das Cidades da presidente Dilma Rousseff na esteira de um escândalo. Desfiliou-se do PP para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia. Pronunciou-se assim sobre o petrolão:

> — O Congresso todo conhecia o Paulo Roberto. As evidências estão surgindo e ninguém mais pode duvidar disso.

No mesmo depoimento à CPI da Petrobras em que admitiu ter emitido R$ 7 milhões em notas fiscais frias para esquentar dinheiro repassado por empreiteiras a empresas de Youssef, Meire Bonfim Poza contou que Adarico Negromonte Filho viajou ao Maranhão para entregar R$ 330 mil a pessoa ligada à governadora Roseana Sarney (PMDB-MA). Conforme Meire, Youssef sabia ser generoso. Presenteou com dois apartamentos e três restaurantes a amante Taiana de Sousa Camargo, assessora da deputada Aline Corrêa (PP-SP).

CPI enterrada

Da denúncia do MPF que citou saques de R$ 322 mil da MO e emissões de 89 cheques sem identificação dos destinatários, "tudo com a finalidade de distanciar o dinheiro de sua origem ilícita":

> "Vale ressaltar que a MO Consultoria, com a finalidade única e exclusiva de dissimular a origem de recursos públicos desviados da obra da Refinaria Abreu e Lima, recebeu recursos de diversas outras empresas que prestaram serviços para o Consórcio Nacional Camargo Corrêa, sendo que a responsabilidade penal de cada um será apurada em outra investigação."

De R$ 76 milhões injetados na GFD entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013, R$ 26,4 milhões foram aplicados sem a identificação dos autores dos depósitos. O MPF acusou os bancos Safra e HSBC pela omissão que teria ocultado a origem do dinheiro. Entre as empresas que fizeram pagamentos identificados estavam a Sanko Sider, Mendes Júnior, Paranasa e Clyde Union, todas fornecedoras da Petrobras.

Paulo Roberto Costa vinculou vários políticos ao escândalo. O ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP) foi um deles. Coordenador da campanha de Dilma Rousseff a presidente da República em 2010, ele teria solicitado R$ 2 milhões para despesas eleitorais. Paulinho informou ter atendido Palocci com propina do PP. Como se sabe, o ex-diretor foi indicado para o cargo por aquele partido, mas logo se enturmou com o PT e o PMDB. Por isso ficou poderoso.

Outro agraciado, conforme Paulinho, foi o senador Lindbergh Farias (PT-RJ). O petista era candidato a governador do Rio de Janeiro em 2014 e teria incumbido o ex-diretor de pedir dinheiro a empreiteiras em nome dele. A campanha de Farias entregou uma lista de empresas a Paulinho. Suas palavras no acordo de delação premiada:

> — Eu participei acho que de umas três reuniões com esse candidato lá do Rio de Janeiro, como outras pessoas também participaram. E foi listada uma série de empresas que podiam contribuir com a campanha para o cargo político que ele estava concorrendo.

Da planilha apreendida na casa de Paulinho constava o nome do marqueteiro Valdemir Garreta, conhecido nas campanhas do PT e produtor de peças de televisão para Farias. Também prestava assessoria à OAS. Do depoimento do ex-diretor, referindo-se ao senador:

> — Ele me contratou para fazer o programa de energia e de infraestrutura. Listou uma série de empresas, algumas que eu tinha contato, outras não. Hope RH, eu nunca tive contato. Mendes Júnior conheço, UTC conheço, Constran nunca tive contato, Engevix conheço, Iesa conheço, Toyo Setal conheço.

O falecido ex-senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) teria participado dos desvios do

petrolão. O caso é curioso. O parlamentar procurou Paulinho em 2009 e pediu R$ 10 milhões para ajudar a enterrar a CPI da Petrobras que estava em atividade naquele ano. Note-se que só três dos integrantes da CPI, entre eles Guerra, eram da oposição. Havia oito senadores da base aliada de Lula e, portanto, o governo poderia prescindir do apoio de Guerra.

Paulinho informou que a Queiroz Galvão pagou os R$ 10 milhões em 2010. A empreiteira participava de consórcio contratado por R$ 2,7 bilhões para executar obras em Abreu e Lima. Fora agraciada por uma antecipação de pagamentos autorizada por Paulinho. Guerra e o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) abandonaram a CPI em 2009. Alegaram que o rolo compressor do governo Lula impedia investigação séria. A CPI, encerrada naquele ano, não puniu ninguém.

De acordo com Paulinho, Gleisi Hoffmann (PT-PR) recebeu R$ 1 milhão em 2010 para sua campanha ao Senado. Na época o marido dela, Paulo Bernardo (PT-PR), ocupava a posição de ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão do presidente Lula. Youssef providenciou a entrega do dinheiro. Foram quatro parcelas, em espécie, supostamente repassadas a um emissário, Michel Gelhorn, dono do Shopping Total, de Curitiba.

Senadora eleita, Gleisi licenciou-se do cargo para assumir o Ministério da Casa Civil de Dilma Rousseff. Substituiu Antonio Palocci, suspeito de enriquecimento ilícito. A agenda pessoal de Paulo Roberto Costa registrava a anotação "PB", em seguida a "1,0". Segundo o delator, significava a entrega de R$ 1 milhão a Paulo Bernardo. A origem do dinheiro entregue à campanha de Gleisi foram contratos superfaturados da Petrobras. O marido virou ministro das Comunicações no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

O mistério da piscina

Paulinho e Youssef faziam de tudo. Apesar da origem no Partido Progressista, agiam de forma suprapartidária. Digna de nota, de acordo com o relato do ex-diretor da Petrobras: a entrega de R$ 20 milhões para o caixa dois do então governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB-PE), candidato à reeleição em 2010. Operador da transação, o ex-ministro da Integração Nacional de Dilma Rousseff, Fernando Bezerra (PSB-PE). Ele se elegeria senador depois. Youssef – sempre Youssef – entregou o dinheiro. Como secretário de Campos, Bezerra comandou a administração do Porto de Suape, nas imediações da obra de Abreu e Lima. Os jornais exibiram os sorrisos de Paulinho, Campos e Bezerra posando juntos para os fotógrafos.

Ainda em Pernambuco, um outro beneficiário da propina, segundo Paulinho: o líder do PT no Senado, Humberto Costa, ministro da Saúde no primeiro governo Lula. Recebeu R$ 1 milhão do esquema. O presidente da Associação das Empresas do Estado de Pernambuco, Mário Barbosa Beltrão, velho amigo de Humberto Costa, teria solicitado o dinheiro.

Depois de sair da Petrobras, no final de abril de 2012, Paulo Roberto Costa abriu empresas para intermediar negócios e prosseguir manobrando os desvios de dinheiro na estatal. A quebra de seu sigilo telefônico mostrou que o ex-diretor trocou 228 ligações com pessoas dentro da petroleira. Do juiz federal Sérgio Moro, referindo-se a Paulinho:

> — Costa persistiu recebendo e lavando valores dos desvios, mesmo após deixar o cargo de diretor da Petrobras.

Da denúncia do MPF, ao mencionar que Paulinho não se desligou da organização criminosa após se afastar da estatal:

> "O ex-diretor se valia do *know how* e da influência adquirida durante anos de trabalho na Petrobras para continuar intermediando contratos para empresas interessadas em conseguir avenças milionárias."

Prova da participação de políticos nos esquemas de corrupção, as anotações na caderneta de Paulinho. O nome "PP", por exemplo, aparece ao lado do número "28,5", o que indicaria um repasse de R$ 28,5 milhões ao Partido Progressista. Ao lado de "Piz", provável referência ao deputado João Alberto Pizzolatti (PP-SC), há um "5,5", apontamento para R$ 5,5 milhões. Em outro registro, "Mn" faria referência a Mário Negromonte (PP-BA), que teria recebido "5,0", ou R$ 5 milhões. Adiante, nota-se as letras "Nel" e os números "4,0", possivelmente uma citação ao deputado Nelson Meurer (PP-PR) e ao valor de R$ 4 milhões. Outro lançamento traz as iniciais "BL" e o número "1,0". Seria o senador Benedito de Lira (PP-AL), contemplado com R$ 1 milhão. "Tvian" e "0,3" fariam jus ao governador do Acre, Tião Viana (PT-AC), e a supostos R$ 300 mil. E "WR" ao lado de "0,5" seriam evidência de que o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fora contemplado com suborno de R$ 500 mil. Conforme Paulinho, Youssef providenciou os pagamentos.

Ao lado dos políticos citados, Paulinho acusou os petistas senador Delcídio Amaral (MS) e deputados Cândido Vaccarezza (SP) e Vander Loubet (MS). Do PMDB, os senadores Renan Calheiros (AL) e Romero Jucá (RR), os ex-governadores Sérgio Cabral (RJ) e Roseana Sarney (PMDB), o então ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (MA), o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (RN), e o deputado Alexandre José dos Santos (RJ). No PP, o senador Ciro Nogueira (PI) e os deputados Simão Sessim (RJ), José Otávio Germano (RS), Luiz Fernando Faria (MG), Aline Lemos de Oliveira (SP) e o ex-deputado Pedro Corrêa (PP), condenado no mensalão.

Em 25 de novembro de 2014 Youssef prestou seu último depoimento de delação premiada. Da mesma forma que Paulinho, o acordo com a Justiça foi homologado pelo ministro Teori Zavascki, do STF. Youssef acedeu em devolver R$ 55 milhões, mas, ao contrário de Paulinho, ficaria atrás das grades por três anos – como vimos, quebrara acordo anterior com a Justiça.

Sob forte esquema de segurança Paulinho voltou para sua casa, num condomínio de alto padrão na Barra da Tijuca, no Rio. Recebeu-o com abraços a mulher e as duas filhas, preservadas graças à delação premiada.

Uma dúvida, contudo, ficou: a piscina de Paulinho, construída na entrada da bela residência do ex-diretor da Petrobras. Desapareceu. Imagens aéreas feitas por satélite comprovaram. Em depoimento à Lava Jato, Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca, policial federal e homem de confiança de Youssef,relatou ter recebido a informação de que a piscina se transformara num depósito de guardar dinheiro. Careca prestou o seguinte depoimento, em 18 de novembro de 2014:

> — Posso acrescentar que já ouvi informações de que, antes de sua prisão, Paulo Roberto possuía uma piscina em sua residência na Barra da Tijuca, onde está preso atualmente. Ouvi dizer que a mesma foi aterrada antes da sua prisão e que possivelmente ele teria guardado valores onde existia a piscina.

Em depoimento, Careca disse não ter mantido contato com Paulinho, mas sim com o genro dele, Márcio Lewkowicz, a quem entregou "umas seis vezes" dinheiro destinado ao ex-diretor da Petrobras. Reportagem da Folha de S.Paulo sobre o assunto foi publicada em 16 de janeiro de 2015.

No mesmo 16 de janeiro a assessoria de imprensa responsável pela defesa de Paulinho informou que a Polícia Federal esteve na casa do ex-diretor, naquele mesmo dia, e nada encontrou. Os investigadores, portanto, só teriam ido conferir a informação de Careca quase dois meses depois.

A PF, por sua vez, negou o boato. Informou que as buscas na residência se deram de 17 a 19 de março de 2014, quando da deflagração da Lava Jato, mas nada se encontrou no local. Estranho.

O que justificaria acabar com a piscina numa cidade quente como o Rio?



TUBOS A MANCHEIAS

‘Se eu recebi, é porque outros também receberam’, resume a lógica do delator

Em sucessivos termos de declaração do acordo de colaboração com a Justiça realizados no Departamento de Polícia Federal em Curitiba (PR), Paulo Roberto Costa deu detalhes sobre o cartel de empreiteiras que fraudava contratos com a Petrobras. Denunciou várias, entre as quais a Camargo Corrêa, OAS, UTC, Odebrecht, Queiroz Galvão, Toyo Setal, Techint, Galvão Engenharia, Andrade Gutierrez, Iesa e Engevix:

> — Eu tinha contato com todas essas empresas porque era o responsável por captar, a partir de 2008, valores ilícitos junto às empresas destinados ao PP.

Não era só o Partido Progressista. Conforme o ex-diretor de Abastecimento, como já dito, dos 3% desviados dos contratos com a estatal para pagamento de propina, 2% ficavam com o Partido dos Trabalhadores e 1% com o PP. Houve ainda a parte do PMDB, pouco explícita. Isso na área sob o seu comando. Muito dinheiro. Só em obras da Refinaria Abreu e Lima, por exemplo, os consórcios de empreiteiras Ipojuca Interligações, CNCC e Conest fecharam negócios de R$ 2,7 bilhões, R$ 3,3 bilhões e R$ 3,1 bilhões, respectivamente. R$ 9,1 bilhões, no total. Dava R$ 273 milhões de propina, sendo R$ 182 milhões para o PT e R$ 91 milhões, ao PP.

Em relação a outras áreas da Petrobras, como a poderosa Diretoria de Exploração e Produção, a de Serviços e a de Gás e Energia, esta última também controlada por Maria das Graças Foster, todas estavam nas mãos do PT. Não havia divisão de propina nesses setores. Os 3% desviados iriam unicamente para o PT. Já na Diretoria Internacional, comandada pelo PMDB, a divisão do dinheiro da corrupção se daria na proporção do setor de Paulinho: 2% para o PT e 1% ao PMDB.

O declarante explicou que transações com vantagens indevidas eram feitas por ele mesmo, Alberto Youssef e Henry Hoyer de Carvalho, que agiam em nome do PP; Renato Duque e João Vaccari Neto, tesoureiro nacional do PT, operadores indicados pelo PT; Nestor Cerveró, Jorge Luiz Zelada e Fernando Baiano cuidavam dos interesses do PMDB. Cabe salientar que Cerveró e Zelada ocuparam o mesmo cargo de diretor Internacional, e Duque o de diretor de Serviços. Duque ou sua mulher, conforme Paulinho, tinham relação de parentesco com o ex-ministro José Dirceu (PT-SP), responsável pela nomeação do ex-diretor. Do depoimento:

> — Os grandes contratos de todas as áreas mencionadas da Petrobras eram feitos pelas mesmas empresas de grande porte, pois não há outras empresas que possuam condições de executar os contratos no território nacional.

— Posso afirmar que todas as licitações das quais as grandes empreiteiras citadas participaram tiveram a incidência de cartelização e de manipulação do resultado da licitação.

O ex-diretor explicitou. Dinheiro intermediado por ele, independentemente da filiação política de quem recebia a quantia, saía do 1% de propina reservado ao PP. Tudo era do conhecimento de Duque, responsável por administrar as grandes obras, com orçamento superior a R$ 20 milhões. Os tentáculos de Duque alcançavam todas as diretorias, da licitação à execução dos contratos:

— A Diretoria de Serviços era responsável pela execução de 100% do orçamento para investimentos da Petrobras, sendo que desse montante cerca de 60% a 70% era relacionado à Diretoria de Exploração e Produção, comandada na época por Guilherme de Oliveira Estrella, indicado pelo PT. A Diretoria de Gás e Energia foi ocupada por Ildo Luiz Sauer e, posteriormente, por Graça Foster. Administrava cerca de 8% do orçamento de investimentos e também era de indicação do Partido dos Trabalhadores.

A Diretoria de Abastecimento detinha entre 20% e 30% do orçamento, e a Diretoria Internacional, dirigida por Nestor Cerveró e depois por Jorge Luiz Zelada, indicado por deputados federais do PMDB de Minas Gerais, ficava com cerca 10% do orçamento. Paulinho falou do poder do diretor:

— Se eu não recebesse tais vantagens, tinha o poder de não aprovar ou não realizar tais obras e projetos futuros, ou retardar os pagamentos. Também tinha o poder de, eventualmente, não chamar a empresa para os próximos contratos.

Conforme o ex-diretor, havia interesse em fazer pagamentos, pois as empresas não desejavam ser malvistas pelos partidos:

— Isso se aplica a todas as diretorias da Petrobras que estiveram envolvidas no recebimento de vantagens indevidas, como também a qualquer outra obra pública no Brasil.

Declaração de Paulinho:

— Se eu recebi, é porque outros também receberam.

Já em seu primeiro termo de declarações, prestado aos delegados da PF Erika Mialik Marena, Felipe Eduardo Hideo Hayashi e ao procurador da República Diogo Castor de Mattos, em 29 de agosto de 2014, Paulinho contou que, após ser nomeado, passou a ser pressionado por PP, PMDB e PT a entregar dinheiro dos contratos da Petrobras:

— Na hipótese de deixar de atender às demandas do grupo político, isso significa imediatamente a sua saída do cargo para outro, que atenda os

pedidos.

Ele definiu como entendia as doações para campanhas eleitorais, realizadas por empresas em benefício de políticos, nos anos de eleição:

> — É uma grande falácia afirmar que existe doação de campanha no Brasil, porque, na verdade, são empréstimos cobrados posteriormente, a juros altos, dos beneficiários das contribuições, quando estiverem no exercício dos cargos.
>
> — Sem o efetivo pagamento, a empresa é sancionada, não sendo chamada para as próximas licitações, como também são criados entraves na execução do contrato, dificultando a realização de aditivos.
>
> — O pagamento deste percentual para repasse aos grupos políticos é algo institucionalizado e cumprido em todas as obras da Petrobras e demais órgãos e empresas do governo. A propina sai de um percentual do lucro da empresa, previamente estabelecido.

No caso de Paulinho, sua parte no quinhão era providenciada por Youssef. Os valores recebidos variavam por pagamento, de R$ 200 mil a R$ 300 mil.

> — As grandes obras no Brasil não terminam por falta de vontade política, por interesse das empreiteiras, como por exemplo as obras de transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Norte-Sul.

Tradução: ao serem prorrogadas, indefinidamente, as obras geram novos custos, contratos aditivos e servem para políticos, empresários e agentes públicos gananciosos desviarem ainda mais recursos do povo.

Do jurista Hélio Bicudo a este repórter:

> — Esse negócio de lotear a administração com a finalidade de garantir a governabilidade é pretexto para fazer sacanagem. Os postos chaves de um governo têm de ser ocupados por pessoas realmente honestas. O governo só não tem o controle se não quiser. Mesmo sem maioria. Além de ilegal, é ilegítimo comprar parlamentares. O certo é administrar com base num plano de ação, e impor o caminho. Pode até dar a paternidade da construção de uma ponte, por exemplo, desde que seja parte do plano de ação, a determinado político. Mas a obra será realizada com concorrência pública. Depende só de vontade do governante cercar-se de gente séria e agir com autoridade moral. Está mais do que na hora de resgatarmos a posição do político com honestidade intelectual, ética e financeira.

Reunião no Palácio dos Leões

Ao acrescentarem 3% nos contratos para pagar propina, empresas e consórcios aumentavam o BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) ou faziam “jogo de planilha”, no qual praticavam sobrepreços. De Paulinho:

> — A detecção da fraude por meio do sobrepreço nestas grandes obras de engenharia é extremamente difícil, uma vez que o volume de determinados itens, como tubos, por exemplo, permite que uma pequena variação do valor da unidade, como R$ 5, possa gerar valor final bastante expressivo, considerando a quantidade total de tubos.

Paulinho citou políticos agraciados com propina. Governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB-MA) recebeu R$ 2 milhões para a campanha eleitoral de 2010, um pedido do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA). Ela reelegeu-se naquele ano. Após o depoimento do ex-diretor, Roseana não esperou o fim do mandato e renunciou ao cargo. Já Lobão manteve-se no posto, mas apenas até o final daquele primeiro mandato de Dilma Rousseff. Da delação premiada:

> — Conheci Roseana Sarney em razão da obra da Refinaria Premium 1, que estava sendo construída em Bacabeira, a 60 quilômetros de São Luís do Maranhão. Quem solicitou o pagamento de propina para a governadora foi o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O pagamento foi encaminhado via Alberto Youssef.

Paulinho reuniu-se com Roseana no Palácio dos Leões, em São Luís, e almoçou na residência da governadora, na praia do Calhau. O dinheiro vivo entregue a ela por Youssef foi desviado dos contratos da Petrobras:

> — As tratativas da governadora em relação ao pagamento de propina para o abastecimento de sua campanha eram breves e se restringiam a perguntar se estava tudo acertado.

Teve outro episódio com Lobão. Senador da base de apoio do presidente Lula em 2008, usou o gabinete no Senado para pedir R$ 1 milhão a Paulinho. Youssef fez o acerto.

Outro nome do PMDB, o ex-governador Sérgio Cabral (RJ). Paulinho o conheceu em 2007. Conversaram sobre a obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. No primeiro semestre de 2010, ano em que Cabral se reelegeu, Paulinho recebeu convite para participar de reunião:

> — Foi para tratar de assunto ligado a contribuições para a campanha de reeleição, estando presente também o vice-governador, Luiz Fernando Pezão, e o secretário Régis Fishner.

Cabral o orientou a conversar com Fishner. Reuniram-se num hotel da zona sul do Rio. Participaram representantes de algumas empresas, segundo a lembrança do ex-diretor: Cláudio Lima, da Skanska; Cesar Luiz de Godoy Pereira, da Alusa; e Ricardo Ourique, da Techint. O ex-diretor explicou que nenhum empresário do consórcio Conpar – formado por OAS, Odebrecht e UTC – esteve no encontro. Mas estas empresas ajudaram a rechear o caixa dois. A "ajuda" a Cabral: R$ 30 milhões.

Em seu depoimento, Paulinho disse que dentro da OAS mantinha contatos com

Léo Pinheiro. Na Odebrecht, com Rogério Araújo e Márcio Faria. Na UTC, com Ricardo Pessoa. O consórcio Conpar deu R$ 15 milhões a Sérgio Cabral. A outra metade veio de empresas como Skanska e Alusa.

Procurou Youssef em 2010 o ex-ministro Fernando Bezerra (PSB-PE), à época secretário de Desenvolvimento de Pernambuco e dirigente do Porto de Suape, por onde passaria o petróleo produzido pela Refinaria Abreu e Lima. Pediu-lhe R$ 20 milhões para a campanha de reeleição do governador Eduardo Campos (PSB-PE). O doleiro relatou o caso a Paulinho.

O ex-diretor disse acreditar que a quantia foi repassada em várias parcelas pelo consórcio Ipojuca Interligações, formado pela Iesa e Queiroz Galvão. Ambas atuavam em Abreu e Lima. Na Queiroz Galvão, Paulinho relacionava-se com Ildefonso Colares Filho. Youssef confirmou o pagamento ilícito.

> — De fato houve a entrega dos R$ 20 milhões solicitados por Fernando Bezerra à campanha de Eduardo Campos à reeleição em Pernambuco.

Paulinho conheceu o senador Humberto Costa (PT-PE) quando ele era ministro da Saúde, durante a inauguração de uma fábrica em Pernambuco, ao lado do presidente Lula. Algum tempo depois procurou o ex-diretor o empresário Mário Barbosa Beltrão, velho conhecido, amigo do ministro. Pediu R$ 1 milhão para a campanha eleitoral do petista ao Senado:

> — Posteriormente Mário Beltrão confirmou que os recursos foram recebidos. O valor foi contabilizado como sendo da conta do PP.

O delegado Eduardo Mauat da Silva e o procurador da República Roberson Henrique Pozzobon indagaram o motivo de entregar propina do Partido Progressista a políticos de outras legendas. Resposta:

> — Se fosse diferente o PP poderia correr o risco da minha destituição e nomeação de outro diretor fiel ao Partido dos Trabalhadores.

O ex-diretor respondeu sobre sua autonomia para autorizar pagamentos a integrantes de diferentes partidos:

> — Isso se dava porque minha indicação e permanência no cargo estava relacionada ao PT, PP e ao PMDB.

No início de 2010 Youssef procurou Paulinho. Explicou que recebeu pedido de ajuda financeira de R$ 1 milhão para a campanha de Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela disputaria vaga no Senado naquele ano. O ministro Paulo Bernardo (PT-PR), marido dela, fez a solicitação. O ex-diretor autorizou:

> — O depósito foi feito porque, caso contrário, haveria reclamação, como de fato ocorria. Era regra os políticos serem discretos em relação a isso, não tocando mais no assunto depois do recebimento dos recursos.

Gleisi Hoffmann venceu a disputa.

Picadinhos, Totó e Quaquá

Paulinho recebeu em seu gabinete na sede da Petrobras, no Rio, visita do ex-prefeito de Nova Iguaçu (RJ), Lindbergh Farias (PT-RJ). Tal qual a correligionária Gleisi Hoffmann, disputaria vaga no Senado em 2010. Um assessor acompanhava Farias. José Antonio Silva Parente, o Totó, pediu R$ 2 milhões. Paulinho determinou que a quantia fosse entregue. Usou propina do PP repassada por fornecedoras da Petrobras. Farias se elegeu.

Quatro anos depois, outra eleição. O senador Farias, candidato a governador, voltou a procurar Paulinho. Desta vez mandou um emissário, o empresário Raul Motta, da Energio. Ele solicitou um plano de governo na área de petróleo. O ex-diretor fez. Depois reuniu-se no escritório político de Farias com Totó, o prefeito de Maricá (RJ), Washington Quaquá (PT), Marcelo Sereno, homem de confiança de José Dirceu (PT-SP), e o deputado Jorge Bittar (PT-RJ). O candidato prometeu que, uma vez eleito, nomearia Paulinho como secretário estadual. Perdeu.

Em outra reunião, num hotel em Ipanema, no Rio, estavam presentes Farias, Totó, Motta e João Cláudio Genu, ex-assessor do deputado José Janene (PP-PR). Genu foi citado, como Janene, no mensalão. A reunião serviu para entregar a Paulinho uma relação com nomes de empresas que deveriam ser procuraras a fim de se obter dinheiro à campanha de Farias em 2014. Paulinho foi preso antes que pudesse operar o esquema.

Outra quantia ilícita autorizada por Paulinho beneficiou Tião Viana (PT-AC) em 2010. Ele disputou o pleito e Youssef recebeu um pedido de R$ 300 mil. O ex-diretor não lembrou se a solicitação veio de Viana ou de algum emissário. Mas garantiu que o dinheiro foi repassado. Viana se elegeu.

Confusão nas fileiras do PP. Após a morte de Janene, assumiu o comando do partido Mário Negromonte (BA), ministro das Cidades de Dilma Rousseff por pouco mais de um ano. Quando Aguinaldo Ribeiro (PB) assumiu o Ministério das Cidades, o senador Ciro Nogueira (PI) substituiu-o na Presidência do PP. E formou com os deputados Arthur Lira (AL) e Eduardo da Fonte (PE) um grupo que "destituiu" Youssef das operações financeiras. Em seu lugar puseram Henry Royer de Carvalho. De Paulinho:

> — Os parlamentares informaram que não havia mais confiança na pessoa de Youssef, em razão de constantes atrasos nos repasses dos valores de empreiteiras da Petrobras ao partido.

Youssef não criou problemas. Ao contrário, ajudou o novo operador na relação com a empreiteira UTC. Do depoimento:

> — Acredito que Henry possa ter tido alguma dificuldade em receber recursos de algumas empreiteiras, sendo que isso certamente ocorreu com a UTC.

Eduardo da Fonte participou de outro episódio. Acompanhado do presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), reuniu-se com Paulinho no Hotel Windsor, na Barra da Tijuca. O ex-diretor estranhou a presença de políticos de situação e oposição ao governo Lula. Os dois parlamentares alegaram que o objetivo era evitar uma investigação:

> — Eles disseram que o TCU teria apurado algumas irregularidades relacionadas a sobrepreço junto às obras da Refinaria Abreu e Lima, mas que não seria interesse da oposição nem da situação a comissão parlamentar.

O caso chegou perto de José Sérgio Gabrielli (PT-BA), então presidente da Petrobras. Paulinho detalhou a reunião ao chefe de gabinete da Presidência da Petrobras, Armando Tripodi, braço-direito de Gabrielli.

> — Ele concordou que a CPI deveria ser barrada, dado os potenciais prejuízos, principalmente em um ano eleitoral.

Numa segunda reunião com Guerra e Fonte, o tucano pediu R$ 10 milhões para barrar a CPI. Paulinho procurou Ildefonso Colares Filho, presidente da Queiroz Galvão, que tocava com a Iesa obras em Abreu e Lima:

> — Após explicar a situação, ele concordou que a CPI seria um mau negócio e concordou em pagar o valor solicitado por Sérgio Guerra.

Em outra oportunidade, Colares Filho confirmou o pagamento.

Paulo Roberto Costa conheceu Antonio Palocci (PT-SP) em 2004, quando o petista era ministro da Fazenda e integrante do Conselho de Administração da Petrobras, presidido por Dilma Rousseff, na época ministra de Minas e Energia. Seis anos depois, ano eleitoral. Dilma Rousseff seria eleita presidente da República. Paulinho recebeu a informação de que Palocci queria R$ 2 milhões para a campanha. Autorizou o repasse, sempre com dinheiro da cota do PP, desviado de contratos da Petrobras.

O primeiro contato de Paulinho com o senador Delcídio Amaral (PT-MS) foi em 2001. Na época o político ainda era diretor de Gás e Energia da Petrobras. Paulinho, o gerente-geral de Logística de Gás Natural, subordinado a Amaral. E Nestor Cerveró estava na gerência de Geração de Energia Elétrica, responsável pelas termoelétricas. Tempos de crise no fornecimento de energia elétrica. O governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) decidira construir usinas termoelétricas. Da delação premiada:

> — Devido à urgência, a aquisição foi feita em grande parte diretamente da empresa francesa Alston. A opção pela Alston foi devido ao fato de que ela podia entregar rapidamente o produto, e também porque teria concordado em efetuar o pagamento de um considerável valor como propina pela contratação, segundo comentários correntes dentro da área.

A Petrobras comprou, em caráter de emergência, número maior de turbinas que o necessário. O equipamento sobrou nos depósitos durante anos. Paulinho deu detalhes:

> — Chegou a meu conhecimento que teria havido uma negociação entre Delcídio Amaral, Nestor Cerveró e a Alston, para o pagamento de um valor alto como propina, para que saísse a compra das turbinas.

Segundo Paulinho, Amaral virou padrinho de Cerveró. Eleito senador em 2002, o petista avalizou no ano seguinte a nomeação do afilhado como diretor Internacional, na cota do PMDB. Quando Cerveró foi desligado do cargo, Amaral influiu para realocá-lo como diretor Financeiro e de Serviços da BR Distribuidora. De lá Cerveró acabou posto para fora com o escândalo da Refinaria de Pasadena. Antes disso, ninguém teve força para afastá-lo.

Por volta de 2009 ou 2010, Paulinho recebeu em seu gabinete os deputados Luiz Fernando Ramos Faria (PP-MG) e José Otávio Germano (PP-RS). Pediram que a Fidens Engenharia, de Minas Gerais, participasse de processos licitatórios, e o apresentaram ao diretor da empresa, Rodrigo Alvarenga Franco. Paulinho indicou a Fidens, contratada para erguer prédios do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Após a assinatura do contrato, recebeu convite de Faria para comparecer a um apartamento no Hotel Fasano, no Rio. Recebeu R$ 200 mil em dinheiro vivo. Do depoimento:

> — O deputado Luiz Fernando disse que o dinheiro era um agradecimento enviado pela Fidens pela contratação.

Paulinho reconheceu:

> — É de grande relevância uma sugestão vinda de um diretor para que determinada empresa seja incluída no convite.

Em seguida a Fidens obteve mais um contrato, nas obras da Refinaria Premium 1, no Maranhão. Da confissão:

> — Levei aqueles R$ 200 mil para casa e usei o dinheiro paulatinamente, no pagamento de despesas da minha família.

Em depoimento, Paulinho confirmou referências ao deputado Nelson Meurer (PP-PR) que constavam em sua agenda. Ele recebeu R$ 4 milhões de Youssef em 2010:

> — Foi um repasse extraordinário porque não era comum que um único parlamentar do PP recebesse quantia desse monte do caixa de propinas.

O ex-diretor disse ter sido informado por Youssef de repasses extraordinários a parlamentares do PP em 2010. O dinheiro irrigaria campanhas eleitorais. Benedito Lira (AL), eleito senador, embolsou R$ 1 milhão. Mário Negromonte (BA) papou R$ 5 milhões. Pedro Corrêa (PE), R$ 5,3 milhões. E João Alberto Pizzolatti (SC), R$ 5,5 milhões.

Com o deputado Simão Sessim (RJ) foi diferente. Ele não frequentava o círculo das principais lideranças do PP. Procurou Paulinho na Petrobras. O ex-diretor o atendeu. Pediu R$ 200 mil. Paulinho entendeu que Sessim não conseguira a quantia extra no caixa do partido, e por isso decidiu solicitá-la diretamente. Youssef providenciou.

> — Um mês depois Simão Sessim passou na minha sala na Petrobras e agradeceu a liberação do dinheiro.

Em 2008 houve uma reunião na casa do lobista Jorge Luz, que atuava na Petrobras. Ali Paulinho soube que a Sargent Marine, dos Estados Unidos, importava asfalto. Indicou-a à Petrobras, e a multinacional foi contratada. Numa segunda reunião na casa de Luz, conheceu o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). O político havia recebido propina da Sargent Marine.

> — Soube desse repasse em uma outra reunião na casa de Jorge Luz, onde conheci pessoalmente Candido Vaccarezza e fiquei sabendo que Jorge teria repassado R$ 400 mil ao parlamentar.

O ex-diretor relatou que também recebeu comissão da empresa, mas não se recordava do valor nem do banco no exterior no qual depositou o dinheiro. Os interrogadores mostraram um documento apreendido em sua casa, denominado "Beto – Relatório Mensal". Referia-se a Humberto Mesquita, genro do ex-diretor. Registrava depósitos de US$ 800 mil, aplicados no banco suíço Lombard Odier-Gen. Reação do declarante:

> — Tomando por base o valor que recebi, acredito que a comissão de Jorge Luz possa ter sido bem maior, inclusive o valor que ele teria repassado a Cândido Vaccarezza.

Hora de ir às compras

Paulinho estranhou a compra da Suzano Petroquímica pela Petrobras. A gerência de Novos Negócios, que tratava de fusões e aquisições, estabeleceu os custos máximo e mínimo da compra, como de praxe. O esperado seria fechar a transação por um valor próximo à cotação mínima:

> — Causou surpresa que a negociação tenha sido fechada em patamar bem superior ao mínimo fixado. Foi decisão unilateral do presidente José Sérgio Gabrielli, a respeito da qual não forneceu maiores detalhes aos diretores.

Gabrielli comunicou a decisão e depois a aquisição recebeu aprovação formal em reunião de diretoria. Do ex-diretor:

> — Raramente uma decisão do presidente é questionada pelos diretores.

A compra da Suzano Petroquímica também foi chancelada pelo Conselho de Administração da Petrobras, presidido por Dilma Rousseff.

O termo de colaboração nº 35 foi importante. Em 3 de setembro de 2014 Paulinho prestou declarações ao delegado Felipe Eduardo Hideo Hayashi e ao procurador da República Andrey Borges de Mendonça. Eles apresentaram uma tabela da Refinaria Abreu e Lima que trazia obras e serviços tocados por 23 empresas ou consórcios, totalizando R$ 18,7 bilhões. O ex-diretor esclareceu que, das companhias mencionadas, fizeram repasses indevidos a Engevix, Allusa, Techint, Tomé, Consórcio Conest, CNCC, Queiroz Galvão, Iesa e Galvão Engenharia, todas integrantes do cartel, com exceção da Allusa e da Tomé, de porte menor.

Em seu depoimento, reiterou que o cartel e os desvios ocorreram nas diretorias de Abastecimento, sob seu comando, e também nas de Serviços, Gás e Energia e Internacional. Nominou os empresários com os quais mantinha contato. Na Camargo Corrêa citou Eduardo Leite e Dalton Avancini. Youssef também tinha relação próxima com Eduardo Leite, a quem chamava de Leitoso. Na OAS as conversas eram com Léo Pinheiro e Agenor Franklin Magalhães Medeiros. Na UTC, com o presidente Ricardo Pessoa, com quem Youssef mantinha sociedade. Na Odebrecht os contatos eram Márcio Faria e Rogério Araújo. Na Queiroz Galvão, Ildefonso Colares Filho. Na Toyo Setal, Julio Camargo, outro de forte ligação com Youssef. Na Techint, Ricardo Ourique. Na Galvão Engenharia, Erton Medeiros Fonseca. Na Andrade Gutierrez, Paulo Dalmazo. Na Engevix, Gerson Almada. E na Iesa, Valdir Lima Carreiro. Do declarante:

> — Em todas as obras que essas empresas participaram na Petrobras houve cartelização, como por exemplo nos contratos de oleodutos, gasodutos, construção de navios, construção de plataformas, estação de gás natural em terra. Tinha cartelização e também pagamento de propina.

Em relação à Iesa, disse que Youssef identificara pendências, ou seja, propina a que o ex-diretor ainda tinha direito, do período em que esteve à frente da Diretoria de Abastecimento. Por isso, após sair da Petrobras, celebrou contrato de consultoria entre a sua Costa Global e a Iesa:

> — Havia uma comissão pendente, no valor de R$ 1,2 milhão, a que eu teria direito. O contrato foi fictício, não tendo ocorrido qualquer prestação de serviço. A Iesa ficou de pagar o valor em 12 prestações, mas o dinheiro não foi repassado integralmente, por conta de problemas de caixa da empresa.

Paulinho fundou a Costa Global em agosto de 2012, quatro meses após sair da Petrobras. Tinha quatro funcionários. Além de motorista e secretária, apenas ele e a filha Arianna, que minutava contratos e emitia notas fiscais. A Costa Global serviu para “esquentar” dinheiro de propina. Ele confessou a elaboração de contratos de consultoria simulados. Recebeu os seguintes valores indevidos, além do já mencionado da Iesa: Queiroz Galvão, R$ 800 mil; Camargo Corrêa, R$ 3 milhões; Engevix Engenharia, R$ 665 mil; Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo,

R$ 975 mil; Equador Log, R$ 2 milhões; e Dislub Equador/Venbras Marítima, R$ 90 mil.

As três últimas empresas pertenciam a Humberto Amaral. A propina decorreu da intermediação de projeto do empresário para construir um terminal de derivados no Rio Amazonas. Ele foi contratado, sem licitação.

Paulinho admitiu que chegou a receber R$ 550 mil por mês pela Costa Global. Manteve o dinheiro no Brasil, e com ele construiu residência no condomínio Porto Belo, em Mangaratiba (RJ), na região de Angra dos Reis. Gastou aproximadamente R$ 3,3 milhões. Comprou ainda uma lancha de R$ 1,1 milhão. Em outro depoimento, disse que lançou mão da empresa Pragmática, em nome da filha Shanni, do genro e um sócio, para receber R$ 2 milhões da Allusa, entre 2011 e 2012. A empreiteira foi beneficiária de contrato na Refinaria Abreu e Lima. Usou um dos 20 cheques em branco que lhe foram repassados para pagar parcela da lancha. Informou ter comprado, como já citado, por volta de 2006 e 2007, dois apartamentos no bairro da Península, na Barra da Tijuca. Deu os imóveis de presente às filhas.



FOME DE DINHEIRO

Odebrecht: milhões de dólares pela 'política de bom relacionamento' com diretor da Petrobras

Paulo Roberto Costa, o Paulinho, autorizou o Ministério Público Federal a repatriar valores ilícitos, remetidos a empresas *offshore* e dali a quatro contas bancárias das quais era o beneficiário, nos bancos suíços Royal Bank of Canada/Roycan Trust Company, Banque Cramer, Banque Pictet e PKB Privatbank. Segundo o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, um alto funcionário da Construtora Norberto Odebrecht, Rogério Araújo, abordou-o durante uma reunião em 2008 ou 2009:

> — Ele disse "Paulo, você é muito tolo, você ajuda mais os outros do que a si mesmo. E em relação aos políticos que você ajuda, a hora que você precisar de algum deles, eles vão te virar as costas".

Araújo indicou-lhe o dono da Diagonal Investimentos, Bernardo Freiburghaus, executivo experiente em tratativas com bancos da Suíça. Fariam depósitos regulares a Paulinho no exterior, sem passar por agentes políticos. A Odebrecht ficou de providenciá-los a cada dois ou três meses. Freiburghaus aplicou as somas na Suíça, em benefício do ex-diretor.

Paulinho conferia os extratos bancários na sede da Diagonal, e triturava-os para não deixar vestígios. Só o descobriram porque deixou anotações em uma agenda de capa amarela, apreendida em sua casa pelos investigadores da Lava Jato. Em nome da empresa Sygnus Assets, aberta por Freiburghaus, anotou US$ 10,5 milhões, depositados no PKB Privatbank em 13 de setembro de 2012. Por meio da *offshore* Quinus Service, havia outros US$ 9,5 milhões no HSBC Bank, conforme o registrado naquele mesmo 13 de setembro. O dinheiro foi transferido a uma conta na Suíça.

Em nome da Sagor Holding estavam depositados US$ 5,6 milhões em conta do Julius Baer. Da mesma forma, a quantia foi transferida a bancos suíços. Em outra anotação da agenda constavam R$ 5,7 milhões, aplicados no Deutsche Bank. Neste caso sem especificação se em nome de pessoa física ou jurídica. Do depoimento de Paulinho:

> — Bernardo achava conveniente que, de tempos em tempos, houvesse alguma mudança. Movimentar os recursos de uma conta a outra, para fins de segurança. Não deixar rastros que permitissem a identificação dos valores mantidos no exterior.

Em razão dessa preocupação as contas no HSBC, Julius Baer e Deutsche Bank foram canceladas, e os recursos transferidos aos quatro bancos suíços. O ex-diretor conheceu pessoalmente os gerentes das contas no país europeu. Assegurou-se de que

o dinheiro estava em boas mãos. A Odebrecht fez repasses de 2009 a 2013, mesmo após ele sair da Petrobras:

> — Esse pagamento direto no exterior foi feito para manter a política de bom relacionamento. Não posso confirmar, mas acredito que os depósitos também tenham sido feitos em 2014, para acertar os valores de contratos firmados à época em que eu era diretor de Abastecimento da Petrobras.

Paulinho admitiu a abertura de conta no banco Lombard Odier-Gen, em nome da *offshore* OST, cujo diretor era seu genro, Humberto Mesquita. Serviu para receber quase US$ 800 mil de propina, sendo US$ 193 mil da empresa norte-americana Sargent Marine. Outros US$ 600 mil vieram da Trafigura, referentes à intermediação de um contrato de aluguel do terminal de tancagem do Porto de Suape. O empresário Mariano Marcondes Ferraz teria repassado o dinheiro.

Em seu depoimento afirmou que, nestes particulares, não fez contratos de consultoria para simular recebimento de comissões, por entender que as quantias estavam protegidas no exterior, na *offshore* de Mesquita. Segundo o ex-diretor, a conta no Lombard Odier-Gen foi aberta com a ajuda de Bruno Luz, filho do lobista Jorge Luz. Mesquita recebia de 20% a 30% dos valores expatriados, pelo gerenciamento dos depósitos.

Outra *offshore*, a International, no paraíso fiscal das Ilhas Cayman, movimentou dinheiro sujo de Paulinho. Os diretores eram Mesquita e seu outro genro, Márcio Lewkowicz. A conta recebeu US$ 2,4 milhões, mais US$ 600 mil em duas subcontas, Glacier e Larrose, em nome dos genros. Os US$ 3 milhões de propina foram repasses de Fernando Baiano, operador também ligado ao ex-diretor Internacional, Nestor Cerveró, e ao PMDB.

Paulinho mencionou contratos de navios de grande porte para transporte de derivados de petróleo, dos quais participavam cerca de 20 empresas, a maioria com sede na Grécia. Ele mantinha contato com o cônsul grego no Rio, Konstantinos Kotronakis. Passou-lhe informações privilegiadas da Petrobras. Em 2011 ou 2012 Konstantinos abriu a GB Maritime, com sede em Londres, em nome de seu filho, Georgios. A empresa efetuava depósitos a Paulinho no banco UBS, em Luxemburgo, outro paraíso fiscal europeu.

A GB recebia 3% de corretagem dos armadores gregos. O percentual calculado em cima dos valores pagos pelas locações dos navios. Paulinho ficou com 40% desses 3% no início do negócio com o grego, e depois com 25%, por meio da *offshore* BS Consulting, registrada em nome de Mesquita. O genro abocanhava outros 25%. Em maio de 2013 havia US$ 530 mil em conta, já descontada a parte do genro. Paulinho continuou a receber as comissões após sair da Petrobras.

Do termo de colaboração nº 38, de 4 de setembro de 2014: “Que nesta oportunidade, sem prejuízo da redação de termo complementar de repatriamento de capitais, o declarante consigna que desde já deixa expressamente autorizado tal

repatriamento de forma integral, ou seja, de todos os valores depositados em seu favor nas referidas instituições financeiras".

Por volta de 2006 Paulinho fez acerto com o lobista Vanderlei Saraiva Gandra e com Viggo Andersen, representante da empresa dinamarquesa Maersk, fornecedora de rebocadores e navios de apoio. Procurou abrir espaço para a firma europeia no transporte de petróleo e derivados.

Com base nas boas perspectivas apresentadas por Paulinho, Gandra decidiu constituir a Gandra Brokeragem. Ofereceu parte do percentual da corretagem, em troca de informações privilegiadas da Petrobras sobre demanda de navios de grande porte. Segundo Paulinho, os 3% de corretagem foram divididos entre Gandra, Andersen e ele. O ex-diretor confessou que embolsou mais de R$ 30 mil por mês com o esquema. Até ser preso, em março de 2014.

A empresa Estre Ambiental era sócia do Estaleiro Rio Maguari desde 2011. A parceria estabeleceu a construção de barcaças e empurradores para a Transpetro, com a finalidade de transportar etanol entre o Mato Grosso e São Paulo pela Hidrovia Tietê-Paraná. Fernando Baiano apresentou Paulinho ao dono da empresa, Wilson Quintela Filho. Conforme o ex-diretor, Quintela prometeu-lhe parte do estaleiro caso ganhasse a licitação. Paulinho integrava o Conselho de Administração da Transpetro.

A construção do estaleiro vinculava-se à aquisição de 80 barcaças e 20 empurradores pela Petrobras. Parte do acerto prosseguiu após Paulinho sair da Petrobras, o que o deixou fora do negócio. Mesmo assim, recebeu R$ 1,4 milhão de propina, repassada por Fernando Baiano. A dinheirama foi levada a seu escritório e à sua casa.

Em outro depoimento, justificou a indicação de firmas menores para contratos com a Petrobras. Argumentou que desejava "quebrar um pouco" o cartel. Citou a Santa Bárbara, Multitec, Fidens, Tenasse, Alusa, Eit e Jaraguá. Grandes empreiteiras reagiram, dizendo que Paulinho "quebraria a cara", pois as pequenas não honrariam contratos. De fato, aconteceu.

De qualquer forma, a Alusa obteve contrato para obras da casa de força da Refinaria Abreu e Lima, no valor de R$ 996 milhões. E foi chamada para outras licitações. Paulinho negou que visasse aumentar seu poder de embolsar propina, mas reconheceu ter recebido "comissões espontâneas" da Alusa e da Fidens. R$ 2 milhões da primeira e R$ 200 mil, da segunda. No caso da Alusa, relatou que foi procurado pelo diretor, Cesar Luiz de Godoy Pereira, a quem deu número de sua conta bancária para o depósito. Já a Fidens trabalhou no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e executou a terraplenagem da fracassada Refinaria Premium 1, no Maranhão.

Início da ladroagem de Pasadena

Havia dificuldade de fazer a Andrade Gutierrez cumprir acordos. A empresa

demorava para transferir dinheiro ao Partido Progressista. O entrave mexeu no esquema. A partir de 2008 ou 2009 a cobrança tornou-se tarefa de Fernando Baiano. Segundo Paulinho, a proximidade de Baiano com o presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo, facilitava o desembolso.

O ex-diretor continuou recebendo a parte da propina que a empreiteira lhe devia. Como nas outras situações, não havia interesse em quebrar a relação de confiança. Paulinho sabia demais. Entre 2011 e 2013, conforme seus cálculos, havia em torno de US$ 4 milhões à sua disposição no Vilartes Bank, em Liechtenstein. Segundo o ex-diretor, entre US$ 2 milhões e US$ 2,5 milhões desse dinheiro vieram da Andrade Gutierrez. Ele pediu a Baiano para transferir US$ 3 milhões a outra conta no exterior, em nome dos genros. Foi feito. Em depoimento, Paulinho referiu-se a Baiano:

> — Não sei o que Fernando fez com o saldo de US$ 1 milhão.

Nestor Cerveró apresentou Baiano a Paulinho no final de 2005, durante o primeiro governo Lula. Um dos assuntos iniciais entre os dois foi a compra da Refinaria de Pasadena. Do depoimento do ex-diretor:

> — Ele pediu para que eu não colocasse obstáculos à aprovação do negócio.

Pasadena processava petróleo leve, enquanto a Petrobras produzia petróleo pesado. Reformar a velha refinaria, construída na década de 1930, custaria US$ 2 bilhões. Além disso, a empresa proprietária, a belga Astra Oil, não tinha especialização em refino. Adquiri-la seria um erro. Baiano ofereceu US$ 1,5 milhão para Paulinho não questionar o negócio na reunião que definiria a compra. Do depoimento:

> — Havia boatos na Petrobras de que o grupo de Nestor Cerveró, incluindo o PMDB e Fernando Baiano, teria dividido algo entre US$ 20 milhões e US$ 30 milhões, recebidos provavelmente da Astra Oil.

Apesar das restrições técnicas, a decisão de comprar a refinaria foi unânime na Petrobras. Votaram a favor os seis diretores mais o presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli (PT-BA). Segundo Paulinho, já era voz corrente nos corredores da Petrobras que as obras de modernização de Pasadena seriam tocadas pela Odebrecht e UTC. A contratação ficaria com o diretor de Serviços, Renato Duque. As obras não chegaram a ser realizadas.

Em depoimento disse que, embora não soubesse ao certo, acreditava que o seu US$ 1,5 milhão foi bancado pela Astra Oil. Dinheiro depositado no Vilartes Bank, em Liechtenstein, na conta em que recebera da Andrade Gutierrez. Diego, um operador de Baiano que vivia na Suíça, a gerenciava:

> — Fernando Baiano é um homem muito rico. Tem cobertura de 1.200 metros quadrados de frente para o mar na Barra da Tijuca, no condomínio

> Atlântico Sul. Tem casa nos Estados Unidos e em Trancoso, no litoral da Bahia. Tem casa e lancha em Angra dos Reis, além de ativos no exterior. Também me recordo de que possui academia de ginástica na Barra da Tijuca. Não acredito que esses bens estejam no nome dele, pois não teria como comprovar a origem dos recursos. É provável que estejam em nome de empresas *offshore*.

Conforme Paulinho, Baiano era bem relacionado no meio empresarial e político. Citou como exemplo a amizade com o pecuarista José Carlos Bumlai, também amigo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Barafundas labirínticas

Paulinho foi questionado sobre irregularidades em obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas. Os serviços, subordinados à Diretoria de Abastecimento. Sob sua responsabilidade. Foram executados – como outras obras de grande porte da Petrobras – pela Diretoria de Serviços.

Em relação à construção da Unidade de Gasolina, de R$ 1,9 bilhão, a cargo do Consórcio Conpar – formado pela Odebrecht, OAS e UTC –, Paulinho relatou que os trabalhos, definidos pelo cartel que superfaturava as obras, gerou 3% de propina, destinada aos partidos que comandavam a Petrobras.

O mesmo ocorreu com contrato de R$ 2,2 bilhões referente ao fornecimento de equipamentos, materiais, serviços e montagem eletrônica na Presidente Getúlio Vargas, tocado pelo Consórcio Interpar – Mendes Júnior, MPE Montagens e Projetos Especiais e Sog (Sistemas em Óleo e Gás).

Por fim o Consórcio CCPR-Repar, que também atuou na Presidente Getúlio Vargas. Reuniu Camargo Corrêa e Promon Engenharia. Instado a dar detalhes, Paulinho confirmou que a contratação de R$ 2,5 bilhões foi decidida pelo cartel. Como nas outras situações, houve preços superfaturados e repasses de 3% a partidos políticos.

Em sua agenda pessoal de 2013 o ex-diretor adicionou informações sobre esquemas de desvios nos quais estava envolvido. No termo de colaboração nº 79, de 16 de setembro de 2014, explicou que a anotação “12/11/12 FB”, as iniciais de Fernando Baiano, serviam para lembrá-lo de repasses de valores a políticos pela Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, nos valores de R$ 2,8 milhões e R$ 3 milhões, respectivamente.

A referência a “casa no condomínio Celebration” dizia respeito à casa de Baiano na cidade de Orlando, nos Estados Unidos. Ele queria que Paulinho a comprasse. “QG fechando 2,5” significava dívida de R$ 2,5 milhões da Queiroz Galvão. Já “assunto Timor” foi uma tentativa sem êxito que renderia propina em troca de contrato para executar obras no Timor Leste.

Em sucessivos termos de colaboração prestados no Departamento de Polícia

Federal em Curitiba, Paulinho reiterou que, dos 3% dos contratos superfaturados junto à Diretoria de Abastecimento, sob seu comando, 1% ficava com o PP e 2% com o PT. A informação não estava precisa. No caso de propina repassada pela Andrade Gutierrez, por exemplo, o ex-diretor reconheceu que houve participação do PMDB. Ocorreu após intermediação de Baiano. Do termo de declarações ao Ministério Público Federal:

> — Não sei exatamente qual percentual caberia ao PP e ao PMDB, mas acredito que o PMDB tenha ficado com a maior parte.

Paulinho protegeu o PMDB. Quando denunciou a maracutaia da compra de asfalto da Sargent Marine, reconheceu o recebimento de propina e apontou o dedo para o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), supostamente contemplado com dinheiro sujo. Mas não informou que o lobista Jorge Luz, intermediador da transação, era próximo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), do deputado Jader Barbalho (PMDB-PA) e de Sérgio Machado, operador de Calheiros na Transpetro. Um senhor trio.

No final de 2006 Paulinho adoeceu. Em viagem à Índia contraiu malária e pneumonia. A vida ficou em risco. O alto cargo na Petrobras, conforme o ex-diretor, passou a ser cobiçado principalmente por pessoas ligadas ao PT. Calheiros e o senador Romero Jucá (PMDB-RR) ajudaram-no a manter o posto. Em troca passou a apoiar o PMDB. Segundo ele, o PP não tinha peso político para assegurar sozinho a Diretoria de Abastecimento.

O deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE) atuava como espécie de emissário de Calheiros e Jucá. O deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) também participou de reuniões. Paulinho minimizou o envolvimento de Alves. Contou apenas que o político acompanhara um empresário interessado em contrato, mas o assunto não avançou. Do ex-diretor:

> — Os contatos eram feitos com o deputado Aníbal, que avisava e marcava reuniões com os senadores Renan e Romero Jucá. O tema eram projetos, ou seja, obras que seriam destinadas às empresas de interesse.
>
> — Esses parlamentares tinham interesse porque receberiam vantagens desses contratos.

Nos contratos de interesse do PMDB, o PT seria mantido fora dos repasses:

> — O PP ficaria com um percentual de 1% e o restante iria para o PMDB.

Rapaz, cadê?

Em nome de Calheiros, Aníbal Gomes procurou Paulinho para tratar de um reajuste salarial de funcionários associados ao Sindicato dos Práticos, entidade que representava trabalhadores de portos e agências marítimas. O pleito era de interesse

do Escritório Ferrão, em Brasília. Do depoimento:

> — Seria feito um pagamento pelo Escritório Ferrão em favor dele, Aníbal, sendo parte dos recursos destinados ao senador Renan, e um valor de R$ 800 mil para mim.

Assunto resolvido, mas Paulinho jamais recebeu a parte prometida.

> — Quando me encontrava com o Aníbal lembrava do valor prometido dizendo "rapaz, cadê"?

Em outra ocasião Aníbal Gomes procurou Paulinho para tratar da Serveng Civilsan, interessada em negócios com a Petrobras. O ex-diretor fez a intermediação com Paulo Twiaschor, representante da empresa. Em depoimento Paulinho disse acreditar que houve ajuste com outras empreiteiras para a Serveng vencer certames e, consequentemente, pagar propina. Encaminhou mais um pleito da Serveng. A empresa desejava negociar com a Petrobras um terreno em Caraguatatuba (SP). O assunto foi levado à Diretoria de Exploração e Produção, sob comando do PT, e Paulinho informou não saber se houve algum desdobramento.

Havia uma interface entre a Diretoria de Abastecimento e a Transpetro. Contratos dos chamados *bareboats*, o afretamento de navios. Paulinho dava a sua anuência. Em retribuição, por volta de 2007 ou 2008, recebeu convite para ir ao apartamento de Sérgio Machado, presidente da Transpetro, em São Conrado, no Rio. Do ex-diretor:

> — Recebi R$ 500 mil em espécie, diretamente junto a José Sérgio Machado.

Ao depor em 2 de setembro de 2014, Paulinho falou de "caixa comum" com dinheiro de contratos, destinado a três partidos – PT, PP e PMDB:

> — Houve um acordo entre PT, PP e PMDB, ainda em 2006, para que eu ficasse na Diretoria de Abastecimento da Petrobras.

Aqui, Paulinho mencionou pressão do PMDB por seu cargo:

> — Em razão do PMDB ter cedido e concordado com a minha permanência na diretoria, o partido passou a solicitar esporadicamente valores dos contratos da Petrobras que seriam da cota do PP.

De qualquer modo, ele pegou leve com o PMDB. Ao abordar uma reunião na casa de Jucá em Brasília, por exemplo, afirmou que o encontro em 2011 serviu para o senador lhe pedir para "cuidar" ou "dar uma atenção especial" à Diagonal Consultoria, do irmão Álvaro Jucá. A Diretoria de Abastecimento contratou a empresa, sem licitação, para que prestasse serviços em alguns projetos. Neste caso, Paulinho não mencionou repasses de propina.



O CARTEL E AS SIMULAÇÕES

Para justificar repasses de propina é preciso gestar uma organização criminosa

Em 2003, primeira vez que o doleiro Alberto Youssef entregou dinheiro a Paulo Roberto Costa, Paulinho ainda não ocupava o cargo de diretor de Abastecimento, mas era dirigente da TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia – Brasil), controlada pela Petrobras. Youssef repassou cerca de US$ 300 mil dólares em um shopping center, cumprindo determinação do deputado José Janene (PP-PR). A propina fazia parte de acerto envolvendo a Camargo Corrêa e a Mitsui Toyo.

Youssef prestou dezenas de depoimentos dentro do acordo com os investigadores da Lava Jato para tentar diminuir a sua condenação. Já no primeiro termo de declarações, em 2 de outubro de 2014, relatou que grandes empreiteiras se reuniam para definir as vencedoras nos contratos da Petrobras. O doleiro coletava dinheiro, fazia repasses e transferências, tudo a mando de Janene. Do declarante:

> — Os valores com os quais eu lidava eram pagamentos feitos por empreiteiras contratadas pela Petrobras.

Segundo ele, executivos elaboravam listas com empresas que deveriam ser contratadas. Representantes do cartel reuniam-se duas ou três vezes por mês. Decidiam o que sobraria às firmas menores. Youssef forneceu nomes das que compunham o esquema: OAS, Galvão Engenharia, Engevix, Iesa, Camargo Corrêa, UTC, Odebrecht, Mendes Júnior, Setal, Mitsui Toyo, Skanska, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Tomé Engenharia. Destacou outras de médio porte, que também integravam o cartel: Jaraguá Equipamentos, Consrucap, Engesa, Delta e Toshiba. Do depoimento:

> — As comissões eram obrigatórias e as empresas que não pagassem sofriam retaliações.

A definição sobre as convidadas passava pela Diretoria de Serviços, sob controle do PT. Conforme Youssef, João Vaccari Neto dava ordens acerca de como o diretor Renato Duque deveria proceder ainda antes de se tornar tesoureiro do partido. Explicou que propina virava doação oficial à legenda. Lavagem de dinheiro.

Uma vez que as empreiteiras tivessem selecionado entre si quais fariam as obras, a relação das contempladas seguia para Duque convidá-las oficialmente. Quando os serviços abrangiam a Diretoria de Abastecimento, Paulinho recebia a lista e dava aval aos contratos, de acordo com o cartel. De Youssef:

> — Considerando a participação das duas diretorias no esquema, era de conhecimento das empreiteiras a necessidade de pagamento de comissões a ambas, ou aos partidos que as sustentavam politicamente.

Seguindo os acertos, empreiteiras escolhidas para ficar fora dos contratos deixavam de fornecer orçamentos detalhados. Evitavam gastos inúteis. Youssef relatou que a Petrobras aceitava propostas que oscilassem dentro da margem do orçamento-base – variação de menos 15% do preço previsto a no máximo 20% acima do estabelecido. Os custos indicados pelas empresas quase sempre se aproximavam do teto de 20%. Reunidas em cartel, tratavam de tirar o máximo da petroleira.

Outro problema: a Petrobras contratava sem que houvesse projetos executivos, abrindo a possibilidade para que, algum tempo depois, viessem contratos aditivos. As obras ficavam ainda mais caras. O repasse de propina também subia. Se era 1% no caso dos contratos, chegava a 5% com os aditivos. Segundo Youssef, os valores eram negociados em reuniões prévias, das quais participavam Janene, Paulinho e ele.

Na maioria das vezes, comissões eram sacadas e o dinheiro entregue em mãos a políticos e agentes públicos, por Youssef ou suas "mulas". Havia também transferências a empresas *offshore* no exterior. Nestes casos, Youssef usava doleiros de confiança e testas de ferro que "emprestavam" pessoas jurídicas, com as quais as empreiteiras firmavam contratos fictícios para justificar as transferências de valores. Organização criminosa engendrada. A propina viajava de avião. Do depoimento de Youssef:

> — O dinheiro vivo era levado em aviões comerciais e aviões fretados. Eu mesmo viajei com dinheiro preso no corpo, e nunca tive problema nos aeroportos.

Do 1% dos contratos que ficava com o PP, Youssef deduzia custos de emissão das notas fiscais frias e de transporte aéreo, estimados em 25%. Do que restava, 60% pagavam Janene e o PP, 30% Paulinho, 5% Youssef e 5% João Cláudio Genu, operador conhecido desde o caso do mensalão. O doleiro apontou o dedo para o núcleo central de poder em Brasília:

> — Tanto a Presidência da Petrobras quanto o Palácio do Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e o repasse de comissões em âmbito da estatal.

Questionado sobre sua afirmação, explicou ao delegado Márcio Adriano Anselmo, da Polícia Federal, e ao procurador da República Roberson Henrique Pozzobon que entendia como Palácio do Planalto os presidentes Lula e Dilma Rousseff e alguns ministros dos governos do PT: Gilberto Carvalho (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Antonio Palocci (PT-SP), José Dirceu (PT-SP) e Edison Lobão (PMDB-MA).

Segundo Youssef, havia disputas de poder entre partidos por cargos na Petrobras. As discussões acabavam no Palácio do Planalto. Do doleiro:

> — Eu reafirmo que o alto escalão do governo tinha conhecimento.

Youssef deu como exemplo uma prestação de serviços de comunicação na Petrobras. Interrompeu-se o contrato em razão de irregularidades, mas ele recebeu ordem de pagar o previsto inicialmente a duas empresas – uma prática irregular. José Sérgio Gabrielli (PT-BA), presidente da Petrobras, determinara a Paulinho proceder o repasse. O doleiro usou sua empresa MO para fazer o acerto por fora, com valores de fornecedoras da estatal.

Para Youssef a saída de Paulinho da Petrobras, em 2012, foi consequência de disputa política dentro e fora do Partido Progressista. Mesmo assim pagamentos já acordados com o ex-diretor continuaram a ser honrados, na seguinte proporção: 70% para Paulinho, 15% a Genu e 15% a ele, Youssef. O doleiro "legalizou" repasses simulando consultorias. Camargo Corrêa e Engevix cuidaram do assunto. A primeira aceitou entregar R$ 3 milhões, em parcelas de R$ 100 mil. A segunda, R$ 730 mil, sendo R$ 30 mil por mês.

Conforme o combinado, as comissões ao PP deveriam ser feitas em dinheiro vivo na residência de Janene, de onde seriam levadas a dois políticos – os deputados João Pizzolatti (PP-SC) e Mário Negromonte (PP-BA). Janene tinha como procedimento celebrar contratos fictícios com empreiteiras para justificar a emissão de notas fiscais e o recebimento da propina. Após sua morte, Youssef deu sequência ao esquema. Com Waldomiro de Oliveira, usou a MO, RCI, Rigidez e GFD para emitir notas frias.

A GFD emitiu notas forjadas de consultorias financeiras à Sanko Sider, que comercializava tubos. A Camargo Corrêa a usou para formalizar repasses indevidos ao PP. O dinheiro era depositado na MO. Na sede da GFD funcionava a Web Hotéis, administradora de hotéis em Aparecida (SP), Porto Seguro (BA) e Salvador (BA). A empreiteira UTC tinha participação no hotel da capital baiana. A GFD adquiriu imóveis na Bahia, Paraná e Rio de Janeiro, além de um helicóptero e a Malga Engenharia, uma locadora de equipamentos. O doleiro confessou que manteve no nome do ex-proprietário o automóvel Mercedes Benz comprado para seu uso.

A parte de Waldomiro de Oliveira corresponderia a 14,5% do valor global das notas fiscais, mas ele se responsabilizava pelo pagamento de impostos. Youssef ficava com 5,5%. Em 2009 ou 2010 Oliveira teve problemas para realizar saques vultuosos e introduziu Leonardo Meirelles. Ele passaria a entregar o dinheiro vivo, abastecido por transferências de Oliveira. Conforme Youssef, Meirelles embolsava 1% ou 2% dos valores sacados:

> — Houve casos em que construtoras se recusaram a fazer contratos com as empresas de Waldomiro, porque desejavam notas fiscais de serviços ou produtos em vez de notas fiscais de consultorias. Nesses casos as empresas de Leonardo passaram a fornecer notas fiscais diretamente às empreiteiras contratadas pela Petrobras, e recebiam 14,5% do valor das notas emitidas.

Meirelles providenciava o recebimento de valores destinados a Youssef no

exterior, usando para isso as empresas RFY, Elite Day e DGX. Feitos os depósitos, disponibilizava o dinheiro no Brasil para uso do doleiro.

Itália, Grécia e Bermudas inspiram nomes

Janene apresentou Youssef ao executivo Julio Camargo, representante da Mitsui Toyo e da Pirelli, fornecedoras da Petrobras. Camargo mantinha relações com a empreiteira Camargo Corrêa e gerenciava parte do dinheiro repassado pela empreiteira. O doleiro recebeu dele comissões da Camargo Corrêa, em troca de contratos simulados de prestação de serviços. Houve diversas operações. O executivo entregava dinheiro vivo a emissários de Youssef em São Paulo e no Rio, ou fazia depósitos no exterior para compensar pagamentos em território nacional realizados pelo doleiro.

Camargo usava as empresas Piemonte, Auguri e Treviso para viabilizar transações, ou a corretora Ágora a fim de efetivar remessas. Somas eram depositadas em contas de doleiros e empresários no exterior. Youssef recebeu em contas da Devonshire Global. Além de repassar quantias ao PP, o executivo mantinha ligações com os ex-ministros Antonio Palocci e José Dirceu, identificado como "Bob" por Franco Clemente Pinto. Este, homem de confiança de Camargo. Arquivava em *pendrive* dados sobre movimentações financeiras e contabilidade. Do delator:

> — Tenho conhecimento de que Julio Camargo era o proprietário do avião Citation Excel que foi utilizado em diversas oportunidades por José Dirceu.

Uma das divisões da Diretoria de Abastecimento tratava do aluguel de navios. A Mitsui Toyo atuava no setor, contratada sem licitação. Youssef foi ao escritório da empresa em São Paulo buscar comissão de US$ 70 mil a US$ 80 mil. Parte da propina foi repassada a Paulinho. A operação se repetiu por sete ou oito vezes.

Quando as comissões por contratos da Diretoria de Abastecimento começaram a ser repartidas com o PMDB, o afretamento de navios ficou sob controle de Fernando Baiano. Pequena parte continuou intermediada por João Cláudio Genu e Humberto Mesquita, genro de Paulinho.

A Mitsui Toyo atuava em obras da Petrobras em Cabiúnas (RJ), São José dos Campos (SP) e Araucária (PR). A propina dos contratos era recebida em dinheiro vivo no escritório de Julio Camargo em São Paulo. Outra parcela, transferida ao exterior, seguiria para contas fornecidas pela doleira Nelma Mitsue Kodama e pelo executivo Leonardo Meirelles.

A definição sobre o local dos pagamentos obedecia a conveniências de Camargo, que destinava parte da propina ao PT. Também neste caso fazia uso das empresas Piemonte, Auguri e Treviso. Funcionaram como operadores do esquema, conforme Youssef, Carlos Kolrausch e Carlos Alexandre Rocha. O doleiro afirmou que em algumas ocasiões autorizou o uso de conta da Devonshire, *offshore* cujo procurador

era Carlos Alberto Pereira Costa, mas o proprietário, de fato, vinha a ser ele mesmo, Youssef:

> — Acho que essa conta era junto ao banco J.P. Morgan, nos Estados Unidos.

Diversos termos de colaboração de Youssef abordaram atividades de Camargo. Segundo o doleiro, ele desempenhava função parecida com a sua na Diretoria de Serviços. Tinha o apoio da estrutura de Youssef, contas no Brasil e no exterior. O doleiro mencionou a complexidade do esquema:

> — O *modus operandi* consistia na formalização de contratos fraudados de prestação de serviços de gerenciamento, consultoria e intermediação.

Por meio da corretora Ágora, Camargo remeteria supostos lucros obtidos pelas empresas Piemonte, Auguri e Treviso para *holding* no exterior, usando contratos de câmbio. O dinheiro ficava disponível em contas na Suíça, Uruguai, Estados Unidos e Itália. Aplicava os valores, formando uma carteira de investimentos em ações. Na sequência realizava empréstimos bancários em instituições estrangeiras e as somas eram destinadas a diversas contas, como a da Devonshire, controlada por Youssef, e as das empresas DGX, Elite Day e RFY, de Meirelles, todas em Hong Kong. Havia contas no exterior de Nelma Mitsue Kodama e Carlos Alexandre Rocha.

Consolidados os depósitos no exterior, Youssef recebia os valores correspondentes no Brasil. Retirava o percentual do PP e de Paulinho, e providenciava repasse, em dinheiro vivo, diretamente aos escritórios de Julio Camargo em São Paulo e no Rio. Este dinheiro era oriundo da Camargo Corrêa e da Mitsui Toyo, e destinado ao PT. Do depoimento:

> — As pessoas indicadas para efetivar os recebimentos na época eram João Vaccari Neto e José Dirceu.

De acordo com Youssef, outros funcionários da Diretoria de Serviços deveriam receber parte da propina, como Pedro Barusco, braço-direito de Renato Duque. O esquema para camuflar a origem e o destino dos valores operados por Camargo e Youssef movimentou R$ 27 milhões entre 2005 a 2012. O doleiro cobrava 3,5% por cada operação de dólar-cabo, sem prejuízo de receber 5% do percentual de 1% destinado ao PP nos contratos da Petrobras. Youssef explicou por que Camargo não sacava diretamente no Brasil das contas da Piemonte, Auguri e Treviso:

> — O objetivo era ludibriar e despistar a eventual ação das autoridades públicas, ocultando a origem dos valores que posteriormente seriam usados para o pagamento de propina e a formação de caixa dois dos partidos políticos.

A bordo de navios-sonda

Paulinho intermediou o aluguel de navio plataforma junto à Diretoria Internacional,

controlada pelo PMDB. O contrato envolvia a Samsung e a Mitsui Toyo. Camargo providenciou repasse ao PMDB e viabilizou o acerto. De Youssef:

> — Não sei precisar, mas se destinava ao pagamento de vantagem indevida a integrantes do PMDB, notadamente o deputado federal Eduardo Cunha.

Além de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Paulinho teria sido agraciado com o dinheiro desviado. Respaldado por contrato com a Samsung, Camargo fez repasses a Fernando Baiano. Segundo Youssef, ele representava Eduardo Cunha na transação. Em depoimento prestado em 13 de outubro de 2014, o doleiro mencionou Baiano, que agiria desde 2004 em nome do PMDB:

> — Foi ele quem fez a junção do PMDB, tanto da Câmara Federal quanto do Senado Federal, com Paulo Roberto Costa. Passou a viabilizar a destinação de valores ao PMDB decorrentes de contratos firmados junto à Petrobras, em âmbito da Diretoria de Abastecimento e da Diretoria Internacional.

Em outro depoimento de delação premiada, em 11 de fevereiro de 2015, Youssef foi questionado sobre pagamentos da Samsung e da Mitsui Toyo à Diretoria Internacional, comandada por Nestor Cerveró, e ao deputado Eduardo Cunha. O doleiro contou ter sido chamado a conversar no escritório de Camargo. Estranhou o atendimento rápido, que não era comum. Camargo estava preocupado. Contou que intermediou contrato de aluguel de sondas, em transação com Paulinho, Genu e Baiano. Do doleiro:

> — Julio Camargo disse que em determinado momento deixou de repassar os valores para Fernando Soares e ele, para pressionar, fez um pedido para Eduardo Cunha pedir a uma comissão do Congresso que questionasse tudo sobre Samsung, Mitsui Toyo e Julio Camargo com a Petrobras, cobrando contratos e outras questões.

Em seguida o doleiro informou ter havido o pagamento de US$ 2 milhões à RFY ou à DGX, em Hong Kong, e Youssef, no Brasil, entregou o valor correspondente a Baiano. A crise acabou.

Em outra ocasião, no período que antecedeu as eleições de 2010, Youssef atendeu a pedido de Paulinho e conversou com Baiano sobre propina que a Andrade Gutierrez teria de acertar com a Diretoria de Abastecimento. Baiano solucionou o problema. O doleiro buscou três malas de R$ 500 mil.

Youssef explicou que, no caso do contrato entre a Diretoria Internacional e a Samsung, Paulinho cobrou US$ 1,5 milhão de Camargo, pois tinha ajudado a viabilizá-lo. Genu pediu US$ 500 mil pelo negócio.

Perguntado a respeito da entrega de valores a Eduardo Cunha, o doleiro disse em seu segundo depoimento sobre o caso que fez repasses a pedido da OAS e da UTC.

Quando as empreiteiras solicitavam os serviços no Rio, Youssef citou o policial federal Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca, que levava quantias a mando do doleiro, e lembrou da indagação dele, após ser preso pela Lava Jato, acerca de uma casa amarela num condomínio da Barra, aonde entregara dinheiro. Careca quis saber a quem deu as somas.

O doleiro disse não ter conhecimento se havia alguma ligação do imóvel com Eduardo Cunha. Confirmou que a entrega de duas parcelas de R$ 500 mil ocorreu, a pedido da OAS, mas não se lembrou do nome do beneficiário. Na planilha usada por Youssef existia referência à "transcareca", os serviços prestados por Careca, e a dois valores, sendo um de R$ 900 mil, repassado em janeiro de 2014, e outro não identificado. De Youssef:

> — Era comum a empresa dizer para entregar um valor a determinada pessoa e em determinado horário, e eu encarregava o emissário de fazer a entrega. Em nenhum momento foi mencionado o nome de Eduardo Cunha.

Mamata nos postos sem bandeira

O empresário Pedro Paulo Leoni Ramos, ex-ministro do presidente Fernando Collor, teria solicitado que Youssef transferisse dinheiro ao senador Fernando Collor (PTB-AL). Do depoimento de Youssef realizado em 11 de fevereiro de 2015, na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, parte do acordo de delação premiada:

> — Fiz vários depósitos para o senador Fernando Collor, já há algum tempo, e não sei precisar as datas.

Leoni Ramos utilizou os serviços de Youssef entre 2008 e 2014, até o doleiro ser preso. Tinha uma "conta corrente" com ele, isto é, havia um esquema de controle de entradas e saídas de dinheiro entre os dois, como se Youssef operasse um banco e Leoni Ramos fosse seu cliente. Quando precisava de dinheiro vivo, o empresário pedia a emissão de notas fiscais que forjavam a prestação de serviços por parte da GPI Investimentos, e recebia as somas em seu escritório, na região dos Jardins, em São Paulo. De Youssef:

> — Uma vez ele pediu para que eu fizesse um depósito para Fernando Collor e entregasse dinheiro em espécie na casa dele.

Algumas das notas fiscais foram emitidas pela empresa Arbor, de Meire Bonfim Poza, ex-contadora de Youssef. Ela sacou dinheiro vivo e o levou à GFD, para que fosse feito o repasse a Collor. Rafael Ângulo Lopez realizava a contabilidade de Youssef e tomava conta da "conta corrente".

Collor e Leoni Ramos tinham influência na BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. O senador fez parte da base aliada de apoio aos governos Lula e Dilma Rousseff. Na diretoria da BR estava Nestor Cerveró, saído da Diretoria Internacional

após o escândalo da compra da Refinaria de Pasadena.

Leoni Ramos acionou Youssef. Mamata: uma rede de postos de combustível, sem bandeira, supostamente ligada ao banco BTG Pactual, passaria a usar a bem-conceituada marca da Petrobras. A BR pagaria R$ 300 milhões para abocanhar os novos postos. Leoni Ramos contratou o doleiro para receber a propina que chancelaria a transação.

Cerca de US$ 2 milhões foram recebidos em conta da RFY ou DGX, de Leonardo Meirelles, no HSBC de Hong Kong. Os recursos vieram de *offshore* das Ilhas Cayman, segundo o doleiro. Em seguida o esquema providenciou o correspondente em moeda nacional, no Brasil. Meirelles teria feito operações de câmbio para branquear o dinheiro, provavelmente com clientes seus da região da Rua 25 de Março, um paraíso de compras contrabandeadas que funcionava à luz do dia no centro de São Paulo.

Youssef repassou a soma a Leoni Ramos e a pessoas indicadas por ele. Outros R$ 3 milhões foram recolhidos em dinheiro vivo por Rafael Ângulo Lopez, em postos de combustível determinados por Leoni Ramos, em território nacional. Três ou quatro retiradas em 2011, e a quantia levada a Leoni Ramos. O doleiro cobrou comissão de 3%. De Youssef, questionado sobre a intermediação entre a rede de postos sem bandeira e a BR:

> — Pedro Paulo Leoni Ramos fez o trabalho de operador da rede de postos com a BR Distribuidora e, por conta disso, cobrou um comissionamento.

Os procuradores da República Andrey Borges de Mendonça e Bruno Calabrich, o promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima e a delegada da Polícia Federal Erika Mialik Marena pediram informações adicionais sobre o pagamento de propina a Collor. Do doleiro:

> — Em uma das entregas um emissário de Fernando Collor foi retirar dinheiro na GFD. Em outras operações, Rafael Ângulo foi levar dinheiro em espécie a Alagoas. Os valores foram entregues a um funcionário de Fernando Collor.

As somas variavam de R$ 200 mil a R$ 300 mil de cada vez. Youssef disse acreditar que, em sua contabilidade, as quantias foram debitadas da GPI, de Leoni Ramos. O doleiro esclareceu que Lopez esteve quatro ou cinco vezes em Alagoas para entregar dinheiro, e que um emissário de Collor viajou outras quatro ou cinco vezes a São Paulo para buscar grana na GFD.

Em certa ocasião, Lopez recebeu repasse da OAS em Alagoas e entregou R$ 500 mil em Maceió, mas Youssef não se lembrou se o dinheiro parou nas mãos de um emissário de Collor. Em outra oportunidade, Lopez levou R$ 50 mil ou R$ 60 mil ao apartamento do senador em São Paulo. Houve depósitos ao jornal Gazeta de Alagoas

destinados a Collor, por determinação de Leoni Ramos. Em seu depoimento Youssef disse que não esteve pessoalmente com Collor nem trocou telefonemas com o senador:

> — O meu relacionamento com Collor sempre foi por meio do Pedro Paulo.

Eficiência nas entregas

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) teria recebido dinheiro providenciado por Youssef em 2010. Conforme o depoimento do doleiro, Paulinho relatou que o marido dela, Paulo Bernardo (PT-PR), na época ministro do presidente Lula, pediu R$ 1 milhão para a campanha da mulher ao Senado.

Paulinho passou o telefone de Youssef a Ernesto Kugler Rodrigues, sócio do centro de compras Polloshop, em Curitiba. Ele ligou e o doleiro marcou reunião na sede da GFD em São Paulo. Os dois se acertaram e a bolada para Gleisi foi repassada em duas ou três vezes, levada por Lopez a Rodrigues.

Em 2010, a pedido de Paulinho, Youssef fez três ou quatro entregas de dinheiro ao deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). De cada vez repassou R$ 150 mil. Youssef esteve na casa do deputado, no bairro da Mooca, em São Paulo. Levou-lhe as somas. Vaccarezza era amigo do deputado André Vargas (PT-PR), próximo de Youssef. Segundo o doleiro, Paulinho disse que daria "uma ajuda" pessoal a Vaccarezza, e determinou que o dinheiro fosse descontado de sua parte nos desvios da Petrobras. Do declarante:

> — Paulo Roberto havia pedido que fosse um valor maior, de R$ 300 mil em cada entrega, mas eu interferi porque não havia caixa para tanto.

Leoni Ramos pediu para Youssef entregar dinheiro ao deputado Vander Loubet (PT-MS). O doleiro não esclareceu a quantia repassada, mas informou que parte foi transferida por meio de depósitos bancários e outro tanto levado pelo advogado Ademar Chagas da Cruz, que buscou o dinheiro na sede da GFD. Lopez transportou um pacote até o escritório de Cruz em Campo Grande (MS). Houve inclusive um mal-estar, conforme Youssef:

> — O Ademar cobrou um depósito, mas o depósito já havia sido feito. Depois ele confirmou que o valor havia sido depositado e me pediu desculpas.

Em outro depoimento Youssef relatou que Leon Vargas, irmão de André Vargas, precisava branquear R$ 2 milhões. Youssef solicitou à contadora Meire Bonfim Poza para montar o esquema. O doleiro cobrou 20% de comissão sobre os valores das notas fiscais emitidas pela Arbor à IT7, indicada por Leon. Entraram depósitos da IT7, distribuídos por meio de transferências bancárias a terceiros ou em dinheiro vivo. Youssef providenciou as entregas. Leon determinou o repasse de R$ 1,6

milhão ao irmão deputado, em seu apartamento em Brasília.

Ocorreram várias viagens com os R$ 2 milhões entre o final de 2013 e o início de 2014. Youssef transportou pessoalmente dinheiro a André Vargas, da mesma forma que Lopez e Adarico Negromonte, em voos comerciais. Escondiam o dinheiro no corpo durante os deslocamentos aéreos. Em uma transação, por indicação do político, R$ 380 mil foram encaminhados ao escritório do deputado José Mentor (PT-SP), nas imediações da Praça da Árvore, na zona sul de São Paulo. Youssef transportou a soma de manhã cedo e a entregou numa maleta ao parlamentar. Mentor estava sozinho no local. Conferiu os valores. Agradeceu. Youssef foi embora.



POR FORA, BELA VIOLA

Os infectos bastidores partidários que o suborno susteve e alimentou

Com a morte do deputado José Janene (PP-PR) em 2010, perdeu força o grupo que liderava o Partido Progressista desde 1994. O deputado Mário Negromonte (BA) o sucedeu no comando da legenda, e contava com o apoio de Nelson Meurer (PR), João Pizzolatti (SC) e Pedro Corrêa (PE). Mas não foi a mesma coisa. Do doleiro Alberto Youssef, homem de confiança de Janene, em sua delação premiada:

> — Janene sempre atendia as demandas dos demais parlamentares do partido, e não deixava faltar com os pagamentos. Dessa forma conseguia concentrar bastante poder em sua pessoa.

No final de 2011, o grupo liderado por Negromonte decidiu reduzir os repasses da propina e deixou insatisfeitos demais políticos do PP. Youssef testemunhou, pois gerenciava a distribuição do dinheiro sujo. Segundo ele, Negromonte, Meurer, Pizzolatti e Corrêa trataram de embolsar o grosso do dinheiro. Houve uma rebelião e outro grupo arrebatou o PP.

Conforme Youssef, Ciro Nogueira (PI), Benedito de Lira (AL), Arthur de Lira (AL), Eduardo da Fonte (PE) e Aguinaldo Ribeiro (PB) começaram a dar as cartas no partido. Em meio à briga, Negromonte deixou o Ministério das Cidades de Dilma Rousseff, que o substituiu por Ribeiro, um dos vencedores da contenda. Nogueira passou a mandar na legenda. Pediu para se reunir com Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento.

O encontro formalizou Lira como o deputado incumbido de receber as comissões da Petrobras. Não queriam mais Youssef no comando das finanças. Achavam-no próximo de Janene e não confiavam. Paulinho indicou o novo operador, seu velho conhecido Henry Hoyer de Carvalho.

As aptidões de Youssef falaram mais alto. Autorizado por Paulinho, continuou a lidar com boa parte das empresas que negociavam na Petrobras, como UTC, OAS, Galvão Engenharia, Tomé Engenharia, MPE, Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Corrêa. Na prática a mudança foi que, em vez de repassar aos políticos a propina, Youssef entregava dinheiro a Carvalho em sua casa na Barra da Tijuca, e competia a ele despachá-lo.

Certa vez Youssef levou R$ 400 mil em dinheiro a Carvalho e depois se reuniu com ele num hotel, no Rio, para discutir como fariam as transações. Em outras quatro ocasiões, a "mula" Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca, levou dinheiro. De cada vez boladas de R$ 400 mil a R$ 500 mil. Do doleiro:

> — Começou a haver muita discussão e picuinhas entre os dois grupos, e isso acabou no Palácio do Governo. Muitas vezes Arthur de Lira ia falar

com a chefe da Casa civil ou Gilberto Carvalho. Mário Negromonte reclamava para as mesmas pessoas.

Com a saída de Paulinho da Petrobras em 2012, Youssef ficou responsável por receber valores atrasados a encaminhar ao ex-diretor. João Cláudio Genu, o Gordo, ex-assessor de Janene, foi alijado das transações pelos políticos no comando do PP. Mas permaneceu no esquema de Paulinho.

Além de Youssef, as "mulas" Rafael Ângulo Lopez, Adarico Negromonte e Carlos Alexandre Rocha, o Ceará, transportavam as somas. Partiam dos aeroportos de Congonhas e de Guarulhos, em São Paulo. De Youssef:

> — Os valores eram transportados em aviões fretados ou comerciais, sendo que no primeiro caso eram acondicionados em malas e, no segundo, o dinheiro era ocultado em nossos corpos.

Para se comunicar com políticos e trocar informações sobre locais e horários de entrega de dinheiro, Youssef usava telefones exclusivos, do tipo ponto a ponto, sigilosos, e os substituía periodicamente, a fim de impedir interceptações.

Havia quatro meios de encaminhar repasses. Além da entrega direta em dinheiro vivo a Youssef ou a seus emissários, as fornecedoras da Petrobras podiam celebrar contratos fictícios com firmas indicadas pelo doleiro. O terceiro método, a entrega de somas no exterior. Nesta situação, Youssef apontava contas para transferências, fazia operações de dólar-cabo e sacava os valores correspondentes no Brasil. Por fim lavava-se propina injetando-a na forma de doações oficiais a partidos, em épocas de eleição.

No caso das contratações de serviços fictícios, o doleiro usava, na maioria das vezes, cinco empresas: MO Consultoria, Empreiteira Rigidez, RCI Software, Sanko Sider e GFD Investimentos. Num primeiro momento, sacava em espécie dessas empresas. Para sofisticar o esquema, passou a transferir valores a contas de Leonardo Meirelles, que entregava dinheiro vivo mediante comissões de 1% a 2%.

Em seu depoimento Youssef disse que as contas indicadas para depósitos no exterior eram das empresas Devonshire Global e Santa Tereza, controladas por ele, e RFY, DGX e Elite Day, de Meirelles. A RFY e a DGX mantinham contas no Standard Chartered Bank e no HSBC de Hong Kong, para as quais integrantes do cartel, como a Odebrecht, transferiram dinheiro. O doleiro recebia dinheiro no exterior, ainda, por meio de contas de clientes de Nelma Mitsue Kodama e de Carlos Alexandre Rocha, o Ceará.

Youssef informou os nomes de parlamentares do PP favorecidos com doações oficiais com dinheiro de propina de contratadas da Petrobras. Além de Negromonte, Meurer e Pizzolatti, Aline Corrêa (SP), José Otávio Germano (RS) e Luiz Fernando Faria (MG). A pedido de Paulinho, efetuou doação oficial da Queiroz Galvão a Valdir Raupp (PMDB-RO).

O doleiro ajudou Henry Hoyer de Carvalho em esquema entre Petrobras e Queiroz

Galvão, devedora de R$ 1,6 milhão ao PP. Indicou a KFC Hidrossemeadura, controlada por Meirelles. A origem do dinheiro, algum aditivo contratual fictício ou um superfaturamento, provavelmente. A KFC emitiu nota fiscal para justificar a soma, e Meirelles se encarregou de entregá-la em espécie a Youssef. Cobrou 20% em comissão.

Parte do R$ 1,6 milhão ficou no Rio, embolsada por Carvalho e Paulinho. O resto seguiu a Brasília. Teve como destino um assessor de Arthur de Lira, líder do PP na Câmara dos Deputados, e depois vários políticos do PP.

Razões ocultas

Para Youssef, a queda de Paulinho ocorreu porque Dilma Rousseff soube da disputa de poder no PP. Em depoimento o doleiro foi instado a opinar se a presidente tinha conhecimento dos "comissionamentos". A resposta:

> — Acredito que o comissionamento era de conhecimento do Planalto e da Presidência, mas possivelmente, diante da repercussão das discussões no PP, tornando-o vulnerável, ela aproveitou o momento para destituir Paulo Roberto Costa do cargo.

O delegado da Polícia Federal Felipe Eduardo Hideo e o procurador Roberson Henrique Pozzobon insistiram em perguntar por que Youssef acreditava que a presidente sabia dos desvios ocorridos na Diretoria de Abastecimento. Do termo de declarações de 14 de outubro de 2014:

> — Decorre do tempo em que Paulo Roberto Costa ficou na Diretoria de Abastecimento, e do conhecimento de vários integrantes do PP, do PT e do PMDB sobre o assunto.

Em 2010 houve um jantar em homenagem a Paulinho em Brasília. Quase todos os políticos do PP apareceram para cumprimentá-lo. Deputados e senadores fizeram fila para agradecer os bons serviços prestados pelo diretor da Petrobras e lhe presentearam um relógio Rolex.

Cada membro da cúpula do PP formada por Janene, Negromonte, Pizzolatti, Corrêa e Meurer recebia de R$ 250 mil a R$ 500 mil por mês. Youssef fazia os pagamentos. Não eram repasses mensais, mas semanais ou quinzenais. Ou seja, não eram mensalões, mas semanalões ou quinzenalões.

O doleiro esclareceu que Janene embolsava dinheiro em seu apartamento no bairro do Itaim Bibi, em São Paulo, assim como em apartamento no centro de Londrina (PR) e na casa no condomínio Royal Golf, na mesma cidade. Negromonte esperava o quinhão no apartamento de Salvador (BA).

Pizzolatti recebia propina em sua residência oficial em Brasília, ou no apartamento do Balneário Camboriú (SC). Corrêa aguardava a "mula" de Youssef no apartamento em Boa Viagem, no Recife (PE), ou apanhava quantias no escritório de Youssef no Itaim Bibi, em São Paulo. E Meurer abocanhava somas num hotel que

lhe servia como casa em Curitiba (PR), próximo da Boca Maldita, ou no Aeroporto Afonso Pena.

Eram tempos do governo Lula. Líder do PP, Pizzolatti costumava chamar Youssef para que providenciasse, com urgência, de R$ 1,2 milhão a R$ 1,5 milhão por mês a deputados de "baixo escalão" do partido. Dividia-se a dinheirama, transportada a Brasília, em mensalões que variavam de R$ 30 mil a R$ 150 mil. Youssef forneceu a lista dos agraciados: Gladson Cameli (AC), João Leão (BA), Roberto Britto (BA), Padre José Linhares (CE), Roberto Balestra (GO), João Sandes Júnior (GO), Waldir Maranhão (MA), Luiz Fernando Faria (MG), Dilceu Sperafico (PR), Roberto Teixeira (PE), Simão Sessim (RJ), Júlio Lopes (RJ), Jerônimo Goergen (RS), Afonso Hamm (RS), José Otávio Germano (RS), Luís Carlos Heinze (RS), Renato Molling (RS), Vilson Covatti (RS), Aline Corrêa (SP), Missionário José Olímpio (SP), Lázaro Botelho (TO), Carlos Magno (RO), Eduardo da Fonte (PE), Arthur de Lira (AL) e Aguinaldo Ribeiro (PB), na época anterior à subida do trio à cúpula do PP.

Youssef não relacionou o nome do deputado Luiz Argôlo (PP-BA), com quem mantinha relação próxima, mas foi chamado a fazê-lo em outro termo de declarações, no qual prestou informações sobre a compra de um helicóptero Robinson R 44. Além de relatar que o parlamentar recebia repasses de contratos da Petrobras, forneceu detalhes sobre a aquisição da aeronave em 2012. Argôlo pediu dinheiro emprestado para pagá-la, mas o doleiro preferiu arcar com os custos, e apenas emprestá-la ao político até as eleições de 2014. Adquiriu o Robinson R 44 à vista, mas não se recordava se formalizou o negócio com o dono do helicóptero ou com o deputado. Disse que Argôlo aproveitou para alugar a aeronave e ganhar dinheiro.

Houve um problema certa vez com o deputado Carlos Magno, de Rondônia. Ele sofria de hepatite C e tinha de tomar medicação que custava cerca de R$ 150 mil. Pediu para receber a quantia à parte da propina. Um extra. Os colegas não gostaram. Youssef, sensibilizado, mandou o dinheiro, mesmo sem autorização. A soma foi levada por Adarico Negromonte.

Conforme o doleiro, só dez parlamentares do PP não estavam no esquema:

> — Para comprar a bancada do PP na Câmara dos Deputados, o partido tinha de arrecadar entre R$ 3 milhões e R$ 4 milhões mensalmente. Esses pagamentos eram feitos com o objetivo de influenciar os parlamentares nas decisões políticas, isto é, na votação de projetos de lei que fossem do interesse do Poder Executivo.

As palavras de Youssef explicitaram o interesse do Governo Federal em corromper representantes do povo e obter apoio no Congresso Nacional.

Por solicitação do PP, Youssef procurou as construtoras OAS, Queiroz Galvão, UTC e Jaraguá Equipamentos, entre outras, para que fizessem doações oficiais à

campanha eleitoral de 2010. Depois o doleiro entregou dinheiro vivo para pagar dívidas de Benedito de Lira e Arthur de Lira. As contas bancárias indicadas pelos Lira pertenciam a um agiota do Recife.

Ninguém é bobo nessa história

Outro ponto abordado por Youssef em seu depoimento foram as eleições para líder do PP na Câmara dos Deputados. Do declarante:

> — A posição de líder partidário junto à Câmara dos Deputados era importante perante o Governo Federal, o Ministério da Casa Civil e a Presidência da República, nas decisões de assuntos e questões do Governo Federal.

Trocando em miúdos, parlamentares do PP definiam o líder do partido mediante o pagamento de dinheiro. Janene "liderou" as eleições de Negromonte por quatro vezes e de Pizzolatti, duas vezes. Youssef entregava o suborno. Após a morte de Janene o doleiro providenciou propina para garantir a eleição de Meurer. Como os demais, o político corrompeu correligionários com dinheiro de contratos da Petrobras. Do doleiro:

> — Cada eleição de líder do PP custava em torno de R$ 4 milhões ou R$ 5 milhões, dinheiro para comprar os votos dos parlamentares do partido.

No termo de colaboração prestado em 21 de outubro de 2014, Youssef ajudou a esclarecer um episódio do mensalão em 2005. Na época houve disputa entre Janene e o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) pelo IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Os dois tinham sido contemplados com diretorias na autarquia federal. Jefferson acusou o PP de receber mensalões para apoiar o governo, mas ninguém era inocente. Do depoimento:

> — Recebi três ou quatro repasses relativos aos comissionamentos junto ao IRB, no montante de cerca de US$ 150 mil cada um. O dinheiro me foi entregue diretamente por José Janene, em hotéis e restaurantes de São Paulo. Cabia a mim converter os dólares em reais, e entregar os recursos ao próprio Janene em seu apartamento funcional em Brasília.

Youssef prestou informações sobre um telefonema de Lula a Janene. Em seu primeiro mandato, o presidente solidarizou-se com ele pela demissão de Luiz Carlos Bueno de Lima do Ministério da Saúde, controlado pelo PT. Lima agia como operador de Janene junto à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Conforme o doleiro, Lula sabia que Lima fora indicado por Janene, e tratou de contornar a situação. O dinheiro desviado do Ministério da Saúde era entregue em São Paulo:

> — Recebi das mãos de Janene, umas quatro ou cinco vezes, cerca de R$ 1,5 milhão no total. Eram valores em espécie e competia a mim

simplesmente transportar o dinheiro a Brasília e entregar a soma no apartamento funcional de Janene.

Algum tempo depois de enxotado do Ministério da Saúde, Lima foi designado à Secretaria de Saneamento Básico, do Ministério das Cidades. Recuperou cargo de alto escalão no governo do PT.

Eleita Dilma Rousseff em 2010, Mário Negromonte tornou-se ministro das Cidades e atendeu a um pedido de Youssef. Nomeou Francisco Colombo na Presidência da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos). Do doleiro:

— Minha intenção era receber comissionamentos com aquisições de bens e serviços pela CBTU.

Youssef sabia que a CBTU contaria com generosa fatia do orçamento do Ministério das Cidades em poder do PP, e com isso teria condições de obter vantagens indevidas em contratos. O doleiro faria o que sistematicamente ocorria em estatais e órgãos públicos. Roubaria dinheiro público.

Uma dupla estava de olho na CBTU, porém. Benedito de Lira se tornara senador, e seu filho, Arthur de Lira, deputado federal. No governo Lula, aliás, o presidente anterior da CBTU já fora indicado pelos Lira. De Youssef:

— Para não criar um mal-estar, abri mão do controle do cargo.

Francisco Colombo, no entanto, ficou à frente da CBTU. Manteve-se "sentado na cadeira", só que seguindo "orientações" dos Lira. Youssef ainda tentou fazer uma mutreta no setor de reposição de peças com a empresa CAF, o que renderia propina. Foi impedido pelos Lira. Do depoimento:

— Havia a fofoca no Partido Progressista de que Arthur de Lira recebia valores da CBTU e não dividia com o partido.

Algum tempo depois, Colombo esteve no escritório do doleiro:

— Ele disse que havia entregado uma quantia a um assessor de Arthur de Lira, ou a um assessor de outro deputado do PP para que entregasse o dinheiro a Arthur de Lira, mas o assessor acabou preso no Aeroporto de Congonhas com um pouco mais de R$ 100 mil.

Num café da manhã no Hotel Copacabana Palace, no Rio, lideranças do PP pediram a Youssef para ajudar a campanha de Benedito de Lira a senador em 2010. O doleiro ligou para Ricardo Pessoa, dono da UTC. Ele se reuniu com o candidato e acertou a doação de duas parcelas de R$ 200 mil. Dinheiro abatido da propina da UTC por contratos na Petrobras. Injetado oficialmente na campanha. Lira se elegeu.

Após as eleições, Arthur de Lira, eleito deputado, esteve no escritório de Youssef em São Paulo. Com a autorização de lideranças do PP, pediu dinheiro para pagar dívidas da campanha do pai. O doleiro entregou valores em espécie, em Alagoas e Brasília, e transferiu somas a uma empresa em Alagoas ou Pernambuco. Repassou

R$ 1,2 milhão aos Lira.

O Denatran (Departamento Nacional de Trânsito) pertencia ao Ministério das Cidades. O episódio aconteceu em 2008, no segundo governo Lula. O ministro era Márcio Fortes, indicação do PP. O deputado Pizzolatti tinha influência no Denatran. A maracutaia relatada pelo doleiro envolveu contrato que deu ao grupo Fenaseg/GRF exclusividade na emissão de documentos de transferência de registros de propriedade de veículos:

> — O negócio rendeu R$ 20 milhões em comissões para o PP.

Pizzolatti recebia o dinheiro em São Paulo e o entregava a Youssef, para que fizesse o transporte a Brasília. O doleiro devolvia a quantia em segurança. Youssef fez várias viagens em voos comerciais e em aviões fretados, e ganhou 5% pelo trabalho. Embolsou R$ 1 milhão.

Mais umas do clube

Em seu mandato como deputado, Mário Negromonte apresentou um projeto estabelecendo que os automóveis só sairiam das fábricas com rastreadores. Ao assumir o Ministério das Cidades, tratou de implementar a jogada. Do depoimento de Youssef:

> — As empresas que atuavam no ramo sabiam da minha proximidade com Mário Negromonte e me procuraram para obter algum benefício.

Fica evidente, aqui: não é o caso de responsabilizar apenas políticos, como se as empresas fossem sempre extorquidas e obrigadas, contra a vontade, a contribuir com esquemas de corrupção. Não. Elas são parte do sistema e se adiantam ao oferecer vantagens ilícitas, na busca por contratos públicos.

Uma empresa de Minas Gerais ficou encarregada de desenvolver o sistema de rastreadores. Pagaria comissão de R$ 25 milhões. O dinheiro seria repartido entre PP e PT, que também ocupava cargos no Ministério das Cidades. As disputas internas no PP acabaram derrubando o ministro Negromonte. A cadeira foi ocupada por Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O Denatran passou ao controle de Ciro Nogueira (PP-PI). Youssef desconhecia o desdobramento do caso, mas apontou o dedo para Negromonte:

> — Acredito que, desde a apresentação do projeto, Mário Negromonte já estava imaginando o futuro acordo com as empresas de rastreamento, uma vez que já sabia como funcionava o Denatran.

A Toshiba integrava o cartel da Petrobras. Em 2009 temeu ser desclassificada da obra da casa de força do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, um projeto de R$ 117 milhões. Executivos da empresa procuraram Youssef e ele indicou Paulo Roberto Costa. A Toshiba também contatou Renato Duque, diretor de Serviços, a fim de aparar as arestas. Decidiu-se do jeito de sempre. A multinacional entregaria

1% do valor da obra para o PP e outro 1% ao PT, por intermédio de João Vaccari Neto.

Youssef cedeu a MO para receber a propina. Da parte do PP, tirou 20% para Waldomiro de Oliveira, que forneceu notas fiscais e pagou impostos. 5,5% desta parte pagou despesas do escritório de Youssef, passagens aéreas e aluguel de aviões. Dos 80% restantes, 60% seguiram para o PP, 30% a Paulinho, 5% a João Cláudio Genu e 5% remuneraram Youssef.

Da parte prometida ao PT, o doleiro disse que sacou pouco mais de R$ 400 mil da MO e repassou a Marici Corrêa de Lima, cunhada de Vaccari. Um executivo da Toshiba informou o dia e a hora em que ela apareceria no escritório de Youssef para buscar o dinheiro. Alguns meses depois uma das "mulas" do doleiro entregaria cerca de R$ 400 mil a Vaccari em restaurante das imediações da Avenida Paulista, na região central de São Paulo.

Outros episódios. A inclusão da Fidens nas obras da Refinaria Premium 1, no Maranhão, atendeu a pedido do deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG). A empresa, consorciada à Galvão Engenharia e à Serveng, também tinha de pagar propina. Mas não cumpriu sua parte. Youssef procurou o diretor de Abastecimento para reclamar. Ouviu de Paulinho que não precisava contatar a Fidens. O deputado Faria cobraria os valores devidos.

Em depoimento, o doleiro disse que Faria, do mesmo modo que outros do PP, apanhava dinheiro desviado da Petrobras, todos os meses, nos apartamentos funcionais de Janene, Pizzolatti e Negromonte em Brasília.

Paulinho não gostava da insistência de Simão Sessim (PP-RJ) por dinheiro, mas determinou a Youssef que entregasse entre R$ 100 mil e R$ 150 mil do caixa de propina. Soma repassada por uma das "mulas" do doleiro em um escritório no Rio. Do depoimento de Youssef:

> — Eu entrei em contato com Simão Sessim por telefone, identifiquei-me como emissário de Paulo Roberto Costa, pedi o endereço e determinei a entrega.

Em outro depoimento Youssef tratou do deputado Nelson Meurer (PR), integrante do "grupo de elite" do PP. Ele ascendeu com a morte de Janene. Contemplaram-no com mais de R$ 4 milhões na campanha eleitoral de 2010. Reeleito, tornou-se líder do partido. Segundo o doleiro, ele "participava de tudo, efetivamente", nos malfeitos da Petrobras.

Na campanha para fazer Meurer líder, Youssef fez diversos pagamentos, num total aproximado de R$ 5 milhões. Dinheiro levado pelo doleiro e por seus emissários ao Hotel Curitiba Palace, na capital do Paraná, e ao estacionamento do Aeroporto Afonso Pena, que serve Curitiba:

> — Cada entrega nessa época era de R$ 300 mil a R$ 500 mil, mais ou menos, dependendo do fluxo de caixa do partido.

Na eleição de 2010 a propina rolou solta para Meurer, Pizzolatti, Negromonte e Corrêa, que também fez as campanhas da filha e do genro. A família de Janene não ficaria de fora. Era o desejo de Youssef. Ele explicou:

> — José Janene tinha falecido e, por uma questão de consideração e por tudo que ele havia feito pelo partido, ficou acertado que haveria uma reserva, de valor equivalente à média do que cada um gastaria, que seria entregue para a família de José Janene.

O compromisso não foi honrado na totalidade, o que motivou discussões entre o doleiro e deputados. Youssef não deixou claro, mas se subentende que políticos do PP não quiseram ajudar, como ele, a família do líder morto.

Youssef usou os serviços de Carlos Habib Chater para repassar somas. O doleiro tinha "conta corrente" com Chater, que precisava de dinheiro para comprar combustível e abastecer as bombas do Posto da Torre em Brasília. Recorria a Youssef, pois sabia que ele precisava de quantias na capital federal. Youssef pagava distribuidores de combustível do Posto da Torre e, alguns dias depois, Chater providenciava a entrega de valores a Meurer, Pizzolatti, Negromonte e Genu, compensando Youssef.

A Construtora Queiroz Galvão devia R$ 37,5 milhões de propina das obras da Refinaria Abreu e Lima e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Youssef cobrou de Othon Zanoide de Moraes Filho, diretor-geral da empreiteira. Paulinho também interveio. Youssef buscou R$ 7,5 milhões. E R$ 10 milhões já haviam subornado parlamentares para evitar uma CPI.

Os outros R$ 20 milhões não transitaram por Youssef e foram administrados, possivelmente, por Fernando Baiano. Youssef pediu que Moraes Filho repassasse os R$ 7,5 milhões na forma de doações oficiais às campanhas do PP. Única exceção, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Paulinho solicitou que R$ 500 mil fossem encaminhados ao político.

A Lava Jato interceptou e-mail de Moraes Filho a Youssef em 30 de agosto de 2010. Cobrava recibos de repasses da Queiroz Galvão. Faltavam comprovantes do PP da Bahia, de R$ 500 mil; Aline Corrêa (SP), R$ 250 mil; Roberto Teixeira (PE), R$ 250 mil; Nelson Meurer (PR), R$ 500 mil; PP de Pernambuco, R$ 100 mil; Roberto Britto (BA), R$ 100 mil; Diretório Nacional do PP, R$ 2 milhões; e PMDB de Rondônia R$ 300 mil, do enviado a Raupp.

Conforme Youssef, os R$ 2 milhões do Diretório Nacional do PP serviriam para distribuir dinheiro a deputados do "baixo escalão" do partido. Os R$ 500 mil do PP da Bahia irrigariam a campanha de Negromonte. É bom ficar claro que os R$ 7,5 milhões injetados pela Queiroz Galvão, na forma de contribuições oficiais de campanha, provinham de desvios na Petrobras.

O problema, sofrido leitor, não é só a ilegitimidade e a ilegalidade dos mandatos obtidos com dinheiro de propina, mas a dura realidade de que, com a proibição das

contribuições oficiais de pessoas jurídicas, candidatos não teriam dificuldade em obter valores, agindo em conluio com empresas contratadas pelo poder público. Continuariam a receber somas, por meio de caixa dois, em troca da anuência aos contratos que intermediassem.



JOGO DURO NA HORA DO ACERTO

Renato Duque 'furou' o cartel e trouxe a Alusa para punir a Camargo Corrêa

Com o objetivo de mostrar autoridade e punir o "jogo duro" da Camargo Corrêa na hora de pagar propina, Renato Duque, diretor de Serviços, "furou" o cartel das empreiteiras e trouxe a Alusa para executar obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Alberto Youssef relatou o episódio no termo de declarações de 24 de novembro de 2014, durante as confissões do doleiro para melhorar sua situação com a Justiça:

> — A Alusa é da área de construção de linhas de transmissão, e teve grandes problemas na execução da obra por falta de expertise no ramo de engenharia e óleo.

Advogados de Youssef não relacionaram a Jaraguá e a Engesa na planilha apresentada à força-tarefa da Lava Jato para embasar o depoimento do doleiro. Ele salientou que ambas aderiram ao sistema de pagamento de propina para ganhar obras da Petrobras. Explicou que a Techint participava do cartel, mas não fez os acertos com ele. Em relação à Delta, informou que a empresa, contratada para tocar obra, recusou-se a pagar comissões, alegando falta de recursos. Do declarante sobre Paulinho:

> — A orientação que eu recebia, tanto por parte da liderança do PP como por parte de Paulo Roberto Costa, foi no sentido de cobrar comissões de todas as empresas que celebrassem contratos no âmbito da Diretoria de Abastecimento.

Perguntado sobre punições a empresas que não honrassem os acordos, Youssef fez menção a aditivos que elevavam os preços:

> — Caso a empresa pudesse tocar a obra sem qualquer aditivo não haveria problema, mas, caso a obra demandasse aditivos, a empresa que não contribuía não contaria com qualquer auxílio ou facilitação para que os aditivos fossem aprovados ou agilizados.

Youssef prestou informações sobre contratos de R$ 4,5 bilhões firmados pela OAS e Odebrecht na Refinaria Abreu e Lima. A obra proporcionou um desvio de R$ 45 milhões (1%) ao Partido Progressista. Mas Paulinho e Márcio Faria, executivo da Odebrecht, comunicaram uma redução de R$ 25 milhões do total. A dinheirama teria sido injetada no esquema do governador Eduardo Campos (PSB-PE). Fernando Bezerra (PSB-PE), ministro da Integração Nacional de Dilma Rousseff, intermediaria a maracutaia:

> — Os recursos teriam sido encaminhados ao Estado de Pernambuco a

fim de que fossem resolvidos alguns problemas que poderiam prejudicar a obra e os repasses ao consórcio Conest.

OAS e Odebrecht formavam o Conest. Os "problemas" poderiam ser interpretados como solicitação de propina por parte das autoridades locais, para autorizar obras sem criar dificuldades ou exigências. De Youssef:

— Paulo Roberto teria tratado desse assunto diretamente com o governador Eduardo Campos.

Os repasses em torno de Abreu e Lima seguiram o caminho corriqueiro para dissimular pagamentos irregulares, com valores entregues em dinheiro vivo no escritório de Youssef em São Paulo, ou quitados mediante a emissão de notas de empresas de Waldomiro de Oliveira. Paulinho recebeu comissão:

— Esse dinheiro foi entregue a João Genu em seu apartamento no Rio de Janeiro, para que ele fizesse o repasse a Paulo Roberto.

O deputado José Janene (PP-PR), Youssef e Paulinho trabalharam para consolidar contratos de R$ 3 bilhões em Abreu e Lima. O trambique envolveu o consórcio formado pela Camargo Corrêa e a CNEC. Parcelaram R$ 30 milhões em propina (1%). Só que a Camargo Corrêa tinha dificuldade de honrar os repasses. Youssef estimou as dívidas da empreiteira junto ao esquema em R$ 70 milhões ou R$ 80 milhões. Executivos davam como desculpa a necessidade de obter autorização de acionistas para liberar o dinheiro. Isso atrasava os pagamentos.

Operações em marcha

Youssef esmiuçou os caminhos dessa propina. R$ 6 milhões vieram de um fornecedor do consórcio no Recife. O doleiro apanhou a quantia, dividida em três parcelas, em hotel na praia de Boa Viagem. Outros R$ 6 milhões foram embolsados a partir de notas fiscais emitidas pela MO, Rigidez e RCI a uma empresa do Rio Grande do Sul, fornecedora do Consórcio Nacional Camargo Corrêa. Waldomiro de Oliveira cuidou dessa parte da comissão.

Por volta de R$ 3,5 milhões originaram-se de empresa em Belo Horizonte. Em duas oportunidades emissários de Youssef buscaram dinheiro vivo. Cerca de R$ 2,5 milhões entraram por meio de contrato de prestação de serviços de escritório ligado a Leonardo Meirelles. Recursos transferidos para conta da Labogen, sacados e entregues a Youssef após desconto dos custos fiscais. Por fim, cerca de R$ 13 milhões chegaram à GFD mediante contratos de empréstimos fictícios com a Piemonte, Auguri e Treviso, de Julio Camargo. Antes, houve *pit-stop* das quantias nas empresas de Camargo à espera de contratos superfaturados. Coube a ele repassar a comissão de Youssef. Do doleiro:

— A mudança de estratégia de recebimento vinha da demanda das empreiteiras, que pagavam por meio de fornecedoras ou por intermédio de

notas fictícias de prestação de serviços.

A Camargo Corrêa acertou cerca de R$ 3 milhões devidos a Paulinho após sua saída da Petrobras, simulando contratos de assessoria entre a empreiteira e a Costa Global. Dividiu o valor em parcelas de R$ 100 mil, mas segundo Youssef quitou a totalidade ainda em 2013.

A Queiroz Galvão participou das obras em Abreu e Lima. Contemplada com R$ 2 bilhões. O contrato recebeu aditivos e, mesmo assim, de acordo com Youssef, acertou-se com Othon Zanoide de Moraes Filho, diretor da empreiteira, comissão política de apenas 1%. A Queiroz Galvão repassou uma parte na forma de doações oficiais para a campanha eleitoral de 2010.

O doleiro confirmou episódio ocorrido em 2009. Para evitar possíveis punições em consequência dos trabalhos de uma CPI que investigaria roubalheira na Petrobras, decidiram pagar R$ 10 milhões:

> — Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte teriam cooptado Sérgio Guerra. Fernando Soares cuidou do pagamento aos parlamentares, usando recursos da Queiroz Galvão.

Os deputados Ciro Nogueira (PP-PI) e Eduardo da Fonte (PP-PI), portanto, convenceriam o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), a trocar a CPI pela grana. E Fernando Soares, o Fernando Baiano, ligado ao PMDB, intermediou o suborno com dinheiro da Petrobras. Trabalho ecumênico.

Sobre a Engevix, beneficiária de contrato em Abreu e Lima, Youssef disse que a empresa encaminhou 1% ao PP por meio de contratos forjados com a MO ou a Rigidez. Acertaram o saldo devedor, de R$ 730 mil, destinado a Paulinho, com a Costa Global, após a saída do diretor da Petrobras. O doleiro apontou outro repasse político da Engevix, em 2014, no formato de cinco ou dez parcelas de R$ 200 mil cada, em favor da GFD.

Um contrato de R$ 1 bilhão em Abreu e Lima contemplou a Jaraguá. Youssef entrou na jogada a pedido de Paulinho e o deputado Arthur de Lira (PP-AL) participou de encontro com executivos da empresa. Conforme o doleiro, a Jaraguá fez doações oficiais a campanhas do PP, PDT e possivelmente PMDB, como forma de acertar parte dos repasses. Pagou propina alicerçada em notas fiscais da MO ou de outras empresas de Waldomiro de Oliveira, sendo que a Sanko Sider serviu para justificar recebimento de dinheiro mediante “vendas” intermediadas por Youssef. Do doleiro:

> — Todos os contratos e notas fiscais de prestação de serviços entre a Sanko e a Jaraguá são ligados a repasses de comissionamentos políticos.

A Engevix firmou contrato de R$ 500 milhões ou R$ 600 milhões para executar obras na Refinaria de Cubatão (SP) em 2007 ou 2008. Ficou de acertar 1% do total com Youssef. De acordo com o doleiro, as tratativas foram fechadas com o

executivo Gerson Almada:

> — A contratação foi estabelecida por força do ajuste entre as empreiteiras e, portanto, a Engevix ficou comprometida a pagar comissão política.

A divisão era a corriqueira: do total de 1%, 60% irrigavam o PP, 30% iam para Paulinho, 5% ficavam com João Cláudio Genu e 5% com Youssef. O doleiro definia a empresa encarregada de cobrir o repasse financeiro e submetia à empreiteira. Youssef levava Paulinho às reuniões:

> — Ocorria de forma eventual, inclusive para que o empreiteiro se sentisse mais seguro para o pagamento das comissões, observando que um diretor da Petrobras estava envolvido na negociação.

Às vezes, um cano

A Tomé Engenharia fazia parte do cartel. Ficou acertado que ganharia licitação da ordem de R$ 1 bilhão em Cubatão. O certame ocorreu no final de 2011 e início de 2012. As tratativas começaram bem antes, quando Janene ainda era vivo. Participaram das reuniões, além de Janene e do doleiro, Paulinho e Genu. A Tomé não pagou o combinado. De Youssef:

> — Eu procurei os dirigentes da empresa por algumas oportunidades, sem obter êxito no recebimento do dinheiro.

O doleiro continuou tentando, mesmo após Paulinho deixar a Petrobras. Não recebeu. Executivos alegavam dificuldades financeiras. Conforme Youssef, a Tomé estava obrigada a fazer acertos desde 2006, mas havia várias pendências junto ao esquema. Em 2008 ganhou obra na Refinaria Landulpho Alves (BA). Neste caso, honrou os repasses. Youssef anotou:

> — A Tomé não necessitava de apresentação de notas fiscais, apenas de uma conta bancária para a realização de transferências. Os depósitos eram feitos por terceiras empresas e me recordo que uma delas era ligada ao ramo de corridas *stock car*.

A Mendes Júnior abocanhou obra de R$ 1 bilhão na Refinaria de Paulínia (SP). Conforme Youssef, negócio fechado em 2010. Em seu depoimento, informou que comissão de 1% ficou combinada com Sérgio Mendes, um dos donos da empresa, em reuniões na casa de Janene em São Paulo e em hotel da área central da capital paulista, com a presença de Paulinho e Genu.

Em depoimento Youssef citou obra tocada pela Mendes Júnior na Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR), dentro do esquema de desvios. Questionado sobre a razão e o conteúdo das reuniões, uma vez que os comissionamentos tinham percentuais padronizados, respondeu:

> — Tratávamos do parcelamento, da forma de pagamento e de outros

detalhes técnicos em relação às obras que demandariam a interveniência de Paulo Roberto Costa.

No caso da propina da obra em Paulínia, esclareceu que houve emissão de notas fiscais pela GFD atrelada a contratos de consultoria financeira ou do setor petrolífero. Além disso, MO e Rigidez emitiram notas e celebraram contratos, com a finalidade de justificar os pagamentos. De Youssef:

— As comissões foram pagas pela própria Mendes Júnior, como líder dos consórcios formados para executar as obras de Paulínia e de Araucária.

Em outro termo de colaboração, Youssef focou serviços de terraplenagem na Refinaria Premium 1 (MA), resultado de combinação entre Galvão Engenharia, Serveng Engenharia e Fidens. O doleiro recebeu a informação de que as três ganhariam a licitação ainda antes da conclusão do certame. Jogo de cartas marcadas. As comissões políticas começaram a ser pagas seis meses após o início das obras. Do declarante:

— Um diretor da Serveng Engenharia, de nome Paulo, fez a negociação da comissão a ser paga, que foi parcelada em sete vezes de R$ 100 mil.

O executivo levou dinheiro vivo ao escritório de Youssef em São Paulo.

O doleiro explicou que, pelas regras de funcionamento do cartel, empresas líderes dos consórcios arcavam com os repasses de propina. Depois, ao receberem da Petrobras, descontavam os valores já transferidos a políticos e agentes públicos, e só então pagavam a parte das demais companhias consorciadas. Neste caso, a Galvão Engenharia liderava. Do depoimento:

— Foi um caso excepcional porque cada empresa acabou pagando o valor proporcional à sua parte no contrato.

A Toyo Setal liderou consórcio encarregado de obras na Presidente Getúlio Vargas por volta de 2006. As outras empresas eram a Mendes Júnior e a MPE. Segundo Youssef, houve um aditivo contratual em 2010. A obra ficou R$ 300 milhões mais cara, e o percentual desviado, de 1%, subiu para 3% com o aditivo. Valor pago em espécie, em três parcelas. Do doleiro:

— As empresas geralmente optavam pelo pagamento das comissões por meio de notas, sendo excepcional a entrega de dinheiro em espécie.

Janene fechou operação com Julio Camargo, representante da Toyo Setal, para obra na Refinaria Henrique Lage, em São José dos Campos (SP). O valor da comissão, entre US$ 4 milhões e US$ 5 milhões, foi coberto em parcelas depositadas no exterior. Youssef forneceu contas de clientes da doleira Nelma Mitsue Kodama e de Carlos Alexandre Rocha, o Ceará. Após receber o equivalente em reais no Brasil, procedeu como de costume. Mandou dinheiro para Janene em

Londrina (PR) e a políticos do PP em Brasília. Genu repassou a parte de Paulinho. Do declarante:

> — O pagamento dessa comissão ocorreu entre o final de 2006 e 2008.

De acordo com Youssef, por volta de 2005 ou 2006 Janene fez acordo com Cláudio Mente, da CSA, e Roberto Capobianco, da Construcap, em torno de obra na Landulpho Alves. Recebeu a primeira parcela da comissão de 1%, de R$ 400 mil, na sede da Construcap, na região central de São Paulo. Esteve no local com Cláudio Mente. Capobianco entregou o dinheiro, conforme o depoimento de delação premiada. As parcelas seguintes somaram R$ 2 milhões e Mente buscou-as na Construcap. Do doleiro:

> — É possível que Cláudio Mente tenha emitido notas da empresa CSA para justificar as transferências financeiras.

Mente entregou o dinheiro vivo em seu escritório, vizinho ao de Youssef.

A dupla ouro e prata

No termo de declarações nº 44, de 12 de novembro de 2014, Youssef relatou que acertos de propina da Andrade Gutierrez referentes a obras na Refinaria Duque de Caixas (RJ) e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro ficaram sob responsabilidade de Fernando Baiano. Ele operava para o PMDB, mas se relacionava com Paulinho, representante oficial do PP na Petrobras. Baiano pediu a Youssef para ir à sede da Andrade Gutierrez, na zona sul de São Paulo, pegar três parcelas de R$ 500 mil cada. O doleiro recebeu-as em três semanas. Do depoimento:

> — Ao me identificar na Andrade Gutierrez, fui direcionado a um funcionário que entregou uma mala com o dinheiro. Conferi e me retirei do local.

O doleiro acrescentou que Baiano e Paulinho mantinham contatos com o presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo, e com um executivo da empresa, Flávio Andrade Matos. Propina da Andrade Gutierrez alimentou doações oficiais às campanhas eleitorais dos deputados Roberto Teixeira (PP-PE) e João Pizzolatti (PP-SC) em 2010.

Youssef falou da importância de João Cláudio Genu, o Gordo. Ele agendava encontros a Paulinho desde os tempos de Janene. Após a morte do político, perdeu espaço no PP, mas ao lado de Paulinho reunia-se com empresários a fim de organizar os pagamentos de suborno. Tratava de viagens e reservas de hotéis a Paulinho. Repassava propina. Genu retirava valores remetidos por Youssef a Carlos Habib Chater no Posto da Torre, em Brasília.

Em seus depoimentos, Paulinho minimizou o envolvimento de Genu.

Algumas notas sobre o grupo MPE. Por determinação de Paulinho, Youssef dirigiu-se à sede da empresa, no Rio, para acertar comissões de aditivos contratuais

em obras da Presidente Getúlio Vargas e da Refinaria Gabriel Passos, em Betim (MG). Valores repassados em território nacional, mediante notas fiscais de empresas de Waldomiro de Oliveira e, provavelmente, de Leonardo Meirelles, em favor de firmas que integravam o MPE. Segundo Youssef, o MPE devia R$ 12 milhões ao esquema, a maior parte contrapartida de obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

O cartel acertou que a Mendes Júnior e a Galvão Engenharia executariam serviços em Paulínia. Por volta de 2008 ou 2009, Paulinho, Genu e Youssef reuniram-se com executivos das duas empresas em hotéis de Brasília e São Paulo. Acertaram pagamento de 1% de propina. Para dar aparência legal aos repasses, empresas ligadas ao doleiro emitiram notas fiscais simulando consultorias ou a prestação de serviços. Em seu depoimento, Youssef disse acreditar que as obras em Paulínia renderam R$ 10 milhões em comissões:

> — Houve uma certa demora para o início dos pagamentos, que acredito tenham ocorrido entre 2009 e 2011, concentrando-se mais no ano de 2010, por conta da campanha eleitoral.

O doleiro disse recordar-se de aditivos acrescentados aos contratos. O comissionamento acertado aos novos contratos foi de 2%. Youssef não lembrou se houve tempo de receber o repasse da Galvão Engenharia antes de Paulinho sair da Petrobras. Mas a Mendes Júnior honrou a sua parte:

> — O dinheiro dessa comissão eu recebi no escritório da Rua São Gabriel.

Youssef relatou que, em determinada ocasião, foi instado por Márcio Farias, da Odebrecht, a conversar com diretores da Galvão Engenharia. Ele queria que a Galvão Engenharia parasse de "furar" contratos. A empresa oferecia preços inferiores às demais, a fim de ganhar as licitações. O doleiro pediu autorização a Paulinho antes de ir à sede da Galvão Engenharia:

> — Disse que se prosseguissem nessa conduta, a empresa não seria mais convidada a participar das licitações. Eles argumentaram que a Galvão Engenharia estava com poucas obras e precisava equilibrar o seu faturamento no mesmo nível das demais empreiteiras.

Youssef acrescentou, porém:

> — Os executivos com quem eu conversei entenderam a mensagem e pararam de agir de forma diferente do combinado.

O contato de Youssef na Sanko Sider era Márcio Bonilho. O doleiro sugeriu que Eduardo Leite, da Camargo Corrêa, adquirisse tubos da Sanko Sider para obras em Abreu e Lima. A Sanko Sider passava por dificuldades financeiras. O doleiro aproveitaria a negociação para pôr em dia pagamentos atrasados. Janene já havia levado o problema ao executivo João Auler. Aceitaram a proposta. Simularam

prestações de serviço e a venda de tubos para a Presidente Getúlio Vargas, embora não houvesse contratos prevendo os serviços nem a aquisição de tubos naquela obra:

> — Acredito que isso tenha ocorrido por conta de um ajuste entre as empresas, em face dos pagamentos de comissões da obra serem mais antigos.

Conforme Youssef, faltava um acerto de R$ 15 milhões relacionado a obras na Presidente Getúlio Vargas. Houve simulação de serviços e contratos superfaturados para ajustar o pagamento da Camargo Corrêa por meio de negócios com a Sanko Sider.

O doleiro declarou que a Jaraguá simulou contrato de prestação de serviços com a Sanko Sider na obra de Paulínia. Serviu para acertar pagamento de R$ 1 milhão, dinheiro sujo de outro contrato em Abreu e Lima.

Youssef informou ter intermediado vendas lícitas de tubos da Sanko Sider à Camargo Corrêa. Obteve 10% de comissão. Mesmo nesse caso de dinheiro regular, repassou parte a Paulinho e a dois diretores da Camargo Corrêa, Eduardo Leite e Paulo Augusto:

> — Acho que a empresa não sabia desse pagamento a seus executivos.

Segundo Youssef, a Camargo Corrêa repassou R$ 20 milhões à Sanko Sider para equilibrar dívidas junto ao esquema. O doleiro estimou que recebeu R$ 9 milhões em comissões pela venda de tubos e a intermediação de contratos de prestação de serviço. Explicou que 15% foram destinados a Paulinho e 85% divididos igualmente entre ele e os dois executivos.

Em depoimento revelou que a Skanska celebrou contrato para executar obra no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e pagou R$ 4 milhões de propina. Repassou o dinheiro a partir da simulação de contratos entre a Paranasa, fornecedora da Skanska, e empresas do esquema Youssef, como a GFD e a KFC, de Leonardo Meirelles. Do delator:

> — Todos os pagamentos foram feitos mediante a celebração de contratos. Os valores dos contratos com as empresas de Leonardo foram entregues a mim em espécie, descontado o percentual de 20% pela emissão de notas.

Uma obra de R$ 2 bilhões na Presidente Getúlio Vargas, tocada pela UTC e Odebrecht, rendeu R$ 20 milhões (1%) em propina. Por volta de 2005 ou 2006, Janene pediu a Youssef para buscar o dinheiro. Com a UTC, dez parcelas de R$ 1 milhão cada. Algumas vezes o doleiro dirigiu-se à sede da empresa, na região central de São Paulo, e recebeu quantias das mãos de Walmir Pinheiro, executivo da UTC. Em outras ocasiões o repasse ocorreu no escritório de Youssef no bairro do Itaim Bibi, zona oeste de São Paulo.

Já a Odebrecht depositou num paraíso fiscal, em dólares, o correspondente aos R$

10 milhões. A conta de Janene estava em nome de Rafael Ângulo Lopez. Doleiros providenciaram a entrega do dinheiro no Brasil. Youssef desconhecia detalhes. Da parte que administrou, entregou quantias ao PP, a Paulinho e a Genu. E reteve 5% de comissão.

A petroquímica Braskem era controlada pela Odebrecht numa parceria com a Petrobras. Youssef informou que a estatal vendia produtos à Braskem – como nafta e propeno – por valores acima dos praticados no mercado internacional. Para reduzir custos e melhorar a situação da Braskem, Janene e Paulinho, gerente dos contratos, passaram a cobrar propina a partir de 2006. US$ 5 milhões por ano. 30% ficavam com o diretor da Petrobras. Janene embolsava 70%, supostamente para alimentar o caixa dois do PP. Executivos da Braskem, Janene, Paulinho, Genu e Youssef reuniam-se uma vez a cada 12 meses em hotel de São Paulo para acertar detalhes do golpe.

Youssef indicou contas no exterior nas quais subsidiárias da Braskem em outros países fariam os depósitos. Usou contas ligadas a Nelma Mitsue Kodama, Carlos Alexandre Rocha e Leonardo Meirelles. No caso de Nelma, as transferências eram feitas a contas de comerciantes chineses. No de Meirelles, nas das empresas RFY, DGX e Elite Day. Procedidos os depósitos, dinheiro vivo correspondente era disponibilizado no Brasil. Youssef entregava a parte de Paulinho a Genu, e a do PP a Janene. Do depoimento:

> — Quando José Janene deixou de ser deputado, eu entregava na residência oficial de João Pizzolatti, em Brasília.

Transcareca 2013, a planilha

No termo de declarações nº 30, de 4 de novembro de 2014, Youssef relatou que o empresário Frank Abubakir, o Turquinho, procurou Janene, provavelmente em 2005, com vistas a criar a Quattor – uma parceria com a Petrobras para fazer concorrência à Braskem, que dominava o setor. Youssef participou da reunião na qual estavam Abubakir, José Octavio Vianello de Melo, gerente financeiro da Unipar, Janene e Genu. Segundo Youssef, Paulinho fez as tratativas para viabilizar o negócio, cuja comissão renderia R$ 18 milhões. Conforme o doleiro, houve um problema:

> — Mário Negromonte atravessou o negócio, passando a receber a comissão de um empresário na Bahia.

Deputado, Negromonte (PP-BA) se tornaria ministro das Cidades de Dilma Rousseff. Na época Janene o pressionou para que repassasse a comissão a outros parlamentares do partido. Negromonte aceitou. Youssef estimou que Negromonte embolsou R$ 12 milhões, mas só entregou R$ 1,5 milhão a Janene. Youssef recebeu em parcelas esta parte da propina.

Janene estava insatisfeito. Decidiu cobrar o que faltava diretamente da Quattor. Reuniu-se com os dois executivos, Abubakir e Melo. Foi duro. Ameaçou. Disse que

Abubakir perderia o controle da Quattor e Paulinho criaria embaraços para prejudicar o investimento da Unipar. Deu certo. R$ 9 milhões foram depositados na MO e em outras empresas do esquema.

Havia um acordo para a aquisição de matérias primas da Petrobras pela Quattor. A Diretoria de Abastecimento ajustava os valores. Em troca de preços convenientes, a Quattor entregou entre R$ 1 milhão e R$ 5 milhões. Youssef não esclareceu a periodicidade das comissões, mas informou que depositaram somas em contas bancárias no exterior ou pagaram em espécie no escritório da Unipar em São Paulo. Waldomiro de Oliveira forneceu notas fiscais frias. Algum tempo depois a Braskem adquiriu a Quattor. A corrupção prosseguiu. Segundo Youssef, a diferença foi que repassavam a propina unicamente por meio de operações no exterior.

No termo de colaboração nº 58, de 25 de novembro de 2014, Youssef esclareceu dúvidas do procurador Roberson Henrique Pozzobon e do delegado Eduardo Mauat da Silva, da Polícia Federal, acerca da planilha "Transcareca 2013", elaborada por Rafael Ângulo Lopez, chefe das "mulas" do doleiro. "Careca", como já apontado, era o policial federal Jayme Alves de Oliveira Filho, que trabalhava transportando dinheiro vivo para Youssef.

O documento relacionava entregas em "papel" (dólares) e "roxo" (euros) a Paulinho, realizadas por fornecedoras da Petrobras, após ele deixar a estatal. Eram comissões acertadas desde os tempos em que o ex-diretor comandava a Diretoria de Abastecimento, e que continuaram a ser honradas em parcelas pelas empreiteiras integrantes do cartel.

A planilha mencionava "Walmir" para tratar de Walmir Pinheiro, que representava o caixa dois da UTC. A empresa deixava dinheiro com Youssef, em troca do compromisso de o doleiro disponibilizar os valores, sempre que necessário, e entregá-los nos locais e a quem a UTC determinasse. Youssef providenciou repasses de interesse da UTC no Rio, Belo Horizonte e Brasília.

Pedro Paulo Leoni Ramos, identificado como "PP" na planilha, controlava a GPI e também deixava quantias com Youssef para que ele fizesse entregas de dinheiro solicitadas. Genu era identificado como "Mercedão", "Gordo", "João" ou "Ronaldo". As anotações diziam respeito a comissões encaminhadas a Genu ou a somas que ele deveria entregar a Paulinho.

> "Baiano" era Fernando Falcão Soares, operador financeiro, e a planilha registrava quantias repassadas a ele a pedido de Julio Camargo. "J. Ricardo" apontava entregas de dinheiro no Rio por determinação da OAS. "Julinho" era Julio Camargo, da Toyo Setal, e a menção a ele dizia respeito ao envio de dinheiro a seu escritório, no Rio. "Márcio" era Márcio Lewkowicz, genro de Paulinho, que recebeu dinheiro em nome do sogro.

Youssef fez pagamentos que somaram R$ 1 milhão a Mônica Cirino dos Santos, por ordem de Ricardo Pessoa, da UTC. Segundo o doleiro, ela foi amante do

empresário e o chantageou.



DETENÇÕES ESPETACULARES

Operação Lava Jato deixa o País atônito ao prender altos executivos

Em ação espetacular, a Polícia Federal mobilizou 300 agentes em cinco Estados e prendeu 16 executivos de sete empreiteiras contratadas pela Petrobras. A sucessão de acontecimentos, em 14 de novembro de 2014, deixou o País atônito. Foram para a cadeia presidentes e altos funcionários da Camargo Corrêa, Engevix, Galvão Engenharia, Iesa, Mendes Júnior, OAS, Queiroz Galvão e UTC. Juntas, elas assinaram R$ 59 bilhões com a Petrobras entre 2003 a 2014, nos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff.

Os nomes: Eduardo Hermelino Leite, da Camargo Corrêa; José Aldemário Pinheiro Filho, José Ricardo Nogueira Breghirolli, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Mateus Coutinho de Sá Oliveira e Alexandre Portela Barbosa, da OAS; Erton Medeiros da Fonseca, da Galvão Engenharia; Gerson de Mello Almada, Carlos Eduardo Strauch Albero e Newton Prado Júnior, da Engevix; Ricardo Ribeiro Pessoa, Walmir Pinheiro Santana e Ednaldo Alves da Silva, da UTC; Otto Garrido Sparenberg, da Iesa; Ildefonso Colares Filho e Othon Zanoide de Moraes Filho, da Queiroz Galvão.

Quatro diretores só seriam presos no dia seguinte: Sérgio Cunha Mendes, da Mendes Júnior; Dalton dos Santos Avancini e João Ricardo Auler, da Camargo Corrêa; Valdir Lima Carreiro, da Iesa. Outro peixe grande levado à cadeia: Renato Duque, ex-diretor de Serviços, vinculado ao PT.

Foram encarcerados, ainda, Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca, "mula" de Alberto Youssef, e o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa Silva. Fugiram Adarico Negromonte, "mula" de Youssef, e Fernando Baiano. A Justiça não autorizou as prisões de Márcio Faria da Silva e Rogério Santos de Araújo, executivos da Odebrecht, nem de Marice Corrêa de Lima, cunhada de João Vaccari Neto, o tesoureiro do PT suspeito de traficâncias.

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, as empreiteiras, incluindo a Odebrecht, fizeram doações milionárias a partidos entre 2007 e 2013. Principalmente ao PT e ao PMDB, prioritários no apoio aos governos Lula e Dilma Rousseff. O PT recebeu R$ 154,8 milhões. O PMDB, R$ 105,3 milhões.

Conforme as investigações, José Ricardo Nogueira Breghirolli, da OAS, teria solicitado que Youssef entregasse R$ 110 mil, em dezembro de 2013, a Marice Corrêa de Lima. Já Duque seria beneficiário de milhões repassados pelo "clube" de empreiteiras, segundo Julio Camargo e Augusto Mendonça de Ribeiro Neto, da Toyo Setal. Do relatório do Ministério Público Federal sobre a confissão de Ribeiro Neto:

> "O declarante negociou propina diretamente com Duque e acertou pagar a quantia de R$ 50 milhões a R$ 60 milhões, o que foi feito entre 2008 e 2011. Duque tinha um gerente que, agindo em seu nome, foi quem mais tratou com o declarante, chamado Pedro Barusco."

Os dois delatores disseram que empresas *offshore* no Uruguai e na Suíça intermediaram repasses, por meio de contas indicadas por Youssef. Depois as quantias seguiram para Duque e Barusco. Autoridades da Suíça bloquearam US$ 20 milhões em nome de Barusco. Em acordo de delação premiada, ele concordou em devolver US$ 97 milhões desviados de contratos da Petrobras. E Barusco era apenas o gerente do diretor Duque, responsável final por autorizar 12 contratos que liberaram R$ 6,6 bilhões apenas no sorvedouro da Refinaria Abreu e Lima. Camargo e Ribeiro Neto afirmaram ter repassado R$ 95 milhões a Duque e a Barusco para que empreiteiras obtivessem contratos em cinco obras da Petrobras.

A dupla acusou Fernando Baiano de receber R$ 8 milhões. O dinheiro teria sido movimentado em contas da Technis e Hawk Eyes, supostamente vinculada a Duque. O ex-diretor era "extremamente cauteloso" e, segundo Camargo, jamais recebia dinheiro vivo. Em outra denúncia, Camargo apontou Baiano como beneficiário de US$ 40 milhões por intermediar contratos de interesse de Nestor Cerveró, diretor Internacional.

Ribeiro Neto citou que o "clube" tinha um "coordenador", Ricardo Pessoa, da UTC, e indicou sete empreiteiras que, conforme ele, compunham o cartel em seu início, ainda nos anos 1990: Odebrecht, UTC, Camargo Corrêa, Techint, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Toyo Setal. Em 2006, no governo Lula, o esquema se sofisticou com a entrada de mais sete empresas: Engevix, Galvão Engenharia, GDK, Iesa, OAS, Queiroz Galvão e Skanska. O "clube" ainda encampou mais seis integrantes, todos contemplados com obras da Petrobras. A relação, segundo Ribeiro Neto: Alusa, Fidens, Jaraguá, Tomé, Construcap e Carioca Engenharia.

Organizado com regulamento semelhante ao de um "campeonato de futebol", o "clube" chegou a dispor de normas escritas – destruídas com o desencadeamento da Lava Jato.

A maioria dos encontros ocorria na sede da UTC, embora não houvesse registro com os nomes dos participantes nem locais certos para as reuniões. Nessas ocasiões analisava-se projetos da Petrobras, definindo preços e propostas. As conclusões seguiam aos altos funcionários envolvidos na maracutaia – Duque e Paulo Roberto Costa, o Paulinho. Eles trabalhavam para chancelá-las, em troca de polpudos percentuais desviados das obras.

Segundo as regras do "campeonato de futebol", cada empresa atribuía um grau de interesse às obras, entre 1 e 3. Um quadro expunha a todos as notas e os custos dos serviços, para que negociassem entre si. Se três priorizassem a mesma obra, formavam um consórcio. Se houvesse disputa por determinado contrato, abriam

nova “rodada” de negociações. Caso não chegassem ao consenso, debatiam com outras “equipes”, com vistas a desempatar o “jogo”. Definido o quadro, participantes “preteridos” entravam nas concorrências como figurantes, para forjar disputa.

A PF apreendeu prova da existência do “clube” na Engevix, em Barueri (SP). “Mapão” registrava “disputa” de 15 empreiteiras entre 2007 e 2009, com acerto em obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Refinaria Presidente Getúlio Vargas e Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste.

Haja paralelepípedo

De volta ao histórico 14 de novembro de 2014. Agentes da PF cumpriram 85 mandados de prisão e de busca e apreensão, além de vasculharem sedes de empreiteiras. Inédito no Brasil. Ricardo Pessoa, da UTC, chegou com mala de rodinha à sede da PF. Parecia preparado para a prisão. Ficaria atrás das grades, aliás, por bom tempo. Sérgio da Cunha Mendes, da Mendes Júnior, preferiu voar em seu jatinho e só se entregar em Curitiba (PR). Quem sugeriu o procedimento foi o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, para evitar que o fotografassem com algemas.

Em sua primeira reação, Ildefonso Colares Filho, da Queiroz Galvão, escondeu-se em hotel de luxo no Rio. Acabou convencido a não fugir. Dalton Avancini e João Auler, da Camargo Corrêa, hospedaram-se em hotel perto da sede da PF em São Paulo, antes de se entregar. Fernando Baiano praticava exercícios na praia da Barra da Tijuca, no Rio, enquanto policiais o procuravam. Ligeiro, pegou avião para São Paulo. Segundo os investigadores, Baiano, receoso de que pudesse ser preso, já morava em hotéis havia algum tempo, trocando-os periodicamente para não ser descoberto. O advogado Mário de Oliveira Filho disse que ingressaria com pedido de *habeas corpus*. E informou que Baiano não se entregaria.

Nos dias seguintes, a Justiça Federal negou vários pedidos de *habeas corpus*. Carros de luxo chegaram à sede da PF em Curitiba. Carregavam roupas de cama, travesseiros e produtos de higiene aos empresários. Proibidos de fumar até na hora do banho de sol, os presos de colarinho branco recorreram a adesivos de nicotina para suportar a falta de cigarros.

Baiano entregou-se quatro dias depois. Em depoimento negou os crimes. Reconheceu apenas a compra de uma lancha, adquirida de diretor da Andrade Gutierrez, pela qual teria pagado R$ 1,5 milhão. O advogado Mário de Oliveira Filho concedeu entrevista para dizer que “a corrupção faz parte de uma cultura enraizada no País”:

> — O empresário, se porventura faz alguma composição ilícita com político para pagar alguma coisa, se ele não fizer isso não tem obra. Pode pegar qualquer empreiteirinha e prefeitura do interior do País. Se não fizer o acerto, não coloca um paralelepípedo no chão.

O juiz Sérgio Moro decretou a quebra de sigilo bancário de Baiano, Duque e das empresas Technis, Hawk Eyes e D3TM, suspeitas de receber propina. Havia ainda a Petroenge, com a qual Baiano manteria ligações. Entre 2007 e 2014 a empresa firmou 86 contratos com a Petrobras, no valor de R$ 131 milhões. Ao todo Moro determinou a quebra dos sigilos de 16 investigados.

Naquele momento soube-se que a Petrobras havia apagado as gravações de reuniões do Conselho de Administração, a instância mais alta da estatal, nas quais se decidia a respeito dos grandes negócios.

Em entrevista em Brisbane, na Austrália, a presidente Dilma Rousseff defendeu o governo e afirmou que a devassa "não significa que todos os atos da Petrobras sejam de corrupção". Protegeu as empresas:

> — Não dá para demonizar todas as empreiteiras. São grandes empresas e, se A, B, C ou D praticaram malfeitos, pagarão por isso. Agora, isso não significa que a gente vai colocar um carimbo na empresa.

Para registro do leitor: sete empreiteiras investigadas pela Lava Jato doaram R$ 53,3 milhões à campanha de Dilma Rousseff em 2014. Principal adversário da petista na disputa, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) recebeu R$ 19,2 milhões. Outros três candidatos foram aquinhoados pelo "clube". Rui Costa (PT), eleito governador da Bahia, com R$ 9,4 milhões. Geraldo Alckmin (PSDB), reeleito em São Paulo, R$ 7 milhões. E Renan Filho (PMDB), R$ 4,9 milhões. Filho do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ele virou governador de Alagoas.

Vaivém de maletas e sacolas

Sérgio Moro determinou o bloqueio, como medida cautelar, de R$ 720 milhões, supostamente guardados em contas pessoais dos investigados e em contas de empresas de consultoria envolvidas no esquema. O juiz queria recursos para ressarcir o erário público. Encontrou apenas 6,6% do esperado – R$ 47,8 milhões. R$ 22,6 milhões em contas de Gerson Almada, vice-presidente da Engevix, que enviara R$ 15 milhões ao exterior antes de ser preso, sendo R$ 8 milhões na véspera da prisão.

Teria havido vazamento de informações e conhecimento prévio do bloqueio? Com Ildefonso Colares Filho, diretor-presidente da Queiroz Galvão, encontraram R$ 7.500,00. Nada para quem movimentava milhões.

Ricardo Pessoa, dono da UTC, teve R$ 10,2 milhões bloqueados. Renato Duque, R$ 3,2 milhões. De empresas ligadas a Fernando Baiano obstruíram-se R$ 8,5 milhões. Uma semana depois eram R$ 81 milhões, ou 11,2% do previsto. De Baiano bloquearam mais R$ 4,5 milhões. De Agenor Franklin Medeiros, da OAS, R$ 11,6 milhões.

As investigações prosseguiram. Revelou-se que nos quatro anos do primeiro

mandato de Dilma Rousseff emissários da OAS e da UTC estiveram ao menos 115 vezes no escritório de Youssef. O lugar se transformou num vaivém de maletas e sacolas de dinheiro. Só Ednaldo Alves da Silva, da UTC, passou 63 vezes por lá. José Ricardo Breghirolli, da OAS, 32 vezes.

Agentes da Lava Jato suspeitaram de ligação entre a OAS e a All Win, do setor de propaganda, que poderia ter servido para lavar dinheiro. Relatório da Polícia Federal indicou a entrega de R$ 110 mil na sede da All Win, dentro do esquema de "*money delivery"* de Youssef. A empresa ficava no endereço da MPI Comunicações. Nas eleições de 2010 ambas emitiram notas fiscais à campanha de Dilma Rousseff e aos seguintes candidatos: Aloizio Mercadante (PT-SP), Ricardo Berzoini (PT-SP), Arlindo Chinaglia (PT-SP), Rui Falcão (PT-SP), Gabriel Chalita (PSB-SP) e Alexandre Barbosa (PSDB-SP).

Ouvido pela PF em Curitiba, Duque foi evasivo. Definiu-se como amigo do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, com quem se reunia apenas por ser "pessoa agradável para o convívio". Admitiu encontros com Julio Camargo e Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, que se tornaram delatores do esquema, unicamente em reuniões e jantares sociais. Apontou Pedro Barusco, subordinado seu, como "pessoa de confiança".

Duque não negou o recebimento de R$ 1,6 milhão da UTC, mas alegou que a quantia compensou uma consultoria. Refutou ser beneficiário de recursos no exterior, embora tenha demonstrado hesitação ao falar sobre a empresa *offshore* Drenos. Disse não se recordar do nome. Por fim informou não se lembrar do nome do político que o indicou para a Diretoria de Serviços da Petrobras, posição que ocupou entre 2003 e 2012.

A maioria dos executivos presos pela Lava Jato manteve-se em silêncio ou, simplesmente, negou a existência de corrupção. Exceção, Erton Medeiros Fonseca, da Galvão Engenharia, insistiu na cantilena de que foi obrigado a dar dinheiro, extorquido por Youssef e Paulinho.

Sérgio Mendes admitiu ter pago R$ 8 milhões em quatro parcelas, entre julho e setembro de 2011. Disse que foi forçado a dar o dinheiro a empresas apontadas por Youssef. Simulou contratos de prestação de serviços para não perder negócio na Refinaria Presidente Getúlio Vargas. Ao subornar, Mendes evitaria represálias em outras obras tocadas pela Mendes Júnior.

Em depoimento à PF, Rogério Cunha de Oliveira, diretor da mesma Mendes Júnior, afirmou que a Petrobras tinha dívida de R$ 250 milhões a R$ 300 milhões por serviços prestados pela Mendes Júnior. Havia o temor de que criassem dificuldades para pagar. Youssef exigiu propina de 2,2% a 2,4% em três aditivos de obras da empreiteira. Oliveira confirmou que o doleiro recebeu R$ 8 milhões, depositados em contas da GFD e da Rigidez:

— Os serviços não foram prestados, e os contratos foram formalizados

apenas para dar cobertura contábil aos valores exigidos a título de propina por Youssef. Soube depois que tais pagamentos se enquadravam no sistema de cobrança de comissões de Paulo Roberto Costa.

Olhos verdes bem pagos

A estratégia dos investigados consistia em se colocar como alvos de exigências e extorsões. Na mesma toada, Ricardo Pessoa, da UTC, reconheceu que pagou R$ 40 milhões em dez prestações. Empresários corruptos passavam-se por vítimas do esquema engendrado por Paulinho e Youssef. Do advogado Marcelo Leonardo, defensor de Sérgio Mendes:

> — A extorsão é fato objetivo, concreto, não é versão. Ninguém está inventando isso agora. Empresário ia dar dinheiro de graça por causa de olhos verdes de alguém?

O juiz Sérgio Moro rechaçou a tese e mencionou a delação premiada:

> — Embora o depoimento de criminosos colaboradores deva ser visto com reservas, cumpre destacar que o esquema criminoso encontra confirmação na prova documental, especialmente, como visto, nas transferências sem causa efetuadas em favor de contas controladas por Youssef, por parte das diversas empreiteiras.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi curto e grosso:

> — Ninguém é obrigado a ganhar dinheiro e a lucrar com uma atividade ilícita.

Sérgio Moro voltaria ao tema ao rechaçar pedido de revogação da prisão preventiva de Mendes. Havia provas do "esquema criminoso, duradouro e sistemático, para frustrar licitações da Petrobras, impor preços em contratos públicos sem concorrência real, e lavar recursos obtidos com tais crimes". Palavras do juiz ao se referir a Mendes:

> — Quem é vítima de concussão busca a polícia, não as sombras. Não há registro de qualquer resistência da parte do investigado quanto à suposta exigência, surgindo a admissão parcial dos fatos somente agora, quando já preso cautelarmente por esse mesmo crime e outros.

José Carlos Cosenza, braço-direito de Paulinho na Petrobras, foi escolhido como seu sucessor na Diretoria de Abastecimento pela presidente da estatal, Maria das Graças Foster (PT-RJ). Cosenza teve o nome mencionado nas investigações da Lava Jato. Conforme ele mesmo admitiu à CPI da Petrobras, assinara 16 contratos vinculados a obras em Abreu e Lima e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Somavam R$ 3,7 bilhões. Um dos contratos, com a Toyo Setal, alcançou o valor de R$ 1,1 bilhão.

Apesar de responsável por contratos nos dois maiores projetos da Petrobras, coube

a Cosenza, no confuso organograma da estatal, chefiar auditorias que, supostamente, investigariam tramoias nas duas obras. Alguns dias depois de mencionado pela PF, Cosenza saiu da lista de suspeitos. Foi um erro, justificou o delegado Márcio Anselmo. Teria sido?

Dez dias após a decretação de sua prisão, Adarico Negromonte, o Maringá, apresentou-se à Superintendência da PF em Curitiba. Era o último foragido. Negou qualquer ligação com o esquema de corrupção. Àquela altura, 11 investigados já tinham deixado a carceragem, após o prazo das prisões temporárias. Outros 13 permaneciam na cadeia, com prisões preventivas.

Falou de Adarico Negromonte, "mula" de Youssef, o irmão Mário Negromonte. Ministro de Dilma Rousseff, deixou o cargo após denúncias. Foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia:

— Tenho 11 irmãos e amo todos. O que eu puder fazer para ajudar, vou fazer.

Adarico chegou de táxi à PF acompanhado por duas advogadas. Prestou depoimento e fez exame de corpo de delito. Uma das defensoras, Joyce Roysen, informou ter pedido a revogação da prisão. Para ela, Adarico, de 68 anos, era inofensivo:

— Ele está aposentado.



DEPOIMENTO EXPLOSIVO

Pedro Barusco escancarou o envolvimento do PT no petrolão

O engenheiro naval Pedro José Barusco Filho ocupou diversos cargos na Petrobras entre 1980 e 2003, ano em que o Partido dos Trabalhadores nomeou Renato Duque na estratégica Diretoria de Serviços. Era o início do governo Lula. Duque levou Barusco como seu gerente-executivo. Em 2011, coroando os bons serviços prestados, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), presidente da Petrobras, escolheu Barusco como diretor de Operações da Sete Brasil. Criara-se a empresa no começo do governo Dilma Rousseff, com o objetivo de construir 28 sondas de perfuração. Projeto de US$ 25 bilhões, em parceria com a Petrobras. O petrolão frustrou a exploração do pré-sal.

Não demorou para que o nome de Barusco aparecesse na Lava Jato entre os suspeitos de desviar dinheiro público. No primeiro momento, associado a R$ 30 milhões provenientes da Toyo Setal, interessada em contratos milionários da Petrobras. Ao contrário de Duque, que negava a corrupção, Barusco se antecipou. Para não ser preso, fechou acordo de delação premiada. Prontificou-se a devolver US$ 97 milhões.

Em termo de colaboração prestado à Polícia Federal do Paraná, em 21 de novembro de 2014, admitiu que embolsou dinheiro da holandesa SBM Offshore desde 1997 ou 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Segundo Barusco, Júlio Faerman, representante da multinacional, pagou somas de forma sistemática a partir do ano 2000:

> — Os recebimentos eram mensais e proporcionais aos valores do contrato, sendo na faixa de US$ 25 mil a US$ 50 mil por mês, aproximadamente.

Em 2007 firmou-se novo contrato entre a Petrobras e a SBM, de R$ 1,2 bilhão. Barusco confessou o desvio de 1% do valor, ou seja, de R$ 12 milhões. Dinheiro repassado em parcelas por Faerman até 2010. Ao todo reconheceu aos investigadores da Lava Jato a subtração de US$ 22 milhões dos negócios com a SBM. Depositado no Banco Republic, o dinheiro passou pelo BBA Creditanstalt e acabou no Banco Safra em Genebra, na Suíça.

Barusco testemunhou que Duque pediu US$ 300 mil a Faerman. Tratava-se de "reforço de campanha" em 2010, ano da eleição de Dilma Rousseff. Para Barusco, é provável que Duque atendeu a uma solicitação de João Vaccari Neto. Em seu depoimento, contou que Duque, Vaccari e ele se beneficiaram de cerca de 90 contratos entre a Petrobras e empresas do cartel:

> — Todos esses contratos passaram pelo crivo da Diretoria de Serviços,

de Renato Duque, e por mim, enquanto gerente-executivo de Engenharia, e foram aprovados pela Diretoria Executiva da Petrobras.

Os contratos vinculavam-se às áreas de Abastecimento, Gás e Energia e Exploração e Produção. Barusco afirmou que, no caso da Diretoria de Abastecimento, sob comando de Paulo Roberto Costa, metade dos 2% desviados ficava com o PT. Dividia-se assim o 1%: 50% para Vaccari e 50% para a "casa", representada por Duque, Barusco e, eventualmente, Jorge Luiz Zelada, sucessor de Nestor Cerveró na Diretoria Internacional. "Pouquíssimas vezes" participou do esquema Roberto Gonçalves, ex-gerente que substituiu Barusco na Petrobras.

No caso da propina recolhida por contratações da Diretoria de Gás e Energia, sob comando de Ildo Sauer e depois Maria das Graças Foster, o percentual variava de 1% a 2%. Metade engordava o PT, representado por Vaccari, e metade ficava com a "casa". Houve situações em que o PT ficou com tudo. A divisão era a mesma nos contratos da Diretoria de Exploração e Produção, dirigida por Guilherme Estrella. Conforme Barusco, Graça Foster, Sauer e Estrella, apesar de ligados ao PT, estavam fora do esquema:

— Se sabiam, conservaram isso para si.

Instado a revelar quanto obteve em propina entre 2003 e 2013, afirmou:

— Recebi entre US$ 40 milhões e US$ 50 milhões, sendo que mais de 90% em aproximadamente 20 contas mantidas em meu nome ou em nome de *offshores* no exterior. O restante recebi em dinheiro em espécie no Brasil.

Mochilas, álcool e hotéis

Barusco apontou Mario Goes, Julio Camargo, Shinko Nakandakari e um mensageiro da Corretora Advalor como pessoas que lhe entregaram dinheiro vivo de 13 empresas contratadas pela Petrobras. Goes acondicionava boladas de R$ 300 mil a R$ 400 mil em uma mochila, e disponibilizava a carga em casa, em São Conrado, no Rio. Nakandakari passava os valores em reais, dólares ou euros, em quantias equivalentes a cerca de R$ 100 mil por vez, e usava três hotéis no Rio para os encontros. Barusco e ele aproveitavam para desfrutar jantares e bebidas alcoólicas. Barusco também embolsou grana em sua própria casa no bairro Joatinga, no Rio. Parte do suborno levava a Duque e parte pagava as suas despesas.

Em depoimento disse acreditar ter sido o principal intermediário da propina entregue a Duque. O diretor mantinha várias contas no exterior, no período de 2003 a 2011, e também embolsava dinheiro vivo no Brasil. Barusco estimou em US$ 40 milhões os repasses feitos a Duque. Explicou que, entre 2005 e 2011, entregou quantias mensais no gabinete de Duque na Petrobras, no Rio. Ao todo, de R$ 10 milhões e R$ 12 milhões. Os dois foram juntos a agência do banco Lombard Odier em Paris. Ali registraram as contas de passagem "K" e "T" para receber depósitos de

operadores de fornecedoras da Petrobras. Engordaram US$ 6 milhões assim.

Barusco confessou dificuldade para "controlar os valores". Manteve em suas contas o que era de Duque, com a anuência dele, e lançou as quantias numa espécie de contabilidade da propina. Após a sair da Petrobras em 2012, Duque o procurou para fazer o acerto. A Camargo Corrêa devia R$ 58 milhões ao esquema. Combinaram de usar parte dessa bolada para pagá-lo. O ex-diretor recebeu R$ 12 milhões.

Barusco citou o estaleiro Kepell Fels, ligado a Zwi Skornicki, contratado para construir plataformas de perfuração. Devia US$ 14 milhões de suborno. Duque recebeu US$ 12 milhões, provavelmente no banco Delta, na Suíça, o mesmo onde Barusco depositou sua parte, de US$ 2 milhões.

O rateio da corrupção na Diretoria de Serviços, no entanto, costumava ser de 60% para Duque, o diretor, e 40% para Barusco, o gerente. Exceto quando uma terceira pessoa entrava na jogada. Do depoimento:

> — Quando havia a participação de um operador, Renato Duque ficava com 40%, eu com 30% e o operador, com 30%.

Barusco negou a tese de que as empresas eram coagidas a pagar suborno:

> — Na realidade, o pagamento de propina dentro da Petrobras era algo endêmico e institucionalizado.

Quanto ao repassado a Vaccari, Barusco informou que, tendo como base os cerca de US$ 50 milhões sujos que embolsou, estimava em US$ 150 milhões ou US$ 200 milhões os valores ao PT de Lula e Dilma Rousseff.

Barusco citou o período de fevereiro de 2013 a fevereiro de 2014, quando respondia como diretor de Operações da Sete Brasil. Conduzia o programa de instalação de sondas de perfuração em águas profundas, para explorar o pré-sal. Recebeu US$ 5 milhões de contratos. Duque pôs as mãos em US$ 6 milhões. E Vaccari, segundo informações recebidas, em US$ 4,5 milhões. Tudo do estaleiro Kepell Fels.

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, acatou pedido de advogados e mandou soltar Duque em 2 de dezembro de 2014. Zavascki impôs condições. O ex-diretor deveria permanecer em sua casa no Rio, à disposição da Justiça, e entregar o passaporte, para impedir uma fuga.

Com base no cálculo de valores desviados de contratos por apenas seis empreiteiras, o Ministério Público Federal estimou, em 13 de dezembro de 2014, que a Diretoria de Serviços, sob comando de Duque, captou R$ 650 milhões de 2004 a 2012. Por sua vez, a Diretoria de Abastecimento, nas mãos de Paulinho, teria ficado com R$ 270 milhões no mesmo período.

Nobres personalidades

Em depoimento, Erton Medeiros da Fonseca, executivo da Galvão Engenharia, preso

pela PF, afirmou que deu R$ 8,8 milhões em comissões a Shinko Nakandakari entre 2010 e 2014. Nakandakari era uma espécie de emissário de Duque. Exerceu na Diretoria de Serviços papel semelhante ao de Alberto Youssef na Diretoria de Abastecimento.

Os pagamentos continuaram após a deflagração da Lava Jato. A melhor explicação para a ousadia talvez seja a de que os envolvidos, certos da impunidade que costuma ser regra no Brasil, decidiram manter o esquema, menosprezando a capacidade e o alcance das investigações. Fonseca disse que a Galvão Engenharia entregava dinheiro à LFSN Consultoria, cujo nome remete às iniciais de Luís Fernando Sendai Nakandakari, filho de Shinko.

Note-se que, entre 2010 e 2014, os contratos da Galvão Engenharia com a Petrobras alcançaram R$ 3,5 bilhões. Se 2% ficaram com a Diretoria de Serviços, o valor da propina teria sido muito maior: R$ 70 milhões. Isso sem contar o provável 1% da Diretoria de Abastecimento, o que geraria um acréscimo de mais R$ 35 milhões. Não está na conta, ainda, a parte do suborno dos R$ 4,1 bilhões de contratos entre a Petrobras e consórcios dos quais a Galvão Engenharia fez parte, de 2007 a 2012.

Fonseca admitiu que a Galvão Engenharia pagou R$ 5,1 milhões a Youssef. Executivos presos da Camargo Corrêa e da Engevix reconheceram repasses ao doleiro, respectivamente, de R$ 3 milhões e R$ 12,6 milhões.

Conforme a delação premiada de Augusto Mendonça de Ribeiro Neto, as quantias desviadas eram tão volumosas que, por orientação de Duque, chegaram a ser transportadas em carro-forte. Ribeiro Neto concordou em pagar multa de R$ 10 milhões. Relatou que Duque orientava os pagamentos em contas no exterior, com base em notas de empresas de fachada ligadas ao grupo Delta, em repasses diretos ao PT.

Do relatório do Ministério Público Federal:

> "Os corruptores que mantinham contratos com a estatal ofereceram e prometeram vantagens indevidas, notadamente aos então diretores de Abastecimento e de Serviços, Paulo Roberto Costa e Duque."

Durante a operação que colocou na prisão executivos de algumas das maiores empreiteiras do País, em 14 de novembro de 2014, a PF encontrou na sede da Camargo Corrêa, em São Paulo, papéis que apontavam doações a políticos do PT, PMDB, PSDB, DEM e PDT. Apreendeu planilhas com o nome do vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB). A menção a ele apareceu junto a dois valores, de US$ 40 mil cada, supostamente ligados a comissões de obras em Araçatuba (SP) e Praia Grande (SP).

Agentes da PF acharam contratos na Camargo Corrêa indicando pagamento de suborno de R$ 24,1 milhões a Duque e a Barusco, mas chamou especial atenção contrato de prestação de serviços, de 22 de abril de 2010, firmado entre a Camargo

Corrêa e a JD Assessoria e Consultoria, do ex-ministro José Dirceu (PT-SP). Na época o político era réu do escândalo do mensalão. A troco de que alguém o contrataria? No mesmo período, a Petrobras fechava contratos de R$ 4,5 bilhões com a Camargo Corrêa.

O contrato com a JD, de R$ 900 mil, devidamente quitado, previa "análise dos aspectos sociológicos e políticos do Brasil", a prestação de "assessoria na integração dos países da América do Sul, inclusive e principalmente aqueles países integrantes do Mercosul", e a divulgação "do nome da contratante dentro da comunidade internacional e nacional, em eventos relacionados com o objeto social da contratante".

Ou seja, nada.

Apontado como padrinho político de Duque na Petrobras, Dirceu foi condenado a 7 anos e 11 meses por participar do esquema do mensalão. Ficou encarcerado menos de um ano. Depois cumpriu pena em casa.

A Justiça Federal do Paraná determinou a quebra do sigilo da JD. Identificou outros três pagamentos suspeitos, somando R$ 3,8 milhões, todos de empreiteiras envolvidas no petrolão. A UTC deu R$ 2,3 milhões; Galvão Engenharia, R$ 725 mil; e OAS, R$ 720 mil. Valores identificados a partir da análise de transferências feitas pelas empreiteiras. A quebra de sigilo da JD revelaria muito mais dinheiro em contas de Dirceu, a conferir.

A PF decidiu indiciar 12 executivos acusados de pagar propina em troca de contratos na Petrobras. Altos dirigentes denunciados por corrupção ativa, lavagem de dinheiro, fraude a licitações, falsidade ideológica e falsificação de documentos. A lista de indiciados em 9 de dezembro de 2014: José Aldemário Pinheiro Filho, Mateus Coutinho de Sá Oliveira, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Alexandre Portela Barbosa e José Ricardo Nogueira Breghirolli, da OAS; Erton Medeiros da Fonseca, da Galvão Engenharia; Ildefonso Colares Filho e Othon Zenoide de Moraes Filho, da Queiroz Galvão; e Sérgio Cunha Mendes, Ângelo Alves Mendes, Flávio Sá Motta Pinheiro e Rogério Cunha de Oliveira, da Mendes Júnior. Do relatório da PF:

> "O esquema criminoso vinha sendo bem-sucedido em razão de a ele ter aquiescido uma série de personagens, desde os 'meros' *courriers* até os grandes pagadores de propina, cujo objetivo era a obtenção de facilidades nos contratos com a Petrobras."

Fernando Baiano, acusado de ser operador do PMDB na Diretoria Internacional, também foi indiciado. Do relatório:

> "Porcentagem sobre contratos firmados com a estatal seriam divididos pelas empreiteiras interessadas, e tais valores, em uma verdadeira lavagem transnacional e sofisticada, cruzavam contas de empresas, pessoas, países, até chegarem às mãos daqueles que foram corrompidos para permitir que o esquema de facilidades continuasse."

O bloqueio das contas de Baiano expôs negócios da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. Empresa supostamente ligada a ele, a Technis, entrou com R$ 7 milhões para se associar à FTC Cards, que processava cartões de fidelidade e promoções nos postos de combustível e lojas BR Mania. A Technis foi excluída do negócio. Baiano admitiu ter conta em Liechtenstein, na Europa, no banco em que a Technis era cliente.

Parabéns aos aniversariantes

No caso da OAS, a PF destacou os mimos e lembranças de aniversário com os quais a empreiteira agradava políticos. A lista apreendida relacionava 28 deputados federais, 13 senadores, oito governadores e quatro prefeitos.

Armando Tripodi, chefe de gabinete do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), fazia parte da relação. Contemplaram-no com um relógio de R$ 10.619,00. Ex-ministro das Comunicações do presidente Lula, Luiz Gushiken (PT-SP) ganhou relógio de R$ 5.300,00. Gushiken safou-se de punição no caso do mensalão por estar doente. Morreu em setembro de 2013. Nesse particular, o bode expiatório foi um diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, que empreendeu fuga espetacular para a Itália, fingindo ser um irmão morto, a fim de se livrar da condenação no Brasil. Pizzolato foi candidato do PT ao Governo do Paraná em 1990. Extraditado da Itália em outubro de 2015, cumpria pena de 12 anos em Brasília.

A lista de aniversários da OAS previa cortes de tecidos nobres para ternos aos ministros José Eduardo Cardozo (PT-SP) e Paulo Bernardo (PT-PR), senador Aécio Neves (PSDB-MG), prefeito Fernando Haddad (PT-SP), deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Paulo Okamoto, um velho operador do PT a serviço do ex-presidente Lula. Okamoto presidia o Instituto Lula.

Gravatas da OAS foram endereçadas ao ex-ministro Guido Mantega (PT-SP) e aos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Presentearam José Dirceu (PT-SP) com uma caixa de vinhos da marca portuguesa Pêra Manca, cujo preço variava de R$ 200,00 a R$ 700,00, a garrafa. João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, também teria ganhado uma caixa de Pêra Manca. O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) foi citado como recebedor de uma "caixa porta relógio", de R$ 4.950,00. E tem ainda Rosemary Noronha, suposta namorada de Lula, nomeada pelo ex-presidente como chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, de onde sairia no bojo de mais um escândalo da Era PT. Rosemary teria merecido um "kit churrasco".

O roubo da honra brasileira

O juiz Sérgio Moro decidiu manter os empresários na prisão. Justificou que os altos executivos, presos pela Lava Jato, se negavam a fornecer detalhes sobre o esquema de corrupção. Exemplificou com a sistemática adotada para repasses de R$ 53

milhões a Youssef, sendo que só a Camargo Corrêa teria entregado R$ 29,2 milhões ao doleiro. Do magistrado:

> — Foi concedido, por este juízo, mediante intimação às empreiteiras, a oportunidade de esclarecer os fatos, justificar a licitude das transações e apresentar a documentação pertinente. Os resultados foram até o momento desalentadores.

Em relação à Camargo Corrêa, os R$ 29,2 milhões entregues a Youssef, entre 2009 e 2013, passaram por empresas do grupo Sanko Sider, cujo gerente, Márcio Andrade Bonilho, admitiu em depoimento que as empresas de Youssef não prestaram serviços para receber o dinheiro:

> — Os contratos e notas fiscais foram produzidos fraudulentamente para justificar o pagamento de comissões a Youssef.

O MPF denunciou 36 por envolvimento no petrolão em 11 de dezembro de 2014. A maior parte – executivos de empreiteiras – compunha o cartel em conluio com altos funcionários da Petrobras. As fraudes em licitações causaram prejuízos de R$ 1,5 bilhão. Os investigadores da Lava Jato pediram a devolução do dinheiro.

A acusação contra executivos de seis empreiteiras, apenas em contratos com a Diretoria de Abastecimento, listou a prática dos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Os dirigentes integravam os quadros da OAS, Galvão Engenharia, Engevix, Camargo Corrêa, UTC e Mendes Júnior. Paulo Roberto Costa, o ex-diretor, e Youssef, o doleiro, também foram denunciados. Do procurador Deltan Dallagnol:

> — Começamos a romper com a impunidade de poderosos grupos que têm se articulado contra o interesse do País há muitos anos.

De acordo com o MPF, o cartel não interrompeu as atividades após as saídas dos diretores Paulinho, Duque e Cerveró. O esquema teria prosseguido ao menos até 14 de novembro de 2014, dia das prisões em série de empresários e integrantes do "clube". Segundo a denúncia, as empresas organizaram-se e constituíram organização criminosa com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens ilícitas. Do relatório:

> "Com a sofisticação da empreitada criminosa, o 'clube' passou a vencer e adjudicar todas as licitações para grandes obras na Petrobras, em todo o território nacional."

Do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sobre os denunciados:

> — Essas pessoas, na verdade, roubaram o orgulho dos brasileiros.

A relação dos 25 executivos denunciados pelo MPF, acusados em 154 atos de corrupção e outros 105 de lavagem de dinheiro: José Aldemário Pinheiro Filho, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Mateus Coutinho de Sá Oliveira, José

Ricardo Nogueira Breghirolli, Fernando Augusto Stremel Andrade e João Alberto Lazzari, da OAS; Dalton Avancini, Eduardo Hermelino Leite e João Ricardo Auler, da Camargo Corrêa; Ricardo Ribeiro Pessoa e João de Teive e Argollo, da UTC; Sérgio Cunha Mendes, Alberto Elísio Vilaça Gomes, Ângelo Alves Mendes, Rogério Cunha de Oliveira e José Humberto Cruvinel Resende, da Mendes Júnior; Dario de Queiroz Galvão Filho, Erton Medeiros da Fonseca, Eduardo de Queiroz Galvão e Jean Alberto Luscher Castro, da Galvão Engenharia; Carlos Eduardo Strauch Albero, Gerson de Mello Almada, Newton Prado Júnior e Luiz Roberto Pereira, da Engevix; e Márcio Andrade Bonilho, da Sanko Sider.

O juiz Sérgio Moro acolheu as denúncias do MPF e manteve os investigados na cadeia. Em seu despacho, afirmou que "não há alternativa além da prevenção e da repressão à cultura da corrupção, fatal a qualquer empresa, privada ou pública, e à própria democracia". O magistrado se pronunciou:

> — Necessário, infelizmente, advertir com o remédio amargo da prisão preventiva as empreiteiras de que essa forma de fazer negócios com a administração pública não é mais aceitável.

Trecho da manifestação de Moro ao acatar a denúncia do MPF contra a cúpula da Galvão Engenharia:

> "No conjunto de fatos delitivos há crimes de evasão fraudulenta de divisas, sonegação de tributos federais, além de indícios da transnacionalidade do crime de corrupção e de lavagem de dinheiro, ilustrada pela remessa ao exterior de valores lavados, e até mesmo o pagamento de propina em contas secretas na Suíça."

Em 15 de dezembro de 2014 o MPF fez denúncia criminal contra Nestor Cerveró e Fernando Baiano. A denúncia citou Youssef por contratos de câmbio e empréstimos fraudulentos, e Julio Camargo, da Toyo Setal, como intermediário. Os procuradores pediram o ressarcimento de R$ 300 milhões à Petrobras. A Justiça Federal do Paraná acolheu a denúncia.

Conforme a acusação, Cerveró e Baiano efetuaram 64 operações de transferência de valores ao exterior para lavar US$ 40 milhões de dólares entre 2006 e 2007. Em troca do dinheiro, trabalharam na viabilização de contratos de construção de navios-sonda para perfurar águas profundas no Golfo do México e na costa da África. A contratação do navio-sonda Petrobras 10000, por US$ 586 milhões, rendeu US$ 15 milhões de propina.

Para os procuradores, Cerveró era "sócio oculto" de Baiano. Do MPF:

> "Após mais de nove meses de investigação, apurou-se que, no âmbito da Petrobras, o pagamento de propina em contratos de grandes valores era endêmico e usual nas Diretorias de Abastecimento, Serviços e Internacional."

Outros US$ 25 milhões teriam sido embolsados no acerto da contratação do navio-sonda Vitória 10000 por US$ 614 milhões, junto ao mesmo estaleiro Samsung Heavy Industries, na Coreia do Sul. Os negócios foram intermediados por Julio Camargo, representante do estaleiro. Camargo foi indiciado por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Perplexidade técnica

Irregularidades e fraudes em obras do Centro de Pesquisas e do Centro Integrado de Processamento de Dados da Petrobras, no Rio, levaram o Ministério Público a ingressar, em 16 de dezembro de 2014, com ação civil pública por improbidade contra José Sérgio Gabrielli, Duque e seis funcionários, incluindo o braço-direito de Duque, Pedro Barusco.

A jogada teria induzido à contratação da Andrade Gutierrez para realizar serviços de 2005 a 2010. A ampliação do Centro de Pesquisas levou seis anos para acabar, e o orçamento das obras subiu de R$ 1 bilhão para R$ 2,5 bilhões. O MP acusou Gabrielli por sonegar informações que possibilitariam ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a empreiteira, e questionou a pressa para contratar a Andrade Gutierrez. Da promotora Gláucia Santana:

— É uma perplexidade técnica.

A rapidez para o início dos serviços, sem projetos básicos concluídos, escancarou a prática de superfaturar contratos. Exemplo de malfeito, a remoção de entulho das obras. Estimava-se retirar 24,9 mil metros cúbicos, mas, com os aditamentos, a quantidade subiu a 185 mil metros cúbicos. Igual a prédio de sete andares ocupando a área de um campo de futebol.

Outro aditivo que o TCU não engoliu ocorreu nos contratos de construção das plataformas marítimas P-52 e P-54. A transação envolveu Gabrielli, Duque, Paulinho, Cerveró e Barusco. A justificativa para um reajuste que somou US$ 177,3 milhões foram perdas cambiais no negócio firmado pela Petrobras Netherlands, subsidiária da estatal na Holanda.

Conforme o TCU, reajustes e revisões de preços em razão de variações cambiais não eram permitidos, mas Barusco teve poderes para, em 2005, analisar a demanda de contratadas e emitir pareceres favoráveis. O setor jurídico e a direção da Petrobras endossaram a maracutaia.

Lembra-se que até 2006 seis empreiteiras formavam o cartel que atuava na Petrobras: Camargo Corrêa, OAS, Mendes Júnior, Engevix, Galvão Engenharia e UTC. A partir daí o "clube" cresceu e ganhou outras dez: Odebrecht, Techint, Andrade Gutierrez, Promon, MPE, Setal-Sog, Skanska, Queiroz Galvão, Iesa e GDK. Além das 16, seis foram aceitas, desde que se entendessem com o grupo principal. São elas: Alusa, Fidens, Jaraguá Equipamentos, Tomé Engenharia, Construcap e Carioca Engenharia.

O TCU apurou superfaturamentos de mais de R$ 1,1 bilhão envolvendo empresas do cartel em obras federais realizadas a partir de 2003. Ligada ao Ministério dos Transportes, a estatal Valec Engenharia teria absorvido sobrepreços de até R$ 475 milhões nas obras das ferrovias Norte-Sul e Leste-Oeste. Um aditivo aumentou o preço do dormente de R$ 279,00 para R$ 367,00. A manobra elevou em vários milhões os custos das ferrovias.

O Metrô de Salvador teria sofrido sobrepreço de R$ 166 milhões; Arena Amazônia, R$ 86 milhões; Canal do Sertão Alagoano/Transposição do Rio São Francisco, R$ 59 milhões; implantação e pavimentação da BR-448 (RS), R$ 56 milhões; dragagem de acessos aquaviários do Porto do Rio Grande (RS), R$ 47 milhões; Canal Adutor Vertente Litorânea/Transposição do Rio São Francisco, R$ 34 milhões; construção de ponte e outras obras na BR-101 (SC), R$ 32 milhões; e Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia da Hemobrás (PE), R$ 8,2 milhões.

Levantamento do TCU apontou sobrepreço de R$ 62 milhões na reforma do Aeroporto de Congonhas (SP). Em dezembro de 2014, suspeitava-se de obras aeroportuárias no Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), com contrato da UTC; Aeroporto do Galeão (RJ), com obras da Construcap; Aeroporto de Feira de Santana (BA), cujo consórcio contava com a UTC; Aeroporto Eduardo Gomes (AM), que tinha a Engevix entre as executoras; e o Aeroporto de Confins (MG), com participação da Galvão Engenharia.



TUBARÕES VORAZES

O esquema corrupto que criou o mensalão folgadamente abateu a Petrobras

O ano de 2015 começou quente. O jornal O Globo tratou de uma festa do Partido dos Trabalhadores em Itabuna (BA), cinco anos antes. Comemorava-se em 26 de março de 2010 a inauguração de um trecho da rede de gasodutos Gasene, que ligava o Sudeste ao Nordeste do País. Faltavam poucos dias para Dilma Rousseff (PT-RS), ministra da Casa Civil, entrar na campanha que a elegeria presidente da República.

Chegaram para a celebração política o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eufórico com o último ano de seu segundo mandato, Dilma Rousseff e Jaques Wagner (PT-BA), que seria reeleito governador da Bahia naquele ano. Pela Petrobras vieram seu presidente, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), Maria das Graças Foster (PT-RJ), diretora de Gás e Energia, e Sérgio Machado, presidente da subsidiária Transpetro. Ele ficaria marcado pelo petrolão. De Lula, ao discursar em Itabuna:

> — Essa obra significa mais um degrau na conquista da independência do Nordeste brasileiro.

Dilma Rousseff aproveitou a ocasião para mencionar o Programa de Aceleração do Crescimento, escolhido como bandeira de sua campanha:

> — O PAC não é ficção, e o Gasene hoje prova isso. Demos um show de competência aqui.

Em 2015, Dilma Rousseff inaugurava seu segundo mandato. O Globo publicou auditoria do Tribunal de Contas da União feita a partir de levantamento da ANP (Agência Nacional do Petróleo). Houve fraude na construção do Gasene. Só naquele trecho inaugurado com pompa em 2010 haveria superfaturamento acima de 1.800%.

Com custo de R$ 6,3 bilhões, realizaram-se as obras sem análise acurada de documentos e de adequação do projeto. Suspeitava-se da contratação do escritório Domínio Assessores, no Rio. Ficava no mesmo endereço da Transportadora Gasene. "Empresas de papel" teriam dado lastro ao negócio entre a Transpetro e a Gasene. A chinesa Sinopec Petroleum, contratada sem licitação por R$ 266 milhões, gerenciou as obras.

Da auditoria do TCU:

> "Em toda a cadeia quem estabelece os desígnios é a Petrobras. Desse modo, assevera-se que este contrato para operação e manutenção com a Transpetro e os demais realizados visaram apenas a formalizar a relação de subordinação entre as sociedades, de modo a dar contornos legais e de aparente normalidade a toda estruturação financeira que foi desenvolvida."

Além de superfaturamento e dispensa ilegal de licitação, o TCU apontou a inexistência de projeto básico e pagamentos sem a prestação de serviços.

Para registro do leitor: a Petrobras apresentou recurso ao TCU, em 2 de janeiro de 2015, para impedi-lo de enviar informações à força-tarefa da Lava Jato sobre as supostas irregularidades na construção da rede de gasodutos Gasene. Não conseguiu.

Sérgio Machado era dono da cadeira de presidente da Transpetro desde o início do governo Lula em 2003. Homem de confiança do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), caiu em desgraça após Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento, contar que recebeu R$ 500 mil de propina de suas mãos. O apadrinhado de Calheiros pediu sucessivas licenças do cargo a partir de 3 de novembro de 2014, mas não conseguiu voltar à Transpetro, apesar do seu tutor. Calheiros também seria engolfado pelo petrolão. Fiel aliado dos governos Lula e Dilma Rousseff, azedou sua relação com a administração do PT no início do segundo mandato da presidente.

Ao delatar Machado, Paulinho criou um problema. A empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers recusou-se a validar o resultado financeiro da Petrobras de 2014, caso Machado continuasse à frente da Transpetro. Além disso, ele era investigado por supostamente fraudar licitação em 2010 para adquirir 20 comboios de transporte de etanol. A SS Administração e Serviços e a Rio Maguari Serviços e Transportes, ambas do Pará, doaram R$ 400 mil ao PMDB de Alagoas, três meses antes de vencerem a licitação.

Estardalhaço e 2,8 bilhões

O ano de 2015 marcou a Petrobras para sempre. Em janeiro decidiu-se abandonar as construções das refinarias Premium 1 e Premium 2, ambas no Nordeste, anunciadas por Lula com estardalhaço em 2010. Só nesses dois projetos a estatal reconheceu perdas de R$ 2,8 bilhões. A candidata Dilma Rousseff, aliás, participou da festa política de lançamento da pedra fundamental da Premium 1. Os projetos foram descartados quando Premium 1 concluíra a terraplenagem. Só ali, prejuízos de R$ 2,1 bilhões.

Guindado a ministro da Defesa e depois da Casa Civil no segundo governo Dilma Rousseff, Jaques Wagner foi notícia em investigação da Polícia Federal. O motivo, um caderno relacionado ao doleiro Carlos Habib Chater, dono do Posto da Torre, em Brasília. Como se sabe, as atividades naquele estabelecimento batizaram a Lava Jato. O nome do ex-deputado Javier Alfaya (PC do B-BA), ligado a Wagner, constava de anotações. Suspeito de receber propina.

Outro peixe grande que caiu na rede da Lava Jato foi o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ainda antes de se eleger presidente da Câmara dos Deputados em 2015. O policial federal Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca, “mula” de Youssef, mencionou-o. Trecho do depoimento em que investigadores perguntaram se Careca levou dinheiro a algum político:

— Sim. Também levei dinheiro do Youssef, umas duas ou três vezes, para uma casa no condomínio que acho que se chama Nova Ipanema, localizado na Barra da Tijuca, em frente ao Barra Shopping, em uma casa amarela de dois andares. Entrando no condomínio, vira à esquerda, vai até o final. Vira à direita, vai quase até o final e vira à direita. É uma casa amarela de dois andares, à esquerda de quem entra na rua. Segundo o Youssef me falou, essa é a casa do Eduardo Cunha. Nessa casa fui atendido e entreguei o dinheiro ao proprietário, mas não posso afirmar com certeza que seja Eduardo Cunha.

A casa aonde Careca teria ido em 2012 pertencia ao advogado Francisco José Reis, o Chico Reis, ligado ao deputado Jorge Picciani (PMDB-RJ). Careca também errou o nome do condomínio. Chama-se Novo Leblon.

No mesmo depoimento, Careca citou o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Disse que, a mando de Youssef, entregou R$ 1 milhão ao político em 2010, quando ele era candidato ao Governo de Minas Gerais. De Careca:

— Tempos mais tarde, vendo os resultados eleitorais, identifiquei que o candidato que ganhou a eleição em Minas era a pessoa para quem eu levei o dinheiro.

Outro nome que entrou na roda foi o do senador Fernando Collor (PTB-AL). Até aquele momento relacionavam-se a ele oito depósitos realizados em 2013, num total de R$ 50 mil. Quase nada para os padrões do petrolão. Os comprovantes bancários foram encontrados no escritório de Youssef. Collor teria indicado dois diretores para a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. Nota: Collor informara em 2014 que vendera um automóvel Ferrari F-430, de R$ 459 mil, e comprara uma 612 Scaglietti, de R$ 556 mil. Declarou à Justiça Eleitoral ter 14 carros, como uma BMW de R$ 714 mil.

Ainda em 2014, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA), foi instado a comentar as atividades de José Zonis, apontado como um dos diretores sob a influência de Collor na BR Distribuidora:

— Não vejo problema no fato de ele ter sido indicado pelo Collor, se é um bom nome.

Careca declinou os nomes de outras duas pessoas a quem teria levado dinheiro a pedido de Youssef. O deputado Luiz Argôlo (SD-BA), que se enroscaria no petrolão, e Tiago Cedraz, filho de Aroldo Cedraz, presidente do TCU. Entregara dinheiro duas vezes no escritório de Tiago, no Lago Sul:

— Fica numa casa no Lago, no final de uma rua sem saída em Brasília.

De posse da tabela apreendida em escritório de Youssef, investigadores concluíram que Careca distribuiu entre junho de 2011 e dezembro de 2012 R$ 16,9 milhões. 31 entregas. Maletas carregadas pelo emissário de Youssef transportaram

R$ 13 milhões, outros US$ 991 mil e ainda 375 mil euros.

Gasto zero e Cerveró

Denunciado por receber propina, Nestor Cerveró, ex-diretor Internacional, foi preso em 14 de janeiro de 2015, acusado de, em liberdade, agir para transferir a parentes patrimônio obtido ilegalmente. Atrás das grades, passou a responder por lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Para o Ministério Público Federal, ele integrava "a mais relevante organização criminosa incrustada no Estado brasileiro que a história já revelou".

Recebeu voz de prisão ao desembarcar no Aeroporto do Galeão, no Rio, vindo de Londres. O MPF acusou-o de tomar medidas para resgatar R$ 463 mil de um plano de previdência privada, apesar de o saque provocar tributação que geraria perda de R$ 100 mil. Cerveró queria transferir a quantia a um de seus filhos. De Igor Romário de Paula, delegado da PF:

> — Poderia ser uma fuga ou tentativa de blindar o patrimônio que ainda não tinha sido bloqueado.

O ex-diretor da Petrobras já transferira imóveis aos filhos. Os bens valiam R$ 7 milhões, mas foram declarados por R$ 560 mil. O advogado Edson Ribeiro, defensor de Cerveró, disse que o critério para a prisão deveria levar à cadeia a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster:

> — Não estou imputando culpa a Graça Foster. Mas se o critério para a prisão de Cerveró foi ter transferido bens para filhos, o critério tem que valer para ela, que também doou imóveis para os filhos.

De fato, Graça Foster também doara imóveis aos filhos, quase ao mesmo tempo das transferências feitas por Cerveró. Do advogado:

> — Ela também era diretora da Petrobras na época da compra dos 50% restantes da Refinaria de Pasadena, assim como Cerveró era diretor na compra dos 50% iniciais. As decisões são tomadas pela diretoria.

Entre 2003 e 2014, Cerveró ocupou os cargos de diretor Internacional da Petrobras, diretor Financeiro e de Serviços da BR Distribuidora e conselheiro da Liquigás Distribuidora, outra subsidiária da Petrobras. Comprou nove imóveis no período, com cinco pagamentos à vista. Um deles valia R$ 200 mil no papel, mas o preço real alcançaria R$ 2,3 milhões. Em outra das aquisições à vista, fez depósito suspeito de R$ 192 mil, em dinheiro vivo, na conta do vendedor. Na mesma época, desfez-se de quatro imóveis em favor de parentes. Declarou em R$ 160 mil o valor de outros dois. Outros valeriam R$ 200 mil. Do juiz Marcos Josegrei da Silva:

> — Tais imóveis se situam na Rua Prudente de Morais, 1.256, em Ipanema, local em que o metro quadrado custa, em média, absurdos R$ 23 mil.

Cerveró foi apontado como dono da *offshore* Jolmey, sediada no Uruguai, que seria proprietária de um apartamento duplex no Rio, no valor de R$ 7,5 milhões. A mulher do ex-diretor era a inquilina. Uma joia de dissimulação.

As buscas durante a prisão de Cerveró levaram a PF a apreender um documento em que o ex-diretor declarava à Receita Federal, em 2010, manter R$ 630 mil em casa. Os policiais encontraram uma lista com a descrição de brincos, colares, pérolas, pulseiras, gargantilhas, peças de ouro e 98 diamantes, mas não acharam valores nem joias na residência.

Uma carta pareceu insuspeita. Cerveró escreveu-a em junho de 2012, quase dois anos antes da Lava Jato. Tratava da compra da Refinaria de Pasadena:

> "O nosso amigo Gabrielli se encarregou de espalhar uma versão fantasiosa do enorme prejuízo que a Petrobras teria causado por um acordo que eu havia firmado sem o conhecimento e a aprovação dos meus pares na D.E."
>
> "D.E." significa Diretoria Executiva da Petrobras. Conforme Cerveró, uma reunião colegiada, em 2008, aprovou a compra por US$ 800 milhões:
>
> "Nesta reunião houve a participação minha, dos diretores Paulo Roberto, Duque, Almir, Estrella, Graça e certamente do presidente Gabrielli."

Jornalistas perguntaram ao vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), se a prisão de Cerveró trazia desgaste ao partido. Resposta:

— Zero.

Em depoimento à PF em Curitiba (PR), Cerveró tratou de distribuir responsabilidades. Afirmou que a aquisição de navios-sonda, pela qual era acusado de embolsar propina, fora uma decisão conjunta da Petrobras, comandada por Gabrielli, e de seus seis diretores. A decisão não o impediria de trabalhar para facilitar o negócio, em troca de propina.

Segundo Julio Camargo, da Toyo Setal, houve um processo de operações simuladas complexo, depósitos em contas de empresas de fachada e transferências para contas de sete países, a fim de lavar repasses de propina a Cerveró. Participaram do esquema Fernando Baiano e Youssef.

Em depoimento de delação premiada, Camargo corrigiu a quantia entregue ao esquema de Cerveró por conta dos contratos de navios-sonda junto à multinacional Samsung. As transferências teriam sido de US$ 30 milhões, e não os US$ 40 milhões anunciados anteriormente.

Camargo disse que repassou comissão inicial de cerca de US$ 15 milhões a pedido de Baiano, por meio da Piemonte, com sede no Uruguai. O artifício visava dificultar o rastreamento. De lá fez 35 transferências para contas indicadas por Baiano na Suíça, Estados Unidos, Luxemburgo, China, Espanha e Geórgia. A segunda parte, a princípio de US$ 25 milhões, passou por processo ainda mais complexo. Mas apenas US$ 15 milhões foram entregues. Youssef e sua GFD

participaram da dissimulação de pagamentos.

Sobrou também para o Partido dos Trabalhadores. Fez parte do processo que serviu para decretar a prisão preventiva de Cerveró um relatório do Coaf (Controle de Atividades Financeiras, órgão do Ministério da Fazenda). Verificaram-se operações financeiras do tesoureiro João Vaccari Neto.

Ficou registrado que, em 2009, R$ 18 milhões suspeitos transitaram entre o Sindicato dos Bancários de São Paulo, de onde Vaccari era oriundo, à Bancoop, a cooperativa habitacional dirigida por ele e sob investigação. A Planner Corretora participou da movimentação. Teriam desviado dinheiro para o PT. Atividades da Bancoop provocariam prejuízos de R$ 100 milhões.

Do relatório do Coaf sobre a Bancoop, cujos negócios envolveriam fundos de pensão de empresas estatais:

> "Contas que não demonstram ser resultado de atividades ou negócios normais, visto que utilizadas para recebimento ou pagamento de quantias significativas, sem indicação clara de finalidade ou relação com o titular da conta ou seu negócio."

Anunciada em outubro de 2014 na esteira do escândalo do petrolão, a exoneração de Vaccari do Conselho da Hidrelétrica de Itaipu só foi efetivada, na prática, no Diário Oficial da União de 22 de janeiro de 2015. Ele recebia R$ 20.804,13 por mês para participar de seis reuniões por ano.

Fichinhas e bases aliadas

Dois meses após a prisão de Ricardo Pessoa, presidente da UTC, a empreiteira defendeu-se por ter sido impedida de celebrar novos contratos com a Petrobras. Segundo a UTC, se houve cartel para lesar a estatal, o principal foco do esquema estava na petroleira. As contratadas seriam no máximo um instrumento das ações perpetradas por agentes da Petrobras.

Pessoa foi apontado como o líder do "clube" que desviava recursos da estatal. Por algum tempo ele continuaria a negá-lo. Conforme a UTC, a Petrobras controlava o processo de contratação. Convidava empresas, organizava licitações e definia o preço final das obras. Dos advogados da UTC, que usaram o termo monopsônio para definir a petroleira como compradora única dos serviços de vários fornecedores:

> "Se o conjunto de fornecedores da Petrobras merece a alcunha de 'clube', deve-se lembrar que seu fundador e mantenedor somente poderia ser o próprio monopsônio."

E mais, referindo-se aos diretores da Petrobras: "Ela tenta fugir de suas responsabilidades, dizendo-se vítima de diretores. As decisões lá são colegiadas e as grandes obras envolviam o Conselho de Administração".

Numa tentativa de livrar seu presidente da cadeia, a UTC anunciou a renúncia de Pessoa à liderança da empreiteira. Longe dos negócios, argumentaram os advogados,

ele não interferiria nas investigações nem nos contratos da empresa. Outros executivos seguiram o mesmo caminho. A revista Veja publicou um desabafo de Pessoa, escrito na prisão:

> "A Operação Lava Jato vai caminhando e está prestes a mostrar que o que foi apresentado sobre a área de Abastecimento da Petrobras é muito pequeno quando se junta tudo a Pasadena, SBM, Angola, esquema argentino, Transpetro, Petroquímica e outras mais. Ah, e o contrato de meio ambiente na Petrobras Internacional? Se somarmos tudo, Abastecimento é fichinha."

A defesa de outro preso, Gérson de Mello Almada, vice-presidente da Engevix, questionou a Petrobras por se colocar como vítima de corruptores. Advogados apresentaram documento à Justiça Federal, citando o PT:

> "Faz mais de 12 anos que um partido político passou a ocupar o poder no Brasil. No plano de manutenção desse partido no governo, tornou-se necessário compor com políticos de outros partidos, o que significou distribuir cargos na administração pública, em especial, em empresas públicas e em sociedades de economia mista."

Outro trecho: "O pragmatismo nas relações políticas chegou, no entanto, a tal dimensão que o apoio no Congresso Nacional passou a depender da distribuição de recursos a parlamentares. O custo alto das campanhas eleitorais levou, também, à arrecadação desenfreada de dinheiro para as tesourarias dos partidos políticos".

Da petição da Engevix: "Não por coincidência, a antes lucrativa sociedade por ações, Petrobras, foi escolhida para geração desses montantes necessários à compra da base aliada do governo e aos cofres das agremiações partidárias. Nessa combinação de interesses escusos, surgem personagens como Paulo Roberto Costa, que, sabidamente, passou a exigir porcentuais de todos os empresários que atendiam a companhia".

O ex-diretor de Abastecimento virou alvo da Engevix:

> "O que ele fazia era ameaçar, um a um, aos empresários, com o poder econômico da Petrobras. Prometia causar prejuízos no curso dos contratos. Dizia que levaria à falência quem contrastasse seu poder, sinônimo da simbiose do poder econômico da megaempresa com o poder político do governo."

Em sua argumentação ao MPF, a defesa de Almada escreveu que o empresário "compõe, tão só, o grupo de pessoas que pecaram por não resistirem à pressão realizada pelos porta-vozes de quem usou a Petrobras para obter vantagens indevidas para si e para outros bem mais importantes no Brasil". O texto falou em *brokers* ao se referir a operadores do esquema:

> "Quem detinha contratos vigentes com a Petrobras sofreu achaque. Ainda

> que se admita, a título de argumentação, que teriam praticado crimes similares, é ínsito aos acontecimentos entender que a exigência de Paulo Roberto Costa – e demais *brokers* do projeto político de manutenção dos partidos na base do governo – colocou os empresários, todos, na mesma situação, não por vontade, não por intenção, mas por contingência dos fatos."

Naqueles dois meses que se seguiram às prisões dos empreiteiros, advogados dos mais bem pagos do País entraram com 36 pedidos de *habeas corpus* com vistas a livrar da prisão 11 executivos. Todos os recursos foram indeferidos pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre (RS). Empresários e altos diretores das construtoras procuravam evitar acordos com a Justiça, o que significaria confessar envolvimento no esquema de corrupção. E tentavam, em vão, afastar o juiz Sérgio Moro.

O receio dos empreiteiros vinha do resultado do julgamento do mensalão. Apesar de a Justiça chegar à conclusão de que, na época, uma "organização criminosa" teve como objetivo garantir a perpetuação do PT no poder, comprando apoio político, as maiores penas acabaram impostas a intermediários do esquema. Marcos Valério de Souza, por exemplo, recebeu condenação de quase 40 anos de prisão. Já o ex-ministro José Dirceu (PT-SP), cérebro do mensalão, cumpriu menos de um ano na cadeia.

Apesar de condenado e preso como chefe do mensalão, Dirceu não foi o grande beneficiário do esquema. Lula, sim. Afinal, o mensalão corrompeu políticos e proporcionou maioria no Congresso para Lula governar. Mas Lula escapou. Em 2010, no último ano de seu segundo mandato, reuniu-se com o amigo José "Pepe" Mujica, pouco antes de o uruguaio assumir o cargo de presidente daquele país. O livro *Una oveja negra al poder*, biografia autorizada de Mujica, de 2015, revelou a conversa entre os dois.

Conforme o livro, Lula admitiu que teve de "lidar com muitas coisas imorais, chantagens", no período de sua presidência. "Era a única forma de governar o Brasil", afirmou. Não há dúvida de que Lula se referia ao mensalão, o esquema operado por Dirceu para subornar deputados e senadores. Quando o diálogo com Mujica foi publicado no livro, já se sabia que não era só o mensalão. Havia o petrolão também. Que fique registrado: ao contrário do que disse Lula, ele não foi obrigado a implementar um sistema corrupto, de desvio de dinheiro público, para administrar o Brasil. Não! Lula tinha imenso apoio popular. Foi sua opção curvar-se a políticos sujos. Quantos, inclusive do PT, enriqueceram com dinheiro que deveria ser aplicado na melhoria das condições de ensino, saúde e infraestrutura?

Lula era o chefe.

Blindados e quase meio bi

De volta ao petrolão. Como vimos, Youssef preferiu não arriscar. Trocou condenação gigantesca pela delação premiada. Concordou em devolver R$ 1,8 milhão, além de todo o dinheiro existente em contas bancárias pessoais e de suas empresas. Em uma das cláusulas do acordo abriu mão, em favor da Justiça, de uma série de bens obtidos com propina. Entre outros: 74 apartamentos do Hotel Aparecida, em Aparecida (SP); 37% do imóvel do Hotel Salvador, na capital baiana; todo o Hotel Príncipe da Enseada, em Porto Seguro (BA); seis apartamentos do Hotel Blue Tree Premium, em Londrina (PR); 35% das ações do Hotel Jahu, em Jaú (SP); 50% do loteamento Granjas Reunidas Ipitanga, em Lauro de Freitas (BA); imóvel em Camaçari (BA); automóvel Volvo XC60, blindado; Volkswagen Tiguan 2.0, blindado; Mercedes Benz CLS 500. Os blindados ficariam com as filhas enquanto ele estivesse preso, para a segurança delas.

Em dez processos o doleiro era acusado de lavagem de dinheiro e evasão de divisas no valor de US$ 444,5 milhões, além de formação de organização criminosa, operação de instituição financeira sem autorização legal e uso de falsa identidade. Do advogado de Youssef, Antonio Figueiredo Basto:

> — O Alberto nunca atuou para corromper. Ele nunca corrompeu o Paulo Roberto Costa. A corrupção veio de dentro da Petrobras.

A defesa de Youssef pegou carona na tese dos empreiteiros, e tratou de responsabilizar a manipulação da Petrobras por políticos. Do advogado:

> — É a corrupção sustentando um esquema de poder. Não há a menor dúvida de que esse esquema é um grande sistema de manutenção de grupos políticos. Vamos sustentar isso na nossa defesa. Meu cliente foi mera engrenagem. Não era peça fundamental do esquema.

E mais:

> — Não há nenhuma harmonia entre as defesas, trabalhamos de forma individual. O que há é a verdade, o esquema vem de cima. Agora todo mundo já está falando porque é notório, as empreiteiras estão servindo de bode expiatório. É verdade que não tem inocente nesse jogo, ninguém foi extorquido, achacado, todos entraram de forma consciente. Mas é evidente que, se o sistema não funcionasse, haveria prejuízos para as empreiteiras. Vinha de cima e era para sustentar, sim, um esquema político. Se você não tem os corruptos, não tem esquema. E quem nomeava os corruptos? Os políticos. É uma lógica irrefutável.

Conforme o advogado, Youssef "não tinha poder para determinar o favorecimento de qualquer empresa ou pessoa junto à Petrobras. Somente atuava quando os acertos entre políticos, agentes públicos e empresas já haviam sido premeditados e executados". Do advogado:

> — Embora esse projeto de poder não seja novo, haja vista já ter sido

> implementado antes em outros órgãos públicos conforme restou provado no julgamento da Ação Penal 470, conhecido como mensalão, no caso vertente foi superlativo quer pelo requinte dos malfeitos quer pela audácia e desmedida ganância dos agentes políticos, que incrustados no poder fizeram movimentar a máquina pública para atender suas exigências, desviando valores vultosos da maior empresa do País.

Entre os maiores escândalos da Petrobras estavam as construções do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj, e a Refinaria Abreu e Lima, em Ipojuca (PE). O projeto surgiu em 2005, a partir da parceria entre o ex-presidente Lula e o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez. A petroleira venezuelana PDVSA se associaria à Petrobras na obra da refinaria, mas Chávez desistiu do negócio.

No caso do Comperj, saltaram aos olhos as licitações antes da conclusão de projetos básicos que possibilitariam fazer estimativas dos custos da obra. Por outro lado, firmou-se megacontrato de R$ 3,8 bilhões com o consórcio formado pela Odebrecht, UTC e Toyo Setal. Sem concorrência pública. A Petrobras comprou equipamentos sem definir estruturas de produção, provocando prejuízos de R$ 1 bilhão. Gastou-se a dinheirama para evitar a deterioração de aparelhos, máquinas e unidades sem uso.

O que ocorreu? As Diretorias de Serviço e de Abastecimento, comandadas por Renato Duque e Paulo Roberto Costa, teriam pressionado funcionários para que adiantassem compras e autorizassem obras a toque de caixa. Empresas foram escolhidas a dedo para os serviços. Adicionaram reajustes indevidos aos contratos. Alegaram urgência para contratações diretas, sem definir prazos nem cronogramas de serviço.

Calcularam inicialmente a previsão de custos da construção de Abreu e Lima, um sumidouro de dinheiro, em cerca de US$ 2 bilhões. Depois multiplicaram quase dez vezes, para perto de US$ 20 bilhões. A escalada de gastos foi resultado de erros de gestão, variação cambial, mudanças no escopo do projeto e, claro, superfaturamento e corrupção. Em 2012, sete anos depois, apenas 50% dos trabalhos estavam feitos.

Investigadores da Lava Jato estranharam decisão do Conselho de Administração da Petrobras, presidido então pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega (PT-SP). Ele defendeu a continuidade dos serviços em Abreu e Lima, sem uma revisão de custos que pudesse reduzir os prejuízos. E isso sem falar na punição dos responsáveis por perdas e desvios. Chamou a atenção da PF que funcionários da Petrobras teriam meios para detectar os problemas existentes na obra. Se estivessem bem-intencionados, tomariam providências para pôr as coisas em ordem. Não o fizeram.

Em 18 de janeiro de 2015 a Petrobras divulgou nota em que culpava Paulo Roberto Costa por antecipar obras em Abreu e Lima em 2007. A decisão levara a grande número de aditivos contratuais. O ex-diretor refutou. Seu advogado afirmou que as decisões, tomadas pela direção da estatal de forma colegiada, pressupunham

apoio da presidente Maria das Graças Foster (PT-RJ). De João de Baldaque Mestieri, defensor de Paulinho:

— Ele nunca poderia ter feito isso sozinho.

José Sérgio Gabrielli (PT-BA), ex-presidente da Petrobras, procurou se safar. Em defesa apresentada ao TCU, pediu para ser excluído, com mais dez nomes que fizeram parte da Diretoria Executiva, do processo que culminou com o bloqueio dos bens dos envolvidos na compra da Refinaria de Pasadena. Na argumentação, de forma contraditória, solicitou que, caso não fosse possível o desbloqueio, se estendesse a medida, em igualdade de condições, aos integrantes do Conselho de Administração. Isso tornaria indisponíveis os bens da presidente Dilma Rousseff e de seu ministro da Defesa, Jaques Wagner (PT-BA), justamente o padrinho de Gabrielli. Segundo sua defesa, o Conselho de Administração tinha "obrigação de fazer uma avaliação criteriosa", antes de autorizar a aquisição de Pasadena.

Na primeira reunião ministerial de seu segundo mandato, em 27 de janeiro de 2015, Dilma Rousseff tentou proteger as empreiteiras:

> — Ser capaz de combater a corrupção não significa, não pode significar, a destruição de empresas privadas. As empresas têm de ser preservadas. As pessoas que foram culpadas é que têm que ser punidas, não as empresas.

A presidente agiu de forma conveniente. Insinuou um complô contra os interesses nacionais. Em suas palavras:

> — Toda vez que se tentou desprestigiar o capital nacional, estavam tentando na verdade diminuir a sua independência, diminuir a sua concorrência e nós não podemos deixar que isso ocorra.

Mesmo aceitando a tese de interesses escusos, tratava-se de um caso concreto: um megaesquema de corrupção na maior empresa do Brasil. Sobre isso, a presidente calou.

Apesar de o MPF suspeitar que pagamentos de propina ocorreram até 2014, o balanço final da Petrobras daquele ano, divulgado no começo de 2015, restringiu as irregularidades ao período em que Paulo Roberto Costa comandou a Diretoria de Abastecimento – de janeiro de 2004 a abril de 2012. O espaço de tempo abrangia as presidências de José Eduardo Dutra (PT-SE) e Gabrielli. Não o de Graça Foster.

Chegou o Carnaval e uma das máscaras mais disputadas pelos foliões em 2015 foi a da presidente da Petrobras, Graça Foster.



FOGO AMIGO

Ao admitir perdas bilionárias, Graça Foster irritou Dilma e teve de abrir mão do cargo

Apesar de blindar-se, restringindo o período das graves irregularidades ao tempo em que não comandava a Petrobras, Maria das Graças Foster (PT-RJ) irritou Dilma Rousseff ao divulgar perdas da companhia: R$ 88,6 bilhões, entre 2004 e 2012. Prejuízo com corrupção, deficiências e projetos falhos.

Além do reconhecimento da incompetência administrativa, parte dos R$ 88,6 bilhões englobava decisão da presidente da República de represar preços de combustíveis. Dilma tinha motivações eleitorais e agiu para segurar a inflação. Não considerou a saúde financeira da Petrobras.

Anunciado em reunião (gravada) do Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2014 – com Dilma Rousseff já reeleita –, o déficit exposto por Graça Foster era impreciso. Suas palavras:

> — A minha preocupação é que o mercado diga: "Pô, a Operação Lava Jato acontecendo desde março, sei lá quando, e até agora a Diretoria da Petrobras ainda não se prontificou a ter uma perspectiva de método de valor estimado". Parece que a gente vai estar agindo como se a Operação Lava Jato não estivesse acontecendo. A gente não enxergou nada porque a gente era cego, mudo e surdo.

Graça Foster temia que a direção da Petrobras passasse por incompetente sem a estimativa dos prejuízos. Interessante que sua avaliação não constou da ata. Até setembro de 2014, aliás, apagavam-se os áudios após redigi-las. Deixaram de fazê-lo com a Lava Jato. De Graça Foster, naquele 12 de dezembro, ao descartar a perspectiva de se conhecer o total das perdas:

> — Essa de dizer que eu só posso mostrar para o mercado a certeza absoluta dessa questão da Operação Lava Jato é uma inverdade, porque jamais acontecerá. Só daqui a três, cinco ou dez anos. Quando isso tudo for julgado e sair o valor dessa operação toda.

Os R$ 88,6 bilhões computavam R$ 4 bilhões em prejuízos provocados por corrupção. Quando afinal se divulgou o balanço auditado, em abril de 2015, as perdas com corrupção representaram R$ 6,2 bilhões. Muito mais. O erro de Graça Foster: despertou "fogo amigo" ao deixar de blindar o antecessor, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), um protegido de Lula.

Furiosa com a divulgação dos tais R$ 88,6 bilhões, "um tiro no pé", Dilma Rousseff reuniu-se com Graça Foster em 3 de fevereiro de 2015. Manifestou crença de que o número estava superestimado e anunciou a substituição dos dirigentes da

estatal. No dia seguinte Graça Foster e outros cinco diretores renunciaram. Presidente da Transpetro, Sérgio Machado, em licença desde que acusado de participar do petrolão, aproveitou e deixou a companhia. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), seu padrinho político, já se reelegera para a Presidência do Senado.

Graça Foster não poupou Gabrielli. Em reunião do Conselho de Administração em 14 de novembro de 2014, deixou claro que acelerar a obra da Refinaria Abreu e Lima tinha o objetivo concluí-la em 2010, ano eleitoral. Dilma Rousseff foi eleita, mas Abreu e Lima demoraria ainda muitos anos em construção. Graça Foster criticou o Plano de Antecipação da Refinaria, PAR, e o início da obra em 2007, sem projetos básicos. A fala ficou fora da ata:

> — Tem que ter uma razão mercadológica, uma razão econômica para você poder antecipar alguma coisa. (...) Não havia uma demanda para o PAR a não ser terminar a refinaria no ano de 2010.

Em outra reunião, 13 de janeiro de 2015, Graça Foster serviu aos propósitos do governo. Defendeu o presidente do Conselho de Administração, o ministro da Fazenda Guido Mantega (PT-SP), autor de indicações políticas para o comando do Petros – fundo de pensão dos funcionários da Petrobras. Havia a suspeita de que um indicado recebera propina e outros não disporiam de capacidade técnica para os cargos. Mas era "uma determinação" de Guido Mantega, que ela "viabilizasse as mudanças". Graça Foster assinalou que as indicações não partiram da Petrobras:

> — Quem me mandou e-mail, quem me passou os nomes, eu peço que não esteja em ata. Senão a gente não vai poder conversar aqui na reunião do conselho. Porque o ministro passou o nome, isso não deve estar em ata.

A presidente da Petrobras referiu-se à cúpula do Petros, que manobrou para evitar auditoria sobre possíveis irregularidades na gestão do fundo.

> — Fizemos todo um jogo de xadrez para cair dentro do Petros. O presidente gritava que isso não poderia acontecer, que essa investigação da Petrobras não poderia se estender até o Petros. Foi um retetéu do rototó.

Vale reproduzir a reação de Mauro Cunha, conselheiro da Petrobras presente à reunião, indignado com a indicação de um suspeito:

> — Se esse cara for pego roubando, vão dizer que a responsabilidade era do Conselho, mas o Conselho foi instruído pela Petrobras, que foi instruída pelo ministro, que vai dizer que a responsabilidade é do Conselho.

Ou seja, ninguém sabia de nada. Governo do PT.

Em reunião do Conselho de Administração, 23 de janeiro de 2015, Graça Foster falou do risco de se baixar R$ 88,6 bilhões de ativos da Petrobras:

> — Se vou ser presa ou não, não entrou na metodologia. Se vou ter que

entregar a casa em que moro em razão dos valores, não entrou na metodologia. Fizemos as contas como as contas são.

Durante o encontro, mencionou reunião da Diretoria da Petrobras na véspera e citou o então diretor Financeiro, Almir Guilherme Barbassa:

— Não é possível que essa Diretoria, durante três anos, no meu caso, e do Barbassa, durante outros quatro, deixamos que tal coisa acontecesse. Posso dizer: não, mas eu era diretora de Gás e Energia e na área de Gás e Energia as coisas estão acomodadas. Mas eu, como diretora e presidente, não poderia ter deixado chegar aonde chegou.

Na reunião do Conselho de Administração de 27 de janeiro de 2015, a última com Graça Foster, houve discussão entre ela e a conselheira Miriam Belchior, que reclamou da falta de informações sobre o balanço. Graça Foster defendera a necessidade de se baixar R$ 88,6 bilhões de ativos para fazer frente aos prejuízos. De Miriam Belchior, ex-ministra do Planejamento, guindada à Presidência da Caixa Econômica Federal em 2015, no segundo mandato de Dilma Rousseff:

— Assusta a gente a informação não ter vindo para a mesa. Aí você se lembra de Pasadena.

Graça Foster não gostou da comparação com Gabrielli. Reagiu assim:

— Não nos confunda com Pasadena. Não nos ofenda. Se há dúvida, demita a diretoria.

Graça Foster acrescentou que, ao assumir, pôs em prática um programa para solucionar "uma série" de falhas da empresa. "Coisas malfeitas":

— Já tenho um monte de problemas decorrentes de gestão temerária de outros colegas.

Não identificado na gravação, um dos conselheiros protestou contra o tratamento positivo dado a diretores que serviram sob comando de Gabrielli. Criticou Graça Foster pelo tom favorável nas despedidas e agradecimentos a Renato Duque e Paulo Roberto Costa, sem citá-los:

— A presidente vai me desculpar. Em 2012, quando foi tirada a diretoria, a diretoria não podia ter saído elogiada pelos bons serviços prestados. Os serviços que prestou, a gente está vendo aí.

É possível que Graça Foster jamais o admita, mas deixar a Petrobras aliviou-a. Manifestantes já haviam cercado o prédio em que morava no Rio, e o protesto causou constrangimentos. Em outra ocasião, jantando com o filho Colin, clientes da mesa ao lado fizeram acusações sobre os escândalos na petroleira. Tiveram de segurar seu filho para evitar uma briga.

Condução na marra

Último dia de Graça Foster na Petrobras, 5 de fevereiro de 2015. Marcado por más notícias. Logo cedo a Polícia Federal tocou a campainha da casa do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, em São Paulo. Ele se recusou a abrir a porta. Agentes com mandado de condução coercitiva pularam o portão. Apreenderam documentos, objetos e o levaram a depor. Vaccari negou irregularidades. Naquela noite participou de festa do partido em Belo Horizonte, com a presença de Lula e Dilma Rousseff. Tratou de tranquilizar dirigentes e correligionários. Nada fizera de errado.

A PF pretendia que Vaccari desse a sua versão sobre denúncias de Pedro Barusco, delator do petrolão. Ele acusou o PT de receber propinas de US$ 150 milhões a US$ 200 milhões em cerca de 90 contratos assinados pela Petrobras entre 2003 e 2013. Barusco revelou a participação de Vaccari em acertos ilícitos com estaleiros nacionais e internacionais.

Os contratos previam a construção de navios-sonda de perfuração em alto mar. Segundo o delator, a negociata abrangeu 21 contratos, no valor de US$ 22 bilhões. Do 1% de propina, Vaccari, em nome do partido, teria embolsado dois terços. O restante ficou com Renato Duque, Barusco e Roberto Gonçalves, seu substituto na Diretoria de Serviços. Barusco também denunciou João Carlos de Medeiros Ferraz, presidente da Sete Brasil, e Eduardo Musa, diretor de Participações da Sete Brasil.

Conforme Barusco, integrantes do esquema usaram 26 empresas, a maioria de fachada, para manipular e lavar dinheiro, tudo facilitado pela emissão de notas fiscais simulando serviços e consultorias. A investigação apurou que um só endereço, em São Paulo, abrigou sete empresas da organização.

Procuradores da Lava Jato consideravam Vaccari um dos 11 operadores financeiros da lavanderia que branqueou centenas de milhões de reais. Operadores representavam partidos e empresas. Todos investigados por crime de cartel, corrupção passiva e ativa, fraude em licitação, fraude contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, falsidade documental e organização criminosa.

Nomes dos outros dez supostos operadores na mira da Lava Jato: Zwi Skornicki, Milton Pascowitch, Shinko Nakandakari, Mario Frederico Mendonça Goes, Cesar Roberto Santos Oliveira, Guilherme Esteves de Jesus, Bernardo Schiller Freiburghaus, Luís Eduardo Campos Barbosa da Silva, Augusto Amorim Costa e Atan de Azevedo Barbosa.

Em relação a Barbosa, funcionário aposentado da Petrobras e primo de Nelson Jobim, ex-presidente do STF, atuaria como operador financeiro da Iesa Óleo e Gás. Pagava propina. A Barusco entregava US$ 29 mil mensais por contratos da Iesa junto à petroleira. Os acertos se davam pela *offshore* Heatherley Business, através de conta que mantinha no banco Clariden Leu AG, na Suíça, e por meio da *offshore* Reha Comercial, no banco Safra, na Suíça. Pela triangulação teriam feito movimentações de US$ 1,9 milhão.

Ouvido pela PF, Vaccari confirmou alguns encontros com Renato Duque em hotel no Rio. Conversas sociais. Admitiu conhecer empresários investigados pela Lava Jato, mas só os procurava para solicitar doações oficiais ao PT.

No dia da festa do PT em Belo Horizonte, Lula classificou como repugnante a condução coercitiva de Vaccari, para prestar esclarecimentos:

> — Não podemos permitir que quem não tem moral venha dar moral na gente.

Barusco entregou a procuradores planilha com detalhes dos acertos. Registrava 89 contratos da Petrobras. Somavam R$ 97 bilhões (valores atualizados em fevereiro de 2015). Geraram R$ 1,2 bilhão de propina. A maior parte do dinheiro sujo veio da Engevix e Queiroz Galvão/Iesa, que deram R$ 152 milhões e R$ 133 milhões, respectivamente. Do R$ 1,2 bilhão, R$ 455 milhões ficaram com o PT. Dos R$ 374 milhões embolsados em 2010, ano da eleição de Dilma Rousseff, R$ 120 milhões foram para o PT.

A planilha usava os códigos "part" para se referir ao Partido dos Trabalhadores; "PR" fazia menção a Paulo Roberto Costa, o Paulinho, diretor de Abastecimento; "Sab", de Sabrina, ex-namorada de Barusco, apontava a parte da propina que cabia a ele; e "MW", de *My Way*, canção celebrizada por Frank Sinatra, cujo significado, "meu caminho", era como Barusco se referia a Duque e à parte dele do dinheiro desviado.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, solicitou a prisão preventiva de Duque. O Ministério Público Federal dispunha de dados segundo os quais entre 2004 e 2012 captou-se R$ 650 milhões de seis empreiteiras que fizeram acertos que passaram pela Diretoria de Serviços.

Argumentação de Janot, em 30 de janeiro de 2015: Duque "possui inúmeras possibilidades, notadamente financeiras, a partir de dezenas de milhões de reais angariados por práticas criminosas, de se evadir por inúmeros meios e sem mínimo controle seguro, especialmente se consideradas as continentais e incontroladas fronteiras brasileiras". O STF rejeitou a prisão.

Arianna Costa Bachmann, filha de Paulo Roberto Costa, chegou a ser processada pelo Bradesco por não devolver um cheque administrativo de R$ 500 milhões. Um funcionário errara o valor o cheque, que deveria ser de R$ 500 mil. A mãe, Marici da Silva Azevedo, defendeu a filha:

> — Ela tinha o equivalente a duas Mega-Senas da Virada. Poderia ter fugido para o exterior, mas não o fez.

Viciados em aditivos

Em um de seus depoimentos no acordo de delação premiada, Paulinho afirmou ter recebido "agrado" de R$ 8 milhões da Andrade Gutierrez e da Estre Ambiental. Na vaquinha: US$ 2 milhões a US$ 2,5 milhões da Andrade Gutierrez, e R$ 1,4 milhão

do “dono” da Estre, Wilson Quintela Filho.

Delator da Lava Jato, Julio Camargo disse, em 4 de fevereiro de 2015, que pagou R$ 15 milhões de propina a Duque e Paulinho. Camargo representava as empreiteiras OAS, SOG Óleo e Gás e Toyo Engeneering. Remeteu a maior parte ao exterior por meio das empresas Treviso, Auguri e Piemonte. Razão para o repasse de dinheiro sujo: as empreiteiras, em consórcio, tocaram em 2007 obras de R$ 1,5 bilhão na Refinaria Henrique Lage, em São José dos Campos (SP). Camargo citou Barusco e o doleiro Alberto Youssef como intermediários da propina aos dois diretores.

Camargo mediou contratos nas obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí (RJ), e da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR). Representou a Toyo Setal no primeiro caso e o consórcio formado pela Camargo Corrêa e Promon Engenharia no segundo. Dois negócios fechados por R$ 2,7 bilhões em 2008. Segundo Camargo, ele reduziu a 0,4% as exigências de Duque e Barusco para aprovar as obras. A propina ficou em R$ 12 milhões. Era a “regra do jogo” na Petrobras. Camargo depôs ao juiz Sérgio Moro:

> — Se o senhor não pagasse propina à área de Engenharia [Serviços] e de Abastecimento, o senhor não teria sucesso ou o senhor não obteria os seus contratos.

Do MPF, ao recomendar que João Ricardo Auler, da Camargo Corrêa, continuasse preso:

> “A corrupção de agentes públicos é realizada de modo habitual pela Camargo Corrêa, para obtenção de seus negócios bilionários com a administração pública.”

Meire Bonfim Poza, ex-contadora de Youssef, depôs à Justiça Federal do Paraná. Disse que acompanhou o doleiro até a sede da OAS, em janeiro de 2014, de carro. Na ocasião, Youssef transportava uma mala de dinheiro:

> — Algumas situações de envio de dinheiro eu fiquei sabendo, que Alberto levou dinheiro na OAS e buscava. Por conta disso o Ministério Público me arrolou, mas eu nunca soube de valores. Ele apenas mostrava uma mala e dizia que tinha dinheiro.

Outro delator que prestou esclarecimentos ao juiz Sérgio Moro foi o empresário Augusto Mendonça de Ribeiro Neto. Informou que a Diretoria de Abastecimento exigia 1% de contribuições e a de Serviços, 2% sobre o valor dos contratos. Ribeiro Neto representava o grupo Toyo Setal. Entregou documentos das empresas de fachada Power Totem Engenharia, Legend Engenheiros Associados, Rock Star Marketing, SM Terraplenagem e Soterra Terraplenagem, todas supostamente ligadas a Adir Assad. Forjaram serviços de terraplenagem, aluguel de equipamentos e prestação de consultorias. Esquentaram R$ 60 milhões em comissões repassadas a

Duque, em troca de obras na Presidente Getúlio Vargas. Do depoimento:

> — Uma época, o diretor Duque pediu para que fizesse contribuições oficiais ao PT e eu as fiz.

O delator tratou das "vantagens" exigidas por Duque em frase enrolada:

> — Eu diria que seria inimaginável não contribuir ou não fazer com que se comprometesse a contribuir.

Enquanto amargavam na cadeia quatro empresários da OAS, três da Camargo Corrêa e um de cada da Galvão Engenharia, Engevix, Mendes Júnior e UTC, executivos da Construtora Norberto Odebrecht, a maior do País, ficaram livres. Três contratos entre a Odebrecht e a Petrobras, com vistas a obras em Abreu e Lima, receberam 61 aditivos que elevaram os custos em R$ 960 milhões.

A aprovação dos aditivos, processo no qual Paulinho ocupou papel central por presidir o Conselho de Administração de Abreu e Lima, foi justificada, como vimos, pelo plano fracassado de antecipar a refinaria para 2010. Sindicância da Petrobras reconheceria a existência de contratos pelo "topo" da estimativa, próximos do limite de referência de "mais 20%", indicativa de formação de cartel. Ao adequar Abreu e Lima à agenda política de Lula e Dilma Rousseff, Paulinho prestou relevante serviço ao PT.

De outro lado, confessou o recebimento de US$ 23 milhões em propina da Odebrecht. A empreiteira contrataria advogados na Suíça com o intuito de barrar o envio de documentos ao Brasil. Outra pedra no sapato da Odebrecht, a delação premiada de Barusco: apontou 11 obras com participação da empreiteira e pagamentos de suborno. Só em Abreu e Lima, repasses do consórcio do qual participava a Odebrecht alcançariam R$ 50 milhões. Barusco admitiu que recebeu US$ 916 mil. Dinheiro primeiro depositado na conta da *offshore* Constructora Internacional del Sur, no Panamá, e depois transferido para outra conta no Panamá.

Na delação premiada, Barusco relatou que o executivo da Odebrecht Rogério Santos do Araújo entregou uma lista, em abril ou maio de 2008, com as empresas que deveriam ser convidadas a participar das licitações em Abreu e Lima. Araújo já acertara o assunto com Paulinho, a quem, como combinara, deram US$ 23 milhões na Suíça. Os contratos foram fatiados em 12 pacotes. A maioria beneficiou investigadas por formação de cartel.

Preso no início da Lava Jato, em 14 de março de 2014, Leonardo Meirelles, ex-sócio de Youssef, ficou quase um mês na cadeia. Acusado de ajudar o doleiro a remeter ilegalmente cerca de US$ 150 milhões para fora do Brasil, ganhou liberdade após confessar os crimes. Em entrevista à Folha de S.Paulo, reconheceu que emprestou empresas para Youssef mandar somas ao exterior. Ganhava 1%. Embolsou US$ 1,5 milhão em quatro anos.

Meirelles mostrou-se revoltado. Para prejudicar Youssef, questionou R$ 50

milhões que o doleiro concordaria em devolver à Justiça:

> — Tem muitas coisas ocultas, dentro de fundos ou são ao portador. O patrimônio dele é de R$ 150 milhões a R$ 200 milhões. O banco do Youssef, porque doleiro é como um banco, movimentava de R$ 30 milhões a R$ 40 milhões por mês.

Meirelles negou ter sido "laranja". Em suas palavras:

> — Youssef tenta se colocar como vítima dos políticos, mas ele era o mentor porque fazia a ponte entre os setores público e privado, entre empreiteiras e a Petrobras. Em 2003, ele era um doleiro municipal, mas depois tornou-se um doleiro federal, com poderes em ministérios.

Fundo falso, 500 relógios, avião...

Em mais um desdobramento da Lava Jato, a Polícia Federal prendeu em 5 de fevereiro de 2015 os executivos Gilson João Pereira e Sérgio Ambrósio Maçaneiro, representantes da Arxo Industrial do Brasil, com sede em Piçarras (SC). Ambos suspeitos de envolvimento na propina em troca de informações privilegiadas e vantagens em contratos com a BR Distribuidora. No escritório da Arxo, fabricante de tanques subterrâneos para postos de combustível e de tanques aéreos para caminhões de transporte de combustível, acharam maços de reais e de dólares escondidos em fundos falsos de uma sala. E quase 500 relógios de luxo.

Os agentes executaram mandados de busca e apreensão em 25 empresas, incluindo a GDK, em Salvador, famosa por presentear o petista Silvio Pereira com um jipe em 2005. O episódio marcou o escândalo do mensalão.

Ex-funcionária da área financeira da Arxo, Cintia Provesi Francisco acusou a empresa de repassar, como propina, de 5% a 10% dos contratos com a Petrobras. O intermediário, Mario Goes, se entregaria às autoridades três dias depois. Segundo a delatora, houve saques de R$ 7 milhões em dinheiro vivo para pagamentos suspeitos. Goes receberia quantias a cada dois ou três meses. Para dissimular operações, usaria notas fiscais de terceiros.

Barusco mencionou Goes como um dos operadores de Duque. Conforme as investigações, ele controlava a Riomarine Oil e Gás, com contas no exterior, e a usava para transações ilícitas. A Riomarine recebera R$ 2,7 milhões da OAS e R$ 3,8 milhões da UTC Engenharia, entre 2009 e 2012.

Goes possuía um avião, avaliado em R$ 1,3 milhão, em sociedade com Barusco. Funcionários da BR Distribuidora teriam passeado no avião e a Arxo os agradaria ao proporcionar noitadas em "boates e prostíbulos". De Sérgio Moro, ao revelar que o esquema perdurou mesmo após a Lava Jato:

> — Há provas de que Mario Goes, na intermediação de propinas, teria atuado para Pedro Barusco e Renato Duque no passado e persistiria atuando, na intermediação de propinas periódicas, agora da Arxo para a

Petrobras Distribuidora, de 2012 até pelo menos o final de 2014.

Segundo Barusco, Goes utilizava duas contas no Banco Safra da Suíça para pagar suborno. Atuaria pela OAS, UTC, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, MPE, Schachin, Carioca e Bueno Engenharia. Intermediaria pagamentos ilegais em 26 contratos da Petrobras.

Presidente da BR Distribuidora, José Lima de Andrade Neto fora secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustível do Ministério de Minas e Energia. Com o aval do ex-ministro Edison Lobão (PMDB-MA) e do senador Fernando Collor (PTB-AL) chegaria ao comando da subsidiária da Petrobras. Collor também nomearia os diretores Luís Alves de Lima Filho, de Postos de Serviço, e Vilson Reichemback da Silva, de Logística.

Diretor de Mercado Consumidor da BR, Andurte de Barros Duarte Filho teria sido nomeado pelo influente deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). Braço-direito de Paulinho na Diretoria de Abastecimento, José Raimundo Brandão Pereira foi para a BR após a deflagração da Lava Jato. Depois de deixar a Diretoria Internacional da Petrobras e antes de ser preso, Nestor Cerveró assumiu o cargo de diretor Financeiro e de Serviços da BR.

Algumas flores não se cheiram

Aldemir Bendini, presidente do Banco do Brasil nomeado por Lula em 2009, foi escolhido por Dilma Rousseff como sucessor de Maria das Graças Foster no comando da Petrobras. Ao deixar o BB, beneficiou-se de superaposentadoria, com rendimento base de R$ 64 mil. Na época o salário mais alto pago no BB era de R$ 37 mil. O macete: somar ao salário comissões, 13º salário, férias, abonos, licença-prêmio, auxílio-alimentação e outros benefícios, a fim de calcular a aposentadoria. Bendini instituiu a norma interna que aceitava contribuições com base em honorários brutos.

Governo do PT.

A escolha de Bendini para presidir a Petrobras repercutiu. Jornais publicaram a reação da Receita Federal, em 2010, ante a informação de que ele pagou um apartamento, declarado por R$ 200 mil, com dinheiro vivo. O ainda presidente do BB não comprovou a origem da soma. A fim de evitar fiscalização, pagou multa de R$ 122 mil, sem entrar com recurso.

Sebastião Ferreira da Silva, ex-motorista de Bendini, já o denunciara. Relatou que certa vez o presidente do BB saiu de um prédio comercial em São Paulo, sede de empresas ligadas à TV Record, com uma sacola repleta de maços com notas de R$ 100. E lhe deu ordem para fazer pagamentos em dinheiro vivo. Motorista de Bendini por seis anos, também recebeu somas suspeitas do chefe dentro do BB.

Houve outra denúncia que ligou o escolhido de Dilma a pagamentos em dinheiro vivo. O pedreiro João Carlos Camargo, que trabalhou em uma casa de Bendini em

Conchas (SP), disse que o patrão fazia pagamentos de até R$ 20 mil em espécie. Denunciou-o por não ter acertado R$ 36 mil que faltavam da construção da piscina e da churrasqueira. Do pedreiro:

> — Às vezes ele ia até o banco e sacava. Às vezes já vinha de Brasília com o dinheiro em um envelope. Eu inclusive falava para ele que era perigoso.

O MPF solicitou à PF que investigasse a concessão de empréstimo suspeito do BB durante a gestão de Bendini. Beneficou a Torke Empreendimentos, da *socialite* Valdirene Marchiori, a Val Marchiori, amiga de Bendini. O banco emprestou R$ 2,8 milhões à Torke para a compra de cinco caminhões. A operação teria contrariado normas internas da instituição.

O empréstimo seguiu linha subsidiada do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com taxa de juros de 4% ao ano, abaixo da inflação. Val Marchiori tinha restrição de crédito por não ter pago empréstimo anterior ao BB, e também por não possuir capacidade financeira para novo empréstimo. Apresentou a pensão alimentícia dos filhos como garantia, mas essa penhora é inconstitucional.

O motorista Sebastião Ferreira da Silva relatou que, enquanto trabalhou para Bendini, transportou Val em veículos oficiais do BB em São Paulo. Val apresentou quadro no programa de Amaury Júnior, exibido na Rede TV!. Durante o tempo em que esteve no ar, de 2010 a 2011, o BB gastou R$ 350 mil em publicidade no programa de Amaury Júnior.

A imprensa revelou que Bendini hospedou-se nos mesmos hotéis de luxo que Val, na Argentina e no Rio de Janeiro, em viagens oficiais pelo BB. Bendini alegou que houve coincidências, não viajavam juntos. No caso do Copacabana Palace, onde ficaram hospedados, no Rio, o BB teria quitado a estadia de Val. Bendini, aliás, foi acusado de dar carona a Val e a um casal no jato, a serviço do BB, que o levou à Argentina em abril de 2010.

Após comprar os caminhões, Val os sublocou à Veloz Empreendimentos, de propriedade do irmão e da cunhada. Ambos tampouco teriam condições financeiras de adquiri-los. E mais: sobraram R$ 200 mil do empréstimo, e Val pediu autorização do BB para comprar um automóvel de luxo. Recebeu-a em fevereiro de 2014. Comprou um Porsche Cayenne S, avaliado em quase R$ 400 mil. Conforme as regras do BB, o dinheiro poderia ter comprado outro caminhão ou peças de reposição, mas não carro particular.

Com os seus impostos, o povo brasileiro pagou, graças ao Banco do Brasil, parcela do automóvel de luxo de Val Marchiori, a amiga de Aldemir Bendini.

A Petrobras quis homenagear a médica sanitarista Zilda Arns, morta no terremoto do Haiti em 2010. Um dos navios da Transpetro seria batizado com o seu nome. Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança, era irmã do Cardeal Arcebispo de São

Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, tido como um grande incentivador da criação do Partido dos Trabalhadores na década de 1980. A família de Zilda Arns rejeitou a homenagem.

Em entrevista, Val Marchiori justificou a compra do automóvel de luxo:

— É mais fácil chorar num Porsche do que num Fusca.



ADITIVOS DE TERRAPLENAGEM

Cartel de empreiteiras mandava nos contratos assinados pela Petrobras

A Petrobras teve um Manual de Procedimentos Contratuais, que regulou suas contratações entre 1999 e 2003. Com Renato Duque na Diretoria de Serviços, as normas fixadas pelo setor jurídico, responsável pela elaboração de minutas de contrato e aditivos, passaram a ser submetidas às empreiteiras e alteradas ao sabor das conveniências da Abemi (Associação Brasileira de Engenharia Industrial).

O processo se estendeu até 2011 quando, na prática, houve a alienação total das atribuições dos contratos, transferidos do setor jurídico, subordinado à Presidência da Petrobras, para a Diretoria de Serviços, corrompida pelas construtoras da Abemi. Fernando de Castro Sá, ex-gerente jurídico da Diretoria de Abastecimento, depôs à força-tarefa da Operação Lava Jato em 7 de janeiro de 2015:

> — A partir do cartel, a minuta que tinha que ser elaborada pelo jurídico e aprovada pela diretoria, passou a ter que ter o crivo da Abemi, a associação das empreiteiras.

Castro Sá contou aos procuradores que foi punido por enfrentar o cartel. Confinado a uma sala sem computador nem janela, quase o demitiram após sindicância interna. Culpou pelas perseguições sofridas Renato Duque e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA).

O ex-gerente ilustrou a situação com os três aditivos de obras de terraplenagem da Refinaria Abreu e Lima, solicitados pela Diretoria de Serviços. O expediente chegou às suas mãos, mas os aditivos já estavam assinados. Castro Sá explicou:

> — Uma das regras é que você só pode prorrogar o prazo de um contrato se ele estiver vigente. Esses aditivos foram assinados para prorrogar prazos de contratos já mortos, que estavam encerrados. Como é que você vai pedir autorização para celebrar um aditivo que já está assinado?

Houve atrasos em Abreu e Lima, mas as empreiteiras evitavam punições. Nas palavras de Castro Sá:

> — Criaram uma comissão de direito contratual e, quando chegava na proposição das coisas da comissão, vinha assim "porque a Abemi solicitou", "porque a Abemi quer". E aí isso foi me tirando do sério. Um dia escrevi "os advogados da Petrobras estão trabalhando para a Petrobras ou para a Abemi?"

As empresas mandavam na Petrobras, que virou a casa da mãe joana.

Para Dilma Rousseff, porém, o problema era outro. Reeleita, após 60 dias sem falar com a imprensa, manifestou-se em 20 de fevereiro de 2015. Poderia ter ficado

quieta. Da presidente:

> — Se em 1996 e 1997 tivessem investigado e tivessem, naquele momento, punido, nós não teríamos o caso desse funcionário da Petrobras que ficou durante mais de dez anos, quase 20 anos, praticando atos de corrupção.

Dilma Rousseff não citou o nome de Pedro Barusco, delator da Lava Jato, mas se referia à confissão dele, que agiu para o PT na Diretoria de Serviços. Barusco admitiu o recebimento de propina da SBM Offshore em 1997, mas disse que a corrupção sistemática se instalou em 2003, com o governo Lula.

Reação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) ao citar que Dilma Rousseff foi ministra de Minas e Energia e presidiu o Conselho de Administração da Petrobras, antes de ser presidente da República:

> — A própria presidente entrou na campanha de propaganda defensiva, aceitando a tática infamante da velha anedota do punguista que mete a mão no bolso da vítima, rouba e sai gritando "pega ladrão".

Não era fácil defender o interesse público na Petrobras. Em depoimento à Polícia Federal em 14 de janeiro de 2015, o engenheiro eletricista Luiz Antônio Kalil Horta, funcionário há mais de 30 anos, relatou pressão para negociar licitações em valores acima dos razoáveis. Afirmou ter sido afastado da comissão de licitações da Refinaria de Paulínia (SP) por cancelar certame superestimado. Sofreu críticas porque deveria aumentar a estimativa de custos e se contrapor à empresa que ofereceu preço justo para determinados serviços. Por discordar transferiram-no para a Refinaria de Cubatão (SP). Perdeu gratificação de chefia de 15% do salário.

No depoimento, Kalil Horta disse ter sido pressionado por Fernando Biato, subordinado de Pedro Barusco, por Jairo Luiz Bonet, seu chefe, pelo gerente Faustino Vertamati e por Raimundo Cerqueira Neto, gerente-geral de Paulínia. Barusco era citado pelos outros como "o pessoal de cima", autor das ordens para se negociar com as empreiteiras, em prejuízo da Petrobras.

O Tribunal de Contas da União deixou Maria das Graças Foster fora da lista de ex-diretores com bens bloqueados, procedimento para ressarcir os cofres públicos pela compra da Refinaria de Pasadena. O negócio causou prejuízos estimados em US$ 792 milhões. A interdição de bens por período de um ano, confirmada pelo TCU, atingiu ex-dirigentes da cúpula da Petrobras: José Sérgio Gabrielli, Renato Duque, Paulo Roberto Costa, Nestor Cerveró, Almir Barbassa, Guilherme Estrella, Ildo Sauer, Luiz Carlos Moreira da Silva, Gustavo Tardin Barbosa e Alberto da Fonseca Guimarães.

A Folha de S.Paulo publicou em 15 de fevereiro de 2015 entrevista com Gabrielli. Ele admitiu corrupção em Abreu e Lima, mas defendeu o direito a filiação partidária de dirigentes da Petrobras:

> — A fome dos cargos é para que os partidos influam no que o Estado faz. Não necessariamente é corrupção. Não acho que a corrupção seja generalizada no País. Não acho que o mundo político seja generalizadamente corrupto.

De volta ao mundo real.

A Petrobras não divulgava os nomes de seis empresas estrangeiras que receberam cartas-convites para construir módulos de plataforma do pré-sal. Investigadores queriam saber se entre elas estavam os estaleiros Kepell Fels e Jurong, de Cingapura. Segundo Barusco, o primeiro pagou R$ 14 milhões a Duque, João Vaccari Neto e a ele. Já o Jurong deu US$ 3,3 milhões.

Ainda no mundo real.

No início de 2015, o Museu Oscar Niemeyer, em Curibita (PR), já dispunha de 63 obras de arte apreendidas em residências de investigados pela Lava Jato. O valor dos quadros era elevado. Havia telas de artistas como Di Cavalcanti, Iberê Camargo e Cícero Dias.

Quem se manifestou foi o deputado Edinho Silva (PT-SP), tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff em 2014. Assumiria o cargo de tesoureiro do PT após a prisão de Vaccari. Dilma recebera R$ 68 milhões em doações oficiais para custear a reeleição, de sete empreiteiras investigadas na Lava Jato. Para Edinho a corrupção era uma tese, segundo sua entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo em de 18 de fevereiro de 2015:

> — Uma tese que não coloca sob suspeição só as doações feitas para um partido, e sim para todos os partidos, todos os diretórios nacionais e estaduais. As empreiteiras utilizadas para o desenvolvimento dessa tese não trabalham apenas para uma empresa pública no Brasil. Trabalham para várias, inclusive empresas estaduais. Se querem levar essa tese até o fim, de criminalização das doações legais, terão que investigar todas as empreiteiras, todos os seus contratos em todas as empresas públicas, também estaduais, e cruzar com todas as doações partidárias.

Golpe na impunidade

Em tempos de debate sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, não faltaria Lula. Após a prisão de Ricardo Pessoa, presidente da UTC e da Abemi, João Santana, diretor da Constran/UTC, agendou encontro com o ex-presidente. A UTC doara R$ 7,5 milhões à campanha de reeleição de Dilma. Recebeu-o o sócio Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula, que deu a sua versão:

> — Ele queria conversar, explicar as dificuldades que as empresas estavam enfrentando. Eu disse: “Você tem que procurar alguém do governo”.

Okamoto, ex-tesoureiro do PT, comentou a prática de pedir contribuições ao

partido e mencionou Vaccari:

> — As empresas estão ganhando dinheiro. Ninguém precisa corromper ninguém. Funciona assim: "Você está ganhando dinheiro?" Estou. "Você pode dar um pouquinho do seu lucro para o PT?" Posso, não posso. É o que espero que ele tenha feito.

Santana, por sua vez, contou que, em palestra na UTC, Lula incentivou que o procurassem caso houvesse "algum problema". A conversa com Okamoto não foi boa, segundo Santana:

> — Ele começou a dizer "sabe, eu vou ver". Eu falei para ele: "Paulo, desculpe, estou apenas colocando uma realidade conforme o seu chefe disse, que sempre que a gente precisasse trouxesse aqui, para o Instituto Lula. Isso não está acontecendo apenas com a empresa que eu dirijo, mas com todo o setor". O Governo Federal não paga as empresas.

O Ministério Público Federal solicitou à Justiça que determinasse a seis empreiteiras o ressarcimento de R$ 4,5 bilhões aos cofres públicos. Atos de improbidade administrativa ocorreram em 33 contratos com a Petrobras, entre 2004 e 2012. Teria havido repasses de propina até 2014. Além da devolução do dinheiro desviado, no montante de R$ 319,7 milhões, o MPF estipulou indenizações por danos morais e multas. Do relatório:

> "É de se ver que, além de todos os malefícios gerados pela corrupção, a ausência de punição rigorosa faz surgir o sentimento de impunidade entre corruptos e corruptores, de forma a fomentar a continuidade desta deletéria prática."

Os procuradores pediram à Justiça que as empresas fossem proibidas de fazer contratos com o poder público e, ainda, impedidas de receber benefícios fiscais ou creditícios. Do documento:

> "A corrupção de valores estratosféricos, como a que é objeto desta ação, constitui uma profunda violação dos direitos fundamentais individuais e sociais mais básicos que o Estado de Direito deve tutelar."

Para o MPF, atentado contra os Direitos Humanos:

> "A corrupção, traiçoeira e silenciosa, tais como os crimes contra a vida, mata, todavia em condições mais avassaladoras, porque espalha seus efeitos nefastos de forma sistêmica e difusa para todas as regiões do País e a todos os setores da sociedade, a um só tempo."

Os R$ 4,5 bilhões referiam-se a contratos da Diretoria de Abastecimento, na seguinte divisão: Galvão Engenharia, R$ 1.060.000.000,00; Mendes Júnior, R$ 1.046.000.000,00; OAS, R$ 988.700.000,00; Camargo Corrêa e Sanko, R$ 845.400.000,00; e Engevix, R$ 538.900.000,00.

Para o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa, era imprescindível punição exemplar para mostrar a vantagem de se manter distante do enriquecimento ilícito. Em suas palavras:

> — As sequelas são gravíssimas, e se revelam, dentre outros aspectos, pela comoção social e descrédito que os atos improbos geraram nas instituições republicanas, e pela já corroída imagem do País no exterior, esta sempre atrelada à corrupção.

Golpe no esquema de corrupção a decisão de dois executivos da Camargo Corrêa, ao firmar acordos de delação premiada. Dalton dos Santos Avancini, presidente da empresa, e Eduardo Hermelino Leite, vice, comprometeram-se a contar o que sabiam para melhorar a situação com a Justiça. Pagariam multas por envolvimento no petrolão e usariam tornozeleiras eletrônicas. Estavam presos desde 14 de novembro de 2014, réus por corrupção ativa, formação de organização criminosa e lavagem de dinheiro. Outros 13 envolvidos já tinham acertado delações, como Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Pedro Barusco, Julio Camargo, Augusto Mendonça de Ribeiro Neto e Shinko Nakandakari. O número de confissões aumentaria, e muito.

Os procuradores não aceitaram a delação de João Auler, presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa. Consideraram que omitira fatos de seu conhecimento sobre irregularidades. A empresa tentava um acordo de leniência com o MPF. Pretendia pagar multa de R$ 500 milhões. O entendimento não avançava, os procuradores queriam R$ 1,5 bilhão.

Em troca da colaboração, Dalton Avancini cumpriria um ano de prisão domiciliar, sem poder sair de casa. Depois ficaria até cinco anos com autorização para deixar a residência, mas apenas para trabalhar durante o dia. Ele comprometeu-se a pagar multa de R$ 2,5 milhões, a metade do seu patrimônio pessoal. Os acordos com os dois empresários previam penas de até 15 anos, mas só voltariam à cadeia se descumprissem o acerto.

Eduardo Leite revelaria que Vaccari solicitou contribuição oficial à campanha de Dilma Rousseff em 2010, como forma de quitar dívida de suborno da Camargo Corrêa junto à Petrobras.

Leite e Vaccari marcaram conversa em um café do bairro de Moema, na zona sul de São Paulo. Leite falou do encontro seguinte, no mesmo local. Vaccari referiu-se ao operador Julio Camargo:

> — No segundo encontro ele me abordou. “Olha, estamos atrás de doações eleitorais e sei que a Camargo Corrêa está em débito com a nossa área de Serviços da Petrobras, você não está conseguindo cumprir os repasses com o Julio para que esse dinheiro chegue. Não quer fazer isso através de doação eleitoral?”

Em depoimento à Justiça Federal do Paraná, Leite afirmou que a Camargo Corrêa repassou cerca de R$ 110 milhões em propina, de 2007 a 2012, em troca de contratos na Petrobras.

Frutos das delações premiadas

Uma nova investigação, nos Estados Unidos, iria apurar suposto esquema de corrupção na distribuição de energia em Porto Rico. A fraude teria provocado mais de US$ 1 bilhão em prejuízos desde 2002. Executivos da Petrobras fariam a petroleira pagar viagens ao Brasil e "grandes festas" a gente influente de Porto Rico, e contratariam laboratórios suspeitos.

A empresa distribuidora de energia elétrica de Porto Rico compraria óleo combustível de qualidade inferior ao especificado nos laudos falsificados em laboratórios, mas os preços cobrados dos consumidores corresponderiam a óleo de qualidade superior. Cerca de 20 empresas fariam parte da maracutaia. Da Petrobras, suspeitava-se de Paulinho.

No Brasil a coisa não andava melhor. A Justiça hipotecou o edifício-sede da Petrobras, ícone arquitetônico do centro do Rio, ironicamente erguido pela Odebrecht nos anos 1970. Motivo: a Petrobras teria causado prejuízos e fora condenada a indenizar em R$ 935 milhões a Refinaria de Manguinhos.

Se não bastasse, a Petrobras sofrera perda de US$ 60 bilhões, de 2011 a 2014, devido à política de Dilma Rousseff de manter baixos os preços dos combustíveis. Pretendia segurar a inflação e forjar um quadro econômico melhor.

Voltemos a Renato Duque. Investigadores encontraram contratos e notas fiscais de consultoria de sete empresas. Mostravam movimentações da Riomarine Oil e Gas e da Mago Consultoria, controladas por Mario Goes, acusado de agir em benefício de Duque.

Havia 31 notas fiscais da Riomarine para a Andrade Gutierrez, somando R$ 5,3 milhões. Outras 14 notas à UTC totalizavam R$ 9,7 milhões. Num dos contratos, de R$ 1,5 milhão, a UTC surgia como parceira da Odebrecht. As notas em favor da UTC incluíam pagamentos em julho e setembro de 2014 – depois, portanto, do início da Lava Jato. Entre as notas da Riomarine, seis para a OAS, no valor de R$ 10,2 milhões; dez notas para a MPE, de R$ 9,3 milhões; e outras 22, com a soma de R$ 5,1 milhões, para o Consórcio Mendes Júnior/MPE/Setal. No total, R$ 39,6 milhões.

Suspeitava-se de contratos simulados de consultoria, dando aparência legal à propina. Da petição do MPF à Justiça Federal do Paraná:

> "Nenhuma das provas obtidas no curso da Lava Jato indica a possibilidade de que a Riomarine efetivamente desempenhe ou mesmo tenha capacidade para desempenhar os serviços de consultoria e assessoria."

Para o juiz Sérgio Moro, Goes representava empreiteiras do esquema na Diretoria

de Serviços e na BR Distribuidora. Do magistrado sobre Goes:

> — O quadro até o momento é consistente com o descrito pelo criminoso colaborador Pedro Barusco, de que o investigado intermediaria pagamento de propinas das empreiteiras a empregados e dirigentes da Petrobras.

O delator Shinko Nakandakari relatou que a Galvão Engenharia o procurara, em 2010, para obter facilidades em negócios com a Petrobras. Em outras palavras, fazer parte do cartel implicava participar da corrupção. Nakandakari fora funcionário da Odebrecht e tinha relação com Barusco.

Executivo da Galvão Engenharia, Erton Medeiros da Fonseca, preso pela Lava Jato, admitiu ter entregue a ele R$ 5 milhões para operadores do esquema. Nakandakari confirmou entregas da Galvão a Duque, direta ou indiretamente, de R$ 5,4 milhões.

Segundo Fonseca, Nakandakari de fato atuava em parceria com Barusco, mas ambos agiram com o intuito de extorquir a Galvão. Ademais, Nakandakari não trabalhou para a empreiteira. O delator rebateu. Declarou que fazia reuniões semanais com Fonseca, nas quais era informado sobre os valores que deveriam ser entregues a Duque e Barusco. De Nakandakari:

> — A iniciativa de oferecer a vantagem indevida foi sempre da empresa Galvão.

Conforme Barusco, Nakandakari intermediou R$ 57,7 milhões. Entregava propina pessoalmente, em nome da Galvão, EIT e Contreiras, contratadas pela Petrobras. A Galvão apresentou comprovantes de pagamentos de R$ 8,8 milhões à empresa de consultoria de Nakandakari, a LSFN.

Segundo Nakandakari, ele mesmo repassou quantias em mãos a Duque, que chamava de “nobre” ou “João”, em restaurantes de hotéis de Copacabana e Ipanema, no Rio. Em depoimento no dia 19 de fevereiro de 2015, contou que deu R$ 1 milhão em dinheiro a Duque entre julho de 2011 e março de 2012. O delator chamava a propina de “direitos”, e se referia a Barusco como “nosso amigo”, “amigão” ou “Zé”. Para Barusco, Vaccari, tesoureiro do PT, era o “Moch”:

> — Quase sempre ele estava usando uma mochila.

Que País é este?

De março de 2012 ao início de 2014, entregaram dinheiro destinado a Duque diretamente a Barusco, seu braço-direito. Nakandakari confirmou que as notas fiscais emitidas por sua empresa serviam para “esquentar” propina. Duque chegou a ser preso em 14 de novembro de 2014, em sua casa, no Rio. E reclamou com seu advogado:

> — Que País é este?

Foi solto em 3 de dezembro de 2014, por decisão do STF.

Nakandakari entregou à força-tarefa da Lava Jato tabela que esmiuçava parte dos R$ 5,4 milhões de comissões ilegais de seis obras da Galvão, dinheiro repassado a Duque e a Barusco. A tabela fazia parte da troca de e-mails entre ele e Luiz Augusto Distrutti, ex-diretor de Óleo e Gás da Galvão.

O documento registrava propina de R$ 1,6 milhão vinculada a 1,5% dos recursos recebidos pela empreiteira em obras do Gasoduto Cabiúnas-Reduc (Refinaria Duque de Caxias, no Rio), entre agosto de 2008 e maio de 2009. Arrolava comissões em três contratos do Complexo Portuário e Industrial do Pecém, no Ceará, num total de R$ 1,8 milhão. Havia ainda repasses ilegais de R$ 833 mil em obras do Gasoduto Cacimbas-Catu, entre a Bahia e Espírito Santo; R$ 555 mil referentes a obras do Gasoduto Japeri-Reduc (RJ); e R$ 133 mil do acerto no Terminal Aquaviário de Ilha Comprida (RJ).

A Câmara dos Deputados abriu nova CPI da Petrobras em 2015. E 13 representantes do povo escolhidos para apurar as irregularidades haviam acabado de assumir mandatos para os quais – acredite, sofrido leitor – receberam contribuições de campanha de denunciadas no petrolão. Hugo Motta (PMDB-PB), presidente da CPI, levou R$ 451 mil da Andrade Gutierrez e da Odebrecht. Luiz Sérgio (PT-RJ), o relator, R$ 962 mil da Queiroz Galvão, OAS, Toyo Setal e UTC.

Eis os outros deputados da CPI agraciados com doações de investigadas: Júlio Delgado (PSB-MG) recebeu R$ 380 mil da Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Odebrecht; Paulinho da Força (SD-SP), R$ 347 mil da Queiroz Galvão, Carioca Engenharia, UTC e Andrade Gutierrez; Vicente Cândido (PT-SP), R$ 254 mil da Andrade Gutierrez e UTC; Onyx Lorenzoni (DEM-RS), R$ 200 mil da Andrade Gutierrez; Izalci (PSDB-DF), R$ 150 mil da Odebrecht; Otávio Leite (PSDB-RJ), R$ 45 mil da Carioca Engenharia; Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), R$ 22 mil da OAS, UTC e Odebrecht; Paulo Magalhães (PSD-BA), R$ 5 mil da UTC e OAS; João Carlos Bacelar (PR-BA), R$ 4 mil da UTC e OAS; Bruno Covas (PSDB-SP), R$ 2 mil da Andrade Gutierrez e OAS; e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), R$ 2 mil da Engevix.

Requerimentos dos senhores parlamentares deixaram de fora os pedidos de convocação ou de quebra de sigilos fiscal e telefônico de empreiteiros e políticos suspeitos de envolvimento com corrupção. Iriam investigar o quê? Quem? O senador Fernando Collor?

A revista Época deu detalhes do suposto suborno a Collor (PTB-AL) no negócio da BR Distribuidora com uma rede de postos de combustível. A reportagem de 28 de fevereiro de 2015 citou o banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, por envolvimento com a trama denunciada por Youssef na compra da rede DVBR, uma parceria entre Esteves e Carlos Santiago.

A BR pagou R$ 300 milhões em 2012 para encampar e vender combustível com exclusividade à DVBR, conforme Youssef. Havia outra versão, estampada por

Época, segundo a qual foram R$ 122 milhões, divididos em três parcelas. De qualquer forma, R$ 6 milhões teriam sido a comissão rateada entre os envolvidos. Do total, R$ 3 milhões acabariam nas mãos de Collor, intermediados por Pedro Paulo Leoni Ramos.

Youssef manteria negócios com Leoni Ramos, e o Partido Trabalhista Brasileiro influenciaria a BR: José Zonis, diretor de Operação e Logística, indicação de Collor, e Luiz Cláudio Caseira Sanches, diretor de Rede de Postos de Serviço, nome do PTB. Os dois ficaram na BR entre 2009 e 2013.

A Lava Jato encostou em Vaccari. Em duas operações bancárias, de R$ 400 mil cada, usaram conta de Giselda Rousie de Lima, mulher do tesoureiro. Os depósitos teriam a ver com propina da multinacional Toshiba, em negócios com a Petrobras. Começou em conta de empresa sob controle de Cláudio Mente que, segundo Youssef, gerenciava subornos na petroleira.

Vaccari justificou que era um empréstimo do amigo Cláudio Mente, para comprar uma casa. Suspeita dos investigadores: tratava-se de propina para fechar contrato de R$ 117 milhões da Toshiba no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Conforme depoimento de Carlos Alberto Pereira da Costa, apontado como "laranja" de Youssef e gestor da Comércio de Produtos Agropecuários, controlada por Mente com nome fantasia de CRA (Centro de Reproduções das Américas), o próprio Pereira da Costa depositou R$ 400 mil, em novembro de 2008. O dinheiro seguiu para a conta da mulher de Vaccari.

Pereira da Costa relatou ter elaborado contrato de empréstimo a fim de justificar a transferência, mas afirmou que não se tratava de empréstimo real. Servia para "esquentar" a transação irregular. Na época Vaccari presidia a Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo), investigada por desviar valores para o PT.

De acordo com depoimentos da delação premiada de Youssef, Vaccari e o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) eram indicados pelo partido para receber propina dos contratos da Petrobras. Mencionaram Dirceu como "Bob" na contabilidade de Franco Clemente Pinto, ligado a Julio Camargo e responsável pela contabilidade das propinas. O codinome referia-se a um ex-assessor de Dirceu, Roberto Marques. Clemente Pinto armazenaria toda a movimentação ilegal em *pendrive*.

Camargo e Dirceu eram amigos. Camargo fez acordo de delação premiada, mas não citou Dirceu. Segundo Youssef, após deixar o governo Lula, em 2005, Dirceu usou "em diversas oportunidades" um jatinho modelo Citation Excel, de Camargo. O avião ficava à disposição no Aeroporto de Congonhas (SP). Compreensível: devido ao escândalo do mensalão, que o levaria à prisão, Dirceu não podia circular por aeroportos nem viajar em aviões de carreira, tal a animosidade contra ele. Tornara-se inimigo público.

Dirceu e Barusco usaram um esquema para constituir empresas no Panamá. Por

solicitação de Barusco, o escritório de advocacia Morgan y Morgan abriu as *offshores* Pexo Corporation e Rhea Comercial em 2008. Movimentaram US$ 21 milhões da corrupção na Petrobras. O mesmo escritório criou uma filial da JD, de Dirceu, no Panamá.

Outra *offshore* instituída pelo Morgan y Morgan constava como sócia do Hotel Saint Peter, que se prontificou a empregar Dirceu em Brasília no final de 2013, assim que o ex-ministro pôde migrar do regime fechado para a prisão semiaberta. Ele seria gerente, com salário de R$ 20 mil. A operação foi para o buraco após o Jornal Nacional, da TV Globo, apontar que o dono da *offshore*, Jose Eugenio Silva Ritter, era "laranja" do escritório e morador da periferia da Cidade do Panamá. Havia dezenas de empresas em seu nome. Dirceu só seria empregado seis meses depois, numa biblioteca, com salário de R$ 2.100,00.

Um chapéu em Barusco

Barusco abriu 19 contas em nove bancos da Suíça. Entre os milhões que recebeu no exterior, reconheceu o depósito de US$ 6 milhões, em conta da *offshore* Vanna Hill, registrada em nome de sua mulher, Luciana Adriano Franco. Ela tinha conta no banco HSBC, em Genebra. Barusco admitiu outros US$ 200 mil da britânica Rolls-Royce, propina em troca de contrato de US$ 100 milhões para fornecer turbinas em plataformas da Petrobras.

Muitas foram as incursões de Barusco na Europa. Em outubro de 2011, por exemplo, ele acompanhou Duque e João Carlos de Medeiros Ferraz, seu superior na época, presidente da Sete Brasil. Os três jantaram em Milão, na Itália, com o presidente do banco Cramer, sediado na Suíça, e com Julio Camargo. No dia seguinte abriram-se três contas em nome de empresas de fachada, para receber propina de contratos da Petrobras. Barusco abriu a "Natiras", pela qual recebeu R$ 21 milhões entre 2011 e 2013. Duque, a "Drenos". E Ferraz, a "Firasa". Camargo já possuía conta no banco.

Barusco contou que o operador Mario Goes usou duas contas do Safra na Suíça para transferir até US$ 14 milhões a contas dele e de Duque no banco Lombard Odier, no mesmo país europeu. Barusco procurava instituições financeiras que pudessem esconder dinheiro com eficiência. Quanto mais sigilo, melhor. Recebeu propina de US$ 22 milhões da multinacional holandesa SBM Offshore, de 1997 a 2010.

Apesar do cuidado, levou um chapéu. Orientado por Roberto, um brasileiro empregado do Lombard Odier, abriu com Duque duas contas de passagem, usadas para alimentar contas em nome de *offshores* e dificultar o rastreamento do dinheiro. Roberto desapareceu com US$ 6 milhões.

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, em 13 de fevereiro de 2015, Paulo Roberto Costa confirmou que três diretorias da Petrobras serviram ao PT:

— Na área de Exploração e Produção, que era o diretor do PT, e a área de Serviços que era do PT, os valores iam todos para o PT. Na área de Gás e Energia, idem. Então isso era feito dessa maneira.

Paulinho testemunhou em ação do MPF contra o ex-diretor Internacional, Nestor Cerveró, representante do PMDB na Petrobras:

— Essas empresas do cartel formaram, vamos dizer, esses consórcios aí, e pagavam valores para serem distribuídos aos partidos políticos, para serem distribuídos para os operadores e para serem distribuídos para os diretores da Petrobras, alguns diretores da Petrobras.

Sérgio Moro quis saber por que Paulinho recebeu comissão pela compra da Refinaria de Pasadena se a Diretoria de Abastecimento não era responsável pela aquisição. Ele reproduziu o que ouviu de Fernando Baiano:

— "Paulo, é bom que seja aprovado, se você não criar nenhum problema aí no colegiado você recebe 1,5 milhão".

— De dólares ou reais?

— Dólares.

Paulinho, representante do PP na Petrobras, informou que as conversas com Baiano abordavam pagamentos e repasses de vantagens indevidas:

— Não se chega, ou não se chegava a diretor da Petrobras sem apoio político e nenhum partido dá apoio político só pelos belos olhos daquela pessoa, ou pela capacidade técnica. Sempre tem que ter alguma coisa em troca.

O delator, em prisão domiciliar, desabafou:

— Quero de volta a minha alma.

Cerveró também procurava paz, mas dentro da carceragem da PF em Curitiba. Moro autorizou-o a fazer tratamento psiquiátrico para a crise de ansiedade. Do lado de fora da prisão, a Justiça Federal decretou o bloqueio de R$ 106 milhões de Cerveró. Havia apenas R$ 9 mil em suas contas.

A força-tarefa da Lava Jato denunciou-o por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro em 24 de fevereiro de 2015. Ao tratar dos efeitos lesivos do petrolão, os procuradores do MPF o classificaram como "a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve".

Cerveró foi acusado de enviar ao exterior parte dos US$ 30 milhões que ganhou de propina em troca da contratação de dois navios-sonda, em 2005 e 2006. O dinheiro recheou conta de uma *offshore* e retornou ao Brasil para a aquisição de apartamento de cobertura em Ipanema, no Rio, por R$ 1,5 milhão. Conforme os procuradores, o imóvel valia R$ 7,5 milhões. A denúncia citava Fernando Baiano e Oscar Algorta, controlador da empresa Jolmey, com sede no Uruguai. O dono da

offshore seria o próprio Cerveró. Para dissimular ainda mais a operação, forjaram o aluguel do apartamento à mulher do ex-diretor. Cerveró morava lá até ser preso.

Do juiz Sérgio Moro:

> — Numa democracia, o político desonesto tem vantagens que um político honesto não tem ao usar dinheiro de origem ilícita para ganhar apoio popular para suas ideias. Por isso, assim como criminosos comuns, como chefes de tráfico de droga, é preciso rastrear o dinheiro para chegar até o chefe, uma vez que em geral eles não sujam as mãos.

Ex-governador do Ceará, Cid Gomes (PROS) mal esquentou a cadeira de ministro da Educação, cargo para o qual foi nomeado no início do segundo mandato de Dilma Rousseff. Deixou o cargo no início de março de 2015, após arranca-rabo com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). De Cid Gomes, na Universidade Federal do Paraná:

> — Tem lá uns 400 deputados, 300 deputados que, quanto pior, melhor para eles. Eles querem é que o governo esteja frágil, porque é a forma de eles achacarem mais, tomarem mais.

Fechado havia quase dois anos e em poder da Justiça Federal, o Hotel Príncipe da Enseada, de Youssef, em Porto Seguro (BA), sofreu um saque. Os invasores picharam a parede:

> "O hotel é do povo!"

Do procurador Deltan Dallagnol, preocupado com a movimentação do Governo Federal com vistas a fechar acordos de leniência e facilitar a vida de empresas investigadas por fraudes e desvios de bilhões da Petrobras:

> — Conforme a experiência internacional demonstra, quanto menor a corrupção na sociedade, melhores são as condições para o desenvolvimento econômico e social.



TROVOADA. O STF AUTORIZA INVESTIGAÇÕES

Sai o listão do procurador Rodrigo Janot. Poucos se espantam

Novo desdobramento da Operação Lava Jato, o Supremo Tribunal Federal determinou, em 6 de março de 2015, a abertura de investigações criminais contra 34 parlamentares relacionados na "lista de Janot". O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, citou os suspeitos com base nas delações premiadas de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, e do doleiro Alberto Youssef. Ambos representavam o PP, que teve a maioria dos 50 políticos listados. Os delatores deram informações sobre práticas criminosas em âmbito da Diretoria de Serviços, sob comando do PT, e na Diretoria Internacional, do PMDB.

A relação dos suspeitos no petrolão trazia oito nomes do PT: Antonio Palocci (SP), ex-ministro dos governos Lula e Dilma Rousseff, ex-integrante do Conselho de Administração da Petrobras e coordenador da campanha eleitoral de Dilma Rousseff em 2010; Gleisi Hoffmann (PR), ex-ministra da Casa Civil e senadora; Humberto Costa (PE), ex-ministro da Saúde, senador e líder do partido no Senado; Lindbergh Farias (RJ), senador; João Vaccari Neto, tesoureiro; José Mentor (SP), deputado; Vander Loubet (MS), deputado; e Cândido Vaccarezza (SP), ex-deputado.

O PMDB teve oito citados: Renan Calheiros (AL), presidente do Senado; Eduardo Cunha (RJ), presidente da Câmara dos Deputados; Edison Lobão (MA), ex-ministro de Minas e Energia e senador; Roseana Sarney (MA), ex-governadora do Maranhão; Romero Jucá (RR), senador; Valdir Raupp (RO), senador; Aníbal Gomes (CE), deputado; e Fernando Baiano, operador.

Boa parte do PP seria investigada: 18 dos 40 deputados federais da legenda, e três dos cinco senadores. Da lista de 31 nomes constavam o deputado Lázaro Botelho (TO), integrante da CPI da Petrobras, e o deputado João Sandes Júnior (GO), suplente da comissão. E mais o senador Ciro Nogueira (PI), presidente da legenda; Waldir Maranhão (MA), primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados; Arthur de Lira (AL), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara; e Eduardo da Fonte (PE), líder do partido na Câmara.

Demais investigados do PP: Mário Negromonte (BA), ex-ministro das Cidades; João Leão (BA), vice-governador da Bahia; os senadores Gladson Cameli (AC) e Benedito de Lira (AL); os deputados Aguinaldo Ribeiro (PB), ex-ministro das Cidades, Simão Sessim (RJ), Luiz Fernando Faria (MG), Dilceu Sperafico (PR), Afonso Hamm (RS), José Olímpio (SP), Luiz Carlos Heinze (RS), Renato Molling (RS), Roberto Balestra (GO), José Otávio Germano (RS), Nelson Meurer (PR), Jerônimo Goergen (RS), Roberto Britto (BA), Pedro Henry (MT) e Vilson Covatti (RS); os ex-deputados José Linhares da Ponte (CE), João Alberto Pizzolatti (SC), Pedro Corrêa (PE), Carlos Magno Ramos (RO), Aline Corrêa (SP) e Roberto

Teixeira (PE).

A “lista de Janot” incluía, ainda, os senadores Fernando Collor (PTB-AL), Antonio Anastasia (PSDB-MG) e o ex-deputado Luiz Argôlo (SD-BA).

Arquivaram-se investigações contra os senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Delcídio Amaral (PT-MS); Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), ex-presidente da Câmara dos Deputados e ministro do Turismo de Dilma Rousseff; e o ex-deputado Alexandre José dos Santos (PMDB-RJ).

Conforme a Procuradoria-Geral da República, o organograma do esquema constituía-se de núcleo político, com parlamentares que, em troca de apoio aos governos Lula e Dilma Rousseff, indicavam diretores da Petrobras. Estes formavam o núcleo administrativo – responsável por manipular contratos. O dinheiro tinha como destino políticos da base de sustentação do PT, funcionários da estatal e demais intermediários da organização criminosa.

Havia ainda o núcleo econômico, as empresas do cartel que superfaturava contratos e gerava dinheiro sujo. E o núcleo financeiro, integrado por operadores que, em troca de comissões, administravam propina, lavavam quantias com empresas de fachada, contratos simulados e remessas ao exterior. Estes providenciavam repasses no Brasil e em outros países.

Entre a decência e a vilania

Abre-se espaço para declaração de José Sérgio Gabrielli (PT-BA), ex-presidente da Petrobras. Foi em seu mandato que ocorreu a maioria das irregularidades investigadas pela Lava Jato. Gabrielli depôs à CPI da Petrobras em 12 de março de 2015. Perguntaram-lhe como se escolhia diretores da estatal. A resposta:

> — Critérios que o governo adota para escolher diretores são critérios do governo.

Do relatório de Janot, no qual pediu ao STF para investigar os 50 políticos:

> “Tratando-se de um processo sistêmico de distribuição de recursos ilícitos a agentes políticos, concebido e executado de forma organizada, permanente e estável, ao longo de significativo período de tempo, é inevitável subsumir esses fatos no crime de quadrilha.”

Dos 34 congressistas citados, 33 pertenciam à base do governo. O ministro Teori Zavascki, do STF, autorizou investigações por suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro. O suborno servia para apoiar o Governo Federal – prática adotada desde o início do governo Lula, em 2003, com o mensalão.

Vamos lembrar. Reeleito em 2006, Lula teve forças para impor em 2010 sua sucessora, Dilma Rousseff, e ainda conseguiu reelegê-la em 2014.

Não é demais reafirmar que da “lista de Janot” faziam parte cinco ex-ministros de Dilma: Antonio Palocci (PT-SP), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Edison Lobão (PMDB-MA), Mário Negromonte (PP-BA) e Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Concluídas as

investigações, caberia ao STF acatar ou não as denúncias do Ministério Público Federal, transformando os acusados em réus. Nesse caso previa-se longa batalha na Justiça, para talvez durar mais de quatro anos. Os labirintos da Justiça, com suas diversas instâncias, fases e recursos, retardavam as decisões e levavam à sensação de impunidade.

Quando Janot liberou a "lista", os casos de maior repercussão envolviam o ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP), o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Como coordenador da campanha de Dilma em 2010, Palocci foi acusado de pedir e receber R$ 2 milhões do caixa dois do PP, dinheiro supostamente usado na eleição da presidente, o que introduzia um ponto de interrogação na legitimidade do seu mandato. Já as suspeições contra Calheiros e Cunha, presidentes do Senado e da Câmara, colocaram na berlinda a cúpula do Poder Legislativo.

Calheiros teria mandado o deputado Aníbal Ferreira Gomes (PMDB-CE) procurar Paulo Roberto Costa para solicitar a contratação da Serveng-Civilsan em obras da Refinaria Premium 1 (MA). Além disso, receberia valores desviados da Transpetro, presidida pelo aliado Sérgio Machado.

Conforme Youssef, Cunha escalou deputados do PMDB para pressionar o grupo Mitsui. Pediu investigações contra a empresa. Objetivo: obrigá-la a pagar propina. Contratos de construção e operação de plataformas e navios-sondas com a Mitsui, sem licitação, teriam sido superfaturados. Mas a Mitsui interromperia os repasses, levando à reação de Cunha.

Incluído na "lista" de Janot, Cunha passou a atacar o procurador-geral. Alegava a intenção deliberada de transferir a crise política do Palácio do Planalto para o Congresso. Cunha foi à CPI da Petrobras, sob o controle de aliados, a fim de se defender. Janot reagiu:

> — Causa espécie que vozes do Parlamento, aproveitando-se de uma CPI instaurada para investigar o maior esquema de corrupção já revelado no País, tenha-se atirado contra a instituição que começa a desvelar a trama urdida contra a sociedade.

E acrescentou:

> — Os cidadãos, nessa hora sombria e turva de nossa história, saberão distinguir entre o bem e o mal, entre a decência e a vilania.

Quem não gostou de figurar entre os investigados foi o senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Admitiu ter atuado de forma imprópria ao ir à Petrobras pedir doações de campanha em 2010, mas sublinhou que não era ilegal.

Farias reconheceu que solicitou a Paulinho, "pessoa muito bem relacionada na Petrobras", nome de empresa que pudesse contribuir com sua eleição. Ele indicou a Andrade Gutierrez, integrante do cartel. O senador acusou o MPF de "criminalizar

doações legais”:

> — Do jeito que a lista foi lançada, estão misturando gente que recebia mesada de propina, com doação legal de campanha.

Do coordenador da força-tarefa da Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol, ao tecer considerações sobre doações oficiais e, ao mesmo tempo, criminosas. Dallagnol falou à Folha de S.Paulo:

> — Quando o pagamento de propina é disfarçado de doação legal, esse ato constitui lavagem de dinheiro. Embora legal na aparência, ele é ilegal e criminoso. A ideia básica dessa lavagem é fazer a propina parecer doação oficial.

Em entrevista ao repórter Mario Cesar Carvalho, afirmou:

> — A corrupção é feita entre quatro paredes e envolve um pacto de silêncio entre corruptor e agente público corrupto. Devemos lembrar também que os corruptos escondem a propina que receberam em paraísos fiscais, que só cooperam quando tivermos prova da corrupção, a qual não alcançamos sem a cooperação. Mesmo quando descobrimos que o agente público tem muito mais dinheiro do que ele ganhou oficialmente ao longo da vida, é extremamente difícil descobrir quais foram as práticas corruptas em que se envolveu.

Dallagnol defendeu a instituição do crime de enriquecimento ilícito, o endurecimento da legislação de combate à corrupção. E pediu mecanismos para recuperar o produto dos crimes de colarinho branco. Em suas palavras:

> — Em razão dos problemas do sistema de justiça penal brasileiro, em que a corrupção é punida após mais de década e com penas baixas, a corrupção é um crime de alto benefício e baixo risco. Se queremos baixar os índices de corrupção, devemos torná-la um crime de alto risco, sem desprestigiar os direitos dos réus.

Gente fina usa bom português

O procurador criticou gestões que se davam em Brasília e procuravam evitar punição às empreiteiras, com a desculpa da paralisação de obras:

> — Foi a empresa que trouxe sobre si a punição quando adotou práticas corruptas. Em segundo lugar, isentá-las de punição passará à sociedade uma mensagem muito prejudicial a longo prazo, de que pessoas e empresas poderosas podem cometer quaisquer crimes porque, se forem pegas, são grandes demais para ser punidas.

Nas eleições de 2014, o senador Lindbergh Farias candidatou-se a governador do Rio. Perdeu, mas somou R$ 3,8 milhões em contribuições oficiais da OAS, Queiroz Galvão e UTC Engenharia, todas investigadas no petrolão. Nas mesmas eleições, a

campanha da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), derrotada ao Governo do Paraná, pôs as mãos em R$ 2,8 milhões doados pela Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia e UTC.

As maiores contribuições de empreiteiras que atuavam na Petrobras, em 2014, forraram a campanha de Renan Filho (PMDB-AL), eleito governador de Alagoas. Filho de Calheiros, embolsou R$ 7,3 milhões de seis suspeitas.

Beneficiados por doações oficiais de acusadas de integrar o cartel, na campanha de 2014: senador Benedito de Lira (PP-AL), R$ 1,5 milhão da OAS, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia; deputado Nelson Meurer (PP-PR), R$ 1,1 milhão da Galvão Engenharia; e senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), R$ 1 milhão da Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão e UTC.

Do vice-governador da Bahia, João Leão (PP-BA), na "lista do Janot":

> — Estou cagando e andando, no bom português, na cabeça desses cornos todos.

Em mais um golpe contra os corruptos, o Superior Tribunal de Justiça acatou, em 12 de março de 2015, solicitações do MPF para investigar os governadores do Rio e do Acre, Luiz Fernando Pezão (PMDB) e Tião Viana (PT). Sérgio Cabral (PMDB), ex-governador do Rio, e seu ex-secretário da Casa Civil, Régis Fichtner, também seriam investigados. Todos suspeitos de receber propina. Conforme Paulo Roberto Costa, dinheiro sujo financiou a reeleição de Cabral em 2010. Na ocasião, Pezão se elegeu vice-governador. A vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, citou a delação de Paulinho no pedido de inquérito contra os políticos fluminenses:

> "As informações fornecidas pelo colaborador revelam uma dinâmica semelhante a diversos outros casos, todos convergindo para um padrão de atuação ilícita, em que agentes políticos recorriam ao diretor da Petrobras para intermediar valores junto às empreiteiras contratadas pela estatal para cobrir despesas de campanha eleitoral."

Ex-ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra (PSB-PE) foi o sexto ocupante do primeiro escalão de Dilma Rousseff incluído no rol dos investigados pelo escândalo na Petrobras. O ministro Teori Zavascki, do STF, aceitou pedido do MPF em 13 de março de 2015 para apurar se Bezerra recebera propina. Quando secretário estadual, nas eleições de 2010, ele teria agido para favorecer o ex-governador Eduardo Campos (PSB-PE).

Com os novos casos, havia 55 políticos investigados no petrolão.

Cristiano Kok, presidente do Conselho de Administração da Engevix, disse à Folha de S.Paulo que pagou de R$ 6 milhões a R$ 7 milhões de propina por contrato de R$ 700 milhões na Refinaria Abreu e Lima, e cerca de R$ 3 milhões por obra em refinaria em Cuba, patrocinada pelo governo do Brasil:

> — Pagamos em prestações mensais para três empresas do Alberto

Youssef, como se fosse prestação de serviços. Quando começou a Lava Jato, ficamos sem dinheiro e paramos tudo. Só que Youssef tinha duplicatas assinadas por nós e as descontou no banco. O banco veio atrás e tivemos que pagar para não ficar com o nome sujo.

O empresário deu a sua versão para o pagamento de suborno:

— Era para não ser prejudicado nos pagamentos de aditivos e das medições da obra. Os contratos, a gente ganhou por licitação. Mas, para receber em dia, e ter as medições aprovadas, tem que pagar comissão, taxa de facilitação, propina, chame do que você quiser. Você começa a obra, monta equipe, se instala, transpira um pouquinho e aí começam a aparecer as dificuldades para receber. Era chantagem mesmo. Extorsão.

Kok admitiu erros, mas não dispor de força para enfrentar extorsão:

— Será que alguma empresa poderia ter denunciado que estava sendo extorquida pelo Paulo Roberto? No mundo real não dá para fazer isso. Você sai do mercado, seu contrato é cancelado, vão comer teu fígado.

Em entrevista ao repórter David Friedlander, afirmou que a Petrobras foi vítima de má gestão. Eis a declaração:

— Os políticos aparelharam essa máquina com gestores incompetentes, para obter vantagens pessoais ou para seus partidos. A versão que tem sido divulgada é que a Petrobras foi assaltada por um bando de empreiteiras. A verdade é que os políticos aparelharam a Petrobras para arrancar dinheiro das empreiteiras.

Kok reconheceu que a Engevix foi procurada pelo tesoureiro Edinho Silva (PT-SP) em 2014, e deu R$ 3 milhões à campanha de Dilma Rousseff:

— Tudo registrado. Agora, evidentemente, quando você apoia um partido ou um candidato, no futuro eles vão procurar ajudá-lo de alguma forma, não tenha dúvida. É política de boa vizinhança.

O empresário disse que obras sem projetos, caso da Petrobras, geravam custos com acréscimos. E que empresas, com “certa organização”, decidiam entre si quais obras caberiam a cada uma. Mas negou o cartel:

— Num cartel, um grupo de empresas se organiza para combinar os preços do mercado. No caso da Petrobras, ela é a única compradora, ela estabelece preço e ela escolhe quem participa. Não há a menor chance de entrar numa obra se ela não quiser.

Ao jornal O Estado de S. Paulo, Deltan Dallagnol criticou a impunidade:

— Deve haver uma firme punição para que esse modelo de negócio levado a efeito mediante a corrupção não valha a pena, forçando as próprias empresas a se reorganizarem e desenvolverem mecanismos

preventivos que as mantenham distantes de práticas ilícitas.

Dallagnol falou aos repórteres Fausto Macedo e Ricardo Brandt. Defendeu a prisão de agentes públicos, políticos, empresários e operadores, "em uma forte reação institucional contra esse para lá de absurdo desvio de bilhões de reais":

> — Corrupção dessas proporções deve ser punida de modo mais firme do que um homicídio, porque ela mata muitas pessoas. Ela rouba ainda a escola, a água encanada, o remédio e a segurança de milhões de brasileiros. Os agentes públicos têm um dever qualificado de proteção da coisa pública, o que deve ensejar uma punição qualificada. Uma punição firme e efetiva, e é o que o Ministério Público quer para esse e para outros casos. Precisamos de mudanças na legislação para poder entregar o que a sociedade espera.

Dinheiro vivo e um bom jantar

Além de Paulo Roberto Costa e de Youssef, outros envolvidos no escândalo concordaram em colaborar com a Justiça. As delações transformaram-se em pedras nos sapatos dos acusados no petrolão. Examinemos o caso de Edison Lobão (PMDB-MA). De acordo com Paulinho, o senador pediu R$ 1 milhão em 2008, quando era ministro de Minas e Energia no governo Lula. Lobão manteve o posto no primeiro escalão de Dilma Rousseff.

Conforme a delação premiada de Dalton Avancini, executivo da Camargo Corrêa, Lobão pediu e recebeu R$ 10 milhões em 2011, pelo contrato da Camargo Corrêa na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Avancini também denunciou tratativas de suborno com Lobão nas obras da Usina Nuclear de Angra 3, em Angra dos Reis (RJ).

Delator importante para desbaratar a organização criminosa, Pedro Barusco depôs à CPI da Petrobras em 11 de março de 2015. Afirmou ter repassado US$ 300 mil ao tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, durante a campanha eleitoral que elegeu Dilma Rousseff pela primeira vez, em 2010.

Segundo Barusco, a propina fora solicitada por Renato Duque à holandesa SBM Offshore. O tesoureiro da campanha do PT era José de Filippi Júnior (PT-SP), ex-prefeito de Diadema (SP) e secretário de Saúde do prefeito Fernando Haddad (PT-SP) em 2013. Barusco confirmou o repasse a Vaccari:

> — Solicitaram à SBM um patrocínio de campanha, só que não deram diretamente. Eu recebi o dinheiro e repassei, num acerto de contas em outro recebimento.

Barusco disse que as reuniões com Vaccari se davam nos restaurantes dos hotéis Windsor, no Rio, e Meliá, em São Paulo:

> — Os encontros demoravam uma hora, uma hora e meia, e

eventualmente a gente jantava. Eu não comparecia a todos os encontros. Em geral quem ia era o Duque.

O delator falou sobre a entrega de US$ 150 milhões a US$ 200 milhões ao PT pelo cartel – desviados de obras das empreiteiras investigadas:

— Isso cabia ao Vaccari gerenciar. Ele que era responsável. Não sei como ele recebia, para quem ele distribuía, se era oficial, extraoficial. Daquele percentual cabia a ele uma parte.

As informações de Barusco tinham credibilidade. Ele foi gerente de Duque, supostamente o principal interlocutor do PT no esquema, e tomou a iniciativa de devolver o dinheiro roubado.

O MPF anunciou a repatriação de R$ 182 milhões depositados em contas de Barusco na Suíça 24 horas após seu depoimento à CPI. O delator autorizou as transferências como parte do acordo com a Lava Jato. À época foi o maior valor já recuperado pelo Brasil, em todos os tempos.

O Ministério Público suíço informou em 18 de março de 2015 que devolvera ao Brasil US$ 120 milhões do esquema fraudulento. Ao todo, US$ 400 milhões (equivalentes a R$ 1,3 bilhão na época) estavam congelados na Suíça. Vasculhara mais de 300 contas vinculadas a 30 bancos suíços. Entre os envolvidos, Banque Safra, HSBC, Royal Bank of Canada, Banque Cramer, Lombard Odier, Pictet, Julius Baer, UBS e PKB. A maioria dos beneficiários era de executivos da Petrobras, empresários e intermediários ligados ao sistema de corrupção na estatal brasileira.

US$ 77 milhões teriam sido transferidos da multinacional SBM Offshore a duas *offshore* do brasileiro Júlio Faerman, representante da holandesa no Brasil. Uma das *offshore*, Jandell Investments, recebeu US$ 36 milhões. Outra, Bien Faire, US$ 46 milhões. Barusco embolsou US$ 22 milhões das duas, sendo US$ 8 milhões em sua própria *offshore*, a Tropez Real State.

Um aditivo ao contrato de 1999 entre SBM e Faerman estipulou pagamento de US$ 311 mil à Faercom Energia, de Faerman. A assinatura ocorreu um mês antes das eleições presidenciais de 2010 no Brasil. A multinacional entregou o documento ao Ministério Público holandês.

Conforme a documentação, o aditivo relacionava-se à construção de plataforma no Campo de Charlote, no litoral do Espírito Santo, pela holandesa. A SBM admitiu pagamento de US$ 139 milhões a Faerman, em troca de contratos com a Petrobras até 2012. A brasileira contratou a multinacional em oito plataformas, por US$ 27 bilhões.

A SBM transferiu US$ 311 mil para conta da Bien Faire, de Faerman, com sede nas Ilhas Virgens Britânicas. A *offshore* servia para entregar propina a funcionários da Petrobras. Segundo os investigadores da Lava Jato, o repasse reforçou depoimento de Barusco segundo o qual ele repassou US$ 300 mil à campanha de Dilma Rousseff em 2010. Em acordo com a Justiça da Holanda, em 2014, a SBM

concordou em pagar US$ 240 milhões de multa por subornar autoridades no Brasil, Angola e Guiné Equatorial. O caso foi considerado o maior escândalo de corrupção da história da Holanda.

Genial: tudo foi culpa da CIA

O MPF denunciou Duque, Vaccari e mais 25 pessoas acusadas de envolvimento no escândalo da Petrobras. Em 16 de março de 2015, Duque voltou para a prisão, acusado de tentar ocultar 20 milhões de euros em vários países, entre eles o Principado de Mônaco. O dinheiro não estava declarado. Duque ficaria bom tempo atrás das grades.

Registro: a operação que o levou à cadeia ocorreu um dia após o 15 de março de 2015, dia da maior manifestação política de todos os tempos no Brasil, até aquela data. Além do "fora Dilma", milhões de pessoas nas ruas de dezenas de cidades pediram "basta à corrupção".

Conforme a denúncia do MPF contra Duque, houve desvio de R$ 135 milhões em quatro obras. R$ 4,2 milhões rechearam o caixa do PT por meio de doações "legais". Do coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol:

> — Eram repasses de propina disfarçados de doações eleitorais, a fim de esconder a ilicitude aparente dos recursos. Ou seja, o pagamento de propina era disfarçado em pagamento eleitoral, com aparência lícita, apenas uma aparência.

Duque agiria em nome de 16 empresas do cartel, em obras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas, Refinaria de Paulínia, Gasoduto Pilar-Ipojuca e Gasoduto Urucu-Coari. Entre os denunciados: os operadores Adir Assad, Mario Goes e seu filho Lucélio Goes. A Setal, ligada a Augusto Mendonça de Ribeiro Neto, atuou para forjar consultorias e justificar desvios de R$ 117 milhões da Presidente Getúlio Vargas. R$ 4,2 milhões seguiram a Vaccari.

O MPF relacionou datas de pagamentos da Petrobras com doações ao PT:

> "A vinculação entre doações políticas e pagamentos feitos pela Petrobras aos Consórcios Interpar e Intercom pode ser comprovada pela comparação entre as datas em que a Petrobras pagou os consórcios e as datas, subsequentes, em que empresas controladas por Augusto Mendonça promoveram a transferência de propina disfarçada de doações oficiais para partido político."

Os R$ 4,2 milhões acabaram nos diretórios do PT – o nacional, da Bahia, de Porto Alegre e do município de São Paulo.

Segundo o investigado, R$ 47 milhões irrigaram contas de Duque e Barusco: R$ 36 milhões em operações de cinco empresas de fachada de Adir Assad e R$ 11 milhões por meio de pessoas jurídicas de Julio Camargo e Mario Goes. Vaccari foi denunciado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Como se sabe, Vaccari fora acusado pelo vice-presidente da Camargo Corrêa, Eduardo Leite. O tesoureiro o teria procurado em 2010, com vista a obter R$ 10 milhões oficialmente ao PT. Conforme Vaccari explicaria a Leite na época, a Camargo Corrêa devia os R$ 10 milhões por obras da Petrobras. O partido queria receber na forma de doações à campanha daquele ano.

Gérson Almada, vice-presidente da Engevix, também mencionou Vaccari. Disse que repassou propina ao tesoureiro a pedido de Milton Pascowitch, investigado como operador da Diretoria de Serviços. Almada, preso, admitiu que as comissões variavam de 0,5% a 1% dos contratos com a Petrobras. Segundo ele, Pascowitch intermediou três reuniões da Engevix com o ex-ministro José Dirceu (PT-SP).

O MPF não usou meias palavras ao se referir ao tesoureiro:

> "Não há qualquer dúvida de que João Vaccari tinha plena ciência do esquema ilícito. Há evidências de que os esquemas na Petrobras serviam a partidos políticos e a projetos pessoais de enriquecimento ilícito de detentores de cargos públicos, inclusive dele próprio."

Setores do PT passaram a defender o desligamento de Vaccari do cargo de tesoureiro, mas não tiveram forças. Vaccari sabia muito. Quem o peitaria?

Para o juiz Sérgio Moro era "assustador" Duque ter continuado a manipular propina até novembro de 2014, quando transferiu de contas na Suíça 20 milhões de euros. Isso se deu oito meses após a deflagração da Lava Jato. Mônaco interditou a soma. Em moeda nacional, R$ 68 milhões.

Na casa de Duque apreenderam 131 obras de arte de artistas como Joan Miró, Alberto Guignard, Djanira, Heitor dos Prazeres, Agostinho Batista de Freitas, Antonio Poteiro e Yara Tupynambá. Tudo escondido num cômodo oculto. Segundo o relatório da Polícia Federal, os quadros estavam em "compartimento secreto", com documentos e bens de "alto valor". As obras foram para o Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba.

Descobriu-se que, provavelmente, enganaram Duque. Ele pagou caro por gravura barata de Joan Miró. Peça de Oiticica não valia mais que R$ 5 mil. No cômodo secreto atrás de armário embutido, com acesso por controle remoto, investigadores acharam telas aparentemente falsas de Guignard e nota fiscal de quadro de Alfredo Volpi – no valor de R$ 400 mil. A obra não estava lá. No final, tudo somava menos de R$ 500 mil. A escultura Raízes, de Frans Krajceberg, custara R$ 250 mil. Pascowitch a comprara.

Sérgio Moro justificou em despacho a ordem para capturar o ex-diretor:

> "Há boa prova da prática de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e participação em fraudes à licitação por parte de Renato Duque, que, juntamente, com o demonstrado risco à ordem pública, que inclui o risco à recuperação integral dos ativos criminosos mantidos no exterior, autorizam a decretação da prisão preventiva."

O juiz da Lava Jato acrescentou, a respeito de Duque:

> "Jamais admitiu perante o Juízo ou ao STF que teria contas no exterior, ainda que o montante bloqueado seja absolutamente incompatível com os rendimentos que recebia como ex-diretor da Petrobras."

Para deleite do leitor, o achado de Sibá Machado (PT-AC), líder do partido na Câmara dos Deputados, publicado nas redes sociais. A culpa de tudo era, afinal, da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos:

> "Suspeita: que a CIA esteja coordenando a Campanha pelo enfraquecimento dos governos da América do Sul 'não alinhados', tal como fizeram para instalar as Ditaduras Militar nos anos 60. A 'Orquestra é completa'!"

Novo alvo da Lava Jato, o ex-diretor Internacional Jorge Luiz Zelada teve 11,6 milhões de euros bloqueados em duas contas do banco Julius Baer em Mônaco (R$ 40 milhões, valores de março de 2015). O MPF descobriu que Zelada controlava a *offshore* Rockfield Internacional.

O procurador Deltan Dallagnol voltou a reclamar do sistema jurídico:

> — Se tivéssemos o crime de enriquecimento ilícito, ofereceríamos acusação criminal contra Zelada. Porque não o temos, devemos prosseguir nas investigações, até alcançarmos provas consistentes. Hoje só podemos acusar agentes públicos por corrupção se tivermos prova do ato corrupto. Não basta você provar que determinada pessoa, funcionário público, que sempre ganhou valor moderado, tem zilhões de reais no exterior.

A dança dos comparsas

Com a quebra do sigilo fiscal, oficializou-se: José Dirceu era milionário. A JD Assessoria e Consultoria declarou à Receita Federal que recebeu R$ 29,3 milhões entre 2006 e 2013. O lucro do político alcançou R$ 6,5 milhões. A Lava Jato descobriu depois que a JD faturara R$ 39,1 milhões no período, levando em consideração valores recebidos no exterior, de empresas na Venezuela, México e Espanha. O patrimônio pessoal de Dirceu subira de R$ 325 mil, em 2004, para R$ 1,4 milhão, o declarado em 2013.

A RF identificou que a JD foi contratada por quatro empresas do cartel: OAS, por R$ 3 milhões; UTC, R$ 2,3 milhões; Engevix, R$ R$ 1,1 milhão; e Camargo Corrêa, R$ 900 mil. O que levaria concorrentes do mesmo setor, no mesmo período de tempo, a contratar o mesmo consultor? No caso do pagamento de R$ 1,1 milhão da Engevix, outro problema: havia apenas um contrato que previa a consultoria, no valor de R$ 300 mil.

A RF relacionou rendimentos de um escritório de advocacia e da sociedade entre Dirceu e o irmão, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva. Um contrato chamou atenção:

parceria entre a JD e a Jamp Engenheiros Associados, de Milton Pascowitch, no valor de R$ 1,4 milhão. Pascowitch intermediava a relação entre o cartel, a Diretoria de Serviços e o caixa do PT.

Em delação premiada, Gérson Almada, vice-presidente da Engevix, confirmou que Pascowitch arrecadava propina da Engevix e a repassava a Duque e a Vaccari. Do relatório da RF sobre Dirceu:

> "Chama atenção a baixa movimentação financeira do contribuinte, sempre muito inferior aos rendimentos declarados."

Os auditores estranharam R$ 400 mil pagos com recursos próprios de Dirceu em maio de 2012 porque o dinheiro não circulou por sua conta corrente. Suspeitaram de "possível movimentação financeira incompatível". Em outra transação curiosa, R$ 230 mil foram emprestados por Dirceu ao irmão Luiz Eduardo.

Interessante notar que o maior faturamento da JD, de R$ 7 milhões, ocorreu em 2012, ano em que Dirceu foi condenado por envolvimento no mensalão. Em 2013, quando esteve preso, a JD recebeu R$ 4,1 milhões. Explicação de Almada para o "*lobby* internacional", suposta especialidade de Dirceu:

> — Fizemos uma viagem para o Peru com José Dirceu, onde ele tinha excelente relacionamento. Fala com todo mundo, bota você nas melhores coisas, mas não aconteceu nada. Encerramos o contrato.

A PF investigou a compra de dois imóveis em São Paulo. O mais polêmico, adquirido em 2012, a sede da JD. Para justificar a bela casa da Avenida República do Líbano, 1.827, na privilegiada região do Parque Ibirapuera, zona sul da cidade, a defesa de Dirceu informou que Pascowitch pagou R$ 400 mil aos proprietários, uma das parcelas do negócio de R$ 1,6 milhão.

Para informação do leitor, Pascowitch estava preso preventivamente quando circulou a notícia da compra da sede da JD. E o escritório da JD, desativado. Outro imóvel suspeito esteve no nome do irmão Luiz Eduardo. Era um apartamento na zona sul de São Paulo, de R$ 700 mil, usado por Dirceu como residência. O caso envolvia uma filha de Dirceu, Camila. Apontada como proprietária do apartamento, ela vendeu uma casa à Jamp de Pascowitch. Dirceu emprestou R$ 230 mil para a transação do apartamento, mas a quantia não circulou nas contas dos investigados.

Preso em Curitiba, Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia, confirmou em depoimento que os pagamentos à JD faziam parte do esquema de propina. Relatou que Vaccari autorizava descontar os repasses a Dirceu da propina à Diretoria de Serviços. O ex-ministro procurava empreiteiras oferecendo seus serviços, mas não mencionava as comissões. A Camargo Corrêa o contrataria a fim de evitar dores de cabeça com a Petrobras.

Por meio de assessoria, Dirceu defendeu a JD. Justificou que a maioria das consultorias era no exterior. Conveniente. Mais difícil atestar se algum trabalho foi

realizado. Que vergonha! – reagiriam petistas históricos. Uma das principais lideranças do partido tornou-se consultor de grandes empresas, para que potencializassem os lucros. O "revolucionário" transformara-se num ativista do sistema capitalista.

Da mesma forma que Dirceu, Lula divulgou que recebeu boas somas por palestras ministradas a grandes empresas. Justificava assim o seu padrão de vida. Trabalhava para ajudá-las a ganhar dinheiro e a aumentar os lucros.

Pesquisa do Datafolha realizada em 16 e 17 de março de 2015 apontou que oito de cada dez brasileiros tinham a opinião de que Dilma Rousseff sabia da corrupção na Petrobras. Segundo o levantamento, seis de cada dez pessoas acreditavam que a presidente "deixou" os crimes ocorrerem.

Duque depôs à CPI da Petrobras em 19 de março de 2015. Chamado de corrupto, ladrão e bandido, não reagiu. Repetiu, 66 vezes: "Reservo-me o direito de ficar calado". Foi o que disse ao ser indagado se conhecia Vaccari. Manifestou-se três vezes. Negou que a mulher, Maria Auxiliadora Tibúrcio Duque, se encontrou com Lula para ameaçar implicá-lo no escândalo se o marido continuasse preso. Negou parentesco com Dirceu. E rebateu, ao ser chamado por engano de Pedro Barusco, o homem que atuou como seu braço-direito e virou delator da Lava Jato:

— Não me confunda com Pedro Barusco.



QUADRILHAS ESMIUÇADAS

João Vaccari Neto e Renato Duque tornam-se réus da Lava Jato

João Vaccari Neto, tesoureiro nacional do Partido dos Trabalhadores, virou réu da Operação Lava Jato em 23 de março de 2015. O juiz Sérgio Moro aceitou denúncia do Ministério Público Federal. Protegido por Lula, Vaccari continuava a responder pelo setor financeiro do partido. Ao mesmo tempo tornou-se réu Renato Duque, ex-diretor de Serviços, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro com outros 25 investigados. Com a decisão, abriu-se o primeiro processo contra os dois homens que, conforme as apurações, comandaram a distribuição de propina de contratos da Petrobras dentro do PT. Quanto a Duque, ainda foi denunciado por formação de quadrilha.

As acusações basearam-se em irregularidades em obras de gasodutos e refinarias contratadas pela Diretoria de Serviços. Estimou-se desvios de R$ 136 milhões. Vaccari arrastou a cúpula do Governo Federal para a crise. Afinal, dinheiro que angariara pagou despesas das campanhas eleitorais que elegeram duas vezes Dilma Rousseff.

Por que expor a presidente da República assim? Por que Lula não afastou logo o tesoureiro?

Uma semana após a denúncia, o doleiro Alberto Youssef depôs à Justiça Federal do Paraná. Reafirmou que mandara entregar R$ 800 mil em espécie a Vaccari. A propina, da Toshiba Infraestrutura, vinculava-se a obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro em 2009, ainda no governo Lula.

Segundo Youssef, R$ 400 mil foram retirados em seu escritório em São Paulo. Marice Corrêa de Lima, cunhada de Vaccari, buscou a grana:

— Eu entreguei esse valor pessoalmente.

Outra parte seguiu à sede do PT em São Paulo. Conforme o doleiro, Rafael Ângulo Lopez, a seu serviço, transportou-a em malas de viagem num Porsche Cayenne blindado. Acompanhou-o José Alberto Piva Campana, da Toshiba, encarregado de entrar no prédio e repassar o dinheiro ao tesoureiro. Segundo Lopez, Campana participou de duas entregas atreladas à Toshiba ao PT. A primeira de R$ 200 mil, a segunda de R$ 350 mil.

Em depoimento anterior, Youssef dissera que Vaccari embolsou parte do dinheiro em restaurante da região da Avenida Paulista, mas um telefonema a Lopez mudou o local do encontro para a sede do PT. No total, a Toshiba repassaria R$ 1,5 milhão a Vaccari.

Youssef esclareceu, ainda, ter procurado dois deputados do PT – André Vargas (PR) e Cândido Vaccarezza (SP) – para que abrissem o Ministério da Saúde à

Labogen, com a qual pretendia negociar com o governo:

— No Brasil, nada se faz sem *lobby*.

Leonardo Meirelles, réu da Lava Jato, era sócio de Youssef na Labogen. Em delação premiada, confessou que abriu três contas na China e em Hong Kong pelas quais circularam US$ 140 milhões. Por fazer parte do esquema, ganhou US$ 1,5 milhão. Meirelles comprava empresas quebradas e as usava para simular a importação de produtos químicos, enviando dinheiro para a China. Oriundas de repasses ilegais, as somas serviam para fazer pagamentos a corruptos no exterior.

Já Marice Corrêa de Lima fez operação imobiliária suspeita em 2013. Vendeu para a OAS um apartamento no Guarujá (SP) por R$ 430 mil, no condomínio do suposto tríplex de Lula. A história vem adiante. No caso do imóvel de Marice, fora adquirido por cerca de R$ 200 mil, dois anos antes.

Como se verá, as propriedades apontadas como de Lula e da cunhada de Vaccari no Guarujá faziam parte de construção patrocinada pela Bancoop, a cooperativa de bancários de São Paulo, presidida pelo tesoureiro do PT. Depois transferiram-na à OAS. A OAS, aliás, solicitou a Youssef que entregasse R$ 110 mil em dinheiro vivo a Marice, naquele ano de 2013.

A situação de Renato Duque só se agravava. Conta do ex-diretor da Petrobras em Mônaco, vinculada à *offshore* Milzart Overseas Holdings, do Panamá, recebeu dois depósitos de US$ 875 mil em 2009. Vieram da *offshore* Constructora Internacional Del Sur, apontada pela Lava Jato como intermediária de repasses ilegais da Construtora Norberto Odebrecht.

Descobriu-se que o dinheiro depositado na Constructora Internacional Del Sur veio de conta bancária do Credicorp Bank, de Genebra. Youssef confirmou que a Odebrecht usava a *offshore* para efetuar remessas. As comissões referiam-se a obras na Refinaria Abreu e Lima. Youssef citou a Braskem, sociedade entre Odebrecht e Petrobras:

— Odebrecht e Braskem, era comum fazerem esses pagamentos lá fora, ou ela me entregava em dinheiro vivo no escritório da São Gabriel.

Pedro Barusco citou a Constructora Internacional Del Sur. Disse que a Odebrecht a usou para realizar transferências à sua conta no Credit Corp Bank AS, de Genebra. Barusco deu detalhes de uma transação de US$ 916 mil, envolvendo a Constructora Internacional Del Sur e *offshore* no Panamá.

Quem tentou minimizar as coisas foi Luiz Flávio D'Urso, advogado de Vaccari. Admitiu que o tesoureiro, Duque e Barusco reuniam-se para jantar:

— Vaccari tinha uma relação próxima com Duque. E Barusco era próximo de Duque. Mas nenhum deles frequentava a casa um do outro.

Ao cumprir mandado de busca e apreensão na residência de Duque, a PF encontrou notas fiscais de supostas consultorias do ex-diretor, após sair da Petrobras.

Tudo indicava a mesma estratégia de Paulo Roberto Costa, assim que deixou a Diretoria de Abastecimento. Duque simularia prestação de serviços pela D3TM, para receber dívidas de propina das empreiteiras.

A revista Carta Capital deu detalhes sobre a compra de três apartamentos por Duque na Barra da Tijuca. Dois imóveis de R$ 800 mil e um de R$ 1,2 milhão. O problema: a parcela de R$ 730 mil, saldada pela Jamp, de Milton Pascowitch. Suspeita: o dinheiro teria origem em acertos na Petrobras, suborno da Engevix à Diretoria de Serviços.

A PF achou dez notas fiscais da D3TM à Jamp, de R$ 100 mil cada. Mas não havia cópias de consultorias, estudos ou relatórios elaborados por Duque para justificar o recebimento do R$ 1 milhão. Também apreenderam 27 notas, no valor de R$ 6 milhões, de supostas consultorias à UTC, de Ricardo Pessoa. Duque e o empreiteiro estavam presos no Paraná. Já a OAS, conforme a documentação, recebeu seis notas fiscais da D3TM e pagou R$ 1,6 milhão ao ex-diretor, entre dezembro de 2013 e maio de 2014. A Iesa Óleo e Gás também contratou a D3TM.

Os indignados da Pátria

No olho do furacão, Lula preparava uma guerra contra a Lava Jato. Reuniu representantes dos 27 diretórios do PT no salão de um hotel em São Paulo em 30 de março de 2015. Determinou que todos deixassem os celulares fora do recinto. A cada vez que alguém saía para ir ao banheiro, Lula pedia, insistente, que a porta fosse fechada. Não queria jornalistas, do lado de fora, ouvindo os planos.

Presente à reunião, Antônio Palocci (PT-SP). Como se sabe, o então ministro da Fazenda deixou o governo Lula em 2006 acusado de violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que cuidava de imóvel alugado por amigos de Palocci em Brasília. Divertiam-se com garotas de programa. Palocci o frequentava. Santos Costa relatou a jornalistas o que se passava no casarão. O ex-ministro achou que políticos de oposição o financiavam e bisbilhotou sua conta bancária. Não tinha dinheiro de político. Com o escândalo, deixou o governo.

A revista IstoÉ tratou das consultorias simuladas por Palocci. Teriam carreado até R$ 100 milhões da Petrobras ao PT. Além de montar uma empresa, o ex-ministro coordenou a campanha de Dilma Rousseff em 2010. Eleita, ela o nomeou ministro da Casa Civil. Caiu em seguida, quando os jornais descobriram o enriquecimento com as tais consultorias. Em 2006 ele intermediaria a compra do Estaleiro Rio Grande pela WTorre, que o arrendou à Petrobras. Sem história no setor naval, contrataram-na para construir cascos de plataformas marítimas. Negócio de US$ 6,5 bilhões.

Neófito e orientado por Palocci, o Estaleiro Rio Grande buscou parceiras internacionais, como a da holandesa SBM Offshore, uma corruptora confessa. A associação não frutificou e o ex-ministro agiu, em 2010, para vender o estaleiro à Engevix, um negócio do qual participou o Funcef – fundo de pensão dos servidores

da Caixa Econômica Federal. Após comprá-lo, a Engevix ganhou contrato de US$ 2,3 bilhões. Deveria construir três navios-sonda para a Petrobras. A WTorre também fez bom negócio. Investiu R$ 170 milhões e saiu do estaleiro com R$ 410 milhões.

Tem mais Palocci e WTorre. Segundo a IstoÉ, o ex-ministro conseguiu negócio bilionário para a construtora. A WTorre investiu R$ 600 milhões e ergueu quatro edifícios modernos no centro do Rio. Sem passar por licitação, assinou contrato para locá-los à Petrobras. Válido até o ano de 2039. R$ 100 milhões anuais, reajustados todos os anos.

No dia seguinte à reunião com os 27 diretórios, Lula encontrou-se com sindicalistas e militantes em São Paulo. Entre os aliados, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), ex-presidente da Petrobras na maior parte dos governos Lula – justamente no período investigado pela Lava Jato. Gabrielli ergueu o braço direito com o punho cerrado, fazendo o gesto que marcou as prisões de José Dirceu (PT-SP) e José Genoíno (PT-SP), condenados pelo mensalão. Lula o defendeu:

> — Tenho orgulho de ter sido o presidente que te indicou tesoureiro e presidente da Petrobras.

Em outro trecho de seu discurso, Lula dissimulou:

> — Hoje, se tem um brasileiro indignado, sou eu. Indignado com a corrupção. E tenho a certeza de que este País nunca teve ninguém com a valentia da presidenta Dilma de fazer investigação contra quem quer que seja.

Uma semana depois, Dilma Rousseff concedeu entrevista ao canal de televisão CNN en Español. Palavras da presidente da República:

> — Se dinheiro de suborno chegou a alguém, essa pessoa será responsável. Eu tenho certeza de que minha campanha não teve dinheiro de suborno.

Na prática, o governo Dilma atrapalhou as investigações. Vejamos: a Controladoria-Geral da União trabalhou em processos administrativos envolvendo 29 fornecedoras da Petrobras. Se condenadas, pagariam multas. Mas disporiam da alternativa de firmar acordos de leniência, livrando-se de condenações mais pesadas, como a restrição a novos contratos com a administração federal.

O Palácio do Planalto argumentava que a eventual falência das empreiteiras agravaria a crise econômica. O Ministério Público Federal era contra a assinatura de acordos, sem o seu aval. Afinal, a CGU não dispunha de acesso a tudo o que fora levantado em investigações criminais sigilosas.

Em 9 de abril de 2015 Vaccari depôs à CPI da Petrobras. Negou qualquer malfeito. Um funcionário do Congresso soltou roedores no local da sessão. Houve tumulto. Hamsters e esquilos-da-mongólia chegaram aos pés do deputado Zeca Dirceu (PT-PR), filho do ex-ministro José Dirceu.

Haja lama no pedaço

Em delação premiada, Rafael Ângulo Lopez, braço-direito de Youssef, relatou aos investigadores como fazia para transportar dinheiro em viagens aéreas. Cena de cinema: juntava montes de cédulas e embrulhava pacotes com filme plástico, aquele usado para embalar alimentos. Com um alfinete, furava os pacotes e os prensava com as mãos. Tirava assim todo o ar dos embrulhos, compactando-os e diminuindo ainda mais o tamanho de cada um. Depois vestia coletes ortopédicos e meias elásticas, comprimindo o próprio corpo. Fixava os pacotes nas pernas, tórax e nas costas, com fita de alta aderência. Completava o serviço vestindo roupas largas e escuras para disfarçar o carregamento. "Mula" profissional. Impressionante.

Lopez levava até 5 mil cédulas no corpo – R$ 500 mil em cédulas de 100, ou US$ 500 mil se fosse em moeda dos Estados Unidos. Ou podia levar até 2,5 milhões de euros, se transportasse cédulas de 500 euros – o equivalente a R$ 8,7 milhões na época.

Além das entregas em dinheiro, cuidava de transferências externas. Apresentou à Lava Jato comprovantes de depósitos internacionais feitos pela Odebrecht e Braskem. Detalhou encontros com Alexandrino de Alencar, diretor da Odebrecht, a quem repassava informações sobre contas para transferências no exterior. Depois retirava comprovantes dos depósitos fora do Brasil. Lopez confessou transações no Brasil e no exterior em nome da OAS. Citou viagens ao Peru, Panamá e Trinidad e Tobago. Informou que recolhia dinheiro no escritório da OAS em São Paulo. Estimou que levava de lá, a cada visita, de R$ 300 mil a R$ 500 mil.

Organizado, registrou as entregas em planilhas. Traziam datas, apelidos dos beneficiários. Acrescentava ao lado do nome do político a inscrição "band" – de bandido. O senador Fernando Collor (PTB-AL), o "FC" da planilha, aguardava em certa ocasião uma soma em seu luxuoso apartamento de 600 metros quadrados em São Paulo. Para lá dirigiu-se. Entregou o dinheiro ao senador e reproduziu o diálogo:

— Encomenda do Alberto Youssef para o senhor.

— Que encomenda?

— O senhor sabe o que é isso.

Lopez não gostava de Collor, pois em seu governo (1990 – 1992) teve o dinheiro da poupança confiscado. Ao sair do apartamento, resmungou:

— Velho gordo.

A Justiça do Paraná ordenou o sequestro de R$ 163 milhões da empreiteira Queiroz Galvão. O MPF solicitou o bloqueio para pagar parte dos R$ 372 milhões que a Queiroz desviou da Petrobras. O dinheiro deveria ressarcir os cofres públicos. Em outra ação, a Justiça Federal leiloou por R$ 206 mil o Porsche Cayman da doleira Nelma Mitsue Kodama.

O juiz Sérgio Moro autorizou a transferência de presos da Lava Jato. Entre eles,

Renato Duque. Seguiram da carceragem da Polícia Federal em Curitiba ao Complexo Médico-Penal de Pinhais (PR). Ali teriam uma hora de banho de sol por dia e chuveiros coletivos. Usariam uniformes de presidiários. Receberiam visitas de duas horas e meia, de dois familiares por semana.

Os delatores do esquema, por sua vez, concluíam os depoimentos e obtinham autorização de voltar para casa. Dalton Avancini e Eduardo Hermelino Leite, presidente e vice-presidente da Camargo Corrêa, deixaram a carceragem da PF. Ficariam à disposição da Justiça em prisão domiciliar, com tornozeleiras eletrônicas. Monitorados por um ano.

Presidente da Galvão Engenharia, Dario de Queiroz Galvão Filho recebeu voz de prisão em 27 de março de 2015. Levaram-no para a cadeia com Guilherme Esteves de Jesus, suspeito de intermediar transferências de US$ 8,2 milhões no exterior, provenientes do Estaleiro Jurong, de Cingapura. Dinheiro supostamente embolsado por dois executivos da Sete Brasil, criada para construir e alugar navios-sonda de exploração do pré-sal.

Além de João Carlos de Medeiros Ferraz, ex-presidente da Sete Brasil, e de Eduardo Musa, seu ex-diretor, teriam se beneficiado da derrama Renato Duque e Pedro Barusco. Além da Petrobras, possuíam ações da Sete Brasil os fundos de pensão Petros (funcionários da Petrobras), Previ (Banco do Brasil) e Funcef (Caixa Econômica Federal). Investimentos sob risco.

Guilherme Esteves de Jesus controlaria a *offshore* Opdale Industries, de onde sairiam transferências para as *offshores* Nativas, Drenos e Firasa, de Barusco, Duque e Ferraz. Não se identificou a empresa de Eduardo Musa.

Conforme a delação premiada de Barusco, a Sete Brasil contratou cinco estaleiros, por US$ 22 bilhões. Deveriam fornecer 21 navios-sondas. Todos pagaram propina. Um mar de lama.

Para a força-tarefa da Lava Jato, Galvão Filho ocupava "posição de maior responsabilidade em relação aos crimes de lavagem de dinheiro e pagamento de propinas a dirigentes da Petrobras". Do juiz Sérgio Moro:

> — Há provas de prática dos crimes por prolongados períodos, que se estendem, ao menos, de 2008 a 2014. A medida se justifica diante dos indícios supervenientes de que era Dario Galvão, como mandante, o principal responsável pelos crimes no âmbito da Galvão Engenharia.

A ordem judicial que determinou a prisão do presidente da Galvão mencionava uma suspeita. A empreiteira apresentou documentos fraudulentos para incriminar Shinko Nakandakari por extorsão. Como se sabe, Nakandakari fez acordo de delação premiada para não ser preso. Teria agido em prol dos interesses da Galvão. Do juiz Sérgio Moro sobre a troca de e-mails entre Nakandakari e a cúpula da Galvão:

> — Tais mensagens corroboram o depoimento de Shinko Nakandakari no sentido de que Dario Galvão não só tinha conhecimento das propinas,

mas era o efetivo mandante de suas realizações.

Nakandakari foi um estorvo para a Galvão. Deu detalhes da propina repassada a Glauco Colepícolo Legatti, ex-gerente da Refinaria Abreu e Lima. Os responsáveis pelo suborno estavam certos de que passariam incólumes pela Lava Jato. Mas Nakandakari esmiuçou o R$ 1 milhão em parcelas a Renato Duque, e os R$ 4,4 milhões entregues a Barusco. Parte da quantia com lastro em notas fiscais de Nakandakari. Do delator:

> — Em linhas gerais você tem as medições mensais e daquelas medições colocava-se um porcentual que saía dos valores da obra. Não era um porcentual fixo, tinha 0,5%, tinha 0,75%, tinha 1,5%, variava. A empresa calculava e me passava.

No despacho em que decretou a prisão de Guilherme Esteves de Jesus, o juiz Sérgio Moro fez considerações sobre o cidadão brasileiro, o principal prejudicado pela roubalheira na Petrobras. Do magistrado:

> "Há quem prefira culpar a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e até mesmo este Juízo pela situação atual da Petrobras, em uma estranha inversão de valores. Entretanto, o policial que descobre o cadáver não se torna culpado pelo homicídio e a responsabilidade pelos imensos danos sofridos pela Petrobras e pela economia brasileira só pode recair sobre os criminosos, os corruptos e corruptores, incluindo os intermediários.

Do delegado federal Edson Fábio Garutti Moreira, da Delegacia de Combate a Ilícitos Financeiros, ao defender autonomia financeira para a PF:

> — A Polícia Federal existe não é para defender governante, não é para defender oposição, é para defender o Estado, para defender a sociedade e para defender o Direito.

Para impedir a concessão de *habeas corpus* a Ricardo Pessoa, acionista majoritário da UTC, Sérgio Moro informou ao Supremo Tribunal Federal, em 7 de abril de 2015, que o empresário continuou a pagar propina por contratos do Governo Federal, mesmo após o início da Lava Jato. Àquela altura, Pessoa já estava preso fazia quase cinco meses, suspeito de ser o presidente do "clube" de empresas que fraudavam contratos da Petrobras.

Entre os argumentos, o juiz afirmou que Pessoa solicitou a Youssef o repasse de propina a integrantes do Governo do Maranhão, em troca do recebimento de precatório de R$ 120 milhões. Referia-se a uma estrada construída pela Constran nos anos 1980. O doleiro fora preso em São Luís há mais de um ano, onde estregaria dinheiro a emissário da governadora Roseana Sarney (PMDB-MA).

Pessoa era sócio de Youssef em hotel em Salvador e em empreendimento imobiliário em Lauro de Freitas (BA). Sem saída, como se verá, o dono da UTC e ex-presidente da Abemi (Associação Brasileira de Engenharia Industrial) se tornaria

mais um réu colaborador da Lava Jato.

‘Tenho vergonha, muita vergonha’

O instituto Estadão Dados analisou doações de R$ 557,4 milhões feitas aos diretórios nacionais de PT, PMDB e PSDB, os principais partidos políticos do País, por 21 fornecedoras da Petrobras envolvidas no petrolão, no período abrangido por quatro eleições – 2008, 2010, 2012 e 2014. Os valores foram atualizados pela inflação no final de março de 2015. O PT recebeu R$ 321,9 milhões. Em seguida o PSDB, R$ 137,9 milhões. O PMDB, R$ 97,6 milhões. As cinco principais doadoras: Andrade Gutierrez (R$ 136,3 milhões), Queiroz Galvão (R$ 103,7 milhões), Camargo Corrêa (R$ 73,4 milhões), grupo Odebrecht (R$ 58 milhões) e OAS (R$ 57,2 milhões). Juntas, 77% das contribuições oficiais às maiores agremiações.

O MPF decidiu olhar com lupa R$ 62,6 milhões doados por oito empreiteiras investigadas na Lava Jato, nas eleições de 2010. Suspeita: dinheiro de propina transferido na forma de doações oficiais, em troca de contratos com a Petrobras. Objetivo: verificar R$ 32,8 milhões embolsados pelo PMDB, R$ 9,8 milhões pelo PT e R$ 9 milhões destinados ao PSDB. Além disso, investigariam R$ 11 milhões em repasses diretos a 14 políticos.

A lista dos 14, a cargo da Procuradoria-Geral da República: Lindbergh Farias (PT-RJ), R$ 2,5 milhões; Gleisi Hoffmann (PT-PR), R$ 1,5 milhão; Humberto Costa (PT-PE), R$ 1 milhão; Eduardo Campos (PSB-PE), R$ 880 mil; Aline Corrêa (PP-SP), R$ 863 mil; Mário Negromonte (PP-BA), R$ 700 mil; Cândido Vaccarezza (PT-SP), R$ 675 mil; Eduardo Cunha (PMDB-RJ), R$ 500 mil; Nelson Meurer (PP-PR), R$ 500 mil; João Pizzolatti (PP-SC), R$ 500 mil; Benedito de Lira (PP-AL), R$ 400 mil; Roberto Teixeira (PP-PE), R$ 250 mil; Pedro Henry (PP-MT), R$ 200 mil; e Renan Calheiros (PMDB-AL), R$ 160 mil.

Para se avaliar o tamanho da encrenca, a holandesa SBM Offshore aceitou indenizar a Petrobras em US$ 1,7 bilhão por ter pago propina em troca de contratos. E nem era investigada pela Lava Jato. Em 20 de março de 2015 o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) divulgou acordo de leniência com a Setal Engenharia e nove funcionários do grupo Toyo Setal.

A Setal confessou a participação, com mais 22 companhias, no cartel que fraudou, subornou e lesou a Petrobras. Admitiu que a organização atuava desde o final dos anos 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Obteve “estabilidade” a partir de 2003, com Lula na Presidência da República. Com o petista vieram as nomeações de Paulo Roberto Costa na Diretoria de Abastecimento, e de Renato Duque na Diretoria de Serviços. Formou-se o “clube das nove” empreiteiras.

O esquema sofisticou-se em 2005 e constituiu-se o “clube das 16”, com a entrada da 16ª integrante, a Galvão Engenharia, em 2007. Outras sete empreiteiras participavam esporadicamente dos acertos, totalizando 23. O cartel reunia-se mensalmente desde 2007, para dividir obras e ditar preços. Houve um racha e

criaram o “clube VIP”, com as que lideravam o conjunto e exigiam primazia nas grandes obras: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão Óleo e Gás e UTC.

As outras integrantes da organização, segundo a delação da Setal: Setal/SOG Óleo e Gás, Mendes Júnior, MPE, Promon, Techint, OAS, Engevix, Galvão Engenharia, GDK, Iesa Óleo e Gás, Skanska Brasil, Alusa (depois Alumini), Carioca, Construcap CCPS, Fidens, Jaraguá, Schahin e Tomé.

Eis a lista dos funcionários da Toyo Setal que contribuíram com as informações: Alberto Jesus Padilia Lizondo, Augusto Mendonça de Ribeiro Neto, Dorian Luis Valeriano Zem, Francisco Vera Codina, Gabriel Aidar Abouchar, José Luis Fernandes, Marcos Pereira Berti, Maurício Mendonça Godoy e Roberto Ribeiro de Mendonça.

Maria das Graças Foster (PT-RJ) apresentou atestado médico para não depor à CPI da Petrobras em 26 de março de 2015. Dilma Rousseff atuou para postergar o depoimento. Mas ela recuou e depôs. A ex-presidente da Petrobras chegou ao Congresso sob forte esquema de segurança, para evitar abordagens de jornalistas. Teve um mérito. Admitiu a roubalheira:

> — Podiam ter todas as suspeitas, mas não tinham os fatos que estão aí. Tenho realmente um constrangimento muito grande por tudo isso, de olhar para vocês. Já passei por várias fases de sentimento. Eu tenho vergonha, muita vergonha.

Em outro momento, protegeu o governo Lula. Afirmou desconhecer os responsáveis pelas indicações dos ex-diretores Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Nestor Cerveró, investigados por corrupção. Reconheceu que a PF descobriu uma organização criminosa. E declarou:

> — Certamente a Petrobras merecia um gestor muito melhor do que eu. Não tenho a menor dúvida disso.

Uma crise econômica sem precedentes abateu o Brasil em 2015. O assunto não é tema deste livro, mas o quadro deveu-se à irresponsabilidade com que as finanças públicas foram administradas nos governos Lula e Dilma Rousseff. A certa altura a conta teria de ser paga. Em meio à maior crise de sua história, a Petrobras anunciou, no final de março daquele ano, um aumento na remuneração de seus diretores.

Somando todos os benefícios, cada diretor teria os rendimentos majorados de R$ 2,2 milhões para R$ 2,5 milhões por ano, uma elevação de 12,9% – acima da inflação no período. O ganho do diretor da Petrobras passou para R$ 192.307,69 por mês, mais o 13º salário, em valor equivalente – um direito do trabalhador brasileiro.



PROFISSIONAIS DO CRIME

André Vargas, Luiz Argôlo e Pedro Corrêa desviaram milhões. Pousaram na carceragem da Polícia Federal

As prisões de três políticos que se relacionaram com o doleiro Alberto Youssef deram gás à Lava Jato. Os ex-deputados André Vargas (PT-PR), Luiz Argôlo (SD-BA) e Pedro Corrêa (PP-PE) receberam voz de prisão em 10 de abril de 2015. Metido num dos primeiros escândalos do petrolão, Vargas deixou o PT e ficou sem mandato na Câmara dos Deputados. Argôlo trocou o PP pelo Solidariedade em 2013, antes de se encrencar com a investigação. E Corrêa, condenado no mensalão em 2005, perdeu o privilégio de cumprir pena em regime semiaberto. Como os outros dois, acabou na carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

Das três prisões, a mais importante foi a de Vargas, acusado de embolsar comissões de contratos de publicidade do Ministério da Saúde e da Caixa Econômica Federal. Preso pela PF, Ricardo Hoffmann atuava pela agência de publicidade Borghi Lowe. Teria aproveitado a influência de Vargas e subornado para obter contratos de propaganda com os órgãos federais.

Conforme a PF, 10% dos contratos com o Ministério e a Caixa eram desviados para a LSI Solução em Serviços Empresariais, com sede em São Paulo, e a Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação, de Curitiba, ambas firmas de fachada controladas pelo político e por seus irmãos, Milton Vargas e Leon Vargas. Este último preso em 10 de abril.

As empresas dos irmãos Vargas serviriam para o deputado receber propina. Subcontratadas da Borghi Lowe repassavam dinheiro por determinação de Hoffmann e Mônica Cunha. As seguintes produtoras tiveram sigilos bancário e fiscal quebrados: E-noise Estúdios, Luiz Portella Produções, Conspiração Filmes, Sagaz Digital, Zulu Filmes e BH Serviços de Comunicação. Reconheceram que a LSI e a Limiar não prestavam serviços, e confessaram os depósitos por orientação de executivos da Borghi Lowe.

Hoffmann tornou-se delator. Afirmou que repasses a Vargas funcionavam como contrapartida à indicação de clientes e endossou que as empresas do deputado não prestavam serviços. Segundo Hoffmann, os pagamentos eram ordenados por José Borghi e Waldir Barbosa, executivos da agência.

Uma planilha encontrada por agentes da Lava Jato na casa de André Vargas relacionava cerca de 200 pagamentos à LSI, num total de R$ 3,2 milhões. Entre os clientes, as produtoras Academia de Filmes e a Conspiração Filmes. Esta fez pagamentos da ordem de R$ 226 mil. A O2 Filmes Publicitários, por sua vez, deu R$ 311 mil à firma dos irmãos Vargas. Repasse feito em fevereiro de 2014, algumas semanas após a agência FCB Brasil assinar contrato de R$ 110 milhões com a

Petrobras.

A FCB e a Borghi Lowe pertenciam ao grupo Interpublic, dos Estados Unidos, gigante no ramo da publicidade. A Borghi Lowe detinha contas publicitárias do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), BR Distribuidora e Caixa Econômica Federal. Esta, no valor de R$ 100 milhões.

Das maiores agências em atividade no Brasil, a Borghi Lowe recebeu R$ 113 milhões do Ministério da Saúde entre 2011 e 2015. Curioso que o Ministério assinou o contrato em 31 de dezembro de 2010, último dia do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Imagine, leitor, a festa de fim de ano. Entre 2011 e 2013, Vargas embolsaria R$ 11,3 milhões da verba de publicidade do Ministério.

A Caixa contratou a IT7 Sistemas, da área de tecnologia da informação, e repassou-lhe R$ 50 milhões em 2013. Ao todo, negócios entre a Caixa e a IT7 somaram R$ 87,4 milhões, sendo R$ 77,5 milhões efetivamente pagos. Os irmãos Vargas controlariam a IT7, que manteve contratos com o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), vinculado ao Ministério da Fazenda. A IT7 declarou receita de R$ 125 milhões entre 2012 e 2013.

No final de 2013, Leon Vargas precisava de R$ 2,3 milhões em dinheiro vivo. A bolada traçou um caminho tortuoso da IT7 à Arbor Assessoria Contábil e à AJJP Serviços Educacionais, ambas da contadora de Youssef, Meire Bonfim Poza. Ela emitiu notas fiscais por serviços simulados e sacou a quantia.

Os R$ 2,3 milhões foram para André Vargas. Vice-presidente da Câmara dos Deputados e secretário nacional de Comunicação do PT, embolsou a dinheirama no início de 2014. Os três irmãos estiveram 28 vezes nos escritórios de Youssef em São Paulo de junho de 2011 a fevereiro de 2014.

Ponte com o doleiro, a Indústria de Medicamentos Labogen. Vargas, Luiz Argôlo e Youssef tentariam um golpe no Ministério da Saúde na gestão do ministro Alexandre Padilha (PT-SP). Forjariam a produção e a entrega de remédios ao governo, para desviar milhões. Nas páginas dos jornais, o golpe não prosperou. Preso Argôlo, o Solidariedade suspendeu sua filiação.

Desprezo pela Justiça

Investigadores da Lava Jato estimaram de R$ 20 mil a R$ 200 mil os repasses mensais de Youssef a Argôlo, dinheiro entregue no apartamento funcional do então deputado em Brasília. Além disso havia o repasse de R$ 1,2 milhão da Arbor, uma emissora de notas fiscais frias, em quatro pagamentos. Tinha ainda a Malga Engenharia, sociedade entre Youssef e Argôlo. A PF rastreou R$ 2,7 milhões transferidos do doleiro ao político entre 2011 e 2014.

Para embolsar dinheiro, Argôlo usou a própria mãe, Vera Correia, como “laranja”. O doleiro pagava contas de IPTU do político e até cadeiras de roda, distribuídas em sua base eleitoral. Bancou a compra de escavadeira e dois tratores compactadores, no valor de R$ 1,2 milhão. A mãe do ex-deputado serviu como fiel depositária dos

equipamentos. Ele os alugava. A venda de um terreno de Argôlo ao doleiro justificaria repasse de R$ 60 mil a Manoelito Argôlo, pai do político. Tudo ajeitado por Youssef.

Pedro Corrêa foi cassado em 2006. A parceria com Youssef veio do petrolão. O ex-deputado subtraíra R$ 5,3 milhões da Petrobras em 2010. Mesmo investigado no mensalão, esteve 23 vezes nos escritórios do doleiro em São Paulo. Usaria contas da nora, de ex-assessores e de um funcionário de sua fazenda para receber propina. Declarou rendimentos de R$ 372.969,85 em 2012, mas recebeu créditos de R$ 952.182,97. Do juiz Sérgio Moro:

> — Infelizmente, no Brasil, não raramente agentes políticos surpreendidos na prática de crimes graves, alguns até presos e condenados, mantêm surpreendente longevidade na vida pública, passando alguns a nela influir pelos bastidores, enquanto outros, de forma ainda mais assustadora, logram recuperar mandatos formais.

Sérgio Moro tratou de Corrêa e de seu envolvimento no mensalão:

> "As provas são no sentido de que estava envolvido no esquema criminoso que vitimou a Petrobras enquanto já respondia, como acusado, à Ação Penal 470, e que persistiu recebendo vantagem indevida no período mesmo respondendo a processo perante o Supremo Tribunal Federal, inclusive durante o julgamento em plenário, o que caracteriza, em princípio, acentuada conduta de desprezo não só à lei e à coisa pública, mas igualmente à Justiça criminal e à nossa Suprema Corte."

A Justiça sequestrou a residência onde vivia André Vargas em Londrina (PR), acusando-o de tê-la adquirido com recursos criminosos. O condomínio fechado era servido por piscina, quadras esportivas, brinquedoteca, espaço gourmet e pista de corrida. O político comprou-a por R$ 980 mil, mas só declarou R$ 500 mil no Imposto de Renda. O juiz Sérgio Moro salientou que o petista entregou R$ 363 mil em dinheiro vivo em troca do imóvel:

> — Trata-se de expediente usualmente utilizado para evitar rastreamento de dinheiro sem origem lícita.

Ao defender a prisão de Vargas, o juiz considerou que "em um contexto de criminalidade desenvolvida de forma habitual, profissional e sofisticada, não há como não reconhecer a presença de risco à ordem pública, a justificar a prisão preventiva para interromper o ciclo delitivo". E mais:

> "A quantidade de crimes nos quais André Vargas se envolveu em relativamente curto espaço de tempo – pelo menos quatro esquemas diversos de corrupção e lavagem – é indicativa de habitualidade e profissionalismo na prática de delitos."

O magistrado criticou omissão do Ministério da Saúde ao não se pronunciar sobre

supostos encontros entre Vargas, o ministro Alexandre Padilha e seu secretário executivo, Carlos Gadelha. As reuniões discutiram a contratação da Labogen. Do juiz:

> "Agentes do Ministério da Saúde faltaram, aparentemente, com a verdade para com este Juízo ao não revelarem todos os fatos envolvidos na aprovação da parceria."

Conforme a investigação, a Labogen não dispunha de estrutura para prestar serviços. As tratativas avançaram por influência de Vargas. Em delação premiada, Youssef descreveu negociações com Padilha. O ministro indicara para cuidar do assunto Eduardo Jorge Valadares Oliveira, seu diretor de Produção Industrial e de Inovação. O termo de compromisso entre o Ministério e a Labogen foi suspenso com as investigações da Lava Jato.

Leonardo Meirelles era sócio da Labogen. Em depoimento à PF afirmou que Valadares Oliveira articulou a parceria entre o laboratório EMS, o maior do País, e a Labogen. Renderia R$ 134 milhões em cinco anos.

Segundo Meirelles, Vargas atuou para viabilizar a transação. Padilha e Youssef reuniram-se em 2013 no apartamento do deputado. Padilha disse não se lembrar do encontro. De acordo com os investigadores, a Labogen não dispunha de registros e parecia firma de fachada para desviar dinheiro.

Embarque no Transbaião

Agora o relato de uma história que só poderia acontecer no Brasil. Refere-se ao "Transbaião", um "trem cultural" que circulou na Bahia, com projeto aprovado no Ministério da Cultura em 2012 e 2013. Apesar de "totalmente gratuito para a população de baixa renda", o que motivou autorização para captar R$ 2,1 milhões pela Lei Rouanet, só 54 convidados, escolhidos pelo deputado Luiz Argôlo, embarcaram no trem. Bandas de forró embalavam as viagens para comemorar as festas juninas no interior da Bahia.

O "Transbaião" percorreu 13 cidades, redutos eleitorais do político. Distribuiu ingressos para shows de artistas populares, promoveu consultas médicas e até cirurgias. Em vídeo de divulgação estimou-se em 20 mil as consultas e em 2 mil, as cirurgias. Entre os patrocinadores do trem da alegria estavam a Arbor, de Meire Bonfim Poza, contadora de Youssef, Caixa Econômica Federal, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Banco do Brasil, Banco do Nordeste Brasileiro, Governo da Bahia e Petrobras.

A história de outro trem da alegria, ou melhor, voo da alegria, "completamente sigiloso", foi revelada pelo jornal O Globo em 12 de abril de 2015. A Odebrecht bancou viagem do ex-presidente Lula e amigos a Cuba, Estados Unidos e República Dominicana em janeiro de 2013. O aluguel do jato da Líder Táxi Aéreo custou R$ 435 mil. As despesas ficaram por conta da DAG Construtora, da Bahia, parceira da

Odebrecht, bem como a remuneração da palestra de Lula na República Dominicana. Convidado especial a bordo, Alexandrino Alencar, denunciado no curso do petrolão como responsável da Odebrecht por pagamentos de propina no exterior.

Tais pagamentos, aliás, levaram a Justiça Federal do Paraná a decretar, em 24 de abril de 2015, o bloqueio de R$ 153 milhões da Engevix Engenharia. A ordem judicial citava Gerson Almada, executivo da empresa, e a Jackson Empreendimentos, *holding* da Engevix. A decisão da juíza Gisele Lemke, da 2ª Vara Federal, atendeu medida cautelar do Ministério Público Federal. Calculou-se o valor com base em repasses de propina acrescidos de multa.

Além dos depósitos no exterior para envolvidos no petrolão, a Engevix teria contratos simulados com empresas de fachada controladas por Youssef. Assinou consultoria com o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, para saldar comissões atrasadas. Entregou dinheiro no escritório de Youssef. E levou quantias a locais indicados por ambos.

Fornecedora da Petrobras, a holandesa SBM Offshore, dona de plataformas para explorar petróleo, voltou ao noticiário. Em entrevista à Folha de S.Paulo, Jonathan David Taylor, ex-diretor da SBM, falou sobre a entrega de documentação à Controladoria-Geral da União.

O executivo trabalhara oito anos na multinacional. Os papéis indicavam US$ 139 milhões ao lobista brasileiro Júlio Faerman, para subornar funcionários da Petrobras e obter contratos entre 2007 e 2011. Conforme Taylor, os compromissos da SBM com Faerman chegaram a US$ 225 milhões.

Os depósitos seriam feitos em conta da Bienfaire, *offshore* das Ilhas Virgens Britânicas. Um repasse de US$ 31 milhões foi detalhado. Três transferências somaram US$ 4,6 milhões. Pagaram comissões vinculadas à plataforma P-57, inaugurada por Lula na campanha para eleger Dilma Rousseff em 2010.

Segundo Taylor, o ex-diretor da SBM Hanny Tagher disse que Faerman cobrava 3% dos pagamentos da Petrobras, dos quais distribuía 2% e embolsava 1%. Em alguns casos, as comissões chegavam a 4% ou 5%. Taylor acusou a CGU de só abrir processo para investigar suborno após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014. Assim, evitaram-se notícias desfavoráveis.

Gestões e consultorias

Ligado à japonesa Toyo Setal, Julio Camargo contou à PF em 8 de abril de 2015 que, a seu pedido, o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) atuou junto ao presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), em defesa de um modelo de contratação que ajudava a Toyo Setal. Camargo requisitou serviços de Dirceu numa segunda ocasião, para solucionar problemas na execução de contrato com a PDVSA, a petroleira da Venezuela. Ao todo disse que se reuniu com Dirceu umas 20 vezes em seu escritório ou em casa. Relatou que o presenteou com garrafas de uísque e de vinho, além de emprestar avião para viagens. Como veremos, não foi empréstimo.

No depoimento de delação premiada, Camargo mencionou o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Disse que ambos conversaram sobre o setor portuário. O político indagou se haveria disposição da Toyo Setal, por meio de um banco japonês, de obter financiamento a projetos em portos brasileiros. Em caso positivo, prometeu "fazer gestões" para contratá-la. Camargo omitiu aspectos importantes da relação que manteve com Dirceu e Cunha no submundo da política.

O MPF decidiu investigar contrato de R$ 300 mil entre a Galvão Engenharia e a JD Assessoria e Consultoria, de Dirceu. Acerto fechado em 25 de junho de 2009, uma semana após a Petrobras contratar a Galvão por R$ 568 milhões para obra na Refinaria de Paulínia (SP). Por "consultoria e assessoramento comercial", a JD receberia R$ 25 mil mensais por um ano.

Vice-presidente da Camargo Corrêa, Eduardo Hermelino Leite confessou que a empreiteira pagou R$ 110 milhões de propina para obter contratos com a Petrobras entre 2007 e 2012. Informou repasses de R$ 63 milhões à Diretoria de Serviços, de Renato Duque, e de R$ 47 milhões à de Abastecimento, de Paulo Roberto Costa. Segundo ele, o suborno, de 1% a 2%, era considerado custo pelas empreiteiras. Valor insignificante em contratações de centenas de milhões de reais.

O acordo de Leite com a Justiça tornou-se público em 17 de abril de 2015. A força-tarefa da Lava Jato registrou parte do termo de colaboração que faz menção a João Vaccari Neto, nos depoimentos de 6 a 13 de março de 2015:

> "Eduardo Leite relatou que João Vaccari o procurou, por volta de 2010, dizendo que tinha conhecimento, por meio da Área de Serviços da Petrobras, que a Camargo Corrêa estava atrasada no pagamento das propinas relativas a contratos com a Petrobras, e solicitou que a propina atrasada fosse paga na forma de doações eleitorais, em montante superior a R$ 10 milhões."

Presidente da Camargo Corrêa, Dalton Avancini também fez acordo de delação premiada, divulgado no mesmo 17 de abril. Confessou que deu R$ 10 milhões em troca de obra na Refinaria Henrique Lage (SP). Julio Camargo repassou a propina em 2011. Usou a Piemonte para simular consultorias.

Avancini citou 32 contratos entre a Camargo Corrêa e a Petrobras desde 1997. Salientou que, após 2007, conquistaram dez contratos, como obras de R$ 3,8 bilhões na Refinaria Abreu e Lima (PE), mediante propina. Entre os negócios fraudulentos, obras no gasoduto Caraguatatuba – Taubaté (SP); construção da sede da Petrobras em Vitória (ES), com vidros importados da Bélgica; Unidade Termelétrica de Cubatão (SP); e a Refinaria Henrique Lage.

Conforme Avancini, Youssef indicou a Sanko Sider, parceira da Camargo Corrêa, para repassar R$ 31 milhões. Denunciou o ex-presidente da empreiteira, Antonio Miguel Marques, pelo contrato de R$ 20 milhões com Julio Camargo, o que

envolveu propina à Diretoria de Serviços.

Avancini mencionou repasse de R$ 3,6 milhões, informação de Leonel Queiroz Viana, ex-diretor de Óleo e Gás da Camargo Corrêa. Veio da Sanko Sider, em troca de obra na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR).

Outros executivos da Camargo Corrêa citados: João Auler, que já estava preso; Paulo Augusto Santos Silva, diretor de Óleo e Gás, que propôs eficiência aos repasses; e Marcelo Bisordi, vice-presidente de Relações Institucionais. Este, designado a reunir-se com Vaccari e combinar doação oficial de R$ 10 milhões ao PT, o que pagaria dívida de propina da empresa.

Em seu depoimento, Avancini confirmou a existência do cartel, organizado pelas empreiteiras para obter preços mais altos nas obras da Petrobras. Quem o capitaneava era a Odebrecht. O líder informal era Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia. Entre as empresas influentes figuravam a Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa.

Dalton Avancini e Eduardo Leite, réus por corrupção ativa, formação de organização criminosa e lavagem de dinheiro, concordaram em pagar R$ 5 milhões de multas cada um. Foram para casa com tornozeleiras eletrônicas.



NINHO DE BARATAS

Seis condenados a pagar milhões por desvios em obras da Refinaria Abreu e Lima

O juiz federal Sérgio Moro condenou seis pessoas por envolvimento nos desvios de dinheiro público das obras de construção da Refinaria Abreu e Lima (PE): Márcio Andrade Bonilho, ligado à Sanko Sider, Waldomiro de Oliveira, da MO Consultoria, e Leonardo Meirelles, Esdra de Arantes Ferreira, Leandro Meirelles e Pedro Argese Júnior, sócios da Labogen. Sentenciados a indenizar a Petrobras em R$ 18,6 milhões. A quantia ressarciria a estatal e a compensaria pelas perdas sofridas em Abreu e Lima. Além deles, o magistrado condenou Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef.

Na sentença publicada em 22 de abril de 2015, as condenações por organização criminosa e lavagem de dinheiro. Permaneceu a situação de Paulinho e Youssef, devido aos acordos de delação premiada. Os outros receberam condenações leves, de quatro a seis anos de prisão, exceto Bonilho e Oliveira, condenados a 11 anos e seis meses de prisão.

Conforme a denúncia do Ministério Público Federal, a Camargo Corrêa pagou R$ 113 milhões a empresas do grupo Sanko Sider entre 2009 e 2013. Do total, R$ 26 milhões repassados à MO, controlada por Youssef, pela qual se transferiu propina no exterior a agentes públicos e políticos.

Sérgio Moro não decretou as prisões. Os condenados poderiam recorrer em liberdade. Em despacho, o juiz defendeu a delação premiada:

> "Crimes não são cometidos no céu e, em muitos casos, as únicas pessoas que podem servir como testemunhas são igualmente criminosos."

A prisão preventiva de João Vaccari Neto, decretada por Sérgio Moro, ocorreu no bojo de mais uma acusação contra o tesoureiro do PT. Ele teria se servido da Editora Gráfica Atitude, ligada à CUT (Central Única dos Trabalhadores), braço sindical do PT, para o partido embolsar propina de empreiteira contratada pela Petrobras.

Em 15 de abril de 2015, dia da prisão, o PT anunciou o afastamento do tesoureiro. Note-se bem: Lula e o presidente do PT, Rui Falcão, reuniram-se para engendrar a estratégia de que o próprio Vaccari decidira deixar a tesouraria. Como? Vaccari estava preso, incomunicável, longe do alcance. Da joia da coroa, Sibá Machado (AC), líder do PT na Câmara dos Deputados:

> — Eu acho que é uma prisão política.

Além da prisão preventiva, por tempo indeterminado, a Justiça interrogou a mulher do tesoureiro, Giselda Rousie de Lima, na residência do casal. E decretou a prisão temporária da cunhada Marice Corrêa de Lima, por cinco dias. Não

localizada, consideraram-na foragida.

Procurador da força-tarefa da Lava Jato, Carlos Fernando Lima justificou a medida contra Vaccari. Antes de ser tesoureiro, ele já era investigado por desvios na Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo) em benefício do PT. O Ministério Público de São Paulo denunciou rombo de R$ 100 milhões na Bancoop. Acusou Vaccari, criminalmente. De Lima:

> — Verificamos um comportamento reiterado indicando o desvio de valores para agremiações políticas. Esta reiteração era o motivo principal da prisão, para garantia da ordem pública.

Vaccari fora citado por intermediar propina de contratos da Petrobras por cinco delatores da Lava Jato: Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Pedro Barusco, Eduardo Hermelino Leite e Augusto Mendonça de Ribeiro Neto.

Segundo Ribeiro Neto, que atuava pela Toyo Setal, Vaccari o orientou a repassar parte das comissões à Editora Gráfica Atitude. Mencionou R$ 2,5 milhões em pagamentos entre 2010 e 2013. O Ministério Público Federal identificou R$ 1,5 milhão do esquema.

Vaccari determinava que a Toyo Setal efetuasse as transferências na forma de anúncios simulados à Revista do Brasil, distribuída a 48 sindicatos. Conforme o MPF, a Editora Gráfica Atitude mantinha programa de rádio e site, o Rede Brasil Atual, resultado da sociedade entre o Sindicato dos Bancários de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Em delação premiada, Ribeiro Neto afirmou não saber se os anúncios foram publicados. A Toyo Setal não se interessava – pagavam propina, pura e simplesmente. Dos procuradores:

> "Tenham os anúncios sido realizados ou não, o fato é que eles se trataram de um mero artifício, uma simples formalidade, para simular uma causa para o recebimento de uma vantagem indevida por João Vaccari em nome do Partido dos Trabalhadores."

Por meio das firmas Tipuana e Project, a Toyo Setal fez 14 depósitos mensais, no valor de R$ 1,5 milhão, entre 2010 e 2013. Em decorrência da campanha eleitoral de 2010, aliás, a Editora Gráfica Atitude e a CUT foram punidas por fazer propaganda irregular em favor da chapa Dilma-Temer. Multa de R$ 15 mil, determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2012. Evidência de que a aliança eleitoral entre Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB) se beneficiou de esquema suspeito.

Além das denúncias relacionadas a Vaccari, havia o agravante do enriquecimento ilícito de sua mulher, Giselda Rousie de Lima, da filha, Nayara de Lima, e da cunhada, Marice Corrêa de Lima. No caso de Giselda, a investigação constatou que ela recebeu depósitos abaixo de R$ 10 mil entre 2011 e 2014. Os valores picados teriam a intenção de passar despercebidos dos mecanismos de controle financeiro.

Somavam R$ 322 mil. Não havia identificação sobre os autores dos depósitos. Exemplo: Giselda recebeu quatro depósitos de R$ 2.000,00 cada, mais um de R$ 1.500,00, em 12 de dezembro de 2013. Só naquele dia, R$ 9.500,00. Ao todo, entre 2008 e 2014, R$ 583 mil não identificados à mulher de Vaccari.

O patrimônio da filha Nayara cresceu R$ 724 mil entre 2012 e 2013, incrementado por doações da mãe e da tia, Marice Corrêa de Lima. Para os procuradores, havia indícios de que Vaccari usava a mulher e a filha para ocultar patrimônio. É o tal negócio: já que mexia com tanto dinheiro para o partido, por que não separar um pouco para a família? Afinal, quem notaria? Do despacho de Sérgio Moro, ao defender a prisão de Vaccari:

> "Em um contexto de criminalidade desenvolvida de forma habitual, profissional e sofisticada, não há como não reconhecer a presença de risco à ordem pública, a justificar a prisão preventiva para interromper o ciclo delitivo."

Marice entregou-se à Polícia Federal dois dias depois da prisão do tesoureiro. Defendeu-se dizendo que estava em viagem no Panamá, onde representou, como coordenadora financeira, uma Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas. Protagonistas do petrolão usaram o Panamá, conhecido paraíso fiscal, em transações financeiras internacionais. A cunhada de Vaccari era suspeita de atuar como "mula".

A título de indenização em 2011, Marice declarou R$ 240 mil do PT. Por danos morais. Motivo: expuseram-na à imprensa em 2005 como emissária para levar R$ 1 milhão em dinheiro à Coteminas, do então vice-presidente da República, José Alencar. Ela viajou a Minas Gerais para pagar dívida da campanha eleitoral de 2004 – saldada, claro, com recursos de caixa dois.

Segundo a história, "absolutamente fantasiosa" para os procuradores, os R$ 240 mil evitaram que Marice processasse o PT. Estranho: o pagante, em parcelas de R$ 20 mil mensais, foi o ex-deputado e advogado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). A prestação de contas do partido não registrou os repasses ao escritório de Greenhalgh. De qualquer forma, o acordo serviu para a cunhada justificar em 2012 a compra de apartamento no Condomínio Solaris, no Guarujá (SP), por R$ 200 mil.

Originalmente um bem da cooperativa Bancoop, dirigida por Vaccari, o imóvel foi vendido por Marice à OAS, um ano depois, por R$ 432 mil. Em seguida a construtora o comercializou a um terceiro, por R$ 337 mil. Como já informado, o apartamento de Marice ficava no condomínio em que o ex-presidente Lula possuiria uma cobertura tríplex.

Segundo suspeitas dos procuradores da Lava Jato, o negócio do Guarujá "serviu para ocultar e dissimular a origem ilícita dos recursos, tratando-se de possível vantagem indevida paga pela OAS a João Vaccari Neto".

Atitude: excelência em notas frias

A revista Veja focou a relação entre Lula e Léo Pinheiro, presidente da OAS. O ex-presidente teria solicitado à construtora uma reforma no sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP). Suposta propriedade de Lula, registrado por R$ 1,5 milhão em nome de Jonas Suassuna e Fernando Bittar, sócios de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do ex-presidente. Pano para manga.

A reportagem relatou que, a pedido de Lula, a OAS incorporou prédios inacabados da Bancoop, como o do Solaris, no Guarujá. E que Lula solicitou a Léo Pinheiro ajuda a Rosemary Noronha, ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, tida como uma namorada do ex-presidente. Graças a pedido de Lula à OAS, o marido de Rosemary, João Batista, conseguiria um bom emprego.

Em depoimento à CPI da Petrobras, o delator Augusto Mendonça de Ribeiro Neto afirmou em 23 de abril de 2015 que Renato Duque, diretor de Serviços da Petrobras, o orientou a procurar Vaccari. Motivo: proceder pagamentos de propina ao PT, por meio de doações financeiras ao partido. Segundo Ribeiro Neto, Vaccari já acertava contribuições ao partido em 2008, dois anos antes de ser nomeado oficialmente tesoureiro da legenda. O delator confessou que deu R$ 4 milhões ao PT entre 2008 e 2011.

Segundo ele, a corrupção era generalizada nos contratos da Diretoria de Serviços. Além de Duque, mencionou o envolvimento do gerente Pedro Barusco e de Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento. Ribeiro Neto relatou cerca de dez reuniões com Vaccari para acertar repasses de propina.

O juiz Sérgio Moro acolheu denúncia do MPF e, em 30 de abril de 2015, abriu ação penal contra Duque e Vaccari. Acusou-os de lavarem R$ 2,4 milhões, quantia transferida por Ribeiro Neto em nome da SOG (Setal Óleo e Gás) à Editora Gráfica Atitude. Dinheiro entregue a pedido do tesoureiro do PT, oriundo de acertos indevidos com a Diretoria de Serviços.

Conforme a acusação, os R$ 2,4 milhões foram repassados em 24 operações entre abril de 2010 e dezembro de 2013, originárias de contratos ligados às refinarias Presidente Getúlio Vargas (PR) e Paulínia (SP).

Com o intuito de "conferir uma justificativa econômica aparentemente lícita para os repasses de propina", o grupo Toyo Setal (SOG, Setec e Setal) assinou contratos com a editora ligada ao PT. Da conclusão da força-tarefa:

> "A gráfica jamais prestou serviços reais às empresas do grupo Setal, emitindo notas frias para justificar os pagamentos."

Os procuradores solicitaram a devolução dos R$ 2,4 milhões, mais indenização de R$ 4,8 milhões aos cofres públicos. A investigação revelou que, além dos R$ 2,4 milhões à Editora Gráfica Atitude, a Revista do Brasil embolsou R$ 1,7 milhão em anúncios do Governo Federal, da seguinte forma: Petrobras (R$ 872 mil), Banco do

Brasil (R$ 364 mil), Secretaria de Comunicação da Presidência da República (R$ 215 mil), Caixa Econômica Federal (R$ 176 mil), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (R$ 58 mil) e Correios (R$ 47 mil).

Explorador-mor da República

Após meses de expectativa, a Petrobras divulgou o balanço financeiro de 2014. Reconheceu perdas de R$ 6,2 bilhões em decorrência do esquema de corrupção que vigorou entre 2004 e 2012. Publicadas em 22 de abril de 2015, as contas apontaram R$ 44,6 bilhões em prejuízos, justificados por uma revisão dos ativos da estatal. Total das perdas reconhecidas: R$ 50,8 bilhões. Da baixa contábil de R$ 44,6 bilhões, R$ 30,9 bilhões eram devidos à explosão de custos e perdas em obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (R$ 21,8 bilhões) e na Refinaria Abreu e Lima (R$ 9,1 bilhões).

Os dois empreendimentos, os maiores da petroleira, foram tocados em grande parte por Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento. Serviram para desvios bilionários. Perderam-se outros R$ 2,8 bilhões nas refinarias Premium 1 e Premium 2, localizadas no Maranhão e no Ceará, idealizadas na administração Lula para agradar políticos aliados do governo. Após a evaporação dos R$ 2,8 bilhões de "investimentos", as duas refinarias, obras faraônicas e mal projetadas, tiveram os projetos cancelados. Um escândalo.

Na relação das maiores perdas, ainda, a Petrobras listou o Complexo Petroquímico de Suape (R$ 3 bilhões), a aquisição dos campos de Cascade e Chinook no Golfo do México (R$ 4,2 bilhões) e investimentos em campos de petróleo no Brasil (R$ 4,1 bilhões). Quase 90% dos prejuízos ocorreram na gestão de José Sérgio Gabrielli (PT-BA) como presidente da companhia.

O caixa da Petrobras era ruim desde 2011, devido à decisão do governo Dilma Rousseff de impedir reajustes nos preços dos combustíveis com o intuito de segurar a inflação. A estatal vendeu-os a preços abaixo dos custos de importação. O déficit na saúde financeira acentuou-se com o aumento de dívidas para explorar o pré-sal. A Lava Jato revelou manipulação de contratos e desvios vinculados ao pré-sal. A dívida bruta da petroleira encerrou 2014 em incríveis R$ 351 bilhões. A mais endividada do mundo.

Aldemir Bendine, presidente da Petrobras, pediu desculpas em nome dos funcionários:

> — Somando-me aos 86 mil empregados, estamos com sentimento de vergonha por tudo o que a Petrobras vivenciou, pelos malfeitos que ocorreram.

Para completar a cena teatral, a medida de austeridade: os recursos para remuneração global dos oito diretores da estatal baixaram, em 2015, de R$ 19,9 milhões para R$ 17,9 milhões. Em outras palavras: cada diretor não receberia

mensalmente R$ 192.307,69 (13 pagamentos por ano), como o previsto, e sim R$ 172.115,38.

Uma pausa para reflexão do leitor.

De volta ao mundo dos bilhões. Fizeram uma conta de padeiro para chegar aos R$ 6,2 bilhões que, admitiram, foram jogados no ralo da corrupção. Aplicaram 3% sobre o valor dos contratos identificados. Segundo o texto do balanço, as informações disponíveis eram, de maneira geral, "consistentes com relação à existência do esquema de pagamentos indevidos, às empresas envolvidas, aos ex-empregados da Petrobras envolvidos, ao período durante o qual o esquema operou".

A Petrobras listou as empresas do cartel e tratou de identificar contratos e aditivos. Chegou aos R$ 6,2 bilhões levando em conta negócios de R$ 207 bilhões. Calculou a propina carreada ao esquema, mas deixou de fora da estimativa os lucros exorbitantes das empresas que, em troca do suborno, cobraram somas despropositadas para executar as obras. Em muitas situações, os preços pagos pela Petrobras eram próximos da variação de 20% acima do máximo estipulado para orçamentos, dinheiro obtido com a anuência dos envolvidos que deveriam salvaguardar o interesse público.

Como separar corrupção de má-gestão, se esta é intencional e, na prática, financiada pelos corruptores?

Ponto intrigante do balanço foi a divisão dos R$ 6,2 bilhões da corrupção entre as diretorias da Petrobras. A de Abastecimento – pequena ante a de Exploração e Produção, que estava nas mãos do PT – era a responsável por R$ 3,4 bilhões desviados, ou quase 55% da corrupção apurada pelo balanço oficial. Não se fez menção à Diretoria de Serviços, cujos contratos perpassavam todas as diretorias.

Para a gigantesca Diretoria de Exploração e Produção foram atribuídos R$ 2 bilhões do roubo, ou 32% do total. À Diretoria de Gás e Energia, sob comando de Maria das Graças Foster (PT-RJ) em parte do período examinado, couberam R$ 700 milhões, ou 11% da corrupção. O jornal O Estado de S. Paulo assinalou suspeitas nas obras do Gasene (Gasoduto da Integração Sudeste – Nordeste), um investimento de R$ 8,8 bilhões com sobrepreço de 1.800% no trecho entre Cacimbas (ES) e Catu (BA). Obra da gestão Graça Foster. Já o gasoduto Urucu – Manaus (AM) teve orçamento de R$ 2,5 bilhões em 2006 e conclusão, três anos depois, por R$ 4,5 bilhões.

Outra perda do governo Lula, de R$ 872 milhões. O acordo com a Bolívia, que levou a Petrobras a repassar, em 2014, US$ 434 milhões à boliviana YPFB, por suposto excedente energético do gás natural vendido ao Brasil. O "gás rico" não fora requisitado ou aproveitado pela Petrobras, mas o cobraram em 2006, quando o presidente Evo Moraes conquistou o poder. Graças ao acerto, a Petrobras pagaria duas vezes pelo mesmo gás da Bolívia.

Faxina, uma lorota

O jurista Modesto Carvalhosa deixou detalhes de lado. Criticou a postura do governo ao atribuir à Petrobras a condição de vítima de um esquema de corrupção. Para Carvalhosa, a estatal protagonizava o escândalo. Ele escreveu no jornal O Estado de S. Paulo em 7 de maio de 2015:

> "Sem ela como agente principal do delito, não se teria desenvolvido a extensa rede de beneficiários que ilicitamente se apropriaram de recursos públicos nela alocados, em capital e em empréstimos.

Carvalhosa salientou que, se sonegasse impostos, a estatal seria processada por crime contra a ordem tributária. Se despejasse óleo no oceano, por crime ambiental. "Agora, quando entrega ilicitamente a empreiteiras e fornecedoras R$ 6,2 bilhões do seu caixa, ela é... vítima". Do jurista:

> "Purgar a Petrobras não se dá com a confissão do desvio corruptivo publicado no balanço, mas pela condenação administrativa, que elimina a situação atual de crime sem castigo e, por isso, sujeita a estatal a uma infinidade de sanções jurídicas e econômicas internacionais, que se tornarão permanentes, no vácuo de uma pena local."

Decisão do Departamento Jurídico da Petrobras, aliás, foi informada ao Conselho de Administração. Não havia provas nem elementos suficientes para processar o PT e cobrar na Justiça o ressarcimento de valores desviados ao partido, por envolvimento no esquema de corrupção.

Em tempos de crise, a Petrobras manifestou disposição de reduzir as dimensões de seu setor de comunicação, para o qual trabalhavam 1.146 pessoas em 2015, talvez a maior equipe de jornalistas, publicitários, relações-públicas, técnicos de segurança da informação e outros apaniguados em uma só empresa, em todo o mundo. Detalhe: a multidão não cuidava da comunicação da BR Distribuidora e da Transpetro. As duas subsidiárias possuíam suas próprias equipes.

O exército de profissionais cuidava do relacionamento com a imprensa, divulgação das ações da companhia e definia patrocínios e propagandas. Só em 2014 a estatal gastou R$ 1,7 bilhão com assuntos institucionais e projetos culturais. No comando dos trabalhos, o sindicalista Wilson Santarosa, indicado pelo PT. Deu as cartas no setor desde 2003, início do governo Lula, até fevereiro de 2015.

Ex-ministro do Trabalho nos governos Lula e Dilma Rousseff, Carlos Lupi (PDT-RJ) foi "faxinado" em dezembro de 2011: seus assessores achacariam organizações não-governamentais para autorizar repasses federais.

Lupi foi o sétimo ministro a cair antes do final daquele primeiro ano de Dilma Rousseff. Na época, antes do petrolão eclodir, a presidente se vangloriava do rigor com que dizia tratar o interesse público.

Bobagem.

Com o tempo ficou claro que a política do chinelo não levava a lugar algum.

Afinal, Dilma Rousseff contentava-se em matar baratas que saíam do ralo e ficavam expostas – os nomes nos jornais. Tanto é assim que, em março de 2013, esquecido o caso, Lupi indicou o secretário-geral do PDT, Manoel Dias, para o mesmo cargo de ministro do Trabalho. Foi atendido por Dilma.

Em encontro com correligionários no Rio de Janeiro em 23 de abril de 2015, Lupi afirmou, ao se referir à Petrobras, que o PT se esgotara:

> — A gente não acha que o PT inventou a corrupção, mas roubaram demais. Exageraram. O projeto deles virou projeto de poder pelo poder.

Na ocasião acrescentou, alto e bom som:

> — A conversa com o PT, com o meu amigo Lula e com a presidente Dilma, é qual o naco de poder que fica com cada um. Para mim, isso não basta. Eu não quero um pedaço de chocolate para brincar como criança que adoça a boca, eu quero ser sócio da fábrica, eu quero ajudar a fazer o chocolate.

As declarações de Lupi não provocaram o rompimento entre PT e PDT.



BNDES, UMA DESONRA

Empréstimos à Odebrecht levaram à suspeita de que Lula agiu como intermediário

Numa tentativa de diminuir o desgaste provocado pelo petrolão, o PT usou programa político em rede nacional de televisão para anunciar, em 5 de maio de 2015, a expulsão de todos os filiados que, ao final dos recursos à Justiça, fossem culpados de participar de esquemas de corrupção.

Parecia o óbvio, mas os gênios do *marketing* esqueceram-se de que José Dirceu (PT-SP), José Genoino (PT-SP) e João Paulo Cunha (PT-SP), todos julgados e condenados pelo Supremo Tribunal Federal no escândalo do mensalão, mantiveram suas filiações. O único expulso, o tesoureiro Delúbio Soares, voltou a integrar a sigla após cumprir pena de prisão.

Milhares de pessoas reagiram. Enquanto se exibia o programa estrelado por Lula, panelaços e buzinaços espalharam-se por cidades brasileiras.

A revista Época tachou Lula como "lobista em chefe do Brasil". Relatou suas viagens a Cuba, República Dominicana, Gana e Angola custeadas pela Odebrecht, que tinha negócios no exterior financiados por empréstimos bilionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Segundo documentos obtidos pela revista, o BNDES financiou US$ 1,6 bilhão em obras da Odebrecht em Gana e na República Dominicana, após visitas de Lula aos dois países, em viagens bancadas pela empreiteira. "São o segredo mais bem guardado da era petista", afirmou a reportagem.

No final de abril de 2015, o núcleo de Combate à Corrupção da Procuradoria da República, em Brasília, abriu investigação preliminar contra Lula. Suspeitava-se que ele traficara influência em transações comerciais no exterior. Conforme a revista Época, obras financiadas com dinheiro do governo brasileiro em outros países teriam sido superfaturadas.

Em outra frente, o jornalista João Santana, responsável pelo *marketing* do PT, virou alvo de investigação na Polícia Federal. Em foco, US$ 16 milhões suspeitos, provenientes de Angola e injetados no Brasil em 2012. Segundo a Folha de S.Paulo, o dinheiro era oriundo de repasses de empresas brasileiras com atuação na África.

Os US$ 16 milhões à Pólis Propaganda e Marketing, de Santana, por supostos serviços à campanha eleitoral do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, teriam acertado dívidas da campanha do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), no mesmo ano de 2012.

Em 30 de abril de 2015, o Tribunal Superior Eleitoral rejeitou as contas do PT de 2009. De acordo com a corte, a legenda usou o fundo partidário para quitar

empréstimos simulados nos tempos do mensalão, em 2005. Os ministros pediram a devolução de R$ 4,9 milhões aos cofres públicos.

Conforme o apurado, R$ 2,3 milhões do fundo partidário saldaram empréstimo junto ao Banco Rural. O STF considerou que a operação camuflou desvio de dinheiro público e pagamento de propina, com vista a obter apoio de políticos ao governo. O PT tampouco comprovou repasses a diretórios e gastos com passagens aéreas.

O respeitável Patrus Ananias (PT-MG), ministro do Desenvolvimento Agrário, sugeriu que a corrupção corroeu o partido. Criticou o Processo de Eleição Direta (PED) que escolheu o presidente do PT. O Estado de S. Paulo publicou entrevista de Ananias em 3 de maio de 2015:

> "Acho muito ruim, porque o partido levou para dentro essas práticas relacionadas com uso e abuso do dinheiro, do poder econômico nos processos eleitorais internos. Com o PED houve práticas lesivas, inclusive com filiação em massa, disputa de eleitores, pessoas que vão votar sem ter nenhuma consciência com o que estão fazendo."

O partido se transformou num curral eleitoral?

Ao depor à CPI da Petrobras, em 11 de maio de 2015, Alberto Youssef reiterou que, no seu ver, o Palácio do Planalto sabia da corrupção. Afirmou que acreditava no envolvimento de Lula, Dilma Rousseff e de ex-ministros como Gleisi Hoffmann (PT-PR), Paulo Bernardo (PT-PR), Gilberto Carvalho (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC). Youssef citou o ex-diretor de Abastecimento, o ex-presidente da Petrobras e a agência de publicidade Muranno:

> — Primeiro, que eu escutava isso do dr. Paulo Roberto Costa sempre quando havia uma discussão interna do partido dele. Depois, o Paulo Bernardo, quando ministro, fez pedido ao Paulo Roberto Costa para que eu entregasse R$ 1 milhão para Gleisi. E a questão da Muranno, que foi resolvida a pedido do presidente José Sérgio Gabrielli. A opinião é minha, é meu sentimento. Agora, provas eu não tenho.

Segundo Youssef, a Muranno Marketing ameaçou dedurar a corrupção se não recebesse por serviço supostamente prestado à Petrobras. E Paulinho disse que, ciente do caso, Lula determinou a Gabrielli resolver o assunto:

> — O Paulo Roberto Costa passou para que eu procurasse a Muranno e outra agência, para que pagasse.

Youssef fez referência a racha no PP em 2011 e 2012. Paulinho lhe disse que passaria a se reportar a quem o Palácio do Planalto determinasse:

> — O assunto foi conversado com Ideli e Gilberto Carvalho.

Ao depor à Justiça Federal no Paraná, Youssef afirmou que a Odebrecht pagou

propina em dinheiro em seu escritório em São Paulo. Emissários e a doleira Nelma Mitsue Kodama fizeram os repasses. Com dinheiro desviado da Refinaria Abreu e Lima e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj, usou contas no exterior de Leonardo Meirelles para encaminhar remessas ilegais a agentes públicos e políticos em paraísos fiscais.

Durante o depoimento, em 29 de abril de 2015, Youssef disse que movimentou de US$ 150 milhões a US$ 180 milhões. Em troca, embolsou de R$ 7 milhões a R$ 8 milhões. O juiz Sérgio Moro interrompeu-o:

— Somente isso mesmo, o senhor tem certeza?

Youssef afirmou que era responsável pelo caixa dois da OAS e UTC, e citou a Camargo Corrêa, para a qual pagou comissões e não foi ressarcido:

— Paguei propina da Camargo do meu bolso, e não recebi até hoje.

Nove de ouros

Ex-presidente da Camargo Corrêa, Dalton Avancini admitiu durante interrogatório à Justiça Federal do Paraná a existência do cartel de empresas na Petrobras. Ao mencionar obras no Comperj, declarou:

— Realmente havia combinação das empresas e eu participei das negociações.

Em depoimento no dia 4 de maio de 2015, detalhou que a Camargo Corrêa ficou com pequena parte dos serviços no Comperj, pois já abocanhara R$ 3,4 bilhões em Abreu e Lima. As empresas organizavam-se e mandavam.

As decisões sobre as obras eram tomadas em reuniões com a Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Camargo Corrêa, UTC, Techint, Promon, Queiroz Galvão e Toyo Setal. Conforme Avancini, lideravam os encontros Márcio Faria, da Odebrecht, e Ricardo Pessoa, da UTC. No interrogatório histórico, confessou que as nove empresas pagavam propina à Diretoria de Serviços, controlada pelo PT, e à Diretoria de Abastecimento, nas mãos do PP:

— A informação que tínhamos era que isso era regra.

Admitiu pagamentos de R$ 110 milhões em propina entre 2007 e 2012. Compensaram contratos nas refinarias Abreu e Lima (PE), Presidente Getúlio Vargas (PR) e Henrique Lage (SP).

Da mesma forma que Avancini, Eduardo Hermelino Leite, ex-vice-presidente da Camargo Corrêa, fez acordo de delação premiada. Ao depor reconheceu que o cartel ampliava os ganhos das empreiteiras:

— Um cenário de menos competitividade é um cenário favorável.

Não se considerava criminoso, pois dava continuidade a algo existente:

— A gente achava que o criminoso estava do outro lado do balcão.

Paulo Roberto Costa afirmou à Justiça Federal do Paraná, em 28 de abril de 2015, que Odebrecht e UTC eram as maiores responsáveis pelo cartel:

> — A partir da entrada de mais obras e mais empreendimentos, essas empresas começaram a me procurar e eu tomei conhecimento com maior detalhe dessa sistemática do cartel dentro da Petrobras.

Ao depor, desviou a culpa que recaia sobre ele e o ex-diretor de Serviços, Renato Duque. Mirou a Diretoria Executiva da Petrobras:

> — Vejo na imprensa, às vezes, que toda responsabilidade é de Paulo Roberto Costa e de Renato Duque. Não é. A responsabilidade é da Diretoria da Petrobras. Porque a Petrobras tem uma Diretoria. A responsabilidade é da Diretoria, que aprovava isso tudo.

Para o procurador Deltan Dellagnol, coordenador da força-tarefa, a Lava Jato abrira uma guerra contra a corrupção e a impunidade:

> — As empresas simulavam um ambiente de competição, fraudavam esse ambiente e, em reuniões secretas, definiam quem iria ganhar a licitação e quais empresas participavam de qual licitação. Temos aí um ambiente fraudado, com cartas marcadas.

Orçamentação. Tal qual um palavrão

Num círculo vicioso, integrantes do cartel cobravam vantagens de empresas associadas. Aconteceu com a Metasa Indústria Metalúrgica, de Marau (RS). Para obter obra de R$ 110 milhões no Porto de Suape (PE), teve de pagar R$ 6 milhões indevidos à Camargo Corrêa. Os executivos Antonio Roso e José Eliseu Verzoni prestaram informações sobre a maracutaia.

A quebra de sigilo da MO, de Youssef, identificou dois depósitos no total de R$ 2,8 milhões. Provenientes da Metasa. Os executivos alegaram desconhecer que eram propina, pois haviam recebido a informação de que o custo, obrigatório, se vinculava à "orçamentação e precificação" da obra.

A fim de ressarcir os cofres públicos com dinheiro subtraído da Petrobras, a Justiça Federal determinou bloqueios de R$ 241 milhões da Camargo Corrêa e de R$ 302 milhões da Galvão Engenharia.

Em mais uma sentença da Lava Jato, Youssef, o doleiro Carlos Habib Chater (dono do Posto da Torre, em Brasília), Ediel Viana da Silva (funcionário de Chater) e o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa foram condenados por lavagem de dinheiro ocorrida em 2008.

O falecido deputado José Janene (PP-PR) teria usado os serviços dos quatro para lavar dinheiro por meio da indústria Dunel, de Londrina (PR). Aplicou R$ 1,1 milhão, mas o proprietário Hermes Magnus desconfiou da origem da quantia e enviou e-mails anônimos à PF. O valor era parte de R$ 4,1 milhões repassados por

Marcos Valério de Souza a Janene, durante o mensalão.

A colaboração de Magnus fez nascer a Lava Jato. Sérgio Moro determinou em 6 de maio de 2015 uma indenização de R$ 1 milhão aos donos da Dunel. Já as condenações dos envolvidos variaram da prestação de serviços à comunidade, com pagamento de multas, a cinco anos de prisão.

A PF indiciou os ex-deputados André Vargas (ex-PT-PR), Luiz Argôlo (ex-SD-BA), Pedro Corrêa (PP-PE) e sua filha, Aline Corrêa (PP-SP), por corrupção, fraude a licitações, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Youssef foi citado em cinco dos sete inquéritos relativos aos quatro políticos.

No total, 30 foram indiciadas em 11 de maio de 2015. Entre eles estavam Pedro Paulo Leoni Ramos e Leonardo Meirelles – os dois ligados à tentativa de fraude a partir da Labogen. O publicitário Ricardo Hoffmann, da Borghi Lowe, foi denunciado no caso do repasse ilegal de R$ 1,1 milhão a Vargas.

Milton Vargas e Leon Vargas, irmãos do ex-deputado, foram investigados. Da mesma forma Fábio Corrêa, filho do político que presidiu o PP. A família Corrêa sofreu denúncia por embolsar propina no esquema da Petrobras.

Rafael Ângulo Lopez, braço-direito de Youssef, era um dos 30 indiciados. Via políticos no escritório do doleiro desde 2008. Buscavam dinheiro, guardado num cofre. Explicou que a identificação de políticos com a inscrição “band”, abreviação de “bandidos”, foi sugestão de Youssef para organizar planilha de beneficiários de propina.

Antes de repassar quantias em envelopes e sacolas, Lopez as transportava em meiões, como os usados por jogadores de futebol.

Luiz Argôlo era próximo de Youssef. Conforme os investigadores da Lava Jato, tratavam-se como “amor” e “bebê”. O ex-deputado solicitou 40 passagens, pagas pela Câmara dos Deputados, no valor de R$ 55 mil, para visitar o doleiro em São Paulo. Do procurador Paulo Galvão:

— O valor não é tão expressivo, mas moralmente é muito relevante.

Após mais de cinco meses de prisão, o STF livrou da cadeia, em 28 de abril de 2015, Ricardo Pessoa, presidente licenciado da UTC. Coordenador do “clube” acusado de fraudar contratos da Petrobras, investigavam-no por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Desabou em choro ao saber que iria para casa.

Ao analisar pedido de *habeas corpus* de Pessoa, o relator do caso, ministro Teori Zavascki, considerou não existir comprovação de que ele pudesse fugir ou interferir na investigação. O STF decidiu soltá-lo com oito empresários, presos preventivamente. Em 6 de maio de 2015, Zavascki estendeu o benefício da prisão domiciliar a Dario de Queiroz Galvão Filho, presidente da Queiroz Galvão.

Memória: ao votar favoravelmente aos embargos infringentes, durante o julgamento do mensalão, Zavascki livrou os petistas José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares do crime de formação de quadrilha.

Além de Pessoa e Galvão Filho, foram para prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica José Aldemário Pinheiro Filho, José Ricardo Nogueira Breghirolli, Agenor Franklin Magalhães Medeiros e Mateus Coutinho de Sá Oliveira, da OAS; João Ricardo Auler, da Camargo Corrêa; Erton Medeiros Fonseca, da Galvão Engenharia; Sérgio Cunha Mendes, da Mendes Júnior; e Gerson de Melo Almada, da Engevix.

Proibidos de manter contato com outros investigados, deveriam ficar afastados dos comandos das empresas. Receberam determinação para se apresentar à Justiça a cada 15 dias e comparecer aos chamamentos relacionados aos processos que respondiam. Entregaram os passaportes.

Procurador-geral da República, Rodrigo Janot manifestou-se contra a liberdade de Ricardo Pessoa. Segundo ele, o executivo "foi o principal responsável por desenvolver o mecanismo e a forma de atuar da empresa ao longo dos anos, baseando-se na formação de cartel e na corrupção de funcionários públicos". Do parecer de Janot a Zavascki:

> "Não há como assegurar que seu afastamento irá realmente impedir que continuem as mesmas práticas delitivas."

A revista Veja levantou suposta proximidade entre o presidente da OAS, José Aldemário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro, e o ministro do STF, José Antonio Dias Toffoli, que votou a favor da prisão domiciliar dos dez executivos presos no Paraná. Léo Pinheiro trocara mensagem com Benedito Gonçalves, ministro do Superior Tribunal de Justiça, em 13 de novembro de 2014. Pouco antes de ser preso. Ambos combinaram ir ao aniversário de Toffoli, na comemoração que ocorreria dois dias depois.

Em mensagem interceptada em novembro de 2012, um funcionário da OAS informou Léo Pinheiro sobre o aniversário de Toffoli:

> "Aniversário de Toffoli dia 15. Gosta de um bom whisky."

Minha empresa, meu quinhão

Em prisão domiciliar, Ricardo Pessoa assinou acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República em 13 de maio de 2015. Pagaria multa de R$ 50 milhões. Admitiu a doação de R$ 7,5 milhões à reeleição de Dilma Rousseff. Temia que, se não a fizesse, sairia prejudicado em negócios da Petrobras. Tratou com o tesoureiro da campanha, Edinho Silva (PT-SP), nomeado depois ministro da Secretaria de Comunicação Social.

A reunião com Edinho atendeu a pedido de João Vaccari Neto, tesoureiro do PT. As doações foram oficiais, e duas em agosto e uma em outubro de 2014. Pessoa expôs a pressão que o obrigou a entregar dinheiro e detalhou outras operações financeiras em benefício de políticos. Todas ilegais. Em 2006, R$ 2,4 milhões em dinheiro vivo ao comitê de reeleição do presidente Lula. Em 2012, outros R$ 2,4

milhões de caixa dois para Fernando Haddad (PT-SP), que se elegeu prefeito. O dinheiro, solicitado por Vaccari, quitou dívidas a uma gráfica. Youssef intermediou a transação.

Pessoa informou transferências de R$ 3,1 milhões à JD Assessoria e Consultoria, de José Dirceu (PT-SP), entre 2012 e 2014. O período abrange o tempo em que Dirceu ficou preso. Os repasses foram descontados da "conta bancária" mantida entre a UTC e Vaccari, por conta dos contratos com a Petrobras. O acerto com Dirceu previa prospecção de negócios no Peru, mas a maior parte do dinheiro serviu para atender a um pedido de ajuda à família do ex-ministro na cadeia.

O último citado, Edison Lobão (PMDB-MA), foi ministro de Minas e Energia. Recebeu R$ 1 milhão durante o primeiro governo de Dilma Rousseff para não criar dificuldades na Usina Nuclear de Angra 3, um contrato de R$ 2,9 bilhões, com participação da UTC. A estatal Eletronuclear, responsável pelas obras, subordinava-se a Lobão. Além da UTC faziam parte do consórcio contratado Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa.

Pessoa tornou-se dono da UTC, na época uma pequena empreiteira, no final dos anos 1990. Transformou-a numa das maiores fornecedoras da Petrobras durante a Era Lula. Entre 2006 e 2014 fez doações ao PT, em valores não atualizados, de R$ 22,3 milhões.

Como as demais empresas investigadas pela Lava Jato, a UTC passava por grave crise. Impedida de participar de licitações da Petrobras, acumulava dificuldades para obter financiamentos e pagar dívidas. Em seis meses demitira 15 mil de seus 30 mil funcionários. Tentava desfazer-se de negócios. Abriu mão de metade da sede em São Paulo para economizar.

A OAS decidiu não entregar à Justiça Federal cópias de contratos firmados com a JD, de Dirceu. Não colaboraria com o juiz Sérgio Moro. Dirceu, diga-se, fechara as portas da JD, com a qual obteve receitas brutas de R$ 39,1 milhões entre 2006 e 2013. Da quantia, R$ 10 milhões vieram de empreiteiras investigadas por desvios na Petrobras.

Outra que deu o que falar, a Projeto Consultoria, do ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP). Embolsou R$ 24 milhões entre 2008 e 2011. Investigada, a Unipar Carbocloro injetou R$ 1,7 milhão na Projeto, em parcelas de R$ 30 mil a R$ 50 mil. A petroquímica caiu no radar da Lava Jato suspeita de repassar R$ 812 mil à MO e R$ 175 mil à RCI, controladas por Youssef.

A PF detectou vários pagamentos da Unipar à Projeto em 2009, quando Palocci era deputado federal. A empresa tentava desfazer sociedade com a Petrobras na Quattor, criada dois anos antes. A dissolução foi concretizada. A Braskem, ligada à Odebrecht, adquiriu participação da Unipar na Quattor.

Em delação premiada, Youssef contou que a fundação da Quattor foi intermediada por José Janene. Paulo Roberto Costa recebeu parte da comissão pelo negócio. R$

18 milhões deveriam seguir a Janene. A história já foi contada aqui. O ex-ministro Mário Negromonte (PP-BA) intrometeu-se na transação, embolsou R$ 12 milhões e deu R$ 1,5 milhão ao deputado. Furioso, Janene conseguiria R$ 9 milhões da Unipar.

Durante interrogatório na Justiça Federal do Paraná, Sérgio Cunha Mendes, ex-vice-presidente da Mendes Júnior, afirmou que a empreiteira deu R$ 8 milhões a Youssef. Contratos simulados junto à GFD e à Rigidez. Segundo Mendes, o doleiro, que agia sob ordens de Paulinho, extorquiu o dinheiro.

A qualidade de ser razoável

Em depoimento à CPI da Petrobras, Paulinho falou da aspiração de ser diretor da Petrobras. Para isso, precisava de um padrinho político:

> — Eu, como engenheiro, tinha sonhos de chegar à diretoria. Obviamente sabia que ia ter problemas, não sabia a extensão do problema. Na primeira conversa que eu tive com o deputado José Janene, ele falou "nós vamos te apoiar e você vai ajudar o partido".

O ex-diretor foi ouvido em 5 de maio de 2015. Já cumpria prisão domiciliar:

> — Trabalhei na empresa por 35 anos. Até eu receber o primeiro contato político, porque eu trabalhei 27 anos em vários órgãos da Petrobras, galgando várias posições na companhia e nunca precisei de apoio político para realizar a minha trajetória. Foi por minha capacidade que eu alcancei os vários postos que eu tive na empresa. Infelizmente, para chegar à diretoria da Petrobras, não se chega sem apoio político e eu tive a infelicidade de aceitar esse apoio político para alcançar o cargo de diretor da Petrobras e, a partir desse momento, aconteceu tudo que aconteceu.

Paulo Roberto Costa ouviu de mais de um empresário que as doações das empresas eram recuperadas no futuro. Do depoimento:

> — Isso remonta àquilo que no mundo empresarial se fala muito. Não existe almoço de graça. Por que uma empresa de capital privado ou com ações na bolsa vai doar R$ 10 milhões, R$ 20 milhões para uma campanha eleitoral? Por quê? Qual o motivo? Que a população brasileira coloque isso com muita clareza na cabeça. Por que uma empresa vai doar R$ 20 milhões para uma campanha se ela não tiver algum motivo na frente para cobrar isso?

O ex-diretor participou de reuniões na Petrobras para discutir preços de vários orçamentos e a aprovação de aditivos. Reiterou à CPI que decisões sobre gastos dependiam de toda a Diretoria Executiva:

> — Quem aprovou todos foi a Diretoria Executiva da Petrobras. Está errado? Vossas excelências responsabilizem a diretoria da Petrobras toda,

porque não foi uma pessoa só que aprovou.

Segundo ele, a Lava Jato tinha de aprofundar investigações relacionadas à Diretoria de Exploração e Produção, a maior da Petrobras, controlada pelo PT. A direção sabia da existência do cartel:

> — Sabíamos do cartel? Sabíamos. Não tomamos nenhuma ação? Não tomamos nenhuma ação. Aí que nós erramos.

Em documento enviado ao juiz Sérgio Moro, a Petrobras relacionou 1.800 visitas à sua sede por dez pessoas investigadas no esquema. Ex-gerente, Pedro Barusco citou os nomes em delação premiada. Operadores teriam ido à petroleira para conversar com Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Nestor Cerveró, Jorge Luiz Zelada, Ildo Sauer, Glauco Legatti, Maria das Graças Foster e José Sérgio Gabrielli.

Zwi Skornicki, investigado como operador do Estaleiro Kepell Fels, foi o campeão. Entre 2006 e 2014 visitou Renato Duque, Pedro Barusco, José Sérgio Gabrielli e Maria das Graças Foster em 490 ocasiões. Graça Foster recebeu visitas de Augusto Amorim Costa, suspeito de agir como operador da Queiroz Galvão, e de César Roberto Santos Oliveira, da GDK, que deu um jipe de mimo ao secretário-geral do PT, Silvio Pereira, em 2005.

A gravação de uma reunião impressionou. Presidente do Conselho de Administração, o ministro da Fazenda Guido Mantega (PT-SP) aliou-se à presidente Graça Foster para impedir a demissão do presidente da Transpetro, Sérgio Machado, apadrinhado do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Machado era acusado de participar do esquema de corrupção. Foi em 31 de outubro de 2014. Analisava-se a PricewaterhouseCoopers, que fazia auditoria financeira da Petrobras e exigia o afastamento de Machado, suspeito de dar R$ 500 mil de propina a Paulinho. Mantega e Graça Foster defenderam o adiamento da demissão. De Mantega:

> — Não me parece que seja necessário isso. Eu posso tentar resolver isso segunda, terça, quarta-feira.

O conselheiro Silvio Sinedino refutou-o:

> — Vou dizer uma coisa aqui que o presidente não vai gostar. Eu acho que isso é porque, primeiro, tem de pedir autorização ao Renan Calheiros. Se a gente não tem poder aqui para tirar uma pessoa que está complicando a situação da Petrobras, quem é que manda nessa empresa?

Sérgio Quintella, outro conselheiro, posicionou-se a favor do afastamento de Machado. Mantega propôs conceder férias ao presidente da Transpetro:

> — Temos de fazer as coisas de forma razoável. Vamos acolher todas as acusações que foram feitas?

Machado deixou a Transpetro mais de três meses depois.



AREIA MOVEDIÇA

A chantagem de Eduardo Cunha e os navios-sonda para a Petrobras

O drama de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, iniciou-se com a revelação de que era "autor" de proposições suspeitas, corroborando denúncia do doleiro Alberto Youssef de que o político pressionara a Mitsui Toyo para obter propina. Cunha negou relação com os requerimentos de 2011 da deputada Solange Almeida (PMDB-RJ), que solicitavam investigações contra a empresa, fornecedora da Petrobras. Segundo Youssef, Mitsui e Samsung interromperam pagamentos de propina relacionadas a contratos de aluguel de navios-sonda. Cunha procurou forçar o repasse dos atrasados. Solange era ligada ao deputado.

Os requerimentos ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério de Minas e Energia pediam auditorias em contratos da Petrobras com a Mitsui. Conforme Youssef, o objetivo era intimidá-la, para que entregasse as comissões. Solange isentou Cunha de responsabilidade, mas o sistema da Câmara dos Deputados indicava ter sido ele o autor original dos textos.

Cunha demitiu o chefe do setor de informática da Câmara dos Deputados, Luiz Antonio Souza da Eira. O deputado se disse vítima de fraude, mas estava lá: seu nome aparecia no sistema eletrônico como autor dos requerimentos. Em depoimento à Polícia Federal, Eira afirmou que a versão inicial das proposições foi elaborada com senha "pessoal e intransferível" de Cunha. Já a deputada Solange admitiu que assuntos ligados à Petrobras não faziam parte de sua atuação política. E alegou não se lembrar das motivações que a levaram a pedir investigações contra a Mitsui.

Ao depor à CPI da Petrobras, Youssef reconheceu em 11 de maio de 2015 que participou de operação de entrega de propina a Fernando Falcão Soares, o Fernando Baiano. Atendeu a pedido de Julio Camargo, que representava a Mitsui. O doleiro confirmou o envolvimento de Cunha no esquema. De forma confusa, referiu-se a Camargo:

> — Ele pediu que fizesse para ele uma operação a respeito de aluguel de sondas que ele fez com Fernando Soares para a Petrobras. Ele me disse que precisava pagar por conta de requerimento que o Fernando tinha pedido ao deputado Eduardo Cunha para que pedisse à Comissão de Fiscalização informações sobre a Mitsui Toyo, sobre o Julio Camargo, sobre as empresas que ele representava.

Youssef contou que viabilizou a transação trazendo ao Brasil de R$ 4 milhões a R$ 6 milhões ainda em 2011. Entregou R$ 4 milhões em dinheiro a Baiano, e outros R$ 2 milhões a Camargo. Em 13 de maio de 2015 Youssef depôs à Justiça Federal.

Instaram-no a dizer quem Camargo apontou como beneficiário da propina. Do doleiro:

> — Falou no Fernando Soares e contou a história da pressão que o Eduardo Cunha estava fazendo para que ele pudesse pagar o Fernando Soares, dando entendimento que esse valor fosse também na época para o deputado.

Camargo depôs à Justiça Federal no mesmo 13 de maio. Afirmou que Baiano detinha informações privilegiadas na Diretoria Internacional e citou sua intermediação em negócio de US$ 1,3 bilhão entre a Petrobras e a Samsung para o aluguel de navios-sonda.

Fecharam o contrato em 2006, no período em que Nestor Cerveró era diretor Internacional. Baiano teria repassado a Camargo características dos navios-sonda que interessavam a estatal, bem como prazos de entrega e outras informações. Cerveró e Baiano representariam o PMDB na organização. Camargo confessou que deu US$ 35 milhões a Baiano.

Réu em cinco ações penais na Justiça Federal do Paraná, Paulo Roberto Costa comparou o envolvimento no esquema a "entrar na areia movediça":

> — Você vai entrando e, depois, é quase impossível sair.

Nas quatro horas em que foi ouvido, no dia 28 de abril de 2015, Paulinho insistiu em dividir responsabilidades com outros integrantes da Petrobras:

> — Isso não foi definição de Paulo Roberto ou de Renato Duque, mas da diretoria da Petrobras, que aprovava tudo isso. Foi a diretoria que definiu que os projetos fossem para a rua com um grau de maturidade não suficientemente detalhado.

Paulinho rebateu a tese de que as empreiteiras foram achacadas:

> — Elas tinham interesse em atender os políticos porque tinham interesses também em outras obras, de outras áreas.
>
> — Se a gente for olhar rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, esse processo ocorreu em todas as áreas. Basta um aprofundamento da Justiça, que vai chegar a essa conclusão.

Dono da UTC, Ricardo Pessoa descreveu à Lava Jato doação eleitoral, oficial, que funcionou como contrapartida à contratação da UTC pela Petrobras. Deu R$ 1 milhão à campanha de Renan Filho (PMDB) ao Governo de Alagoas em 2014. O filho do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) teria sido eleito, portanto, com recursos da corrupção.

Ao todo, sete empreiteiras doaram R$ 7,7 milhões ao diretório alagoano do PMDB em 2014, ajudando a eleger Renan Filho: UTC, Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Serveng Civilsan.

Consórcio capitaneado pela UTC arrematou a concessão do Aeroporto de Feira de Santana (BA) em 2013. Contrato firmado com a Agerba, agência reguladora do Governo da Bahia, dirigida por Eduardo Harold Pessoa, um primo de Ricardo Pessoa. Tudo em família. Eduardo Harold fora nomeado pelo governador Jaques Wagner (PT) em 2011. A reeleição do governador em 2010 contara com R$ 2,4 milhões da UTC. Antes de fazer acordo de delação premiada, Pessoa indicara Wagner como testemunha. Wagner foi ministro da Defesa e da Casa Civil no segundo mandato de Dilma Rousseff.

Antes de virar ministro, tratou de fazer o sucessor na Bahia. O eleito, Rui Costa (PT), recebeu R$ 2,9 milhões da UTC. Em seu governo, manteve o primo de Pessoa na Agerba. O consórcio liderado pela UTC foi participante único da licitação de concessão do Aeroporto de Feira de Santana.

Inquérito da Justiça Federal de São Paulo enviado ao Supremo Tribunal Federal abriu suspeita contra o senador Edison Lobão (PMDB-MA). Ex-ministro de Minas e Energia de Lula e de Dilma Rousseff, teria se associado de forma oculta à *holding* Diamond Mountain, sediada nas Ilhas Cayman. A empresa captava recursos de fundos de pensão de empresas estatais e privadas, beneficiadas por bancos públicos e fornecedores da Petrobras.

Alcateia sedenta

Lobão era investigado por envolvimento em crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens. Só o Postalis, fundo de pensão dos funcionários dos Correios, aplicou R$ 67,5 milhões em negócios da Diamond. O senador era tratado como "*Big Wolf*", "Tio" ou "O Homem" no dia a dia da *holding*. Jorge Nurkin, ex-dirigente da Diamond, contou ao jornal O Estado de S. Paulo que Lobão detinha 50% dos fundos de participação e recebia por meio de cartões de crédito pré-pagos, mecanismo que dificultava rastreamentos.

Nurkin denunciou à PF expedientes para quebrar multas na Agência Nacional de Energia Elétrica, nos tempos de Lobão como ministro. Na entrevista ao jornal, mencionou a "Terra Santa", Luiz Meiches (um dos donos da Diamond) e o filho do senador, Edison Lobão Filho (PMDB-MA):

> — Cada vez que iam para o Maranhão, eles diziam que iam para a Terra Santa. O Meiches conversava com o senhor Edinho, filho do ministro. No relato dele, eles conversavam no helicóptero do filho do senador.

Lobão Filho não negou os voos de helicóptero à repórter Andreza Matais:

> — É possível. Vamos pensar nós dois. Chega um cara na sua casa, figurativamente, e diz: "Sou um xeque árabe, com quatro bi na conta". Você leva ele para tomar água de coco no seu carro ou você não leva?

Provavelmente para desviar o PMDB do foco, o presidente da CPI da Petrobras, Hugo Motta (PMDB-PB), anunciou a exumação do corpo do ex-deputado José

Janene, morto em 2010. Alegou que ele poderia estar vivo na América Latina. Janene foi um dos mentores do esquema na Petrobras.

O caso foi parar nos jornais. Entre as suspeitas, o fato de que Youssef assinara a certidão de óbito. Janene morreu aos 55 anos no Instituto do Coração, em São Paulo, na fila do transplante. A família reagiu. A filha Danielle disse ter acompanhado o pai "até o último suspiro":

> — Liberei o corpo e os documentos. O velório foi feito com o caixão aberto. Ele foi enterrado em uma túnica branca, de acordo com a religião muçulmana.

A Justiça Federal do Paraná acatou acusações do Ministério Público Federal e abriu denúncias contra os ex-deputados André Vargas, Luiz Argôlo, Pedro Corrêa e Aline Corrêa em 18 de maio de 2015. Os quatro tornaram-se réus e responderiam por corrupção, lavagem de dinheiro e peculato.

Vargas foi acusado com os irmãos Leon Vargas e Milton Vargas e o publicitário Ricardo Hoffmann de obter propina da agência Borghi Lowe. Vinha de contratos com o Ministério da Saúde e a Caixa Econômica Federal.

Prisão preventiva do lobista Milton Pascowitch em 21 de maio de 2015. Acusado de gerir dinheiro do esquema da Petrobras e de aproximar a Engevix do PT. Temia-se sua fuga, pois disporia de recursos no exterior.

A Justiça bloqueou R$ 78 milhões de investigados. Agentes da PF cumpriram mandado de busca e apreensão na casa do lobista e de seu irmão, José Adolfo Pascowitch. A Jamp, de Milton, recebera R$ 80 milhões da Engevix entre 2004 e 2014, mas não tinha funcionários. Indicação de que era firma de fachada, apenas para administrar propina de corrupção.

Conforme o interrogatório de Gerson de Mello Almada, ex-vice-presidente da Engevix, Milton Pascowitch e dirigentes do PT combinavam doações eleitorais da empreiteira. A Odebrecht e a UTC pagaram à Jamp durante os governos Lula e Dilma Rousseff. José Dirceu recebeu R$ 1,4 milhão pela JD por supostos serviços prestados a Pascowitch em 2011 e 2012, ano em que o ex-ministro foi julgado no caso do mensalão.

Pedro Barusco apontou Pascowitch como um dos 11 operadores que deram propina à Diretoria de Serviços, de Renato Duque. Pascowitch transferiu US$ 510 mil para contas de Barusco em dois bancos suíços.

Duque recebeu R$ 895 mil de Pascowitch em conta da D3TM, aberta após sair da Petrobras. A PF suspeitava de acerto de dívida de propina. O lobista transferiu R$ 50 mil a um filho de Duque. Aprenderam escultura comprada por Pascowitch no apartamento de Duque. Durante a operação, agentes retiveram 62 obras de arte na casa dos irmãos Pascowitch em São Paulo.

Em despacho, o juiz Sérgio Moro afirmou que a participação de Pascowitch no esquema "é mais análoga à dos profissionais que se dedicaram, diferentemente dos

empreiteiros, exclusivamente à prática delitiva, intermediando propinas, ocultando e dissimulando o produto do crime, em operações complexas de lavagem de dinheiro, inclusive com transações e contas secretas no exterior".

Relatório da Receita Federal apontou que Pascowitch tinha bens e direitos no valor de R$ 574 mil em 2003, no primeiro ano da administração Lula. Dez anos depois era dono de R$ 28,2 milhões. Zwi Skornicki e Luís Eduardo Barbosa da Silva, investigados no esquema de corrupção, também tiveram grande ascensão. Skornicki foi de R$ 1,8 milhão a R$ 63,2 milhões. E Barbosa da Silva de R$ 517 mil a R$ 50 milhões, em apenas dez anos.

Sondas em águas obscuras

A prisão de Pascowitch refletia as investigações sobre o pré-sal. Ele atuava no Estaleiro Rio Grande (RS), administrado pela Ecovix (braço da Engevix), contratado para construir três sondas. A Sete Brasil, criada pela Petrobras, deveria pôr em operação 29 dessas sondas de exploração do fundo do mar.

Segundo Gerson de Mello Almada à PF, a Engevix acertou comissão de US$ 120 milhões para Pascowitch, em troca da construção de oito cascos para plataformas da Petrobras. As obras no Estaleiro Rio Grande chegariam a US$ 3,4 bilhões. Dos US$ 120 milhões, US$ 110 milhões seriam repassados à Jamp e US$ 10 milhões à MJ2 Internacional, vinculada ao lobista. Almada relatou que os contratos e repasses a Pascowitch eram feitos à medida que a Engevix recebia suas parcelas pelos cascos. A empresa lançava os pagamentos ilegais como "contingências" dos contratos.

Pedro Barusco confessou que todos os estaleiros repassavam propina de cerca de 1% sobre os valores de construção dos navios-sonda. O pacote alcançava US$ 25,5 bilhões.

O Estaleiro Atlântico Sul (PE), parceria da Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e um grupo japonês, ficou responsável por sete sondas. O Jurong Aracruz (ES), da Jurong Shipyard, subsidiária do SembCorp Marine, de Cingapura, construiria sete. O Brasfels (RJ), do grupo Kepell Fels, de Cingapura, seis. E o Enseada do Paraguaçu (BA), da Odebrecht, OAS, UTC e Kawasaki, seis.

Almada admitiu a entrega de até 0,9% dos valores recebidos pelas três sondas do Estaleiro Rio Grande. Pascowitch recebeu parte. Do depoimento:

> "Vinculado a esse negócio foi firmado um contrato de consultoria com a Jamp, de Milton Pascowitch, o qual foi calculado em torno de 0,75% a 0,9% do valor do contrato das sondas, que girou em torno de US$ 2,4 bilhões, estando o contrato ainda em execução."

A WTorre construiu o Estaleiro Rio Grande e vendeu sua participação à Engevix em 2010. No período dos contratos para a sua construção e a fabricação de cascos e sondas, as duas empresas mantiveram contratos com os petistas José Dirceu e Antonio Palocci. A WTorre contratou a Projeto Consultoria, de Palocci, entre 2007 e

2010, por R$ 350 mil. A JD, de Dirceu, firmou contrato de R$ 2,6 milhões com a Engevix, de 2008 a 2012. A Jamp, de Pascowitch, repassou parte do que abocanhou a Dirceu.

Notícias de estranhamento entre Dirceu e Palocci chegaram aos jornais no primeiro governo Lula. Tudo leva a crer, porém, que, nos bastidores, os dois se entendiam bem. Na época do mensalão, ambos teriam sido beneficiários de propina de um mesmo contrato, envolvendo a Caixa Econômica Federal.

De acordo com Barusco, os contratos vinculados ao Estaleiro Rio Grande foram marcados pela corrupção. Ele confessou que recebeu entre R$ 400 mil e R$ 600 mil de Carlos Eduardo Veiga, da WTorre, por volta de 2008. Duque pôs as mãos em parte. Conforme o delator, ao dar dinheiro, a WTorre obteve “boa interlocução” e “boa vontade” da Petrobras.

Autoridades do Principado de Mônaco bloquearam 29,5 milhões de euros de origem suspeita de Duque e Jorge Luiz Zelada, sendo 18,7 milhões de euros do primeiro e 10,8 milhões de euros, do segundo. O dinheiro estava em contas do banco suíço Julius Baer. A origem, *offshores* no Panamá. Segundo as investigações, o escritório de advocacia Alemán, Cordero, Galindo & Lee abriu empresas para os ex-diretores no Panamá.

Os documentos de Mônaco apontavam que Duque recebera o equivalente a US$ 2 milhões do estaleiro coreano Samsung, investigado por pagamento de suborno. Deu-se assim: a Samsung transferiu US$ 3 milhões à Goodall Trade, de Raul Schmidt Felippe Júnior, apontado como responsável pela abertura da conta de Duque no Julius Baer de Mônaco. O dinheiro originara-se de comissão que envolvia a norte-americana Pride Internacional. Em seguida, Felippe Júnior, ex-funcionário da Petrobras, repassaria US$ 4 milhões ao francês Judas Azuelos. Pouco tempo depois, Azuelos devolveria US$ 2 milhões a Felippe Júnior e depositaria outros US$ 2 milhões na Milzart Overseas, controlada por Duque. Os repasses estariam ligados a contrato entre Petrobras e Pride Internacional para uso de navio-sonda da Samsung na perfuração de campo de petróleo no Golfo do México.

Contrato de US$ 864 milhões fora assinado em 2008. Auditoria da Petrobras identificou sobrepreço de R$ 118 milhões em 2015 e questionou o aluguel da sonda. Julio Camargo confirmou pagamento de propina a Duque. Participara de três reuniões na Petrobras em nome da Samsung, com a intenção de fechar o negócio. O lobista Hamylton Padilha teria envolvimento na trama, assim como N

estor Cerveró, diretor Internacional.

A Folha de S.Paulo apurou que, após suceder Cerveró, Zelada (diretor de 2008 a 2012) associou-se à TVP Solar, com sede em Genebra, em 2013. Bloquearam sua conta no Julius Baer, aberta em 2011, em nome da *offshore* Rockfield International. Felippe Júnior investia na TVP. Ele e Zelada seriam coproprietários de apartamento em 2012 e 2013. Zelada adquiriu-o depois.

Suspeito de intermediar propina a Duque e Zelada, Felippe Júnior recebeu US$ 20,6 milhões no Julius Baer, em Mônaco, entre 2011 e 2015. Foram 27 transferências para conta de sua empresa nas Ilhas Virgens Britânicas. A investigação indicou que o dinheiro vinha da norueguesa Sevan, que alugou três navios-sonda à Petrobras, por US$ 2,3 bilhões, de 2007 a 2012.

Documentos de Mônaco apontaram a contratação da Global Offshore Services, de Felippe Júnior, pela Sevan, para prestar assistência nos contratos com a Petrobras. Os US$ 20,6 milhões saíram de contas da Sevan na Noruega, Reino Unido, Holanda e Cingapura. As comissões variavam entre 2,5% e 3% dos repasses da Petrobras à multinacional.

Vejam só, acharam um abuso

Outro rolo na Petrobras foi a contratação do Estaleiro Samsung Heavy, da Coreia do Sul, para construir o navio-sonda Vitória 10000. Os US$ 616 milhões teriam sido superfaturados. É bem mais do que isso, porém: a petroleira contratou no Brasil a Schahin, sem concorrência, para operar a sonda. Segundo auditoria da Petrobras, a Schahin não honrava pagamentos e queria receber bônus antecipados por performance. Os extras gerariam sobrepreço de US$ 79 milhões em dez anos. A Schahin arrendou a sonda da Petrobras com US$ 765 milhões emprestados da estatal, que se comprometeu a pagar US$ 1,6 bilhão pela operação. A repórter Josette Goulart, de O Estado de S. Paulo, explicou:

> "É como se você comprasse um carro de luxo e quisesse ter um serviço de *chofer*. Em vez de contratar um motorista, acaba vendendo o carro ao vizinho. Como ele não tem dinheiro para pagar à vista, fica acertado que o pagamento será em 12 vezes. Nesse mesmo período, ele passa a ser seu *chofer* cobrando duas taxas: uma pelo serviço de motorista e outra pelo aluguel do carro. O valor da prestação que ele lhe deve, no entanto, é metade do quanto recebe de você por mês pelas duas taxas. No fim das contas, ao fim deste período de um ano, ele fica com o carro e ainda ganha com as taxas que cobrou."

Além do Vitória 10000 houve o Petrobras 10000. Julio Camargo participou de reuniões com representantes da Mitsui, Samsung e Nestor Cerveró. Fernando Baiano teria participado de um desses encontros. Camargo relatou que a Samsung Heavy pagou US$ 53 milhões de propina pelos contratos para construir os dois navios-sonda.

Cerveró foi condenado a cinco anos de prisão e ao pagamento de multa de R$ 543 mil por lavagem de dinheiro. A sentença, de 26 de maio de 2015, dizia respeito à compra de apartamento duplex em Ipanema, no Rio, com cinco quartos e outros dois para empregados, avaliado em R$ 7,5 milhões em 2015. Cerveró estabelecera a *offshore* Jolmey no Uruguai e montou a subsidiária Jolmey do Brasil para trazer

dinheiro do exterior e comprar o imóvel em 2009, por R$ 1,5 milhão. O ex-diretor ocupou o cargo na Petrobras entre 2003 e 2008. Condenado por operação fraudulenta, forjou contrato de aluguel para dissimular que era o verdadeiro dono, mas se descuidou. Transferiu apenas R$ 9 mil à *offshore* em 2013, o equivalente a uma locação de R$ 750 por mês. Ora, o aluguel de apartamento luxuoso como o seu alcançaria até R$ 18 mil mensais na época. Do juiz Sérgio Moro:

> "Como diretor da Petrobras, com salário substancial, não tinha qualquer necessidade econômica de enveredar pelo mundo do crime, indicando ganância excessiva."

A Justiça determinou o confisco do imóvel em Ipanema. Cerveró ainda era investigado por embolsar US$ 30 milhões em propina atrelada a negócios da Petrobras com navios-sonda entre 2005 e 2006.

Na primeira ação civil de improbidade em âmbito da Lava Jato, a Justiça Federal tornou a Engevix e executivos da empresa réus em 28 de maio de 2015. O Ministério Público Federal pediu a devolução de R$ 539 milhões. A empreiteira já tinha R$ 153 milhões bloqueados. A OAS sofreu bloqueio de R$ 282 milhões; Galvão Engenharia, de R$ 302 milhões; Camargo Corrêa e Sanko Sider, de R$ 241 milhões. As somas correspondiam a 1% dos contratos suspeitos com a Petrobras, acrescidos de multa equivalente a três vezes os valores desviados. A Justiça Federal também decretou o bloqueio de R$ 137 milhões da Mendes Júnior e de executivos da empreiteira.

Da Suíça, uma bomba:

Cerca de 300 contas bancárias de envolvidos no petrolão teriam sido bloqueadas. Ocultariam US$ 400 milhões.



ANDANÇAS DO BRAHMA

Lula usufruiu de vantagens de empreiteiras investigadas no petrolão

Em ação de busca e apreensão nos computadores da Camargo Corrêa em 2014, a Polícia Federal apurou que, entre 2011 e 2013, a empresa deu R$ 3 milhões ao Instituto Lula e pouco mais de R$ 1,5 milhão à LILS Palestras e Eventos, cujas iniciais traziam as primeiras letras de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os registros na contabilidade da Camargo Corrêa indicavam que o Instituto Lula, criado após o ex-presidente deixar o Palácio do Planalto, recebeu três pagamentos de R$ 1 milhão cada, em 2011, 2012 e 2013. Já a LILS embolsou R$ 337,5 mil em 2011, R$ 815 mil em 2012 e R$ 375,4 mil em 2013.

Intrigou os investigadores que a Camargo Corrêa contabilizou dois repasses ao Instituto Lula como "doações e contribuições", e um outro, de 2012, como "bônus eleitoral". No caso da LILS, houve acerto por "consultoria". O endereço da LILS era o da casa de Lula, em São Bernardo do Campo (SP).

As informações sobre os negócios de Lula foram anexadas à Lava Jato em 9 de junho de 2015. A Camargo Corrêa, que recebeu R$ 2 bilhões de contratos com a Petrobras de 2008 a 2013, justificou o dinheiro ao Instituto Lula como "apoio institucional". Já a quantia à LILS, remuneração por quatro palestras.

O jornal O Globo publicou, em 12 de junho de 2015, que o diretor do Departamento de Comunicações e Documentação do Ministério das Relações Exteriores, João Pedro Corrêa Costa, deflagrou uma ação para evitar a divulgação de registros oficiais que vinculavam Lula à Odebrecht. Sugeriu que papéis "reservados", cujos sigilos perdiam efeito em cinco anos, fossem reclassificados como "secretos", estendendo os prazos de indisponibilidade para 15 anos. Com a notícia, o Itamaraty liberou a documentação do período dos dois governos Lula (2003 – 2010).

Alexandrino Alencar, diretor da Odebrecht e suspeito de pagar propina, acompanhou Lula em viagens ao exterior patrocinadas pela construtora. Marcelo Bahia Odebrecht, presidente, viajou com Lula à África e a Cuba, onde a Odebrecht construía o Porto de Mariel. Financiamento do BNDES.

A amizade com Alencar levou Lula a pedir a Emílio Odebrecht, pai de Marcelo, ajuda para a construção do estádio do Corinthians, time de futebol para o qual o ex-presidente torcia. A Odebrecht adiantou R$ 400 milhões, antes da liberação do empréstimo do BNDES. Garantiu a abertura da Copa do Mundo de 2014 na nova casa do Corinthians, na zona leste de São Paulo.

Segundo Paulo Roberto Costa, Alencar participou de reuniões que definiram propina de US$ 5 milhões por ano para que a Braskem, controlada pela Odebrecht,

adquirisse, por preços vantajosos, matérias-primas da Petrobras, sócia da Braskem.

Além das relações com a Camargo Corrêa e a Odebrecht, beneficiada com US$ 8,2 bilhões em créditos externos do BNDES, Lula era próximo da OAS, da qual, supostamente, adquiriria apartamento tríplex no Guarujá (SP).

Em mensagens interceptadas pela PF nas quais executivos da OAS tratavam de palestra de Lula no Chile, mencionaram-no pelo apelido de "Brahma", possível referência à marca de cervejas.

Lula era um animador de auditório. Em junho de 2013, em viagem ao Peru, cercado de executivos da Camargo Corrêa, Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez, virou-se para o presidente peruano, Ollanta Humala, e disse não ter vergonha dos interesses financeiros dos empresários:

— Todo mundo que é empresário precisa ganhar dinheiro.

A OAS deu avião para Lula ir ao Chile em novembro de 2013. Léo Pinheiro, presidente da OAS, tratou da viagem com o executivo Cesar Uzeda. Lula era o "Brahma". Uzeda aproveitou o e-mail para criticar Dilma Rousseff:

> "A agenda nem de longe produz os efeitos das anteriores do governo do Brahma, no entanto acho que ajuda a lubrificar as relações. (A senhora não leva jeito, discurso fraco, confuso e desarticulado, falta carisma)."

Léo Pinheiro respondeu:

> "O Brahma quer fazer palestra dia 24/25 ou 26/11 em Santiago. Seria uma mesa redonda para 20 a 30 pessoas. Quem poderíamos convidar e onde?"

Com a liberação de papéis do Itamaraty, vieram à tona 2.136 páginas de conversas entre Lula e o presidente da Argentina, Nestor Kirchner. Ambos trataram de associar a Odebrecht com empresa argentina na construção de hidrelétrica no Equador. A Odebrecht foi contratada por US$ 452 milhões.

O jornal O Estado de S. Paulo obteve documento da Petrobras segundo o qual Lula se reuniu com Paulo Roberto Costa em 31 de janeiro de 2006. A compra da Refinaria de Pasadena foi aprovada em 3 de fevereiro de 2006 pelo Conselho de Administração, presidido por Dilma Rousseff.

A agenda de Paulinho em Brasília integrava o relatório "Viagens Pasadena". Encontraram-na nos arquivos da Petrobras. Assessores de Lula divulgaram que a reunião no Palácio do Planalto não tratou de Pasadena, mas não informaram a pauta discutida. Refutaram conversa "particular" entre os dois e asseguraram que José Sérgio Gabrielli (PT-BA), presidente da Petrobras, estava presente. Gabrielli não confirmou sua participação.

De que teriam tratado os dois? Se Lula mandou dizer que o assunto não foi Pasadena, por que deixou de indicar o tema da conversa?

Lula não aceitou manobra da CPI da Petrobras, atribuída ao PMDB, para ouvir o diretor do Instituto Lula, Paulo Okamoto. Irritado, telefonou ao vice-presidente da

República, Michel Temer (PMDB), com quem mantinha boas relações. Chamou o episódio de "temporada de caça" à sua possível candidatura à Presidência da República em 2018. A conversa com Temer surtiu efeito. Não convocaram Okamoto, mas vale registrar a sua reação:

> — Vou falar na CPI que houve doações, que a gente pede dinheiro e as empresas contribuem. Por que o dinheiro que a gente pede é diferente do que os outros pedem? Somos tão honestos quanto os outros.

José Dirceu (PT-SP) desabafou em conversa com amigos. Cumpria pena em regime aberto. Conforme o repórter Ricardo Galhardo, de O Estado de S. Paulo, Dirceu mencionou o motivo de sua condenação, no mensalão:

> — De que serve toda covardia que o Lula e a Dilma fizeram na ação penal 470 e estão repetindo na Lava Jato? Agora estamos todos no mesmo saco, eu, o Lula, a Dilma.

Covardia ou omissão? Dirceu queria a interferência do governo para impedir investigações? Ou Lula e Dilma Rousseff foram covardes por deixarem-no pagar sozinho por crimes dos quais também se beneficiaram?

O chefe domina o fato

O STF condenou Dirceu como "chefe da quadrilha" do mensalão, com base na teoria do domínio do fato. O autor do crime não seria apenas o seu executor, mas quem tinha poder de planejá-lo ou força para impedi-lo.

O STF considerou que Dirceu estava no topo da organização criminosa. Não teve coragem de apontar para Lula, chefe de Dirceu e maior beneficiário do suborno de políticos que forjou maioria para o seu governo no Congresso.

O MPF usou a tese jurídica do domínio do fato para pedir à Justiça Federal a condenação de três executivos da Camargo Corrêa em crimes da Lava Jato. A denúncia requereu o "perdimento do produto e proveito dos crimes", no valor de R$ 50,8 milhões, e o pagamento de R$ 343 milhões em multas, equivalentes a 3% do obtido em contratos e aditivos da Petrobras.

No documento de 152 páginas, os procuradores da República mencionaram o voto da ministra Rosa Weber, do STF, durante o julgamento do mensalão:

> "Mal comparando, nos crimes de guerra punem-se, em geral, os generais estrategistas que, desde seus gabinetes, planejam os ataques, e não os simples soldados que os executam, sempre dominados pela subserviência da inerente subordinação."

A PF prendeu em sus residências, em São Paulo, os presidentes da Odebrecht, Marcelo Bahia Odebrecht, e da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo. As duas maiores construtoras do País. Dia histórico, o 19 de junho de 2015. Na ocasião, o juiz Sérgio Moro determinou as prisões de outros dez, incluindo operadores de

propina investigados pela Lava Jato.

Os 12 tiveram R$ 20 milhões bloqueados. Da Odebrecht foram presos, ainda, Alexandrino Alencar, Márcio Faria da Silva, Rogério Santos de Araújo, César Ramos Rocha, João Antônio Bernardi Filho e Cristina Maria da Silva Jorge. Da Andrade Gutierrez, Elton de Azevedo Júnior, Antônio Pedro Campelo de Souza, Paulo Roberto Dalmazzo e Flávio Lúcio Magalhães.

Todos responderiam por formação de cartel, fraude a licitação, corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O suíço Bernardo Schiller Freiburghaus, suspeito de engendrar operações financeiras para pagar propina da Odebrecht no exterior, deixara o Brasil. Considerado foragido. Ele controlaria a Diagonal Investimentos e representaria, de forma informal, quatro bancos de investimentos no Rio de Janeiro: PBK Private Bank, Pictec e as faces suíças do HSBC e do Royal Bank of Canada.

Para os investigadores, Freiburghaus montava operações que escoavam dinheiro a empresas de fachada em paraísos fiscais. No final das transações, carreava os recursos a contas na Suíça. Rogério Araújo, da Odebrecht, teria apresentado Paulo Roberto Costa e Pedro Barusco ao dono da Diagonal.

Segundo Paulinho, Freiburghaus abriu as *offshores* Sygnus Assetes, Quinus Services e Sagor Holding, e contas nos bancos suíços PBK e HSBC para pagar propina da Odebrecht. Era procurador e agia para dificultar rastreamentos.

O procedimento repetiu-se com Barusco. Mesmo após a prisão de Paulinho, o operador suíço remeteria US$ 2 milhões a contas no PBK e teria feito transferência de US$ 815 mil da Odebrecht para conta de Renato Duque.

Dados do Principado de Mônaco revelaram depósitos da Constructora Internacional Del Sur, com sede no Panamá, originários de conta do Credicorp Bank. O destino foi uma conta de Duque no banco Julius Baer.

Política marrom de empresa

Cálculos do MPF indicaram que a Odebrecht distribuiu R$ 510 milhões em propina. A Andrade Gutierrez, R$ 200 milhões. Do juiz Sérgio Moro:

> — Pelas provas até o momento colhidas, a Odebrecht pagaria propina de forma mais sofisticada do que as demais empreiteiras, especialmente mediante depósitos em contas secretas no exterior.

A prisão de Marcelo Odebrecht repercutiu no exterior. Atribuía-se a ele fortuna de R$ 15 bilhões, o que o colocava na lista dos dez mais ricos do Brasil. Entre os motivos da prisão estava uma troca de e-mails de 2011 com referências a sobrepreço de US$ 20 mil a US$ 25 mil diários em contrato de navios-sonda para explorar o pré-sal, mensagem enviada a executivos da empreiteira por Roberto Prisco Ramos. Na época ele deixava a Braskem e assumia cargo na Odebrecht Óleo e Gás, para alugar sondas à Petrobras. Ramos preocupava-se com outras empresas:

> “Acho que temos que pensar bem como envolver a UTC e a OAS, para que eles não venham a se tornar futuros concorrentes na área de afretamento e operação de sondas.”

Segundo Sérgio Moro, a corrupção, “política da empresa” justificava a prisão do presidente da Odebrecht. Para os procuradores responsáveis pelas investigações, Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo tinham “domínio de tudo o que acontecia” e, portanto, comandavam pagamentos de propina. Do delegado Igor Romário de Paula:

> — Apareceram indícios concretos, não só depoimentos, mas documentos comprovando que em algum momento eles participaram de negociações que levaram à formação de cartel e ao direcionamento de licitações.

Conforme o MPF, houve pagamentos da Odebrecht à Constructora Internacional del Sur. De lá saíram valores que engordaram contas de beneficiários do esquema. A *offshore* Hayley, sediada no Uruguai, teria sido usada pela Odebrecht. A empreiteira também era acusada de passar comissões em obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Já a Andrade Gutierrez usaria uma subsidiária em Angola, a Zagope, para injetar US$ 1 milhão em empresa do lobista Mario Goes na Suíça, em 2008. O dinheiro seria repassado a Barusco. Delator, ele apontou nove contratos em que a empreiteira pagou comissões indevidas. Entre as provas, contratos suspeitos de consultoria entre a Andrade Gutierrez e Goes, para entregar propina a funcionários da petroleira e agentes políticos.

Sérgio Moro indicou o pagamento de R$ 1,2 milhão a Fernando Baiano. Era um repasse de suborno da Andrade Gutierrez a envolvidos no esquema. O dinheiro foi descoberto na Technis Planejamento e Gestão em Negócios, controlada por Baiano. Em operação suspeita, ele teria transferido R$ 500 mil a Otávio Marques de Azevedo pela compra de uma lancha.

Segundo os investigadores, havia provas documentais de pagamentos de R$ 17,2 milhões em propina pelas duas construtoras. Juntas, mantinham R$ 29,1 bilhões em contratos com a Petrobras. Juntas, doaram R$ 142 milhões a partidos políticos nas eleições de 2014.

Documentos indicavam que a Constructora Internacional Del Sur fizera pelo menos cinco depósitos em contas secretas de Paulo Roberto Costa. Como se sabe, o ex-diretor de Abastecimento confessou o recebimento de US$ 23 milhões da Odebrecht depositados na Suíça. O total que embolsara da empreiteira alcançaria US$ 31,5 milhões.

Laudo da PF constatou pagamento de US$ 1 milhão a Barusco, procedente de conta do Union des Banques Suisses AG (UBS AG), em nome da Constructora Internacional Del Sur. Outros dois depósitos da *offshore* engordaram conta de Duque

no Julius Baer de Mônaco.

A subsidiária no Brasil da Hayley, por sua vez, era ligada a João Antônio Bernardi Filho, preso em 19 de junho de 2015. A empresa foi apontada como compradora de obras de arte de Duque no valor de R$ 499 mil, conforme notas fiscais apreendidas na casa do ex-diretor. A Hayley também vendeu à D3TM, de Duque, duas salas comerciais no Rio, por R$ 770 mil.

Rogério Araújo, um dos presos da Odebrecht, teve e-mail interceptado pela PF. A mensagem a quatro executivos da Odebrecht evidenciaria ingerência política em assuntos da Petrobras por parte do governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), no segundo governo do ex-presidente Lula, em 2007.

Tratava-se de possível parceria entre Odebrecht, Mitsui e UTC em contrato de US$ 3,8 bilhões do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Cita a "CNO", Construtora Norberto Odebrecht; "Petrobras/PR", numa referência a Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento – ou talvez a Roberto Prisco Ramos, executivo do grupo Odebrecht; "Mitigue", ao mencionar a empresa Mitsui; e Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), próximo de Cabral:

> "Petrobras/PR vai conversar com o Governador sobre este novo arranjo com a participação da CNO (é importante Sérgio Cabral ratificar!) E também definir o seu interlocutor neste assunto que atualmente junto a Petrobras e Mitigue é o Eduardo Eugênio."

Deu certo e a Odebrecht foi incorporada ao contrato bilionário do Comperj.

Diretor da Techint Engenharia, Ricardo Ourique Marques relatou à PF que se reuniu com Wilson Cordeiro Carvalho, secretário do governador, num hotel em Ipanema, no Rio, no início de 2010. Cabral era candidato à reeleição. Paulinho estava junto. Pediu dinheiro a Marques. Disse que a Techint precisava retribuir o esforço de Cabral para implantar o Comperj.

Preso transtornado, tensão no PT

Bilhete de Marcelo Odebrecht deu o que falar. Escrito após três dias de prisão, destinava-se a seus advogados. A PF interceptou-o. A expressão "destruir e-mails sondas" chamou atenção. O delegado Eduardo Mauat da Silva alertou o juiz Sérgio Moro sobre a "possibilidade de supressão de provas". A ordem de Odebrecht poderia relacionar-se ao e-mail que justificou a sua própria prisão, no qual se sugeria sobrepreço de US$ 20 mil a US$ 25 mil nos serviços diários das sondas.

Não fazia sentido. Como destruir e-mail que já havia sido enviado?

Transtornado, Odebrecht passava o tempo escrevendo bilhetes na carceragem. Saía da cela carregando os papéis que redigia. Um agente comparou sua grafia a hieróglifos, tal a dificuldade de entendê-los.

Em depoimento à PF, Paulinho confirmou em 23 de junho de 2015 o pagamento

de US$ 5 milhões anuais pela Braskem, em troca de matéria-prima da Petrobras por preços vantajosos. Tudo intermediado por Alexandrino Alencar. O esquema perdurou de 2006 a 2012. A transcrição do depoimento refere-se a Paulinho:

> "Um percentual deste montante era destinado a sua pessoa, tendo recebido valores junto a suas contas mantidas na Suíça por meio do operador Bernardo Freiburghaus."

A PF anexou aos autos trecho da delação de Rafael Ângulo Lopez, "carregador de malas" de Youssef. Tratava de contas e comprovantes de depósito do esquema Braskem/Odebrecht. O depoimento:

> "Youssef levava número de contas situadas no exterior para Alexandrino e este último providenciava o depósito dos valores nas contas indicadas. Com certeza, era um acerto de contrato de propina e de transferências de dinheiro no exterior."

Os investigadores citaram em laudo pericial pagamentos de propina de US$ 7 milhões da Odebrecht. Identificaram 24 depósitos, entre 3 de abril de 2009 e 18 de maio de 2012. Beneficiários: Paulinho, Duque, Barusco e Youssef. O operador teria sido Freiburghaus. A maior parte dos valores vinha da Constructora Internacional Del Sur, registrada no Panamá.

Tenso com os contornos da investigação, Lula reuniu-se com o presidente do PT, Rui Falcão (SP), e determinou que o partido emitisse uma nota em defesa das empreiteiras. A resolução, de 25 de junho de 2015, comparava prisões preventivas, "sem fundamento", a um estado de exceção:

> "Preocupam o PT as consequências para a economia do prejulgamento de empresas acusadas no âmbito da Operação Lava Jato. É preciso apressar os acordos de leniência, que permitam a recuperação de recursos eventualmente desviados, e que não se paralisem obras ou se suspendam investimentos previstos, a fim de impedir a quebra de empresas e a continuidade das demissões."

Lula reclamava do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT-SP), por não controlar a Polícia Federal. O que esperava? A decretação do fim das investigações? Ou temia o descontrole emocional de Marcelo Odebrecht? Lula tentou obstruir a Justiça. Ficou impune.

Sérgio Moro era contra a participação das empresas sob investigação em licitações do governo. Citou Odebrecht e Andrade Gutierrez. Ambas se recusavam a assumir responsabilidades e a indenizar os prejuízos. Novas contratações significariam "estímulo à reiteração das práticas corruptas, colocando as empresas acima da lei".

O jurista Modesto Carvalhosa atacou o que chamou de conluio entre Controladoria-Geral da União, Advocacia-Geral da União e Ministério da Justiça, para garantir novos contratos às investigadas, sem penalidades:

> “O objetivo dessa prevaricação concertada entre os três órgãos do Executivo é não permitir a declaração de inidoneidade dessas empresas corruptas, pois, se tal ocorresse, estaria quebrado o esquema político que sustenta o partido hegemônico e suas alianças partidárias.”

Estudioso dos efeitos da corrupção sobre os governos, Carvalhosa defendeu que empresas envolvidas ficassem impedidas de participar de licitações:

> — É a pessoa jurídica que promove a corrupção. Portanto, a empresa deve ser punida tanto quanto o executivo que ordena o pagamento de propina.

Em entrevista ao repórter Bernardo Mello Franco, da Folha de S.Paulo, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), delator do mensalão, apontou para as empresas do governo:

> — Infelizmente, as estatais são braços partidários. As empresas públicas ainda funcionam no financiamento dos partidos. O cara briga para fazer diretor da Petrobras. É para fazer obra positiva, a favor do povo? Não existe isso.

Jefferson falou das empreiteiras e do financiamento às eleições:

> — Quem financia campanha no Brasil são as empresas que têm grandes contratos com BNDES, Banco do Brasil, Petrobras. Eu acho uma graça isso: “Temos que acabar com o financiamento privado”. Não tem financiamento privado, é estatal. Os empreiteiros não são privados, são braços das estatais.



DESFILE DE MODELOS

Ministério Público denuncia uma fieira de corruptos e aponta para a Camargo Corrêa

O Ministério Público Federal usou a teoria do domínio do fato, da Lei de Organizações Criminosas, de 2013, para denunciar a cúpula da Camargo Corrêa. Conforme os procuradores, a responsabilidade pelo delito deve recair sobre quem está no topo da cadeia de comando. Além de obrigada a ressarcir R$ 393 milhões à Petrobras, por conta dos valores desviados para propinas, a construtora era alvo de processo civil. Se condenada por danos materiais, morais e multa, pagaria mais R$ 845 milhões. Total: R$ 1,2 bilhão.

A Camargo Corrêa passou R$ 67 milhões às empresas Piemonte e Treviso, de Julio Camargo. As firmas não prestavam serviços e, conforme as investigações, repassaram a quantia na forma de comissões a beneficiários das fraudes na Petrobras. Em doações oficiais, a construtora contribuiu, entre outros, para as candidaturas dos senadores Marta Suplicy (PT-SP) e Delcídio Amaral (PT-MS). Ela recebeu R$ 2,5 milhões, ele R$ 500 mil. A Lava Jato detectou doações do próprio Julio Camargo aos dois candidatos. Suas empresas deram R$ 200 mil a Delcídio Amaral e R$ 100 mil a Marta Suplicy.

A Camargo Corrêa informou à Justiça Federal que não encontrou arquivos para comprovar serviços prestados pela JD Assessoria e Consultoria, de José Dirceu (PT-SP). Ele recebeu R$ 886 mil entre 2010 e 2011, de consultorias em Portugal e na Venezuela. Seu advogado, Roberto Podval, explicou não existirem documentos a respeito, "porque esse tipo de consultoria não tem um trabalho físico, como um relatório, a ser apresentado". De Podval:

— É um tipo de aconselhamento.

Em depoimento de delação premiada, Dalton dos Santos Avancini, ex-presidente da Camargo Corrêa, relatou que o governador Eduardo Campos (PSB-PE) recebeu R$ 8,7 milhões de caixa dois para a sua reeleição em 2010. O dinheiro fluiu por meio de contrato fictício com a Master Terraplenagem, simulando obras na Refinaria Abreu e Lima (PE).

Avancini apontou Adhemar Palocci, o Paloccinho, irmão de Antonio Palocci (PT-SP), como suspeito de receber propina na Eletronorte. E confessou pagamento de R$ 20 milhões em troca de obras na Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA). Dinheiro a políticos do PMDB e funcionários da estatal, onde Paloccinho trabalhava. Os R$ 20 milhões representavam 1% da fatia de 15% que a Camargo Corrêa arrecadava nas obras. Quantia entregue ao longo do empreendimento. Do depoimento de Avancini:

"Quando do ingresso da Camargo, Odebrecht e Andrade Gutierrez nesse

> consórcio, segundo informado por Luiz Carlos Martins, então diretor da área de Energia da Camargo, houve um compromisso de que haveria uma contribuição na ordem de 1% do valor do empreendimento para o PMDB."

Autoridades suíças relataram transferências de US$ 675 mil naquele país a contas de Nestor Cerveró. Relacionaram US$ 300 mil suspeitos. Provável propina. Dinheiro repassado em 2009, no período em que Cerveró já havia saído da Diretoria Internacional e era diretor da BR Distribuidora.

Os US$ 300 mil originaram-se na Comtex Indústria e Comércio, fornecedora da Petrobras e fabricante de câmeras e equipamentos de vigilância. Empresa de Alexandre Amaral de Moura. Cerveró mantinha duas contas no banco suíço Heritage, em nome de *offshores* no Panamá e em Belize. Paulo Roberto Costa recebeu US$ 340 mil em contas na Suíça do dono da Comtex.

Cerveró foi preso, mas os problemas na BR prosseguiriam. Em junho de 2015, mais de um ano após o início da Lava Jato, Dilma Rousseff discutia com o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, substituir o cabeça da subsidiária, José Lima de Andrade Neto. Nomeação suspeita, atribuída a Edison Lobão (PMDB-MA) e a políticos do PMDB de Minas Gerais.

A BR tinha cerca de 7 mil postos de combustível em todo o País. Balanço contábil reconheceu R$ 23 milhões de propina em contratos suspeitos. Na Transpetro, outra subsidiária, a corrupção engoliu R$ 256,6 milhões em subornos. Somados aos R$ 6,2 bilhões admitidos no balanço da Petrobras, chegava-se a quase R$ 6,5 bilhões desviados em maracutaias.

No início da Era Lula, a Transpetro recebeu a tarefa de modernizar a indústria naval, com 49 novos navios petroleiros e 20 novos comboios hidroviários. Após mais de dez anos, apenas oito embarcações entregues. No balanço de 29 de abril de 2015, a Transpetro reconheceu R$ 8,8 bilhões em contratos com 27 empresas suspeitas de envolvimento em cartel e corrupção, de 2004 a 2012. Abocanharam comissões "partidos, políticos em exercício e outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, além de ex-empregados do Sistema Petrobras".

Vendaval de imóveis

Sindicância interna na Petrobras detectou 115 aditivos em 11 contratos ligados a obras na Refinaria de Paulínia (SP). Juntos, elevaram em R$ 1,3 bilhão os gastos. Entre os problemas, R$ 60 milhões em adiantamentos à Andrade Gutierrez entre 2005 e 2014. Pagamentos de etapa das obras que na época sequer começara. Outra suspeita recaiu sobre o consórcio CMMS (Mendes Júnior, MPE e Setal Óleo e Gás). O negócio, em 2007, estabeleceu a construção de uma unidade de R$ 696 milhões em Paulínia. Torraram R$ 1 bilhão. Em troca dos contratos, duas empresas de fachada teriam repassado propina às diretorias de Serviço e de Abastecimento.

O MPF requereu à Justiça a condenação da cúpula da OAS e a devolução de R$

29,2 milhões. Tratava-se de propina em troca de contratos e aditivos da Petrobras entre 2003 e 2014. A Lava Jato denunciou por organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa o presidente da OAS, José Aldemário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro, e os executivos Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Fernando Augusto Stremel Andrade, Mateus Coutinho de Sá Oliveira e José Ricardo Nogueira Breghirolli.

Tinha muito mais. Os procuradores pediram que o comando da OAS fosse condenado a indenizar a Petrobras em outros R$ 211,8 milhões. Equivalia a 3% dos contratos com presença da empreiteira nos quais houve corrupção.

Punição semelhante foi solicitada aos executivos da Mendes Júnior. O MPF requereu a devolução de R$ 30,3 milhões, além da indenização de R$ 207,2 milhões. Sérgio Mendes, Rogério Cunha, Ângelo Mendes, Alberto Vilaça e José Cruvinel teriam formado organização criminosa que praticou 53 crimes de corrupção ativa e conduziu 11 operações de lavagem de dinheiro.

Investigadores da Lava Jato suspeitaram do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT). Em 2013, um ano antes da campanha que o elegeu, ocupava o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Teria enviado ao Rio de Janeiro o emissário Benedito Rodrigues de Oliveira, o Bené, para pedir dinheiro à Engevix, uma das metidas no petrolão. Dono da Gráfica Brasil, Bené foi fornecedor da campanha de Pimentel em 2014. Era investigado por lavagem de dinheiro – esquema do qual teria participado a primeira-dama de Minas, Carolina de Oliveira. Bené chegou a ser preso ao desembarcar em Brasília com R$ 113 mil em dinheiro vivo. Suspeitava-se que Carolina mantinha sociedade oculta na Pepper Comunicação Interativa. A empresa fez repasses de R$ 98 mil à LSI Solução em Serviços, ligada ao ex-deputado André Vargas (PT-PR) e a seus irmãos.

O mesmo *modus operandi* supostamente usado por Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para chantagear a Mitsui em 2011 teria ocorrido dois anos antes, em outra situação. A deputada Solange Almeida (PMDB-RJ), suspeita de envolvimento no caso da Mitsui, apresentaria requerimento à Câmara dos Deputados. Agiria no interesse do operador Lúcio Bolonha Funaro. Solange era suspeita de solicitar o depoimento de Milton Schahin, presidente da Schahin Engenharia, para obter vantagens no episódio do rompimento da barragem de hidrelétrica em Rondônia. Funaro representaria a Cebel (Centrais Elétricas de Belém) e a multinacional Gallway, que travavam disputa com a Schahin em torno dos prejuízos de R$ 100 milhões.

Cunha garantiu que não mantinha negócios com Funaro:

> — Eu não o vejo há muito tempo. Conheço, sei quem é, já estive com ele algumas vezes, mas não tenho relacionamento cotidiano com ele.

Outro enrolado era Renato Duque. O repórter Mario Cesar Carvalho, da Folha de S.Paulo, descobriu que a *offshore* Hayley, do Uruguai, controlada pelo ex-diretor de Serviços, comprara 11 imóveis no Rio e em São Paulo, no valor de R$ 11,6 milhões.

O dinheiro teria vindo das fraudes na Petrobras.

Entre os imóveis, apartamento de R$ 4,5 milhões no bairro do Campo Belo, em São Paulo, e cinco salas comerciais em dois edifícios na Barra da Tijuca, no Rio, avaliadas em R$ 3,6 milhões. Representante da Hayley no Brasil, João Antonio Bernardi Filho, ex-Odebrecht, transferido à italiana Saipem. A multinacional possuía contratos de R$ 1 bilhão com a Petrobras.

Enquanto Duque ocupava a Diretoria de Serviços em 2011, a Saipem fechou negócios para construir os gasodutos submarinos Guarará-Lula e Lula NE, na bacia de Santos (SP), pelos quais a Petrobras pagou R$ 437,5 milhões.

Levantamento do Tribunal de Contas da União em três empreendimentos da Petrobras apontou sobrepreços e má-gestão. As perdas alcançaram R$ 36,4 bilhões – cálculos de junho de 2015. Só o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro foi responsável por R$ 33,4 bilhões. Licitações eram lançadas sem projetos. Iniciados os serviços, as empreiteiras tratavam de obter reajustes indevidos. Em Abreu e Lima, as perdas chegaram a R$ 1,6 bilhão. Custos suspeitos beneficiaram a Camargo Corrêa, OAS e Odebrecht em R$ 368 milhões. Na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR), prejuízos de R$ 1,4 bilhão. Em apenas um contrato, sobrepreço de R$ 633 milhões.

O Banco Safra acabou na roda. A Lava Jato investigou crime financeiro envolvendo renegociação de dívidas de R$ 10,4 milhões da Marsans. Alberto Youssef a adquiriu em 2011. O negócio daria guarida a operações de lavagem de dinheiro. A negligência, ou a omissão do banco, teria ocorrido ao avalizar a compra da Marsans, endividada. Youssef ofereceu como garantia hotel na Bahia, comprado com dinheiro de atividades criminosas. Parte do acordo de delação, o doleiro entregou o hotel à Justiça.



TULIPA E CANECO NO PIXULECO

Ricardo Pessoa confessou doação milionária à campanha de Dilma Rousseff

Os depoimentos da delação de Ricardo Pessoa, dono da UTC, mexeram com o País. Confessou que injetou R$ 7,5 milhões na reeleição de Dilma Rousseff, mas o fez por temer prejuízos aos negócios caso se negasse a doar o dinheiro. Colocou-se como vítima de chantagem na campanha de 2014. Mais: para a reeleição de Lula, em 2006, repassou R$ 2,4 milhões em caixa dois. Dinheiro sujo. Outra revelação: agraciou com dinheiro desviado da Petrobras um dos principais conselheiros de Dilma Rousseff, Aloizio Mercadante (PT-SP), ministro da Casa Civil. Na reforma ministerial, Mercadante acabou "rebaixado" a ministro da Educação, cargo que já ocupara no primeiro governo de Dilma Rousseff.

O acordo de Pessoa com a Justiça recebeu homologação do Supremo Tribunal Federal em 25 de junho de 2015. Ao todo, reconheceu repasses de R$ 64,6 milhões a políticos de vários partidos – valores repassados oficialmente, como doação, ou na forma de propina. Na prática, os pagamentos garantiram contratos à UTC, principalmente em âmbito da Petrobras. As duas maiores entregas: senador Fernando Collor (PTB-AL), R$ 20 milhões, e João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, R$ 15 milhões.

Demais repasses, em ordem de grandeza: senador Gil Argello (PTB-DF), R$ 5 milhões; ex-ministro José Dirceu (PT-SP), R$ 3,1 milhões; prefeito Fernando Haddad (PT-SP), R$ 2,4 milhões; senador Ciro Nogueira (PP-PI), R$ 2 milhões; senador Edison Lobão (PMDB-MA), R$ 1 milhão; presidente da Transpetro, Sérgio Machado, R$ 1 milhão; governador Renan Filho (PMDB-AL), R$ 1 milhão; deputado Arthur de Lira (PP-AL), R$ 1 milhão; deputado José de Filippi Júnior (PT-SP), R$ 750 mil; senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), R$ 500 mil; deputado Paulinho da Força (SD-SP), R$ 500 mil; senador Benedito de Lira (PP-AL), R$ 400 mil; deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), R$ 300 mil; senador Aloizio Mercadante (PT-SP), R$ 250 mil; deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), 200 mil; ex-deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP), R$ 200 mil; e deputado Júlio Delgado (PSB-MG), R$ 150 mil.

Em cinco dias de depoimentos, Pessoa relatou como ganhou influência e fez "a engrenagem andar". Listou medidas que fizeram a UTC crescer nos governos Lula e Dilma Rousseff, tornando-a uma das maiores construtoras do País. Não foi difícil. Bastou entrar no jogo de achaques e chantagens. Expôs os métodos de Edinho Silva (PT-SP), tesoureiro da campanha de Dilma, nomeado depois ministro da Secretaria de Comunicação Social:

— O Edinho me disse: "Você tem obras na Petrobras e tem aditivos,

não pode só contribuir com isso. Tem que contribuir com mais. Eu estou precisando".

Durante a conversa, o petista teria sido incisivo:

— O senhor quer continuar tendo contratos com a Petrobras?

Conforme Pessoa, as transferências dos R$ 7,5 milhões à campanha de Dilma Rousseff em 2014 foram combinadas com Manoel de Araújo Sobrinho, preposto de Edinho que depois ocupou cargo no governo.

Sobre os R$ 2,4 milhões em dinheiro vivo a Lula em 2006, Pessoa acertou com o tesoureiro da campanha, José de Filippi Júnior (PT-SP), um ex-prefeito de Diadema (SP), ex-deputado federal e ex-secretário de Saúde de São Paulo. Segundo a delação, o executivo da UTC Walmir Pinheiro tratou da entrega ao comitê eleitoral de Lula. A revista Veja detalhou. Para garantir sigilo, emissário com o dinheiro chegava no quartel-general do PT e dava a senha: "tulipa". Se ouvisse "caneco" como resposta, o caminho estava livre para entregar dinheiro na sala de Filippi Júnior.

Os repasses à campanha de Lula vieram de depósitos bancários na Suíça, onde UTC, Iesa, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão guardavam valores. Todas mantinham contratos milionários com a Petrobras para construir as plataformas de petróleo P-53, P-55 e P-63. De Pessoa:

— Bastava a empresa assinar um novo contrato com a Petrobras que o Vaccari aparecia para lembrar: "Como fica o nosso entendimento político?"

Vaccari usava o termo "pixuleco" para falar de propina. Virou anedota nacional e batizou um boneco de Lula vestido de presidiário. O tesoureiro gostava de embolsar grana aos sábados pela manhã, na UTC. Evitava chamar a atenção. Chegava em carro de luxo, mas preocupado em não falar para não ser gravado. Escrevia valores que pretendia levar num pedaço de papel. Acondicionava o dinheiro numa mochila preta, sempre atento ao que acontecia ao redor. Sumia com as evidências. Do depoimento de Pessoa:

— Vaccari picotava a anotação e distribuía os pedaços em lixos diferentes.

Sem explicar a enxurrada de denúncias contra o PT no petrolão, Lula e Dilma Rousseff adotaram a estratégia de denunciar "vazamentos seletivos". Segundo eles, tudo feito para prejudicar o partido. Em vez de entrarem no mérito das acusações e dar respostas claras à sociedade, politizaram.

Como os demais citados por Pessoa, Haddad saiu-se com o papo de que as contas de campanha em 2012 foram aprovadas pela Justiça Eleitoral. Conveniente. Os R$ 2,4 milhões teriam origem nos desvios da Petrobras.

Sutilezas de pidões

Os políticos eram elegantes no trato com Pessoa. Conversas indiretas. O delator contou sobre encontro com Renan Calheiros (PMDB-AL) em 2014. O presidente do Senado ostentou conhecimentos sobre vários assuntos. De repente, como quem não queria nada, mencionou obras na Usina Nuclear de Angra 3 (RJ). Perguntou acerca da concorrência. A UTC tinha interesse nos contratos. Recado dado, de forma sutil. Pessoa contribuiu com R$ 1 milhão para a campanha de Renan Filho (PMDB-AL) ao Governo de Alagoas.

Pessoa explicou que os R$ 20 milhões a Fernando Collor acertaram parceria entre a UTC e a BR Distribuidora. Houve intermediação de Pedro Paulo Leoni Ramos, que ofereceu R$ 650 milhões em contratos. Negócio fechado. Os repasses começaram em dezembro de 2010 e se estenderam até julho de 2012. Sinal de R$ 2 milhões, mais 20 parcelas de R$ 900 mil cada.

Não entrou na lista dos beneficiários dos R$ 64,6 milhões o acordo de Pessoa com o advogado Tiago Cedraz, filho de Aroldo Cedraz, presidente do Tribunal de Contas da União. Em troca de "informações de inteligência" do TCU, o empreiteiro pagava R$ 50 mil mensais a Tiago Cedraz. O mensalão anteciparia conhecimento sobre ações fiscalizadoras. Ganhava-se tempo. Podia-se corromper quem fosse preciso, bloqueando auditorias. Tornavam-se inócuas as medidas do TCU. A UTC ficava livre de transtornos.

Pessoa relatou extra de R$ 1 milhão a Tiago Cedraz. Dinheiro vivo, em troca de *lobby* em defesa da UTC num processo ligado a obras de Angra 3. Planilha do empreiteiro entregue à Lava Jato relacionava 25 pagamentos a Tiago Cedraz. Pessoa informou que Luciano Araújo, suposto tesoureiro do partido Solidariedade, retirava valores em nome do filho do presidente do TCU.

A Eletronuclear contratou a UTC, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa para executar obras em Angra 3. Total: R$ 3,2 bilhões. O relator dos contratos era o vice-presidente do TCU, ministro Raimundo Carreiro. No começo houve dificuldades para aprová-los. Alegou-se sobrepreços e falta de competitividade. Técnicos propuseram suspender a licitação. No final, Carreiro autorizou tudo. Segundo Pessoa, Tiago Cedraz mantinha acesso direto a Carreiro e a técnicos do TCU. Resolveu o problema.

Quanto às doações a Aloizio Mercadante, o petista disse que recebeu R$ 500 mil, mas de forma legal. Admitiu encontro com Pessoa antes das eleições de 2010. Ele perderia o Governo de São Paulo. De Mercadante:

> — Houve uma reunião na minha casa. Ele revelou que poderia contribuir para a minha campanha e eu agradeci.

Doações de Pessoa contemplaram dois deputados com influência junto a sindicatos de trabalhadores. Objetivo: evitar greves em obras da UTC. Luiz Sérgio (PT-RJ), ex-ministro de Dilma Rousseff e ex-prefeito de Angra dos Reis (RJ), tinha ascendência sobre dirigentes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) na área de

Angra 3 e era relator da CPI da Petrobras.

Paulinho da Força (SD-SP) era o poderoso ex-presidente da Força Sindical. A Constran, braço da UTC, fora contratada nas obras da Usina Hidrelétrica de São Manoel, na divisa entre Pará e Mato Grosso. Os sindicatos da região associaram-se à Força Sindical. Para não ter paralisações, pagou R$ 500 mil.

No caso dos R$ 5 milhões ao senador Gim Argello (PTB-DF), Pessoa disse que o suborno enterrou a CPI da Petrobras em 2014, garantindo que não o chamassem a depor. Argello influenciou o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), e o relator, deputado Marco Maia (PT-RS).

O dono da UTC encontrou-se duas vezes com Argello na residência do senador no Lago Sul, em Brasília. Além de Pessoa, outros empreiteiros não foram chamados a depor. A CPI acabou sem revelações importantes. Os R$ 5 milhões teriam ajudado a silenciar quatro partidos políticos: PR, DEM, PMN e PRTB. Vital do Rêgo tornou-se ministro do TCU.

O ovo ou a galinha?

Em depoimento à Justiça Federal no Paraná, em 30 de junho de 2015, Pedro Barusco afirmou receber bilhetes de João Vaccari Neto, entregues por Renato Duque, seu chefe na Diretoria de Serviços. O tesoureiro do PT solicitava dados sobre obras, aditivos, pagamentos e licitações. Fazia reuniões em hotéis de luxo no Rio e em São Paulo. Protestava quando empreiteiras demoravam a repassar comissões, mas também transmitia queixas das contratadas pela Petrobras. Do delator:

> — Às vezes ele falava que uma empresa estava reclamando que não conseguia receber, que tinha aditivo que não saía.

Barusco tomou conhecimento do esquema de desvios à medida que ganhou a confiança de Duque. Para ele, a corrupção era endêmica. Impossível saber se a origem estava na propina oferecida por empresários ou na exigência de dinheiro por funcionários da petroleira. Suas palavras:

> — Foi acontecendo dos dois lados. Um oferece, o outro recebe. Quando a gente vê, está no meio.

O delator citou contratos no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e na Refinaria Abreu e Lima. Disse que o cartel aumentava em quase 20% o preço das obras. Os executivos mantinham o *status quo*, segundo Barusco:

> — Acho que as empresas julgavam que aquela situação era boa, favorável.

Julio Camargo prestou depoimento ao juiz Sérgio Moro no mesmo 30 de junho de 2015. Confessou doações ao PT solicitadas por Vaccari. Tinha a intenção de ficar bem com o partido. Em seu português ruim:

> — O doutor Vaccari me procurou nos anos de 2008, 2010 e 2012

dizendo que precisava de doações, como todo partido precisa, e se eu podia ajudar e cooperar. E evidentemente era o interesse meu, que obtinha sucesso com os contratos, de estar evidente favorável ao poder.

O procurador Roberson Pozzobon pediu a Camargo que explicasse melhor.

— O PT era e é o partido do governo. E o partido que nomeava então seus diretores na Petrobras ou então, quando eram indicados por outros partidos, o PT, no final, ou a presidente da República tinha que aprovar esses nomes. Então, evidentemente, fazia parte de um *lobby* você estar bem com o partido.

As ameaças ficavam implícitas. Havia pressão por dinheiro. Extorsão. Camargo entregava somas no exterior, por meio de depósitos em contas de *offshore*, ou repassava em reais no Rio e em São Paulo. Sobre os encontros:

— As reuniões eram presenciais e basicamente feitas em restaurantes, uma ou duas vezes na própria Petrobras. Tudo acertado de maneira amistosa.

Explicou que Vaccari e Duque simularam contratos entre empresas do grupo Setal e a Editora Gráfica Atitude. Com isso emitiram 18 notas fiscais e cobriram 22 transferências bancárias.

O cerco a José Dirceu fechou-se com o acordo de delação premiada de Milton Pascowitch, homologado em 29 de junho de 2015. Como quase todos os delatores, Pascowitch saiu da carceragem da Polícia Federal e foi para casa usando tornozeleira eletrônica. Amealhara R$ 28 milhões em dez anos, quase 50 vezes mais que os seus R$ 574 mil no início da Era Lula.

Responsável por aproximar a Engevix do PT, Pascowitch usou a Jamp Engenheiros Associados, em seu nome, para repassar R$ 1,4 milhão à JD Assessoria e Consultoria, de Dirceu. Segundo ele, o petista tornou-se padrinho dos interesses da Engevix na Petrobras. Recebeu propina. Achacou. Pascowitch pagou a reforma da casa de Dirceu em Vinhedo (SP).

Pascowitch pôs as mãos em R$ 104 milhões entre 2004 e 2013, sendo R$ 83 milhões oriundos de empreiteiras investigadas no petrolão. Da Engevix vieram R$ 78 milhões. Fortuna para a Jamp, que sequer tinha funcionários. Não havia argumentos para refutar a tese de que a empresa era de fachada. Após a contratação da Engevix para executar obras em Cabiúnas (RJ) em 2008, passou a distribuir dinheiro.

Os indícios de uma relação estreita entre Dirceu e Pascowitch ficaram claros com os R$ 400 mil que ele deu ao petista para pagar parte da sede da JD, em São Paulo. E também na parceria em torno de imóvel de uma das filhas de Dirceu. Conforme Pascowitch, Luís Eduardo de Oliveira e Silva, irmão de Dirceu, recebia do esquema. Percentual da propina ia para Duque, que o redistribuía dentro do PT. A Jamp

repassou R$ 800 mil à D3TM, de Duque.

A Petrobras deu crachá a Pascowitch, franqueando seu acesso ao Estaleiro Rio Grande (RS) como diretor. Em depoimento, Gerson Almada, da Engevix, relatou reunião com Vaccari e Pascowitch, que o procurou em busca de doações ao PT. A Engevix repassou R$ 1,1 milhão à JD de 2008 a 2011.

Intervenções desastrosas

Dirceu ingressou com *habeas corpus* preventivo no Tribunal Regional Federal da 4ª Região em 2 de julho de 2015. Pretendia evitar nova ordem de prisão. Após ficar quase um ano no presídio da Papuda, em Brasília, condenado no mensalão, cumpria pena em regime domiciliar. Os seis advogados criminalistas que o defendiam capricharam na peça:

> "Hoje, no crepúsculo de sua vida, já com 70 anos, após ter sido processado, condenado, preso e estar cumprindo pena em regime aberto, tudo sob o acompanhamento incansável da imprensa, o paciente vê-se citado e enredado em nova investigação, agora, porém, sem a perspectiva de viver para ver sua sentença final."

A Justiça rejeitou a medida. Os defensores entraram com outro *habeas corpus* preventivo. Mais uma vez, negado.

A Polícia Federal prendeu Jorge Luiz Zelada em caráter preventivo em 2 de julho de 2015. Comandara a Diretoria Internacional de 2008 a 2012, após a saída de Nestor Cerveró (no cargo entre 2003 e 2008). Acusação: transferir 7,5 milhões de euros de conta na Suíça para outra no banco Julius Baer, em Mônaco. Zelada teria agido para impedir o bloqueio da quantia na Suíça. Ele manteria 10,3 milhões de euros em Mônaco, em nome da *offshore* Rockfield Internacional. Zelada fazia parte da cota do PMDB na Petrobras.

Outros três diretores já tinham sido presos. Cerveró, desde maio de 2015. Duque, da Diretoria de Serviços (de 2003 a 2011), desde março de 2015. E Paulo Roberto Costa, o Paulinho, diretor de Abastecimento entre 2004 e 2012, o único autorizado a voltar para casa, em prisão domiciliar.

O juiz Sérgio Moro determinou o bloqueio de R$ 20 milhões em nome de Zelada – ativos da sua Z3 Consultoria em Energia. E de R$ 7 milhões de Raul Schmidt Felippe Júnior, próximo do ex-diretor. Zelada era suspeito de receber propina pela contratação de um navio-sonda. Felippe Júnior teria feito a ponte entre Zelada e o estaleiro Samsung, da Coreia do Sul.

Procuradores peticionaram Sérgio Moro naquele mesmo 2 de julho. Reforçaram a prisão preventiva de Marcelo Odebrecht, principal executivo da Odebrecht. Relacionaram três *offshore* usadas em repasses de propina. Segundo as investigações, Intercorp Logistic, Trident Intertrading e Klienfeld Services serviram para Alexandrino Alencar efetuar pagamentos ilegais em contas no exterior,

indicadas por Alberto Youssef. Documentos apontavam transferências das três empresas a Duque (US$ 1,9 milhão), Paulinho (US$ 1,7 milhão) e Barusco (US$ 1,2 milhão). Da petição:

> "As três *offshores* se constituem de um dos instrumentos utilizados pela Odebrecht, por meio de seus dirigentes, para fazer chegar a propina aos servidores corrompidos da Petrobras."

Dilma Rousseff aproveitou viagem aos Estados Unidos para cumprir determinação de Lula e atacar a Lava Jato. Desastre. Garantiu que sua campanha não embolsou dinheiro de caixa dois e, com isso, se colocou na posição de quem detinha conhecimento sobre o financiamento eleitoral do PT. Como pôde assegurar que não houve caixa dois? Cuidou pessoalmente do dinheiro que entrou? Responsabilizou-se pelo caixa de campanha?

Outra intervenção desastrosa: criticou as delações premiadas, como se não fossem importantes para se descobrir os caminhos da corrupção. No final, ficou a patacoada de quem atuou para convencer a opinião pública de que criminosos do esquema bilionário de suborno, o maior de todos os tempos, se equivaliam aos traidores da Inconfidência Mineira, ocorrida no final do século 18. Dilma Rousseff discursou em Nova York, em 29 de junho de 2015:

> — Eu não respeito delator, até porque estive presa na ditadura militar e sei o que é. Tentaram me transformar numa delatora. A ditadura fazia isso com as pessoas, e garanto para vocês que resisti bravamente.

Eram coisas incomparáveis. Dilma Rousseff falava como se não existisse roubalheira na Petrobras, apenas traidores que não mereciam consideração. Na época de sua prisão havia uma ditadura militar assassina (1964 – 1985). A Lava Jato ocorreu em pleno Estado de Direito, com Poder Judiciário ativo e independente. Ricardo Pessoa traiu os companheiros, assim como Joaquim Silvério dos Reis na Inconfidência Mineira?

O dono da UTC fez uso de regra estabelecida por lei, sancionada por Dilma Rousseff em 2013. Foi inapropriado comparar a delação premiada, norma do Estado de Direito, a delações obtidas sob tortura no regime de exceção. A delação é uma defesa da sociedade, e defesa de quem cometeu crimes.

Do jornalista Bernardo Mello Franco, na Folha de S.Paulo, ao argumentar que o ataque de Dilma Rousseff ao empresário que ajudou a patrocinar sua eleição tentava desviar o cerne da questão – a necessidade de explicar a origem das doações, suspeitas de vínculo com fraudes na Petrobras:

> "O discurso afronta a história do Brasil e a inteligência do eleitor. Dilma não é Tiradentes, e o que seus aliados fizeram na Petrobras nada tem a ver com a luta dos inconfidentes. Da mesma forma, as investigações da Lava Jato não guardam semelhança com os abusos dos militares."

Em editorial, a Folha lembrou que Dilma Rousseff pode ter suportado a dor das sevícias, mas outros sucumbiram. O jornal perguntou se eles mereciam o seu desprezo. O editorial tratou dos coagidos a falar sob tortura:

> "Isso nada revela sobre o caráter do torturado, mas diz muito acerca de governos que aceitam essa desumanidade: são regimes ditatoriais que ignoram o primado da lei e mandam às favas princípios caros às democracias, entre os quais está o devido processo legal."

O que seria da Lava Jato sem o instituto da delação premiada? O que teria acontecido com o escândalo da Petrobras? Alguma dúvida de que os corruptos sairiam livres e impunes, como quase sempre foi regra no Brasil?

Em depoimento à Justiça Eleitoral, Alberto Youssef relatou que emissário da campanha de reeleição de Dilma Rousseff o procurou, no início de 2014, com o objetivo de injetar no Brasil cerca de R$ 20 milhões do exterior. Prenderam o doleiro antes que pudesse executar a missão.

No mesmo processo à Justiça Eleitoral, Paulo Roberto Costa admitiu que no período em que Dilma Rousseff ocupava as posições de ministra da Casa Civil e de presidente do Conselho de Administração da Petrobras, durante o governo Lula, contratos eram assinados sem projetos completos, facilitando desvios. Perguntaram-lhe se Dilma tomou providências:

> — Que eu saiba, nenhuma.

Levantamento da PF questionou os R$ 6,5 bilhões divulgados pela Petrobras como dinheiro desviado com corrupção. Equivalia a cerca de 3% dos contratos. O estudo de peritos contábeis apontou que superfaturamento de contratos, jogos de planilha, inserção de despesas desnecessárias e montagem de projetos para favorecer empresas levavam o rombo a 15% ou 20%. Desvio de R$ 19 bilhões. Do delegado Igor Romário de Paula:

> — Temos a impressão de que nunca chegaremos a um número fechado. E, infelizmente, nunca vamos recuperar um número próximo a esse valor.



MÃOS QUE MEXEM CORDÉIS

A fúria de Dilma contra a divulgação da delação premiada

O isolamento de Dilma Rousseff ficou patente em reportagem de Natuza Nery e Marina Dias, de 12 de julho de 2015, na Folha de S.Paulo. A presidente convocara às pressas reunião sigilosa, na biblioteca do Palácio da Alvorada, na noite de 26 de junho daquele ano. Unicamente o núcleo de conselheiros mais próximos participou. Discutiu-se a sua viagem no dia seguinte aos Estados Unidos. Palavras da presidente acabaram no jornal:

— Eu não vou pagar pela merda dos outros.

Dilma Rousseff referia-se ao depoimento de Ricardo Pessoa à Lava Jato. Em delação premiada, o dono da UTC afirmou que a contribuição de R$ 7,5 milhões à sua reeleição, em 2014, fora motivada pelo medo de perder contratos na Petrobras. A confissão punha na berlinda a legitimidade e a legalidade da vitória eleitoral. Comprovada, poderia anular o pleito.

Na reunião estavam os ministros da Casa Civil, da Justiça e de Comunicação Social, Aloizio Mercadante (PT-SP), José Eduardo Cardozo (PT-SP) e Edinho Silva (PT-SP). Além deles o assessor Giles Azevedo. Todos de confiança. As palavras da presidente jamais sairiam daquelas quatro paredes.

Além da fúria quanto ao financiamento da campanha, Dilma Rousseff cobrou Cardozo por não impedir a divulgação das revelações de Pessoa, antes da viagem. Nos Estados Unidos buscaria recuperar a imagem desgastada pela crise econômica e a investigação do petrolão. Da Folha:

— Isso é uma agenda nacional, Cardozo, e você fodeu a minha viagem.

E mais:

— Você não poderia ter pedido ao Teori para aguardar quatro ou cinco dias para homologar a delação?

Dilma Rousseff queria que Cardozo interferisse no Supremo Tribunal Federal para protelar decisão do ministro Teori Zavascki. Isso a pouparia de explicações sobre o envolvimento do PT com corrupção durante a viagem.

A presidente foi vítima de fogo amigo. Não era possível confiar nem nos assessores mais próximos. A notícia não trouxe consequências. Apesar da gravidade, o Palácio do Planalto não reagiu. É provável que Dilma Rousseff nem tenha tomado conhecimento. Do mesmo modo que Lula no auge da crise do mensalão, dez anos antes, a presidente não lia mais os jornais.

Assessores palacianos admitiram a exoneração de Manoel Araújo Sobrinho, chefe de gabinete do ministro Edinho Silva, apontado por Pessoa como o responsável pelo

acerto dos detalhes da "doação" dos R$ 7,5 milhões. A demissão reduziria a crise, afastando-a de Edinho e do centro do governo. Mas não ocorreu. Algum iluminado alertou os gênios do *marketing* que remover o braço-direito de Edinho apenas ampliaria o problema. Melhor era negar a extorsão que motivara o donativo.

Outra reportagem expôs Dilma Rousseff. A revista Veja revelou detalhes da delação de Pessoa na edição de 15 de julho de 2015. Ele acusara Valter Luiz Cardeal, diretor da Eletrobras, de chantagem nas obras da Usina Nuclear de Angra 3. Cardeal era ligado à presidente desde os tempos em que ela foi ministra de Minas e Energia, no primeiro governo Lula. Presidiu, sob guarda de Dilma, os conselhos de administração da Eletronorte e de Furnas.

Conforme a denúncia, Walmir Pinheiro, diretor da UTC, foi procurado por Cardeal após a definição das obras em Angra 3. A Eletrobras pediu desconto de 10% no contrato de R$ 2,9 bilhões. O consórcio formado pela Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e UTC concedeu abatimento de 6%.

O "homem da Dilma" voltou a procurar Pinheiro pouco antes das eleições e exigiu doação ao PT. Tinha de ser a diferença entre o desconto de 10% solicitado em Angra 3 e o percentual de 6% aceito pelas empreiteiras. Em seguida entrou em cena João Vaccari Neto, o tesoureiro do PT. Telefonou a Pessoa e cobrou o pixuleco. Em seu depoimento, Pessoa falou de Cardeal:

> — É pessoa próxima da senhora presidenta da República, Dilma Rousseff.

Pessoa afirmou que, para derrubar "barreiras burocráticas", os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá (PMDB-RR) embolsaram R$ 3 milhões em Angra 3. A pedido de José Dirceu (PT-SP), o dono da UTC deu R$ 100 mil ao deputado Zeca Dirceu (PT-PR), filho do ex-ministro.

O delator Dalton Avancini, ex-presidente da Camargo Corrêa, relatou que a propina equivaleu a 1% do contrato e que o presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro, participou da maracutaia. Pessoa também o citou.

Queira desculpar, foi engano

Renan Calheiros e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, tratavam de desviar o foco das denúncias que os envolviam no petrolão. Dificultavam o mandato de Dilma Rousseff. Para o Palácio do Planalto, eram os "maestros do caos". A dupla procurava distanciar-se do noticiário, mas não fazia sentido a alegação de que o governo estava por trás das investigações contra eles. Se tivesse forças, o PT de Lula buscaria brecar os inquéritos e livrar a si próprio do escândalo.

Com o tempo Calheiros fez uma inflexão e se posicionou como fiador da estabilidade política. Deu fôlego ao governo. Sua situação no petrolão, porém, seguiu complicada. Paulo Roberto Costa confirmou à PF transações com o deputado

Aníbal Gomes (PMDB-CE). Segundo o ex-diretor, o político falava em nome de Calheiros e tratava de negócios ilegais na Petrobras.

Em depoimento no dia 8 de junho de 2015, Paulinho relatou que Gomes lhe ofereceu R$ 800 mil por uma "solução" na disputa entre a Petrobras e duas empresas de praticagem – os serviços prestados por trabalhadores nos navios que atracam nos portos. O caso ocorreu em Santos (SP), em torno de uma disputa milionária, em 2007. Gomes frequentava reuniões na casa de Calheiros. Isso o levou a crer que falava dos interesses do senador.

O ex-diretor fez a sua parte. Encaminhou Gomes à Gerência Executiva de Logística. Os práticos obtiveram o acordo com a Petrobras, que pagou R$ 61,9 milhões. Segundo Paulinho, o acerto dos R$ 800 mil não foi cumprido.

Calheiros tornou-se réu, acusado por receber propina da Mendes Júnior. O Ministério Público o havia acusado de embolsar dinheiro da construtora para arcar com despesas de um relacionamento extraconjugal. O caso ocorreu no período em que comandou o Senado pela primeira vez (2005 – 2007). Na época, renunciou ao cargo para não ser cassado.

A decisão da Justiça Federal em Brasília ocorreu em 16 de junho de 2015. Calheiros seria investigado por ter apresentado emendas parlamentares, beneficiando a Mendes Júnior, numa obra em Maceió (AL). Em troca, Cláudio Gontijo repassou R$ 246 mil à amante do senador, Mônica Veloso.

O tempo passou, Calheiros tornou-se novamente presidente do Senado. Oito anos depois acusaram-no formalmente de enriquecimento ilícito, falsificação dos documentos que comprovavam recursos fartos para despesas pessoais e evolução patrimonial incompatível. A denúncia do MP:

> "O ato por si só, de receber valores de empresas diretamente interessadas em emendas parlamentares, já constitui ato de improbidade administrativa, mas quando a vantagem econômica é recebida em atenção aos 'serviços' prestados pelo agente público no exercício de seu cargo, a repulsa da sociedade é ainda mais grave."

Tem jagunço atrás da moita

Ligado a Eduardo Cunha, o deputado Celso Pansera (PMDB-RJ) apresentou à CPI da Petrobras pedido de convocação da advogada Beatriz Catta Preta. Especialista em delação premiada, ela defendeu vários dos investigados na Lava Jato, como Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco, Augusto Mendonça de Ribeiro Neto e Julio Camargo. Este último informou que Cunha recebeu propina milionária de contratos da Petrobras.

O presidente da CPI, deputado Hugo Motta (PMDB-PB), negou retaliação a Beatriz Catta Preta. Argumentou que a advogada tinha de explicar a origem dos honorários de clientes que confessaram o envolvimento no esquema:

— Ela vem justamente para explicar de onde está recebendo seus honorários e como está fazendo para receber dessas pessoas que, perante à lei e à Justiça, devolveram tudo o que foi desviado.

A Ordem dos Advogados do Brasil denunciou constrangimento e tentativa de intimidação. A CPI dava mostras de atuar em prol dos acusados. Ao invés de investigar, acobertava. Do presidente da OAB, Marcus Vinícius Coêlho:

— É ilegal, antijurídica e inconstitucional a quebra do sigilo profissional entre cliente e advogado, pois não se pode tratar o advogado como informante para o combate de eventual delito.

Alberto Youssef denunciou como "retaliação sórdida" a iniciativa da CPI de quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico de sua ex-mulher e das duas filhas. Elas não eram investigadas pela Lava Jato. A CPI extrapolou limites, buscou constranger o delator. O doleiro não mencionou Celso Pansera, mas a ele se referia ao depor ao juiz Sérgio Moro:

— Eu acho isso um absurdo, eu, como réu colaborador, quero deixar claro que estou sendo intimidado pela CPI da Petrobras por um deputado pau-mandado do seu Eduardo Cunha.

O STF suspendeu a quebra dos sigilos. A CPI tratou de aprová-la novamente.

Auditoria na BR Distribuidora apurou irregularidades em três obras da UTC, no valor de R$ 650 milhões. Contratos suspeitos assinados na gestão de José Lima de Andrade Neto como presidente da BR. Edison Lobão (PMDB-MA), então ministro de Minas e Energia, o teria indicado para o cargo, com aval do senador Fernando Collor (PTB-AL). Em troca dos contratos Ricardo Pessoa teria dado R$ 20 milhões a Collor. Negócio intermediado por Pedro Paulo Leoni Ramos. José Zonis, diretor da BR, também estaria envolvido.

Em outra investigação, a Lava Jato investigava a contratação de navios-sonda pelo ex-diretor Internacional, Jorge Luiz Zelada. Suspeitava-se de licitações vencidas pela Pride International e Vantage Deepwater Company, representadas por Hamylton Padilha. No contrato entre a Pride e a Petrobras identificaram superfaturamento de US$ 118 milhões. No da Vantage, prejuízo de US$ 14,5 milhões à estatal.

A CPI da Petrobras tomou depoimento de Jorge Hage, ex-ministro da Controladoria-Geral da União. Ele afirmou que a holandesa SBM Offshore pagou propina a seis funcionários, incluindo os ex-diretores Renato Duque, Nestor Cerveró e Jorge Luiz Zelada. Indicou que o esquema envolveu transações imobiliárias irregulares, empregos suspeitos a parentes de funcionários, viagens à Holanda e vazamento de informações da Petrobras.

Hage relatou a viagem não-oficial de Duque e Zelada a Mendonza, na Argentina. Foram conhecer vinhedos a convite de Júlio Faerman, ligado à SBM. Acompanhou-os José Orlando Azevedo, presidente da Petrobras America, primo de José Sérgio

Gabrielli (PT-BA), o responsável por sua nomeação. Zelada era o suspeito de vazar documentos à multinacional.

Intrincados os caminhos da corrupção. Coordenador da Editora Gráfica Atitude, Paulo Roberto Salvador justificou à Justiça Federal repasses de R$ 2,4 milhões à empresa, ligada ao PT. Alegou que Augusto Mendonça de Ribeiro Neto, delator do petrolão, deu o dinheiro para patrocinar "jornalismo pago". Segundo a versão, uma encomenda de reportagens sobre o setor do petróleo. Por isso não houve veiculação de publicidade nem prestação de contas dos R$ 2,4 milhões. Já Youssef e Leonardo Meirelles usaram a Labogem para realizar 1.900 importações fictícias. Remeteram US$ 113 milhões a contas em Hong Kong.

Até comércio popular na roda

O sistema sofisticado cruzava recursos de contratadas pela Petrobras com os de comerciantes da Rua 25 de Março, um paraíso de contrabandistas que agem à luz do dia em São Paulo. Dinheiro de lojistas foi repassado por Leonardo Meirelles a Youssef, que o usava para transferências a envolvidos no petrolão. Já as somas de fornecedores da estatal seguiam ao exterior e custeavam importações dos barões da 25 de Março, que traziam mercadorias subfaturadas para não pagar impostos.

O procurador Deltan Dallagnol admitiu dificuldades. Não bastava seguir o dinheiro, expressão que mencionou em inglês:

> — Você tem duas coisas simultâneas acontecendo. Por isso o *follow the money* não funciona, porque o dinheiro não tem nome.

Levantamento da Lava Jato identificou coincidência de telefonemas entre o operador Bernardo Freiburghaus e Rogério Araújo, diretor da Odebrecht, e pagamentos no exterior a Paulo Roberto Costa. Foram 135 ligações, de julho de 2010 a fevereiro de 2013. No máximo oito dias depois, surgiam depósitos milionários em contas de *offshores* na Suíça. O dinheiro vinha dos paraísos fiscais de Luxemburgo, Ilhas Cayman, Bahamas, Hong Kong e Suíça.

Entre março de 2011 e novembro de 2012, 15 telefonemas foram correlacionados a 22 transferências que somaram US$ 5,6 milhões. As datas coincidentes representavam indícios contra Marcelo Odebrecht. O relatório dos procuradores o mencionou:

> "Não temos dúvida de que este, na condição de presidente da Odebrecht, tinha conhecimento e concordância dos sofisticados meios de lavagem de dinheiro utilizados pela empresa no repasse de propinas para dirigentes da Petrobras."

A alternativa, segundo eles, seria a crença de que Araújo "tenha pago, de seu bolso, mais de US$ 23 milhões para Paulo Roberto". Do documento:

> "Não é crível ainda que os pagamentos, na quantidade e volume em que se

> deram, ocorressem sem o conhecimento e concordância de Marcelo Odebrecht. Tanto é assim que, mesmo depois de revelados os fatos, não houve qualquer censura, apuração ou punição em relação ao comportamento de Araújo. Pelo contrário, a empresa, instruída por seu presidente, insiste em negar os fatos."

Nestor Cerveró teria recebido propina da Odebrecht no exterior, por meio da *offshore* Forbal Investiment, do Uruguai. Suspeitou-se de operação de dólar-cabo entre Bernardo Freiburghaus e Alexandre Amaral de Moura, da Comtex. A transação passou pelo banco Julius Baer, na Suíça.

Ao depor na Lava Jato, Moura detalhou transferências de US$ 300 mil à Forbal e de US$ 340 mil à Quinus, de Paulo Roberto Costa, a pedido de Freiburghaus. Moura não declarou à Receita Federal contas no Credit Suisse e Julius Baer. Após as transferências no exterior, o dono da Comtex recebia dinheiro (operação de dólar-cabo) no escritório de Freiburghaus, no Rio:

> "Caso alguém seguisse os recursos pagos em espécie no Brasil pela Odebrecht, acabaria chegando a Alexandre, quando na verdade eles eram meio para pagar Paulo Roberto Costa no exterior."

O jornal O Globo revelou que a Odebrecht obteve dados confidenciais da Petrobras. E-mail de junho de 2007, de Rogério Araújo, mostrava que ele conhecia orçamento de terraplenagem na Refinaria Abreu e Lima. O e-mail:

> "O orçamento interno do cliente está na faixa de 150 a 180 M Reais, o que obviamente não dá."

Araújo tranquilizou diretores da Odebrecht. Assegurou aumento do valor, conforme os interesses da construtora. Para isso fez gestões junto a interlocutores na Petrobras. Na data do envio do e-mail, encontrou-se com Paulinho. Barusco participou do acerto. Fecharam o valor de terraplenagem em R$ 429 milhões. A Odebrecht integrou o consórcio contemplado.

Obras que nunca terminam

Vale registrar a relação entre o governo brasileiro e a Odebrecht. Chama a atenção a evolução dos financiamentos do BNDES a obras da construtora no exterior (dados divulgados pelo BNDES): de 1998 a 2006, empréstimos alcançaram em média US$ 166 milhões anuais. Em 2007, US$ 786 milhões. Depois, até 2014, média de US$ 1 bilhão. Além de hidrelétricas, estradas, gasodutos, metrô e aeroportos na América Latina e África, a Odebrecht recebeu R$ 2,6 bilhões do BNDES para obras no Porto de Mariel, em Cuba.

Laudo da PF apurou desvios de R$ 126 milhões em obras em Abreu e Lima entre 2009 e 2015. O documento, de 7 de julho de 2015, indicou sobrepreço de ao menos 14%. Registrou que parte do dinheiro engordou contas usadas para lavagem e citou o

CNCC, consórcio liderado pela Camargo Corrêa:

> "Os exames periciais demonstraram que, garantida a vantagem advinda do sobrepreço, estabeleceu-se um *modus operandi* sofisticado, planejado para dissimular o relacionamento do Consórcio CNCC com empresas de lavagem de capitais."

O consórcio recebeu R$ 4,5 bilhões da Petrobras entre 2010 e 2015. Identificaram-se R$ 648 milhões de sobrepreço. Do laudo de 209 páginas:

> "O CNCC utilizou-se de integrantes/associadas e terceirizadas/fornecedoras para, fraudulentamente, destinar a empresas operadoras de lavagem de dinheiro uma parte dos recursos oriundos do superfaturamento do contrato."

Dos R$ 648 milhões, R$ 126 milhões custearam a corrupção na Petrobras. R$ 71,4 milhões acabaram na Costa Global Consultoria e Participações, de Paulo Roberto Costa; Treviso do Brasil Empreendimentos e Piemonte Empreendimentos, de Julio Camargo; e JD Assessoria e Consultoria, de José Dirceu. Os peritos apontaram para o cartel que mandava na Petrobras:

> "O certame teria sido contaminado pela ação de um grupo, àquela época, integrado por 15 empresas que, sistematicamente, praticavam condutas anticoncorrenciais no mercado de obras de montagem industrial *onshore* da Petrobras."

Sérgio Moro participou de reunião na Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo em 3 de julho de 2015. Comparou o mensalão ao petrolão:

> — Muita gente dizia que a Ação Penal 470 mudou o País, agora se diz que esse caso que está nas minhas mãos vai mudar o País. Não podemos ficar dependendo de ação mais ou menos eficiente da Justiça, temos que pensar em mudar a instituição como um todo. A preocupação é o que fazer para que casos como esse não sejam exceção.

Moro tratou das falências e demissões das envolvidas no petrolão:

> — Mas qual seria o custo da continuidade? Contratos públicos cada vez mais custosos e obras públicas que nunca terminam.

Enquanto Moro falava na Abraji, Lula participava de assembleia da Federação Única dos Petroleiros, também em São Paulo. Vestiu jaleco cor de laranja de trabalhador do setor e discursou, referindo-se ao petrolão:

> — Se alguém fez alguma sacanagem ou roubou, essa pessoa que pague pelo roubo, e que os trabalhadores não sejam punidos.

Tamanha desfaçatez e cara de pau. Depois de tantas investigações e descobertas, delações, confissões de milhões desviados no maior esquema de corrupção política de todos os tempos no Brasil, Lula declarou que, se houve a roubalheira – e,

portanto, pode não ter havido –, alguém é responsável. Uma pessoa. Provavelmente alguém sem relação com o PT.



LENHA NA FOGUEIRA

Os carrões do senador, os régios pagamentos da Odebrecht ao ex-presidente

Em ação espetacular, a Polícia Federal apreendeu três automóveis de luxo do senador Fernando Collor (PTB-AL). Os veículos foram levados da Casa da Dinda, uma das residências do político em Brasília. Valiam R$ 6,8 milhões. A imagem do Lamborghini Aventador LP 700 – 4 Roadster, de R$ 3,9 milhões, virou um símbolo dos tempos da Lava Jato. O carro prateado, com motor de 700 cavalos, acelerava de zero a 100 km/h em três segundos. Foi confiscado em 14 de julho de 2015, da mesma forma que a Ferrari 458 Itália, de R$ 1,9 milhão, e o Porsche Panamera S, de R$ 1 milhão.

Tanto o Lamborghini quanto a Ferrari não estavam incluídos na relação de bens que Collor apresentou à Justiça Eleitoral. Ambos foram registrados em nome da Água Branca Participações, com sede no Jardim Europa, bairro nobre de São Paulo. Empresa do senador e de sua mulher, Caroline Serejo Medeiros. No local funcionaria um escritório de advocacia. O Porsche Panamera S estava em nome da firma Jatobá Comércio de Combustíveis.

Entre os 13 veículos que Collor declarou à Justiça Eleitoral em 2014, um BMW 760, no valor de R$ 714 mil; uma Ferrari Scaglietti, de R$ 556 mil; e um Citröen C6, de R$ 322 mil.

Além de vasculhar propriedades de Collor, policiais fizeram buscas em casas e escritórios dos senadores Fernando Bezerra (PSB-PE) e Ciro Nogueira (PP-PI), do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) e dos ex-deputados Mário Negromonte (PP-BA) e João Pizzolatti (PP-SC). Bezerra e Negromonte, ex-ministros de Dilma Rousseff. Negromonte virou conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia. Pizzolatti, secretário estadual de Roraima.

Em relação a Collor, esquadrinharam-se imóveis em Brasília e Maceió – escritórios da Organização Arnon de Mello, que administrava rádios, jornal, TV a cabo e a TV Gazeta. A emissora na capital alagoana, afiliada à TV Globo, era controlada pela família do senador. Agentes investigaram a sede da BR Distribuidora, no Rio, e as casas dos ex-diretores José Zonis e Luiz Cláudio Caseira Sanches. Ambos teriam ligações com Collor e perderam os cargos em 2013. Funcionários de carreira, continuaram na BR.

Com a repercussão, a BR anunciou o afastamento de Vilson Reichemback Silva, supostamente ligado a Collor, do mesmo modo que Andurte de Barros Duarte Filho, indicação do ex-deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).

A operação da PF realizou ainda buscas e apreensões em casas e empresas de Pedro Paulo Leoni Ramos, suspeito de intermediação. A BR incorporou em 2011 a rede de postos de combustível DVBR, sociedade entre BTG Pactual e Sete

Participações. A transação rendeu bônus de R$ 122 milhões. Os pontos de venda mostraram-se pouco lucrativos. Dos 118, 52 fechariam ou não atuariam exclusivamente para a BR em quatro anos. Um fiasco.

Do bônus à DVBR saíram R$ 3 milhões em comissões a Collor, segundo Alberto Youssef. Luis Alves de Lima Filho, ex-diretor de Rede de Postos de Serviço da BR, teria participado da maracutaia. Suspeito de ser indicação do senador, perdeu o cargo um dia após a ação dos federais.

Leoni Ramos transportou dinheiro em mochilas e sacolas, conforme delatou Ricardo Pessoa. O empresário pagava-o na sede da UTC, em São Paulo, diretamente. O esquema usou a Rock Star Entertainment, comercializadora de camarotes de corridas de automóvel Stock Car. A UTC fechava contratos fictícios com a Rock Star e a SM Terraplanagem. Simularia contratos com o escritório de advocacia de Roberto Trombeta. Pessoa confessou o pagamento de R$ 20 milhões ao esquema de Collor na BR.

A PF fez buscas na Refinaria Abreu e Lima (PE) e na sede da Jacarandá Negócios e Participações, de Aldo Guedes Álvaro. Ele presidiu a Copergás em sociedade com o Governo de Pernambuco e dividiu uma fazenda com o ex-governador Eduardo Campos (PSB-PE). Álvaro era suspeito de ser o dono do avião que caiu em Santos (SP) em 2014, no qual morreu Campos.

Os investigadores cumpriram, ao todo, 53 mandados de busca e apreensão, inclusive na casa e no escritório do advogado Tiago Cedraz. Levaram discos rígidos de computadores, obras de arte, joias, relógios de luxo e mais R$ 4 milhões, US$ 45 mil e 24 mil euros em dinheiro vivo. A maior bolada, R$ 3,6 milhões, foi encontrada no cofre de Carlos Alberto Santiago, o Carlinhos, em São Paulo. Dono da rede de postos Aster Petróleo, era suspeito de pagar propina a Collor. Os policiais não o localizaram.

Imagens e fotografias da ação na Casa da Dinda rechearam o noticiário de televisão e as primeiras páginas dos jornais. A mansão do Lago Norte, bairro nobre de Brasília, ficou famosa quando seu proprietário ocupou a Presidência da República (1990 – 1992). Tornou-se símbolo com a descoberta de que o tesoureiro da campanha, PC Farias, pagou sua reforma com US$ 2,5 milhões de contas fantasmas. No terreno da Casa da Dinda ficava estacionado o célebre automóvel Fiat Elba, comprado por PC Farias. O episódio com o simples carro popular ajudou a derrubar Collor do poder.

Outros tempos.

Mais lenha na fogueira. Naquele 14 de julho o delator Julio Camargo relatou ao juiz Sérgio Moro que entregou dinheiro a José Dirceu (PT-SP). O repasse de R$ 4 milhões obedeceu à determinação de Renato Duque. Dos R$ 137 milhões que Camargo deu em troca de contratos na Petrobras, R$ 35 milhões foram para Duque, homem do PT, protegido de Dirceu. Fernando Baiano, operador do PMDB, recebeu

R$ 102 milhões.

O suborno chegou às mãos de Dirceu pelo lobista Milton Pascowitch, ligado à Engevix. Camargo representou empresas como a Camargo Corrêa e o grupo japonês Mitsui. Mencionou Pedro Barusco, braço-direito de Duque, e o irmão de Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva:

> — Eles tinham uma conta corrente comigo, o doutor Renato Duque e o doutor Pedro Barusco, e dessa conta me foi autorizado repassar R$ 4 milhões ao doutor José Dirceu, que foi repassado em reais através do seu Milton Pascowitch, e talvez em uma ocasião através do irmão dele, Luiz.

Às 23h48 daquele 14 de julho, advogados de Dirceu encaminharam petição ao juiz Moro. Tentaram evitar, mais uma vez, a prisão do ex-ministro. O magistrado não aceitou os argumentos do criminalista Roberto Podval:

> "Com seus 70 anos e rotulado indelevelmente de inimigo público, não aguenta mais a situação à qual é submetido diariamente."

Palavra de profeta

Um pouco antes, durante a tarde, Lula reunira-se com Dilma Rousseff em Brasília, furioso com a Polícia Federal. Profetizou:

> — Preparem-se porque as coisas vão ficar piores.

Três dias depois o Brasil soube que a Procuradoria da República no Distrito Federal abrira investigação criminal contra Lula, suspeito de tráfico de influência em favor da Odebrecht. Teria usado o seu nome para beneficiá-la no Brasil e no exterior, entre 2011 e 2014. Obras financiadas pelo BNDES.

Analisavam o caso de forma preliminar. Em 8 de julho de 2015 decidiram formalizar a apuração. Para os procuradores, Lula teria obtido "vantagens econômicas da empresa Odebrecht, a pretexto de influir em atos praticados por agentes públicos estrangeiros, notadamente dos governos da República Dominicana e de Cuba, e por agentes públicos federais brasileiros".

Lula fez 38 viagens ao exterior no período sob suspeita, após deixar a Presidência da República. Os procuradores se debruçariam sobre decisões do BNDES, atividades do Instituto Lula e da LILS Palestras e Eventos, do petista. A Odebrecht bancava os deslocamentos a outros países. As viagens de Lula em empresas de táxi aéreo custaram entre R$ 215 mil e R$ 435 mil.

Os procuradores miravam também atividades na Venezuela, Panamá e Angola. A Odebrecht recebeu empréstimos bilionários para obras em oito países: Angola (R$ 8,2 bilhões), República Dominicana (R$ 6,3 bilhões), Argentina (R$ 5,7 bilhões), Venezuela (R$ 2,9 bilhões), Cuba (R$ 2,6 bilhões), Equador (R$ 1,9 bilhão), México (R$ 1,4 bilhão) e Peru (R$ 1 bilhão). Total do mino do BNDES: R$ 30 bilhões.

A Odebrecht alegou que convidou Lula a dar palestras. Alexandrino Alencar,

diretor da construtora, acompanhou-o no Panamá, Guiné Equatorial (duas vezes), Angola, Gana (duas vezes), Portugal, Cuba, República Dominicana, Estados Unidos, Nigéria, Benin, Peru, Colômbia e Equador. Alencar foi preso, acusado de pagar propina a figurões do petrolão no exterior.

Mensagens trocadas entre o Ministério das Relações Exteriores e diplomatas brasileiros no exterior, divulgadas pelo jornal O Globo, mostraram interferência de Lula em favor da Odebrecht em Portugal. O embaixador do Brasil em Lisboa, Mario Vilalva, opinou sobre conversa entre Lula e o primeiro-ministro de Portugal acerca da venda de estatal portuguesa da área de fomento. Da correspondência de Vilalva em 2014:

> "O ex-presidente também reforçou o interesse da Odebrecht pela EGF ao primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, que reagiu positivamente."

Relatório da PF tratou de um jantar na residência de Marcelo Odebrecht em São Paulo, a pedido de Lula, em 28 de maio de 2012. Presentes o ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP), Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula, empresários, banqueiros e sindicalistas. As informações estavam no HD de um computador apreendido em cofre de Marcelo Odebrecht.

Chamou atenção a presença da presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Juvandia Moreira Leite, e do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Aparecido Nobre. Ambos sócios da Editora Gráfica Atitude, investigada no petrolão – intermediaria repasses de propina desviada da Petrobras ao PT.

Código Odebrecht

Monitoraram as relações da Odebrecht em três países. O grupo WikiLeaks revelou telegramas confidenciais dos Estados Unidos. O Equador alegou descumprimento de contratos e a expulsou. Em 21 de outubro de 2008, mensagem da embaixada norte-americana em Quito alertou sobre métodos corruptos da brasileira, que atuava com créditos do BNDES. Do telegrama sobre a obra da Usina Hidrelétrica de San Francisco:

> "Alfredo Vera, chefe da Secretaria Anticorrupção do Equador, levantou questões sobre os preços e financiamentos dos contratos da Odebrecht."

A expulsão ocorreu em 2009. O presidente Rafael Correa acusou-a de superfaturar obras com aditivos que elevavam os custos. O projeto de irrigação Carrizal – Chone, em Manabi, mobilizou o embaixador brasileiro no Equador, Antonino Marques Porto. Teria havido superfaturamento de 48% nas obras civis e sobrepreço de 38% nas tubulações de PVC. A Odebrecht pretendia obter US$ 102 milhões, mas os serviços justificariam US$ 80 milhões. O Equador não gostou. A empresa reduziu custos, mas foi expulsa pelos problemas na Usina Hidrelétrica de San Francisco.

No caso da hidrelétrica receberia por dez aditivos, sendo cinco injustificáveis. Em

um deles obteve US$ 13,8 milhões porque um problema geológico interrompeu uma perfuradora. Havia seguro para cobrir o incidente. Dois outros por obras de sustentação de um túnel, suspeitas de má-execução. Por isso recebeu US$ 58 milhões.

Informações da embaixada norte-americana, de 5 de outubro de 2009, davam conta de que a Odebrecht fez contribuição generosa à eleição do presidente do Panamá, Ricardo Martinelli. Foi contratada por US$ 60 milhões, sem licitação, para construir uma estrada. Telegrama da embaixada dos Estados Unidos em Caracas alertou, em 7 de dezembro de 2006, que o apoio de Lula à reeleição do presidente Hugo Chavez "poderia parecer um passo diplomático errado, mas realmente foi simplesmente um bom negócio". Os diplomatas mencionaram obras da Odebrecht em duas linhas de metrô e a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Orinoco:

> "Supostamente, ela custou à Venezuela entre US$ 1,1 bilhão e US$ 1,2 bilhão (supostamente 40% acima do orçamento) e planos já existem para uma ponte número três."

Quanto às duas linhas de metrô venezuelanas, o BNDES financiou-as em US$ 747 milhões. O empréstimo só foi inferior aos US$ 865 milhões à obra da Usina Siderúrgica Nacional da Venezuela, também tocada pela Odebrecht. O terceiro maior financiamento do BNDES à construtora, de R$ 682 milhões, viabilizou o Porto de Mariel, em Cuba.

O Ministério Público da Suíça focou contas secretas usadas pela Odebrecht para pagar executivos da Petrobras naquele país. A Suíça congelou US$ 400 milhões em mais de 300 contas de 30 bancos, numa das maiores investigações de sua história. Tudo ligado à corrupção na Petrobras.

De volta ao Brasil. Repercutiram anotações interceptadas pela PF nos celulares de Marcelo Odebrecht. Num caso, problemas na Suíça: "declarar ctas já", ao fazer menção a Rogério Araújo, executivo da Odebrecht preso pela Lava Jato. Havia referência aos bancos suíços Pictet e PBK, sugerindo contas não declaradas. Na anotação, Rogério Araújo seria RA. Odebrecht registrou "RA vs cc Sw (direção fluxo? Delação dos envolvidos?)".

Maquinação do presidente da Odebrecht fez os investigadores pensarem. Anotou "PRC/Suíça. PV?". Concluíram tratar-se de referência a Paulo Roberto Costa, o Paulinho, e possivelmente a Patrick Valiton, um diretor do banco suíço Pictet. Valiton manteria contatos frequentes com Odebrecht.

Em outra situação, escreveu sobre a necessidade de "contato ágil/permanente com o grupo de crise do governo e nós para que informações sejam passadas e ações coordenadas". Intrigante. Em seguida mencionou "trabalhar para parar/anular (dissidentes PF...)", como se planejasse usar agentes policiais para atrapalhar as investigações.

Mais um arquivo. Odebrecht referiu-se a Márcio Faria, outro homem da

Odebrecht preso, e a Rogério Araújo: "MF/RA: não movimentar nada e reembolsaremos tudo e asseguraremos a família. Vamos segurar até o fim". O texto indicaria que os dois seriam protegidos pela lealdade à construtora. Em seguida acrescentou "higienizar apetrechos MF e RA", como se quisesse apagar conteúdos de telefones, computadores e aparelhos eletrônicos.

Os rascunhos de Odebrecht citavam Lula e outros políticos com as suas iniciais: "MT" seria o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB-SP); "GA", governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB); "FP", governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT); "JW", ministro Jaques Wagner (PT-BA); e "ECunha", o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Segue outro escrito de Odebrecht, como se intencionasse constranger beneficiários de doações eleitorais, por danos causados pela Lava Jato:

> "Vazar doação campanha. Nova nota minha mídia? GA, FP, AM, MT, Lula? ECunha?"

Odebrecht usaria a palavra "feira" para pagamentos a políticos. Em anotação, associou o número "40" ao termo, vinculando-o a "Vaca". A Lava Jato entendeu como alusão ao tesoureiro do PT, João Vaccari Neto.

Ao tratar de contratos de navios-sonda com a Sete Brasil para explorar o pré-sal, estaria preocupado com o Estaleiro Atlântico Sul, contratado para os serviços. E-mails de 2011 mencionaram o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante (PT-SP), o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), e Guilherme Estrella, diretor da petroleira. Fala de "pressão" e alerta para "ter cuidado com a reação de Estrela e equipe":

> "Junto ao Estrela vejo importante a conversa de vocês (importante saber tb *feedback* conversa Mercadante – me acionem se não conseguir obter do Luiz Elias). Posso também pedir a Mercadante um reforço. Por fim tem o próprio Gabrielli como última tentativa. Ele não gosta da gente (Suzano, Quattor, sondas), mas a tese é boa e talvez quem sabe?"

Proporcionou curiosidade um certo e-mail de 9 de janeiro de 2013, cujo título era "Pedido específico blindagem JEC". Talvez alusão ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT-SP). Citava Edinho Silva (PT-SP), tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff, e Fernando Haddad (PT), prefeito de São Paulo, eleito em 2012:

> "Para Edinho visão da conta toda inclusive gasto com o Haddad. MRF: dizer do risco de chegar na campanha dela?"

Dela quem, Dilma Rousseff?

Como se sabe, Ricardo Pessoa, dono da UTC, admitiu que deu R$ 7,5 milhões à campanha de Dilma Rousseff em 2014, receoso de perder contratos na Petrobras. Mensagem de celular de Pessoa a seu diretor Walmir Pinheiro corroborou suspeita de que fora coagido a doar.

Na mensagem de 29 de julho de 2014, Pessoa referiu-se a Edinho e a seu braço-direito, Manoel Araújo. Note-se que tratou a doação como "problema", contrariamente ao que se esperaria de uma candidatura merecedora de apoio financeiro. O texto determinava repasse de duas parcelas de R$ 2,5 milhões no primeiro turno das eleições. Pessoa seria obrigado a pagar mais duas de R$ 2,5 milhões, no segundo turno. Total: R$ 10 milhões. Só não entregou a última porque foi preso. Investigadores da Lava Jato ficaram com a suposição de que Pessoa se reunira com Edinho visando acertar contribuição menor, mas sofreu pressão e concordou com os R$ 10 milhões. A mensagem dirigida a Walmir Pinheiro:

> "Estive com Edinho. A pessoa que você tem que ligar é Manoel Araújo. Acertado 2.5 dia 5/8 (ate) e 2.5 ate 30/8. Ligue para ele que esta esperando. O problema e bem maior. Me de resposta. Edinho já me passou os dados. Abs"

Ao depor à CPI da Petrobras, o ministro José Eduardo Cardozo garantiu que "nenhum fato relacionado a desvio de dinheiro público, corrupção ou improbidade administrativa chegará perto da presidente Dilma Rousseff":

— Não está entre os defeitos da presidente Dilma a desonestidade.

Conforme o entendimento de Cardozo, receber dinheiro sujo só traria consequências se a candidata conhecesse a origem ilegal. Portanto, Dilma Rousseff não tinha responsabilidade sobre eventuais malfeitos da equipe de campanha nomeada por ela. Bastaria alegar que não sabia de nada.

Indiciados de alto coturno

Ex-presidente da Sete Brasil, criada pela Petrobras em associação com bancos e fundos de pensão de empresas estatais, João Carlos de Medeiros Ferraz admitiu o recebimento de US$ 1.985.834,55 em propina, em 2012. Dinheiro de estaleiros contratados para construir navios-sonda de exploração do pré-sal. As embarcações seriam alugadas à Petrobras.

Segundo Ferraz, ele aceitou "gratificações" em "momento de fraqueza". Chegou a rechaçá-las. Diante de "avisos em tom intimidatório de que seria mais seguro para ele aceitá-las", concordou em participar do esquema.

O delator Pedro Barusco, ex-diretor da Sete Brasil, disse que combinou com Ferraz e Eduardo Vaz Costa Musa, diretor da companhia, repasses ilegais de 0,9% a 1% dos contratos com os estaleiros Atlântico Sul, Brasfels, Jurong, Enseada e Rio Grande. Uma festa. Os três possuíam contas bancárias na Suíça para receber comissões. 28 sondas custariam US$ 22 bilhões. Como Barusco, Ferraz saíra da Petrobras para a Sete Brasil.

Ao reconhecer a maracutaia, Ferraz quis livrar-se do problema. A propina na Sete Brasil chegaria a US$ 224 milhões. Barusco denunciou que 66% do dinheiro engordou o esquema de João Vaccari Neto, tesoureiro do PT. Exigia-se que Ferraz

devolvesse R$ 22,2 milhões – valores desviados, recursos da rescisão de seu contrato e bônus por desempenho no período em que comandou a Sete Brasil, de dezembro de 2010 a maio de 2014.

A PF indiciou o presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, por fraudes em contratos com a Petrobras, desvio de recursos públicos e corrupção. O rito era o mesmo. Após o indiciamento, o Ministério Público Federal decidia se denunciava o caso para, em seguida, a Justiça Federal abrir ação penal – se houvesse motivo para transformá-lo em réu.

Além de Azevedo, foram indiciados os executivos da Andrade Gutierrez Elton de Azevedo Júnior, Antonio Campello de Souza, Paulo Roberto Dalmazzo, Flávio Lúcio Magalhães e Rogério Nora de Sá. A PF citou ainda Mario Goes, seu filho Lucélio Goes e Fernando Baiano.

Em 19 de julho de 2015, a investigação concluiu que a Andrade Gutierrez não tinha justificativa para R$ 4,9 milhões repassados à Rio Marine, de Mario Goes. R$ 70 milhões foram sacados em dinheiro vivo da Rio Marine. Para a PF, prática "corriqueiramente aplicada em operações voltadas a ocultar ou dissimular os reais beneficiários dos recursos sacados, sobretudo em situações que envolvam o pagamento de vantagens indevidas".

No dia seguinte a PF indiciou Marcelo Odebrecht por corrupção, lavagem de dinheiro, fraude em licitações e crime contra a ordem econômica. O delegado Eduardo Mauat da Silva também pediu a responsabilização dos executivos Alexandrino Alencar, Rogério Santos de Araújo, Márcio Faria da Silva e Cesar Ramos Rocha. Todos presos e afastados das funções.

Celso Araripe de Oliveira, funcionário da Petrobras, e os executivos Eduardo de Oliveira Freitas Filho e João Antonio Bernardi Filho foram indiciados. Segundo a PF, Marcelo Odebrecht sabia das irregularidades que envolviam a construtora e pretendia confrontar a Lava Jato. Do relatório:

> "Quanto a Marcelo Odebrecht, além do caso específico das sondas, o material trazido aos autos aponta para o seu conhecimento e participação direta nas condutas atribuídas aos demais investigados, tendo buscado, segundo se depreende, obstaculizar as investigações".

Em outro estágio da Lava Jato, a Justiça Federal condenou em 20 de julho de 2015 vários executivos da Camargo Corrêa por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Condenações vinculadas a fraudes em obras nas refinarias Abreu e Lima (PE) e Presidente Getúlio Vargas (PR).

A cúpula da construtora – Dalton dos Santos Avancini, presidente, e Eduardo Hermelino Leite, vice – foi condenada a 15 anos e dez meses de reclusão. Os dois confessaram repasses de R$ 50 milhões em propina em contratos da Petrobras. Graças à delação, cumpririam prisões domiciliares e teriam direito a dois anos em regime semiaberto, com prestação de serviços comunitários. A partir de 2018,

progrediriam ao sistema aberto.

João Ricardo Auler, que presidiu o Conselho de Administração da Camargo Corrêa, pegou nove anos e seis meses de prisão por corrupção e organização criminosa. Deveria cumprir cerca de dois anos da sentença em regime fechado. O mesmo aconteceria com o "mula" do doleiro Alberto Youssef, Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca, condenado a 11 anos e dez meses por lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Youssef e Paulo Roberto Costa, delatores do esquema, teriam as penas unificadas e reduzidas devido à colaboração. O doleiro a três anos na cadeia. Paulinho já cumpria pena domiciliar, mas receberia condenações no petrolão. Teriam de ressarcir R$ 50 milhões à Petrobras, além de pagar R$ 10 milhões em multas criminais e civis.

A gentileza do deputado

Em depoimento à Justiça Federal, Julio Camargo declarou que o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) exigiu US$ 5 milhões de dois contratos de construção de navios-sonda para locação à Petrobras. A denúncia caiu como uma bomba em Brasília. Cunha presidia a Câmara dos Deputados e atuava como líder de oposição à presidente Dilma Rousseff.

Conforme Camargo, Fernando Baiano o procurou para dizer que estava sendo pressionado por Cunha a pagar US$ 10 milhões, que estavam atrasados, de US$ 40 milhões já acertados. Dos US$ 10 milhões, US$ 5 milhões eram de Cunha. Camargo quis falar com o deputado. De Baiano:

— Ele não quer conversar com você. Ele quer receber.

Segundo Camargo, Baiano explicou:

> — Julio, realmente, nós estamos com problema, porque eu estou sendo pressionado violentamente, inclusive pelo deputado Eduardo Cunha. E isso aí vai chegar numa situação muito embaraçosa pra mim, mas pra você, com certeza, vai ser muito mais embaraçosa.

Camargo insistiu e marcou o encontro com Cunha no Leblon, no Rio. Baiano participou. Camargo estava preocupado. Considerava-se chantageado pela deputada Solange Almeida (PMDB-RJ), ligada a Cunha. Ela apresentara dois requerimentos à Câmara, solicitando explicações à japonesa Mitsui, sócia da coreana Samsung nos contratos dos navios-sonda:

> — Fui bastante apreensivo. O deputado Eduardo Cunha é conhecido como uma pessoa agressiva, mas confesso que comigo foi extremamente amistoso, dizendo que ele não tinha nada pessoal contra mim, mas que havia um débito meu com o Fernando do qual ele era merecedor de US$ 5 milhões.

Ao depor ao juiz Sérgio Moro, em 16 de julho de 2015, Camargo contou o que Cunha disse:

> — Não aceito que pague só a minha parte. Pode até pagar o Fernando mais dilatado, mas o meu eu preciso rapidamente.

Vale a reação do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA), quando Camargo lhe mostrou os requerimentos da deputada Solange:

> — Isso é coisa do Eduardo.

Por temer represálias à família e às empresas que representava, deixou de relatar o episódio nos depoimentos de delação premiada. Avisado de que perderia as vantagens do acordo judicial, citou a extorsão de Cunha. Com "medo" e "receio", concordara em pagar, em 2011, US$ 10 milhões. No acerto com a Justiça, Camargo devolveria R$ 40 milhões aos cofres públicos.

Os contratos de dois navios-sonda, de 2006 e 2007, somavam US$ 1,2 bilhão. O estaleiro Samsung Heavy Industries resistiria a entregar os US$ 10 milhões exigidos pelo PMDB. Como não teve escapatória, Camargo acionou Youssef para efetuar o pagamento no exterior. As somas rechearam contas bancárias das *offshores* Three Lions Energy, Pentagram Energy, Falcon Equity, Marbury Investment & Finance, Russel Advisors e Forbal, controladas por Baiano e Nestor Cerveró. Depois o dinheiro foi entregue no Brasil. Baiano responsabilizou-se por repassar a parte que cabia a Cunha.

Conforme as investigações, houve 35 operações financeiras entre Camargo e Baiano em 2006 e 2007, com a movimentação de US$ 14 milhões. Usaram 16 *offshores* supostamente indicadas por Baiano, sendo que o dinheiro começava a circular pela Piemonte, de Camargo, com sede no Uruguai. O caso dos dois navios-sonda levou o MPF a pedir as condenações de Cerveró, Baiano, Camargo e Youssef em 23 de julho de 2015.

Defensora de Camargo, a advogada Beatriz Catta Preta abandonou o caso. Anunciou mudança aos Estados Unidos. Alegou perseguições e ameaças. Beatriz Catta Preta conduziu as defesas em nove delações premiadas, inclusive as de Barusco, Augusto Mendonça de Ribeiro Neto e de Paulo Roberto Costa, responsável por escancarar o esquema de corrupção.

O deputado Celso Pansera (PMDB-RJ), ligado a Cunha, convocou a advogada para depor na CPI da Petrobras. Pretendia encurralá-la para que explicasse pagamentos recebidos dos delatores. Pansera convocou um filho de Camargo. Em nova investida, requisitou nomes de policiais federais alocados na Lava Jato. Levantou a suspeita de querer intimidá-los. Dilma Rousseff nomearia Pansera ministro da Ciência e Tecnologia.

Peripécias da família Cedraz

No caso do advogado Tiago Cedraz, cujos imóveis foram vasculhados pela PF,

destaca-se que o ministro Aroldo Cedraz, do TCU, seu pai, pediu vista do processo de licitação de R$ 2 bilhões de construção da Usina Nuclear de Angra 3. Como se recorda, Ricardo Pessoa, da UTC, confessou que deu R$ 1 milhão a Tiago, em troca da defesa dos interesses da empresa em Angra 3.

Cedraz, ex-deputado, tomou posse do processo por duas semanas. Analisou o parecer do relator, ministro Raimundo Carrero. Devolveu-o. Declarou-se impedido de julgá-lo. Investigadores da Lava Jato suspeitavam que Tiago prestava serviços a escritórios de advocacia. Venderia informações sobre processos no TCU. Na época da ação da PF, Cedraz presidia o tribunal. Tiago, por sua vez, era secretário de Assuntos Jurídicos do Solidariedade, partido liderado pelo deputado Paulinho da Força (SD-SP).

Precavido, Tiago procurava não registrar suas entradas no prédio da UTC em São Paulo. Outra providência: retirava as baterias do celular, antes das reuniões. Assim impedia que o ouvissem por algum dispositivo eletrônico. Em menos de três anos, adquiriu imóveis no valor de R$ 13 milhões. Possuía um jato Cessna para dez passageiros. Boa parte das propriedades estava em nome da Cedraz Administradora de Bens Próprios – sociedade com a mãe, Eliana Leite Oliveira, mulher do ministro do TCU. O imóvel mais caro, uma chácara de 10 mil metros quadrados, ficava no Lago Sul, em Brasília.

Em mais um desdobramento das peripécias da família Cedraz, o jornal O Estado de S. Paulo noticiou que Aroldo Ferraz se mudaria para apartamento de R$ 2,7 milhões na Asa Sul, em Brasília, propriedade de Tiago. Antes de ocupar o imóvel do filho, reformou as três suítes, três banheiros, escritório e rouparia. Na sala, quis *home theater*, adega e cristaleiras. O novo piso de mármore custaria até R$ 650,00 o metro quadrado.

O TCU decidiu não abrir procedimento para apurar o caso. Num eventual afastamento de Cedraz, assumiria como presidente o ministro Raimundo Carrero, corregedor da corte e suspeito de participar dos malfeitos em Angra 3. O próximo da linha sucessória, ministro Walton Alencar, fora investigado por suposto envolvimento com a ex-ministra Erenice Guerra (PT-DF). Amiga de Dilma Rousseff, sucedeu-a no Ministério da Casa Civil em 2010. Foi afastada por suspeita de corrupção.

Irmão do ex-ministro e ex-deputado Mário Negromonte (PP-BA), Adarico Negromonte, investigado por atuar como “mula” de Youssef, acabou absolvido. Não houve provas de que participou de organização criminosa. Estranho. Adarico alegou que trabalhava como motorista do doleiro. Carregava “envelopes fechados”, mas desconheceria o conteúdo dos envoltórios. Será que pensava transportar certidões de honestidade?



ÁGUAS PROFUNDAS

Nestor Cerveró e Renato Duque nadaram de braçada nos subornos de multinacionais

A crise na Petrobras levou seus funcionários à greve. Insatisfeitos com demissões, obras interrompidas e venda de ativos, petroleiros cruzaram os braços. No primeiro semestre de 2015, 14 mil empregados do setor naval haviam sido demitidos. Suspenderam contratos para construir plataformas, embarcações e dezenas de navios de apoio. A paralisação, no final de julho de 2015, afetou 25 plataformas de produção – ao menos 17 na bacia de Campos (RJ), inclusive os importantes campos de Roncador e Barracuda. Além disso pararam áreas de produção na Bahia, refinarias, termoelétricas, terminais, centros de distribuição e unidades administrativas. Antes de 2015 terminar, uma segunda greve interromperia serviços na Petrobras.

Vitrine da política nacionalista dos governos do PT, a indústria naval passou por estado de incerteza comparável ao dos anos 1980. O desequilíbrio levou a Petrobras a substituir fornecedores locais, envolvidos no petrolão, por estrangeiros, principalmente chineses, na construção de plataformas para o pré-sal. A exigência de conteúdo brasileiro sucumbiu com a Lava Jato.

O Ministério Público Federal denunciou Nestor Cerveró e Fernando Soares, o Fernando Baiano, por embolsarem US$ 40 milhões de propina em contratos com o estaleiro Samsung Heavey Industries, da Coreia do Sul, nos anos de 2006 e 2007. Parceria entre a Samsung e a japonesa Mitsui trouxe dois navios-sonda para a Petrobras explorar petróleo em águas profundas.

Além de Cerveró e Baiano, acusados de corrupção e lavagem de dinheiro, os procuradores citaram Julio Camargo, que denunciou Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O deputado teria embolsado US$ 5 milhões da transação que envolveu a Samsung e a Mitsui. Como prova, procuradores relacionaram contratos entre Samsung e firma de Camargo, transferências e contratos de câmbio beneficiando Baiano. Do documento:

> "Independentemente da lisura (ou não) do procedimento de contratação – o qual, como visto, foi maculado, entre outros, pela total ausência de quaisquer inciativas de competitividade –, fato é que há farta prova de que os réus Nestor Cerveró e Fernando Soares solicitaram e receberam, para si e para outrem, direta ou indiretamente, em razão da função ocupada pelo primeiro, vantagens indevidas, o que configurou o crime de corrupção passiva."

Conforme a força-tarefa, a comissão alcançou US$ 53 milhões. Camargo, intermediário, abocanhou US$ 13 milhões. Do MPF:

> “Para dar aparência lícita à movimentação das propinas acertadas, foram celebrados dois contratos de comissionamento entre a SHI (Samsung) e a empresa Piemonte Empreendimentos, de Julio Camargo, que juntos totalizaram US$ 53 milhões.”

Os procuradores solicitaram em 23 de julho de 2015 a devolução de R$ 296,3 milhões por danos materiais e morais à Petrobras, além de prejuízos aos sistemas econômico e financeiro. Do documento:

> “Todo o fluxo financeiro da corrupção, desde Julio Camargo e sua empresa Piemonte (corruptor), passando pelo operador Fernando Soares e sua conta Three Lions, até Nestor Cerveró e sua conta Russell, está amplamente comprovado nestes autos.”

Em 29 de julho de 2015, nova denúncia do MPF. Acusado de corrupção e lavagem de dinheiro, Renato Duque teria recebido R$ 4 milhões em troca de três contratos de 2011 para a construção do Gasoduto Submarino de Interligação dos Campos de Lula e Cernambi, com a italiana Saipem.

A denúncia relacionou 133 obras de arte recebidas pelo ex-diretor de Serviços da Petrobras, no valor de R$ 577 mil. Procuradores citaram João Antônio Bernardi Filho, seu filho Antônio Carlos Bernardi e a advogada Christina Maria da Silva Jorge. O primeiro representava a multinacional. Os contratos somaram R$ 686 milhões. Duque recebeu US$ 1 milhão da *offshore* Hayley, em nome de Bernardi Filho, com sede no Uruguai e contas na Suíça. Christina e Antônio Carlos Bernardi eram funcionários da Hayley. O dinheiro chegava ao Brasil por meio de contratos de câmbio. Simulavam investimentos. Duque, o “Mestre”, recebia em espécie. Da denúncia:

> “João Bernardi atuou lavando dinheiro proveniente de corrupção em favor de Renato Duque, mediante a utilização das contas das empresas Hayley S/A e Hayley do Brasil para o recebimento e posterior internalização dos valores provenientes do crime. A Hayley do Brasil, por sua vez, ocultava e dissimulava o pagamento de vantagem indevida a Duque por intermédio da aquisição e posterior destinação de obras de arte ao ex-diretor.”

Uma vez não deu certo. Assaltaram Bernardi Filho no Largo da Carioca, no Rio, enquanto caminhava à sede da Petrobras. Suspeitou-se que Duque receberia R$ 100 mil, guardados numa valise. Mas um ladrão agarrou a maleta e saiu correndo. Na fuga, um policial militar deu um tiro em sua perna. Segundo a versão oficial, o dinheiro espalhou-se e só recuperaram R$ 47 mil. Dia seguinte Bernardi Filho registrou sua entrada na Petrobras. É possível que levasse os R$ 100 mil. Já o ladrão, preso e condenado, fugiu da cadeia três anos depois. Bernardi Filho negou a veracidade da história.

Brindes especiais da Odebrecht

Em mais um capítulo da Lava Jato, o MPF denunciou as cúpulas das duas maiores empreiteiras do Brasil. Doze executivos da Construtora Norberto Odebrecht e da Andrade Gutierrez acusados de organização criminosa, corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Entre eles, os presidentes das duas empresas, Marcelo Bahia Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo. Ao todo, 22 denunciados, incluindo Celso Araripe D'Oliveira, gerente da Petrobras, acusado de desvios na obra da sede da estatal em Vitória (ES).

Em relação à Odebrecht, procuradores listaram 56 atos de corrupção, no total de R$ 389 milhões, e 136 práticas de lavagem de dinheiro, de R$ 1 bilhão. Quantia repassada a envolvidos no esquema por meio de *offshores* e contas na Suíça. Além de Marcelo Odebrecht, a força-tarefa citou em 24 de julho de 2015 Alexandrino Alencar, Rogério Araújo, César Ramos Rocha, Márcio Faria da Silva, Eduardo Oliveira Freitas e Paulo Sérgio Boghossian.

A propina vinculava-se a contratos de R$ 13,1 bilhões de navios-sonda, compra de nafta pela Braskem e obras nas refinarias Abreu e Lima, Presidente Getúlio Vargas e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Nas 205 páginas de denúncia contra a Odebrecht, procuradores ressaltaram os "brindes especiais" com os quais altos funcionários da Petrobras eram mimados. Rogério Araújo encarregava-se de presenteá-los – pinturas de Alfredo Volpi, Cildo Meireles, Armando Romanelli e Oscar Niemeyer.

Receberam agrados os ex-presidentes José Sérgio Gabrielli (PT-BA) e Maria das Graças Foster (PT-RJ); os ex-diretores Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Nestor Cerveró e Jorge Luiz Zelada; e o ex-gerente Pedro Barusco. Araújo visitava-os na sede da Petrobras. Reuniu-se com Duque 256 vezes. Com Paulinho, 167. E com Barusco, em 39 ocasiões.

Conforme as investigações, a Odebrecht subornava e cooptava. Ganhava concorrências em meio a fraudes. Em licitação da Presidente Getúlio Vargas, consórcio formado por Odebrecht, OAS e UTC apresentou proposta de R$ 2,3 bilhões – 43% acima da estimativa. Com o certame suspenso, a Petrobras recuou e reviu a projeção. Assinaram contrato de R$ 1,8 bilhão em 2007. Ao contrariar orientação jurídica da estatal, Barusco fez subir o custo. Paulinho entrou na jogada. Negociou 12 aditivos entre 2008 e 2012. Valor final: R$ 2,3 bilhões, o mesmo pleiteado no início do processo. Paulinho, Duque e Barusco receberam R$ 70 milhões de propina.

Obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj, sob responsabilidade de consórcio liderado pela Odebrecht, fixadas em R$ 5,7 bilhões. As mais caras da Petrobras. Entre elas, contrato de R$ 3,8 bilhões, sem licitação. Neste caso, a Lava Jato apurou indícios de vazamento de informações privilegiadas – o suborno teria alcançado R$ 167 milhões.

Segundo o MPF, a venda de nafta para a Braskem causou prejuízos de R$ 6

bilhões entre 2009 a 2014. Paulinho concordou em abaixar o preço da matéria prima, manipulando-o a favor da Odebrecht. Em troca ganhou US$ 5 milhões anuais. Alberto Youssef intermediou os repasses, divididos com o deputado José Janene (PP-PR), até a sua morte em 2010.

Agora, a Andrade Gutierrez. O MPF juntou 167 atos de corrupção, no valor de R$ 243 milhões. E 62 de lavagem de dinheiro, de R$ 6,8 milhões, e mais US$ 1 milhão em moeda norte-americana. Além do presidente Otávio Marques de Azevedo, acusou Elton Negrão de Azevedo, Paulo Roberto Dalmazzo, Antônio Pedro Campelo Souza e Flávio Gomes Machado Filho. A denúncia citou desvios em oito unidades. Entre elas, Refinaria de Paulínia, Cenpes (centro de pesquisas), Gasoduto Urucu-Manaus e Comperj.

Entre ressarcimento de valores roubados e multas às duas empreiteiras, os procuradores pediram R$ 7 bilhões. O juiz Sérgio Moro acolheu as denúncias e transformou os denunciados em réus. Entre os acusados incluiu Youssef, Baiano e os operadores Bernardo Freiburghaus, Eduardo de Oliveira Freitas Filho, Armando Furlan Júnior, Mario Goes e Lucélio Goes.

Mario Goes – que se definia como empresário e consultor – fez acordo de delação premiada. Confessou que recebeu convite de Barusco para entrar no esquema, com endosso do PT. Agia na Diretoria de Serviços. Distribuiu propina por meio de contratos fictícios com empreiteiras. Simulou consultorias. Usou a *offshore* Phad Corporation, no Panamá, para fechar negócios de fachada com uma subsidiária da Andrade Gutierrez, a Zagope Angola, com sede em Portugal. Admitiu transações de US$ 6,4 milhões e de R$ 3,4 milhões. No Brasil e no exterior, entre 2008 e 2012.

O delegado Eduardo Mauat da Silva, da PF, preocupava-se com a Lava Jato:

> — Esperamos que a operação não seja mais uma em que as pessoas são presas, condenadas e o dinheiro recuperado, mas não haja mudança de mentalidade.

O procurador Deltan Dallagnol divulgou a recuperação de R$ 870 milhões:

> — Esses desvios deixam uma cicatriz na segurança, na educação e na saúde e nós não conseguiremos apagar essas cicatrizes. Por outro lado, essas cifras históricas nos trazem uma esperança, porque jamais houve uma recuperação de valores tão grande na história do Brasil.

A força-tarefa apresentou conjunto de provas sobre a movimentação de contas da Odebrecht. Segundo os procuradores, comprovou-se que Duque, Cerveró, Zelada, Paulinho e Barusco receberam propina em bancos suíços. Autoridades daquele país rastrearam US$ 13,7 milhões e 1,9 milhão de francos suíços em contas das *offshores* Sagar, Quinus e Sygnus, de Paulinho; Milzart, de Duque; e Pexo, de Barusco. Origem do dinheiro: dez empresas *offshore* controladas pela Odebrecht.

Conforme a Lava Jato, usaram as *offshores* Smith & Nash Enginnering, Arcadex

Corporation, Havinsur, Golac Project, Rodira Holdings e Sherkson Internacional para lavar R$ 1 bilhão em contas secretas de 2006 a 2014. O valor chegou às firmas de fachada transferido de cinco empresas da Odebrecht. Circulou por *offshores* em paraísos fiscais num sofisticado esquema de lavagem até o depósito em contas de dirigentes da Petrobras.

Para Sérgio Mouro, havia prova material e documental dos repasses:

> — Pelo relato das autoridades suíças e documentos apresentados, há prova, em cognição sumária, de fluxo financeiro milionário, em dezenas de transações, entre contas controladas pela Odebrecht ou alimentadas pela Odebrecht, e contas secretas mantidas no exterior por dirigentes da Petrobras.

De Deltan Dallagnol:

> — A mensagem é que o Brasil não vai compactuar com a prática de crimes, por mais poderosos que sejam seus autores.

Angra 3 e o almirante da ditadura

A PF prendeu o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, presidente da Eletronuclear. Suspeito de comandar esquema de corrupção nas obras da Usina Nuclear de Angra 3 (RJ). Licenciara-se em abril de 2015. Já circulavam informações sobre os contratos de construção. Foi preso com Flávio David Barra, presidente da Andrade Gutierrez Energia, em 28 de julho de 2015.

Segundo a Lava Jato, Pinheiro da Silva recebeu R$ 4,5 milhões da Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiroz Galvão, Techint, MPE, Camargo Corrêa e UTC – consórcio que venceu a licitação. Pagaram propina entre 2011 e 2015. Acusado de "crimes em série", o militar da reserva teria embolsado R$ 30 milhões – o equivalente a 1% dos contratos quitados de Angra 3.

O dinheiro chegava à Aratec Engenharia Consultoria e Representações, de Pinheiro da Silva. Vinha da Deutschebras, CG Consultoria e JNobre Engenharia e Consultoria – ligadas às contratadas da Eletronuclear. O "caráter extremamente restritivo" do edital fez a área técnica do TCU recomendar veto ao consórcio, mas a corte autorizou a licitação em 2012. Sérgio Moro determinou bloqueio de R$ 20 milhões dos investigados.

As obras de Angra 3 foram retomadas em 2007, com orçamento de R$ 7 bilhões. O governo Lula anunciou sua conclusão para 2014. Houve atrasos sistemáticos. Os custos chegaram a R$ 9,9 bilhões em 2010, e a R$ 16 bilhões em 2015. Protelou-se o início da geração de energia elétrica para depois de 2018. Gastaram R$ 1 bilhão na manutenção de equipamentos comprados na década de 1980. Tudo estocado e guardado sem uso.

Do procurador da República Athayde Ribeiro Costa:

> — A corrupção no Brasil é endêmica. Estamos vivendo um processo de

metástase da corrupção, que se espalhou para outros órgãos da administração pública.

Pinheiro da Silva chefiou o programa nuclear brasileiro nos governos militares das décadas de 1970 e 1980. Na época, controlava contas secretas no exterior, para operações clandestinas de compra de material nuclear. Deixou a Marinha em 1994. Em 2005, durante o governo Lula, assumiu a Eletronuclear, vinculada à Eletrobras. Ficou quase dez anos no cargo. O PMDB mandava no Ministério de Minas e Energia.

Dalton Avancini, ex-presidente da Camargo Corrêa, e Ricardo Pessoa, dono da UTC, confessaram repasses de propina a Edison Lobão (PMDB-MA), ministro de Minas e Energia nos governos Lula e Dilma Rousseff. Pessoa pagou comissões no TCU para facilitar o trâmite dos contratos de Angra 3.

Conforme a delação de Avancini, Flávio David Barra, da Andrade Gutierrez Energia, distribuía o dinheiro sujo de Angra 3. A empreiteira transferiu R$ 3,7 milhões à Aratec entre 2009 e 2015. A firma tinha um empregado. Preso, Pinheiro da Silva disse que remunerava a filha, uma tradutora e o genro, engenheiro que prestava serviços. Os procuradores não engoliram:

"Não há nenhum produto da contratação. Nada foi encontrado."

A Receita Federal apurou que a Aratec quadruplicou sua receita em 2009, após Pinheiro da Silva assinar aditivo de R$ 1,2 bilhão com a Andrade Gutierrez. O MPF apontou-o como protagonista, com "papel fundamental" na "organização criminosa" de Angra 3. O almirante seria beneficiário de depósitos em Luxemburgo, em nome de firmas de Hong Kong e Uruguai.

Durante a operação, cinco executivos depuseram: Renato Ribeiro Abreu, da MPE Participações; Fábio Andreani Gandolfo, da Odebrecht; Petrônio Braz Júnior, da Queiroz Galvão; Ricardo Ourique Marques, da Techint; e Clóvis Renato Primoi, da Andrade Gutierrez. Havia suspeitas sobre Antônio Carlos D'Agosto Miranda, da UTC, e Henrique Pessoa Mendes Neto, da Odebrecht.

Um caso investigado ocorreu em 2013. A Camargo Corrêa reconheceu a tramoia ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), do Ministério da Justiça. Interessante que "funcionários da Eletronuclear" orientaram o cartel – Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht e UTC – a apresentar proposta para ganhar os dois contratos em "disputa".

Segundo a artimanha, o "vencedor" desistiria de um lote, repassando-o a outras empresas. O objetivo: aumentar ao máximo o preço da contratação e os lucros. Na delação ao Cade, oficializada em 31 de julho de 2015, a Camargo Corrêa confessou a intenção inicial de dividir dois lotes para que as sete integrantes do "grupão" ou "conselhão" fossem contempladas.

Aconteceu que "funcionários da Eletronuclear" alertaram para os preços dos grupos. Estavam próximos do teto. Revelariam combinação prévia. Melhor um só

ganhador para os dois lotes, e a desistência futura. O consórcio "vencedor" apresentou custo 4,98% acima do teto do edital, próximo da diferença máxima, aceita pela Eletronuclear, que não poderia superar os 5%. Como se vê, emissários da própria estatal formularam a estratégia para o cartel surrupiar o dinheiro do povo.

Grassa a moral da gangue

A Lava Jato obteve documentos da *offshore* Hydropower Enterprise, com conta no banco Havilland, em Luxemburgo. Controlada por Pinheiro da Silva, a filha Ana Cristina da Silva Toniolo e a Aratec. O esquema teria usado outra *offshore*, a Waterland, no Uruguai, em nome de Ana Cristina.

Preso, Flávio David Barra afirmou que Ricardo Pessoa, da UTC, pediu dinheiro em favor do PMDB em novembro de 2014, em nome do ministro Edison Lobão. Já Eduardo Cunha (PMDB-RJ) estaria de olho nos trabalhos da empresa de espionagem Kroll. Queria ferrar o lobista Julio Camargo, que o acusara de embolsar US$ 5 milhões do petrolão. Da defesa do Camargo:

> "A reação dos investigados contra o colaborador ocorre em várias instâncias informais, que vão desde a maledicência à calúnia descarada, e formais com o uso da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras para desencorajar e desacreditar a colaboração prestada por Camargo. Está em vigor a moral da gangue, que acredita por triunfar pela vingança, intimidação e corrupção."

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) condenou a CPI por omitir nomes de eventuais alvos da Kroll. Para ele, investigação seletiva era abuso de poder:

> — Há uma tentativa de desmoralizar a Lava Jato para que tudo seja considerado nulo e eles saiam como se nada estivesse acontecendo no País.

Advogados de Youssef denunciaram tentativa de intimidar o doleiro. Reclamaram de ação desnecessária para expô-lo em público durante reuniões da CPI. Da petição endereçada ao juiz Sérgio Moro:

> "Há muito tempo a CPI perdeu o foco de seu objeto originário, desvirtuando-se de sua finalidade para se tornar um escoadouro de interesses subalternos, a fim de constranger e intimidar pessoas."

O Supremo Tribunal Federal desobrigou a advogada Beatriz Catta Preta de depor à CPI. Em entrevista ao repórter Fausto Macedo, de O Estado de S. Paulo, ela se disse ameaçada de forma velada por políticos da CPI. Defensora de investigados que fizeram delação, afirmou temer violência:

> — Sem dúvida. Ou o senhor já ouviu falar, em meio a um escândalo de corrupção desta proporção, em uma advogada de defesa se tornar o alvo dos ataques políticos e jornalísticos? É uma inversão de valores e papéis

gravíssima.

Deltan Dallagnol criticou o que chamou de "crença ilusória" de que o Brasil superará a corrupção com mudanças de governos ou de partidos políticos:

> — Precisamos de sistemas e instituições saudáveis. A história nos mostra que a corrupção não tem cor ou partido.

Suspeito de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, Jorge Luiz Zelada, ex-diretor Internacional da Petrobras, foi indiciado pela PF em 31 de julho de 2015. A Lava Jato investigava a transferência de 7,5 milhões de euros da Suíça para conta bancária controlada por Zelada em Mônaco, entre julho e agosto de 2014. Conforme o MPF, a movimentação demonstrou "inequívoco propósito atual do investigado de continuar a ocultar o produto de seus crimes e dificultar a investigação".

Apurou-se que Zelada mantinha 11,5 milhões de euros escondidos em contas de *offshores* na Europa, a maior parte na Rockfield Internacional. Dinheiro incompatível com sua renda. Os valores foram bloqueados.

A Procuradoria da República no Paraná denunciou-o com Eduardo Vaz da Costa Musa, ex-gerente da Diretoria Internacional, e mais João Augusto Rezende Henriques, Hamylton Pinheiro Padilha Júnior, Raul Schmidt Felippe Júnior e o executivo Hsin Chi Su. Todos citados em 5 de agosto de 2015.

Conforme a acusação, o grupo intermediou a contratação do navio-sonda Titanium Explorer pela Petrobras em 2009. Padilha Júnior e Hsin Chi Su, da chinesa TNT, repassaram US$ 20,8 milhões a Zelada, Musa e a emissários do PMDB, que ficou com US$ 10 milhões. Segundo os procuradores, Zelada e Musa favoreceram a norte-americana Vantage Drilling no contrato de afretamento do Titanium Explorer. Negócio de US$ 1,8 bilhão. Da denúncia:

> "Coube a Padilha pagar a parte destinada a Eduardo Musa. Raul Schmidt Júnior realizou os pagamentos em favor de Zelada, enquanto João Augusto Rezende Henriques distribuiu a vantagem indevida ao PMDB. Todos fizeram os pagamentos mediante depósitos no exterior."

A prisão preventiva de José Dirceu teve repercussão internacional. A Lava Jato acusou-o de instituir o sistema de corrupção na Petrobras. Presidente do PT de 1995 a 2002, foi braço-direito de Lula no primeiro mandato. Com o mensalão, perdeu o cargo de ministro da Casa Civil. A Câmara cassou seu mandato de deputado. Condenado pelo STF por corrupção ativa, ficou preso quase um ano. Cumpria o restante da pena em regime domiciliar. Denunciado por enriquecimento ilícito no petrolão, voltou para a cadeia.

Aquele que comanda: 'Faça!'

Detiveram Dirceu em sua casa do Lago Sul em Brasília na manhã de 3 de agosto de

2015. Investigações mostraram não haver provas de que a JD Assessoria e Consultoria prestava serviços contratados. Três grupos repassaram R$ 21 milhões dos R$ 39 milhões faturados pela firma de Dirceu enquanto o ex-ministro era investigado, processado, julgado e condenado por crimes do mensalão, entre 2009 e 2014. Quem contrataria um consultor nessa situação? Segundo a força-tarefa, Dirceu recebia propina.

No pedido de prisão, o MPF alegou que Dirceu nomeou Renato Duque na Diretoria de Serviços. Para Sérgio Moro, o ex-ministro representava ameaça à ordem pública. Agia com "indícios de profissionalismo e habitualidade na prática do crime". Do procurador Carlos Fernando dos Santos Lima:

> — Toda empresa tem uma estrutura piramidal, os cabeças que tomam as decisões. Não são operadores, essas pessoas dizem "faça" e os outros fazem. Eles não tomam nota, não fazem reuniões com operadores financeiros. Simplesmente têm uma função de colocar as pessoas nos lugares certos.

O procurador comparou o mensalão ao petrolão. O mesmo DNA criminoso começou no governo Lula e se estendeu ao de Dilma Rousseff:

> — Não há diferença. A responsabilidade de Dirceu é evidente lá e, como beneficiário, aqui. Ao mesmo tempo em que naquele governo José Dirceu determinou a realização, também determinou este esquema. Agora, não mais como partidário, mas para enriquecimento pessoal.

Indícios fortes. Interlocutor da Engevix no esquema da Petrobras, Milton Pascowitch confessou que contratou arquiteta, por R$ 1,3 milhão, para reformar casa de Dirceu em condomínio de luxo em Vinhedo (SP) em 2012 e 2013. Usou conta bancária do irmão, José Adolfo, seu sócio na Jamp, para pagar as obras. Gerenciavam-na como uma repassadora de propina.

Houve outra reforma, de R$ 1,2 milhão, no apartamento de Luiz Eduardo Oliveira e Silva, irmão de Dirceu. O imóvel ficava na zona sul de São Paulo. Pascowitch bancou-a. Em delação, reconheceu pagamentos em dinheiro e transferências da Jamp à contratada para as obras.

A casa de dona Olga, mãe de Dirceu, em Passa Quatro (MG). Estava em nome do corretor de imóveis Julio Cesar Santos a pedido de Dirceu. Santos, preso pela Lava Jato, era sócio minoritário da JD. Confessou que o imóvel, registrado pela TGS Consultoria, de sua propriedade, custou R$ 250 mil em 2004. O ex-ministro não queria chamar atenção para a propriedade que deu à mãe. Ocultou-a. A casa em Vinhedo também estava em nome da TGS.

Tem mais. A Jamp pagou parcela de R$ 400 mil da casa adquirida por Dirceu como sede da JD em bairro nobre de São Paulo. Pascowitch usou a Jamp para comprar imóvel de R$ 500 mil à filha de Dirceu na capital paulista. Pagou despesas

com deslocamentos aéreos do petista. A Jamp comprou metade de um avião Cessna para Dirceu – aquisição desfeita em 2011, após a divulgação de imagens do ex-ministro na aeronave.

Não acabou. Pascowitch intermediou propina da Hope RH e da Personal Service, fornecedoras de mão de obra à Petrobras. Beneficiário: Dirceu. A Hope dava R$ 500 mil mensais à dupla Dirceu/Duque.

Outro duro golpe no ex-ministro: as prisões do irmão Luiz Eduardo Oliveira e Silva, dono de 60% da JD; de Roberto Marques, o Bob, seu assessor desde a década de 1980; e dos irmãos Fernando Moura e Olavo Moura Filho, investigados como operadores a serviço do PT. Prenderam Luiz Eduardo em Ribeirão Preto (SP), onde ele dirigiu as finanças da Transerp, estatal de transporte, nomeado em 2001 pelo prefeito Antonio Palocci (PT-SP).

Instigante a prisão de Fernando Moura. Acusado de extorquir empresas em nome de Dirceu, atuava como sócio dele. A parceria começou em 1986, quando Dirceu se elegeu deputado estadual. Como pagamento pelos negócios na Era Lula, Moura receberia R$ 180 mil mensais da Hope. Supermensalão. Ao decretar a prisão, Sérgio Moro acusou-o de embolsar R$ 5,3 milhões em propina de contratos entre a Engevix e a Petrobras em 2009 e 2010. Moura usou o irmão e a filha para pôr a mão na dinheirama.

Ao lado de Silvio Pereira, o Silvinho, secretário-geral do PT defenestrado com o mensalão em 2005, Moura fez indicações no governo Lula. Segundo a PF, levou o nome de Renato Duque para Dirceu aprová-lo como diretor de Serviços da Petrobras. Silvinho ficou famoso por conta do jipe Land Rover que ganhou da GDK, fornecedora da Petrobras. Conforme relato do repórter Mario Cesar Carvalho, da Folha de S.Paulo, Moura criou dificuldades para a GDK. Depois, facilitou a vida da empresa. O jipe retribuiu os favores. Poderoso, garantiu que a GDK reformasse uma plataforma de petróleo, sem que estivesse cadastrada para prestar o serviço.

Milton Pascowitch relatou que levou R$ 10 milhões à sede do PT em São Paulo. A propina saiu dos R$ 14 milhões desviados de um contrato de fabricação de cascos replicantes (idênticos) para a Petrobras. Confissão de Pascowitch embasou pedido de prisão de Dirceu. Ele citou Gerson Almada, ex-vice-presidente da Engevix, e João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT:

> "A respeito dos pagamentos a Vaccari, Milton ressaiu que os repasses ocorriam para o próprio Vaccari ou ao PT, em espécie e via doações legais, sendo que cabia a Almada como os repasses seriam feitos. A propina em razão do contrato dos cascos replicantes somou, afirmou Milton, cerca de R$ 14 milhões, entregues ao longo de 2009 até 2011."

No pedido de prisão, o MPF citou a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA):

> "Destes recursos, ressaiu o colaborador, foram feitos pagamentos da ordem de R$ 10 milhões em espécie na sede do PT em São Paulo.

> Informou o colaborador que em duas ocasiões houve entrega para uma portadora de Vaccari, Márcia. Segundo Milton, os valores repassados a Vaccari eram devolvidos à Jamp por contratos de prestação de serviços que não foram realizados com a Engevix. Pagamento semelhante teria ocorrido, ressaiu Milton, quanto à obra de Belo Monte. Neste caso, a Engevix teria repassado R$ 532.765,05, os quais foram entregues pelo colaborador a Vaccari, em espécie, na sede do PT em São Paulo, aproximadamente em novembro de 2011."

Crimes sistêmicos na veia

Investigaram as gêmeas Marta e Maria Coerin. A primeira trabalhava no PT. A segunda, na JD de Dirceu, assessorou a campanha de Dilma Rousseff em 2010. Pascowitch envolveu Marta ao confessar repasse fraudulento a Vaccari. Dinheiro da Consist Software. Instruíram Marta a buscar a propina:

> "Em uma ocasião recebeu uma portadora no Rio de Janeiro, enviada por João Vaccari, de nome Marta, que foi até a residência do declarante e lá recebeu R$ 300 mil."

Já Maria Coerin recebeu 41 transferências bancárias suspeitas da JD, entre julho de 2011 e fevereiro de 2013. Total de R$ 163.874,11.

Pascowitch contou aos procuradores que conheceu Fernando Moura após a Engevix obter contrato de R$ 1,3 bilhão para ampliar o terminal do Gasoduto Cacimbas 2 em 2004. Do MPF:

> "Após a assinatura desse contrato, o declarante foi chamado por Fernando Moura, o qual disse que o contrato foi firmado pelo então diretor de Serviços Renato Duque em razão do grupo político que ele representava e que deveria ser paga uma comissão aos mesmos pela obra."

Moura recebeu R$ 5,3 milhões por meio de contrato simulado entre Jamp e Engevix. Em certa ocasião houve reunião na casa de Pascowitch. Renato Duque e Moura presentes. Moura foi duro. Acusou Duque de usar Julio Camargo para reter cotas de propina.

A PF prendeu o empresário Pablo Alejandro Kipersmit e Celso Araripe D'Oliveira, gerente da Petrobras, investigado em obras em Vitória (ES) e no Comperj. Após a prisão, demitiram-no.

O MPF pediu a prisão do jornalista Leonardo Attuch, do blog Brasil 247. Acusou-o de receber R$ 120 mil da Jamp, em dezembro de 2014, em nome de Vaccari. Prisão não autorizada. O PT divulgou nota no dia da prisão de Dirceu. Refutou participação na corrupção da Petrobras, mas não citou o ex-ministro, um de seus militantes mais importantes. Silenciou.

Os irmãos Milton e José Adolfo Pascowitch concordaram em devolver R$ 60 milhões roubados no esquema. Milton ficaria um ano em prisão domiciliar, com

tornozeleria eletrônica, e mais um ano em regime aberto. José Adolfo prestaria serviços comunitários durante dois anos.

A Justiça Federal do Paraná condenou a cúpula da OAS por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Sérgio Moro falou em "quadro sistêmico de crimes" ao tratar repasses de R$ 29,2 milhões à Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Léo Pinheiro, afastado da presidência da OAS, e Agenor Franklin Magalhães Medeiros, ex-diretor da área internacional da OAS, receberam penas de 16 anos e quatro meses.

A decisão, de 5 de agosto de 2015, apontou o envolvimento da OAS no cartel que fraudou obras na Petrobras. A empresa beneficiou-se de contratos nas refinarias Abreu e Lima e Presidente Getúlio Vargas. Pagou propina de 1% sobre contratos e aditivos.

Sérgio Moro condenou mais três da OAS. O ex-diretor financeiro Mateus Coutinho de Sá Oliveira e José Ricardo Nogueira Breghirolli, contato de Youssef. Pena de 11 anos de reclusão cada um. E Fernando Augusto Stremel Andrade, quatro anos em regime aberto mais prestação de serviços.

A OAS pagou R$ 41,5 milhões de propina, depositados na MO, Rigidez e RCI, de Youssef. Léo Pinheiro e Agenor Medeiros foram condenados a pagar multa de R$ 2 milhões cada. Outros R$ 2,8 milhões seriam rateados pelos demais. Segundo Sérgio Moro, a corrupção era "política corporativa" da OAS, "um grupo criminoso envolvido habitual, profissionalmente e com certa sofisticação na prática de crimes contra a Petrobras".

Ao analisar operações suspeitas em prol do senador Fernando Collor (PTB-AL), investigadores localizaram depósitos fracionados que dificultavam rastrear R$ 26 milhões desviados da Petrobras de 2010 a 2014. Collor teria declarado empréstimos fictícios para evitar a identificação e lavar propina.

Levantamento do Datafolha revelou, em 6 de agosto de 2015, reprovação à presidente Dilma Rousseff superior à pior avaliação já registrada pelo instituto de pesquisa: 71% da população consideravam seu governo ruim ou péssimo, e somente 8% atribuíam ótimo ou bom para a administração petista. O recorde negativo anterior pertencia ao governo Collor (1990 – 1992). Ele teve 68% de ruim e péssimo nas vésperas do *impeachment*, e 9% de ótimo ou bom. Outro dado: 66% dos entrevistados opinaram que o Congresso tinha de abrir processo para afastar Dilma Rousseff.



MOVIMENTAÇÕES ATÍPICAS

Dos milhões que Lula ganhou para dar palestras, parte veio de empresas do petrolão

Milhares de brasileiros voltaram às ruas para protestar contra a corrupção em 16 de agosto de 2015. Um mar de gente apoiou as investigações da Lava Jato em São Paulo. Destacou-se um boneco gigante de Lula, vestido de presidiário, no meio da multidão em Brasília. Apelido, Pixuleco. No Recife, homenagens ao juiz Sérgio Moro. De verde e amarelo, pessoas seguravam cartazes com fotografias de Lula e os dizeres "cadeia para o chefe".

A revista Veja publicou que a LILS Palestras e Eventos, de Lula, recebeu R$ 27 milhões de 2011 a 2014, sendo R$ 9,8 milhões (36%) de empreiteiras investigadas no petrolão. O levantamento do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) foi entregue à força-tarefa da Lava Jato. O órgão do Ministério da Fazenda considerou atípicas as movimentações da LILS.

Lula não refutou os valores. Sua assessoria informou que 41 empresas o contrataram para ministrar 70 palestras de 2011 a 2015. Só a Odebrecht deu R$ 2,8 milhões à LILS. Do dinheiro que entrou, transferiram-se oficialmente R$ 4,3 milhões a Lula e a seus filhos Lurian, Luís Cláudio e Sandro, além do presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto. Os valores, como veremos, são ainda mais expressivos. Lula tornou-se milionário.

Segundo Veja, Nestor Cerveró, ex-diretor Internacional da Petrobras, relatou que a construtora Schahin obteve contrato para operar um navio-sonda em 2007. Em troca, quitou dívidas da campanha de reeleição de Lula em 2006. O negócio teria envolvido José Carlos Bumlai, amigo de Lula. O desdobramento do caso, adiante, será catastrófico para o ex-presidente.

A Polícia Federal deflagrou investigação para apurar indícios de fraude em licitação e superfaturamento de R$ 42,8 milhões na construção da Arena Pernambuco, um dos estádios da Copa do Mundo de 2014. Obra de R$ 700 milhões, executada pela Odebrecht. Ao apresentar os preços, a construtora obteria empréstimo superdimensionado do BNDES.

Conforme a PF, a Odebrecht teve acesso ao edital 463 dias antes do prazo final. Outras empreiteiras tiveram 45 dias para apresentar propostas. Entre os suspeitos de participar do arranjo, Geraldo Julio (PSB-PE), Paulo Câmara (PSB-PE) e Fernando Bezerra (PSB-PE) – ocupantes dos cargos de prefeito do Recife, governador de Pernambuco e senador em 2015. Todos auxiliares do governador Eduardo Campos (PSB-PE) em 2008, quando se decidiu construir o estádio.

Dos R$ 8,4 bilhões gastos com estádios para a Copa do Mundo, R$ 3,8 bilhões vieram de créditos do BNDES. Três estádios tiveram obras bilionárias. O Mané

Garrincha, em Brasília, custou R$ 1,4 bilhão – orçamento inicial de R$ 745 milhões. O Maracanã, no Rio, R$ 1 bilhão – previsão de R$ 600 milhões. E a Arena Corinthians, em São Paulo, outro R$ 1 bilhão – estimativa de R$ 820 milhões. Neste caso, a Prefeitura deu R$ 400 milhões em incentivos. O então prefeito paulistano, Gilberto Kassab (PSD-SP), virou ministro das Cidades de Dilma Rousseff.

Relatório da PF revelou interceptação de conversa telefônica entre Lula e Alexandrino Alencar, diretor da Odebrecht. Diálogo de 15 de junho de 2015, quatro dias antes da prisão do executivo, monitorado pela Lava Jato. Lula fez a ligação. Falaram por três minutos e 42 segundos. O ex-presidente quis saber sobre o resultado de um seminário do jornal Valor Econômico, no qual Marcelo Odebrecht defendera a política de empréstimos do BNDES.

Em seguida, Lula informou que o economista Delfim Netto publicaria artigo no mesmo jornal, para abordar pontos positivos das operações do BNDES. Como se sabe, a Odebrecht bancou viagens e palestras de Lula em países nos quais realizou obras com financiamento do BNDES. Alencar tocou no assunto e referiu-se a Paulo Okamoto. Do diálogo:

> — Eu conversei hoje com o Paulo, pra gente acertar o posicionamento nosso junto com o de vocês, tá? Combinado?
>
> — Tá bom, tá bom. Um abraço, meu irmão. Tchau.

A ninhada tem fome

Ao depor à PF, Luiz Eduardo Oliveira e Silva, irmão de José Dirceu (PT-SP), admitiu que recebeu R$ 30 mil por mês de Milton Pascowitch a partir de 2012. O lobista teria pago de forma espontânea, para ajudá-lo nas despesas. Posteriormente fariam um acerto. Com a primeira prisão de Dirceu em 2013, Luiz Eduardo pediu a suspensão dos pagamentos.

Para Roberto Podval, advogado de Dirceu, não era propina. Conforme a explicação, a Jamp, de Pascowitch, tinha contrato com a JD, de Dirceu. E Luiz Eduardo, coitado, estava sem dinheiro:

> — Milton fica amigo do Zé Dirceu, vê o Luiz Eduardo sem dinheiro e empresta. Não há nenhum mensalão nisso.

Após a prisão do irmão, Luiz Eduardo procurou a OAS. Queria a contratação da Doppio Serviços de Informação, para ajudar Dirceu. O dono da firma, jornalista Luiz Rilla, era assessor de imprensa do ex-ministro. A OAS assinou contrato. Rilla garantiu que não entregou dinheiro a Dirceu.

A PF também prendeu Roberto Marques, o Bob, assessor de Dirceu. Recebia R$ 30 mil mensais. Buscava o dinheiro vivo, em envelopes, na JD. Mas apenas por cerca de cinco meses, em 2011. Justificativa: pais doentes. Ao depor disse crer que possuía comprovantes dos gastos com os pais.

Bob trabalhava com Enio Tatto (PT-SP). Dono de firma de contabilidade com a

mulher, o deputado teria recebido R$ 1,1 milhão da JD entre 2009 e 2014. Outro suspeito, Pablo Kipersmit, da Consist Software. Depositou R$ 15 milhões na Jamp. Delator, Pascowitch disse que repassou R$ 10 milhões a João Vaccari Neto, tesoureiro do PT.

Prenderam o ex-vereador de Americana (SP) pelo PT, Alexandre Romano, o Chambinho, em 13 de agosto de 2015. A PF fez buscas no escritório do advogado Guilherme Gonçalves, o Guilherme do PT, em Curitiba. Suspeito de receber R$ 7,2 milhões da Consist. Não haveria justificativa para os repasses. A Consist prestava serviços indiretos ao Ministério do Planejamento desde 2010. Gonçalves era ligado a Paulo Bernardo (PT-PR), ex-ministro do Planejamento (governo Lula) e das Comunicações (governo Dilma Rousseff). Também se dava com a mulher de Bernardo, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), ex-ministra da Casa Civil de Dilma Rousseff.

O juiz Sérgio Moro encaminhou relatório ao Supremo Tribunal Federal com indícios de "pagamentos sem causa" a Gleisi. Ela teria se beneficiado de R$ 50 mil, procedentes do escritório de Gonçalves. Entre as suspeitas, a quitação de uma multa de R$ 1.344,51 e pagamentos a Hernany Bruno Mascarenhas, seu motorista, e a Zeno Minuzzo, funcionário do PT.

Havia a indicação de que Bernardo autorizara repasse de R$ 50 mil, da Consist a Gonçalves. Trouxe desconfiança. Não eram honorários, pois havia o "de acordo" do ex-ministro. Suspeitaram de débitos de "despesas urgentes" de clientes, porque não ocorreram ressarcimentos ou cobranças.

Romano teria usado o escritório de Gonçalves para distribuir propina. Acusaram-no de intermediar contrato sem licitação para fornecer *software* de gestão de crédito consignado a funcionários federais. R$ 52 milhões do contrato, em cinco anos, teriam sido desviados a empresas de consultoria, informática e advocacia. Tudo simulado. Romano receberia R$ 40 milhões.

Gonçalves prestou assessoria às campanhas eleitorais de Gleisi e serviços a Bernardo. Advogou para o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), filho de Dirceu, e para a Itaipu Binacional, com "consultoria eleitoral". Segundo a PF, a viúva do ex-secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, falecido em 2013, beneficiou-se do esquema.

Conforme a Lava Jato, os repasses de propina passaram de Romano a Milton Pascowitch em 2011. Ele confessou intermediação de comissões. Envolveu Pablo Kipersmit, da Consist, e João Vaccari Neto, tesoureiro do PT. Próximo de Dirceu, Romano trabalhou em assessoria de comissão presidida por Jilmar Tatto (PT-SP) na Câmara dos Deputados. Em depoimento, disse que Paulo Ferreira, tesoureiro do PT, o procurou para pedir repasses ao escritório Portanova. Segundo Romano, Ferreira – o sucessor de Delúbio Soares, tesoureiro petista condenado pelo STF no mensalão – sabia do contrato com a Consist. Romano registrou em seu depoimento:

> "Ajudou Paulo Ferreira de forma 'pessoal' e que solicitou a ele que indicasse uma pessoa jurídica para quem pudesse emitir a nota fiscal."

Romano citou Luiz Gushiken (PT-SP), ex-ministro das Comunicações de Lula, afastado em 2005 em decorrência do mensalão. De acordo com Romano, Gushiken, morto em 2013, indicou-lhe Vaccari, sucessor de Ferreira, como beneficiário das comissões da Consist, a partir de 2010.

Romano negou repasses ilegais a Vaccari. Admitiu ter recebido da Consist a partir de agosto de 2010, mas por conta dos contratos entre a Associação Brasileira de Bancos e o Sindicato das Entidades Abertas de Previdência Privada, à qual Gushiken prestava consultoria.

Ao que parece, Gushiken não embolsou a propina. Mas sugeriu que o dinheiro sujo fosse encaminhado a Vaccari. Qual a diferença?

Aparentemente alheia, Dilma Rousseff decidiu nomear Bernardo para a direção-geral de Itaipu Binacional. O Palácio do Planalto divulgou a notícia quatro dias após a operação da PF. Bernardo não assumiu o cargo.

Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes pediu a abertura de investigação sobre a campanha que reelegeu Dilma Rousseff em 2014. Suspeitava que a presidente se beneficiou dos desvios na Petrobras. Também ministro do STF, apresentou levantamento segundo o qual o PT recebeu doações de R$ 172 milhões de 2010 a 2014, de sete empreiteiras investigadas. De seu pedido à Procuradoria-Geral da República:

> "As doações contabilizadas parecem formar um ciclo que retirava os recursos da estatal, abastecia contas do partido, mesmo fora do período eleitoral, e circulava para as campanhas eleitorais."

Rodrigo Janot, procurador-geral da República, foi contra a investigação.

Lula blinda esquema

Com dados da Lava Jato, o Tribunal de Contas da União concluiu que, do R$ 1,46 bilhão pago pela Petrobras na Refinaria Abreu e Lima, consórcio da Camargo Corrêa e CNEC Engenharia só fazia jus a R$ 785 milhões. Ou seja, embolsaram R$ 673 milhões. O TCU abriu processo para cobrar devolução.

Com permissão do juiz Sérgio Moro, técnicos do TCU compararam gastos da Petrobras com o custo real dos serviços e obras em Abreu e Lima. No caso dos pagamentos a trabalhadores terceirizados, o consórcio cobrou quase quatro vezes o preço de referência da Petrobras. Sem contestação. O contrato e 16 aditivos somaram R$ 3,8 bilhões.

Interessante notar que, ao apontar indícios de irregularidades em Abreu e Lima, o TCU sugeriu ao Congresso Nacional a paralisação das obras. Lula vetou a medida em 2010. Distorções prosseguiram. De 190 itens analisados, suspeitava-se de roubalheira em 185. Dois exemplos: a Petrobras pagou R$ 24,3 mil por tubulação

que custou R$ 4,3 mil; o aluguel de um compressor, de R$ 70,00, saiu por R$ 9.684,00.

Lula teria blindado o esquema fraudulento.

Auditoria do TCU detectou sobrepreços de R$ 406 milhões na construção da Base Naval e do Estaleiro da Marinha em Itaguaí (RJ). Obra da Odebrecht para fabricar quatro submarinos convencionais e um de propulsão nuclear até 2025. Valor dos contratos, em 2008: R$ 4,9 bilhões. O TCU constatou pagamentos de R$ 6,1 bilhões, até agosto de 2015. A estimativa final, com alterações de projeto e aditivos, elevaria os custos a R$ 7,8 bilhões.

O programa dos submarinos fazia parte de parceria entre o Brasil e a França, autorizada por Lula. A francesa DCNS contratou a Odebrecht, sem licitação, para executar os serviços. O almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva foi um dos mentores do acordo. Após sua prisão, pediu demissão da Eletronuclear.

A Camargo Corrêa admitiu ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) participação no cartel que fraudou a Petrobras. Concordou em pagar multa de R$ 104 milhões – R$ 101,6 milhões da empreiteira, mais R$ 1,2 milhão de Dalton dos Santos Avancini, ex-presidente, e R$ 1,2 milhão de Eduardo Leite, ex-vice-presidente. Concluiu-se um TCC (Termo de Compromisso de Cessação de Prática) em 17 de agosto de 2015. A empresa prontificou-se a passar informações sobre o "clube vip", do qual fazia parte com Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, UTC e Queiroz Galvão.

A Camargo Corrêa devolveria mais R$ 700 milhões à Petrobras, Eletronuclear e Eletrobras. Compensaria prática de cartel, licitações fraudulentas, corrupção e lavagem de dinheiro em obras em Abreu e Lima, Usina Nuclear de Angra 3 e Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O acordo de leniência, espécie de delação premiada da empresa, tornou-se o maior do gênero já assinado no Brasil, até aquela data. Os R$ 700 milhões garantiriam imunidade a demais executivos da Camargo Corrêa. Ou seja, todos ficariam livres de eventuais acusações no futuro. Conveniente.

As investigações da Lava Jato já haviam proporcionado a recuperação de R$ 1,8 bilhão. Além dos R$ 804 milhões da Camargo Corrêa, os maiores valores vieram de Pedro Barusco (R$ 338 milhões), Júlio Faerman (R$ 188 milhões), Paulo Roberto Costa (R$ 90 milhões), Ricardo Pessoa (R$ 50 milhões), Alberto Youssef (R$ 50 milhões), Julio Camargo (R$ 40 milhões) e da empresa Toyo Setal (R$ 15 milhões).

O juiz Sérgio Moro acatou em 10 de agosto de 2015 denúncia do MPF contra Jorge Luiz Zelada e cinco suspeitos de corrupção. Conforme a Lava Jato, os seis embolsariam US$ 31 milhões em troca do afretamento irregular do navio-sonda Titanium Explorer em 2008, um contrato de US$ 1,8 bilhão. Brigas na hora de dividir a propina reduziram-na a US$ 20,8 milhões.

Segundo a acusação, Zelada, diretor Internacional, e Eduardo Musa, gerente da Petrobras, ficaram com a maior parte. A dupla facilitou a contratação da norte-

americana Vantage Drilling, dona do navio-sonda. US$ 10 milhões teriam engordado o PMDB. Zelada teria de explicar como juntou 10,3 milhões de euros, interceptados em duas contas secretas da Rockfield Internacional – dinheiro depositado no banco Julius Baer, em Mônaco. Responderiam por corrupção passiva e lavagem de dinheiro João Augusto Rezende Henriques, ex-executivo da Petrobras, suspeito de intermediar propina ao PMDB, e Raul Felippe Júnior, sócio de Zelada.

O chinês Hsin Chi Su, representante da Taiwan Maritime Transportation, e Hamylton Padilha, que optou delatar, foram denunciados por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Dono de firma em Belize que intermediava repasses a contas na Suíça, Padilha aceitou pagar R$ 70 milhões de multa. Como se vê, crescia a recuperação das cifras desviadas no petrolão.

Em palestra no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, Sérgio Moro defendeu mudança no processo penal para permitir a prisão de condenados após a primeira instância, o que tornaria excepcional a liberdade em fase de recursos. Do juiz:

> — No Brasil, vinculamos a presunção de inocência ao trânsito em julgado do processo, e tem homicidas confessos que ficam dez anos sendo julgados em liberdade.

Para o magistrado, o excesso de recursos gera uma cultura de impunidade:

> — Existem casos criminais em que a prova incriminatória é esmagadora, mastodôntica, com a responsabilidade demonstrada, e o réu insiste em ir até o final do processo, apostando na impunidade.

No rastro da Lava Jato, o STF autorizou, em fevereiro de 2016, a prisão de condenados em decisões colegiadas, em segunda instância, independentemente dos recursos. Duro golpe nas chicanas protelatórias. Histórico.

Delinquência institucional

A Justiça Federal do Paraná condenou Nestor Cerveró, Fernando Soares e Julio Camargo pela contratação de dois navios-sonda. O negócio envolveu o estaleiro da Samsung Heavy Industries, da Coreia do Sul. Decisão da Justiça em 17 de agosto de 2015. Demonstrou-se o pagamento de US$ 15 milhões à Diretoria Internacional da Petrobras, sob o comando de Cerveró.

Soares, o Fernando Baiano, teria intermediado pagamentos a Cerveró. Camargo, representante do estaleiro, delatou o esquema. Representante do PMDB no esquema, Baiano foi condenado a 16 anos, um mês e dez dias de reclusão. Cerveró, sentenciado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, pegou 12 anos, três meses e dez dias. Camargo, cinco anos em regime aberto, além de prestar 30 horas de serviços comunitários por mês.

O juiz Sérgio Moro definiu em R$ 54,4 milhões a indenização por danos à Petrobras, valor equivalente à propina depositada por Camargo em contas indicadas

por Baiano. O operador do PMDB encontrou-se 66 vezes com Cerveró na sede da estatal. Ambos estavam presos no Paraná.

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça rejeitaram os pedidos de liberdade de Baiano, Cerveró e Renato Duque em 18 de agosto de 2015. Para o ministro Celso de Mello, do STF, o petrolão era uma nódoa indelével, afetando o caráter e o perfil da política nacional:

> "Este processo parece revelar um dado absolutamente impressionante e profundamente preocupante. O de que a corrupção impregnou-se no tecido e na intimidade de alguns partidos e instituições estatais, transformando-se em conduta administrativa, degradando a própria dignidade da política, fazendo-a descer ao plano subalterno da delinquência institucional."

Ao depor à Procuradoria-Geral da República, em março de 2015, Camargo afirmou que Baiano representava Michel Temer (PMDB-SP), vice-presidente da República; Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado; e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados. Os três formavam uma "irmandade" para lidar com assuntos da Petrobras. Do relatório sobre a delação de Camargo:

> "Na área interna, o depoente negociava diretamente com Paulo Roberto Costa. Fernando Soares – era corrente – que representava o PMDB. Depois o PMDB também 'entrou para fortalecer' Paulo Roberto Costa. Ambos então 'ficaram muito fortes'. Fala-se de Renan Calheiros, Eduardo Cunha, Michel Temer, José Carlos Bumlai (que seria muito amigo do ex-presidente Lula)."

Em 20 de agosto de 2015, Rodrigo Janot denunciou Eduardo Cunha e o senador Fernando Collor (PTB-AL). Houve ampla repercussão. Acusou-os de participar da corrupção na Petrobras e pediu ao STF que os investigasse.

Na denúncia contra Cunha e a então deputada Solange de Almeida (PMDB-RJ), pedido de devolução de US$ 80 milhões – US$ 40 milhões embolsados por práticas de corrupção e US$ 40 milhões por danos à administração pública e à Petrobras. Cunha, acusado de receber US$ 5 milhões em negociata para a contratação de dois navios-sonda entre 2006 e 2012. Solange, de pressionar empresas para que pagassem comissões ilegais.

Os navios-sonda Petrobras 10000 e Vitória 10000 foram contratados do estaleiro Samsung em 2006 e 2007, sem licitação. Para forjar aparência legal, a coreana celebrou dois contratos com a Piemonte, de Camargo. Da Piemonte o dinheiro passou por Baiano e chegou até Cunha e Cerveró.

A Samsung transferiu US$ 40,3 milhões à Piemonte, com sede no Uruguai, em cinco parcelas. Parte seguiu a outras contas no exterior, indicadas por Baiano. Cunha foi acusado de lavagem de dinheiro. A Procuradoria-Geral da República citou

repasse de R$ 375 mil da Piemonte e da Treviso, outra firma de Camargo, para Igreja Evangélica Assembleia de Deus, ligada a Cunha.

Conforme a denúncia, "Eduardo Cunha ocultou e dissimulou a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de valores provenientes, direta e indiretamente, do crime contra a administração, mediante o recebimento fracionado de valores no exterior, em conta de empresas *offshore* e por meio de empresas de fachada, mediante simulação de contratos de prestação de serviços".

Solange entrou na história em 2011, após a Samsung interromper repasse de propina a Camargo. A deputada apresentou petições orientada por Cunha, "o verdadeiro autor dos requerimentos, material e intelectual". Solicitou informações sobre Camargo, Samsung e o grupo japonês Mitsui, envolvido na negociata. Em 2012, ela foi eleita prefeita de Rio Bonito (RJ).

Para a PF, Solange agiu como testa-de-ferro. Do depoimento da deputada:

> "Não conhece o grupo Mitsui nem nada sabe a seu respeito, lembrando apenas que tinha algo a ver com sondas."

A pressão deu certo. A Samsung retomou os pagamentos em setembro de 2011, após reunião entre Camargo, Cunha e Baiano – os últimos tidos como "sócios ocultos". A Procuradoria-Geral da República descreveu parte da reunião. Cunha reclamou com Camargo. Faltava acertar US$ 15 milhões:

> "Acontece que o Fernando não me paga porque diz que você não o paga. Como o Fernando não tem capacidade de me pagar, eu preciso que você me pague."

Camargo tentou justificar, mas Cunha foi irredutível:

> "Eu não sei da sua história e nem quero saber. Eu tenho um valor a receber do Fernando Soares e que ele atrelou a você."

E acrescentou:

> "Eu ainda tenho a receber US$ 5 milhões de dólares em relação a este pacote."

Na denúncia contra Collor, Janot acusou-o de embolsar R$ 26 milhões de 2010 a 2014 em contrato de troca de bandeira de postos de combustível da BR Distribuidora e em contrapartidas a contratos entre a BR e a UTC.

A acusação detalhou lavagem de dinheiro. Tratou da compra de carros de luxo e da entrega de dinheiro vivo. Apontou o uso de pessoas físicas e de empresas como a TV Gazeta de Alagoas, jornal Gazeta de Alagoas e Água Branca Participações, uma firma de fachada.

Collor teria cometido 300 práticas criminosas, como empréstimos fictícios de R$ 9,6 milhões à Água Branca entre 2011 e 2013. No período, conforme dados da Receita Federal, a movimentação financeira da Água Branca, que não tinha

empregados nem sede, foi de apenas R$ 463 mil.

Pragmático, Lula mostrou-se cauteloso ante à denúncia contra Cunha, principal adversário de Dilma Rousseff, ameaçada de *impeachment*. O presidente da Câmara mantinha forte influência suprapartidária, em particular sobre a bancada BBB – Boi, Bala e Bíblia. Liderava deputados do setor ruralista, defensores de métodos fortes de repressão policial e do grupo evangélico. Lula achou que, fragilizado, Cunha negociaria com o PT. Rui Falcão, presidente do partido, deu o recado:

— Não queremos prejulgar ninguém.



LUCROS ESCORCHANTES

Acesso irregular a estimativas de preço precedeu 'disputas' na BR Distribuidora

Ao autorizar o início da construção do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) em 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que a refinaria de insumos petroquímicos e a unidade de refino de combustíveis, de US$ 6,5 bilhões, entrariam em operação em 2011. No mundo real, as obras foram paralisadas em 2015. Faltavam US$ 4,3 bilhões para concluir a primeira fase. Estimava-se que os serviços não ficariam prontos antes de 2020, por ao menos US$ 30,5 bilhões.

A Lava Jato tornou fiasco o discurso nacionalista de Lula. Tudo não passou de um tremendo esquema de corrupção. Criada pela Petrobras, a Sete Brasil, por exemplo, ficou responsável por 28 navios-sonda de exploração do pré-sal. Para nosso orgulho, se tornaria a maior fretadora desse tipo de plataforma no mundo. Em 2015, as dívidas de R$ 14 bilhões diminuíram os navios-sonda de 28 para 19 – e apenas 15 seriam contratados diretamente. A Sete Brasil reduziria de sete para cinco sua capacidade de operá-los. E isso, se sobrevivesse ao déficit e à complicada conjuntura econômica.

A crise encolheu a Petrobras. Ao vender ativos, a estatal se impôs uma privatização branca – não assumida. Um plano de negócios a levaria a abrir mão de participações em campos de petróleo, gasodutos, distribuidoras de gás e na BR Distribuidora. Em contrapartida, obteria US$ 15 bilhões até o final de 2016. Haveria corte de outros US$ 12 bilhões até 2019. Decidiu-se limitar viagens ao exterior, eventos, veículos oficiais e outras mordomias.

Rombo enorme. O Tribunal de Contas da União identificou prejuízo parcial de R$ 1,27 bilhão em obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR). Relatório técnico responsabilizou o ex-presidente José Sérgio Gabrielli (PT-BA) e altos dirigentes como Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Pedro Barusco. Conforme o levantamento de agosto de 2015, contrataram empreiteiras por valores 20% acima do teto. Restrições à competição constituíam espécie de "estratégia corporativa" nas licitações.

Em depoimento à Lava Jato, Barusco envolveu a inglesa Rolls-Royce. Acusou-a de pagar propina em troca de contrato para fornecer módulos de geração de energia à Petrobras. O jornal inglês The Guardian publicou em 31 de agosto de 2015 que a multinacional decidiu cooperar com as investigações. Júlio Faerman, já citado como operador da holandesa SBM Offshore, teria intermediado a entrega de comissões ilegais da Rolls-Royce.

Auditoria na BR Distribuidora apontou direcionamento em quatro licitações

realizadas em 2010, no valor de R$ 574 milhões. Todas vencidas pela UTC Engenharia, que pagou R$ 20 milhões para dispor de acesso prévio a estimativas de preços. Isso garantiu os meios para apresentar as melhores propostas e ganhar as concorrências. Os preços das obras subiriam irregularmente, aumentando os lucros de Ricardo Pessoa, dono da UTC.

Segundo a auditoria, a BR substituiu cinco construtoras convidadas para as "disputas". Deu preferência à Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Skanska Brasil e MPE Participação, com as quais a UTC se entendia melhor, em detrimento da Alusa Engenharia, Ecman Engenharia, Montclam Montagens Industriais, Niplan Engenharia e NM Engenharia, todas desconvidadas. Ao menos 30 empresas poderiam concorrer, mas só dez participaram.

José Lima de Andrade Neto assumiu a Presidência da BR em agosto de 2009. Veio da Secretaria de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, sob comando de Edison Lobão (PMDB-MA). Passara pela Petroquisa, vinculada à Diretoria de Abastecimento, de Paulo Roberto Costa. Andrade Neto nomeou José Zonis e Luiz Sanches como diretores de Operações e de Rede de Postos da BR – indicações de Fernando Collor (PTB-AL). Já faziam parte do alto escalão da BR Nestor Cerveró, transferido da Diretoria Internacional da Petrobras, e Andurte de Barros Duarte Filho, da cota do PT.

A UTC venceu as licitações para construir tanques de distribuição de combustíveis em Cruzeiro do Sul (AC) e em Porto Nacional (TO) por R$ 230,7 milhões e R$ 166,8 milhões, respectivamente. E ganhou a ampliação dos terminais de Duque de Caxias (RJ) e do Cais Flutuantes da Amazônia, que custaram R$ 51,5 milhões o primeiro e R$ 125 milhões, o segundo.

Ao depor à Justiça Federal em Curitiba, em 3 de setembro de 2015, Ricardo Pessoa admitiu pagamento de propina nos contratos referentes a obras no Comperj e nas refinarias Abreu e Lima e Presidente Getúlio Vargas. Afirmou que Barusco foi seu primeiro contato na Diretoria de Serviços, dirigida por Renato Duque. E mencionou o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto:

> — Depois, o próprio Duque me procurou e começou a dizer que eu tinha que fazer contribuições políticas, que essas contribuições teriam que ir através do Vaccari.

O juiz Sérgio Moro pediu a Pessoa para confirmar se as "contribuições" faziam parte do acordo de propina. Do empresário:

> — Sim, como parte, mais claro impossível. Eu depositava oficialmente numa conta do Partido dos Trabalhadores.

O dono da UTC explicou:

> — Eu paguei para o Pedro Barusco. Renato Duque sempre me encaminhou para o senhor João Vaccari. Eu nunca dei propina na mão do

senhor Renato Duque. Era sempre encaminhado o assunto para o senhor João Vaccari.

O pagamento de suborno minimizou a concorrência nos contratos do Comperj, Abreu e Lima e Presidente Getúlio Vargas, todas obras de porte da Petrobras. Com a Odebrecht, a UTC venceu as disputas no Comperj e na Getúlio Vargas. Valiam R$ 7,5 bilhões. Perdeu em Abreu e Lima. De Pessoa, ao tratar do funcionamento do cartel na obra em Pernambuco:

— Nós não ganhamos, mas também não fizemos esforço para ganhar.

Havia um pacto de não agressão, o que não garantia bons resultados em 100% das "disputas". Existiam "aventureiros". Do dono da UTC:

— Nós tínhamos a segurança de 70% a 80%. Eu tive duas ou três grandes surpresas.

Os acertos miravam obras maiores. Pessoa participou de cerca de 20 reuniões do cartel a partir de 2005:

— No pacote do Comperj, por exemplo, dos 60 contratos que a Petrobras lançou, só oito ou dez fizeram parte desses entendimentos. Só nos grandes pacotes onde os grandes consórcios foram lançados. No restante, não.

Além de subornar a Diretoria de Serviços, a UTC deu propina à Diretoria de Abastecimento, ligada ao PP. Pessoa repassou menos de 1% dos contratos:

— Ninguém pagava 1% de cada fatura, pelo menos eu não pratiquei isso.

Segundo o empresário, a boa política mandava honrar os pagamentos das comissões. Caso contrário, os contratos corriam risco de interrupção:

— Não era a minha opção. Era a regra do jogo.

Quem quer trabalhar 'colabora'

No Maranhão a Polícia Civil indiciou José Abreu, ex-secretário da Casa Civil da governadora Roseana Sarney (PMDB), suspeito de embolsar R$ 3 milhões para facilitar o pagamento de um precatório da ordem de R$ 120 milhões à Constran, controlada pela UTC. O arranjo levou Alberto Youssef a São Luís em 17 de março de 2014, no dia em que a Lava Jato foi deflagrada.

Rafael Ângulo Lopez e Adarico Negromonte também foram indiciados sob a acusação de transportar quantias ao esquema no Maranhão. Ambos fizeram três viagens a São Luís para transportar dinheiro vivo. Abreu reclamou que R$ 1 milhão não havia sido entregue. Youssef deslocou-se à capital maranhense a fim de resolver o problema. Foi preso pela Lava Jato.

Em depoimento à Justiça Federal, Lopez disse ter entregue R$ 200 mil por mês ao

ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE) entre 2007 e 2014. Chefe das "mulas" de Youssef, carregava dinheiro nas pernas, dentro de meiões de futebolistas. Pagou Corrêa no escritório de Youssef em São Paulo, na casa do político no Recife e em seu apartamento funcional em Brasília.

Conforme denúncia do Ministério Público Federal, Corrêa "recebeu para si, direta e indiretamente, a quantia aproximada de R$ 35,4 milhões, correspondente a 118 repasses de R$ 300 mil mensais, no período de 14 de maio de 2004 a 17 de março de 2014, pulverizados e estruturados em valores menores, acrescida de uma quantia de R$ 5,3 milhões paga no primeiro semestre de 2010, o que totaliza a soma de R$ 40,7 milhões de vantagem indevida". Corrêa estava preso em Curitiba.

A PF indiciou Cândido Vaccarezza (PT-SP), ex-líder dos governos Lula e Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Acusou-o de receber propina em seu apartamento. A denúncia não mencionou a quantia, apenas que Youssef entregou o dinheiro a pedido de Paulo Roberto Costa, o Paulinho. Na mesma leva a PF indiciou os deputados Vander Loubet (PT-MS) e Nelson Meurer (PP-PR), acusados de embolsar propina. Loubet teria engordado R$ 1 milhão de Youssef por determinação de Pedro Paulo Leoni Ramos. E Nelson Meurer outro R$ 1,6 milhão, oriundo do esquema na Diretoria de Abastecimento. Loubet era suspeito de usufruir de R$ 274 mil provenientes da Arbor, empresa controlada por Meire Bonfim Poza, ex-contadora de Youssef. O dinheiro quitou dívidas da campanha do deputado à Prefeitura de Campo Grande em 2012, além de despesas contraídas por sua mulher.

Em relatório ao Supremo Tribunal Federal, a PF recomendou o afastamento do senador Benedito de Lira (PP-AL) e de seu filho, Arthur Lira (PP-AL). Presidente da Comissão de Justiça, a mais importante da Câmara dos Deputados, Arthur de Lira fazia parte da "tropa de choque" do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A PF apontou indícios de que pai e filho cometeram crimes de corrupção passiva. Teriam recebido dinheiro de Youssef no esquema da Petrobras.

A Procuradoria-Geral da República denunciou em 4 de setembro de 2015 Benedito de Lira, Arthur Lira e o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE), um aliado do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Pai e filho foram acusados de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Receberam doações eleitorais oficiais, supostamente com recursos do petrolão.

Após telefonar a Ricardo Pessoa e se dirigir ao escritório do empresário em São Paulo, Arthur Lira, "de maneira bastante incisiva", pediu R$ 1 milhão. Na delação premiada do dono da UTC, a abordagem de Arthur Lira:

> "Você está trabalhando na Petrobras e, para continuar assim, deverá continuar colaborando."

Em reunião marcada por Youssef, Benedito de Lira pediu dinheiro a Pessoa. O doleiro autorizou descontar a "doação" dos acertos na Petrobras. Youssef funcionava como banqueiro da corrupção, alimentado com dinheiro roubado. Do depoimento de

Pessoa:

> "Após Benedito de Lira pedir o dinheiro para campanha, Alberto Youssef disse, na frente de Benedito de Lira: 'Você pode pagar a ele e descontar de mim'."

Benedito de Lira e Arthur Lira foram denunciados por receber R$ 2,6 milhões em propina – R$ 1,4 milhão de Pessoa e R$ 1,2 milhão de Youssef. Além da devolução dos R$ 2,6 milhões, o procurador-geral, Rodrigo Janot, pediu R$ 5,2 milhões para reparar danos ao erário. Segundo a denúncia ao STF, os Lira transformaram dinheiro ilegal em doações eleitorais:

> "O sistema eleitoral foi usado como instrumento de ocultação e dissimulação da natureza, da origem, da localização, da disposição, da movimentação e da propriedade de valores provenientes direta ou indiretamente de infração penal."

Aníbal Gomes enroscou-se ao informar que doou a si próprio R$ 207 mil na campanha para deputado em 2014. Questionado pela PF em agosto de 2015 sobre o motivo de guardar dinheiro vivo dentro de casa, alegou que a metade veio de contribuições de amigos e parentes. Em 2010 declarou à Justiça Eleitoral manter R$ 1,5 milhão em casa. Na eleição seguinte, em 2014, o valor subiu a R$ 1,8 milhão. Questionado mais uma vez, admitiu não saber a origem. Disse que possuía, "efetivamente", R$ 200 mil.

O patrimônio assumido de Gomes evoluiu de R$ 300 mil em 2006 para R$ 6,8 milhões, em 2010. O deputado afirmou que só seu contador, de nome Tim, poderia explicar o crescimento vertiginoso dos bens. Disse que o contador trabalhava para ele havia 20 anos, mas não sabia seu sobrenome.

Presidente do Senado, Renan Calheiros disse à PF que sua relação com Gomes era protocolar. Admitiu ter recebido Paulo Roberto Costa a pedido de Gomes. Informou que Olavo Calheiros, seu irmão, o apresentou a Gomes entre 2009 e 2010. Este, por sua vez, afirmou que conhecia Calheiros desde 1995 ou 1996. Afinal, o que é a diferença de 13 ou 15 anos?

De todo modo, os dois concordaram em seus depoimentos à PF que Rodrigo Calheiros, filho de Renan, trabalhou no gabinete de Gomes. Por solicitação do tio, Olavo Calheiros, um ex-deputado.

Codinome Tigrão

O almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletronuclear, foi indiciado pela PF. Acusado de lavagem de dinheiro, corrupção passiva e organização criminosa. Várias pessoas teriam participado do esquema de corrupção na Usina Nuclear de Angra 3, inclusive sua filha, Ana Cristina Toniolo, e o ex-presidente da Andrade Gutierrez Energia, Flávio David Barra.

O juiz Sérgio Moro acolheu denúncia do MPF e tornou-os réus em 3 de setembro

de 2015. A Aratec Engenharia, de Pinheiro da Silva, recebeu comissões ilegais de R$ 4,5 milhões da CG Impex (posteriormente CG Consultoria), JNobre, Deutschebras e Link Projetos. A Lava Jato pediu um confisco igual à propina. O juiz comparou os crimes em Angra 3 ao petrolão:

> — A conexão entre os crimes é óbvia, já que o mesmo cartel de empreiteiras que teria atuado na Petrobras estaria atuando na Eletronuclear praticando crimes similares.

A denúncia abrangeu contratos da Andrade Gutierrez e da Engevix de R$ 5 bilhões. Pinheiro da Silva foi acusado por 53 atos de corrupção. As empresas fatiaram obras em Angra 3. Ganharam contratos e aditivos em troca do pagamento de propina. Entre as irregularidades, duas décadas de repasses da Eletronuclear à Andrade Gutierrez por alojamentos vazios durante todo o período em que a obra ficou paralisada em Angra dos Reis (RJ).

Gerente de projetos da área de Defesa da Odebrecht, o capitão de mar e guerra da reserva Adolfo de Aguiar Braid teria envolvimento no "acordo anticompetitivo". Engenheiro nuclear, próximo do almirante Pinheiro da Silva, Braid foi diretor Industrial da Eletrobrás Equipamentos Pesados. Desde 2009 na Odebrecht, participou do projeto de R$ 20 bilhões para fabricar o primeiro submarino nuclear brasileiro.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao STF a abertura de novo inquérito para investigar o grupo ligado ao senador Fernando Collor (PTB-AL). Suspeitava de ações criminosas em licitações, peculato, lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Além de Collor, o procurador-geral citou Pedro Paulo Leoni Ramos, Cleverton Melo da Costa, Fernando Antônio da Silva Tiago e Luís Pereira Duarte de Amorim.

Em relação ao senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), Janot solicitou ao STF o arquivamento do inquérito que o investigava por corrupção no esquema da Petrobras. O ex-policial Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca, "mula" de Youssef, havia vinculado Anastasia, candidato ao Governo de Minas Gerais em 2010, à entrega de R$ 1 milhão. A PF contrapôs-se. Novas informações justificariam prosseguir as investigações. E-mail da funcionária pública mineira Vivianne Diniz Valim, enviado à presidente Dilma Rousseff, conteria dados sobre a casa de Tânia Campos, prima do senador Aécio Neves (PSDB-MG), aonde Careca teria levado o dinheiro.

Em depoimento à CPI da Petrobras, Renato Duque admitiu pela primeira vez pagamentos de propina. O ex-diretor de Serviços estava frente a frente com Augusto Mendonça de Ribeiro Neto, que operou para a Toyo Setal. Durante a acareação, chamou-o de "ladrão de propinas". De Duque:

> — Ele recebeu dinheiro do consórcio para repassar propina. Não bate. Dos R$ 110 milhões que ele diz que recebeu para pagar propina, diz que

repassou só R$ 33 milhões. Ele roubou do consórcio.

Ao insistir na acusação, Duque mencionou o delator Julio Camargo:

— Os números não batem. É matemática. É pegar os R$ 33 milhões para o Julio Camargo. Mas recebeu R$ 110 milhões. Ele tem que explicar onde está o dinheiro.

O ex-diretor estava furioso. Delator, Ribeiro Neto disse que emissários de Duque se apresentavam como "Tigrão" para buscar propina:

— Era um codinome, não sei quem era. Foram pelo menos três pessoas com esse codinome Tigrão.

Em depoimento à Justiça Federal de Curitiba, em 10 de setembro de 2015, Ribeiro Neto reiterou que as doações oficiais ao PT ocultavam propina. Apresentou recibos de contribuições eleitorais. Entre os documentos, quatro declarações por escrito emitidas pelo Diretório Nacional do PT em 2010 – ano em que Dilma Rousseff foi eleita presidente da República. O partido atestou recebimento de R$ 500 mil repassados por Ribeiro Neto.

A gráfica Braspor, de Osasco (SP), virou alvo da Lava Jato porque teria repassado R$ 79 mil à LSI, controlada pelo ex-deputado André Vargas (ex-PT-PR), em 2013 e 2014. Os depósitos bancários seriam determinação da agência de publicidade Borghi Lowe, investigada por subcontratar serviços e ordenar repasses a Vargas.

A Braspor emitiu nota fiscal de R$ 350 mil para comprovar serviços à campanha de reeleição de Dilma Rousseff em 2014. Gasto não declarado na prestação de contas à Justiça Eleitoral. Dono da Braspor, Paulo dos Santos Gomes alegou que fez 35 mil peças com a imagem da presidente:

— Fico chateado por não ter recebido até hoje. Não é um valor pequeno.

O MPF pediu a condenação de Vargas por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Procuradores solicitaram o bloqueio de R$ 1,1 milhão e o pagamento de multa no mesmo valor para reparar danos. Leon Vargas, irmão do político, e o publicitário Ricardo Hoffmann também foram acusados de desvios na Caixa Econômica Federal e no Ministério da Saúde.

O governo Dilma Rousseff aplacou a crise ao liberar R$ 500 milhões em emendas parlamentares. O ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha (PMDB-RS), levou a boa notícia ao Congresso Nacional. Do ministro:

— Isso é dinheiro na veia da economia.

As emendas são tidas como matrizes para obras e serviços nos redutos eleitorais de deputados e senadores. Padilha mostrou-se eufórico:

— Já pagamos R$ 300 milhões, temos agora R$ 500 milhões e teremos mais.

Na prática, os recursos das emendas costumam virar mensalões que engordam os cofres secretos dos políticos. Eles se consideram donos do dinheiro. Exigem propina das empresas e entidades contratadas para executar obras e prestar serviços.

Show de bajulação

A CPI da Petrobras decidiu ouvir Marcelo Bahia Odebrecht, presidente da maior construtora do País, preso em Curitiba. Palhaçada! O grupo empresarial doou quase R$ 1 milhão a integrantes da CPI nas eleições de 2014, incluindo R$ 200 mil ao presidente, deputado Hugo Motta (PMDB-PB). O relator Luiz Sérgio (PT-RJ) qualificou-o de "jovem executivo de uma das mais importantes empresas brasileiras". Defendeu o papel da Odebrecht no crescimento do País e acordo de leniência para restabelecê-la. Altineu Côrtes (PR-RJ) conversou com empregados da empreiteira:

— Descreveram o senhor com um orgulho assim, que me marcou.

Odebrecht pediu desculpas a Bruno Covas (PSDB-SP) por não prestar informações sobre um ponto de sua defesa. Reação do deputado:

— Não precisa pedir desculpa, é um direito, não tem o que desculpar.

A pergunta de Valmir Prascidelli (PT-SP) e a resposta do empresário:

— O senhor acha adequada e correta a sua prisão, considerando que sempre se colocou à disposição da Justiça?

— Agradeço muito as perguntas que o senhor está fazendo, porque elas seriam as minhas respostas.

Do Delegado Waldir (PSDB-GO), após Odebrecht mencionar o pai, Emílio:

— Parabéns, eu também me orgulho muito do meu pai.

A revista Época denunciou viagem de Lula a Cuba em 2011. Divulgou telegramas diplomáticos para afirmar que o ex-presidente intercedeu em favor da Odebrecht. Em reunião com o presidente Raúl Castro, Lula teria garantido o apoio de Dilma Rousseff e do BNDES a obras no porto de Mariel.

A reportagem circulou em 29 de agosto de 2015, no mesmo dia em que Lula recebeu Jose Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, em São Bernardo do Campo (SP). Constrangido, Lula aplaudiu o discurso de Mujica, que afirmou:

— Não podemos mudar o mundo, mas podemos mudar a nós mesmos. Se começamos a mudar, sobretudo os que estão nos partidos, se entende que num partido não se ganha dinheiro, não se deve enriquecer.

Sobrinho da primeira mulher de Lula, Taiguara Rodrigues, proprietário da Exergia Brasil, da área de engenharia, foi contratado pela Odebrecht para prestar serviços em obra de ampliação de uma hidrelétrica em Angola.

Fundador do PT, o jurista Hélio Bicudo deixou o partido em 2005, inconformado

com o mensalão. Em 1º de setembro de 2015, apresentou pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Entre os motivos para afastá-la, a investigação da Lava Jato e a compra da Refinaria de Pasadena. Segundo o jurista, Lula era um dos responsáveis pela corrupção no Brasil:

> — Eu conheci Lula quando ele era operário. Mas ele caiu na política e hoje é riquíssimo. Conheci ele quando a casa dele não tinha o tamanho dessa sala. E hoje é milionário.

Para Bicudo, "o PT tornou-se ponto de partida para enriquecimento ilícito". O jurista refutou que a cassação de Dilma Rousseff fosse um golpe:

> — *Impeachment* não é golpe coisa nenhuma. É um processo legal, jurídico. Dizer que é golpismo é escapismo, é fazer discussão política de baixo nível.

Coitado! É vítima de fraquezas

O Conselho de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo, cassou a inscrição de José Dirceu como advogado. Considerou-o inidôneo. A decisão, em sessão secreta, ganhou as páginas dos jornais em 25 de agosto de 2015. Um total de 76 votos definiu o cancelamento do registro. Houve dois votos contra e duas abstenções. A OAB entendeu que condenação de Dirceu por corrupção, no caso do mensalão, em 2012, se equiparava a crime infamante.

Amigos de Dirceu divulgaram protesto nas redes sociais. Assinaram, entre outros, o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), e o senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Ambos investigados na Lava Jato. Outro apoiador, senador Paulo Rocha (PT-PA), foi personagem do mensalão. Da missiva:

> "As pessoas que conhecem sua história sabem, sim, das fraquezas do homem, do político e do ser humano, mas reconhecem seu valor na história e na luta pela redemocratização do País."

A PF apontou que Dirceu beneficiou-se de evolução patrimonial superior aos lucros da JD Assessoria e Consultoria. Segundo laudo de 20 de agosto de 2015, aquisições imobiliárias não transitaram nas contas bancárias:

> "As declarações de Imposto de Renda de José Dirceu referentes ao exercício de 2005 a 2013 apresentaram um patrimônio a descoberto, ou seja, evolução superior à sobra financeira, que representou, respectivamente, 473,65% e 111,32%."

De acordo com os peritos, Dirceu declarou que recebeu, na forma de lucros da JD, isentos de tributação, R$ 4.056.040,84. No mesmo período, porém, transferências bancárias da firma para o ex-ministro somaram R$ 1.051.140,63. A diferença, de R$ 3.004.900,21, não passou pelos bancos.

Dores de cabeça. A Lava Jato investigou a Manzolli Consultoria Comercial e

Empresarial, de Luiz Carlos Rocha Gaspar, amigo de Dirceu. Beneficiária de comissões pagas pelo laboratório EMS, com sede em Hortolândia (SP), à JD. Suspeitava-se de triangulação financeira entre as empresas. Relatório da PF indicou padrão nas movimentações. Entre setembro de 2009 e agosto de 2014, transferiu-se mensalmente R$ 140.775,00 da EMS à JD e, de forma subsequente, repassou-se R$ 52.556,00 à Manzolli. Nos cinco anos, o EMS injetou R$ 7,8 milhões na JD pelas "consultorias" de Dirceu.

Chamado a prestar depoimentos à PF e à CPI da Petrobras em 31 de agosto de 2015, Dirceu manteve-se em silêncio. No dia seguinte, com mais 13, foi indiciado por crimes relacionados ao petrolão. Acusado de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e formação de quadrilha. Movimentou R$ 59 milhões em propina. Suspeitava-se de R$ 84 milhões.

Entre os indiciados estavam João Vaccari Neto, Renato Duque, Luiz Eduardo de Oliveira Silva, irmão do ex-ministro, Roberto Marques, o Bob, ex-assessor de Dirceu, e Camila de Oliveira e Silva, filha do líder petista.

Para a PF, a JD recebeu dinheiro da Jamp Engenharia, de Milton Pascowitch. A Engevix, dona de contratos com a Petrobras, repassou R$ 12,5 milhões à Jamp. A JD embolsou R$ 500 mil mensais, entre 2010 e 2013, da Hope e da Personal, prestadoras de serviços à Petrobras. Supermensalão. Os irmãos Fernando e Olavo Moura, indiciados, intermediavam.

O delegado Márcio Adriano Anselmo afirmou que Dirceu manteve poder político após deixar o Governo Federal em 2005. Beneficiou-se de repasses, mesmo condenado pelo STF no julgamento do mensalão. Para o policial, a propina da Petrobras "custeava o núcleo criminoso que dirigia o País":

> — Uma estrutura criminosa sistêmica foi inserida no seio estrutural do Governo Federal.

Vaccari teria arrecadado R$ 25 milhões por intermédio de Pascowitch. A PF indiciou Gerson Almada e Cristiano Kok, executivos da Engevix; José Adolfo Pascowitch, irmão de Milton; e Júlio César dos Santos, apontado como testa-de-ferro de Dirceu. Comentário de Lula, no dia do indiciamento:

> — Na vida, quando a gente comete erro a gente paga pelo erro. Temos defeitos, mas ninguém fez mais do que nós fizemos por este País.

Em outras palavras, Lula invocou a máxima do "rouba, mas faz".

Fotografia de jornal exibiu o sorriso amarelo de Dirceu em 3 de setembro de 2015. Ele segurava um saco plástico com seus pertences no momento da transferência da carceragem da PF, em Curitiba, para o Complexo Médico-Penal de Pinhais (PR), sua nova casa. Reportagem do jornal O Globo mostrou fotografias do casarão de Dirceu em Vinhedo (SP). Segundo a arquiteta Daniela Facchini, Milton Pascowitch pagou R$ 1,8 milhão pela reforma e decoração da propriedade. Delator,

ele afirmou que o dinheiro veio de propina da Engevix, em troca de obras na Petrobras.

A arquiteta apresentou lista de móveis comprados para a residência. Sofás, poltronas e mesas de centro da sala custaram R$ 140 mil. Persianas das janelas, R$ 31 mil. Cada pufe, R$ 4.300,00. A casa possuía duas suítes, sistema de TV com projeção de imagens em película no meio da sala, sala de reunião, terraço, *deck* na área externa e projeto paisagístico. Legalmente, o comprador foi Júlio César dos Santos, que repassou o imóvel ao ex-ministro por meio de um contrato de gaveta de R$ 100 mil. Dirceu atuou para a transação ficar oculta.



LAMAÇAL TÓXICO

Novíssima definição de um arranjo antigo: capitalismo de compadrio, no dizer do procurador da República

O Ministério Público Federal denunciou José Dirceu por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Depois de ser julgado e preso por envolvimento no escândalo do mensalão, acusaram o ex-ministro da Casa Civil, homem forte de Lula e do PT, de enriquecer com dinheiro desviado da Petrobras. Expectativa dos procuradores: uma condenação de até 30 anos.

A denúncia da Lava Jato, em 4 de setembro de 2015, citou 17 pessoas, inclusive o irmão de Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, e a filha, Camila Ramos de Oliveira e Silva. Outros denunciados: João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT; Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras; e Pedro Barusco, braço-direito de Duque e delator dos crimes.

Do procurador da República Roberson Pozzobon:

> — Os pagamentos a Dirceu eram uma espécie de retribuição reservada a ele pela indicação do diretor de Serviços.

Conforme a acusação, o esquema angariou R$ 59 milhões de 2004 a 2014. Dirceu e parentes embolsaram R$ 11,8 milhões de cinco contratos entre a Petrobras e a Engevix, mais propina repassada pela Hope RH, Personal Service e Multitek, prestadoras de serviços. As duas primeiras, contratadas pela Petrobras por R$ 6,4 bilhões, injetaram R$ 500 mil em comissões.

Demais denunciados: Roberto Marques, Júlio César dos Santos, Daniela Facchini, Fernando Moura, Olavo de Moura Filho, Gerson Almada, Cristiano Kok, José Antunes Sobrinho, Julio Camargo, Milton Pascowitch e José Adolfo Pascowitch. Do procurador Deltan Dallagnol:

> — A corrupção em larga escala desvirtua o exercício do poder. Devia ser exercido em benefício da população, mas é exercido em benefício dos próprios governantes e de pessoas influentes. O que a Lava Jato revela é o exercício de um governo em benefício de interesses particulares, de governantes que enriquecem e de um capitalismo de compadrio, em que alguns empresários que querem lucrar a qualquer custo se aproximam de pessoas com influência, de agentes públicos, para benefício mútuo de seus próprios bolsos, em prejuízo de toda a população.

Em outra investigação, Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia, confessou um extra de R$ 1,74 milhão à JD Assessoria e Consultoria, de Dirceu. “Ajuda” ao ex-ministro, depois de condenado no mensalão. Do termo de colaboração de Pessoa, no trecho em que menciona o irmão de Dirceu:

> "Como José Dirceu já estava envolvido com o processo do mensalão, Luiz Eduardo, em certa data, veio procurar o declarante pedindo um aditivo ao contrato."

Pessoa fez dois aditivos ao contrato entre a UTC e a JD firmado em 2012, no valor de R$ 1,48 milhão. Repassou novas parcelas, no total de R$ 1,74 milhão, em 2013 e 2014. Dirceu enfrentava dificuldades financeiras, segundo o irmão. Não houve prestação de serviços. O ex-ministro estava preso. Pessoa pensou que descontaria a "ajuda" das somas que enviava ao PT, por conta dos contratos na Petrobras. Enganou-se:

> "João Vaccari se negou a abater o valor total, mas aceitou que fosse descontada parcela do valor dos aditivos."

Dirceu decidiu cuidar de sua imagem em 2009. Deu R$ 2,1 milhões a jornalistas e empresas de comunicação até 2013. Pagou historiador e cineasta. Segundo o delegado Marcio Adriano Anselmo, da PF, a atividade da JD era "albergar uma esquadra de jornalistas voltados a polir a imagem do investigado e seu grupo político".

Julio Camargo complicou-se ao omitir em sua delação repasse de R$ 4 milhões a Dirceu e a venda de 30% de um avião Cessna ao ex-ministro, por R$ 1 milhão. Por sua vez, Dirceu incumbiu Milton Pascowitch de intermediar propina da Hope e da Personal, fornecedoras de mão de obra à Petrobras. Achava que Camargo embolsava parte de seu suborno.

Pascowitch, também delator, contou que Dirceu decidiu comprar o avião em 2011, quando o hostilizaram em aeroportos. Não havia mais condições de usar aviões comerciais. Desistiu do Cessna assim que jornalistas o descobriram. Pertencera a Ricardo Teixeira, o suspeito ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol. Negócio eivado de dúvidas.

A revista Época pôs lenha na fogueira na edição de 5 de setembro de 2015. Focou depoimento de Ricardo Pessoa, que acusou os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Edison Lobão (PMDB-MA) e Romero Jucá (PMDB-RR) de ratear R$ 4 milhões desviados das obras da Usina Nuclear de Angra 3.

Pessoa deu detalhes de jantar com Calheiros no Hotel Emiliano, em São Paulo, semanas antes das eleições de 2014. O político pediu R$ 1,5 milhão à campanha de Renan Filho (PMDB) ao Governo de Alagoas. Do empresário:

> "O declarante interpretou, da conversa com o senador Renan Calheiros, que havia um vínculo entre a assinatura do contrato de Angra 3 e as doações oficiais à campanha de Renan Filho."

O dono da UTC procurou Lobão orientado por Othon Luiz Pinheiro da Silva, presidente da Eletronuclear. O então ministro de Minas e Energia insistia que o acerto em torno de Angra 3 chegasse logo a bom termo. Queria a sua parte. Lobão

pediu 2% do contrato, mas ficou combinado R$ 30 milhões ao PMDB. Satisfez-se com o adiantamento imediato de R$ 1 milhão.

Pessoa reuniu-se com Jucá em três ou quatro jantares no Emiliano e no Fasano, em São Paulo. Em uma das ocasiões, o senador pediu R$ 1,5 milhão para a campanha do filho, Rodrigo Jucá, candidato a vice-governador de Roraima. Não mencionou Angra 3, mas o dono da UTC interpretou que a solicitação estava atrelada à obra em Angra dos Reis (RJ).

Salada mista na churrascaria

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), ex-governador de Rondônia, era suspeito de participar do petrolão. Em depoimento à PF, Othon Zanoide de Moraes Filho, diretor de Óleo e Gás da Queiroz Galvão, vinculou doações ao político a pedido de Alberto Youssef. A empreiteira repassou R$ 500 mil ao Diretório do PMDB de Rondônia, presidido por Raupp, e injetou R$ 200 mil na campanha do senador em 2010.

Moraes Filho surpreendeu-se com a solicitação de Youssef, tido como operador do PP. Ouviu do doleiro que havia interesse em ajudar o PMDB de Rondônia. Ildefonso Collares Filho, presidente da Queiroz, autorizou. Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento, deu sinal verde para descontar os repasses da "dívida" de R$ 7,5 milhões da Queiroz com o PP.

Suspeitava-se que a campanha de Raupp fez transação irregular de R$ 300 mil com a Refinaria de Manguinhos, de Ricardo Magro. A gráfica Angular, de Porto Velho (RO), emitiu nota fiscal atestando a venda de 18 milhões de formulários à refinaria, situada no Rio, do outro lado do Brasil. A Angular pertencia a Izaías Pereira Júnior, dono da Graff Norte, gráfica que prestou serviços a Raupp e a sua mulher, Marinha, candidata a deputada em 2010.

O esquema envolveria José de Almeida Júnior, concunhado do senador e chefe da Casa Civil do então governador Raupp. Ele teria embolsado R$ 100 mil. Manguinhos atuava sob comando de Marcelo Sereno, ex-assessor de José Dirceu e ex-secretário da governadora Benedita da Silva (PT-RJ).

A PF recomendou à Procuradoria-Geral da República o arquivamento das investigações contra o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), e seu sucessor, Luiz Fernando Pezão (PMDB). Segundo Paulo Roberto Costa, Cabral pediu R$ 30 milhões do esquema na Petrobras para sua reeleição em 2010. Pezão era o vice. Em delação, Paulinho apontou o envolvimento de Régis Fichtner, ex-secretário de Cabral, que também se livraria do inquérito.

Em depoimento à Justiça Federal, Ricardo Pessoa confessou em 11 de setembro de 2015 o repasse de propina, "coisa rotineira, automática", aos ex-diretores Renato Duque e Paulinho. O dono da UTC mencionou o ex-deputado José Janene (PP-PR) e o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto:

— A UTC pagou propina a Paulo Roberto Costa, mas não diretamente,

e sim através do senhor Alberto Youssef e senhor Janene. Duque paguei por meio de Pedro Barusco e do senhor João Vaccari.

O juiz Sérgio Moro questionou-o sobre os motivos dos pagamentos.

— Pelo contrato, pagava-se propina para se obter o contrato, para se ter a continuidade dele, da maneira mais correta, mais clara, mais calma, mais sem dificuldades.

O magistrado perguntou se as comissões dirigidas às Diretorias de Serviço e de Abastecimento tinham como destino agentes políticos. A resposta:

— Sempre, sempre.

Dono de galeria de arte em Botafogo, no Rio, Max Gonçalves Perlingeiro confirmou à PF que Duque se beneficiou da compra do quadro Paisagem de Sabará, do brasileiro Alberto Guignard. Obra de US$ 380 mil, adquirida por Milton Pascowitch em 2013, por meio de depósito no exterior.

Em seu acordo de delação premiada, Ricardo Pessoa implicou 15 partidos de sustentação e de oposição ao Governo Federal. Atrelou repasses de propina à necessidade de "abrir portas" no Congresso e em órgãos públicos.

Em audiência em Curitiba, Youssef disse à força-tarefa da Lava Jato que Pessoa dava "ajudas" ao caixa dois de políticos aliados. Citou o ex-deputado Luiz Argôlo (BA) – afastado do Solidariedade após a sua prisão. O doleiro reconheceu ter feito caixa dois para a UTC e a OAS. A primeira entregou dinheiro às campanhas de prefeitos aliados de Argôlo nas eleições de 2012. Youssef disse que o então deputado sabia das operações na OAS:

— Ele sabia que eu conhecia a OAS e que eu fazia alguns trabalhos de caixa dois para a empresa. Ele sempre me pedia para que eu pedisse à empresa ajuda para as campanhas dele.

A Petrobras perdeu o selo de boa pagadora em 10 de setembro de 2015. A agência de classificação de risco Standard & Poor's rebaixou-a em dois níveis, para o "grau especulativo", um dia após tirar o selo de bom pagador do Brasil. Perderam os graus de investimento Eletrobras, Itaipu Binacional, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A situação da Petrobras era a pior, com endividamento de US$ 140 bilhões, sendo 70% atrelado ao dólar. Se já não bastasse o megaescândalo de corrupção, a venda de ativos para minimizar o *déficit* e a alta do dólar que prejudicava as receitas, a Petrobras deixava de ser, para o resto do mundo, um investimento seguro.

Almoço na praia do Flamengo

O ministro Teori Zavascki, do STF, autorizou investigação contra Edinho Silva (PT-SP), ministro da Comunicação Social de Dilma Rousseff e tesoureiro da campanha de reeleição em 2014. Ricardo Pessoa confessou a entrega de R$ 7,5 milhões de

caixa dois para a candidata do PT. Dinheiro do esquema na Petrobras. Em relação a Aloizio Mercadante (PT-SP), ministro da Casa Civil e braço-direito de Dilma, o entendimento da Procuradoria-Geral da República foi diferente. Apesar de Pessoa afirmar que o político se beneficiou de caixa dois em 2010, Zavascki determinou a redistribuição do caso, como se não houvesse relação com a Petrobras. Ao lado do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), também acusado de embolsar propina da UTC, Mercadante só teria cometido crime eleitoral.

Segundo Pessoa, ele se reuniu com Mercadante na casa do político, candidato a governador de São Paulo, na capital paulista. Participaram João Santana, executivo da Constran/UTC, e Emídio de Souza (PT-SP), que coordenava a campanha. Na frente de Mercadante, Souza pediu R$ 500 mil em doação oficial e R$ 250 mil em dinheiro, de caixa dois. Do depoimento:

> "Mercadante presenciou o pedido de pagamento da parcela em espécie, mas não fez nenhum comentário."

E mais: Aloysio Nunes Ferreira "solicitou que o pagamento fosse feito da seguinte forma: R$ 300 mil oficialmente e R$ 200 mil em dinheiro". Pessoa disse que Santana presenciou a conversa. Teve outro repasse em dinheiro na eleição de 2010. Para Hélio Costa (PMDB-MG), candidato a governador.

A PF solicitou ao STF autorização para ouvir Lula. O delegado Josélio Azevedo de Sousa queria questioná-lo sobre corrupção na Petrobras. O ex-presidente obteve ganhos pessoais? Favoreceu a corrupção com atos administrativos? O pedido, de 10 de setembro de 2015, incluía a tomada de depoimentos de outros integrantes do PT, a saber: Rui Falcão, presidente do partido; José Eduardo Dutra (SE) e José Sérgio Gabrielli (BA), ex-presidentes da Petrobras; Ideli Salvatti (SC), Gilberto Carvalho (SP) e José Dirceu (SP), ex-ministros; e José Filippi Júnior (SP), ex-tesoureiro de campanhas do PT. Doente, Dutra morreria pouco tempo depois.

Rodrigo Janot e Teori Zavascki autorizaram o depoimento de Lula, como informante da investigação. Os demais seriam interrogados como testemunhas. Segundo Youssef, Ideli Salvatti, ex-ministra das Relações Institucionais, e Carvalho, ex-secretário-geral da Presidência da República, participaram de reuniões para acertar o naco do PP na Petrobras.

Pessoa declarou que se reuniu sete vezes com Lula. Deu R$ 2,4 milhões de caixa dois à sua campanha de reeleição em 2006. O delegado Josélio Azevedo de Sousa considerou indissociáveis o organograma de poder político e os desvios na Petrobras. Segundo ele, Paulo Roberto Costa soube por José Janene de telefonema de Lula a Dutra, no qual Lula determinou a nomeação de Paulinho na Diretoria de Abastecimento. Do policial:

> "A investigação não pode se furtar de trazer à luz da apuração dos fatos a pessoa do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva que, na condição de mandatário máximo do País, pode ter sido beneficiado pelo

esquema em curso na Petrobras, obtendo vantagens para si, para seu partido, o PT, ou mesmo para seu governo, com a manutenção de uma base de apoio partidário sustentada à custa de negócios ilícitos na referida estatal."

A revista Época iluminou almoço em restaurante da praia do Flamengo, no Rio, pouco antes das eleições de 2006. Diretores da Petrobras, Nestor Cerveró, Renato Duque e Paulo Roberto Costa dividiram a mesa com Márcio Faria e Rogério Araújo, da Construtora Norberto Odebrecht. Em pauta, um projeto para modernizar a Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Recém-comprada, a "ruivinha" possuía dutos enferrujados, avermelhados, consequência da oxidação dos metais. Para reformá-la, a empreiteira paparia R$ 4 bilhões. Em troca, daria R$ 4 milhões, adiantados, à campanha eleitoral de Lula. Não se tratava de toda a propina envolvida, obviamente. Somente um adiantamento. Com o escândalo, a negociata não prosperou.

A reportagem de Thiago Bronzatto referiu-se à proposta de delação premiada de Cerveró, que confessaria propina de US$ 15 milhões na compra de Pasadena e o envolvimento de Renan Calheiros (PMDB-AL), Jader Barbalho (PMDB-PA) e Delcídio Amaral (PT-MS). Segundo Cerveró, Fernando Baiano intermediou os interesses dos senadores do PMDB.

Conforme o ex-diretor Internacional, Dilma Rousseff tinha pressa para resolver o caso com a belga Astra Oil, dona de Pasadena. Ministra da Casa Civil e presidente do Conselho de Administração da Petrobras, ela dominaria informações de bastidores sobre a transação suja com os belgas.

Após o almoço na praia do Flamengo, Cerveró reuniu-se na Petrobras com Duque, Pessoa e Amaral, candidato ao Governo de Mato Grosso do Sul. Acertaram que Odebrecht e UTC trabalhariam juntas na reforma de Pasadena. A UTC doou R$ 800 mil à campanha de Amaral. Ele não se elegeu.

Cerveró teria detalhado o rateio dos US$ 15 milhões: Rafael Mauro Comino, Luis Carlos Moreira e Cézar de Souza Tavares, gerentes da Petrobras, ficaram com US$ 5 milhões; representantes da Astra, como o ex-funcionário da Petrobras Alberto Feilhaber, US$ 4 milhões; Cerveró, US$ 2,5 milhões; Calheiros e Barbalho, US$ 2 milhões; e Paulinho, US$ 1,5 milhão.

O ex-diretor contaria ainda que a dupla Calheiros/Barbalho amealhou cerca de US$ 6 milhões em 2006 em operações envolvendo a contratação de navios-sonda. Fernando Baiano intermediou as negociatas.

Cerveró enfraqueceu-se politicamente pela ligação com Amaral, presidente da CPI dos Correios que investigou o mensalão em 2005. Avisaram-no de que 50 deputados do PMDB desejavam substituí-lo por João Augusto Rezende Henriques. Alternativa: pagar US$ 700 mil mensais aos políticos. Outra versão mencionou um mensalão de R$ 400 mil. Um senhor achaque.

O diretor Internacional procurou Baiano, que telefonou ao empresário José Carlos Bumlai, amigo de Lula. Marcaram encontro com o deputado federal Michel Temer (PMDB-SP). Pensavam que Temer resolveria o problema. Bumlai tornara-se amigo de Cerveró no episódio da contratação de um navio-sonda. O acerto teria zerado duas dívidas do PT. Uma de R$ 60 milhões, outra de R$ 12 milhões. A conferir.

Cerveró e Bumlai reuniram-se com Temer no escritório do então futuro vice-presidente da República, no centro de São Paulo. Não teve jeito. As investidas do PMDB derrubaram Cerveró. Jorge Luiz Zelada o substituiu em 2008. Pela versão apimentada, Cerveró não caiu em decorrência da compra de Pasadena, mas por não pagar o megamensalão a deputados do PMDB.

Não longe das tramoias na estatal, porém, Cerveró foi acomodado como diretor Financeiro e de Serviços da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. Conveniente. Acabou encaixado no organograma fechado entre o presidente Lula e o senador Fernando Collor (PTB-AL) em 2009.

Após as eleições de 2010, um jantar no apartamento de hotel que hospedava Pedro Paulo Leoni Ramos, ex-ministro de Collor, reuniu Cerveró, Delcídio Amaral e o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). Estabeleceu-se a nova divisão de poder na BR Distribuidora. Ou seja, a propina de cada um nos contratos da subsidiária da Petrobras.

Constituíam o grupo de Vaccarezza os deputados José Mentor (PT-SP), Jilmar Tatto (PT-SP), André Vargas (PT-PR) e Vander Loubet (PT-MS). Leoni Ramos representava Collor. E Cerveró atenderia aos interesses de Collor, Vaccarezza e Amaral. Responsabilizou-se pela relação pacífica na repartição do butim. Conforme Época, Dilma Rousseff decidiu substituir em 2013 diretores que não satisfaziam Collor. Cacifou o poder do senador na BR. Cerveró prosseguiu no cargo, com o beneplácito do político alagoano.



‘CLEPTOCRACIA’ EM MARCHA

Megaescândalo, as investigações do petrolão extrapolaram as fronteiras brasileiras

Um ano e meio após o início da Lava Jato, 28 acordos de delação premiada haviam permitido a recuperação de R$ 1,5 bilhão surrupiados da Petrobras. Procurador da República e coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol estimou em R$ 200 bilhões o valor anual desviado com corrupção no Brasil, o que daria para triplicar verbas alocadas em saúde, educação e segurança:

> — Vivemos um momento único e, se o perdermos, talvez não tenhamos outro. Por isso é preciso cobrar medidas de combate à corrupção.

Até aquele momento, 150 pessoas tinham sido denunciadas por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Havia 55 pedidos de cooperação internacional. Dallagnol defendeu medidas para criminalizar enriquecimento ilícito. Penas maiores ao caixa dois. Propôs responsabilizar partidos e mudar leis. Tornar crime hediondo a corrupção de altos valores.

Ao menos 16 investigados atuaram como lobistas e operadores. Agiram para dissimular a origem e o destino da propina, numa rede de *offshores* e contas em paraísos fiscais. Do procurador Carlos Fernando dos Santos Lima:

> — Fica a certeza de que nos crimes de lavagem de dinheiro, cada vez mais sofisticados, é difícil aos órgãos de investigação simplesmente seguir o rastro financeiro dos valores ilicitamente obtidos, pois o dinheiro se perde em um emaranhado de operações sucessivas, muitas vezes envolvendo países diversos.

Além das investigações nos Estados Unidos, Holanda e Suíça, pediram informações Itália, Dinamarca, Portugal, Guatemala, Costa Rica e Porto Rico. Buscavam a cooperação de autoridades brasileiras, com o intuito de desvendar crimes ligados ao esquema criminoso na Petrobras.

O petrolão tornou-se um megaescândalo mundial. Nos Estados Unidos, a Petrobras era alvo de ações no Departamento de Justiça. Suspeitava-se de violação das leis contra a corrupção. Investidores processavam a estatal pela queda no preço das ações, devido às descobertas de suborno.

De outro lado, investigados tentavam melar as apurações. A Odebrecht, a maior empreiteira do Brasil, entrou com ação no Superior Tribunal de Justiça para impedir a Lava Jato de usar documentos relacionados a contas bancárias na Suíça. O Ministério Público Federal identificou pagamentos suspeitos da Odebrecht no exterior no valor de US$ 17,6 milhões.

O juiz Sérgio Moro acatou denúncia do MPF contra José Dirceu (PT-SP) e o

transformou em réu. Acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa em 15 de setembro de 2015. Conforme a investigação, parte dos repasses ilegais da Engevix Engenharia à Diretoria de Serviços da Petrobras, comandada por Renato Duque, tinha como destino Dirceu e o lobista Fernando Moura. Os dois apadrinharam Duque na estatal. Outros 14 suspeitos também viraram réus.

Aquinhoaram a JD Assessoria e Consultoria, de Dirceu, com repasses de contratadas pela Petrobras. Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, irmão de Dirceu, virou réu. Outros denunciados: João Vaccari Neto, Pedro Barusco, Julio Camargo, Roberto Marques, Júlio César dos Santos e Milton Pascowitch, que recebeu R$ 53,8 milhões em comissões da Engevix à Jamp.

Em depoimento à Justiça Federal do Paraná, Ricardo Pessoa, da UTC, confessou que o ex-deputado Luiz Argôlo, preso, esteve em seu escritório cinco ou seis vezes para tratar de pagamentos ilegais, entre 2011 e 2014. Pessoa detalhou entregas de somas do caixa dois da UTC, intermediadas por Youssef, nas eleições de 2012. Do delator, em 17 de setembro de 2015:

> — Fiz uma contribuição para Luiz Argôlo de R$ 150 mil para o partido, já era Solidariedade, eu acho. Oficiais foram os R$ 150 mil para o partido ou para a campanha dele. O que ele fez em 2012 foi tudo em espécie, três ou quatro parcelas que totalizaram R$ 600 mil. Eu tinha recursos de caixa dois com Alberto Youssef. Era só dizer para Alberto que ele podia sacar e fornecer para o Luiz Argôlo.

O ministro Teori Zavascki, do STF, determinou a abertura de inquérito para investigar o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) no petrolão. Segundo acusação de Pessoa, o parlamentar recebeu R$ 150 mil de caixa dois.

Em sua delação premiada, Pessoa admitiu repasses ilegais de R$ 176 milhões entre 2002 e 2014. Efetuou os acertos por meio de contratos simulados ou superfaturados de serviços de terraplenagem, advocacia e consultoria. Viabilizou pagamentos com notas fiscais de Adir Assad e do advogado Roberto Trombeta. Só a S.M. Terraplenagem e a Rock Star, de Assad, teriam emitido notas frias de R$ 77,5 milhões entre 2007 e 2011. Outros R$ 10 milhões tiveram como destino o ex-deputado José Janene e o então diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Dinheiro vinculado a contratos na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR).

Em relação a obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Pessoa reconheceu a entrega de R$ 15 milhões ao PT, em “doações oficiais fracionadas”. Ajeitou com o tesoureiro João Vaccari Neto a contrapartida ao contrato de R$ 2 bilhões dividido entre UTC, Odebrecht e a japonesa Toyo Engineering. Relacionou comissões ilegais de R$ 42 milhões a Julio Camargo, ligado a José Dirceu, R$ 2 milhões a Pedro Barusco e pouco menos de R$ 5 milhões a Roberto Gonçalves, o sucessor de Barusco na Petrobras.

“Me toca o coração”

José Lima de Andrade Neto, presidente da BR Distribuidora, renunciou ao cargo em 16 de setembro de 2015. Alegou motivos de saúde. Investigações já haviam afastado os diretores José Zonis e Luiz Cláudio Caseira Sanches.

A Ordem dos Advogados do Brasil propôs ao STF proibir doações de empresas a campanhas eleitorais. A medida diminuiria o custo das eleições e, em tese, reduziria a influência dos empresários nas decisões de políticos e governos. Duro golpe na corrupção? Havia o problema estrutural, porém: grandes companhias e conglomerados financeiros e econômicos, bem como empresas de modo geral, não deixariam de lado interesses por contratos públicos, obras, prestações de serviço e deliberações de agentes públicos. Como impedir suborno? Como aplacar a sede dos políticos? A proibição levaria ao caixa dois como meio exclusivo de fazer contribuições? A decisão criminalizaria ainda mais o processo político-eleitoral?

O ministro Gilmar Mendes reagiu. Implicou o PT num conluio com a OAB e calculou que o esquema engendrado na Petrobras era suficiente para angariar recursos e financiar eleições do partido até 2038. Para Mendes, a resolução do STF asfixiaria partidos não beneficiados por desvios:

> — O partido consegue captar recursos na faixa dos bilhões de reais por contratos com a Petrobras e passa a ser o defensor do fim do financiamento privado na campanha. Eu fico emocionado. Me toca o coração.

Segundo o ministro, o PT já dispunha do “financiamento público”, oriundo das comissões indevidas que vieram com o esquema de corrupção:

> — Na verdade, o que se instalou no País nesses últimos anos e está sendo revelado pela Operação Lava Jato é um modelo de governança corrupta, algo que merece o nome claro de cleptocracia.

Em depoimentos à PF em Curitiba, Fernando Baiano implicou Antonio Palocci (PT-SP) num pedido de R$ 2 milhões para a eleição de Dilma Rousseff em 2010. Paulo Roberto Costa já mencionara o caso. Palocci coordenava a campanha do PT. Baiano participou da conversa, com Paulinho e Palocci. Nos depoimentos à PF em 14, 15 e 16 de setembro, Baiano também envolveu o empresário José Carlos Bumlai, amigo de Lula. Preso, Baiano acertava um acordo de delação premiada.

A revista Veja relatou que o pagamento foi combinado com o “doutor Charles”, coordenador do comitê eleitoral da Dilma Rousseff. Tratava-se de Charles Capella, braço-direito de Palocci na campanha. Palocci tornou-se o principal ministro de Dilma Rousseff. Nomeou Capella na Casa Civil.

Segundo Baiano, os R$ 2 milhões foram transportados em carro blindado, a mando de Alberto Youssef, ao estacionamento do Hotel Blue Tree da Avenida Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo. Em sua delação, o doleiro confirmou que

encheu uma mala de dinheiro e amarrou pacotes de cédulas no corpo para levar a quantia ao hotel. Youssef só não sabia que entregou a soma a um emissário de Palocci.

Em seu relato à PF, Baiano disse que a reunião com Palocci foi intermediada por Bumlai. Deu detalhes de um golpe de R$ 60 milhões que envolveu a Petrobras. Parte da grana irrigou a campanha de reeleição de Lula em 2006. Bumlai intermediou a negociata. A trama dizia respeito ao navio-sonda Vitória 10000. Negócio de US$ 1,6 bilhão. O acerto se deu no escritório de Baiano, no Rio. Participaram Nestor Cerveró, diretor Internacional, dois de seus principais assessores, Eduardo Vaz Costa Musa e Luís Carlos Moreira, e Bumlai. Definiram o direcionamento do contrato à construtora Schahin. Tramitação relâmpago, sem licitação, e a Petrobras escolheu a empresa.

Durante a reunião, o grupo confabulou o rateio da propina. Cerveró e seus dois homens embolsariam entre US$ 500 mil e US$ 2 milhões para facilitar a transação. Milton Schahin, da Schahin Petróleo e Gás, fez o repasse na Suíça. Usou conta no banco Julius Baer para transferir ao banco Cramer.

Conforme o relato de Veja, o PT beneficiou-se da maracutaia para quitar dívida de R$ 60 milhões com o Banco Schahin, do mesmo grupo econômico. José Sérgio Gabrielli (PT-BA), então presidente da Petrobras, teria dado sinal verde à operação. “Veio um pedido do homem lá de cima”, justificou.

Paira insepulto o caso Celso Daniel

A reportagem mencionou outro episódio cabeludo. Marcos Valério de Souza, o famoso operador do mensalão, contou que Bumlai apelou ao Banco Schahin para subornar com R$ 6 milhões o empresário que ameaçava denunciar Lula e seus ministros José Dirceu (PT-SP) e Gilberto Carvalho (PT-SP) no caso do sequestro e morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT). O chantagista seria Ronan Maria Pinto, dono do jornal Diário do Grande ABC, tido como partícipe do esquema de corrupção em Santo André. Daniel coordenava a pré-campanha eleitoral de Lula em 2002.

Para o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, mensalão e petrolão originaram-se dentro do Ministério da Casa Civil de Lula, em seu primeiro mandato (2003 – 2006). Tratava-se de uma organização sistematizada de corrupção, com percentuais de propina sobre contratos da Petrobras fixados no seio da administração:

> — Quando falamos que estamos investigando um esquema de compra de apoio político-partidário para o Governo Federal através de corrupção, estamos dizendo que os casos mensalão, petrolão e Eletronuclear são todos conexos porque dentro deles está a mesma organização criminosa. E no ápice dessa organização criminosa estão pessoas ligadas aos partidos

políticos e, não tenho dúvida nenhuma, à Casa Civil do governo Lula.

O juiz Sérgio Moro homologou a delação premiada de Fernando Moura, apontado como lobista do PT. Amigo de José Dirceu, relatou pagamentos ilegais de empresas contratadas pela Petrobras às campanhas eleitorais de 2004. Afirmou que, enquanto 2% do valor dos contratos seguiram aos diretórios petistas, 1% ficou com ele, Moura. Em depoimento, citou Silvio Pereira, o secretário-geral do PT investigado no mensalão em 2005:

> "A parte do dinheiro destinado ao Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores era entregue em espécie e depois distribuída para as campanhas; que o declarante chegou a voar com Silvio Pereira para levar dinheiro para as campanhas municipais; que nessa viagem Silvio entregou quantias em espécie para representantes dos Diretórios Regionais do Rio de Janeiro, Vitória e de Fortaleza; que o dinheiro nunca ia direto das empresas para os Diretórios Regionais, eram operações distintas."

Parceiro de Silvinho, Moura entrevistou indicados e ajudou a montar a equipe do governo Lula. Confessou que recebeu US$ 10 mil mensais pela nomeação de Renato Duque em 2003. Recompensa por descobrir o nome ideal para a poderosa Diretoria de Serviços da Petrobras. Em certa ocasião, Silvinho mandou-o buscar R$ 350 mil da Camargo Corrêa. Relacionada a obra da Petrobras, a propina irrigou campanhas eleitorais do PT em 2004.

Em sua delação, Moura admitiu que embolsou mensalão de R$ 100 mil no exterior. Dinheiro de contratadas da Petrobras para silenciá-lo sobre a corrupção. O "cala a boca" funcionou de 2006 a 2010. De 2010 e 2012, reduziram-no a R$ 60 mil mensais. Moura deixara o Brasil em 2005, após "dica" de José Dirceu. Tinha de "cair fora" por causa do mensalão.

Delator, Eduardo Vaz Costa Musa, ex-gerente da Diretoria Internacional, implicou o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no esquema. Segundo ele, Cunha "dava a palavra final" nas indicações da Diretoria Internacional, conforme soube por João Augusto Rezende Henriques, lobista do PMDB:

> "Que João Augusto Henriques disse ao declarante que conseguiu emplacar Jorge Luiz Zelada para diretor Internacional da Petrobras com o apoio do PMDB de Minas Gerais, mas quem dava a palavra final era o deputado federal Eduardo Cunha, do PMDB-RJ."

Ao depor à CPI da Petrobras em 24 de setembro de 2015, Leonardo Meirelles, ex-sócio de Alberto Youssef, declarou que entregou provas sobre transferências de propina a Eduardo Cunha.

Zelada, Henriques e Musa dividiram US$ 31 milhões de propina da empresa chinesa TMT. Em troca, beneficiaram a norte-americana Vantage Drilling no afretamento do navio-sonda Titanium Explorer. Musa contou que soube da

existência do esquema de corrupção em 2006. Atuou na estatal até 2009. Afirmou que Henriques agia na Diretoria Internacional, sob controle do PMDB, e possivelmente na Diretoria de Exploração e Produção, a mais importante, nas mãos do PT. Ficou fora das investigações da Lava Jato.

Musa apontou para o colega Luís Carlos Moreira. No depoimento, citou dois navios-sonda contratados pela Petrobras:

> "O tema de pagamento de propina foi apresentado ao declarante por Luís Carlos Moreira; que mostrou uma planilha de divisão de propinas da área Internacional da Petrobras e que nesta planilha estava Pasadena, Petrobras 10000 e Vitória 10000."

Para receber dinheiro do esquema na Suíça, Musa usou os bancos Credit Suisse, Cramer e Julius Baer. Aproveitou *offshores* para remeter recursos ao paraíso fiscal europeu. Ao confessar os crimes, comprometeu-se a repatriar US$ 3,2 milhões e a recolher R$ 4 milhões à Justiça do Brasil. Reconheceu dispor de US$ 2,5 milhões em conta do banco Cramer.

Passeio do Panamá a Mônaco

Sérgio Moro condenou Renato Duque, ex-diretor de Serviços, e João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, em 21 de setembro de 2015. Sentenciados por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Duque cumpriria pena de 20 anos e oito meses. Vaccari, de 15 anos e quatro meses. Duque pagaria multa de R$ 1,2 milhão. Vaccari, de R$ 820 mil.

Conforme a denúncia do MPF, contratos de refinarias e gasodutos da Petrobras geraram R$ 43,4 milhões de propina à Diretoria de Serviços, dinheiro confiscado de contas ligadas a Duque no Panamá e em Mônaco. Houve coincidência entre datas de pagamentos e contribuições ao PT.

Com o esquema, o PT obteve R$ 4,2 milhões em doações eleitorais de 2008 a 2012. R$ 3,6 milhões ao Diretório Nacional e o restante a diretórios estaduais e municipais. O dinheiro compensou contratos intermediados por Augusto Mendonça de Ribeiro Neto, da Toyo Setal. Delator, ele foi condenado a 16 anos e oito meses de prisão. Cumpriria quatro anos em regime aberto, prestando serviços à comunidade. Da sentença de Moro:

> "A corrupção gerou impacto no processo político e democrático, contaminando-o com recursos criminosos, o que reputo especialmente reprovável."

Segundo o magistrado, parte dos repasses, mensais, com o mesmo valor, tinham o formato de parcelas de uma dívida, e não de doações eleitorais:

> "Talvez seja essa, mais do que o enriquecimento ilícito dos agentes públicos, o elemento mais reprovável do esquema criminoso da Petrobras,

> a contaminação da esfera política pela influência do crime, com prejuízos ao processo político democrático. A corrupção com pagamento de propina de milhões de reais e tendo por consequência prejuízo equivalente aos cofres públicos e a afetação do processo político democrático merece reprovação especial."

Dos dez condenados, cinco fizeram delação premiada e tiveram as penas suspensas ou as cumpririam em regime domiciliar e aberto. Além de Ribeiro Neto, Pedro Barusco, Julio Camargo, Alberto Youssef e Mario Goes. Barusco usaria tornozeleira eletrônica por dois anos. Permaneceria em casa durante as noites e nos fins de semana. Os operadores Adir Assad, Sônia Mariza Branco e Dario Teixeira Alves Júnior receberam sentenças por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Penas de nove anos e dez meses para cada um. Começariam a cumpri-las em regime fechado.

Em nova operação da PF, João Augusto Rezende Henriques, lobista, e José Antunes Sobrinho, executivo da Engevix, receberam voz de prisão em 21 de setembro de 2015. A Justiça Federal decretou o sequestro de R$ 40 milhões de Henriques e da Trend Empreendimentos. A Lava Jato acusou-o de usá-la para lavar dinheiro. Teria repassado US$ 10,8 milhões ao PMDB em 2009.

José Antunes foi denunciado por repassar R$ 140 milhões em propina. O dinheiro recompensou contratos na Usina Nuclear de Angra 3 entre 2011 e 2013. Valores injetados na Aratec Engenharia, do então presidente da Eletronuclear, almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, preso em Curitiba.

De acordo com as investigações, Henriques agiu na Diretoria Internacional durante a gestão de Jorge Luiz Zelada, preso. Teria atuado na intermediação de US$ 31 milhões em comissões ligadas ao contrato de US$ 1,8 bilhão do navio-sonda Titanium Explorer, assinado em 2009. O dinheiro deveria ser entregue em dois pagamentos de US$ 15,5 milhões, mas uma briga reduziu o pixuleco a US$ 20,8 milhões, incluídos os US$ 10,8 milhões do PMDB.

O ex-deputado André Vargas foi condenado a 14 anos e quatro meses de prisão em 22 de setembro de 2015. O juiz Sérgio Moro o sentenciou pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Vargas locupletou-se com dinheiro desviado de contratos de publicidade do Ministério da Saúde e da Caixa Econômica Federal. Ex-secretário nacional de Comunicação do PT, direcionou contratos para a agência Borghi Lowe. Em troca, recebeu comissões em contas das firmas Limiar e LSI, controladas por ele e o irmão Leon Vargas, sentenciado a 11 anos e quatro meses. O publicitário Ricardo Hoffmann foi condenado a 12 anos e dez meses. Os procuradores pediram o bloqueio de R$ 1,1 milhão de André Vargas e determinaram o pagamento de igual valor para reparar danos causados.

Segundo a sentença de Sérgio Moro, André Vargas "recebeu propina não só no exercício do mandato de deputado federal, mas também da função de vice-presidente

da Câmara dos Deputados, entre os anos de 2011 e 2014, período em que praticou a maior parte dos fatos criminosos". A sentença lembrou gesto de Vargas: em sessão da Câmara, ergueu o punho cerrado, de luta revolucionária, em protesto contra as prisões de José Dirceu e José Genoíno, condenados no processo do mensalão. Afrontou o ministro Joaquim Barbosa, responsável pelo mensalão no STF. Do juiz:

> "Ao tempo do gesto, recebia concomitantemente propina em contratos públicos por intermédio da Borghi Lowe. O gesto de protesto não passa de hipocrisia e mostra-se retrospectivamente revelador de uma personalidade não só permeável ao crime, mas também desrespeitosa às instituições da Justiça."

O Planalto aplaude a dispersão

Água fria na Lava Jato. Os ministros do STF Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Luís Carlos Barroso, Luiz Edson Fachin, Rosa Weber e Marco Aurélio Mello defenderam fatiar as investigações. Alegaram que provas contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) não tinham ligação direta com o petrolão. Teori Zavascki, relator, endossou a medida. Os ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes manifestaram-se contra. De Mendes:

> — Temos que ter muito cuidado para não fragilizarmos essa discussão. É a mesma forma de agir, procedimento, atores e autores que participam das negociações. Temos um método de atuar que se revela em todos os casos. Qual a diferença entre o petrolão e o eletrolão?

Sérgio Moro reagiu. Da sentença de condenação de João Vaccari Neto:

> "O fato é que a dispersão das ações penais, como pretende parte das defesas, para vários órgãos espalhados do Judiciário no território nacional (foram sugeridos, nestas e nas diversas ações penais conexas, destinos como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília), não serve à causa da Justiça, tendo por propósito pulverizar o conjunto probatório e dificultar o julgamento."

Do procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima, ao criticar o desmembramento das investigações, tirando-as em parte da Lava Jato:

> — O que queremos mostrar é que não estamos investigando a Petrobras. Estamos desvelando a compra de apoio político-partidário pelo Governo Federal, por meio de propina institucionalizada nos órgãos públicos.
>
> — Mensalão, petrolão, Eletronuclear, são todos eles conexos, porque dentro deles está a mesma organização criminosa. No ápice dessa organização estão pessoas ligadas a partidos e, não tenho dúvida, à Casa Civil do governo Lula.

O Palácio do Planalto aplaudiu a decisão de desconcentrar a Lava Jato. Diluía-se a

tese do megaesquema interconectado de corrupção. É fato que diferentes organizações criminosas, incrustadas no Estado brasileiro, trataram de se locupletar com a bandalheira. Mas havia uma conexão à medida que o comando político do País anuiu e, mais que isso, organizou, na prática, o sistema criminoso.

Por sorteio coube ao ministro Dias Toffoli o caso Gleisi Hoffmann. A parte citando o ex-vereador do PT Alexandre Romano seguiu à Justiça de São Paulo. Rodrigo Janot, procurador-geral da República, não gostou:

> — Existe uma operação com os mesmos atores, os mesmos operadores econômicos. Não estamos investigando empresas nem delações, mas uma enorme organização criminosa que se espraiou para os braços do setor público.

Ao comparar o petrolão a "um dos maiores senão o maior caso de corrupção no mundo", Gilmar Mendes alertou para o provável objetivo das defesas dos investigados. Pretendiam tirar as apurações de Curitiba e evitar a continuidade das investigações em outros lugares do Brasil. Do ministro:

> — É bom que se diga em português bem claro.

O STF autorizou a abertura de inquéritos em 22 de setembro de 2015 para investigar o ministro Aloizio Mercadante (PT-SP) e o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Suspeitos de lavagem de dinheiro e de fraudar eleições com dinheiro de caixa dois do empresário Ricardo Pessoa.

A Justiça do Maranhão decretou em 24 de setembro de 2015 a prisão preventiva de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil. Policiais não o localizaram. Dado como foragido. A Justiça bloqueou R$ 3 milhões de Abreu. Teria recebido a soma para garantir o pagamento de um precatório de R$ 120 milhões à Constran, do grupo UTC. Respondiam também pela maracutaia Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopez, Adarico Negromonte Filho e Marco Antonio Ziegert, o Marcão, apontado como elo entre Youssef e o Governo do Maranhão, comandado à época por Roseana Sarney (PMDB). Lopez e Negromonte, "mulas" de Youssef, receberam a acusação de viajar ao menos três vezes ao Maranhão para levar propina ao esquema. Abreu reclamou da falta de R$ 1 milhão. Já vimos que Youssef seguiu a São Luís para resolver o problema. Enquanto recebia voz de prisão num hotel, Marcão escaparia com o dinheiro sujo.



EDUARDO CUNHA, UM ATOR DESINIBIDO

Acumulavam-se indícios e provas contra uma das figuras de prol do PMDB, partido notório pelo número de investigados

A situação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, complicou-se com o acordo de delação premiada de Fernando Falcão Soares, o Fernando Baiano. Ele disse que Cunha embolsou US$ 5 milhões. Corroborou o depoimento de Julio Camargo, que apontou o político por receber os mesmos US$ 5 milhões em propina.

Conforme a denúncia da Procuradoria-Geral da República, o dinheiro foi subtraído do contrato de US$ 1,2 bilhão entre a Petrobras e a Samsung Heavy Industries, da Coreia do Sul, para fornecer navios-sonda. Camargo fez os repasses entre 2007 e 2012. Baiano detalhou que Cunha recebeu cerca de R$ 5 milhões em dinheiro no seu escritório da Avenida Nilo Peçanha, no centro do Rio. Entregou a soma em cinco ou seis parcelas a Altair Alves Pinto, um faz-tudo do deputado. Cunha recebeu ainda um crédito de R$ 300 mil em horas de voo, nos jatos a serviço de Camargo. Só deu tempo de gastar R$ 122 mil (dez viagens). A casa caiu.

Se já não bastasse, João Augusto Rezende Henriques, preso pela Lava Jato, confessou em 25 de setembro de 2015 que transferiu dinheiro a Cunha pela compra de parte de um bloco de exploração de petróleo pela Petrobras na costa do Benin, oeste da África, em 2011. Henriques declarou à PF que abriu a firma Acona e conta no banco BSI, na Suíça, para pagar a comissão. Repasse solicitado por Felipe Diniz, filho do ex-deputado Fernando Diniz (PMDB-MG), falecido em 2009. Henriques só soube que o beneficiário era Cunha quando suas contas sofreram investigação e bloqueio na Suíça. Admitiu a contratação do brasileiro Idalécio de Oliveira, dono da área de "grande potencial de exploração", no Benin:

> — Era perto da Nigéria, e a Nigéria era a maior produtora de óleo da costa da África. Eu peguei, o contratei, e o custo foi meu, geólogos que eu conhecia. Eles avaliaram e falaram que a área era ótima. Combinei com o Idalécio que ganharia um *sucess fee*. Se a gente conseguisse vender, dividiria os lucros. Vendemos a área para a Petrobras que pagou em torno de US$ 15 milhões.

Como veremos, é muito mais dinheiro.

Amostra de como se decidiam as coisas no governo do PT: Fernando Diniz, presidente do PMDB de Minas Gerais, sugeriu João Augusto Rezende Henriques para diretor Internacional da Petrobras. Solução para a crise que afastou Nestor Cerveró. O PMDB trabalhou por sua nomeação junto à Casa Civil, da então ministra Dilma Rousseff. Optaram, porém, por Jorge Luiz Zelada. Segundo o delator

Eduardo Vaz Costa Musa, Henriques era ativo na Diretoria Internacional. Influente, indicava nomes ao setor, inclusive o do próprio Zelada, afinal nomeado, com o apoio do PMDB mineiro. “Mas quem dava a palavra final era o deputado federal Eduardo Cunha”, frisou Musa.

O Ministério Público da Suíça enviou ao Brasil, em 30 de setembro de 2015, autos da investigação sobre crimes cometidos por Cunha. Vasculharam seus depósitos durante cinco meses. Autoridades suíças desconfiaram porque ele aparecia como “beneficiário” de contas secretas. Artifício comumente praticado por quem agia para esconder origem e destino de dinheiro ilegal.

É possível que a degradação da atividade política no Brasil jamais tenha chegado a níveis tão baixos em tempos de normalidade democrática. Como aceitar a passividade dos deputados, indiferentes, em sua maioria, à realidade de que eram presididos por um político reiteradas vezes apontado como corrupto? Por que não reagiram e o afastaram do cargo?

Cunha e parentes apareciam como beneficiários de quatro contas na Suíça, que bloqueou US$ 5 milhões. O rastreamento deu-se a partir dos depósitos de Henriques. O deputado abrira empresas de fachada em paraísos fiscais. As *offshores* eram titulares das contas, não as pessoas. Da assessoria do procurador-geral da Suíça, Michael Lauber:

> “O escritório do procurador-geral da Suíça confirma que abriu um processo criminal contra Eduardo Cunha sob a base de suspeita de lavagem de dinheiro, ampliando em sequência para corrupção passiva.”

Do depoimento de Cunha à CPI da Petrobras, em 12 de março de 2015:

> “Não tenho qualquer tipo de conta em qualquer lugar que não seja a conta que está declarada no meu Imposto de Renda.”

Na declaração à Justiça Eleitoral em 2014, Cunha informou patrimônio de R$ 1,6 milhão. Em sua única conta bancária, no Brasil, havia R$ 21 mil. Deveria ser cassado por quebra de decoro. Não dispunha de autoridade moral para continuar à frente da Câmara dos Deputados.

Uma das contas na Suíça trazia como beneficiários Cunha e a mulher, Cláudia Cordeiro Cruz. O político atribuiu o escândalo ao governo do PT, com o qual se disse rompido. Apontou conluio entre o procurador-geral, Rodrigo Janot, e o Palácio do Planalto. A confusão servia aos dois lados.

O Ministério Público da Suíça informou em 6 de outubro de 2015 que notificou Cunha sobre o bloqueio das contas. O deputado tentou reverter o congelamento. Manobrou com advogados para evitar o envio de seus dados bancários ao Brasil. A Suíça procedeu igualmente com Pedro Barusco. Em março de 2014, ele tentou efetuar, sem sucesso, transações bancárias. Suas contas estavam monitoradas. Foi avisado e o dinheiro, bloqueado.

O banco Julius Baer anunciou o bloqueio de US$ 2,4 milhões aplicados em fundos de investimento. Além de Cunha e da mulher, Danielle Cunha, filha do deputado, aparecia como beneficiária. Danielle, aliás, prestava serviços na Câmara dos Deputados para Hugo Motta (PMDB-PB), presidente da CPI da Petrobras. A assessoria do parlamentar divulgou: o pagamento a ela, de R$ 3.500,00 mensais, saía do bolso de Motta, sem uso de verbas oficiais.

O Julius Baer entregou extratos e documentação de abertura das contas, formulários preenchidos e assinados, cópias do passaporte diplomático de Cunha e comprovantes de endereço. A papelada chegou às autoridades brasileiras em 7 de outubro de 2015. Reação de Cunha, no mesmo dia:

— Reitero o que eu falei na CPI da Petrobras.

Cunha fechou duas das quatro contas no Julius Baer em abril de 2014, um mês após o início da Lava Jato. As outras duas contas, abertas em 2008, permaneceram ativas. Registravam como endereço do beneficiário sua residência na Barra da Tijuca, no Rio. A data de nascimento e a assinatura do beneficiário, corretas. Cunha entregou ao banco um telefone de contato do Palácio do Planalto. Como se fosse da cúpula do Governo Federal.

O dossiê suíço indicava que o contrato da Petrobras no Benin, de US$ 34,5 milhões, alimentou contas da família Cunha. Três meses após o negócio, em 2011, Henriques fez cinco repasses de 1,3 milhão de francos suíços (R$ 5,1 milhões) para conta atribuída a Cunha. Em sete anos, Cláudia Cordeiro Cruz gastou US$ 1 milhão. Pagou cartões de crédito. Sua filha, Ghabriela Amorim, também se beneficiou da dinheirama.

Segundo a documentação do Julius Baer, Cunha já disporia de US$ 16 milhões em 2007. Fortuna de aplicações financeiras e investimentos no mercado imobiliário do Rio, principalmente em terrenos na Barra da Tijuca.

Os depósitos nas contas do deputado, de 2007 a 2015, chegaram a R$ 31,2 milhões. Os saques, R$ 15,8 milhões (valores de outubro de 2015). Segundo as autoridades da Suíça, houve movimentação intensa entre as quatro contas. Não deu para calcular quanto dinheiro gastaram. Houve depósitos e retiradas em dólares, franco suíços e euros. Para a Procuradoria-Geral da República, no Brasil, as contas no exterior eram “produto de crime”.

O Ministério Público da Suíça procurou rastrear o caminho da propina. Após a Petrobras depositar os US$ 34,5 milhões na conta da CBH, de Idalécio de Oliveira, o dono do campo de petróleo africano repassou US$ 31 milhões à Lusitania Petroleum, de sua propriedade. De lá injetou US$ 10 milhões em conta bancária de Henriques. A *offshore* Orion SP, de Cunha, recebeu 1,3 milhão de francos suíços. O deputado tinha outras duas *offshores*, a Triumph SP e a Netherton Investments – a principal delas, ou “conta-mãe”, com sede em Cingapura. Outra empresa, a PVCI, controlava-a. As contas, operadas no banco suíço Julius Baer, receberam dinheiro de

“contas de custódia”, algumas registradas inicialmente no Merrill Lynch International. Funcionavam como “contas de passagem”. Dificultavam o rastreamento.

Jesus.com. Até isso

Conforme as investigações, a Netherton Investments teve cinco testas-de-ferro para dissimular seu verdadeiro beneficiário. Mulheres de Cingapura e da Austrália atuaram como diretoras. Em março de 2015, pouco antes do bloqueio, substituíram a australiana pelo inglês Joseph McBurney, morador de Cingapura. Abriram a conta da Netherton no Julius Baer, na Suíça, um argentino e o uruguaio Luis Maria Pittaluga, mencionado também na abertura de outra conta secreta na Suíça, destinada a Nestor Cerveró.

Eduardo Cunha acertou com o Julius Baer o envio das correspondências bancárias para endereço nos Estados Unidos. Alegou que o serviço postal era inseguro no Brasil. Manteve conta no Merril Lynch, nos Estados Unidos, por 20 anos. Numa declaração ao Julius Baer, justificou que desejava trabalhar na Suíça e, por isso, abria contas bancárias naquele país.

Constituída em Edimburgo, na Escócia, por meio de escritório em Douglas, capital da Ilha de Man, paraíso fiscal britânico, a Triumph SP era um *trust*, ou “conta de confiança”, movimentada por terceiros, com a finalidade de não expor o beneficiário. Embora justificasse o *trust* para os filhos, na prática Cunha garantiu que os valores ficassem anônimos.

O giro do dinheiro dificultou o rastreamento. Na quarta conta, em nome da *offshore* Kopek, Cláudia Cordeiro Cruz aparecia como beneficiária. Recebeu 12 repasses da Triumph SP, no total de US$ 1 milhão. A grana circulou por 23 contas em Cingapura, Suíça, Estados Unidos e Benin. Não foi declarada à Receita Federal no Brasil. Os jornais estamparam que as firmas Jesus.com e C3 Produções, de Cunha e da mulher, serviram de abrigo para registrar oito carros. O mais caro, um Porsche Cayene, de 2013, valia R$ 430 mil.

Segundo delação premiada de Fernando Baiano, em 10 de setembro de 2015, Cunha lançou mão em 2012 do mesmo expediente usado pelo PT. Pediu propina como doação eleitoral. Ocorreu na crise para obrigar Julio Camargo a pagar acerto vinculado aos contratos de navios-sonda:

> “Julio Camargo começou a dizer que estava tendo dificuldade para disponibilizar o dinheiro em espécie para pagar Eduardo Cunha; que, então, o depoente sugeriu que Julio Camargo fizesse uma doação oficial para Eduardo Cunha ou para o PMDB. Que esta ideia em verdade partiu do próprio Eduardo Cunha. Julio Camargo disse que não tinha como fazer a doação, em razão dos limites de faturamento/doação impostos pela legislação eleitoral.”

No auge da crise, Lula foi a Brasília. Missão: salvar o mandato de Cunha. Em troca pretendia impedi-lo de trabalhar pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Lula e o presidente da Câmara tinham algo em comum: desejavam a destituição do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT-SP), por não controlar a Polícia Federal. A dupla desejava travar as investigações do petrolão. Dilma protegeu o ministro. De Cunha:

> — Se eu for bem tratado, pode ser que tenha boa vontade com o governo. Mas, se não for, posso tomar minha decisão mais rápido.

O PT considerava Cunha "fera ferida". Capaz de tudo. Lula trabalhou para barrar investigação contra o deputado no Conselho de Ética da Câmara.

Enquanto Lula articulava em Brasília, o Supremo Tribunal Federal autorizou mais um inquérito contra o deputado. O ministro Teori Zavascki acolheu pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em 15 de outubro de 2015. Além de Cunha, o Ministério Público Federal mirou sua mulher, Cláudia Cordeiro Cruz, e a filha, Danielle Cunha. O foco: os fundos na Suíça. A família responderia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Para complicar, veio a público trecho do depoimento de Fernando Baiano a procuradores da Lava Jato. Entregara entre R$ 1 milhão e R$ 1,5 milhão em dinheiro no escritório de Cunha no Rio, em outubro de 2011. O faz-tudo Altair Alves Pinto recebeu a grana, parcela dos US$ 5 milhões atrelados a contratos de navios-sonda. Baiano mantinha telefone celular exclusivo para tratar de negócios. Usava-o para falar com Cunha. O deputado "mandou até e-mail com tabela do que foi pago e do que ainda tinha que ser pago".

A presidente engole sapos

A situação de Dilma Rousseff continuou difícil. Surgiram novas evidências de que os R$ 7,5 milhões doados à sua campanha pela UTC se conectavam a contratações. Walmir Pinheiro, da UTC, mencionou "resgates" e sugeriu que pagamentos compensavam contribuições. Na mensagem a Ricardo Pessoa, o RP, dono da UTC, ele usa "PB" para se referir à Petrobras:

> "RP, posso resgatar o que fizemos de doações esta semana? Tá pesado e não entrou um valor da PB que estava previsto para hj, +/- 5mm".

A reação do empresário, e a resposta de Walmir Pinheiro:

> "OK pode. Você não resgatou nada ainda certo?"
>
> "Esta semana já foi 6,35 de contribuição e não resgatamos nada".

Nove meses após tomar posse do segundo mandato, Dilma Rousseff engoliu uma reforma ministerial. Rifou o governo a Lula e a Eduardo Cunha. O deputado Celso Pansera (PMDB-RJ), conhecido "pau-mandado" de Cunha na CPI da Petrobras, tornou-se ministro de Ciência e Tecnologia. O deputado Marcelo Castro (PMDB-

PI), próximo de Cunha, ministro da Saúde. Substituiu Arthur Chioro (PT-SP). A presidente curvou-se. Tirou da Casa Civil o aliado Aloizio Mercadante (PT-SP), que voltou ao Ministério da Educação. Em seu lugar pôs Jaques Wagner (PT-BA), o preferido de Lula para o cargo, promovido do Ministério da Defesa. Lula viu-se fortalecido no Planalto com a nomeação de Ricardo Berzoini (PT-SP) como ministro da Secretaria de Governo e a manutenção de Edinho Silva (PT-SP) na Comunicação Social.

Com a reforma, em 2 de outubro de 2015, Dilma Rousseff eliminaria oito ministérios. Conseguiu segurar José Eduardo Cardozo na Justiça. Procurou apoio da opinião pública ao anunciar a redução do próprio salário e de seus ministros em 10%. Valores brutos iriam de R$ 30.934,70 para R$ 27.841,23.

Refém do PMDB, entregaria R$ 100 bilhões do Orçamento de 2016 a sete ministérios conferidos ao partido. O principal, o Ministério da Saúde. A empreiteira Jurema, dos irmãos do ministro Marcelo Castro, já recebera quase R$ 250 milhões em contratos com o governo entre 2012 e 2015. Outros R$ 36 milhões do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), do Ministério dos Transportes, em 2010. O então superintendente do DNIT, Sebastião Ribeiro, era cunhado de Castro.

O cerco a Dilma Rousseff prosseguiu. Se as denúncias contra Cunha enfraqueciam a defesa do *impeachment*, o Palácio do Planalto sabia que ele não titubearia em deflagrar o processo de cassação como forma de tirar de si o foco do noticiário político e as denúncias de corrupção. Por outro lado, se encaminhasse o pedido de *impeachment*, Cunha se tornaria descartável inclusive aos adversários do PT. Poderia ser cassado. A maior parte da oposição, oportunista, manteve-se calada.

Resumo da história: os principais atores políticos conservavam uma relação de amor e ódio. Sustentavam um acordo tácito. Ou espúrio, se o leitor preferir. Apesar de anunciar formalmente o rompimento com o governo, Cunha sentara em cima do processo de *impeachment*. Impediu a sua tramitação. Trabalhou para sobreviver. Em troca o PT faria corpo mole no Conselho de Ética e não moveria uma palha para destituí-lo.

Asqueroso o final de mais uma CPI para investigar corrupção na Petrobras. Não prorrogaram os trabalhos. Blindaram Cunha. O deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) leu seu relatório em 19 de novembro de 2015. Nenhum político citado. Segundo o petista, não havia provas contra Cunha. Nada. Nem informações que comprometessem José Sérgio Gabrielli (PT-BA), Maria das Graças Foster (PT-RJ), Luiz Inácio Lula da Silva ou Dilma Rousseff.

Após oito meses de CPI, o relator propôs mudar a legislação das delações premiadas. Luiz Sérgio defendeu dispositivo para impedir acordos de colaboração a quem fosse preso durante as investigações. Atacou a Lava Jato. Em especial, criticou o entendimento de que doações oficiais de campanha serviram para lavar dinheiro do

petrolão. Foi uma anti-CPI. De seu presidente, deputado Hugo Motta (PMDB-PB), sobre Cunha:

> — Sou amigo do presidente, mas tem duas semanas que não falo com ele para evitar ilações.

Quatro dias depois, o ministro Teori Zavascki, do STF, negou pedido para que o inquérito sobre depósitos de Cunha na Suíça tramitasse em segredo.

Mais políticos no centro da crise. Conforme Fernando Baiano, dividiram propina de contrato de navio-sonda alugado pela Petrobras os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Delcídio Amaral (PT-MS), respectivamente presidente do Senado e líder do governo petista no Senado. Ratearam entre US$ 5 milhões e US$ 6 milhões com o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e o ex-ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, ligado ao senador José Sarney (PMDB-MA). Pagamentos efetuados por Jorge Luz, próximo de Calheiros e Barbalho, entre 2006 e 2008. Amaral ainda teria embolsado US$ 1,5 milhão na compra da Refinaria de Pasadena, dinheiro supostamente empregado em sua campanha ao Governo do Mato Grosso do Sul em 2006.

Trecho do depoimento de Baiano no qual o delator tratou da contratação do navio-sonda Petrobras 10000, negócio de US$ 586 milhões. Rendeu US$ 15 milhões de propina. Mencionou Nestor Cerveró, diretor Internacional:

> "Que Delcídio e Silas disseram a Cerveró que era necessário dar apoio para a campanha de Delcídio, filiado ao PT, e de Renan Calheiros e Jader Barbalho, ambos do PMDB; que em troca os referidos políticos do PMDB passariam a dar sustentação a Cerveró; que até então Nestor Cerveró prestava contas para Delcídio".

Baiano reuniu-se com os quatro políticos de uma só vez para fazer o acerto. Numa ocasião, pegou carona até a Petrobras, no Rio, no carro do lobista:

> "Inclusive se chegou a comentar na Petrobras que o Mercedes-Benz de Jorge Luz estava parando muito na Petrobras."

Luz e o filho, Bruno Luz, teriam pagado Renan Calheiros no exterior. As operações envolveram um gerente dos bancos PKB e Pictet na Suíça. O deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE) participaria dos repasses ao senador. Quando as parcelas do suborno finalmente foram quitadas, Nestor Cerveró e os políticos agraciados reuniram-se num jantar comemorativo em Brasília.

Baiano deu sua versão para as pressões contra as multinacionais Mitsui e Samsung. Em 2010, elas interromperam os repasses de propina que funcionavam como contrapartida a contratos de construção de navios-sonda. Segundo Baiano, ele tratou do problema com Cunha em reuniões na casa e no escritório do político no Rio, em 2011. Cunha tomou a decisão de usar a Câmara dos Deputados para fazer requerimentos com pedidos de explicação sobre negócios envolvendo o lobista Julio

Camargo. Deu certo. Os pagamentos recomeçaram e Cunha embolsou US$ 5 milhões.

Eduardo Vaz Costa Musa entrou na Petrobras nos anos 1970. Transferido à Diretoria Internacional em 2006, engrossou a corrupção. Fez acordo de delação premiada. Confessou que recebeu do contrato do navio-sonda Vitória 10000, com Cerveró e Luís Carlos Moreira, outro gerente da estatal.

A Schahin Engenharia teria efetuado os pagamentos com aval do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo de Lula. Musa admitiu que embolsou parcelas de US$ 48 mil pela *offshore* Casablanca International, ligada ao grupo Schahin. Usou conta do Julius Baer, na Suíça. Recebeu ainda pelas *offshores* Deep Black Drilling, Black Gold Drilling e Dleif Drilling, ligadas à Schahin. Disse que Bernardo Freiburghaus, foragido da Lava Jato, cuidou do dinheiro na Suíça.



NO OLHO DO FURACÃO

O cerco a Lula. As andanças do amigo Bumlai. O filho do ex-presidente mencionado em repasse milionário

O Supremo Tribunal Federal homologou a delação premiada de Fernando Baiano em 9 de outubro de 2015. Operador do petrolão, ele afirmou que deu R$ 2 milhões a José Carlos Bumlai, amigo de Lula. Segundo Baiano, Bumlai disse que era para pagar dívida de um imóvel de uma nora de Lula.

A propina veio de acerto com a companhia de construção naval OSX, de Eike Batista. Objetivo de Baiano: conseguir que a Sete Brasil contratasse a OSX para explorar o pré-sal. Para tanto pediu ajuda a Bumlai. Influente, ele providenciou reunião entre Lula e o presidente da Sete Brasil, João Carlos de Medeiros Ferraz. Encontraram-se no Instituto Lula, em São Paulo.

Bumlai era próximo de Lula desde a campanha a presidente da República em 2002. O negócio com a Sete Brasil não avançou, mas Bumlai pleiteou comissão de R$ 3 milhões. Forjaram um contrato. Baiano deu R$ 2 milhões.

O amigo de Lula azeitou a relação PT-PMDB na divisão de propinas. Delator, Luiz Carlos Martins, ex-diretor da Camargo Corrêa, indicou que Bumlai participou de maracutaia na Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA). O suborno alcançou quase R$ 160 milhões. PT e PMDB levaram R$ 65,2 milhões cada. Bumlai dividiu R$ 29 milhões com outro lobista.

Pecuarista, Bumlai atuou como uma espécie de avalista dos negócios do grupo Schahin. Em troca do contrato de operação do navio-sonda Vitória 10000, por exemplo, acertaria propina de US$ 5 milhões a Nestor Cerveró, diretor Internacional, e a dois gerentes da Petrobras, Eduardo Musa e Luís Carlos Moreira. Apesar de a Schahin não dispor de experiência na exploração de petróleo em águas profundas, a Deep Black Drilling LLP a contratou para operar o navio-sonda durante dez anos. Por US$ 1,5 bilhão.

Bumlai, Cerveró, Musa, Moreira e Baiano decidiram o rateio no escritório do último, no Rio. O pagamento envolveria Fernando Schahin. Os repasses irrigaram ao menos duas contas bancárias no Uruguai e uma na Suíça.

Coordenador da Lava Jato, o procurador da República Deltan Dallagnol estimou em reunião do Congresso Nacional do Ministério Público que os prejuízos com corrupção na Petrobras chegariam a R$ 20 bilhões. Calculou em cerca de R$ 10 bilhões as propinas e em outros R$ 10 bilhões os sobrepreços nas obras. Defendeu as delações premiadas:

> — Antes da primeira colaboração, era uma investigação de R$ 26 milhões. Depois das colaborações, temos uma investigação envolvendo

mais de R$ 10 bilhões.

Com a homologação da delação, Baiano cumpriria um ano em regime fechado. Depois, um ano em prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica. Progrediria ao semiaberto e, em 2017, dispensaria a tornozeleira. Perderia R$ 8,5 milhões depositados em suas contas. Desembolsaria R$ 5 milhões em multas. Entregaria à Justiça casa em Trancoso (BA).

O cerco a Lula. Reportagem da revista Veja descreveu que a ex-primeira-dama Marisa Letícia esteve no Guarujá (SP) para pegar as chaves do apartamento da família Lula da Silva em meados de 2014, no início das investigações da Lava Jato. O tríplex na praia das Astúrias compunha-se de três quartos, suíte, cinco banheiros, dependência para empregados, sala de estar, sala de TV, varanda *gourmet* e área de festas com sauna e piscina.

Os Lula da Silva decidiram modificar a planta. Introduziram escritório e elevador privativo para ligar os três andares. Obras por conta da OAS, investigada no petrolão. A reportagem sublinhou o sigilo das reformas. Fechaduras na porta seriam trocadas todas as semanas. Em dias de vistoria, dispensavam os operários para não perturbar os proprietários. Vizinhos reconheceram Marisa e Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, perambulando no Condomínio Solaris. Com o caso nos jornais, ficou a suspeita de que as obras no tríplex eram arranjo entre Lula e Léo Pinheiro, presidente da OAS. O imóvel, readequado e decorado, virou um abacaxi.

Lobista de primeiríssima classe

A Polícia Federal rastreou mensagens nos computadores da Odebrecht. Um e-mail pôs Lula como intermediário de transação entre a construtora e o governo da Namíbia. A Odebrecht tinha interesse nas obras de hidrelétrica de US$ 800 milhões no país africano. Presidente da República, Lula receberia em Brasília o colega da Namíbia, Hifikepunye Pohamba. Executivo da Odebrecht, Marcos Wilson mandou e-mail a Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, em 11 de fevereiro de 2009:

> "Miguel, se você estiver hoje com os presidentes Lula e o da Namíbia, é importante que esteja informado sobre esta negociação e, se houver oportunidade, manifestar sua confiança na capacidade desta multinacional brasileira chamada Odebrecht."

Miguel Jorge participou da reunião e respondeu ao e-mail de Marcos Wilson. Chamou Lula de "PR", uma abreviatura de presidente:

> "Estive e o PR fez o *lobby*. Aliás, o PR da Namíbia é quem começou – disse que será licitação, mas que torce muito para que os brasileiros ganhem, o que é meio caminho andado."

Três dias antes, Marcelo Bahia Odebrecht, presidente da construtora, manifestou-se sobre a reunião dos dois chefes de estado. Em e-mail a outros diretores citou

Alexandrino Alencar, executivo da Odebrecht:

> "Entendo que pode ser uma boa oportunidade em função da nossa hidrelétrica. Seria importante eu enviar uma nota memória, via Alexandrino, com eventualmente algum pedido que Lula deve fazer por nós."

Lula deixou a Presidência no fim de 2010, mas manteve-se lobista. Em 13 de março de 2013, viajou em avião fretado pela Odebrecht a Malabo, capital da Guiné Equatorial. Há 36 anos Teodoro Obiang Mbasogo governava o país africano. O brasileiro tinha boas relações com o ditador.

Segundo a revista Época, Lula agiu como "o mais poderoso lobista da Odebrecht". Sem meias-palavras. Reuniu-se com o vice-presidente da Guiné Equatorial, Ignacio Milán Tang, e falou como homem de negócios. A reportagem reproduziu telegrama da embaixadora do Brasil em Malabo, Eliana da Costa e Silva Puglia, ao Itamaraty:

> "Lula citou, então, telefonema que dera ano passado ao presidente Obiang sobre a importância de se adjudicar obra de construção do aeroporto de Mongomeyen à empresa Odebrecht (este aeroporto servirá às cidades de Mongomo, terra de Obiang, e à nova cidade administrativa de Oyala)."

A revista apontou que Lula, investigado por tráfico de influência internacional, marcou reuniões, ainda no exercício de presidente, entre chefes de estado africanos e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Após visitar a Guiné Equatorial, Lula seguiu para Acra, capital de Gana. O presidente do país, John Dramani Mahama, pediu financiamento de US$ 1 bilhão. Da mensagem diplomática encaminhada ao Itamaraty:

> "O ex-presidente Lula disse acreditar que o BNDES teria condições de acolher a solicitação da parte ganense e, nesse sentido, intercederia junto à presidenta Dilma Rousseff."

Quatro meses depois e o BNDES liberou US$ 202 milhões para Odebrecht e Andrade Gutierrez construírem uma rodovia em Gana. Perguntado se Lula agiu de forma apropriada, o ex-ministro Miguel Jorge, que ocupou o cargo de presidente do Conselho de Administração do BNDES, respondeu:

> — Se o *lobby* é feito sem nenhum interesse de lucro pessoal, todo ex-presidente e ex-ministros deveriam usar sua influência em favor das empresas de seu país. Lula, por exemplo, cobra cerca de US$ 200 mil para dar uma palestra para cerca de 300 pessoas, sem promover um produto específico, enquanto o ex-presidente americano Bill Clinton cobra cerca de US$ 300 mil.

Questionaram Miguel Jorge sobre repasses da Odebrecht a Lula, como o pagamento por palestras realizadas em países onde a construtora recebeu

financiamentos do governo brasileiro, via BNDES. Resposta do ex-ministro:

— Aí, é uma avaliação que não é tão fácil de fazer.

Parênteses para o filho caçula

Luís Cláudio Lula da Silva, o caçula de Lula. O relato faz jus a um parêntesis. Vamos à Operação Zelotes, da PF. Durante o governo Lula, a Medida Provisória 471 prorrogou incentivos fiscais de R$ 1,3 bilhão ao ano, em benefício do setor automobilístico. Apurava-se esquema de *lobby* e suborno que precedeu a MP, assinada por Lula, favorável a montadoras.

O caso foi reportado pelo jornal O Estado de S. Paulo. Conforme a PF, lobistas receberam R$ 36 milhões para corromper agentes públicos e viabilizar a norma legal que interessava à indústria de automóveis. Antes da publicação, a MP passou pelas mãos da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e de sua secretária executiva, Erenice Guerra (PT-DF).

Lula autorizou em novembro de 2009 a prorrogação do prazo de descontos do Imposto sobre Produtos Industrializados, de acordo com os fabricantes, em três regiões do País. Estendeu o incentivo fiscal de 2011 a 2015. Investigado por intermediar o negócio, o escritório Marcondes & Mautoni Empreendimentos, de Mauro Marcondes Machado. Vinculado ao setor automobilístico, fez seis repasses de R$ 400 mil, num total de R$ 2,4 milhões, à LFT Marketing Esportivo, de Luís Cláudio Lula da Silva. Detalhe: a empresa do filho do presidente atuava apenas na área esportiva.

Relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), do Ministério da Fazenda, já detectara movimentações suspeitas de R$ 6,2 milhões em outra empresa do setor de esportes, a Touchdown Promoção de Eventos Esportivos, também em nome de Luís Cláudio Lula da Silva.

A assessoria de Luís Cláudio informou que a edição da MP 471 ocorreu em 2009, enquanto a contratação da LFT aconteceu cinco anos depois, em 2014. Não forneceu pormenores de serviços prestados. Na prática, porém, o benefício fiscal bilionário ainda vigorava em 2014. Para os padrões do Brasil, justificaria a comissão. Além disso, houve mais medidas provisórias.

O escritório SGR Consultoria Empresarial também foi investigado. O advogado José Ricardo da Silva, dono da empresa, mandou e-mail intitulado “parlamentares” ao sócio Eduardo Gonçalves Valadão. Pelo jeito, alguns políticos andavam sedentos. A mensagem é de 29 de dezembro de 2009:

> “É importante que eles entendam que não é conveniente que os acertos sejam feitos sempre de imediato. As receitas e as retiradas devem obedecer a um fluxo normal pertinente com as atividades do escritório. Se não for assim, as prestações de serviços serão de difícil justificativa, entende? Veja se você consegue explicar essa situação para eles com tranquilidade.”

José Ricardo da Silva acrescentou, para que não pairasse dúvida:

> "É preciso que eles entendam que não somos carregadores de carga. Somos profissionais prestadores de serviço visando a prospecção e o desenvolvimento de negócios de interesses de todos, ok?"

Problemas de saúde

De volta à Lava Jato. Colaboradores de Lula fizeram chegar à imprensa que o ex-presidente estava contrariado com o amigo José Carlos Bumlai. Segundo o que plantaram nos jornais, Lula deu R$ 200 mil para ajudar cada uma das quatro noras a comprar os próprios apartamentos. Bumlai usara indevidamente o nome do ex-presidente ao pedir dinheiro a Fernando Baiano para pagar dívida de uma das noras. Provavelmente se tratava de Renata, mulher do primogênito Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha.

Zeca do PT, candidato ao Governo do Mato Grosso do Sul em 2002, apresentou Lula ao pecuarista. Logo Bumlai emprestou a fazenda para Lula gravar programas da campanha eleitoral. Vitorioso, convidou-o para churrascos no Palácio do Alvorada. Bumlai passou a viajar na ala reservada do Aerolula. Outros empresários espremiam-se na segunda classe do avião.

Ao jornal O Estado de S. Paulo, Bumlai disse conhecer as quatro noras de Lula, mas ignorava se alguma comprou imóvel. Negou negócios com Lula:

> — Sou amigo dele, sou amigo de festa, de almoço, de aniversários, mas negócio? Não tenho negócio com ele, nenhum negócio que envolva o presidente Lula.

Fernando Baiano afirmou em delação que almoço no restaurante Tatini, no Jardim Paulista, em São Paulo, precedeu reunião no Instituto Lula com João Carlos de Medeiros Ferraz, presidente da Sete Brasil, no primeiro semestre de 2011. Bumlai, Ferraz e Baiano combinaram como proceder. De Baiano:

> "Bumlai orientou João Carlos Ferraz sobre o que falar a Lula."

Ferraz, Musa e Barusco confessaram em diferentes delações premiadas que os contratos da Sete Brasil coroavam jogos de cartas marcadas. 1% dos valores abastecia os cofres do PT. Conforme relato de Ferraz a Baiano, o ex-presidente foi amável no Instituto Lula e comprometeu-se a "dar mais velocidade" aos assuntos da Sete Brasil. Houve um segundo encontro no Instituto Lula, com a presença de sindicalistas da indústria naval.

Como pagamento, Bumlai receberia 50% da propina repassada pela OSX. O negócio não prosperou, mas uma das reuniões serviu para Bumlai se dizer pressionado a quitar a dívida de uma nora de Lula. Pediu R$ 3 milhões adiantados à OSX. Embolsou R$ 2 milhões de Baiano, e em troca deu nota fiscal fria da empresa de locação de equipamentos São Fernando.

Bumlai reconheceu apenas R$ 1,5 milhão. Alegou que pediu a quantia emprestada. Usou-a para pagar os empregados das fazendas. Queria que Baiano o ajudasse a vender uma termelétrica, contratou-o e prometeu comissão milionária. Precisava de recursos urgentes, porém. Segundo a versão, Baiano dispunha de crédito em empresa ligada à OSX, para a qual prestava serviços, e empresou a Bumlai, sem contrato. Só a palavra. Bumlai jamais devolveu a soma, mas justificou em entrevista:

> — Fiquei de devolver o dinheiro para ele, tive um problema de saúde muito sério.

Enquanto fotos de Bumlai tomavam os jornais, Veja publicou em 17 de outubro de 2015 que havia uma conta bancária de Lula com R$ 27 milhões. Já Época informou que o ex-presidente recebeu R$ 4 milhões da Odebrecht por dez palestras no exterior. A reação de Lula foi reforçar as pressões para destituir o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT-SP).

Afastamento suspeito de uma juíza

O ministro Teori Zavascki, do STF, concedeu *habeas corpus* e livrou Alexandrino Alencar da prisão. Executivo da Odebrecht e amigo de Lula, proibiram-no de deixar o País e de manter contato com outros investigados.

Ao mesmo tempo, Marcelo Odebrecht, presidente da construtora, sofreu duas novas acusações da Lava Jato. Ao lado dos executivos Márcio Faria, Rogério Araújo e Cesar Ramos Rocha, todos presos já havia quatro meses, denunciaram-no por 64 crimes. Segundo a acusação, a Odebrecht pagou R$ 137 milhões ilegais entre 2004 e 2011 em oito obras da Petrobras, incluindo o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e a Refinaria Abreu e Lima.

O juiz Sérgio Moro acatou as acusações e mandou abrir nova ação penal em 19 de outubro de 2015. Decretou a terceira prisão preventiva consecutiva de Odebrecht. O cabeça da maior empreiteira do País continuaria na cadeia. Rocha foi solto. Em seu despacho, Moro escreveu não vislumbrar medidas cautelares como alternativa à prisão preventiva de Odebrecht:

> "O risco à investigação e à instrução decorre de condutas sub-reptícias, destruição e interferência na colheita das provas, assim como o risco à aplicação da lei penal, dissipação de ativos com remessas ao exterior e movimentação no exterior de ativos criminosos. Não há como controlar essas condutas com medidas alternativas."

Vale destacar e-mails interceptados pela PF. Rogério Araújo enviou mensagem a Odebrecht em julho de 2014. Referiu-se a suposta declaração da então presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster (PT-RJ). Ela teria dito que não defenderia o antecessor, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), porque o diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, "se beneficiou", enquanto o diretor de Serviços, Renato Duque,

levou “dinheiro para partido”. Odebrecht respondeu à mensagem. Tratou Paulinho como “PR”:

> “Ela quer detonar o PR? Não apenas não ajudar como atacar? Isso é suicídio, só vai prejudicar governo e empresa.”

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, em 21 de outubro de 2015, o doleiro Alberto Youssef falou da dificuldade de receber propina da Odebrecht:

> — Sempre tinha uma encrenquinha com a Odebrecht. Pediam desconto, diziam que a obra tinha sido ganha no aperto, que não tinham condições de pagar.

Teori Zavascki negou pedido de liberdade a Marcelo Odebrecht e a seus dois executivos presos. Da decisão, em 22 de outubro de 2015:

> “A prisão está justificada em razão da sua posição de liderança, na condição de presidente das empresas do grupo Odebrecht, em tese, orientando as supostas atividades criminosas dos demais corréus, assim como em razão de sua atuação específica em fatos que revelam fortes indícios de interferência nas colheitas de provas durante as investigações.”

A Operação Zelotes provocou crise sem precedentes entre Lula e Dilma Rousseff. Em movimento conjunto, PF, MPF e Receita Federal fizeram ação de busca e apreensão na sede da LFT Marketing Esportivo, de Luís Cláudio Lula da Silva, em 26 de outubro de 2015. Lula ficou furioso.

Conforme os repórteres Catia Seabra, Gustavo Uribe e Valdo Cruz na Folha de S.Paulo, o ex-presidente, indignado, responsabilizou Dilma Rousseff. A operação na firma de Luís Cláudio demonstrava desgoverno ou, pior, “uma prova de que Dilma orientou seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a unicamente protegê-la”, mesmo que ele, Lula, tivesse de pagar o preço. Ele estava convencido de que a presidente permitia investigações para se preservar. Dilma não possuía pulso firme para comandar a PF. Agira para destruir a economia, o PT e, agora, tratava de acabar com o legado de Lula.

Será que Dilma Rousseff iluminou os problemas de Lula para esconder os seus e se safar? Ou será que Lula tratou de acusá-la para, ele sim, tentar desviar as atenções que recaíam sobre si? De todo modo, Lula trabalhava para obstruir a justiça. Deveria ter sido preso. Não sofreu consequências.

Ao autorizar a ação da PF, a juíza Célia Regina Bernardes, da 10ª Vara Federal em Brasília, citou que a Marcondes & Mautoni Empreendimentos, especializada em contatos com a administração pública, estava sendo investigada por receber R$ 16,8 milhões de empresas ligadas à Mitsubishi e à Hyundai para viabilizar a Medida Provisória 627, de 2013, de interesse da indústria automobilística. Ao mesmo tempo, de forma suspeita, a Marcondes & Mautoni repassou quantia à LFT, de *marketing* esportivo. A firma do filho de Lula, sem empregados, tinha jeito de empresa de

fachada.

Dono da Marcondes & Mautoni e amigo de Lula desde a década de 1980, Mauro Marcondes foi preso durante a operação. Atuava como consultor e lobista das montadoras. Nas paredes de seu escritório mantinha fotografias em que aparecia ao lado de Lula. Durante as greves no ABC paulista, que revelaram Lula como líder sindical no final da década de 1970, Marcondes era diretor da Volkswagen. Representava o sindicato patronal das fabricantes de automóvel. Os dois estreitaram laços na época. No início de seu governo, em 2003, Lula o recebeu no Palácio do Planalto.

Ex-chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho (PT-SP) também surgiu na política pelo ABC. Suspeito de conluio com Marcondes para aprovar a MP 471, foi interrogado pela PF. Ministro da Secretaria-Geral da Presidência de Dilma Rousseff, admitiu encontros com Marcondes no governo Lula. Aceitou presentes do lobista, mas negou que embolsou propina:

> — A malandragem é deles que, na hora de vender para as empresas, podem falar que precisaram pagar. Quando você recebe as pessoas, não sabe o que elas vão fazer com aquilo.

Havia o fato, porém: Luís Cláudio Lula da Silva embolsou R$ 2,4 milhões da Marcondes & Mautoni, de Mauro Marcondes.

Da juíza Célia Regina Bernardes, ao autorizar a prisão de Marcondes:

> "Concluo, em cognição sumária, que o grupo criminoso atua para exonerar créditos tributários e comprar legislação que beneficia grupos empresariais privados há pelo menos seis anos, o que permite dizer que se trata de pessoas para quem o crime é meio de vida, sendo imprescindível a decretação de sua prisão preventiva para interromper o ciclo delitivo."

Luís Cláudio Lula da Silva e a mulher, Fátima Cassaro, moravam em apartamento nos Jardins, em São Paulo. O casal não pagava aluguel. O imóvel pertencia à Mito Participações, de parentes do advogado Roberto Teixeira, padrinho de Luís Cláudio e outro amigo de longa data de Lula.

Na década de 1990, Teixeira emprestou imóvel por quase oito anos para Lula morar em São Bernardo do Campo (SP), sem pagar aluguel. O advogado ficou conhecido na época, citado em escândalo em prefeituras do PT.

Em relação ao apartamento dos Jardins, estava em nome da Peabody Trade antes de pertencer à família de Teixeira. A *offshore*, com sede no paraíso fiscal das Bahamas, tinha ligações com um certo uruguaio, André Neumann. Ele vinha a ser marido de Maria Beatriz Braga. Dona de empresas de ônibus na região do ABC, ela ficou conhecida como "rainha da catraca". Uma construtora de sua propriedade firmou contratos com a Prefeitura de São Bernardo do Campo. O prefeito Luiz Marinho (PT) era próximo de Lula.

A juíza Célia Regina Bernardes foi afastada da Operação Zelotes.



CALA-BOCA DE 2 BILHÕES

Nada como amansar o ânimo de deputados e senadores do que dinheiro para emendas parlamentares

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar suspeitas de irregularidade na campanha de reeleição de Dilma Rousseff. Instaurado em 7 de outubro de 2015, o procedimento atendeu a pedido do ministro Gilmar Mendes, do Tribunal Superior Eleitoral, que apontou contradições em contratos firmados pelo comitê eleitoral do PT em 2014. Alegou que delatores do petrolão admitiram desvios de dinheiro na forma de doações eleitorais.

Sob fogo cruzado, Dilma Rousseff respondeu duas semanas depois. Autorizou a liberação de R$ 2,2 bilhões em emendas parlamentares. Um cala-boca. E prometeu mais dinheiro para obras e serviços de interesse dos políticos, desde que parassem as tentativas de cassar o seu cargo.

Toma lá, dá cá.

As agências de publicidade Borghi Lowe e FCB, ligadas à norte-americana Interpublic, safaram-se das investigações sobre repasses de propina em contratos do Ministério da Saúde e da Caixa Econômica Federal ao firmar acordo de leniência em 16 de outubro de 2015. Confessaram o esquema de corrupção e aceitaram devolver R$ 50 milhões ao Governo Federal – a soma dos lucros indevidos em contratos irregulares nos últimos cinco anos. O acordo livraria empresas e executivos de processos. A Borghi Lowe movimentou mais de R$ 1 bilhão em publicidade do Ministério e da Caixa. A FCB obteve em 2014 contrato de R$ 100 milhões da Petrobras.

Investigações concluíram que o publicitário Ricardo Hoffmann pagou R$ 2,5 milhões em comissões ao ex-deputado André Vargas. Em troca, agências paparam contratos no Ministério, Caixa e Petrobras. A propina saiu de prestadoras de serviço para contas bancárias controladas por Vargas.

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, Vargas admitiu ter mentido ao declarar a compra de casa em Londrina (PR) por R$ 500 mil. O imóvel custou R$ 980 mil, conforme disse o vendedor. Parte depositada em dinheiro vivo em 2011: R$ 225 mil em 13 de maio, R$ 43 mil em 17 de maio e R$ 95 mil em 25 de novembro. Os valores não vieram de contas bancárias de Vargas. Preso pela Lava Jato, afirmou que costumava guardar dinheiro no escritório.

Em depoimento de delação premiada, Fernando Baiano negou ter atuado como operador do PMDB na Petrobras. Garantiu que Paulo Roberto Costa inventou a história para justificar transações e desvios de dinheiro sujo do Partido Progressista. Para Baiano, Paulinho roubava o PP. Ele tomou conhecimento da versão espalhada pelo ex-diretor de Abastecimento ao se encontrar casualmente com o doleiro Alberto

Youssef e o deputado Pedro Corrêa (PP-PE) num restaurante no Rio. Ao ser apresentado, Corrêa reagiu:

> — Então você é o Fernando Baiano que está levando nosso dinheiro para o PMDB?

Baiano cumpria ordens de Paulinho. Em depoimento, esmiuçou repasses de R$ 20 milhões a R$ 25 milhões ao ex-diretor, bem mais que os US$ 4 milhões reconhecidos por Paulinho. Confessou a entrega de R$ 2 milhões a R$ 3 milhões a sobrinho da mulher do ex-diretor. Levou dinheiro de helicóptero.

Relatou que doação ilegal de R$ 2 milhões à campanha de Dilma Rousseff em 2010 serviu para aproximar Paulinho do PT. Baiano levou-o ao encontro de Antonio Palocci (PT-SP). O então diretor temia ser exonerado caso Dilma vencesse as eleições. A reunião dos três foi amarrada por José Carlos Bumlai, o amigo de Lula. Ocorreu numa casa no Lago Sul, em Brasília, usada por Palocci como escritório. Com a entrega dos R$ 2 milhões em um hotel em São Paulo, Paulinho obteve apoio político para prosseguir na estatal.

Range Rover. Mas só serve um vermelho

Dilma Rousseff tornou-se presidente. Baiano procurou Bumlai para nova tratativa com Palocci, agora ministro da Casa Civil. Objetivo: abrir as portas da Sete Brasil para a OSX. Palocci indicara João Carlos de Medeiros Ferraz, ex-funcionário da Petrobras, para presidente da Sete. Baiano atuava na OSX, que construía estaleiro com a espanhola Acciona.

Nestor Cerveró recorreu a Baiano em 2012 para comprar um Range Rover Evoque blindado, de R$ 220 mil. O diretor da BR Distribuidora desejava um, vermelho, para dar de aniversário à mulher, Patrícia. Difícil encontrá-lo. Recém-lançado, estava em falta. Paulinho adquiriu carro do mesmo modelo, intermediado por Youssef. Baiano localizou-o numa concessionária em São Paulo. Amigo, adiantou R$ 170 mil para Cerveró comprá-lo. Usou os préstimos de um "contato", Diego Candolo, com quem tinha créditos no exterior. Leal, Cerveró devolveu-lhe o dinheiro um mês depois. Entregou 17 maços de R$ 10 mil cada, recheados com cédulas de R$ 50 e R$ 100.

Transferido da Diretoria Internacional da Petrobras para o cargo de diretor Financeiro e de Serviços da BR Distribuidora, Cerveró comentou com Baiano pressões do senador Fernando Collor (PTB-AL). O político queria que a subsidiária da Petrobras comprasse uma safra futura de álcool por R$ 1 bilhão. Para isso, indicaria as usinas proprietárias do combustível. Como se sabe, Alagoas é conhecida como polo sucroalcooleiro. Para Baiano, "o tom, o contexto e as circunstâncias sugeriam tratar-se de negócios ilícitos".

Em medida aparentemente sem sentido, o ministro Teori Zavascki, do STF, autorizou Collor a guardar veículos apreendidos em sua casa em Brasília. Zavascki

entendeu que o político deveria ser o fiel depositário dos carros, comprados de forma suspeita. Luxuosos Lamborghini, Bentley, Range Rover e Ferrari voltaram à Casa da Dinda. Collor divertiu-se nas redes sociais:

> — Lembra-se daquela operação espetaculosa, com potentes helicópteros e dezenas de viaturas ostensivas, que ocorreu três meses atrás, em Brasília, para apreender veículos pertencentes ao senador Collor? Pois bem, eles estão de volta à garagem do seu proprietário.

Acusado em esquema que desviou R$ 52 milhões do Ministério do Planejamento, Alexandre Romano, ex-vereador do PT, teria beneficiado a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo (PT-PR). Delator, disse que dividiu comissões oriundas de contratos do Ministério com Bernardo e o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Valores rateados em partes iguais de 2010 a 2012.

Fatiada a Lava Jato, Romano deixou a carceragem da PF de Curitiba em 17 de outubro de 2015. Com a delação, passou a cumprir prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica. A 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo tomou a decisão. O juiz João Batista Gonçalves assumiu o caso. Ao contrário de Sérgio Moro, optou pelo sigilo. Investigação em segredo de Justiça.

Ministro da Previdência, Carlos Gabbas (PT-SP) beneficiou-se do esquema a partir de 2012. Primeiro contrataram a Consist para avaliar empréstimos consignados a funcionários públicos. Em seguida vieram os repasses feitos por escritórios ligados à Consist. Paulo Bernardo definia a divisão da propina. Até um motorista de Gleisi Hoffmann recebeu dinheiro sujo.

A Procuradoria-Geral da República denunciou por corrupção e lavagem de dinheiro, em 22 de outubro de 2015, o deputado Nelson Meurer (PP-PR) e seus filhos Nelson Meurer Júnior e Cristiano Augusto Meurer. Meurer, o pai, recebeu R$ 500 mil de propina como doação oficial nas eleições de 2010. Dinheiro da Queiroz Galvão em pagamento por contratos na Petrobras.

Meurer teria embolsado bem mais, por meio de comissões em contratos da Diretoria de Abastecimento, entre 2008 e 2013. Conforme a denúncia, Rafael Ângulo Lopez, braço-direito de Youssef, providenciou-lhe 11 mensalões de R$ 150 mil cada. Total de R$ 1,65 milhão. Meurer também recebia "picadinhos" das empresas. Por determinação de Paulinho, o doleiro Carlos Habib Chater deu-lhe R$ 42 mil em 2009 e R$ 10 mil em 2010.

No Carnaval, confetes novos

Nada melhor que uma brasileira como gerente de banco na Suíça para administrar dinheiro ilegal de brasileiros no país europeu. A PF investigou Denise Kos por crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Ela trabalhou em agência suíça do Jacob Safra. Teria ajudado o ex-diretor Internacional Jorge Luiz Zelada a ocultar

somas de origem criminosa. Ao avisá-lo sobre depósito de US$ 1 milhão, no início de 2009, Denise falou da entrada de "confetes novos". Brincou com o período de Carnaval. Em outra oportunidade, advertiu-o para ter cuidado. Ele a prevenira: nem sempre sabia a origem das remessas. Denise trabalhou com outros investigados no petrolão: Pedro Barusco, Mario Goes e Júlio Faerman. Barusco até mudou de banco quando ela trocou o Safra pelo Lombard Odier.

Conforme as investigações, Zelada embolsou grana da norueguesa Acergy (mudou de nome para Subsea 7), contratada para construir gasoduto no campo de Mexilhão, na bacia de Santos (SP). Recebeu R$ 1 milhão pelo contrato. O lobista João Augusto Rezende Henriques e o sócio francês Miloud Alain Daouadji, representante da Acergy, repassaram o dinheiro a partir de *offshore* no Panamá. Segundo relatório da PF, Daouadji já lhe dera US$ 110 mil em 2007, quando Zelada era gerente na Petrobras.

João Antônio Bernardi Filho deixou a prisão em 26 de outubro de 2015. Delator, confessou que durante cinco anos administrou dinheiro sujo de Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras, seu amigo por 30 anos. O vínculo levou Bernardi a assinar uma carta que assegurava, em caso de morte, a transferência para Duque do dinheiro em nome da *offshore* Hayley, no Uruguai. O acordo com a Justiça estabeleceu a devolução de imóveis e obras de arte. Bernardi comprometeu-se a dar de volta US$ 10 milhões de ativos atribuídos a Duque e a pagar R$ 3 milhões em multa.

A Hayley recebeu US$ 5 milhões de 2009 a 2010. Do contrato entre a Petrobras e a Confab, Duque embolsou US$ 9,4 milhões. Em outra operação irregular com a Petrobras, o lobista Julio Camargo repassou US$ 1 milhão à conta da Hayley na Suíça. Parte do dinheiro foi internada com a constituição da Hayley do Brasil, em 2012. Bernardi comprou imóveis para Duque.

Em outro desdobramento, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou parecer ao STF pedindo o arquivamento da denúncia contra o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). O tucano ficaria livre da Lava Jato.

O juiz Sérgio Moro condenou o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE) a 20 anos e sete meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A sentença, de 29 de outubro de 2015, impôs multa de R$ 2,2 milhões. Assessor parlamentar de Corrêa, Ivan Vernon Torres Júnior foi condenado a cinco anos de prisão. Rafael Ângulo Lopez, "mula" de Youssef, colaborou com a Justiça. Ficaria dois anos sem sair de casa à noite, com tornozeleira.

Corrêa engordou R$ 11,7 milhões em comissões indevidas de contratos da Petrobras. Atuou em 72 crimes de corrupção passiva e em 328 operações de lavagem de dinheiro. A Justiça reuniu transferências bancárias ordenadas por Youssef, num total de R$ 7,9 milhões. Prova dos delitos. O restante foi repassado em espécie ao político ou a indicados por ele. Sérgio Moro considerou perturbador o fato de Corrêa

enriquecer com as fraudes na Petrobras durante o seu julgamento por envolvimento no mensalão:

> "Nem o julgamento condenatório pela mais alta corte do País representou fator inibidor da reiteração criminosa, embora em outro esquema ilícito. Agiu, portanto, com culpabilidade extremada, o que também deve ser valorado negativamente."

O STF tirou do juiz Sérgio Moro o caso de corrupção na Eletronuclear. Decisão do ministro Teori Zavascki, de 29 de outubro de 2015, passou à Justiça Federal, no Rio, as investigações sobre os contratos da Usina Nuclear de Angra 3. Suspeitas de fraude, superfaturamento e propina levaram à prisão o almirante Othon Luiz Pinheiro e Flávio David Barra, da Andrade Gutierrez. O esquema teria contado com o senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia. Em delação premiada, Ricardo Pessoa, dono da UTC, disse que o político pediu R$ 30 milhões para as campanhas eleitorais do PMDB em 2014. Sete empreiteiras foram contratadas para as obras em Angra 3. Dalton Avancini, da Camargo Corrêa, fez acordo com a Justiça. Confirmou o envolvimento de Lobão.

Moro condenou Sérgio Cunha Mendes, vice-presidente da Mendes Júnior, a 19 anos e quatro meses de prisão. Por corrupção, lavagem de dinheiro, associação criminosa e como o principal responsável por repasses ilegais de R$ 31,4 milhões à Diretoria de Abastecimento da Petrobras. O juiz também condenou Rogério Cunha Pereira e Alberto Elísio Vilaça Gomes, diretores da Mendes Júnior. O primeiro, a 17 anos e quatro meses. O segundo, a dez anos de prisão. O operador Enivaldo Quadrado recebeu pena de sete anos e seis meses por lavagem de dinheiro. A sentença estipulou indenização de R$ 31,4 milhões à Petrobras, equivalente ao montante desviado.

Conforme a Justiça, a Mendes Júnior subornou em obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e da Refinaria de Paulínia (SP). A empresa reconheceu pagamentos ilegais de R$ 8 milhões. Acusou Paulo Roberto Costa de extorsão. Recorda-se a reação de Moro ao rechaçar as alegações:

> — Quem é extorquido procura a polícia, não o mundo das sombras.

Para o juiz, o esquema prosseguiu mesmo após Paulinho deixar a Petrobras:

> "Se, antes, tinha ele algum poder para retaliar a Mendes Júnior, isso não seria mais verdadeiro após abril de 2012. Ainda assim a empreiteira efetuou vultosos pagamentos de propina até o distante junho de 2013. Ora, quem é vítima de extorsão não honra compromissos de pagamento com o algoz."

O Tribunal de Contas da União decidiu em 4 de novembro de 2015 investigar o Conselho de Administração da Petrobras no período em que Dilma Rousseff o presidiu. Em foco as obras da Refinaria Premium 1, no Maranhão, e da Refinaria

Premium 2, no Ceará. A estatal cancelou-as e reconheceu prejuízo de R$ 2,8 bilhões em 2014. Segundo o ministro José Múcio Monteiro, o Conselho autorizou contratações da Diretoria de Abastecimento sem projetos de viabilidade e ignorou as advertências de aumento de custos que tornariam as obras inexequíveis. De Monteiro:

> — A responsabilização de integrantes do Conselho de Administração está associada a condutas omissas ou negligentes, sobretudo quando há falha no dever de vigia.

O galhofeiro desperta gargalhadas

O TCU também instaurou processo para a devolução de US$ 3,7 milhões à Petrobras. O dinheiro teria sido desviado de contrato com a Odebrecht em 2010. Os serviços beneficiariam empresas e refinarias ligadas à estatal no exterior, nos setores de segurança, meio ambiente e saúde. Em foco contratos fora do Brasil, por preços até 1.000% acima do mercado.

Investigava-se o envolvimento do ex-presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), que aprovara o contrato. Licitação suspeita por restringir a participação de outras empresas. Ações de sua sucessora, Maria das Graças Foster (PT-RJ), e dos ex-diretores Paulo Roberto Costa, Almir Guilherme Barbassa, Renato Duque, Guilherme Estrella e Jorge Luiz Zelada seriam averiguadas. Do relator, ministro Vital do Rêgo:

> "Todos esses fatos me levam a crer que as decisões relacionadas à tal contratação unificada, com prazo exíguo, precárias condições de divulgação e sem projetos adequadamente esquadrinhados, limitaram a competitividade da licitação e podem ter afastado o interesse de outros competidores."

Apesar de problemas financeiros e dívidas que chegavam a R$ 1,2 bilhão, o grupo São Fernando, de José Carlos Bumlai, conseguiu empréstimo do BNDES de R$ 101 milhões em 2012. Em decorrência de calotes milionários, requerera-se à Justiça a falência de empresas do pecuarista. Mas isso não impediu a operação de crédito estatal. De ativo integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social durante o governo Lula, Bumlai deixou de ser o homem de negócios dos idos de 2008 e 2009, período em que a São Fernando Açúcar e Álcool recebeu quase R$ 400 milhões de créditos do BNDES em parceria com o grupo Bertin. Nove meses depois do empréstimo de 2012, entrou com pedido de recuperação judicial. Não arcou com o passivo. Em outubro de 2015, devia R$ 333 milhões ao BNDES.

Lula fez galhofa com a delação de Fernando Baiano. Arrancou gargalhadas em reunião do Diretório Nacional do PT em 29 de outubro de 2015. Ironizou a confissão segundo a qual Bumlai pediu dinheiro para uma de suas noras:

> — Me criaram um problema desgraçado. Tenho quatro noras e disseram

que uma recebeu R$ 2 milhões. Aí vão perguntar quem está rico na família. Daqui a pouco uma nora entra com um processo contra a outra.

Gilberto Carvalho (PT-SP) atacou a Lava Jato na Folha de S.Paulo:

— Eles querem desmoralizar o presidente Lula para depois realizarem a prisão dele e o tirarem fora de 2018, é disso que se trata. A tática está definida, está clara. É a tentativa de ir aos poucos minando o partido, a credibilidade do presidente Lula, para depois levá-lo a um processo de condenação e prisão.

A revista Época destacou em 31 de outubro de 2015 movimentações financeiras suspeitas de R$ 300 milhões. O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), do Ministério da Fazenda, analisou dados bancários de Lula e de três ex-ministros petistas – Antonio Palocci (Fazenda), Erenice Guerra (Casa Civil) e Fernando Pimentel (Desenvolvimento).

Entre 2008 e 2015, recursos vinculados aos quatro eram incompatíveis com rendimentos, empresas e atividades. Somas de entradas e saídas da Projeto Consultoria, de Palocci, chegaram a R$ 216,2 milhões. O ex-ministro fez 11 depósitos com valores elevados na própria empresa. Lula movimentou R$ 52,3 milhões, incluindo um título de previdência privada de R$ 1 milhão. Erenice, R$ 26,3 milhões. E Pimentel, R$ 3,1 milhões.

Em mais uma tentativa para explicar a fortuna na Suíça, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) reiterou que não mentiu à CPI da Petrobras ao negar possuir contas no exterior. Em 4 de novembro de 2015, afiançou que empresas e *trustes*, não ele, gerenciavam as contas. Cunha era apenas beneficiário. Garantiu desconhecer a origem do 1,3 milhão de francos suíços depositados em uma das contas por João Augusto Rezende Henriques. O lobista atrelou a soma à comissão por um contrato da Petrobras no Benin, na África. Cunha argumentou que o dinheiro, desconhecido, ficou parado. Após alguns anos, concluiu que deveria ser o pagamento de empréstimo ao deputado Fernando Diniz (PMDB-MG), meses antes de sua morte, em 2009.

Enquanto Cunha dava as explicações à imprensa, um rapaz atirou cópias de cédulas de 100 dólares. As notas traziam a imagem de Cunha. Antes de ser imobilizado e levado por policiais, o manifestante gritou:

— Trouxeram sua encomenda da Suíça.

No dia seguinte Cunha tratou novamente do 1,3 milhão de francos suíços. Tinha apenas a "suspeita" de que se vinculava à quitação da dívida. Em sua defesa no Conselho de Ética da Câmara, justificaria dinheiro no exterior como resultado da venda de carne enlatada à África, antes de se tornar político, e a operações no mercado financeiro na década de 1980.

O "acordão" secreto entre Lula, Cunha e Renan Calheiros (PMDB-AL) surtiu resultados. As CPIs que investigavam o Carf (Conselho Administrativo de Recursos

Fiscais) e o BNDES decidiram não convocar Luís Cláudio Lula da Silva e os ex-ministros Gilberto Carvalho, Erenice Guerra e Antonio Palocci.

José Carlos Bumlai também ficaria de fora. Todos livres de dar explicações. No caso do caçula de Lula, os governistas da CPI do Carf ainda rejeitaram requerimentos para a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do "empresário" e de sua firma, a LFT Marketing Esportivo.



AMBIENTE CARTELIZADO

Empreiteiras impuseram preços abusivos que geraram pagamentos irregulares de até 42 bi

Em novo laudo da Polícia Federal, peritos atualizaram para o limite de 20%, "conservadoramente", o percentual de majorações indevidas e lucros abusivos nos contratos da Petrobras. Concluído em 26 de outubro de 2015 pelo setor técnico-científico da PF em Curitiba, o estudo estimou pagamentos irregulares de até R$ 42 bilhões. A perícia analisou desembolsos com 27 empresas investigadas, todas integrantes do cartel, entre 2004 e 2014. Juntas, receberam R$ 215,7 bilhões. Do relatório de Audrey Jones de Souza, Raphael Borges Mendes e Jefferson Ribeiro Braga:

> "Considerando que em ambiente cartelizado a competitividade fica praticamente descartada, estima-se que os percentuais de lucros excessivos aplicados pelas empreiteiras cartelizadas possam ter variado entre o mínimo de 3%, correspondente aos valores repassados a partidos políticos e aos ex-funcionários da Petrobras, podendo chegar a até 20%."

Em depoimento à Justiça Federal, Paulo Roberto Costa afirmou em 10 de novembro de 2015 que Fernando Baiano manteve "reuniões frequentes" com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para decidir alocações de propina. Confirmou que recebeu US$ 3 milhões da Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Estre Ambiental. Dinheiro depositado por Baiano em contas abertas nas Ilhas Cayman. Paulinho disse que o acerto era de US$ 4 milhões, mas faltou US$ 1 milhão. Insinuou que Baiano o embolsou.

Na acareação com Paulinho em 5 de novembro de 2015, Baiano relatou que Calheiros recebeu quantias do lobista Jorge Luz. Dinheiro de contratos na Diretoria Internacional. Do depoimento:

> "Assevera que realizou apenas alguns repasses pontuais envolvendo o PMDB, dentre eles o relacionado a Eduardo Cunha e a Renan Calheiros (quanto a este sempre por meio de Jorge Luz), conforme consta de seus termos de oitiva."

Baiano admitiu que entregou dinheiro de acertos na Diretoria Internacional a políticos do PMDB. Citou o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), o ex-ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau (2005 – 2007, no governo Lula), e o senador Delcídio Amaral (PT-MS). De Baiano, durante a acareação:

> "Na questão das sondas, Nestor Cerveró lhe disse que teria havido uma reunião com o ministro Silas Rondeau, Renan Calheiros, Jader Barbalho e

> Delcídio Amaral e que o ministro necessitava que um auxílio fosse dado ao PMDB e que a partir daquela data o PMDB passaria a apoiar Nestor Cerveró junto à Diretoria Internacional."

No início de outubro de 2015, a PF concluiu perícia financeira que tratou do recebimento de propina por Calheiros e o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE). Paulinho denunciara. É o caso das duas prestadoras de serviço que cobravam mais de R$ 60 milhões em indenização da Petrobras. O próprio Paulinho encaminhou a demanda pela qual receberia dinheiro sujo.

A PF rastreou R$ 6 milhões que passaram por contas de escritórios de advocacia. Detectou R$ 3 milhões na conta de Luís Carlos Batista Sá, tido como sócio de Gomes. Dinheiro sacado em 19 operações: seis cheques de R$ 80 mil, três de R$ 70 mil, dois de R$ 60 mil, dois de R$ 50 mil, três de R$ 30 mil e três de R$ 20 mil. Pulverizado por diversas pessoas e empresas.

Ao depor ao juiz Sérgio Moro, Baiano desvinculou repasses a Paulinho, para quem operava, da propina entregue a políticos e partidos:

> "Eu acredito que isso seja independente, eu sempre operei recursos do Paulo, para o Paulo."

Uma única vez, porém, reconheceu que solicitou a Paulinho uma "doação" para o senador Valdir Raupp (PMDB-RO):

> "Eu também fiquei sabendo, posteriormente, que essa doação tinha sido feita e eu fiquei sabendo depois que foi feita oficialmente e quem tinha operacionalizado isso tinha sido o Youssef."

Ex-ministro de Fernando Collor, Pedro Paulo Leoni Ramos alegou que fez empréstimo de R$ 1 milhão ao senador Collor (PTB-AL) em 2011. Investigado sobre as propinas na BR Distribuidora, Ramos afirmou que Alberto Youssef fez o repasse a Luís Amorim, "homem de confiança" e responsável pela TV Gazeta de Alagoas, propriedade da família Collor.

Collor, Amorim e Ramos foram denunciados ao STF por engendrar organização que captou R$ 26 milhões de 2010 a 2014. Ramos não fez contrato para o "empréstimo" de R$ 1 milhão. Collor não o devolveu.

A Procuradoria-Geral da República enviou ao STF em 18 de novembro de 2015 dois novos pedidos para investigar Collor. Segundo a PF, havia indícios de propina nos R$ 6,2 milhões usados na compra de quatro carros de luxo. A PF quebrou o sigilo e analisou 110 mil operações bancárias em 11 contas do senador, sua mulher e empresas da família. Veículos estavam em nome da Água Branca Participações. Empresa sem funcionários nem atividade.

Evidência da lavagem de dinheiro: uma série de depósitos em dinheiro vivo, fracionados e em valores baixos para despistar origem e destino. A PF identificou 469 depósitos de R$ 2 mil em contas controladas por Collor. Somavam R$ 938 mil.

Só em 16 de agosto de 2011, 35 depósitos de R$ 2 mil. Houve 46 depósitos de R$ 1.500,00. Todas as operações realizadas em caixa eletrônico de agência do Banco Itaú, em Brasília, usada por Youssef.

Malabarismos e simulações

O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) tentou anular a cooperação entre Suíça e Brasil, mas não barrou a investigação sobre suas contas. Pretendia impedir o uso das provas em processo no STF. A Justiça suíça rejeitou seu recurso. O *dossiê* do banco Julius Baer continha 5 mil páginas de extratos e documentos. Do Ministério Público da Suíça:

> "Existe uma forte suspeita de que os pagamentos efetuados às contas de Cunha são pagamentos de propina e que Cunha é culpado também por lavagem de dinheiro."

Para o político, o dinheiro na Suíça veio da venda de carne enlatada e gêneros alimentícios à África. Cunha aplicou em torno de US$ 2 milhões a US$ 2,5 milhões em *offshores* no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas na década de 1980. Depois fez transferências ao banco Merril Lynch nos Estados Unidos, aplicou "em terceiros" e, finalmente, em *trustes* na Suíça.

Sobre o depósito de 1,3 milhão de francos suíços em 2011, Cunha insistiu que a soma foi para um *trust*, como se o beneficiário direto não fosse ele. Em entrevista à Folha de S. Paulo, em 7 de novembro de 2015, argumentou:

> "O dinheiro não era meu, tinha um *trust*, não reconheceu [a origem do depósito] e a prova é que o dinheiro ficou parado."

Não ficou parado. Documentos da Suíça indicaram que 328 mil francos suíços foram convertidos em dólares e cobriram investimento em ações da Petrobras na Bolsa de Nova York, em janeiro de 2014. Após as primeiras prisões da Lava Jato, em abril de 2014, Cunha fechou a Orion, administrada por *trust* na Escócia. Saldo de 970 mil francos suíços foi injetado na Netherton Investments, de Cunha, com sede em Cingapura. A Netherton era *offshore* convencional, não *trust*. Como a Kopek, usada por Cláudia Cordeiro Cruz, sofreu bloqueio na Suíça. Tinham saldo de US$ 2,4 milhões.

Como já mencionado, João Augusto Rezende Henriques depositou o 1,3 milhão de francos suíços após a venda à Petrobras de campo de petróleo no Benin, na África. O lobista disse que Felipe Diniz, filho do deputado Fernando Diniz (PMDB-MG), indicou a conta de Cunha para o pagamento.

Para embaralhar a investigação, Felipe negou à Procuradoria-Geral da República ter ordenado o depósito. Cunha havia dito que o dinheiro poderia ser devolução de empréstimo feito ao "amigo" Fernando Diniz. Desistiu de cobrar a dívida após a sua morte. Felipe disse não saber do empréstimo ao pai. Nem do negócio no Benin. Mas esteve na casa de Cunha em Brasília quando o caso ocupava as páginas dos jornais,

em 10 de novembro de 2015.

Em relação à Triumph-SP, conta-*trust* aberta em 2007 no Julius Baer de Genebra, na Suíça, cujo beneficiário era Cunha. A investigação apurou que a contrassenha do *trust* vinha ser a palavra "Elza", primeiro nome da mãe do político, Elza Cosentino da Cunha. E Cunha detinha procuração para operar o *trust*, cujas características o autorizavam a resgatar as aplicações sempre que quisesse. Mecanismo conhecido como *sham trust* – simulação de *trust*. Na prática, constituíam as contas bancárias negadas.

2 milhões para se manter no cargo de diretor

Ao fazer um balanço das ações da Lava Jato no início de novembro de 2015, o procurador Deltan Dallagnol anunciou a recuperação de ao menos R$ 2,4 bilhões oriundos de mais de 30 acordos de delação premiada e três termos de leniência com empresas envolvidas no petrolão. O MPF prometia responsabilizar partidos, principalmente PT, PMDB e PP, pelo rateio dos cargos na Petrobras e os desvios de recursos públicos. De Dallagnol:

> — Vamos entrar com uma ação civil pública contra os partidos que participaram dos crimes, que atuaram para que os benefícios de recursos acontecessem e que se beneficiaram deles.

Em depoimento, Ricardo Pessoa, da UTC, contou que elevou de R$ 20 milhões para R$ 54 milhões as doações eleitorais em 2014. Estratégia para ampliar sua capacidade de relacionamento e incrementar os negócios:

> — As doações políticas são feitas para que se obtenha uma vantagem, seja ela devida ou indevida, seja para que partido for.

O empresário justificou a injeção de dinheiro em campanhas de deputado e senador como forma de acompanhar e influenciar a agenda legislativa:

> — As doações políticas propiciam maior acesso aos tomadores de decisões, facilitando acesso mais rápido aos seus objetivos e interesses de uma maneira mais eficaz e célere.

Exemplificou com a doação ao deputado Paulinho da Força (SP), do PDT, primeiro partido a apoiar a candidatura Dilma Rousseff em 2010. Depois o vento virou. Paulinho fundou o Solidariedade e se tornou aliado de Cunha.

Pessoa citou doação a Valdemar Costa Neto (PR-SP), por sua "grande relevância" no Ministério dos Transportes. Disse não condicionar doações a pedidos concretos, mas os políticos entendiam e, naturalmente, concediam poder. O "toma lá, dá cá" garantia contribuições futuras:

> — O relacionamento com autoridades eleitas propicia a abertura de portas para que você tenha legitimidade para propor e discutir oportunidades de negócio.

Executivo da UTC, Walmir Pinheiro Santana relatou em delação premiada "alguns compromissos" gerados a partir da assinatura de contrato de R$ 2 bilhões entre Petrobras, Odebrecht, Toyo do Brasil e UTC para obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Relacionou R$ 15,51 milhões e os nomes de João Vaccari Neto, José Dirceu (PT-SP) e José de Filippi Júnior (PT-SP), tesoureiro das campanhas de Lula e Dilma, em 2006 e 2010:

> "Vaccari autorizou abater destes valores R$ 15,51 milhões, R$ 400 mil para entregar para José Fillipi, R$ 1,69 milhão para José Dirceu e R$ 1,8 milhão foram para algumas campanhas eleitorais (provavelmente para campanhas ao cargo de prefeito): municípios de Contagem, Belo Horizonte, Recife, Montes Claros, Campinas, São Bernardo do Campo; que há um valor de R$ 150 mil que acha que foi para um evento em Belo Horizonte organizado pelo PT (houve procura pelo depoente de uma senhora do PT de Minas Gerais)."

Em depoimento à PF, Youssef afirmou em 29 de outubro de 2015 que deu R$ 2 milhões a um emissário desconhecido no Hotel Blue Tree da Avenida Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo, entre junho e outubro de 2010, durante a campanha de Dilma Rousseff. Cerca de 85% das cédulas eram notas de R$ 100, transportadas em maletas usadas em voos comerciais.

Youssef disse que Paulo Roberto Costa determinou o repasse. A PF investigava se o dinheiro fora um pedido do coordenador da campanha, ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP), e se o emissário era Charles Capella de Abreu, depois assessor de Palocci no Ministério da Casa Civil.

Fernando Baiano afirmou à Lava Jato que participou de reunião com Palocci e Paulinho na qual o ex-ministro disse que "Charles" faria contato para acertar a doação. Envolvido em escândalo, Palocci deixou o governo em 2011. Charles manteve a posição de assessor especial até o final de 2014.

Baiano contou ter ouvido no cárcere conversa entre Vaccari e André Vargas. Mencionaram o nome de Charles, que também teria prestado serviços à campanha de 2014, ao lado de Edinho Silva (PT-SP), tesoureiro da reeleição de Dilma. Com a vitória, Edinho virou ministro da Comunicação Social.

Em acareação na PF em Curitiba, Baiano disse em 5 de novembro de 2015 que José Carlos Bumlai marcou o encontro entre Palocci e Paulinho em 2010. A reunião serviu para Paulinho obter apoio e se manter como diretor de Abastecimento. A relação com Dilma era difícil. Ele temia ser exonerado com a eleição da presidente. Daí os R$ 2 milhões, que garantiram o cargo.

Um ano após a sua prisão, Baiano deixou o Complexo Médico-Penal de Pinhais (PR) em 18 de novembro de 2015. Passaria o ano de 2016 em regime de prisão domiciliar, monitorado por tornozeleira eletrônica.

Banco ‘perdoa’ dívidas de 72 milhões

Em delação premiada, Salim Schahin, acionista do Banco Schahin, relatou um empréstimo de R$ 12 milhões da instituição financeira a José Carlos Bumlai. O dinheiro abasteceria os cofres do PT em 2004. Para provar que falava sério e em nome do PT, Bumlai levou ao escritório do grupo Schahin, em São Paulo, o tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Empréstimo feito à pessoa física de Bumlai, que pôs o filho e a nora de avalistas da operação.

Dois anos depois, em 2006, durante a campanha de reeleição de Lula, Bumlai intermediaria um segundo empréstimo do Banco Schahin ao PT. De R$ 60 milhões. O delator Eduardo Vaz Costa Musa, ex-gerente da Petrobras, relatou a trama. Soube da operação por Nestor Cerveró.

O aval de Lula teria sido decisivo para o grupo Schahin operar o navio-sonda Vitória 10000 e obter US$ 1,6 bilhão. Contrato de dez anos, de 2010 a 2020. Com a transação, sem licitação, o banco perdoou a dívida dos R$ 60 milhões, e também os R$ 12 milhões tomados por Bumlai. Musa ajudou a elaborar o contrato do navio-sonda e embolsou US$ 720 mil do Schahin.

Salim Schahin afirmou que não teve contato direto com Lula, mas achou suficiente a palavra de Bumlai. O pecuarista afiançou que o presidente da República garantia o negócio. A relação entre Bumlai e altos escalões do PT confirmou-se com um telefonema de José Dirceu, após o encontro entre Salim, Bumlai e Soares. Ao depor, Salim mencionou a ligação de Dirceu:

> “A conversa tratou de amenidades, não abordando a operação de José Carlos Bumlai, mas a mensagem estava entendida.”

O depoimento de Salim citou dois executivos do grupo, Fernando Schahin e Milton Schahin, e outro ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto:

> “Bumlai chegou a dizer a Fernando que o negócio estava ‘abençoado’ pelo presidente Lula. O depoente e seu irmão Milton também receberam de Vaccari Netto a informação de que o presidente estava a par do negócio.”

Celebrou-se em 2007 o contrato bilionário entre a Petrobras e o grupo Schahin. Em maio de 2015, auditoria da estatal mostrou problemas técnicos na contratação do Vitória 10000. Escolha “discricionária”. Mencionou bônus de 15% à Schahin, “mais altos que os praticados, na faixa de 10%”.

Em 2011 o controle do Banco Schahin passou para o BMG, o mesmo banco que ganhou as páginas policiais durante o escândalo do mensalão em 2005.

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) abriu processo em 18 de novembro de 2015 contra sete construtoras suspeitas de agir em conluio e fraudar obras da Usina Nuclear de Angra 3. O cartel teria rateado R$ 3 bilhões dos contratos da Eletronuclear. Em vez de competir entre si, o “grupão” (Odebrecht, Andrade Gutierrez, UTC, Queiroz Galvão, EBE, Techint e Camargo Corrêa) se acertou e

usou a concorrência para obter preços altos. Participaram da maracutaia 21 diretores e altos funcionários.

As investigações basearam-se em documentos entregues pela Camargo Corrêa, que fez acordo de leniência com o Cade. Ao contrário das outras, receberia perdão. A empreiteira acertou ressarcir R$ 804 milhões em indenizações. Seu presidente, Vitor Hallack, falou à Folha de S.Paulo:

> — Dois de nossos ex-executivos fizeram delação premiada e reconheceram os erros. A gente podia brigar contra as evidências e ficar negando eternamente, dizer que era coisa deles. Ou podíamos assumir os fatos. Nossos ex-executivos falavam em nome da construtora e reconheceram desvios. Por que a gente ia ficar dando murro em ponta de faca?

O grupo Petrópolis, fabricante da cerveja Itaipava, contratou Lula para fazer três palestras em 2013. Walter Faria, dono do Petrópolis, foi o quarto maior financiador da reeleição de Dilma Rousseff em 2014. Doou R$ 17,5 milhões. A Lava Jato mirou conta bancária da Headliner Limited, na Suíça, controlada por Faria. Recebeu US$ 3 milhões da Piemont Investment, do lobista Julio Camargo. O número da conta era conhecido por Fernando Baiano. Na época dos depósitos, entre 2006 e 2010, Faria buscava se aproximar do PT.

A PF suspeitava que os depósitos cobriram transações ilegais no Brasil. Em 2006, aliás, Faria convidou Marcos Valério de Souza, operador do mensalão, para trabalhar no grupo Petrópolis. Missão: livrar a cervejaria de multa de R$ 104 milhões por sonegação fiscal. Sua conduta levou-o à prisão, antes de ser condenado por coordenar distribuições de dinheiro no mensalão.

Pedras nos sapatos de Lula

Laudo da PF detalhou repasses de seis empreiteiras investigadas no petrolão ao Instituto Lula e à empresa de palestras LILS, do ex-presidente, entre 2011 e 2014. A Camargo Corrêa deu R$ 4,5 milhões; Odebrecht, R$ 4 milhões; Andrade Gutierrez, R$ 3,6 milhões; OAS, R$ 3,6 milhões; Queiroz Galvão, R$ 1,2 milhão; e UTC, R$ 357 mil. Total: R$ 17,2 milhões.

No caso da OAS, a PF investigava obras em um sítio frequentado por Lula em Atibaia (SP). Com 173 mil metros quadrados, a área estava em nome de Jonas Suassuna e Fernando Bittar, sócios de Fábio Luís Lula da Silva, primogênito de Lula. Duas casas foram reformadas em 2011. A OAS construiu pavilhão e churrasqueira. Ampliou piscina, fez campo de futebol e, no antigo lago, construiu tanques de criação de peixe para as pescarias de Lula. Operários trabalharam dia e noite, incluindo finais de semana. Receberam pagamentos em dinheiro vivo. O arquiteto Igenes Irigaray Neto, indicado por José Carlos Bumlai, coordenaria os serviços em Atibaia.

A reforma de um tríplex no Guarujá (SP) virou interrogação. Custou quase R$ 800 mil à OAS, que instalou elevador privativo ligando os três andares e construiu nova escada interna. Lançada pela cooperativa Bancoop (ligada ao Sindicato dos Bancários de São Paulo), a obra foi transferida à OAS em 2009. Lula informou à Justiça Eleitoral, em 2006, um repasse de R$ 47,7 mil à Bancoop, em troca de um apartamento, no mesmo condomínio.

Outra pedra no sapato de Lula, a relação com Mauro Marcondes Machado, preso pela PF. Investigado por dar propina para obter medidas provisórias em favor do setor automobilístico nos governos do PT, Marcondes fechou contrato suspeito com o caçula do ex-presidente, Luís Cláudio Lula da Silva. Ex-chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho (PT-SP) depôs à PF:

> "Nunca realizou negócios ou intermediou negócios com Mauro Marcondes, mas apenas intermediava, na função que exercia, reuniões dele com o presidente Lula e todas constantes de relatórios armazenados no gabinete da Presidência."

Para entender o caso, Luís Cláudio, formado em educação física, abriu a LFT, de marketing esportivo. Não dispunha de funcionários. Jamais prestara serviços de consultoria ou de assessoria. Mas a Marcondes & Mautoni o contratou por R$ 2,4 milhões. A PF procurou no escritório da LFT relatório do trabalho contratado. Nada. Luís Cláudio disse à PF que o levou ao advogado Roberto Teixeira, amigo do pai, para "confirmação jurídica":

> "Que também não sabe declinar, neste momento, a margem de lucro obtida nesse contrato; que nunca tinha realizado estudo ou projeto contendo o mesmo objeto deste contrato; que também não tem como precisar, neste momento, quantas horas foram trabalhadas para executar o projeto."

Interrogado, Marcondes preferiu manter silêncio. Não respondeu se Luís Cláudio prestou serviço. Recusou-se a avaliar o trabalho. Não revelou onde guardou o relatório. Questionaram-no sobre o valor que pagou. Resposta:

> "Que perguntado se chegou a fazer uma cotação ou pesquisa de preço para o serviço contratado, o declarante informou que fez uma pesquisa superficial; que pediu a um estagiário de nome Bruno, da Marcondes & Mautoni, para checar esses valores no mercado e ele constatou que eram absurdos, mas não recorda o valor específico."

Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Neuza Alves decretou sigilo sobre os documentos apreendidos no escritório de Luís Cláudio. A PF indiciou 19 pessoas no caso do suborno envolvendo as medidas provisórias. Deixou de fora Gilberto Carvalho e o filho de Lula. Controlada pelo governo, a CPI do Carf também blindou Luís Cláudio.

O juiz Sérgio Moro condenou em 16 de novembro de 2015 o ex-deputado Luiz Argôlo a 11 anos e 11 meses de prisão. Sentenciou o "Bebê Johnson" por receber R$ 1,5 milhão de Youssef em dinheiro vivo e em depósitos bancários. A condenação imputou seis crimes de lavagem de dinheiro, "consistente nos repasses e recebimentos, com ocultação e dissimulação, de recursos criminosos mediante utilização de contas de pessoas interpostas e depósitos bancários estruturados".

O magistrado fez referência a "esquema criminoso de maxipropina e maxilavagem de dinheiro" ao defender a manutenção da prisão cautelar de Argôlo. Queria impedi-lo de assumir mandato na Câmara dos Deputados:

> "Alberto Youssef utilizou dinheiro sujo, decorrente do esquema criminoso da Petrobras, para pagar propina a Luiz Argôlo, caracterizando os atos tanto crimes de corrupção como de lavagem."



NA BACIA DAS ALMAS

A compra da Refinaria de Pasadena viabilizaria um segundo negócio, a reforma de seu parque de refino

Mais uma etapa da Lava Jato. A PF deflagrou operação em 16 de novembro de 2015 vinculada à compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Baseou-se nos depoimentos de novo delator, Agosthilde Mônaco de Carvalho, próximo de Nestor Cerveró. Ex-gerente da Diretoria Internacional, Roberto Gonçalves recebeu voz de prisão. Operador de câmbio, Nelson Ribeiro Martins também foi preso. Ambos suspeitos de corrupção, fraude em licitações, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Ao depor, Carvalho declarou que a compra de Pasadena serviu para José Sérgio Gabrielli (PT-BA), presidente da Petrobras, honrar compromissos políticos. O macete era a reforma da refinaria, a Revamp (Renovação do Parque de Refino). Gabrielli teria definido que os serviços ficariam sob comando da Odebrecht. Com o escândalo, não saíram do papel. Da delação:

> "O diretor Nestor, em tom de desabafo, disse ao depoente que o presidente Gabrielli estava muito interessado em resolver o assunto e dar a obra da Revamp para a Odebrecht."

Conforme Fernando Baiano, outro diretor, Renato Duque, confirmou que Gabrielli sabia dos "acertos políticos" ligados à Revamp:

> "Ouviu dizer que PP e PT receberiam propina e quem pagaria tais valores seriam as empresas que fariam a Revamp."

No final de 2004, Cerveró encarregou Carvalho de identificar refinarias à venda nos Estados Unidos. Escolheram Pasadena "na bacia das almas", tais os seus entraves operacionais. Equipamentos enferrujados serviram para apelidá-la de "ruivinha". Carvalho disse que Cerveró "abriu um sorriso" ao saber da viabilidade da aquisição. Gabrielli ficaria "bastante satisfeito".

O delator ouviu de Carlos Roberto Barbosa, da Petrobras, que a propina chegaria a US$ 100 milhões. Carvalho implicou Alberto Feilhaber, ex-executivo da Petrobras, representante da belga Astra Oil, dona da refinaria.

Carvalho apontou o destino de US$ 15 milhões desviados na negociata. Além dele, cinco funcionários da Petrobras embolsaram dinheiro em contas na Suíça, Uruguai e Panamá. Os demais nomes são conhecidos dos leitores: Fernando Baiano, US$ 4 milhões; Nestor Cerveró, US$ 2,5 milhões; Luis Carlos Moreira da Silva, US$ 2 milhões; Rafael Mauro Comino, US$ 1,8 milhão; Agosthilde Mônaco Carvalho, US$ 1,5 milhão; Paulo Roberto Costa, US$ 1,5 milhão; Cezar de Souza Tavares, US$ 800 mil; Aurélio Oliveira Telles, US$ 600 mil; e Carlos Roberto

Barbosa, US$ 300 mil.

Segundo Carvalho, executivos da Petrobras providenciaram adiantamento de US$ 10 milhões à Astra Oil, além de US$ 20 milhões em bônus. O dinheiro facilitou repasses de propina, mas Cerveró perdeu o cargo por deixar de entregar R$ 400 mil mensais à bancada do PMDB de Minas Gerais.

Vale esmiuçar o termo de declarações de Baiano à PF em 9 de setembro de 2015. Tratou dos mesmos US$ 15 milhões, a "comissão" atrelada a Pasadena. A repartição dos valores, porém, é diferente: Feilhaber embolsou US$ 5 milhões, pois conseguiu aprovar a propina. Dos outros US$ 10 milhões, US$ 6 milhões ficaram em âmbito da Diretoria Internacional e US$ 4 milhões, com a Diretoria de Abastecimento. Na Diretoria Internacional, Cerveró, Carvalho, Luis Carlos Moreira da Silva, Rafael Mauro Comino e Cezar de Souza Tavares ratearam o dinheiro. Na Diretoria de Abastecimento, Paulo Roberto Costa e Baiano dividiram meio a meio.

Para viabilizar os acertos da Astra Oil, Jorge Luz apresentou Baiano ao suíço e panamenho Diego Renzo Candolo, que o ajudou a abrir quatro contas no exterior. Empresa de consultoria repassou a propina. Duas dessas contas estavam em nome da Three Lions, na Suíça e em Liechtenstein. A terceira, da Falcon Equity, em Liechtenstein. E a quarta, da Three Lions Heavy Industries, em Hong Kong. Baiano abriu-a quando precisava de dinheiro vivo para Paulinho. Era fácil obter cédulas em Hong Kong.

Além dessas contas, Baiano possuía duas em nome da Techinis, em Liechtenstein. A Three Lions funcionava como *holding*. A Falcon Equity, subsidiária. A Three Lions da Suíça injetou dinheiro do contrato do navio-sonda Petrobras 10000 na Pentagram. Valores repassados a Jorge Luz.

Baiano citou Gregório Marin Preciato, brasileiro e espanhol. Controlava a Iberbras Integracion, consultoria espanhola. Baiano a utilizava para fazer negócios. Apresentava-se como sócio, com cartão de visita. A Iberbras recebeu transferências de empresa vinculada ao grupo Astra Oil na Bélgica.

Preciato embolsou de US$ 500 mil a US$ 700 mil. A Iberbras fez repasses à Three Lions por meio de contrato forjado. Da conta da Three Lions em Liechtenstein procederam transferências para contas no exterior dos envolvidos. Paulinho foi exceção. Recebeu sua parte em dinheiro no Brasil.

Ao depor, Baiano respondeu sobre a abertura de conta bancária em Liechtenstein que, segundo Paulinho, ocorreu em 2008. O delator disse que analisou os termos das confissões de Paulinho:

> — Em alguns momentos ele se equivocou, e em outros ele mentiu.

Baiano explicou que tentou abrir a conta, mas só em 2011. Antes de uma viagem a Angola. Precisava transferir saldos a Paulinho:

> — Até 2010, eu somente repassava valores para Paulo Roberto Costa em dinheiro, à medida que ele necessitasse.

O relacionamento esfriou e Paulinho pediu a transferência do saldo para contas que indicou. Baiano indagava os nomes dos titulares. Estava preocupado e disposto a evitar repasses a desconhecidos. Do depoimento:

> — Paulo Roberto Costa não informava, eu não realizava as transferências.

Daí surgiu a ideia de abrir a conta em Liechtenstein e resolver o problema. Encontraram-se em Zurique, na Suíça. Paulinho estava com o genro e um advogado. Foram para Liechtenstein, mas o banco o recusou. De Baiano:

> — Ele era uma PPE, pessoa politicamente exposta.

Baiano contou que Paulinho recebeu propina de Pasadena no Brasil. Fez repasses em restaurantes, shoppings ou na casa dele, no Rio. Usou o Azurra, restaurante do Shopping Rio Design Barra. Não entregou valores lá dentro. Só no carro, quando Paulinho já estava pronto para sair do estacionamento.

Paulinho também esperava num posto de combustíveis na direção de sua casa, quase na frente do Rio Design Barra. Mais rápido e menos arriscado. Baiano disse que fez repasses ali em mochilas e sacolas. Citou o motorista de Paulinho, Evangelista, como testemunha. Baiano reafirmou que deu US$ 2 milhões a Paulinho por Pasadena, e não só o US$ 1,5 milhão que ele disse.

Cerveró procurou Baiano em 2006. Disse estar "muito pressionado" pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), na época candidato ao Governo do Mato Grosso do Sul. Alegava precisar de dinheiro para a campanha. De Baiano:

> — Nestor Cerveró pediu que eu repassasse a Delcídio Amaral a maior parte ou o valor integral que cabia a ele em Pasadena.

Entregou de US$ 1 milhão a US$ 1,5 milhão em dinheiro, em cinco ou seis parcelas, a um emissário de Amaral, Godinho, em seu escritório no Rio.

O delator tratou de um problema com os repasses a Amaral. Ele voltara a pressionar Cerveró. Teria havido uma diferença, para menos, de R$ 50 mil ou R$ 100 mil. Afinal, o "residual" chegou a Godinho. Do depoimento:

> — Isso deixou Nestor Cerveró bastante chateado, pois diante da pressão que sofreu parecia um valor muito mais alto.

A delação de Baiano iluminou o desentendimento entre Petrobras e Astra Oil em torno de Pasadena. Depreende-se que disputa por comissões ilegais motivou divergências. Segundo Baiano, Cerveró, Paulinho e Renato Duque negociavam a Revamp. Davam importância às obras. Reuniram-se com diretores da Odebrecht e da UTC para tratar do contrato.

Enquanto políticos cobravam adiantamentos, diretores pediam dinheiro às empreiteiras. Corriqueiro em assuntos da Petrobras. No fim, a negociata não ocorreu por falta de consenso sobre "valores e dimensão da Revamp". O desacordo culminou

com a briga judicial entre Petrobras e Astra Oil, mas Baiano disse que ao menos uma sobra contentou os políticos:

— Eu soube que realmente houve o adiantamento para os políticos.

A Sete, mais sete e 3 milhões torrados

Em outra frente, Pedro Barusco afirmou, em depoimento à CPI dos Fundos de Pensão, que recebeu propina de contratos da Sete Brasil mesmo após deixar o cargo de diretor de Operações, em agosto de 2012. Informou que pagamentos sistemáticos de comissões, em troca de contratos na Petrobras, da qual saiu em abril de 2011, se repetiram, automaticamente, na Sete. Foram US$ 10 milhões ilegais por conta de contratos envolvendo navios-sonda. Estimou que fabricar e operar as sondas renderia US$ 240 milhões (1% dos contratos). Antes do roubo, o petrolão quebrou a Sete.

O Cade (Conselho de Administração de Defesa Econômica) abriu processo contra sete empreiteiras acusadas de cartel e de ratear R$ 3 bilhões na Usina Nuclear de Angra 3. Ao todo, 21 suspeitos de fraudar contratos da Eletronuclear começaram a ser investigados em 19 de novembro de 2015.

A apuração decorria do acordo de leniência entre Cade, Ministério Público Federal do Paraná e Camargo Corrêa. Além dela, responderiam a processos Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, EBE (Empresa Brasileira de Engenharia), Techint Engenharia e UTC Engenharia.

Em outra decisão, o juiz Marcelo da Costa Bretas, da 7ª Vara Criminal da Justiça Federal do Rio de Janeiro, aceitou denúncia contra o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletronuclear. Ao todo 14 pessoas, incluindo Flávio David Barra, ex-presidente da Andrade Gutierrez Energia, acusadas de envolvimento nos desvios em Angra 3.

Já a 5ª Promotoria Criminal do Maranhão denunciou João Guilherme Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil, de engendrar esquema para "furar" a fila de pagamentos de precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão, a fim de favorecer a construtora UTC/Constran. Segundo a acusação, Alberto Youssef intermediou R$ 3 milhões em propina a agentes públicos.

O doleiro encarregou Rafael Ângulo Lopez e Adarico Negromonte Filho de entregar os valores. Dois dos repasses teriam sido feitos para Abreu dentro do Palácio dos Leões, sede do Governo do Maranhão. Lopez confessou o transporte de maços de dinheiro atados ao corpo e presos em meiões de futebol. Certa vez, ele e Negromonte carregaram R$ 600 mil em notas de R$ 100, de São Paulo a São Luís. Cada um levou 3 mil cédulas de R$ 100.

Laudo da PF sobre Fernando Collor (PTB-AL) concluiu que o senador torrou R$ 3 milhões com cartões de crédito de 2011 a 2013, embora só tivesse R$ 700 mil em rendimentos declarados à Receita Federal.

A Procuradoria-Geral da República investigava ligação entre Caroline Collor de Mello, mulher do político, e o esquema na Petrobras. Recursos da estatal teriam sido desviados para conta bancária em Hong Kong e depois usados na compra de imóvel. Suspeitava-se de valores ilícitos que migraram de empresa da família Collor para conta bancária do casal.

Estudo raso e desafinado

Impasse no Congresso. O PT ajudou Eduardo Cunha (PMDB-RJ) a atrasar uma vez mais a tramitação do processo de cassação do seu mandato. Reunião do Conselho de Ética em 19 de novembro de 2015 ficou marcada pela ausência dos três integrantes do PT, todos cumpridores do acordo que protegia Cunha e, em contrapartida, sustava pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Da justificativa de Valmir Prascidelli (PT-SP):

> — Não houve nenhum acordo, nenhuma orientação. Eu tenho um problema, tenho uma hérnia de disco e não consegui desmarcar a minha fisioterapia.

Quatro dias depois, em 23 de novembro, os três deputados do PT desafiaram orientação do Planalto e admitiram "tendência" de votar pela admissibilidade do processo de cassação de Cunha. Do mesmo Prascidelli:

> — Acho muito difícil não haver continuidade do processo. O fim do processo significaria a Câmara se omitir. Isso seria muito ruim.

O que provocou a inflexão? Lula mudou a estratégia? O *impeachment* se mostrava solução para a crise?

Em nova fase da Zelotes, deflagrada em 24 de novembro de 2015, a Justiça autorizou buscas e apreensões da PF para aprofundar investigações sobre a parceria entre a LFT Marketing Esportivo, de Luís Cláudio Lula da Silva, e a Marcondes & Mautoni Consultoria, de Mauro Marcondes Machado, que contratou o filho de Lula por R$ 2,4 milhões.

Para o delegado Marlon Cajado, as versões de Luís Cláudio e Marcondes "se mostraram contraditórias e vazias ao ponto de, ao invés de elucidar os reais motivos de pagamentos da Marcondes & Mautoni para a LFT, na verdade serviram para gerar mais celeuma, já que não há definição precisa sobre quais e quantos serviços foram de fato contratados, quais eram os reais objetivos de estudos e ao que eles se destinavam e qual é a relação deles com o projeto de um centro de convenções, e a inexistência, tanto na sede da Marcondes quanto na da LFT Marketing Esportivo, de documentação comprobatória que desse mínimo lastro ao serviço contratado".

Em seu relatório, a PF concluiu que a consultoria se baseou em "meras reproduções" de conteúdo da rede mundial de computadores. Os trabalhos "pareciam ser de rasa profundidade e complexidade, em total falta de sintonia com os milionários valores pagos". Segundo a PF, documentos sem "qualquer lastro

metodológico científico ou de pesquisa de campo", e com qualidade "extremamente duvidosa". Reforçavam-se as suspeitas de um esquema de compra de medidas provisórias, assinadas por Lula e Dilma Rousseff, para favorecer, com incentivos fiscais, montadoras de veículos.

Marcondes apareceu vinculado a Lula em outra história: a compra bilionária de 36 aviões de caça Grippen, da sueca Saab Aviation, pelo Ministério da Aeronáutica. O jornal O Estado de S. Paulo teve acesso a troca de e-mails. Andrew Wilkinson, da empresa europeia, solicitou a Cristina Mautoni, mulher e sócia de Marcondes, reunião entre "L" e alto executivo da Saab, em novembro de 2012. Cristina encarregou Marcondes do assunto. Ele também intermediou reunião entre Âve Svensson, diretor da Saab Aviation, e o então ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge. O encontro ocorreu na sede do BNDES em 5 de junho de 2009, durante o governo Lula.

Marcondes foi investigado, ainda, por agir com o lobista Francisco Mirto Florêncio da Silva para espionar o procurador José Alfredo de Paula Silva, que apurava a compra de aviões de caça pela Força Aérea Brasileira.

Marcondes presidiu a montadora de caminhões Scania, controlada pela Saab. A sede latino-americana da multinacional ficava em São Bernardo do Campo (SP). Lá o prefeito Luiz Marinho (PT), próximo de Lula, mostrou-se entusiasta da compra dos Grippen. A região de São Bernardo do Campo foi escolhida como sede da fábrica de equipamentos para os caças no Brasil. Fechando o círculo, Marcondes doou dinheiro à campanha de Marinho.

Em reunião do Fórum da Associação Nacional dos Editores de Revistas, em São Paulo, o juiz federal Sérgio Moro lamentou em 23 de novembro de 2015 que, apesar da forte repercussão da Lava Jato, não houve iniciativas por parte do governo e do legislativo para reduzir a corrupção. Do magistrado:

> — Parece que a Lava Jato, nesse sentido, é uma voz pregando no deserto.

Moro defendeu prisões cautelares para frear crimes de desvio de dinheiro público. Para o juiz, o Brasil vivia "uma corrupção sistêmica, profunda e penetrante no âmbito da administração pública":

> — A prisão cautelar é uma excepcionalidade. Mas se ela é aplicada a traficantes de drogas, sob a justificativa de manter a ordem pública, por que não fazer o mesmo com os corruptos? Quem causa danos piores, o diretor de uma estatal que guarda milhões, ou o traficante?

Após 20 anos de pesquisas para montar *ranking* anual com as principais preocupações nacionais, o instituto Datafolha divulgou que em 2015, pela primeira vez, a corrupção foi apontada como o maior problema do País. Para 34% dos brasileiros. Em segundo lugar, com 16%, ficou a saúde. Depois vieram desemprego,

com 10%, educação e violência (8%) e economia (5%).

A pesquisa também constatou que 81% dos eleitores queriam a cassação do mandato do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Só 7% eram contra. Indiferentes, 4%. E não responderam, 9%.

Segunda maior empreiteira do Brasil, a Andrade Gutierrez fechou acordo de leniência com a Procuradoria-Geral da República e a Lava Jato. Pagaria R$ 1 bilhão de multa por fraudes e desvios em obras da Petrobras, Usina Nuclear de Angra 3, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Ferrovia Norte-Sul e estádios de futebol da Copa do Mundo.

Estimava-se que Andrade Gutierrez e Odebrecht deram R$ 632 milhões em suborno em obras da Petrobras, como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Com o acerto, Otávio Marques de Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez, deixou o Complexo Médico-Penal de Pinhais (PR) em 27 de novembro de 2015. Ficou cinco meses preso. Os executivos Élton Negrão de Azevedo Júnior e Flávio David Barra seguiriam para prisão domiciliar.

Azevedo resistiu à delação. Levou dois meses para convencê-lo a confessar. Cedeu sob argumento de que outros o envolveriam nos crimes. Ao negociar o acordo, executivos citaram o senador Edison Lobão (PMDB-MA) e o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB). Ambos teriam recebido propina.

Sérgio Moro condenou em 2 de dezembro de 2015 a cúpula da Galvão Engenharia. Por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Dario de Queiroz Galvão Filho recebeu a maior pena, de 13 anos e dois meses de prisão. Erton Medeiros da Fonseca pegou 12 anos e cinco meses. Jean Alberto Luscher Castro, 11 anos e oito meses. Todos estavam em prisão domiciliar, mas cumpririam pena em regime fechado. Recorreriam em liberdade. A sentença previu R$ 5,5 milhões de indenização. Para o MPF, a Galvão distribuiu R$ 50 milhões em propina em obras na Petrobras.



CHACOALHÃO NA POLÍTICA

As prisões de José Carlos Bumlai, Delcídio Amaral e André Esteves estremecem Brasília

Em ação que deixou o mundo político em polvorosa, a Polícia Federal prendeu em 24 de novembro de 2015 o pecuarista José Carlos Bumlai. Amigo de Lula, tinha autorização para entrar no gabinete do presidente "em qualquer tempo e em qualquer circunstância", conforme circular afixada na portaria do Palácio do Planalto em 2008. Em suma, não precisava sequer bater na porta. Era um homem do presidente.

Junto à prisão preventiva ocorreram 25 mandados de busca e apreensão e seis de condução coercitiva, inclusive dos filhos Maurício Bumlai e Guilherme Bumlai. A nora Cristiane Dodero Bumlai também foi levada a depor. Investigava-se o envolvimento do pecuarista em empréstimo irregular de R$ 60 milhões do Banco Schahin. A operação relacionava-se ao pagamento de dívidas da campanha de reeleição de Lula em 2006.

Havia também o empréstimo anterior, de 2004. O Banco Schahin repassou R$ 12 milhões a Bumlai. Ele alegou que tomara o dinheiro para pagar despesas do PT. Delúbio Soares e José Dirceu (PT-SP) teriam atuado para viabilizar a transação. Em depoimento, Salim Schahin disse que Marcos Valério de Souza, condenado a 37 anos de prisão no caso do mensalão, tratou com ele da operação dos R$ 12 milhões.

Forjaram que Bumlai quitou a dívida simulando venda de embriões de gado a agropecuárias do grupo Schahin. Para dificultar o rastreamento, ainda falsearia um empréstimo à Fazenda Eldorado, do grupo Bertin.

Marcos Valério afirmou que Bumlai repassou a metade dos R$ 12 milhões ao empresário Ronan Maria Pinto, de Santo André (SP), que reivindicara a soma para não declinar nomes de supostos envolvidos na morte do prefeito Celso Daniel (PT), coordenador da campanha de Lula em 2002. Por resistir à corrupção, Daniel teria sido sequestrado e assassinado. Ficou a dúvida, porém: Daniel poderia ter exigido que o dinheiro desviado alimentasse a campanha de Lula, prejudicando o esquema local, cacifado por ele mesmo.

As duas operações de crédito do Banco Schahin foram perdoadas, segundo a delação premiada de Salim Schahin, após a Petrobras contratar empresa do grupo, por US$ 1,6 bilhão, para operar o navio-sonda Vitória 10000. O juiz Sérgio Moro justificou a prisão de Bumlai:

> "Mais grave em concreto, o destinatário final da vantagem teria sido, segundo os colaboradores, o Partido dos Trabalhadores, com afetação do processo político democrático. O mundo da política e o do crime não deveriam jamais se misturar."

A investigação mirou o BNDES. Os filhos de Bumlai administravam a São Fernando Açúcar e Álcool e a São Fernando Energia. A primeira, sem empregados nem receita operacional, teria recebido empréstimo suspeito de R$ 64 milhões em 2005, durante o primeiro governo Lula. Um novo empréstimo do BNDES, de quase R$ 350 milhões, ocorreu em 2008, na segunda administração Lula. Já havia um pedido de falência da empresa.

Por sua vez, a São Fernando Energia, com sete empregados, beneficiou-se de R$ 104 milhões em 2012, no governo Dilma Rousseff. Dos R$ 518 milhões do BNDES, as empresas de Bumlai deviam R$ 400 milhões ao banco público.

Em delação premiada, Fernando Baiano relatou que pediu a Bumlai para acionar Lula e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), em prol do contrato de US$ 1,6 bilhão entre a petroleira e o grupo Schahin:

> "Bumlai respondeu que o depoente poderia ficar tranquilo, pois iria acionar Gabrielli e o 'Barba', que era como Bumlai se referia ao presidente Lula."

O contrato foi assinado.

Em outro trecho do depoimento, Baiano disse que procurou Bumlai entre o final de 2007 e o início de 2008 com a finalidade de pedir para Nestor Cerveró continuar à frente da Diretoria Internacional da Petrobras. Afinal, Cerveró ajudara na contratação do grupo Schahin.

Bumlai respondeu que conversou com Lula, mas o cargo estava prometido à bancada mineira do PMDB. Jorge Luiz Zelada o ocuparia. Bumlai ainda intermediou conversa entre Cerveró e o deputado Michel Temer (PMDB-SP), que confirmou: a diretoria iria mesmo para Zelada.

Como retribuição à ajuda de Cerveró ao grupo Schahin, Baiano recebeu telefonema de Bumlai, que falava do Palácio do Alvorada. Ali, em diálogo com Lula, ficou definido que Cerveró seria nomeado na BR Distribuidora:

> "José Carlos Bumlai telefonou para o depoente e disse-lhe que estava em Brasília, ressaltando que tinha conversado com Lula e que não tinha mais como manter Nestor Cerveró na Diretoria Internacional. Na mesma ocasião, Bumlai informou que, em razão da ajuda de Cerveró na contratação do grupo Schahin para operação do navio-sonda Vitória 10000, ele havia sido indicado para o cargo de diretor Financeiro da BR Distribuidora."

Nomeado diretor Financeiro e de Serviços da BR em 2008, Cerveró ficou no cargo até 2014.

Álcool, um mau negócio

Outra história intrincada pôs Bumlai perto de Lula. Tratava-se de um negócio imobiliário em São Bernardo do Campo (SP). O beneficiário, o segundo maior

fornecedor da campanha de reeleição de Dilma Rousseff em 2014. O episódio remontava ao início dos anos 1980. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o recém-fundado PT usavam o Restaurante São Judas Tadeu, da família Demarchi, para festas e comemorações.

Amigos de Lula, os Demarchi venderam a Bumlai 11 terrenos avaliados em 2007 entre R$ 170 mil e R$ 730 mil. Três anos depois, o pecuarista os revendeu pelos mesmos preços a Carlos Roberto Cortegôso, um antigo garçom do restaurante. Em 2014 Cortegôso era dono da Focal Comunicação e faturou R$ 24 milhões na campanha do PT. O Tribunal Superior Eleitoral apontou irregularidades em notas fiscais fornecidas pela Focal.

Levantamento identificou que Bumlai sacou R$ 5 milhões em dinheiro entre 2010 e 2013. Ao todo, 37 operações na boca do caixa, em agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Saques de R$ 100 mil a R$ 265 mil.

Os negócios deslancharam na Era Lula. Bumlai teve 12 fazendas. Virou o "rei do gado". Vale registrar duas histórias. Em 2005, vendeu ao Incra a Fazenda São Gabriel, em Corumbá (MS), por R$ 20,6 milhões. Não valeria mais que R$ 13,3 milhões. E negociou a Fazenda Cristo Redentor, em Miranda (MS), de 130 mil hectares, em 2012. Transferiu-a ao dono do Banco BTG Pactual, André Esteves, por R$ 195 milhões. Transação considerada suspeita.

O declínio de veio com negócios no setor sucroalcooleiro. O amigo Jonathan Pereira Barbosa, presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul, contou ao jornal O Estado de S. Paulo:

> — Quando Lula estava saindo do governo, convenceu o Bumlai que o etanol seria negócio do futuro. Ele entrou, com o piloto Emerson Fittipaldi e uma parte do grupo Bertin. O álcool começou a dar para trás e, primeiro o Emerson depois os Bertin, saíram do negócio. Ele teve de comprar a parte dos outros e não se recuperou.

Relatório da Receita Federal constatou que os filhos e a nora de Bumlai possuíam patrimônio descoberto de R$ 166 milhões. Em outras palavras, não existiria renda para justificar o aumento dos bens. A Receita Federal encontrou movimentações financeiras incompreensíveis.

Supostamente sem lastro, havia R$ 130 milhões em nome de Maurício Bumlai, o primogênito. Seu patrimônio partiu de R$ 3,8 milhões, em 2004, para R$ 273 milhões, em 2012. Na conta creditaram-se R$ 42 milhões, mas os débitos iam a R$ 142 milhões. Bens descobertos de Cristiane Dodero Bumlai somavam R$ 21 milhões. Os do filho Fernando, R$ 15 milhões.

Levado à carceragem da Polícia Federal em Curitiba, Bumlai pediu a Bíblia.

Falcon 50, sem escala

Apenas 24 horas após prender Bumlai, a PF voltou a chacoalhar o mundo político

com a prisão, dia 25, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), líder do governo Dilma Rousseff no Senado. Houve buscas nos gabinetes do político no Congresso. Acusados de tentar obstruir investigações da Lava Jato, também foram detidos André Esteves, dono do Banco BTG Pactual, Diogo Ferreira, chefe de gabinete de Amaral, e o advogado de Nestor Cerveró, Edson Ribeiro, preso dois dias depois ao voltar dos Estados Unidos.

Os quatro estavam envolvidos numa trama para financiar a fuga de Cerveró, assim que o ex-diretor da Petrobras recebesse um eventual *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal e deixasse a cadeia no Paraná. Pretendiam evitar sua delação premiada. Temiam que comprometesse Amaral e Esteves. Bernardo Cerveró, filho de Nestor, tornou pública a conspiração ao gravar uma reunião com parte do grupo e revelar o conteúdo das conversas. Em troca do silêncio de Nestor, Esteves ofereceria R$ 4 milhões. Já o senador acenou com R$ 50 mil mensais à família Cerveró.

Amaral recebeu voz de prisão no Hotel Golden Tulip, em Brasília, sua morada na capital federal. Bumlai hospedara-se no local quando agentes federais o prenderam na véspera. Ambos, aliás, nasceram em Corumbá (MS), onde Amaral, também dono de fazenda de gado, gostava de cavalgar.

Bernardo Cerveró foi instruído sobre como proceder na hora de gravar. Usou telefone celular para captar uma hora e 35 minutos de conversas entre Amaral, Ribeiro, Ferreira e ele, Bernardo. A reunião se deu em 4 de novembro, num quarto do Hotel Royal Tulip, em Brasília. Decidiu gravar por desconfiar de Ribeiro. O advogado faria jogo-duplo. Atrapalharia a delação do pai, com vistas a embolsar dinheiro de Esteves e Amaral.

Para evitar gravações, os celulares foram e mantidos fora do recinto. Mas Bernardo tinha um segundo telefone, escondido. Ferreira desconfiou. Inspecionou um chaveiro-gravador preso à mochila de Bernardo, mas o aparelho estava desligado. Mesmo assim, ligou a televisão, aumentou o volume e sentou-se entre o senador e a mochila.

Em um dos trechos gravados, Amaral informou que se reuniu com Esteves, que tinha em mãos a reprodução de termos da delação de Cerveró, negociada com a Lava Jato. Para evitar acordo com a Justiça, relatou o senador, Esteves daria dinheiro a Ribeiro e à família do ex-diretor. Se não houvesse meios de impedir a delação, Cerveró assumiria compromisso de não citar Amaral nem Esteves. No diálogo, Ribeiro e a resposta de Amaral:

> — Tá acertado isso. Então não vai ter. Não tendo delação, ficaria acertado isso. Não tendo delação. Tá? E se houvesse delação, ele excluiria. Não é isto?
>
> — É isso.

Em outro diálogo entre os dois, o senador falou das tratativas que disse manter com integrantes do STF para obter o *habeas corpus* que livraria Cerveró da prisão.

Mencionou os ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, o vice-presidente Michel Temer (PMDB) e o sucessor de Cerveró na Petrobras, Jorge Luiz Zelada, também preso. Na conversa, Ribeiro citou os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Sarney (PMDB-AP). O diálogo começa com Amaral:

> — Eu acho que nós temos que centrar fogo no STF agora. Eu conversei com o Teori, conversei com o Toffoli, pedi pro Toffoli conversar com o Gilmar, o Michel conversou com o Gilmar também, porque o Michel tá muito preocupado com o Zelada. E eu vou conversar com o Gilmar também.
>
> — Tá.
>
> — Porque o Gilmar, ele oscila muito. Uma hora ele tá bem, outra hora ele tá ruim e eu sou um dos poucos caras...
>
> — Quem seria a melhor pessoa pra falar com ele? Renan ou Sarney?
>
> — Com o Gilmar? Não. Eu acho que o Renan conversaria bem com ele.

Durante a gravação, consideraram o que fazer com a tornozeleira eletrônica atada em Cerveró, caso ele obtivesse o *habeas corpus*. Não concluíram como proceder, mas ficou subentendido que dariam um jeito de neutralizá-la. Discutiram sobre como se daria a fuga. Escolheram a Espanha como destino, pois Cerveró possuía cidadania espanhola. Debateram se a rota passaria pela Venezuela ou o Paraguai, e se o ex-diretor usaria barco ou avião. Para Amaral, o objetivo era tirá-lo da cadeia:

> — Hoje eu falo, porque acho que o foco é o seguinte, tirar. Agora, a hora que ele sair, tem que ir embora mesmo.

Decidiram que o Paraguai era a melhor saída, após cruzar a fronteira brasileira pelo Paraná. De Ribeiro:

> — Entendeu? E vai embora... Eu já levei muita gente por ali.

O grupo debateu a fuga em jato particular. Ferreira questionou se aviões de pequeno porte cruzariam sem escala o Oceano Atlântico. Ribeiro propôs o avião Citation, mas Amaral descartou devido a necessidade de reabastecê-lo antes do pouso na Espanha. O senador deu a palavra final:

> — Falcon 50, o cara sai daqui e vai direto até lá.

Por fim, Ribeiro e Amaral discutiram a anulação da Lava Jato como um todo. Segundo eles, a façanha seria possível graças a um pedido de *habeas corpus* nas mãos de Luís Edson Fachin, ministro do STF. Ribeiro pretendia tornar inválidas as delações. Citou Paulo Roberto Costa, Fernando Baiano, Ricardo Pessoa, Pedro Barusco e Julio Camargo. Disse:

> — Se a gente anula aquilo, a situação de todos tá resolvida. Porque aí eu vou anular em cadeia. Eu anulo a dele, Paulo Roberto, anulo a do

Fernando Baiano.

O advogado continuou:

> — Paulo Roberto, porque foi homologada pelo Supremo. Aí eu consigo anular a do Ricardo Pessoa, enquanto Supremo também eu peço suspensão e anulo aquela porcaria também em situação idêntica. Consigo anular a do Fernando Baiano, a do Barusco e a do Julio Camargo. Pô, cara!

Agora Amaral e, em seguida, Ribeiro:

> — E está com o Fachin? Eu tô precisando fazer uma visita pra ele lá, hein?
>
> — Essa é a melhor. Porque acaba a operação. (...) A partir da anulação, tudo resta nulo, tudo.

Bernardo Cerveró entregou a gravação à Procuradoria-Geral da República em Brasília, que solicitou as prisões. As bravatas de Amaral com o intuito de impressionar o filho de Nestor deixaram furiosos os ministros do STF. Em sessão extraordinária, eles referendaram as prisões determinadas por Teori Zavascki. Em sua manifestação ao STF, o procurador-geral Rodrigo Janot definiu a tentativa de subornar Cerveró como um "componente diabólico":

> "Seu silêncio compraria o sustento de sua família, em evocação eloquente às práticas tipicamente mafiosas."

Decano do STF, Celso de Mello afirmou que "é preciso esmagar e destruir com todo o peso da lei esses agentes criminosos que atentaram contra as leis penais da República e contra os sentimentos de moralidade e de decência do povo brasileiro". E mais:

> — A imunidade parlamentar não é manto protetor de supostamente comportamentos criminosos. A delinquência institucional cometida na intimidade do poder por marginais que se apossaram do aparelho de Estado se tornou realidade perigosa, que vilipendia, que profana e que desonra o exercício das instituições e deforma e ultraja os padrões éticos.

Após a decisão do STF, a prisão de Amaral precisava ser ratificada pelo Senado. Renan Calheiros (PMDB-AL) agiu para que a votação fosse secreta. Buscava relaxar a prisão e livrar o colega. O STF determinou voto aberto. Calheiros fez discurso com críticas ao Supremo.

Com a decisão pela votação aberta, 52 senadores posicionaram-se a favor da prisão, e um se absteve. Dos 13 votos contrários ao encarceramento, nove foram do PT. São os seguintes: Angela Portela (PT-RR), Donizeti Nogueira (PT-TO), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Humberto Costa (PT-PE), Jorge Viana (PT-AC), José Pimentel (PT-CE), Lindbergh Farias (PT-RJ), Paulo Rocha (PT-PA), Regina Sousa (PT-PI), Fernando Collor (PTB-AL), João Alberto Souza (PMDB-MA), Roberto Rocha

(PSB-MA) e Telmário Mota (PDT-RR).

O Senado concedeu uma licença especial a Delcídio Amaral, sem prazo de validade. Enquanto durasse, ele continuaria a receber salário de R$ 33 mil.

Inexplicáveis vazamentos

O relacionamento entre Amaral e Cerveró vinha do período em que o primeiro foi diretor de Gás e Energia da Petrobras, entre 1999 e 2001, no final do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Cerveró foi seu braço-direito. Os dois teriam embolsado propina no episódio do "apagão" elétrico de 2001, após viabilizarem contratos de emergência com a francesa Alstom, fornecedora de turbinas de gás termoelétricas. Em 2003, no início do governo Lula, Amaral endossou Cerveró na Diretoria Internacional.

Como diretor de Gás e Energia da Petrobras, Amaral, ainda filiado ao PSDB, conheceu Dilma Rousseff, na época secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Os dois filiaram-se ao PT em 2001. Eleito senador em 2002, Amaral aproximou-se aos poucos do grupo de Lula. Continuou a se reunir com o líder máximo do PT após a sua saída do Planalto. O bom entendimento com Dilma tornou-o líder no Senado.

Em depoimento após a prisão, o senador afirmou que Dilma, então ministra de Minas e Energia de Lula, havia lhe consultado, em 2003, sobre a nomeação de Cerveró para a Diretoria Internacional. Ela negou. Como o PT, o Planalto abandonou Amaral à própria sorte.

É digna de nota a reação de Lula. Em almoço com petistas em São Paulo no dia seguinte à prisão de Amaral, classificou como "uma grande burrada" a ação do senador. Como se vê, Lula não lamentou o ato criminoso em curso, mas o erro de se deixar apanhar numa gravação clandestina.

Duas semanas após o grampo de Bernardo, em 18 de novembro de 2015, Cerveró fechou a delação com a Procuradoria-Geral da República. Houve duas tentativas frustradas. Os investigadores consideravam vagos os seus relatos. Cerveró estava deprimido. Ficou dias sem tomar banho. Emagreceu quase dez quilos. A gravação do filho tornou-se decisiva para a colaboração.

Segundo Baiano, Amaral recebeu US$ 6 milhões de propina do contrato do navio-sonda Vitória 10000, e US$ 1,5 milhão pela compra da Refinaria de Pasadena. Cerveró confirmaria os dois casos, mais a maracutaia da Alstom.

Em sua minuta de delação, Cerveró escreveu que Dilma, então ministra da Casa Civil, "sabia de tudo de Pasadena" e "estava acompanhando tudo de perto". Segundo o ex-diretor, ela o cobrava por resultados.

Intrigou investigadores e ministros do STF que André Esteves possuísse cópia de anotações manuscritas sobre a delação de Cerveró. Procurador-geral da República, Rodrigo Janot manifestou preocupação:

> “Essa informação revela a existência de perigoso canal de vazamento, cuja amplitude não se conhece: constitui genuíno mistério que um documento que estava guardado em ambiente prisional em Curitiba (PR), com incidência de sigilo, tenha chegado às mãos de um banqueiro privado em São Paulo (SP).”

O BTG Pactual, de Esteves, tornou-se um dos principais sócios da Sete Brasil, criada como parceira da Petrobras para viabilizar a fabricação e a operação de navios-sonda ao pré-sal. O banqueiro era sócio da Petrobras na exploração de petróleo na África. Comprou em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, metade da Petrobras Oil & Gas, a PetroÁfrica, por US$ 1,5 bilhão. Bem menos que o valor real. O TCU investigava o caso.

Havia ainda a suspeita de que Cerveró e Baiano omitiram informações sobre transações do BTG na África. Em operação de busca e apreensão em endereços de Diogo Ferreira, a PF localizou outros documentos sob segredo de Justiça, vinculados aos termos da delação de Baiano.

Cerveró citou Esteves em propina a Fernando Collor (PTB-AL) em âmbito da BR Distribuidora. Tratava-se da troca de bandeira de 120 postos da DVBR Derivados do Brasil, ligada ao BTG e ao grupo Santiago. Conforme o que ouviu de Pedro Paulo Leoni Ramos, Collor recebeu entre R$ 6 milhões e R$ 10 milhões de Esteves para que os postos passassem a operar com bandeira da Petrobras. Para viabilizar a negociata, forjaram dados na BR sobre consumo de combustíveis, sem respaldo ou parâmetro técnico.

Um tanque e 45 milhões

Segundo Cerveró, Renan Calheiros (PMDB-AL), Delcídio Amaral (PT-MS) e Jader Barbalho (PMDB-PA) embolsaram propina do contrato de operação do navio-sonda Vitória 10000, o mesmo caso que envolveu o grupo Schahin, Bumlai e os empréstimos suspeitos ao PT, com suposto conhecimento de Lula. A Procuradoria-Geral da República pediu para abrir dois inquéritos contra os três senadores e o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE), acusado de atuar para Calheiros. O STF autorizou. De Barbalho:

> — Não vão me envolver nesse tanque de merda.

Para evitar riscos à segurança de Cerveró, a PF o transferiu do Complexo Médico-Penal de Pinhais (PR) em 26 de novembro. O ex-diretor ficou protegido na carceragem da PF em Curitiba.

Na operação de busca e apreensão na casa de Diogo Ferreira, a PF encontrou escritos que ligavam André Esteves a Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A nota tratava de pagamento milionário em contrapartida a medida provisória de interesse do BTG. Do texto:

> “Em troca de uma emenda à Medida Provisória nº 608, o BTG Pactual,

> proprietário da massa falida do banco Bamerindus, o qual estava interessado em utilizar os créditos fiscais de tal massa, pagou ao deputado federal Eduardo Cunha a quantia de R$ 45 milhões."

O texto mencionava "outros parlamentares" do PMDB, que teriam recebido parte dos R$ 45 milhões. Segundo a nota, depois que "tudo deu certo" Cunha e Esteves marcaram jantar para comemorar. Os créditos fiscais valiam R$ 1,5 bilhão. Os jornais publicaram a denúncia em 30 de novembro de 2015. Naquele dia Cunha almoçou com o vice-presidente Michel Temer e atribuiu a "armação" a Rodrigo Janot e ao Palácio do Planalto.

Em movimento contrário ao Planalto, o presidente do PT, Rui Falcão (SP), recomendou em 1º de dezembro que os três petistas do Conselho de Ética se posicionassem contra Cunha no processo de quebra de decoro parlamentar. Antes, porém, telefonou a Lula. Não faria algo dessa magnitude sem a sua anuência. Lula manteve-se recolhido.

O silêncio falou alto. Teria Lula a intenção de provocar a aceitação do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff para abafar a repercussão sobre a prisão de Bumlai? Ou a crise chegara a tal ponto que a saída era rifar a presidente e tentar eleger-se em 2018 como oposicionista, desvencilhado da responsabilidade pelos problemas econômicos que paralisavam o País?

Em 2 de dezembro de 2015 Cunha anunciou o acolhimento do pedido de *impeachment* contra a presidente da República elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, baseado no escândalo da compra da Refinaria de Pasadena e, principalmente, nas chamadas "pedaladas fiscais". Com o gesto, Cunha mudou o foco do noticiário e se livrou de responder sobre a nova acusação. Reação de Dilma Rousseff:

> — Não possuo conta no exterior, nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais.

No dia seguinte, sorridente, Lula posou para fotografias ao lado do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), investigado no petrolão. De Lula aos jornalistas:

> — Quando o trem está descarrilado, a gente não fica brigando para saber qual é a nossa posição, se de primeira classe, segunda classe ou terceira classe. A gente tem de colocar o vagão no trilho e ficar disputando o nosso espaço.

Aroldo Ferraz reelegeu-se com votação unânime dos nove ministros para mais um ano de mandato como presidente do Tribunal de Contas da União. Raimundo Carreiro, também suspeito de irregularidades nas obras da Usina Nuclear de Angra 3, ganhou novo mandato de vice-presidente. Em protesto, dezenas de pessoas viraram as costas para o plenário do TCU.



QUANTIAS DE DAR VERTIGEM

A corrupção que corre pelos dutos de políticos excede a capacidade de compreendê-la

A Procuradoria-Geral da República denunciou ao Supremo Tribunal Federal o senador Delcídio Amaral (PT-MS), o banqueiro André Esteves, o advogado Edson Ribeiro e o chefe de gabinete do petista, Diogo Ferreira. Segundo a acusação, de 7 de dezembro de 2015, eles agiram para obstruir a delação de Nestor Cerveró. Queriam impedi-lo de citar Amaral e Esteves. Entre os crimes, embaraçar investigação, patrocínio infiel e exploração de prestígio.

Em depoimento no Ministério Público Federal, Bernardo Cerveró, filho de Nestor, afirmou que Amaral prometeu a ajuda de Dilma Rousseff para tirar o pai da prisão. As palavras do senador, segundo Bernardo:

> — Dilma vai agir, não sei se por filantropia ou porque a água chegou no pescoço.

Bernardo disse que considerou um blefe a promessa. Em seu relato aos procuradores detalhou encontro num escritório no centro do Rio, do qual participaram Amaral, Ribeiro e Ferreira. Segundo Bernardo, o senador sugeriu que ele buscasse apoio de Renan Calheiros (PMDB-AL) e Edison Lobão (PMDB-MA), porque Cerveró "teria trabalhado com essas pessoas".

Amaral citou Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, ministro do Superior Tribunal de Justiça, ao tratar da "movimentação política para obtenção de *habeas corpus*" e livrar Cerveró da prisão. Dantas relatava a Lava Jato no STJ, nomeado por Dilma Rousseff em setembro de 2015. Substituíram-no.

Ao negociar a delação, Cerveró afirmou a procuradores que Amaral recebeu subornos de até US$ 10 milhões no período em que foi diretor da Petrobras, de 1999 a 2001. Mencionou pagamentos das multinacionais Alstom e GE. Um repasse recompensou a compra de turbinas de gás para a usina termoelétrica TermoRio, no Rio, empreendimento de US$ 550 milhões. A Petrobras tinha pressa em construí-la para enfrentar o "apagão" elétrico. Contou que o lobista Afonso Pinto Guimarães, da Alstom, intermediu comissões, e confessou que, como auxiliar de Amaral, embolsou de US$ 600 mil a US$ 700 mil pelo negócio, em conta na Suíça. A Petrobras aplicou R$ 5 bilhões em quatro termoelétricas durante a crise do "apagão".

Ao fechar o acordo com a Justiça, Cerveró contou que pagou US$ 6 milhões a Renan Calheiros e a Jader Barbalho (PMDB-PA) em 2006. Honrou os repasses com propina amealhada pela Diretoria Internacional, oriunda dos contratos dos navios-sonda Petrobras 10000 e Vitória 10000. Em troca obteve apoio para manter o cargo de diretor. Na mesma ocasião, deu US$ 800 mil a Amaral. Os operadores Fernando

Baiano e Jorge Luz efetuaram os pagamentos. Cerveró confessou que só o contrato para construir o Vitória 10000, com a multinacional Samsung, rendeu US$ 20 milhões em propina.

Um jantar na casa de Barbalho, com Calheiros, fechou o acerto entre os dois senadores. Participaram do encontro o diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, e ele, Cerveró. Jorge Luz, também presente, sugeriu um desvio de US$ 30 milhões a US$ 40 milhões usando contratos dos navios-sonda. Paulinho e Cerveró convenceram-no de que o valor era exagerado e ofereceram os US$ 6 milhões. Passadas as eleições de 2006, os dois diretores voltaram à casa de Barbalho. O político agradeceu e confirmou que Cerveró prosseguiria dando as cartas na Diretoria Internacional.

Em sua delação, Cerveró diria que Amaral o "procurava insistentemente". Alegava precisar de dinheiro para a campanha ao Governo do Mato Grosso do Sul em 2006. Cerveró prometeu US$ 2,5 milhões. Atuaria para contentar o senador. Entregou US$ 1,5 milhão, naco do que recebeu pela negociata da Refinaria de Pasadena. Ficou devendo US$ 1 milhão. Observou que cedeu por entender que havia ameaça à sua permanência à frente da Diretoria Internacional. Ao confessar, daria sua versão para US$ 15 milhões desviados de Pasadena e reconheceria que embolsou US$ 2,5 milhões:

> "A Petrobras comprou 50% da Refinaria de Pasadena e 50% da *trader* da Astra Oil em Pasadena; que a *trader* é a empresa que comercializa o petróleo e os produtos da refinaria; que os 50% da Refinaria de Pasadena foram comprados pela Petrobras por US$ 190 milhões; que os 50% da *trader* foram comprados pela Petrobras por US$ 170 milhões, que foram pagos em duas vezes nos prazos de 12 meses e 24 meses depois da aquisição; que em relação a esses dois negócios foi acertado o pagamento de US$ 15 milhões de propina para funcionários da Petrobras e da Astra Oil participantes da negociação."

Nove dias após a prisão de Amaral, o PT decidiu suspendê-lo por 60 dias.

Medidas apimentadas

A investigação sobre o suborno para aprovar medidas provisórias que favoreceram o setor automobilístico levou a PF a intimar Lula. Intrigou sua reação ao saber que teria de prestar esclarecimentos. Em nota, o Instituto Lula afirmou, em 11 de dezembro de 2015, que o ex-presidente "não tem qualquer relação com os fatos investigados". E justificou que a Medida Provisória nº 627, de 2013, recebeu a assinatura da presidente Dilma Rousseff. O problema é que havia também as Medidas Provisórias nºs 471 e 512, assinadas em 2009 e 2010, igualmente suspeitas de favorecer o setor automobilístico. Ambas assinadas por Lula, no período de seu governo. Depois, como descartar a influência do ex-presidente sobre sua sucessora?

Para apimentar o caso, a Justiça Federal determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Luís Cláudio Lula da Silva, o caçula de Lula, e do ex-chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho (PT-SP). A Operação Zelotes investigava-os. Luís Cláudio, por ter sido contratado por empresa suspeita de participar do esquema que beneficiou a indústria de automóveis. E Carvalho, fiel escudeiro de Lula, por intermediação.

Lula depôs à PF em 16 de dezembro de 2015. Culpou o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) por nomeações na Petrobras, pois "cabia à Casa Civil receber as indicações partidárias e escolher a pessoa que seria nomeada". No caso de Renato Duque, diretor de Serviços, nome do PT, Lula disse não saber "se foi o PT ou outro partido político que indicou". Admitiu que "talvez" tenha sido uma indicação do PT. Sobre Nestor Cerveró, explicou assim:

> "Que acha que Nestor Cerveró foi uma indicação política do PMDB."

O ex-presidente garantiu que não participava do processo de escolha dos diretores. Cabia a ele apenas concordar ou não com os nomes, "a partir de critérios técnicos". Enfim, Lula não sabia de nada. Mais uma vez. Responsabilizou-se apenas pela indicação do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), nome "altamente capacitado".

Em relação a José Carlos Bumlai, contou que o hospedou na Granja do Torto, residência oficial do Governo Federal, mas não soube dizer quantas vezes. Afiançou, contudo, que "jamais tratou sobre dinheiro ou valores" com Bumlai. Disse que seus filhos e noras "podem" manter relação com o amigo, mas assegurou que não pediram valores ao pecuarista.

Apesar das negativas, Bumlai admitiu, em 21 de dezembro de 2015, que atendeu a pedido de Fernando Baiano para que Lula desse uma palestra no Centro de Estudos Avançados de Angola, na África, a convite do general angolano João Baptista de Matos, empresário do setor de mineração. Lula participou do evento em Angola em julho de 2011. Bumlai e Baiano faziam-se presentes, com uma comitiva de empresários brasileiros da Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão. Da delação de Baiano:

> "O general Baptista queria estar pessoalmente com Lula para tratar da Vale do Rio Doce em negócios em Angola; que o general Baptista tinha uma sociedade em uma mina de minério de ferro com a Vale do Rio Doce em Angola e ele queria uma maior atenção da empresa para o tema; que então Bumlai marcou para o presidente Lula receber o general Baptista na suíte dele, o que realmente ocorreu."

Irrigações a seco

Ao desdobrar a Lava Jato, a PF prendeu quatro executivos acusados de desviar R$ 200 milhões das obras de transposição do Rio São Francisco, no semiárido do

Nordeste. Encarcerou Elmar Varjão, presidente da OAS, em 11 de dezembro de 2015. Ele substituía o presidente anterior, José Aldemário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro, já condenado. Prendeu Mário de Queiroz Galvão, presidente da Galvão Engenharia, cujo irmão, Dario de Queiroz Galvão Filho, também sofreu condenação por envolvimento no petrolão. Além deles, Raimundo Maurílio de Freitas, diretor da Galvão, e Alfredo Moreira Filho, da Construtora Barbosa Mello.

Investigações detectaram movimentação suspeita no Ministério da Integração Nacional entre 2010 e 2013. Dos R$ 680 milhões contratados, repassaram R$ 200 milhões à MO Consultoria e a Legend, controladas pelos doleiros Alberto Youssef e Adir Assad, sentenciados na Lava Jato. Apurou-se que R$ 586 mil irrigaram a JD Assessoria e Consultoria, de José Dirceu. O projeto inicial previra gastos de R$ 4,6 bilhões para fazer a transposição, e conclusão dos serviços em 2012. No final de 2015, as obras estavam orçadas em R$ 8,2 bilhões. O término ficara para 2017.

O MPF denunciou Bumlai e mais dez investigados pela Lava Jato em 14 de dezembro de 2015. Acusados de corrupção, lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta. Em depoimento à PF, Bumlai confessou que o PT era beneficiário do empréstimo de R$ 12 milhões concedido pelo Banco Schahin. Envolveu os tesoureiros Delúbio Soares e João Vaccari Neto. Segundo Bumlai, o presidente do Banco Schahin, Sandro Tordin, sugeriu que tomasse o empréstimo e o repassasse ao PT. Bumlai disse que "fez um gesto de simpatia, que se transformou em uma grande bobagem":

> — Não tinha havido mensalão ainda, o partido estava com grande popularidade. Não iria custar nada para mim, eu quis fazer um favor, uma gentileza para quem estava no poder.

Durante o depoimento, relatou que metade dos R$ 12 milhões teria subornado Ronan Maria Pinto, que ameaçava denunciar caixa dois na Prefeitura de Santo André (SP) e a relação dos desvios com a morte do prefeito Celso Daniel (PT). Corroborou Marcos Valério de Souza. Os outros R$ 6 milhões acertariam dívidas de campanha do PT em Campinas (SP).

As investigações concluíram que Bumlai atuou como operador do PT. Na prática o pagamento do empréstimo deu-se com o contrato entre a Petrobras e o grupo Schahin para a operação do navio-sonda Vitória 10000. Como reparo à estatal, o MPF estipulou multa de R$ 53,5 milhões.

Entre os acusados figurava a cúpula do grupo Schahin – Milton Schahin, Salim Schahin e Fernando Schahin; Maurício Bumlai e Cristiane Dodero Bumlai, filho e nora do pecuarista; os dois tesoureiros do PT e altos funcionários da Petrobras. O juiz Sérgio Moro acatou a denúncia. Bumlai e outros dez acusados tornaram-se réus da Lava Jato.

Mais um caso de repercussão denunciado por Fernando Baiano. Trata-se da venda da Transener, controlada pela Petrobras, para a argentina Electroingeniería, em

2007. A Transener instalava linhas de transmissão de alta tensão na Argentina. Baiano e Cerveró ajudaram a intermediar o acerto e embolsaram US$ 300 mil cada um. Receberam repasses indevidos o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o "pessoal do PMDB" – os senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho e o deputado Aníbal Gomes.

Baiano foi procurado por Jorge Luz, representante da Electroingeniería, que estava de olho na Transener. Baiano acionou Cerveró. Ele informou que a Transener seria vendida a um grupo norte-americano. Parte do pagamento já havia sido feita. Para frustrar o negócio, Baiano e Luz, associados a Roberto Dromi, ex-ministro argentino, impediram o aval final do ministro de Planejamento da Argentina, Julio de Vido. A Electroingenería comprou a Transener por US$ 54 milhões.

Endereços vasculhados

A PF cumpriu mandados de busca e apreensão relacionados a investigações sobre Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Renan Calheiros (PMDB-AL) nos desvios da Petrobras. Vasculhou 53 endereços em sete Estados e no Distrito Federal em 15 de dezembro de 2015. Entre os locais estavam os de dois ministros de Dilma Rousseff, aliados de Cunha: Celso Pansera (PMDB-RJ), da Ciência e Tecnologia, e Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), do Turismo.

Os mandados incluíram endereços de dois ex-ministros, os senadores Edison Lobão (PMDB-MA) e Fernando Bezerra (PSB-PE). No caso de Lobão, Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia, disse em delação premiada que foi orientado a pagar um adiantamento de R$ 1 milhão (dinheiro desviado das obras da Usina Nuclear de Angra 3) ao empresário André Serwy, filho de Aloysio Serwy, sócio de Lobão na Arco Comércio e Indústria.

Segundo Pessoa, Lobão pretendia embolsar de 1% a 2% do contrato. Em torno de R$ 30 milhões. Na ocasião, em 2014, o peemedebista ocupava o cargo de ministro de Minas e Energia. Pessoa disse que, para André Serwy, o senador era "meu tio". Quitou o R$ 1 milhão em três parcelas. Dinheiro do caixa dois da UTC. Youssef coordenou os pagamentos. Já Bezerra foi citado no repasse ilegal de R$ 20 milhões à campanha de reeleição de Eduardo Campos (PSB) ao Governo de Pernambuco em 2010.

Revistaram a mansão do filho de Lobão no Lago Sul, em Brasília, e o escritório de Bezerra em Petrolina (PE). O STF não autorizou a operação na casa de Renata Campos, viúva de Campos, mas a PF examinaria endereços de Aldo Guedes, ex-sócio de Campos.

Cunha ficou sem três telefones celulares, três computadores pessoais e um *tablet* apreendidos na residência oficial no Lago Sul. A operação de busca durou cinco horas. Revistaram guarda-roupas e gavetas. A PF esteve na casa de Cunha e na sede da C3 Produções Artísticas e Jornalísticas, do político, ambas no Rio. Além disso examinou endereços das seguintes pessoas ligadas a Cunha: Denise Santos, sua

chefe de gabinete; Fábio Cleto, vice-presidente da Caixa Econômica Federal, exonerado do cargo havia cinco dias; Nelson Bornier (PMDB), prefeito de Nova Iguaçu (RJ); Áureo Lidio (SD-RJ), deputado federal; Alexandre José dos Santos (PMDB-RJ), ex-deputado; Altair Alves Pinto, apontado como seu faz-tudo; e Lúcio Bolonha Funaro, corretor de valores investigado desde o caso do mensalão.

O procurador-geral Rodrigo Janot solicitou revistas em endereços de Renan Calheiros. Teori Zavascki, do STF, negou, mas autorizou quebrar seu sigilo bancário e fiscal. A operação incluiu buscas e apreensões em residências e escritórios de pessoas ligadas a Calheiros: Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobras; Aníbal Gomes, deputado federal; e José Wanderley Neto (PMDB), ex-vice-governador de Alagoas. Agentes retiveram documentos, computadores e telefones celulares de Gomes e Machado, que presidiu a Transpetro por 11 anos, entre 2003 e 2014.

Ressalta-se outro trecho da delação premiada de Ricardo Pessoa, da UTC. Ele obteve, em "licitação legítima", contrato com a Transpetro, mas enfrentou dificuldades para receber. A fim de vencer os entraves, deu R$ 1 milhão por fora a Machado, em três ou quatro parcelas, "na sede da UTC ou em um hotel no Itaim-Bibi", bairro de São Paulo:

> "Nos encontros que teve com Sérgio Machado, este disse que poderia ajudá-lo e solicitou que o declarante lhe pagasse R$ 1 milhão; que Sérgio Machado disse que o pagamento serviria para fazer com que as obras andassem normalmente; que o declarante efetuou o pagamento, mas não houve melhora na execução do contrato com a Transpetro."

A PF ainda vasculhou em 15 de dezembro o Diretório Estadual do PMDB em Alagoas e a sede do Estaleiro Rio Tietê em Araçatuba (SP), contratado por US$ 239 milhões pela Transpetro. Agentes apreenderam R$ 60 mil, US$ 43 mil e 9 mil euros com Wilson Quintela, sócio do estaleiro e dono da Estre Ambiental. Pessoas relacionadas ao deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) e ao senador Fernando Collor (PTB-AL) tiveram endereços revistados.

A Procuradoria-Geral da República denunciou Pedro Paulo Leoni Ramos e o deputado Vander Loubet (PT-MS). Acusou-os em 18 de dezembro de 2015 de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Teriam participado do esquema engendrado por Collor na BR Distribuidora, ao lado de advogados e da mulher do deputado, Roseli da Cruz Loubet.

Teori Zavascki determinou a inclusão do deputado Mário Sílvio Negromonte Júnior (PP-BA) em inquérito que investigava o petrolão. Filho do ex-ministro Mário Negromonte, era suspeito de receber R$ 500 mil em doação ilegal da Jaraguá Equipamentos Industriais. O inquérito, um dos 38 abertos no STF, já apurava eventuais crimes cometidos por outros três políticos do PP: João Pizzolatti (SC), Luiz Fernando de Faria (MG) e Roberto Britto (BA).

O livro dos túneis suíços

Mais uma de Eduardo Cunha. A revista Época reportou as delações premiadas de Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior, da Carioca Engenharia. Conforme as confissões à Procuradoria-Geral da República, Cunha exigiu R$ 52 milhões para autorizar a liberação de R$ 3,5 bilhões do Fundo de Investimentos do FGTS, o FI-FGTS, para obras no Porto Maravilha, no Rio. Cunha recebeu em 36 prestações.

Segundo as investigações, Fábio Cleto, vice-presidente da Caixa Econômica Federal, participou do esquema. Indicado por Cunha, era encarregado de gerenciar loterias e o FGTS. Atuou na Caixa por cinco anos. Só em 2014 o FI-FGTS administrou R$ 31,9 bilhões em ativos e participou de 44 projetos.

Ricardo Pernambuco relatou que transferiu US$ 3,9 milhões para conta do Israel Discount Bank, fornecida por Cunha. Usou linguagem cifrada para tratar da propina. Em e-mail ao filho, em 26 de abril de 2012, mencionou o envio de 181 mil francos suíços para conta de Cunha na Suíça:

> "Sobre o envio ao nosso amigo de um livro de 181 páginas sobre túneis suíços, seria conveniente confirmar se recebeu o livro e se gostou das fotos."

Rodrigo Janot solicitou ao STF em 16 de dezembro de 2015 o afastamento de Cunha. Entre os motivos, o procurador-geral alinhou que o político, chamado de "delinquente", integrava "grupo criminoso" que transformou a Câmara dos Deputados em "balcão de negócios". Segundo Janot, Cunha agia em prol dos interesses de empresas e bancos. Do pedido ao STF:

> "Eduardo Cunha tem adotado, há muito, posicionamento absolutamente incompatível com o devido processo legal, valendo-se de sua prerrogativa de presidente da Câmara dos Deputados unicamente com o propósito de autoproteção mediante ações espúrias para evitar a apuração de sua conduta, tanto na esfera penal como na esfera política."

Em sua petição, o procurador-geral citou envolvimento de Cunha com o texto de medida provisória que beneficiou a Odebrecht em 2013. Para Janot, Cunha "atuava como *longa manus* dos empresários, interessado em fazer legislações que os beneficiassem, em claro detrimento do interesse público. E Eduardo Cunha recebia valores, seja por doações oficiais, para si ou para os deputados que o auxiliavam (também este o motivo pelo qual possui tantos seguidores), ou por meio de pagamentos ocultos".

Janot mencionou a Medida Provisória nº 584, de 2012. Concedia incentivos tributários para a Olimpíada de 2016. Segundo ele, Cunha acertou com o presidente da OAS, Léo Pinheiro, pagamento de R$ 1,9 milhão em troca de favorecimento a empreiteiras. Ao lado de Cunha, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) apresentaria

15 emendas à MP. Do procurador-geral:

> "Cunha cobrou o pagamento de valores que, pelo teor das conversas anteriores, era em duas partes: R$ 1,5 milhão e R$ 400 mil."

O Banco Central abriu processo administrativo por evasão de divisas contra Cunha e sua mulher, Cláudia Cordeiro Cruz. Os dois teriam omitido que guardaram dinheiro no exterior durante 14 anos.

Diálogo armazenado no celular de Léo Pinheiro, apreendido em 2014, ajudou Janot a fundamentar a operação de busca e apreensão de 15 de dezembro. Na mensagem, Cunha reclamou de repasse do empresário ao vice-presidente Michel Temer, em detrimento de outros políticos do PMDB:

> "Eduardo Cunha cobrou Léo Pinheiro por ter pago, de uma vez, para Michel Temer, a quantia de R$ 5 milhões, tendo adiado os compromissos com a turma."

Na sequência da troca de mensagens, Léo Pinheiro pediu a Cunha "cuidado com a análise, para não mostrar a quantidade de pagamentos dos amigos".

Quase seis meses após a prisão de Marcelo Bahia Odebrecht, a direção da construtora decidiu em 9 de dezembro de 2015 afastá-lo da presidência da *holding* que controlava o grupo. Excluíram-no dos conselhos de administração da Braskem, Odebrecht Óleo e Gás, Odebrecht Realizações Imobiliárias e Odebrecht Ambiental. Buscava-se meio de tirá-lo da prisão.

O juiz Sérgio Moro condenou em 14 de dezembro de 2015 Gerson de Mello Almada, dono da Engevix Engenharia. A sentença estipulou 19 anos de prisão em regime fechado, por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Almada ficou preso cinco meses no Paraná antes de conseguir prisão domiciliar. Recorreria da condenação nessa situação.

O caso envolvia o pagamento de R$ 15,2 milhões à Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Conforme o MPF, a Engevix fraudou a prestação de serviços. Repassou 1% de contratos e aditivos à GFD Investimentos, MO Consultoria e Empreiteira Rigidez, ligadas a Youssef. Em troca recebeu vantagens do cartel e beneficiou-se de licitações.

O MPF, no Rio, denunciou em 17 de dezembro de 2015 um esquema de 12 pessoas que desviou US$ 42 milhões da Petrobras, entre 1997 e 2012. Segundo a acusação, houve pagamento de propina em contratos relacionados ao aluguel de navios-plataforma da multinacional holandesa SBM Offshore. Do procurador da República Renato Oliveira:

> — O pagamento de propinas dependia do acordo de prestação de serviços. Não era um valor fixo. Normalmente, 1% era pago no Brasil, em contrato, e o restante na Suíça em contas *offshore*.

Conforme a investigação, ocorreram repasses de comissões indevidas a 38 contas

de três bancos suíços. Em troca do dinheiro, a SBM obteve informações privilegiadas e favorecimentos em processos licitatórios, e assim venceu "disputas" por contratos de operação de navios-plataforma.

Representante da SBM, Júlio Faerman confirmou em delação premiada que deu US$ 300 mil à campanha de Dilma Rousseff em 2010. Transferiu a soma de conta suíça para outra no mesmo país, de Pedro Barusco. Este disse que não internou a grana, mas fez uma compensação de "crédito em propinas" com valores que o PT receberia de contratadas pela Petrobras no Brasil.

Já a campanha de Lula em 2006 embolsou R$ 2,4 milhões desviados do contrato da plataforma P-53, conforme delação de Ricardo Pessoa. Além da UTC, participaram do esquema Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Iesa. Consorciadas, as quatro construíram a P-53. Segundo Pessoa, o tesoureiro José de Filippi Júnior (PT-SP) solicitou a doação, "não oficial".

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), do Ministério da Justiça, instaurou processo administrativo em 22 de dezembro de 2015 para investigar 21 empresas e 59 pessoas acusadas de formação de cartel. Todas suspeitas de fraudar R$ 35 bilhões em contratos de serviços de engenharia, construções e montagens industriais, desde 1998, em várias obras da Petrobras. Responsáveis pela apuração salientaram que as práticas delituosas ganharam força a partir de 2003. Do parecer do Cade:

> "Há indícios robustos de que as empresas e pessoas físicas investigadas teriam celebrado acordos com a finalidade de fixar preços, dividir mercado e ajustar condições, vantagens ou abstenção em licitações de montagem industrial da Petrobras."

As 21 empresas: Alusa (atual Alumini), Carioca Christiani Nielsen, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Engevix, Galvão Engenharia, GDK, Iesa Óleo e Gás, Jaraguá, Mendes Júnior, MPE, Promon, Schahin, Skanska Brasil, SOG Óleo e Gás, Techint, Tomé e UTC.

Coordenador da força-tarefa da Lava Jato, o procurador Deltan Dallagnol fez balanço no final de 2015. Graças a acordos de colaboração, R$ 2,8 bilhões haviam sido recuperados, sendo R$ 659 milhões repatriados do exterior. Dallagnol declarou ao jornal O Estado de S. Paulo:

> — Podemos dizer que um número muito pequeno de contas mantidas ilegalmente no exterior por corruptos e corruptores veio ao Brasil. Tem muita coisa por vir ainda.

Dos 86 pedidos de cooperação em 36 países, 77 vigoravam. Abrangiam 28 países. Foram firmados 40 acordos de colaboração premiada com pessoas físicas. A Lava Jato reunia, ainda: 119 mandados de prisão cumpridos, 1.016 procedimentos instaurados, 399 mandados de busca e apreensão, 99 mandados de condução

coercitiva, cinco acordos de leniência e 36 acusações criminais contra 179 pessoas. Ao todo os crimes geraram pagamentos ilegais de R$ 6,4 bilhões, sendo que a Justiça bloqueou R$ 2,4 bilhões. Havia 80 condenações – as sentenças somavam 783 anos.



AS BURRAS DA BR DISTRIBUIDORA

Afinidades entre Lula e Fernando Collor e os ciúmes de Renan Calheiros

O jornal Valor Econômico teve acesso à parte do conteúdo prévio da delação premiada de Nestor Cerveró, apreendida em operação de busca da PF no gabinete do então líder de Dilma Rousseff no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS). O documento veio a público em 8 de janeiro de 2016. José Sérgio Gabrielli (PT-BA) e José Eduardo Dutra (PT-SE), ex-presidentes da Petrobras, indicados por Lula, teriam atuado para desviar dinheiro e irrigar a campanha de Jaques Wagner (PT-BA). O esquema implicou a construção de um edifício em Salvador. Do termo de colaboração de Cerveró:

> "Na campanha para o Governo do Estado da Bahia, em 2006, houve um grande aporte de recursos para o candidato do PT, Jaques Wagner, dirigido por Gabrielli. Nessa época, o presidente Gabrielli decidiu realocar a parte operacional da parte financeira para Salvador, sem haver nenhuma justificativa, pois havia espaço para a referida área no Rio de Janeiro."

O setor financeiro funcionava no Rio, sede da Petrobras. Para levá-lo à capital da Bahia, contrataram a Odebrecht e a OAS e ergueram novo prédio. Segundo Cerveró, as duas pagaram propina em troca da obra. Conforme informou, Gabrielli e Dutra controlaram operações comerciais que visaram injetar recursos na campanha de Wagner.

Após Gabrielli substituí-lo no comando da Petrobras, Dutra chefiou a BR Distribuidora. Deixou-a em 2009, com a missão, determinada por Lula, de esvaziar uma CPI que investigaria a Petrobras. Cerveró foi diretor Internacional de 2003 a 2008. Nomearam-no depois diretor Financeiro e de Serviços da BR. Em 7 de dezembro de 2015, depôs sobre a nomeação:

> "Que em razão de o declarante ter viabilizado a contratação da Schahin como operadora da sonda Vitória 10000, quando ainda era diretor Internacional da Petrobras, havia um sentimento de gratidão do Partido dos Trabalhadores para com o declarante; que essa contratação, conforme explicado em termo de colaboração próprio, objetivava a quitação de um empréstimo do PT perante o Banco Schahin, garantido por José Carlos Bumlai; que, como reconhecimento da ajuda do declarante nessa situação, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva decidiu indicar o declarante para uma diretoria da BR Distribuidora, a Diretoria Financeira e de Serviços."

Cerveró afirmou que Lula concedeu poder e influência a Fernando Collor (PTB-AL) na BR. Eleita, Dilma Rousseff manteve a mesma política. Como exemplo, citou

pedido de Lula para que a cúpula da BR se reunisse com o senador em 2010. Na oportunidade, o político propôs um negócio em benefício de usinas de álcool controladas pelo empresário João Lyra em Alagoas. O objetivo era fazer a BR comprar R$ 1 bilhão em etanol.

É provável que a ascendência de Collor na BR tenha provocado um ruído com outro poderoso alagoano, o senador Renan Calheiros (PMDB). Depreende-se isso de um trecho da delação de Cerveró:

> "Que em 2012 o declarante foi chamado ao gabinete de Renan Calheiros no Senado Federal; que na ocasião Renan Calheiros reclamou da falta de repasse de propina por parte do declarante; que o declarante explicou que não estava arrecadando propina na BR Distribuidora; que então Renan Calheiros disse que a partir de então deixava de prestar apoio político ao declarante."

'O negócio do Collor é dinheiro'

Houve reunião com Cerveró em agosto ou setembro de 2013, na casa de Collor em Brasília. Pedro Paulo Leoni Ramos, braço-direito do senador, convocou-o. Na ocasião, Collor disse que foi obrigado a pedir a demissão de Luiz Cláudio Caseira Sanches e José Zonis, diretores da BR. Interesses do político abrangiam negócios da BR na base de distribuição de combustíveis de Rondonópolis (MT) e no armazém de produtos químicos de Macaé (RJ):

> "Que Fernando Collor de Mello disse que havia falado com a presidente da República, Dilma Rousseff, a qual teria dito que estavam à disposição de Fernando Collor de Mello a presidência e todas as diretorias da BR Distribuidora; que Fernando Collor de Mello disse que não tinha interesse em mexer na presidência e nas diretorias da BR Distribuidora de indicação do PT (presidente, José de Lima Andrade Neto; diretor de Mercado Consumidor, Andurte de Barros Duarte Filho; e o declarante, diretor Financeiro e de Serviços); que o declarante ironicamente agradeceu a Fernando Collor de Mello por ter sido mantido no cargo de diretor Financeiro e de Serviços da BR Distribuidora; que Pedro Paulo Leoni Ramos depois disse ao declarante que Fernando Collor de Mello havia ficado chateado com a ironia do declarante, uma vez que pareceu que o declarante estava duvidando de que Fernando Collor de Mello havia falado com Dilma Rousseff; que nessa ocasião o declarante percebeu que Fernando Collor de Mello realmente tinha o controle de toda a BR Distribuidora; que o declarante entendeu que Fernando Collor de Mello e Pedro Paulo Leoni Ramos mantiveram o declarante no cargo para que não atrapalhasse os negócios conduzidos por ambos na BR Distribuidora."

Ao solicitar ao STF a decretação da perda de mandato do deputado Vander

Loubet (PT-MS), o procurador-geral Rodrigo Janot mencionou que Collor obteve de Lula ascendência sobre a BR, "em troca de apoio político à base governista no Congresso". Para Janot, as diretorias de Rede de Postos de Serviço e de Operações e Logística "serviram de base para o pagamento de propina ao parlamentar". Ramos agia como "operador particular" de Collor.

A parte do PT na BR contava com Andurte de Barros Duarte Filho, diretor de Mercado Consumidor, e Cerveró. Loubet beneficiava-se dos desvios. Janot denunciou-o ao STF em 17 de dezembro de 2015. Teria recebido R$ 1 milhão e usado o dinheiro na campanha em que perdeu a disputa pela Prefeitura de Campo Grande (MS). Roseli da Cruz Loubet, sua mulher, responderia por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Janot pediu R$ 5 milhões por danos morais e materiais:

> "Vander Loubet, agindo como representante do Partido dos Trabalhadores em relação à BR Distribuidora, recebeu significativas vantagens pecuniárias indevidas de Pedro Paulo Leoni Ramos, por intermédio de Alberto Youssef, entre 2012 e 2014, para deixar de exercer a função parlamentar de fiscalização sobre a administração federal e permitir a livre atuação da organização criminosa voltada à prática de crimes de peculato, corrupção de agentes públicos e lavagem de dinheiro."

Segundo a denúncia, a corrupção ocorreu ao menos com quatro empresas, nas áreas de bandeiras de postos de gasolina, engenharia civil, compra e venda de álcool e gestão e pagamento de programa de fidelidade. Ramos "tinha plena liberdade para implementar o esquema criminoso na BR, chegando a atuar inclusive nas diretorias politicamente indicadas pelo PT". Conforme Janot, "quem quer que tentasse realizar contratos de construção de bases de distribuição de combustíveis na BR tinha que pagar uma espécie de pedágio para o ex-ministro de Collor".

Além de pedir ao STF a cassação de Loubet, a Procuradoria-Geral da República solicitou a perda dos mandatos dos deputados Nelson Meurer (PP-PR), Arthur Lira (PP-AL) e dos senadores Benedito de Lira (PP-AL) e Collor, caso condenados pela Lava Jato. Do procurador-geral:

> "O grupo do deputado Vander Loubet era distinto do bando de asseclas do senador Fernando Affonso Collor de Mello, mas os dois grupos agiam de modo conexo."

Ramos e Youssef constituíam o elo entre os dois políticos. Conforme Janot, o petista e o petebista formavam "uma grande, complexa e estruturada quadrilha". Collor indicou quatro cargos estratégicos na BR: os diretores de Rede de Postos de Serviço, Luiz Cláudio Caseira Sanches (2009 – 2013) e Luís Alves de Lima Filho (2013 – 2015), e os diretores de Operação e Logística, José Zonis (2009 – 2013) e Wilson Reichemback Silva (2013 – 2015). Coube ao PT nomear os diretores Andurte de Barros Duarte Filho (2009 – 2015) e Nestor Cerveró (2008 – 2014).

Em declaração preliminar à Procuradoria-Geral da República, Cerveró disse que "o negócio do Collor é dinheiro, ele não arrecada para partido, mas para ele mesmo". Segundo Cerveró, Ramos lhe mostrou tabela com valores mensais de propina endereçados ao senador. Chegavam a milhões de reais.

Cerveró citou licitações direcionadas à UTC para a construção de bases de tancagem e armazenamento à BR. Disse que todas as diretorias da BR, em conluio, aprovaram contratos de R$ 500 milhões. Dono da UTC, Ricardo Pessoa confessou repasses ilegais de R$ 20 milhões ao grupo de Collor.

Além da citada construção suspeita do prédio em Salvador, ergueram megaedifício para abrigar funcionários da Petrobras. Cerveró acusou Lula de indicar a Wtorre Engenharia como executora das obras. Os 115 mil metros quadrados de área construída, no centro do Rio, custaram cerca de R$ 1 bilhão. Contrato estabeleceu a locação do espaço à Petrobras, de 2013 a 2029. Valor do aluguel, com correção anual: R$ 100 milhões por ano.

Comissão de funcionários da Petrobras apresentou, por três vezes, alternativas à construção. Eram aluguéis de prédios baratos e próximos da Petrobras. Gabrielli rechaçou as propostas. De Cerveró:

> "Sabe que a indicação de Walter Torre foi feita pelo presidente Lula, porque Renato Duque comentou na reunião da diretoria onde foi apresentado o projeto."

Outro imóvel que deu o que falar: o Sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP), em nome de Jonas Leite Suassuna Filho e Fernando Bittar, sócios de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Odebrecht e OAS negavam reformas na propriedade, comprada em 2010 e usada por Lula, parentes e amigos.

O agrimensor Claudio Benatti admitiu que prestou serviços no imóvel em 2011, a pedido do advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula. José Carlos Bumlai, preso pela Lava Jato, negou conhecer o arquiteto que fez o projeto de reforma do sítio – morador, como ele, de Campo Grande (MS). E garantiu: Lula não era dono oculto do sítio.

Mensagens de e-mail antes de viagem de Lula ao Peru, em março de 2008, rechearam arquivos da Lava Jato. Envolviam Cerveró e diretores da Odebrecht, interessada, por meio da petroquímica Braskem, na instalação de polo industrial de etanol, em parceria com a Petrobras e a Petroperu. Carlos Brenner, da Odebrecht, escreveu ao colega Roberto Prisco Ramos:

> "Só para sua informação. O ideal era voltar ao assunto depois do Carnaval e ver se conseguimos combinar com nosso amigo Nestor estar em condições de assinar o protocolo durante a visita de Lula."

Ramos acionou o executivo da Odebrecht Rogério Araújo, que pediu a opinião de Cerveró. Na resposta, Cerveró citou o presidente da Petroperu:

> "Este assunto já foi acertado com o Cesar Gutierrez na minha reunião da última semana, quando estive em Lima. Acho boa ideia e vamos andar rápido com o assunto."

Marcelo Bahia Odebrecht, presidente da empresa, recebeu cópia das mensagens. Respondeu a seus executivos em 7 de fevereiro de 2008:

> "Ótimo. Estes eventos com Lula são bons pois criam um *deadline*."

Lula assinou o acordo no Peru em 5 de março de 2008.

De mansinho, Jaques Wagner foi longe

A Lava Jato transcreveu quase 600 páginas de mensagens trocadas a partir do celular do presidente da OAS, Léo Pinheiro. As conversas expuseram os "intestinos de Brasília", dos quais emergiram três ministros de Dilma Rousseff: Jaques Wagner (PT-BA), da Casa Civil; Edinho Silva (PT-SP), da Comunicação Social; e Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), do Turismo.

Os diálogos de Léo Pinheiro relacionaram o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL); presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ); senadores Edison Lobão (PMDB-MA), Ciro Nogueira (PP-PI), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Fernando Bezerra (PSB-PE), Romero Jucá (PMDB-RR), Fernando Collor (PTB-AL), Delcídio Amaral (PT-MS), Humberto Costa (PT-PE) e Lindbergh Farias (PT-RJ), o "Lindinho"; deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP), Cândido Vaccarezza (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Osmar Terra (PMDB-RS) e Orlando Silva (PC do B-SP); ex-ministro Carlos Gabas (PT-SP); ex-deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA); ex-tesoureiros do PT, João Vaccari Neto e Delúbio Soares, mimados por Léo Pinheiro em 2012 com garrafa de conhaque Hennessy Paradis, de R$ 1.730,00; prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT-SP); presidente da Petrobras, Aldemir Bendine; advogado Tiago Cedraz, filho do presidente do TCU, Aroldo Cedraz; e Lula, o "Brahma". Todos eventualmente ansiosos pelos préstimos do dono da OAS.

Jaques Wagner foi longe. Ex-governador da Bahia (2007 – 2010 e 2011 – 2014), nomeou como secretários de governo Bruno Dauster e Manuel Ribeiro Filho, dois executivos que pertenceram à OAS. Ambos apareceram nas mensagens de Léo Pinheiro. Em seu governo, aquinhoou a OAS com várias obras, entre elas a Via Expressa Bahia de Todos os Santos, a maior intervenção viária em Salvador, em 30 anos. Custou R$ 480 milhões. Já a revitalização da orla da capital baiana, pela OAS, foi orçada em R$ 180 milhões. No "toma lá, dá cá", Wagner e seu sucessor, Rui Costa (PT-BA), receberam R$ 5,7 milhões em doações da OAS. Em 2013, a Enseada Indústria Naval, sócia da OAS, contratou Mariana Wagner, filha de Wagner.

Wagner ganhou notoriedade ao presidir o Sindicato dos Petroleiros de Camaçari (BA) na década de 1980. Elegeu-se deputado federal. Após a reeleição como

governador em 2010, comprou apartamento no Corredor da Vitória, bairro luxuoso de Salvador. O imóvel com 252 metros quadrados e seis banheiros custava US$ 1 milhão antes da crise de 2015. O condomínio dispunha de academia, piscina, cinema, píer e teleférico para a praia.

Serve de ilustração das relações entre Wagner e Léo Pinheiro as tratativas para tentar eleger Nelson Pellegrino (PT-BA) prefeito de Salvador em 2012. Nas mensagens de celular, o governador é "JW", "nosso JW" ou "Compositor", numa alusão ao compositor alemão Richard Wagner. Pellegrino é "NP" ou "Andarilho". Manuel Ribeiro Filho, o executivo da OAS nomeado secretário estadual, é "MR". E Mário Kertész (PMDB-BA), candidato derrotado no 1º Turno das eleições, "MK". Tudo indica que a jogada era suborná-lo para que apoiasse Pellegrino no 2º Turno. O petista perdeu para ACM Neto (DEM-BA). Comentário de Léo Pinheiro sobre o andamento das negociações, em 17 de outubro de 2012:

> — O Compositor me ligou ontem, disse-lhe que estava fora e que MR iria procurá-lo x MK (saldo). Se resolveríamos parte como nosso apoio ao Andarilho ou qual seria a solução?

Na mesma conversa, Léo Pinheiro acrescentou:

> — O valor é muito alto. 3.600 Street Brown.

No dia seguinte, "MR" voltou ao assunto, aparentemente após se encontrar com Wagner. Diálogo com executivos e a resposta de Léo Pinheiro:

> — Amigos, estive com o figura. Ele falará com MK para deixar para depois do evento. Disse que o valor não é real e não pediria para o Léo se soubesse o tamanho. Vai baixar.
>
> — Ok. Salvador acho que devemos dar + 1.
>
> — A pedida foi + 5, me fingi de surdo, depois 2 e acabamos no 1,5. 0,5 agora, deixando + 1 para o final.

Ainda na disputa eleitoral pela Prefeitura de Salvador em 2012, comentário de Léo Pinheiro sobre Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), na época vice-presidente da Caixa Econômica Federal, chamado de "G" ou "Gordinho":

> — Se você chamá-lo para um *whisky* resolve.

Técnicos do TCU focaram obras da OAS em Salvador. Suspeitaram de superfaturamento. Léo Pinheiro pediu que Wagner atuasse junto ao Ministério do Transporte para liberar valor adicional de R$ 41,7 milhões. O TCU apontou custos inflados de ao menos R$ 9,4 milhões. Exemplificou com o preço de vigas metálicas. A OAS cobrou R$ 7,13 o quilo, mas o correto seria R$ 3,62. Só neste item, diferença de R$ 3,9 milhões.

Wagner tinha boa relação com Ricardo Pessoa, da UTC, que lhe presenteou no aniversário, em março de 2014, três garrafas de vinho Vega Sicília Único Gran

Reserva 2003. Valor do mimo ao governador: R$ 6.797,84. A assessoria de Wagner informou que ele não se recordava do vinho.

Em janeiro de 2013, Léo Pinheiro solicitou informações a um funcionário da OAS sobre a viagem que Lula faria ao Chile:

> — No Chile hoje estamos construindo além do hospital alguma outra obra? O Brahma está procurando saber.

Em outra troca de mensagens sobre a viagem, Léo Pinheiro recebeu o texto:

> — A obra fica colada no aeroporto e nos foi dada com ajuda do Brahma.

A ascendência de Léo Pinheiro sobre próceres da República causou espécie. Ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) prontificou-se a ajudá-lo com as obras da Arena das Dunas, em Natal, um dos estádios da Copa do Mundo de 2014. Carlos Gabas (PT-SP), ex-ministro da Previdência Social, agia como um empregado. Em uma das mensagens, Léo Pinheiro determinou a ele "solicitar" aprovação de aditivo junto à Caixa Econômica Federal, e "desbloquear" e "pagar" R$ 60 milhões de convênio. De Gabas:

> — Ok. Cuido daqui.

Uma transação milionária de compra e venda de títulos, com participação de fundos de pensão e do FI-FGTS, da Caixa, envolveu Eduardo Cunha (PMDB-RJ) nas mensagens de celular. Para a Procuradoria-Geral da República, Cunha era o "EC" e "MM", milhões de reais. Léo Pinheiro recorreu a seu diretor financeiro, Alexandre Tourinho, em março de 2013:

> — Oi Alexandre, nós já recebemos aquela debênture ($250MM)? O nosso EC tá me cobrando. Abs. Léo.

O STF autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Cunha, da mulher Cláudia Cordeiro Cruz e da filha, Danielle Dytz da Cunha. A decisão de Teori Zavascki atendeu a Procuradoria-Geral da República. Três empresas ligadas a Cunha estavam na mira: C3 Produções, Jesus.com e Rádio Satélite.

De João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, em troca de mensagens com Léo Pinheiro, em junho de 2014. Referia-se, provavelmente, ao deputado Orlando Silva (PC do B – SP), ex-ministro de Lula. Começou com Vaccari:

> — Ouça a música do cantor Orlando Silva.
>
> — Ligo pra ele.
>
> — Conserte as duas faixas arranhadas, caso tenha solução.

O PC do B recebeu doação de R$ 600 mil da OAS, em agosto de 2014.

Olho nas calças folgadas

O juiz da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, Flavio Itabaiana, condenou Jorge

Luiz Zelada, ex-diretor Internacional da Petrobras, em 12 de janeiro de 2016. Ao lado de João Augusto Rezende Henriques, recebeu sentença de quatro anos de prisão por fraude em licitação. Os dois, mais sete, teriam de pagar multa equivalente a US$ 16,5 milhões, por direcionarem à Odebrecht processo licitatório sobre um plano de ação de certificação em 2010.

Causou alvoroço a delação de Carlos Alexandre de Souza Rocha, o Ceará, "mula" de Alberto Youssef. Afirmou que carregou R$ 300 mil, destinados ao senador Aécio Neves (PSDB-MG), em 2013. Explicou que deu o dinheiro a Antonio Carlos D'Agosto Miranda, diretor da UTC, no Rio. Segundo o depoimento, Miranda estava ansioso, não aguentava mais tanta cobrança, e contou que o beneficiário era Neves. Ceará indagou:

> — E o Aécio Neves não é da oposição?
>
> — Aqui a gente dá dinheiro para todo o mundo. Situação, oposição, pessoal de cima do muro, pessoal do meio de campo.

Ceará relatou que ouviu Youssef falar de Renan Calheiros várias vezes. Numa delas, disse que repassaria R$ 2 milhões ao senador, para evitar uma CPI da Petrobras. Em outra ocasião, Ceará entregou R$ 1 milhão ao político em Maceió. Teve de buscar o dinheiro no Recife e transportá-lo à capital alagoana. Foram duas parcelas, vindas da Camargo Corrêa, a um emissário postado no *lobby* do Hotel Meliá.

O entregador de Youssef citou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), contemplado com R$ 200 mil. "Ceará, todo mundo come bola", explicaria o doleiro, ao citar o político. A delação foi homologada, mas o STF arquivou a investigação sobre Rodrigues. O senador não era suspeito.

Conforme a confissão, Ceará deu R$ 300 mil a Fernando Collor em 2014. Transportou a quantia em pacotes com notas de R$ 100. Citou entregas a Pedro Paulo Leoni Ramos e mencionou informação de Youssef segundo a qual o doleiro levou dinheiro três vezes a firma de Ramos em Itapema (SC).

Para Ceará, o ex-ministro Mário Negromonte era o "mais achacador" dos políticos. Opinião de Youssef, segundo ele. Roubava para si próprio, e não repassava a parte do PP. Por isso o defenestraram em 2012. Enquanto foi ministro das Cidades, tinha um celular só para conversar com Youssef.

Em 2010 Ceará levou R$ 300 mil a um apartamento em Brasília, em quatro viagens. Vários deputados, incluindo Negromonte, frequentavam o lugar. Contou que fixava o dinheiro nas pernas, com filmes plásticos. Vestia meiões para garantir que os maços ficassem escondidos, e calças folgadas.

Também relatou o pagamento de R$ 10 milhões ao então senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), para abafar CPI da Petrobras em 2009. Guerra presidiu o PSDB de 2007 a 2013. Faleceu em 2014.

Por fim a negociata milionária da Labogen, para fabricar e vender remédios ao

Ministério da Saúde em 2013, na gestão do ministro Alexandre Padilha (PT-SP). Youssef usou o laboratório para remeter dinheiro ao exterior, por meio de contratos de câmbio e importações fictícias. Conforme o que ouviu do doleiro, a Labogen seria fatiada, contemplando Youssef, Padilha, Leonardo Meirelles, André Vargas (PT-PR) e Pedro Paulo Leoni Ramos.

Segundo Fernando Baiano, Ramos frustrou sua tentativa de fazer negócios com a BR Distribuidora. Exigiu um pedágio de R$ 20 milhões. A história: Baiano interessou-se pela construção de bases de distribuição de combustível em Macaé (RJ) em 2013. Tratou do assunto com Nestor Cerveró, mas Ramos o procurou para convencê-lo a desistir. Deixou claro que controlava o setor. Baiano voltou a Cerveró, que insistiu com Ramos. Não havia justificativa para o grupo de Fernando Collor dominar todos os contratos. Ramos aceitou, mas pediu os R$ 20 milhões. Muito para Baiano.

Cargo: arrecadador de propina

Ao prestar depoimento em 7 de dezembro de 2015, Cerveró relatou suas atribuições à frente da Diretoria Financeira e de Serviços da BR. Tinha de arrecadar propina aos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Delcídio Amaral (PT-MS), e atender solicitações do senador Fernando Collor (PTB-AL) e do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).

Detalhou reunião no Hotel Leme Palace, no Rio, em 2010, após a eleição de Dilma Rousseff. Serviu para acomodar a situação. Convocaram o encontro Amaral, Vaccarezza e Ramos. Além de Cerveró, participaram três diretores da BR – Andurte de Barros Duarte Filho, José Zonis e Luiz Claúdio Caseira Sanches. Zonis e Sanches arrecadariam para Collor e Ramos. Duarte Filho, para o grupo de Vaccarezza – os deputados petistas Vander Loubet (MS), José Mentor (SP), Jilmar Tatto (SP), André Vargas (PR) e Vaccarezza (SP).

Houve reunião anterior, em 2009, no Hotel Copacabana Palace, no Rio. Juntaram-se Calheiros, Amaral, Ramos, Cerveró e José Lima de Andrade Neto, presidente da BR, que definiu atividades e contratos mais propensos a gerar propina: compra de álcool, aluguel de caminhões de transporte de combustível e construção de bases de distribuição de combustível.

Em negociação para firmar acordo de delação premiada, Pedro Corrêa (PP-PE), preso em Curitiba, afirmou dispor de informações sobre o envolvimento no petrolão dos ministros Jaques Wagner (PT-BA), da Casa Civil, e Aldo Rebelo (PC do B-SP), da Defesa. Citou a participação do senador Aécio Neves (PSDB-MG) em irregularidades e disse que Lula sabia que deputados do PP pleiteavam cargos na Petrobras para ganhar dinheiro.

Relatório da Receita Federal jogou mais lenha na fogueira em que assava Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O deputado, Cláudia Cordeiro Cruz e a filha Danielle amealharam R$ 1,8 milhão de 2011 a 2014, mas o aumento no patrimônio estava

descoberto. Crescimento incompatível com a renda.

A situação de Danielle Dytz da Cunha chamou a atenção. Ela possuía R$ 208 mil em 2010. Em 2014, R$ 1,5 milhão, contando a transferência de R$ 800 mil que recebeu do pai, em 2013. Declarou bens de R$ 183 mil em 2011, R$ 537 mil em 2012 e R$ 1,2 milhão em 2013. Em 2014 tinha dois carros no valor de R$ 100 mil e apartamento de R$ 1,2 milhão.

Documento apreendido pela PF no gabinete de Delcídio Amaral registrava informações de Cerveró sobre a compra, pela Petrobras, da petrolífera argentina Pérez Companc. A transação teria envolvido US$ 100 milhões em propina durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Cerveró citou Oscar Vicente, ex-dirigente da Petrobras na Argentina, suposto operador do ex-presidente argentino Carlos Menem.

Presidida por Francisco Gros, a Petrobras pagou US$ 1 bilhão pela Pérez em 2002. Segundo o documento, cada diretor da empresa argentina recebeu US$ 1 milhão pelo negócio. Vicente teria embolsado US$ 6 milhões. A fusão entre a Pérez e a Petrobras Argentina criou a Pesa (Petrobras Energia).



A PESSOA MAIS HONESTA DO BRASIL

A conversa choramingas do ex-presidente com seus blogueiros chapa-branca. E a irmandade do Solaris

Lula voltou a ocupar o centro do noticiário político em 18 de janeiro de 2016, assim que o jornal Valor Econômico divulgou documentos entregues por Nestor Cerveró à Procuradoria-Geral da República. As informações embasavam a delação do ex-diretor Internacional da Petrobras. Ele citou propina de R$ 40 milhões a R$ 50 milhões à campanha de Lula em 2006, originária da compra de US$ 300 milhões em blocos de petróleo em Angola, em 2005. Cerveró soube por Manuel Domingos Vicente, então presidente do Conselho de Administração da Sonangol, a petroleira de Angola.

O país africano decidiu vender blocos de exploração em águas profundas. "Como se fosse um grande leilão", explicou Cerveró. A Petrobras dispunha de escritório em Angola havia 30 anos e o governo era aliado. Altos escalões tocaram as tratativas. Representou o Brasil o ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT-SP). A reação de Lula à nova denúncia veio dois dias depois. Convocou jornalistas e blogueiros tidos como simpáticos ao PT no Instituto Lula e tratou de desqualificar a Lava Jato:

> — Já ouvi que delação premiada tem que ter o nome do Lula, senão não adianta.

Lula atacou as "prisões injustas" de José Dirceu (PT-SP) e de João Vaccari Neto, ameaçou processar jornalistas, elogiou um manifesto de advogados com críticas à Lava Jato e soltou a seguinte pérola:

> — Se tem uma coisa que eu me orgulho neste País, é que não tem uma viva alma mais honesta do que eu. Nem dentro da Polícia Federal, nem dentro do Ministério Público, nem dentro da Igreja Católica, nem dentro da Igreja Evangélica. Pode ter igual, mas eu duvido.

Classificou como "violência" a investigação sobre Luís Cláudio Lula da Silva, seu caçula. Protegido no Instituto Lula, rodeado por amigos, demonstrou assertividade, diferentemente do depoimento à PF em 6 de janeiro de 2016, no inquérito da Operação Zelotes, quando abraçou a versão conveniente, tantas vezes teatralizada, do "eu não sabia de nada".

O inacreditável do depoimento de 6 de janeiro foi afirmar que não procurou o filho para ouvir explicações sobre o contrato de R$ 2,4 milhões. O caso ocupava havia semanas o noticiário. Lula ousou dizer que acreditava que Luís Cláudio buscara patrocínio para um projeto ligado a futebol americano. Informou não ter ideia sobre quando o filho conheceu Mauro Marcondes, o contratante, pessoa da relação do ex-presidente, desde antes do nascimento de Luís Cláudio. Marcondes

estava preso.

Dono da LFT Marketing Esportivo, Luís Cláudio não entregou à PF arquivos eletrônicos dos relatórios de R$ 2,4 milhões. Para seus advogados, não existiam. Possível razão: textos em papel, disponíveis, não permitiam identificar a data de elaboração – se antes ou após a Zelotes. Ficou a suspeita de trabalho às pressas, depois do início da investigação. Cópias da internet justificariam o pagamento, supostamente propina.

Em nova operação da Lava Jato, 80 policiais federais cumpriram 15 mandados de busca e apreensão em 27 de janeiro de 2016. Três pessoas presas, duas conduzidas sob coerção. Na mira o encrencado Condomínio Solaris, no Guarujá (SP), empreendimento da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo) repassado à OAS. A família Lula da Silva teria sido contemplada com um apartamento tríplex. Ao menos nove imóveis do Solaris possuíam "alto grau de suspeita quanto à sua real titularidade", e poderiam estar vinculados à corrupção na Petrobras.

Formalmente, Marisa Letícia Lula da Silva adquiriu opção para comprar imóvel no Solaris, por R$ 47 mil, ainda junto à Bancoop, em 2005. Ligada ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, atrelado ao PT, a cooperativa foi presidida por Ricardo Berzoini (PT-SP), ministro de Lula e de Dilma Rousseff, e João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do partido.

A cota de R$ 47 mil dava direito a apartamento padrão, de 82 metros quadrados. Entre 2005 e 2009, Marisa Letícia pagaria R$ 179 mil para quitar o imóvel, mas a família se interessaria pelo tríplex 164-A, de frente ao mar da praia de Astúrias, o melhor do Solaris.

A Bancoop quebrou em 2010, no turbilhão de um escândalo de desvio de dinheiro dos seus associados. No ano anterior, já em crise, transferira o Solaris à OAS. Lula teria pedido a Léo Pinheiro para assumir a construção do Solaris. O tríplex foi refeito em 2014. Reforma de mais de R$ 700 mil. Ganhou até elevador privativo, para receber uma ilustre família.

Parentes de Lula vistoriaram as obras. Inclusive o próprio, pessoalmente, que chegou com Marisa Letícia e Léo Pinheiro. A OAS pagou até o mobiliário da cozinha. O Ministério Público de São Paulo investigou. Promotores duvidavam de outra destinação ao imóvel que não fosse os Lula da Silva:

> "Por que a OAS arcou com o pagamento de uma reforma de quase R$ 1 milhão sem um comprador pré-reservado?"

Um dos tríplex do Solaris era da *offshore* Murray Holdings, do Panamá, criada pela Mossack Fonseca – suspeita de lavagem de dinheiro. Investigações identificaram que Renato Duque, Pedro Barusco e Mario Goes, todos metidos no petrolão, tiveram *offshores* abertas pela Mossack. A publicitária Nelci Warken, presa, relacionou-se com a Murray. Ex-prestadora de serviços à Bancoop, manteria

apartamento do Solaris para ocultar a verdadeira dona, Marice Corrêa de Lima, cunhada de Vaccari. Em depoimento, Nelci afirmou que controlava a Murray, com escritório nos Estados Unidos, e era proprietária de tríplex no Solaris.

Um dos imóveis do Solaris, de Sueli Falsoni Cavalcante, funcionária da OAS, apareceu em declaração de Imposto de Renda de Giselda Rousie de Lima, mulher de Vaccari. Registre-se: havia imóvel de Freud Godoy, próximo de Lula, e um em nome de Heitor Gushiken, primo do falecido Luiz Gushiken (PT-SP), chegado de Lula e do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Lula ainda era presidente da República, em outubro de 2010, quando teve início a reforma do Sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP). Propriedade de 173 mil metros quadrados, registrada em nome de Fernando Bittar, filho de Jacó Bittar (fundador do PT e amigo Lula), e de Jonas Leite Suassuna Filho. Ambos sócios de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, primogênito de Lula. Aliás, Lulinha morava em apartamento de R$ 8 milhões, em Moema, zona sul de São Paulo, propriedade em nome de Suassuna.

Moeda sonante e o fetiche Kitchens

A Folha de S.Paulo revelou, em 29 de janeiro de 2016, que a Odebrecht se associou à reforma do Sítio Santa Bárbara. Patrícia Fabiana Melo Nunes, ex-dona do Depósito Dias, contou ao repórter Flávio Ferreira que a construtora gastou cerca de R$ 500 mil nas obras. Situado em Atibaia, o depósito forneceu materiais de construção. Despesas diluídas em notas fiscais para várias empresas, mas todas, conforme Patrícia Nunes, ligadas à Odebrecht.

O engenheiro Frederico Barbosa, o Quico, da Odebrecht, coordenou os trabalhos. A casa antiga ganhou edificação nova, quatro suítes e área de lazer com churrasqueira. A revista Veja vinculou a OAS às benfeitorias. Pagamentos ao Depósito Dias eram semanais. Um senhor passava às sextas-feiras, por volta das 15 horas, e entregava de R$ 75 mil a R$ 90 mil, em dinheiro. De Patrícia Nunes:

> — Era uma mala que tinha outros valores também para pagar para os pedreiros, serventes etc. Ele ia tirando envelopes de papel pardo. Dava para ver que tinha uma organização na mala para ser rápido, pagar o pessoal e ir embora. Ele só fazia isso.

A pressa para reformar o Santa Bárbara deveu-se ao final do mandato de Lula, que deixou o Palácio do Planalto no fim de 2010. Ao menos um dos caminhões de mudança deixou Brasília em 6 de janeiro de 2011 para levar pertences diretamente ao sítio em Atibaia.

A Folha mostrou que Marisa Letícia Lula da Silva, conforme nota fiscal emitida pela Alumax, comprou em 2013, por R$ 4.126,00, um barco de seis metros da marca Squalus 600. Mandou entregá-lo no Sítio Santa Bárbara. A aquisição reforçou o elo entre Lula e a propriedade em Atibaia.

Advogados sustentaram que Lula não ocultou patrimônio, era só "beneficiário indireto" do sítio. A revista Época acrescentou informações. Repórteres descobriram 111 viagens de Lula ao Santa Bárbara, entre 30 de março de 2012 e 11 de janeiro de 2016. Uma a cada duas semanas. Homens que faziam a segurança de Lula se deslocavam a Atibaia a cada cinco dias.

As investigações devassaram a relação entre o tríplex e o sítio. Eletrodomésticos da cozinha do Guarujá e a cozinha planejada de Atibaia foram adquiridos pela OAS. E na mesma loja da Kitchens, nos Jardins, em São Paulo. Foram R$ 180 mil em dinheiro para equipar a cozinha do sítio.

A Kitchens forneceu os armários do dormitório, lavanderia e banheiro do tríplex. Somados, os utensílios das duas propriedades saíram por R$ 560 mil. Somente as cozinhas do Guarujá e do sítio custaram R$ 312 mil. Alguns dos itens de luxo adquiridos pela OAS para o imóvel do Guarujá: geladeira, R$ 10 mil; forno de micro-ondas, R$ 5 mil; tampo de pia de resina americana, R$ 50 mil; forno elétrico, R$ 9 mil.

Mais números graúdos no tríplex: escada caracol, R$ 24 mil; escada de acesso à cobertura, R$ 19 mil; elevador interno, R$ 62 mil; *deck* para piscina, R$ 9 mil. E não podia faltar: porcelanato para as salas de estar, jantar, TV e dormitórios, R$ 28 mil; rodapé em porcelanato, R$ 15 mil.

Ao depor à Lava Jato, o engenheiro Armando Magre afirmou que a OAS contratou a Talento Construtora para reformar o tríplex. Magre tratou com Marisa Letícia e se reuniu com Igor Pontes, engenheiro da OAS, responsável por determinar a mudança de *layout*, trocar acabamento, impermeabilizar, refazer a piscina, trocar escadas e colocar o elevador.

Delator transtornado

O início de 2016 trouxe problemas a Renato Duque, denunciado pela oitava vez. Por evasão de divisas e manutenção de dinheiro irregular em Mônaco, entre 2009 e 2014. A Lava Jato solicitou que a Justiça o obrigasse a devolver R$ 80 milhões para ressarcir a Petrobras. Investigadores atrelaram-no às *offshores* Pamore Assets e Milzart Overseas Holding, constituídas no Panamá e donas de contas no banco Julius Baer. Mencionaram a ocultação e dissimulação de 10 milhões e 200 mil euros. Para o procurador Diogo Castor de Mattos, Duque levou US$ 3,8 milhões da Suíça a Mônaco:

> — Tais transferências tinham inequívoco propósito de ocultar o dinheiro da apreensão do Estado brasileiro, tendo em conta que, na época, as autoridades suíças efetuaram bloqueio de valores em nome do também ex-diretor Paulo Roberto Costa.

O procurador-geral Rodrigo Janot denunciou ao STF o deputado Nelson Meurer (PP-PR) e seus filhos Nelson Meurer Júnior e Cristiano Augusto Meurer por

lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Afirmou que Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef desviaram R$ 358 milhões da Petrobras para o PP entre 2006 e 2014. Ao todo contabilizou-se 161 atos de corrupção em 34 contratos e 123 aditivos contratuais. Os Meurer ficaram com R$ 29 milhões, incluídas na soma duas doações oficiais no total de R$ 500 mil.

Segundo Janot, os repasses de propina ocorriam "de maneira periódica e ordinária, e também de forma episódica e extraordinária, sobretudo em épocas de eleições ou de escolha das lideranças". Ele apontou que diretorias eram rateadas entre partidos, que preenchiam os cargos:

> "Esses políticos, plenamente conscientes das práticas indevidas que ocorriam na Petrobras, não apenas patrocinavam a manutenção do diretor e dos demais agentes públicos no cargo, como não interferiam no cartel existente."

Ao ser interrogado pela Justiça Federal em Curitiba, em 20 de janeiro de 2016, Milton Pascowitch admitiu que levou R$ 500 mil em mala de rodinhas à sala do tesoureiro João Vaccari Neto, na sede do PT em São Paulo. A propina fazia parte de uma comissão de R$ 14 milhões referente a contrato de R$ 3 bilhões entre Petrobras e Engevix para fabricar cascos replicantes – unidades de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás.

Segundo Pascowitch, Duque o apresentou a Vaccari na época de assinar o contrato dos R$ 3 bilhões, no final de 2009. A construção dos cascos levaria sete anos, mas um acordo estabeleceu R$ 14 milhões de propina, com a condição: repassar tudo em 2010, ano da eleição de Dilma Rousseff.

Delator, Julio Camargo, da Toyo Setal, confirmou ao juiz Sérgio Moro, em 22 de janeiro de 2016, que Duque pediu R$ 4 milhões a José Dirceu (PT-SP) em troca de contratos com a Petrobras. Entregou o dinheiro em espécie, sendo R$ 1 milhão acertado por meio de horas de voo, em dois aviões de sua propriedade. Dirceu usou os jatinhos 113 vezes entre 2010 e 2011.

Moro ouviu outro delator, Fernando Moura, amigo de Dirceu havia 30 anos. Mas ele mudou o depoimento em 22 de janeiro, e tratou de livrar o político das ilegalidades que apontara. Na versão original, dissera que a indicação de Duque para a Diretoria de Serviços, endossada por Dirceu, atendeu a pleito da empresa Etesco. Em troca, passou a receber do empresário Licínio Rodrigues US$ 30 mil trimestrais. A Etesco obteria contratos na Petrobras.

Seis dias depois, em 28 de janeiro, Moura reconheceu que mentira em 22 de janeiro ao inocentar Dirceu. Contou ter sofrido ameaça velada no dia anterior ao depoimento. Um sujeito o abordou nas ruas de Vinhedo (SP), onde vivia. Perguntou-lhe sobre seus netos que moravam no Sul. De fato, eles viviam em Venâncio Aires (RS). "Fiquei totalmente transtornado".

Relatou que recebeu de 2004 a 2005 um "cala-boca" do PT, de R$ 30 mil por

mês. Dinheiro da Hope, fornecedora da Petrobras, repassado a mando de Duque e Pascowitch. Outro "cala-boca": quando esteve preso, Roberto Marques, o Bob, ex-assessor de Dirceu, lhe pediu para não mencionar o nome de Silvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, afastado durante o caso do mensalão. Conforme Moura, Silvinho embolsou R$ 50 mil mensais para se manter em silêncio. Dinheiro da OAS e Ultratec (antecessora da UTC).

Moura voltou a depor ao juiz Sérgio Moro em 3 de fevereiro de 2016. Confirmou a nomeação de Duque por Dirceu, atendendo solicitação de Licínio Rodrigues, da Etesco. Disse que foi informado a respeito durante jantar na casa de Roseana Sarney. Ela homenageava o pai, José Sarney, em 1º de fevereiro de 2003, por sua indicação à Presidência do Senado.

Na ocasião, Dirceu, poderoso ministro da Casa Civil, encontrava-se ao lado da piscina. Moura aproximou-se para cumprimentá-lo. Ao abraçá-lo, ouviu:

— Nomeei hoje o Duque.

Moura afirmou que apresentou Duque a Dirceu no Ministério da Casa Civil. Relatou que Duque recebia propina por ordem de Dirceu, e mencionou que parte era repartida entre os diretórios nacional e paulista do PT. O primeiro acerto ilegal do qual tomou conhecimento retirou 3% dos contratos de seis plataformas da Petrobras, da P-51 à P-56. Afirmou que a então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff (PT-RS), participou de reunião, no início de 2003, para definir indicações políticas nas estatais. Os escolhidos firmariam contratos e garantiriam a arrecadação de comissões ilegais ao PT.

O encontro se deu em sala ao lado do gabinete de Dirceu, no Palácio do Planalto. Além de Dilma Rousseff, participaram José Eduardo Dutra (PT-SE), presidente da Petrobras; Luiz Gushiken (PT-SP), ministro das Comunicações; Silvio Pereira, secretário-geral do PT; e Delúbio Soares, tesoureiro do PT. Como se vê, o partido dentro do governo.

Moura citou o senador Aécio Neves (PSDB-MG). Ligou-o a esquema em Furnas Centrais Elétricas. Segundo ele, houve uma reunião em novembro de 2002, logo após as eleições de Lula e Neves, o novo governador de Minas Gerais. O mineiro embolsaria um terço da propina da estatal. Dois terços seriam divididos pelos diretórios nacional e paulista do PT.

Ao sugerir que Dirceu deixasse Dimas Toledo na diretoria de Furnas, ouviu:

> — O Dimas não, porque se o Dimas entrar em Furnas até como porteiro, vai mandar em Furnas, está lá há 34 anos, é uma indicação que sempre foi do Aécio.

No início do governo do PT, Dirceu chamou Moura para conversar. Para conhecimento do leitor, Neves tinha boa relação com Lula. Dirceu indagou:

— "Qual a sua relação com Dimas Toledo?" Eu falei, estive com ele

três vezes, achei competente, cara profissional. O Zé me disse: "Porque esse foi o único cargo que o Aécio pediu ao Lula. Então você vai lá conversar com o Dimas e diga que a gente vai apoiar a indicação dele".

Moura cumpriu a missão. Toledo o tranquilizou:

— Vocês nem precisam aparecer aqui, vocês vão ficar é um terço em São Paulo, um terço nacional e um terço Aécio.

Tentáculos que sugam

Em nova suspeita apontada por Nestor Cerveró, a ex-ministra Ideli Salvatti (PT-SC) e o ex-deputado João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no escândalo do mensalão, teriam embolsado propina por participar das tratativas que tornaram viável a prorrogação do prazo de pagamento de uma dívida de R$ 90 milhões da Transportes Dalçoquio junto à BR Distribuidora.

Já o ex-vereador do PT Alexandre Romano, em colaboração com a Justiça, apontou influência do ex-ministro Carlos Gabas (PT-SP) em indicações para o Petros, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras. As nomeações visavam arrecadar fundos ao PT. Advogado, Romano manteve sociedade com Lício da Costa Raimundo, citado como amigo de Gabas e Vaccari.

Raimundo tornou-se diretor do Petros. Conforme Romano, sua sócia Thaís Brescia foi nomeada para a gerência do fundo, com chancela do deputado Marco Maia (PT-RS). Segundo Romano, Vaccari participou de nomeações no Petros e no Funcef, o fundo de pensão da Caixa Econômica Federal.

O Ministério Público Federal pediu ao juiz Sérgio Moro, em 22 de janeiro de 2016, a condenação de Marcelo Odebrecht por 56 crimes de corrupção ativa, 136 de lavagem de dinheiro e organização criminosa. Assinada por 11 procuradores, a denúncia recheou 378 páginas. Além de Odebrecht, comandante do grupo, citou quatro executivos da construtora. Apontou desvios de R$ 300 milhões das Diretorias de Abastecimento e de Serviços. Os procuradores pediram pena em regime fechado. Do documento:

> "Demonstrado para além de qualquer dúvida razoável que, efetivamente, no período compreendido entre 2004 e 2014, Marcelo Odebrecht, Rogério Araújo, Márcio Faria e Alexandrino Alencar, juntamente com representantes de outras empreiteiras cartelizadas, funcionários da Petrobras, agentes políticos e operadores do mercado negro, integraram organização criminosa."

Coordenador da força-tarefa, o procurador Deltan Dallagnol calculou que a soma dos crimes de Odebrecht levaria a pena de cerca de 2 mil anos de prisão. Como o sistema penal brasileiro não previa acúmulo de penas em crimes semelhantes, Dallagnol estimou condenação de quase 100 anos.

Em relação à Andrade Gutierrez, a Lava Jato responsabilizou-a por pagamento de

suborno a dirigentes da Petrobras e desvios de R$ 243 milhões, em seis grandes contratos. Pediu a condenação de seu presidente, Otávio Marques de Azevedo, e da cúpula da empreiteira.

Para fechar acordo de delação premiada, Azevedo afirmou que o ministro Edinho Silva (PT-SP), tesoureiro da reeleição de Dilma Rousseff, e Giles Azevedo, assessor da presidente, pressionaram-no a dar dinheiro em 2014. Do contrário, negócios da Andrade Gutierrez correriam risco com a vitória de Dilma. Nove dias após o "alerta", em agosto de 2014, a empreiteira começou a injetar R$ 20 milhões na campanha do PT.

O jornal O Estado de S. Paulo relatou em 25 de janeiro de 2016 que cerca de R$ 140 milhões em propina teriam sido pagos a diretores da Petrobras e agentes públicos para viabilizar contratos com a norueguesa Sevan Drilling. Autoridades do país europeu investigavam o envio de 300 milhões de coroas norueguesas para contas na Suíça, Ilhas Virgens Britânicas, Panamá e Mônaco. Representante da multinacional no Rio, Raul Schmidt Felippe Júnior teria sociedade com o diretor Internacional, Jorge Luiz Zelada. Suspeitava-se que fizera repasses ilegais. Contratos com a Petrobras abrangiam instalações para estocagem, material de perfuração e navios.

Criada em 2001, a Sevan tinha por objetivo fabricar plataformas de exploração de petróleo na costa do Brasil. O maior contrato com a Petrobras, de 2005, estabeleceu a construção da plataforma de Piranema. Em 11 anos renderia, diariamente, US$ 100 mil. Parte das comissões teria sido embolsada pela Etesco, suspeita de indicar Duque à Diretoria de Serviços, nas Ilhas Virgens Britânicas. A Sevan contratou a Global Offshore Service, de Felippe Júnior, como agenciadora dos contratos. A Global embolsaria US$ 29,2 milhões, equivalentes a 3% dos US$ 975 milhões em acordos comerciais celebrados entre a Sevan e a Petrobras.

Presos pela Lava Jato, Zelada e Duque, entre outros investigados, tornaram-se réus na Justiça Federal do Rio em 13 de janeiro de 2016. Denunciados no caso do pagamento de propina pela holandesa SBM Offshore. As fraudes teriam ocorrido de 1999 a 2012. Somariam US$ 42 milhões, desviados de contratos para aluguel de navios-plataforma. A multinacional anunciou em 25 de janeiro acordo com o MPF para pagar R$ 500 mil em multas e livrar de eventual processo Bruno Chabas e Sietze Hepkema, executivos da empresa. Ex-representante da SBM, Júlio Faerman fez acordo de delação e devolveu US$ 54 milhões surrupiados de contratos, depositados na Suíça.

Sérgio Moro condenou Zelada em 1º de fevereiro de 2016 a 12 anos e dois meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. João Augusto Rezende Henriques recebeu condenação de seis anos e oito meses. O juiz julgou o caso da contratação do navio-sonda Titanium Explorer, da Vantage Drilling Corporation, por US$ 1,8 bilhão. O negócio fraudulento, firmado em 2009, renderia propina de US$

31 milhões.

Em sua sentença, Moro decretou o confisco de R$ 123,6 milhões de duas contas bancárias de Zelada e da *offshore* Rockfield International, constituída no Panamá, cujo saldo no Banco Julius Baer, em Mônaco, chegava a 11,6 milhões de euros. Em relação a Henriques, o juiz salientou que o operador do PMDB mantinha contas bancárias no exterior, o que lhe permitiria frustrar as tentativas da Justiça de recuperar o dinheiro sujo.

Delatores associaram cinco novas contas no exterior a Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Segundo Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior, donos da Carioca Engenharia, transferências ao parlamentar viabilizavam verbas do FI-FGTS a obras do Porto Maravilha, no Rio, onde a Carioca atuava em consórcio com a Odebrecht e a OAS. Cunha teria recebido US$ 3,9 milhões entre agosto de 2011 e setembro de 2014, por meio das seguintes contas: Korngut Baruch, no Israel Discount Bank, em Israel; Esteban García, no Merrill Lynch, nos Estados Unidos; e, na Suíça, Penbur Holdings, no BSI; Lastal Group, no Julius Baer; e Lastal Group, no Banque Heritage.

Laudo da PF, de 14 de janeiro de 2016, mostrou que Fernando Collor (PTB-AL) gastou R$ 16,4 milhões entre 2011 e 2014, embora só tivesse declarado rendimentos de R$ 700 mil. Os investigadores detectaram que o senador usou metade de R$ 31 milhões, referentes a 6.762 empréstimos junto à TV Gazeta de Alagoas, da qual era acionista, para pagar despesas pessoais. Documentos apreendidos na TV Gazeta revelaram que a empresa recebeu R$ 9,6 milhões em espécie, sendo R$ 523 mil depositados por Alberto Youssef e Rafael Ângulo Lopez. Foram 17 depósitos de 2012 a 2014. “Mula” de Youssef, Lopez viajou várias vezes a Maceió para fazer entregas a Collor.



O SEM-SÍTIO

Contradições, desculpas esfarrapadas, negativas que não convenceram

Sem justificativas satisfatórias para explicar o uso do Sítio Santa Bárbara por Lula, aliados trataram de espalhar a versão segundo a qual não havia irregularidades nem enriquecimento ilícito porque, afinal, o imóvel em Atibaia (SP) não lhe pertencia. Lula o frequentava a convite dos donos, sócios do filho Lulinha. De Gilberto Carvalho (PT-SP), chefe de gabinete nos oito anos em que Lula exerceu o cargo de presidente da República, em entrevista à Folha de S.Paulo, em 4 de fevereiro de 2016:

> — É a coisa mais natural do mundo que você possa ter empresas contribuindo com essa ou com aquela pessoa. O Lula estava fora já da Presidência na maioria desses casos.

Carvalho declarou ao repórter Ranier Bragon:

> — Estando fora da Presidência, Lula pode receber, qualquer pessoa pode dar o presente que quiser dar a ele. O criminoso é estabelecer uma relação de causa e efeito quando não há.

Havia, sim. Lula ainda era presidente quando, em 29 de outubro de 2010, dois meses antes de terminar o mandato, compraram o sítio e começaram as reformas. Terceiros, inclusive a Odebrecht e a OAS, investigadas na Lava Jato, adquiriram materiais. Soou ridículo argumentar que Lula só se beneficiou em 2011, após deixar o Planalto. Ele exercia notória influência na administração Dilma Rousseff, e construtoras que o contrataram para palestras a partir de 2011 obtiveram milhões em empréstimos do BNDES.

Difícil refutar o vínvulo entre Lula e o sítio. Vejamos: ainda em 2010, seu amigo José Zunga Alves de Lima, funcionário da Oi, providenciou a instalação de antena de celular e de internet, de R$ 1 milhão, a poucos metros da propriedade. A Oi era ligada à Andrade Gutierrez, investigada no petrolão. A "torre do Lula" seria mais um presente suspeito ao petista.

Ao mudar-se de Brasília, no início de 2011, Lula despachou 11 caminhões. Sabia-se que ao menos 200 caixas – 37 caixas de bebidas alcoólicas – seguiram para o sítio. Orípedes Antônio Ribeiro, fotógrafo da Granero Transportes, viu obras de arte, presentes e "vinhos caros" indo para Atibaia.

Marisa Letícia Lula da Silva tomava conta da propriedade. Plantou árvores frutíferas, cultivou horta, criou patos. Edson Antonio Moura Pinto, subtenente do Exército destacado para atender o ex-presidente, comprou, com R$ 5.600,00 de dona Marisa, dois pedalinhos para o lago. Grafaram neles os nomes dos netos de Lula. Transferiram para o sítio as festas juninas que, antes, animavam amigos e aliados na

Granja do Torto, em Brasília.

O jornal O Globo relatou que a PF apreendeu documentos no escritório de José Carlos Bumlai. Atestavam que uma montadora de estruturas metálicas de Colorado (PR) recebeu R$ 550 mil por serviços no sítio. Antônio Miguel da Silva, sogro do proprietário Adriano Fernandes dos Anjos, negou:

> — Mas de jeito nenhum ele recebeu R$ 550 mil. Foi algo entre R$ 35 mil e R$ 70 mil. Meu genro só tem dívidas e vontade de trabalhar.

Bumlai teria ajudado a coordenar a reforma. O arquiteto Igenes Irigaray Neto, de Dourados (MS), prestador de serviços à Usina São Fernando Açúcar e Álcool, de Bumlai, atuou no sítio. O jornal O Estado de S. Paulo apurou o mesmo do topógrafo Cláudio Benatti, ligado ao advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula. Supõe-se que, diante da lentidão dos serviços, Lula obteve da Odebrecht que assumisse as obras em parceria com a OAS.

Preso, Bumlai perdeu a paciência quando Sérgio Moro ampliou os efeitos, em 22 de janeiro de 2016, do bloqueio de seus ativos. O juiz pretendia que ele ressarcisse os cofres públicos em R$ 56,6 milhões. O pecuarista reagiu. Atirou em todas as direções. Advogados acusaram a "pouca-vergonha da contratação fraudulenta" do navio-sonda que beneficiou "protegidos donos do Banco Schahin", "caciques do PT" e diretores da Petrobras metidos no "negócio espúrio" que levou Bumlai à cadeia.

Em linha cruzada, advogados de Lula argumentaram que Bumlai, "amigo da família", ofereceu a reforma. Arnaldo Malheiros, seu defensor, contestou:

> — Só se a Odebrecht for propriedade de Bumlai, o que não me consta.

Após negar participação na reforma, a Odebrecht recuou e reconheceu que seu funcionário, Frederico Barbosa, "realizou acompanhamento técnico das obras" a pedido de um "superior". Informou que não recebeu honorários. Barbosa também mudou a versão. Ao contrário do que dissera, afirmou que atuou pela Odebrecht no sítio, mas não houve remuneração. Os trabalhos começaram em outubro de 2010, quando Lula ainda exercia o cargo de presidente, e foram até meados de janeiro de 2011.

Os advogados de Lula justificaram que ele só soube da compra do imóvel em 13 de janeiro, depois de deixar o Planalto, e fez a primeira visita ao local em 15 de janeiro, já ex-presidente. Estranho. Como desconhecia o sítio se mandou para lá, uma semana antes, ao menos um caminhão de mudança?

Em depoimento ao Ministério Público, funcionário da Kitchens confirmou que a OAS pagou em dinheiro móveis e eletrodomésticos comprados para o sítio e indicou Paulo Gordilho, executivo da OAS, como o responsável pelas aquisições. O funcionário, cujo nome não foi revelado, testemunhou compras de R$ 180 mil. Emitiu a nota fiscal em nome de Fernando Bittar, sócio de Fábio Luís Lula da Silva,

o Lulinha, indicado por Gordilho como comprador. Do depoimento do funcionário-testemunha:

> "Para a empresa Kitchens, o tal Fernando Bittar seria um diretor da OAS, uma vez que o projeto inicial e o orçamento foram solicitados pela OAS, além da intermediação e pagamento."

Bittar era sócio de Lulinha na G4 Entretenimento, que possuía ligações com a BR4 Participações. Esta, por sua vez, tinha vínculos com a Gol Mídia, de Jonas Leite Suassuna Filho. Lulinha e Suassuna foram sócios na Gamecorp. Ambos, Bittar e Suassuna, donos formais do sítio em Atibaia. As escrituras de compra foram assinadas no escritório de Roberto Teixeira. Teria custado R$ 1,5 milhão, sendo R$ 1 milhão de Suassuna e R$ 500 mil, de Bittar.

Conversa de compadrio

Amigo de Lula desde a década de 1980, Roberto Teixeira era padrinho de Luís Cláudio Lula da Silva, o caçula do ex-presidente. Emprestou, durante nove anos, a casa em São Bernardo do Campo (SP) em que Lula morou com a família. Depois tratou da compra do apartamento de cobertura, no Edifício Green Hill, propriedade e residência de Lula em São Bernardo, e intermediou mais dois imóveis adquiridos por Lula na cidade. Teixeira era o dono do apartamento onde o afilhado Luís Cláudio morava em São Paulo.

O Ministério Público chegou a investigar a cobertura. Suspeitou-se que a incorporadora do imóvel recebeu benefício irregular da Prefeitura de São Bernardo em 1991, pois decisão do prefeito interino da época, Djalma Bom (PT), revogou a desapropriação de área de 3.300 metros quadrados da Dalmiro Lorenzoni, a construtora que ergueu o Green Hill. Teixeira trabalhava para seu dono, Dalmiro Lorenzoni. Vice-presidente do PT, Luiz Eduardo Greenhalgh (SP) comprou parte dos 3.300 metros em 1995. No ano seguinte, Lula adquiriu um apartamento da construtora.

Em 1997 o economista Paulo de Tarso Venceslau, do PT, acusou Teixeira no que ficou conhecido como "caso CPEM". Até Lula, presidente de honra do partido, teve de dar explicações. Venceslau denunciou um *lobby* para prefeituras do PT contratarem, sem licitação, a CPEM (Consultoria Para Empresas e Municípios), especializada em aumentar a arrecadação municipal. Em troca de honorários, a CPEM faria doações oficiais ao PT.

Comissão do PT formada pelo jurista Hélio Bicudo, o vereador José Eduardo Cardozo e o economista Paul Singer se debruçou sobre o caso. Concluiu que havia indícios de irregularidades e recomendou uma comissão de ética para aprofundar as investigações. De Hélio Bicudo, 19 anos depois:

> — O relatório daquela comissão foi engavetado pelo PT. Estes escândalos todos que vemos hoje nasceram anos atrás. É uma coisa que

veio vindo, impulsionada pela impunidade.

Ainda em 1997, o diretório nacional do PT rejeitou o relatório da comissão. Único punido, Venceslau, foi expulso do partido. Na época, ele questionou Lula por morar de graça em casa de Teixeira. Resposta de Lula à comissão:

> — Não tem mais sentido eu voltar para aquela casinha.

A "casinha" no Jardim Lavínia, em São Bernardo, financiada pela Caixa Econômica Federal, foi seu primeiro imóvel. Em 1997 Lula morava em residência maior, de propriedade de Teixeira. Jamais pagou aluguel. Após nove anos, Teixeira intermediou a aquisição da cobertura no Green Hill.

A revista Veja reproduziu troca de mensagens de 12 de fevereiro de 2014, pouco antes do início da Lava Jato, entre Léo Pinheiro, presidente da OAS, e seu diretor Paulo Gordilho. No texto, Lula é o "chefe" e Marisa Letícia, a "madame". Assunto: a nova cozinha do sítio. De Gordilho:

> — O projeto da cozinha do chefe está pronto. Se marcar com a madame, pode ser a hora que quiser.
>
> — Amanhã às 19 hs. Vou confirmar. Seria bom tb ver se o do Guarujá está pronto.
>
> — Guarujá também está pronto.

Para este repórter, não havia mais como Lula se desvencilhar do sítio em Atibaia e do tríplex no litoral de São Paulo, reformado pela OAS.

A Folha de S.Paulo mostrou que Luís Cláudio Lula da Silva recebeu R$ 20 mil mensais do Corinthians, sem trabalhar. Levado ao clube pelo presidente André Sanches (eleito deputado pelo PT de São Paulo em 2014), embolsou cerca de R$ 500 mil em dois anos, a partir de 2011. No período ergueu-se a Arena Corinthians, palco de abertura da Copa do Mundo de 2014. O BNDES financiou R$ 400 milhões das obras, capitaneadas pela Odebrecht.

Luís Cláudio prospectaria patrocínios ao esporte amador, mas na prática foi empregado fantasma. De Luis Paulo Rosenberg, à testa do *marketing* do Corinthians na ocasião:

> — Não me lembro de nenhuma tarefa que ele tenha sido convocado para desenvolver ou que ele tenha realizado algo.

Declaração de André Sanches à revista Época, em 30 de novembro de 2011:

> — Quem fez o estádio fui eu e o Lula. Garanto que vai custar mais de R$ 1 bilhão. Ponto. A parte financeira ninguém mexeu. Só eu, o Lula e o Emílio Odebrecht.

Cestinho de benesses

Em 19 de fevereiro Teori Zavascki decidiu soltar Delcídio Amaral (PT-MS). Após

87 dias preso, o senador poderia reassumir o mandato, mas deveria ficar em prisão domiciliar no período noturno e em dias de folga. Conforme o STF, sem manter contato com demais investigados ou viajar ao exterior.

Amaral não deu as caras no Senado. Evitou exposição e constrangimento desnecessários. Pediu licença médica, o que garantiu salário e auxílio-moradia. A ideia era trabalhar nos bastidores, para não perder o mandato.

Rui Falcão, presidente do PT, ameaçara expulsá-lo da sigla. Acusou-o de agir em interesse próprio. Infere-se que, no entender de Falcão, José Dirceu e João Vaccari Neto, presos, atuaram pelo PT e não corriam risco de expulsão.

Se cassado, Amaral ficaria sem foro privilegiado e cairia nas garras do juiz Sérgio Moro. Seu chefe de gabinete, Diogo Ferreira, também foi para prisão domiciliar. Amaral tranquilizou o mundo político. Não faria uma delação:

> — Todo mundo que me conhece sabe que eu nunca chantageei nem ameacei ninguém, e não vou mudar depois de velho.

Mais calmo, Rui Falcão contemporizou:

> — Não existe o fator preocupação em relação a Delcídio. É um direito dele fazer sua defesa e ver qual o melhor caminho.

Ricardo Pessoa, dono da UTC, entregou à Lava Jato a tabela "ThiagoBSB". Referia-se a 24 repasses de R$ 50 mil cada, mais o pagamento de R$ 1 milhão. Todos a Tiago Cedraz, filho de Aroldo Cedraz, presidente do TCU. Os mensalões ocorreram entre junho de 2012 e setembro de 2014. O R$ 1 milhão teria sido entregue em 13 de fevereiro de 2014.

A soma de R$ 2,2 milhões aparecia junto aos nomes "Thiago/Luciano". Segundo Pessoa, tratava-se do tesoureiro do partido Solidariedade, Luciano Araújo, parceiro de Tiago no esquema. O delator também entregou registros apontando 151 entradas de Tiago em escritórios da UTC entre 2012 e 2014. Araújo esteve 80 vezes na UTC entre 2013 e 2014.

Pessoa interessava-se por informações privilegiadas do TCU ligadas a obras da Usina Nuclear de Angra 3. Entre os suspeitos no caso, o ministro do TCU Raimundo Carreiro, relator do processo de Angra 3, e três senadores do PMDB: Renan Calheiros (AL), Edison Lobão (MA) e Romero Jucá (RR).

O STF abriu seis inquéritos para investigar Calheiros. A UTC pagaria R$ 30 milhões ao PMDB em troca das obras em Angra 3. Do total, conforme Pessoa, Calheiros e Jucá dividiram R$ 3 milhões. A dupla alegou precisar do dinheiro para financiar as campanhas dos filhos. Renan Filho (PMDB) elegeu-se governador de Alagoas em 2014. Na época, Lobão ocupava o cargo de ministro de Minas e Energia de Dilma Rousseff.

O STF incluiu a delação de Walmir Pinheiro, ex-diretor-financeiro da UTC, nos inquéritos que investigavam o ministro da Educação, Aloizio Mercadante (PT-SP), e

o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Ambos suspeitos de embolsar propina da UTC em 2010.

Pinheiro era o braço-direito de Pessoa. Afirmou que empresas fizeram três doações de R$ 250 mil, somando R$ 750 mil, a Mercadante. O petista disputava o Governo de São Paulo. Uma das parcelas, ilegal, correu "por fora". Já Ferreira recebeu R$ 500 mil, sendo R$ 200 mil em dinheiro vivo.

De Ela Wiecko, vice-procuradora-geral da República:

> "O pagamento de vantagens pecuniárias indevidas a Aloysio Nunes Ferreira e Aloizio Mercadante pelo grupo empresarial UTC, em valores em espécie e inclusive sob o disfarce de doação eleitoral 'oficial', pode configurar os crimes de corrupção passiva ou de falsidade ideológica eleitoral e de lavagem de dinheiro."

Em sua delação, Pinheiro admitiu doação oficial de R$ 1 milhão à campanha de Fernando Haddad (PT) à Prefeitura de São Paulo. E contribuições a Celso Russomanno (PRB-SP) e Paulinho da Força (SD-SP). Tudo em 2012.

O STF ordenou em 24 de fevereiro de 2016 o sequestro de bens de R$ 4,2 milhões do deputado Arthur Lira (PP-AL) e de seu pai, o senador Benedito de Lira (PP-AL). Arthur teria embolsado R$ 1 milhão da UTC. As autoridades queriam a condenação por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e a devolução de R$ 7,8 milhões.

Frank Geyer Abubakir, ex-presidente da petroquímica Unipar Carbocloro, tornou-se delator. Confessou à Lava Jato ter pago propina de ao menos R$ 18 milhões ao ex-ministro das Cidades, Mário Negromonte (PP-BA), e ao deputado José Janene (PP-PR), após a criação em 2008 da Quattor – sociedade entre a Unipar e a Petrobras. Relacionavam-se à compra pela Petrobras da Suzano, petroquímica concorrente da Unipar.

Segundo Abubakir, os R$ 18 milhões foram exigência de Janene em troca de seu apoio político à Unipar. Discutiram feio sobre o valor, num hotel no Rio. Não teve jeito. A quantia teria sido entregue a Janene por meio da Ceema (Construções e Meio Ambiente), de José da Silva Mattos Neto, empresário apresentado a Abubakir por Negromonte.

Abubakir continuou a sofrer extorsões de Janene e, com medo, fez outros repasses ao político, falecido em 2010. Afirmou que a Unipar fechou sete contratos de R$ 2,8 milhões com a Projeto Consultoria Empresarial, do ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP), entre 2008 e 2014.

Em seu depoimento admitiu que recebeu R$ 150 milhões não declarados da Odebrecht em conta na Suíça. Com o dinheiro, vendeu sua participação na Quattor à Braskem – controlada pela Odebrecht. Ficou com R$ 50 milhões e repassou R$ 100 milhões para outros acionistas da empresa.

Após oito meses em cadeias no Paraná, Otávio Marques de Azevedo e Elton

Negrão, da Andrade Gutierrez, fizeram acordo de delação premiada. Foram transferidos em 5 de fevereiro de 2016 para prisões domiciliares, monitorados por tornozeleiras eletrônicas. Acordo de leniência com a CGU (Controladoria-Geral da União) estabeleceu que a empreiteira pagaria multa de R$ 1 bilhão, a maior até então estipulada em âmbito da Lava Jato.

Azevedo e Negrão comprometeram-se a detalhar "pedidos" de doações à campanha de Dilma Rousseff em 2014. O pagamento de propina em obras da Copa do Mundo, nos estádios do Maracanã (RJ), Mané Garrincha (DF), Beira-Rio (RS) e Arena da Amazônia (AM). E repasses de suborno nas construções da Usina Nuclear de Angra 3 (RJ), Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA) e Ferrovia Norte-Sul.

João Santana, marqueteiro, atuou em sete disputas eleitorais, pelas quais recebeu, segundo registros do Tribunal Superior Eleitoral, R$ 229 milhões. Relação das campanhas e somas: Delcídio Amaral (PT-MS) ao Senado em 2002, R$ 2,2 milhões; Gilberto Maggioni (PT-SP) e Vander Loubet (PT-MS) às Prefeituras de Ribeirão Preto (SP) e Campo Grande (MS) em 2004, R$ 1,6 milhão; Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Marta Suplicy (PT-SP) às Prefeituras de Curitiba e de São Paulo em 2008, R$ 16 milhões; Lula à Presidência em 2006, R$ 24,2 milhões; Fernando Haddad (PT-SP) à Prefeitura de São Paulo em 2012, R$ 39,3 milhões; e duas campanhas de Dilma Rousseff à Presidência, em 2010 e 2014, R$ 56,8 milhões e R$ 88,9 milhões.

Principal responsável pelas campanhas que elegeram Lula (2006) e Dilma Rousseff (2010 e 2014), Santana solicitou em 12 de fevereiro de 2016 acesso ao inquérito que o investigava. Pela terceira vez consecutiva, tais petições ficaram sem resposta. Investigações em sigilo.

Relatório do TCU, de 17 de fevereiro de 2016, apontou que a Petrobras não fez licitações para contratar bens e serviços de R$ 167 bilhões entre 2011 e 2014. O valor representava 45% dos negócios no período. Para quase todo o restante das contratações, de R$ 202 bilhões, a estatal usou a modalidade "convite". Ou seja, selecionou previamente, a seu gosto, as empresas que participaram das "disputas". A Petrobras constituía-se exceção entre as estatais desde 1998. Não seguia a legislação das licitações públicas.

Juquinha e seus amigos

Em manifestação ao STF, o procurador-geral Rodrigo Janot rebateu os advogados de Antonio Palocci (PT-SP) que pretendiam anular as delações de Alberto Youssef e Fernando Baiano. Para ele, os delitos apurados demonstravam "uma grave afronta à ordem constitucional e republicana":

> "As coalizões deixaram de ocorrer em razão de afinidades políticas e passaram a ser decididas em razão do pagamento de somas desviadas da sociedade, utilizando-se, para tanto, de pessoa jurídica [Petrobras] que, até o início da operação policial, gozava de sólida reputação no mercado

financeiro mundial.”

Ao defender as delações, Janot afirmou que o Estado necessitava de meios eficientes e soluções modernas para se proteger do crime organizado:

> “Os autores de tais delitos utilizaram-se de complexa trama política, financeira e logística para a prática de seus crimes, resultando em bilhões de reais de prejuízos aos cofres da Petrobras e da União, sua sócia majoritária.”

Desdobramento da Lava Jato: operação da PF em 26 de fevereiro de 2016 mirou a Valec – estatal vinculada ao Ministério dos Transportes. Objetivo: desbaratar esquema suspeito de desviar R$ 630 milhões da construção de trecho da Ferrovia Norte-Sul em Goiás. Denúncia baseada nos depoimentos de três delatores da Camargo Corrêa.

A PF cumpriu mandados de busca e apreensão nos escritórios de 19 empresas contratadas para as obras. Todas suspeitas de corrupção, formação de cartel e lavagem de dinheiro. O superfaturamento teria enriquecido José Francisco das Neves, o Juquinha, presidente da Valec entre 2003 e 2011 e protegido do senador José Sarney (PMDB-AP) e de Valdemar Costa Neto (PR-SP), condenado no escândalo do mensalão.

João Ricardo Auler, da Camargo Corrêa, afirmou que o cartel que agiu na Valec se organizou em 2001. Pagou propina a Juquinha, “a pedido dele próprio”, a partir de 2008. Juquinha indicou duas empresas e escritório de Goiás para receber os repasses, todos com base em contratos simulados.

A Camargo Corrêa deu R$ 800 mil a Juquinha. Concordou em pagar R$ 65 milhões em multas pelo esquema na Norte-Sul. Juquinha disporia de patrimônio de R$ 60 milhões – em seu nome, de parentes e “laranjas”. De 2002 a 2010, os bens da família teriam saltado de R$ 1,9 milhão para R$ 21,3 milhões. O maior pulo, a partir de 2006, com a assinatura de contratos ligados à ferrovia. Juquinha chegou a ser preso pela PF em 2012.

Conforme as investigações, 15 empreiteiras contratadas pela Valec mantiveram contratos de R$ 5,7 milhões com o escritório do advogado Heli Lopes Dourado, que fazia a defesa de Juquinha na Justiça. Para o procurador Helio Telho Corrêa Filho, fraudaram praticamente todos os contratos da Valec para construir a Norte-Sul e a Ferrovia Integração Oeste-Leste.

A Transparência Internacional, organização com sede na Alemanha, fez levantamento mundial sobre os maiores escândalos de corrupção. Analisaram-se 400 casos. O esquema de desvios na Petrobras foi eleito em fevereiro de 2016 o segundo maior. Só perdeu para o do ex-presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovych, que exerceu o poder entre 2010 e 2014.



ACARAJÉS E BAIANAS DE CONFIANÇA

O quitute baiano, um disfarce quase juvenil para encobrir propinas e dinheiro vivo

Depois de um ano de investigações, o juiz Sérgio Moro determinou, em 22 de fevereiro de 2016, a prisão temporária de João Santana, marqueteiro do PT. A Lava Jato acusou-o de receber US$ 7,5 milhões no exterior. Suspeitava-se que a soma, não contabilizada, pagamento de campanhas eleitorais, viria do esquema criminoso na Petrobras. Do total, US$ 4,5 milhões originaram-se de repasses do lobista Zwi Skornicki em 2013 e 2014. A Odebrecht pagou os outros US$ 3 milhões em 2012 e 2013. Santana teria usado R$ 3 milhões transferidos dos Estados Unidos para comprar apartamento luxuoso em São Paulo. Moro decretou o sequestro do imóvel.

A PF chegou a encarcerar Skornicki, engenheiro polonês "especialista" no setor de óleo e gás, em fevereiro de 2015. Em sua casa na Barra da Tijuca, no Rio, apreendeu bilhete da jornalista Mônica Moura, mulher e sócia de Santana, o que levou a Lava Jato a investigar o marqueteiro. Descobriu-se na época que Skornicki representava o estaleiro Keppel Fels, de Cingapura, que firmou contratos de US$ 6 bilhões com a Petrobras entre 2003 e 2009.

Na mensagem, Mônica instruía Skornicki e seu filho Bruno sobre como proceder para pagá-la no exterior. "Apaguei, por motivos óbvios, o nome da empresa. Não tenho cópia eletrônica, por segurança", escreveu Mônica. Rasura malfeita permitiu a identificação do nome da Klienfeld Services, *offshore* ligada à Odebrecht e sobre a qual já se sabia que serviu para repassar propina a Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Pedro Barusco.

Mônica referiu-se à Shellbill Finance, do casal, e a um banco suíço vinculado a Santana. Deu o serviço completo. A PF passou a rastrear movimentações no exterior. A Shellbill, registro no Panamá, possuía contas no Citibank, Estados Unidos, e no Banque Heritage, Suíça. Do delegado Filipe Hille Pace:

> "Além do bilhete apreendido na residência de Zwi Skornicki, por meio do qual Mônica Moura faz alusão expressa a 'sua' conta mantida em nome da Shellbill Finance no Banque Heritage, observa-se que a cópia do contrato encaminhado por ela ao operador da Keppel Fels – firmado entre a Shellbill Finance e a Klienfeld Services – possui sua própria assinatura, o que exime de dúvidas quanto a titularidade e controle tanto da empresa *offshore* quanto da conta no banco suíço."

Autoridades brasileiras obtiveram extratos dos Estados Unidos relacionados à conta da Shellbill no Citibank. Mostravam que a filha de Santana, Suria, e o genro, Matthew Pacinelli, receberam recursos da Shellbill na Suíça. Ela, US$ 442 mil. Ele,

US$ 75 mil. Do delegado Pace:

> "A conclusão que se tem é que a fonte de renda de João Santana e Mônica Moura, no Brasil, advém essencialmente das atividades de *marketing* e publicidade que prestam ao Partido dos Trabalhadores, razão pela qual é extremamente improvável que a destinação de recursos espúrios e provenientes da corrupção na Petrobras aos dois, no exterior, em conta em banco suíço mantida em nome de empresas *offshore* e de maneira dissimulada mediante a celebração de contratos falsos, esteja desvinculada dos serviços que prestaram à aludida agremiação política (PT)."

Integrada à Lava Jato, a operação da PF ganhou o apelido de "Acarajé". Executivos da Odebrecht mencionavam o quitute da cozinha baiana ao tratarem de propina e dinheiro vivo. Na contabilidade atribuída a Santana, acharam termos associados, como "mandioca", "farinha" e "café". Assim como "pixuleco", "acarajé" tornou-se um marco. Piada nacional. Do e-mail de Roberto Prisco Paraíso Ramos, da Odebrecht, em 29 de outubro de 2013:

> "Meu Tio, Vou estar amanhã e depois em SP; será que dava para eu trazer uns 50 acarajés dos 500 que tenho com você? Ou posso comprar aqui mesmo, no Rio? Tem alguma bahiana de confiança, aqui?"

Houve 38 mandados de busca e apreensão, dois de prisão preventiva (sem prazo para sair da cadeia), seis de prisão temporária e cinco de condução coercitiva. Com prisões preventivas, Fernando Migliaccio da Silva, executivo da Odebrecht que deixou o Brasil após a prisão de Marcelo Odebrecht, e Zwi Skornicki. Além da Keppel Fels, ele representava a UTC, Queiroz Galvão, a italiana Saipem e a francesa Technip, todas investigadas no petrolão.

Skornicki e o filho eram sócios da consultoria de petróleo Eagle do Brasil, que recebeu depósitos e pagou propina a executivos da Petrobras. Com "larga experiência", Skornicki atuava no setor desde os anos 1970. Durante a operação, a PF apreendeu dez carros antigos e uma lancha. Um ano antes, levara 48 obras de arte, expostas depois no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba. Relatório da Receita Federal indicou que o patrimônio de Skornicki cresceu 35 vezes entre 2003 e 2013, de R$ 1,8 milhão a R$ 63,2 milhões.

Em relação a Fernando Migliaccio da Silva, ele já fora preso em Genebra, na Suíça, em 17 de fevereiro de 2016, por três meses. Surpreenderam-no ao tentar encerrar contas e esvaziar cofre em um banco. Era suspeito de controlar *offshores* vinculadas à Odebrecht nas Ilhas Virgens Britânicas, Antígua e Panamá, e contas em três bancos suíços para propinas e lavagem de dinheiro. No Brasil, a PF encontrou conta de e-mail atribuída a Migliaccio com planilha indicando repasses da Klienfeld a "Feira", apelido de João Santana, e possivelmente a José Dirceu (PT-SP), o "JD".

As seis prisões temporárias, com cinco dias de duração, foram expedidas ao casal

João Santana e Mônica Moura; a Marcelo Rodrigues, da Klienfeld, apontado como operador de propina da Petrobras; Benedicto Barbosa da Silva Júnior, o BJ, executivo da Odebrecht; Maria Lúcia Guimarães Tavares, secretária da Odebrecht, acusada de organizar planilhas com pagamentos ilegais; e Vinícius Veiga Borin, representante no Brasil do Antigua Overseas Bank, suposto autor de repasses de propina da Odebrecht. Houve buscas e apreensões em escritórios da Odebrecht em São Paulo, Rio e Salvador.

Entre os que sofreram conduções coercitivas, obrigados a depor, Eloisa Skornicki, mulher de Zwi; Bruno Skornicki, o filho; Hilberto Mascarenhas, funcionário da Odebrecht; e Armando Tripodi, gerente de Responsabilidade Social da Petrobras, ex-chefe de gabinete dos presidentes José Eduardo Dutra (PT-SE) e José Sérgio Gabrielli (PT-BA). Trabalhou na Petrobras de 2003 a 2016. Tripodi, o Bacalhau, suspeito de embolsar propina para reformar um apartamento, foi desligado da estatal.

Nos escritos cifrados e interceptados pela Lava Jato no telefone celular de Marcelo Odebrecht, os investigadores interpretaram "Feira" como referência a João Santana, nascido em Tucano (BA), cidade próxima à Feira de Santana (BA). Entre as anotações, mensagens como "liberar p/ Feira pois meu pessoal não fica sabendo", "Feira (5+5)" e "40 para vaca (parte para Feira)". "Vaca" seria o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto.

A PF anunciou "possível envolvimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em práticas criminosas". Em relatório, mencionou o escrito "Prédio (IL)", identificado em planilha arquivada no computador da secretária Maria Lúcia Guimarães Tavares. Suspeitava-se que a inscrição se referia ao Instituto Lula e a eventuais desembolsos da Odebrecht. Desconfiava-se de quatro repasses de R$ 1 milhão e outro de R$ 8 milhões à entidade.

Zombaria mascadora

João Santana e Mônica Moura entregaram-se no dia seguinte, em 23 de fevereiro, após viagem à República Dominicana. O casal debochou das prisões. Mascou chicletes, mostrou a língua, sorriu para fotógrafos e câmeras de TV. Curioso o comportamento dos especialistas em imagem: dizem-se injustiçados, são presos sem constrangimentos, zombam.

As circunstâncias mostravam-se graves. Dados de uma conta de passagem do Citibank de Nova York, que abastecia outra do Banque Heritage, na Suíça, atestavam que a Shellbill recebeu US$ 1,5 milhão em 2014, entre julho e novembro daquele ano, período da campanha de reeleição de Dilma Rousseff. A *offshore* Deep Sea Oil, de Skornicki, pagou.

O juiz Sérgio Moro suspeitava que dinheiro do esquema criminoso na Petrobras bancou os serviços de Santana. Determinou o bloqueio de R$ 100 milhões do marqueteiro, sua mulher e de empresas controladas pelo casal – a Polis Propaganda

& Marketing e a Santana & Associados Marketing e Propaganda. Também ordenou o confisco de outros R$ 75 milhões – R$ 25 milhões de Migliaccio, R$ 25 milhões de Skornicki e R$ 25 milhões da Eagle do Brasil. O Ministério Público da Suíça anunciou em 22 de fevereiro o congelamento de quantia substancial atribuída a Santana.

O casal possuía fazendas em Tucano (BA) e Barreiras (BA), casas de praia em Interlagos (BA) e Trancoso (BA), e apartamentos em Salvador, São Paulo e Nova York. Além da Polis Propaganda & Marketing (sede em Salvador), havia mais quatro empresas: Polis Propaganda (Argentina), Polis América (Panamá), Polistepeque (El Salvador) e Polis Caribe (República Dominicana).

A Receita Federal estranhou. O Imposto de Renda apresentava inconsistências que sugeriam sonegação, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Santana quase não utilizava a conta bancária no Brasil. Movimentação zero em 2012. Ao mesmo tempo, o marqueteiro declarou ao fisco que a Polis (a brasileira) recebeu R$ 7,8 milhões naquele ano. A conclusão, óbvia: o dinheiro não circulou pela conta bancária.

Importante ressaltar que a Shellbill, com sede no Panamá, e a conta da *offshore* no Banque Heritage, na Suíça, não foram declaradas à Receita Federal. Não se justificavam os repasses de US$ 4,5 milhões de Skornicki. Em valores de fevereiro de 2016, o patrimônio de Santana subiu 35 vezes – de R$ 1,9 milhão, em 2004, para R$ 66,7 milhões em 2014.

Em 2011 Mônica Moura declarou que recebeu empréstimo de R$ 2 milhões do marido, mas as contas dele não indicaram o valor. Mais um enrosco: ela informou em 2013 pagamento à vista de R$ 365 mil por um automóvel Range Rover, mas não houve a saída dos recursos de suas contas bancárias. Curiosidade: o veículo foi adquirido na mesma revendedora em São Paulo em que Alberto Youssef e Fernando Baiano compraram carros do mesmo modelo para Paulo Roberto da Costa e Nestor Cerveró.

Com o início da Lava Jato, em 2014, Santana retificou as declarações de Imposto de Renda de 2010 a 2014. Acrescentou dados sobre suas empresas no Panamá, Argentina, El Salvador e República Dominicana. O rastreamento da Receita Federal, solicitado por Moro, constatou movimento de R$ 1,4 milhão em dinheiro vivo: R$ 200 mil em 2010, e R$ 300 mil anuais de 2011 a 2014. A Shellbill, no Panamá, não entrou na declaração retificadora.

Em depoimento à Lava Jato, Santana se contradisse. Admitiu "controlar" a conta no Banque Heritage que recebeu US$ 7,5 milhões, mas atribuiu a Mônica "responsabilidades pelas movimentações". Afirmou desconhecer a origem do dinheiro. Apesar de alegar não dispor de informações acerca dos depósitos na Suíça, rechaçou a posse de qualquer valor originado em campanhas presidenciais no Brasil. Disse que não soube de pagamentos referentes a campanhas, efetuados por terceiros.

Refutou conhecer Skornicki. Negou negócios com a Odebrecht.

Já Mônica admitiu que recebeu na Suíça recursos da Odebrecht, por meio de "contrato fictício". Reconheceu que o PT era seu principal cliente, mas afirmou não ter embolsado dinheiro de caixa dois do partido. Recebeu em caixa dois, sim, mas só de campanhas na Venezuela e em Angola. No país africano, US$ 20 milhões não contabilizados, intermediados por Skornicki. Na Venezuela, R$ 4 milhões pagos por Migliaccio.

Para complicar, investigadores apreenderam planilha na casa da secretária Maria Lúcia Guimarães Tavares. Suspeitou-se que os repasses da Odebrecht a Santana alcançariam R$ 24,2 milhões, sendo R$ 4 milhões no Brasil, entre 24 de outubro e 7 de novembro de 2014. O período coincidia com a campanha de Dilma Rousseff. O segundo turno ocorreu em 26 de outubro. A tabela relacionou seis pagamentos de R$ 500 mil e um de R$ 1 milhão.

O Banco Central comunicou à Justiça Federal o bloqueio de R$ 31,9 milhões encontrados em contas de Santana, Mônica e de empresa do casal. Tornou indisponíveis R$ 4,9 milhões de Skornicki e R$ 2 milhões, de Migliaccio.

Sérgio Moro acatou pedido da PF e do Ministério Público Federal para prorrogar por mais cinco dias a prisão temporária de Santana e Mônica. Investigadores alegaram que o casal faltou com a verdade ao depor e recebeu dinheiro em quantidade e de forma dissimulada da Odebrecht. Passado o prazo, Moro decretou as prisões preventivas. Alegou o uso de práticas sofisticadas e contas secretas no exterior para obter pagamento por serviços ao PT, "com afetação do processo político democrático":

> "Necessária, portanto, a prisão preventiva de João Cerqueira de Santana Filho e Mônica Regina Cunha Moura, diante da prova da participação prolongada na prática de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, com recebimento, sub-reptício e doloso, de recursos de natureza criminosa do esquema criminoso que vitimou a Petrobras, isso em um quadro de corrupção sistêmica".

Amigões do peito

Defensores de Lula entraram com recurso no STF, em 26 de fevereiro de 2016, para interromper as investigações sobre o Sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP), e o tríplex no Guarujá (SP). O ex-presidente era suspeito de ser o dono oculto dos imóveis. Os advogados justificaram que a legislação impedia duplicidade de investigações – do MPF e do Ministério Público de São Paulo. Ministra do STF, Rosa Weber decidiu que a apuração continuaria.

Após semanas de notícias e o silêncio sistemático acerca do caso, Lula falou pela primeira vez sobre o assunto em 27 de fevereiro de 2016. Foi breve:

> — O Jacó Bittar inventou de comprar uma chácara para que eu pudesse

usar quando deixasse a presidência e fizeram uma surpresa para mim em 15 de janeiro.

Conforme os advogados, Bittar estava preocupado em oferecer à família Lula da Silva um local para acomodar presentes recebidos pelo presidente durante os dois mandatos. Os defensores minimizaram "eventuais" reformas na propriedade, argumentando que "envolveram apenas particulares". Lula simplesmente "tomou conhecimento" da reforma no sítio, oferecida pelo amigo José Carlos Bumlai, enquanto Fernando Bittar, filho de Jacó e formalmente um de seus donos, "comentava sobre a necessidade de algumas adaptações no local". A defesa de Bumlai disse que o pecuarista pediu aos filhos um engenheiro e um arquiteto para ajudar nas obras, repassadas à Odebrecht. Gastara "muito pouco".

Pesquisa Datafolha publicada em 28 de fevereiro de 2016 revelou que, para 62% dos brasileiros, Lula beneficiou-se com o tríplex, sendo que, para 55%, a OAS, executora das obras, recebeu vantagens do PT. Igualmente, 58% acreditavam que as reformas no sítio favoreceram Lula, enquanto 55% avaliaram que Odebrecht, OAS e Bumlai foram recompensados.

Em meio a rumores de que a Lava Jato quebraria sigilos bancário, telefônico e fiscal de Lula e preparava operação de busca e apreensão em suas propriedades e de parentes, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT-SP), desligou-se do cargo. Lula o pressionava, acusando-o de não controlar a PF nem deter o avanço das investigações que o envolviam.

Onze procuradores manifestaram-se ao STF. Apontaram suspeitas de que o sítio e o tríplex poderiam estar vinculados a esquema de lavagem de dinheiro. Trataram do Procedimento Investigatório Criminal – PIC:

> "No que tange ao PIC conduzido pelo MPF, as provas em cognição sumária são no sentido de que os fatos sob apuração, além de reproduzirem tipologia criminosa de lavagem de capitais já denunciada no âmbito da Operação Lava Jato, envolvem José Carlos Bumlai, executivos da construtora Odebrecht e executivos da construtora OAS, todos investigados e muitos dos quais já denunciados no esquema de corrupção que assolou a Petrobras."

Lula entrou com *habeas corpus* preventivo no Tribunal de Justiça de São Paulo em 29 de fevereiro de 2016. Tentou evitar condução coercitiva para depor ao Ministério Público de São Paulo. Ele, a mulher e o filho Fábio Luís tinham sido intimados a prestar esclarecimentos sobre o tríplex. Advogados informaram que o ex-presidente, Marisa Letícia e o filho não compareceriam. Acusaram o promotor Cássio Conserino de prejulgamento por antecipar uma eventual denúncia contra Lula à revista Veja.

O Jornal Nacional, da TV Globo, exibiu fotografia de Lula ao lado do dono da OAS, Léo Pinheiro, dentro do tríplex. Os dois apareciam em pé, conversando, ao

lado de uma escada interna. Foto tirada antes da reforma realizada pela OAS. Próximo de Lula e condenado a 16 anos de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa, Pinheiro decidiu fazer acordo de delação premiada. Respondia em liberdade, mas temia decisão do STF, de 17 de fevereiro de 2016, que poderia obrigá-lo a cumprir pena após condenação em segunda instância. Não queria voltar à prisão.

Pinheiro seria instado a contar o que sabia sobre as reformas no tríplex e no sítio. Duas pedras no sapato de Lula. Confessaria pagamento de propina em contratos de R$ 7 bilhões em parceria com a Odebrecht, em obras das refinarias Abreu e Lima (PE) e Presidente Getúlio Vargas (PR).

Luta extraordinária

O deputado Wadih Damous (PT-RJ) apresentou em 1º de março de 2016 projeto de lei para impedir a prisão de condenados em segunda instância. A medida buscava frustrar decisão recém-aprovada pelo STF. Se bem-sucedido, obtendo a garantia de presunção de inocência até o esgotamento de todos os recursos de defesa, evitaria o risco de prisão para ao menos duas dezenas de condenados da Lava Jato. Neste caso, os privilegiados de sempre, com dinheiro para contratar os melhores advogados, manteriam a praxe da impunidade – uma triste realidade brasileira.

O MPF pediu a condenação de João Vaccari Neto por 24 atos de lavagem de dinheiro. O processo vinculava-se a repasse de R$ 2,8 milhões, em prol de Vaccari e do PT, por meio de contratos ilegais da Editora Gráfica Atitude.

Os procuradores também requereram a condenação de Renato Duque, igualmente preso no Paraná, por orientar Augusto Mendonça de Ribeiro Neto a procurar Vaccari e combinar a entrega de valores desviados.

Para a acusação, Vaccari indicou a Atitude "imbuído única e exclusivamente do intuito de maquiar o repasse dos valores ilícitos ao Partido dos Trabalhadores mediante maior sofisticação do esquema". Do MPF:

> "As provas dos autos apontam que, em sua atuação, no âmbito da empresa e da agremiação política que representavam, notadamente, Petrobras e Partido dos Trabalhadores, os denunciados se utilizaram do crime de lavagem de dinheiro de maneira sistemática e não acidental."

Ao depor ao STF, o deputado José Mentor (PT-SP) admitiu que recebeu R$ 38 mil de Youssef, como pagamento de dívida do ex-deputado André Vargas, preso pela Lava Jato. Em seu depoimento, porém, o doleiro afirmou que entregou R$ 380 mil a Mentor, no início de 2014.

Segundo Youssef, a transação envolveu R$ 2 milhões. Os R$ 380 mil saíram da Arbor, da contadora Meire Bonfim Poza, com lastro em notas fiscais da IT7 Sistemas, indicada por Leon Vargas, irmão de André. Em sua defesa, Mentor disse que o empréstimo a André saiu de "caixinha" com doações em dinheiro de sete

assessores, usada para cobrir gastos do mandato.

A Procuradoria-Geral da República enviou ao STF em 24 de fevereiro de 2016 o terceiro pedido de inquérito contra Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Os investigadores basearam-se na suspeita de que o deputado exigiu R$ 52 milhões da Carioca Engenharia, para intermediar a liberação de verba federal bilionária do FI-FGTS às obras do Porto Maravilha, no Rio.

Em 3 de março de 2016, por dez votos a zero, o plenário do STF tornou Cunha réu no caso da propina de US$ 5 milhões do aluguel do navio-sonda pela Petrobras. O político passou a ser o primeiro oficialmente investigado no STF, entre os 38 parlamentares suspeitos de participar do petrolão.

Para o ministro Teori Zavascki, Cunha participou de "engrenagem espúria" que desviou dinheiro. Segundo o procurador-geral Rodrigo Janot, ele atuou em "propinolândia" e embolsou recursos de "propinoduto" na Petrobras. A ex-deputada Solange Almeida (PMDB-RJ) seria processada no mesmo caso.

Em delação premiada, executivos da Andrade Gutierrez confessaram que fizeram 16 pagamentos, no total de R$ 6 milhões, à agência de propaganda Pepper. Repasses baseados em contrato fictício, em 2010. A Pepper prestou serviços à campanha de Dilma Rousseff naquele ano. Segundo Otávio Marques de Azevedo, presidente afastado da empreiteira, Antonio Palocci (PT-SP), coordenador da eleição da petista, pediu o dinheiro. Igualmente, Léo Pinheiro, da OAS, confessaria repasses à Pepper em 2010.

Em entrevista ao repórter Jamil Chade, de O Estado de S. Paulo, José Ugaz, presidente da Transparência Internacional, advertiu que medidas isoladas são insuficientes na luta contra a corrupção. Para o líder da organização em mais de cem países, o problema no Brasil, sistêmico, só seria vencido com a combinação de esforços e reformas. Ugaz elogiou a Lava Jato:

> — Da mesma forma que os valores exorbitantes de dinheiro e o número de criminosos de alto nível envolvidos no escândalo da Petrobras causou espanto mundial, a Operação Lava Jato, investigando empresários e políticos poderosos, também está mandando uma mensagem ao mundo de que algo extraordinário está ocorrendo na luta contra a corrupção no Brasil.
>
> — A corrupção afeta mais agudamente os brasileiros mais pobres. Quando o corrupto rouba dinheiro para benefício próprio, saúde, educação, alimentação, saneamento e outros direitos humanos básicos são negados aos setores mais vulneráveis da sociedade. A corrupção é um imposto pago pelos mais pobres de nossos países.



TURBILHÃO DE DELAÇÕES

Ex-líder do governo, Delcídio Amaral era um acervo de informações

A delação premiada do senador Delcídio Amaral (PT-MS), líder do governo Dilma Rousseff no Senado, marcaria a política brasileira para sempre. Metido no petrolão, ele dispôs-se a implicar a presidente e seu antecessor em atos ilícitos e ações de obstrução de justiça. Comprovadas as acusações, haveria razões para o *impeachment* de Dilma e a prisão de Lula.

A repórter Débora Bergamasco, da revista IstoÉ, revelou detalhes da delação em 3 de março de 2016. A confissão de Amaral preencheu 400 páginas. Iluminou o caso do suborno a Nestor Cerveró, preso pela Lava Jato, que receberia dinheiro para não delatar o esquema. Como vimos, o próprio Amaral acabou na cadeia por envolvimento com o caso, após a revelação do conteúdo de gravação feita às escondidas por Bernardo Cerveró, filho de Nestor, no qual traçara o plano para livrar o ex-diretor das investigações.

Conforme afirmou aos procuradores, Lula estava por trás da tentativa de subornar Cerveró. O ex-presidente pedira, "expressamente", para "ajudar" José Carlos Bumlai a silenciar o ex-diretor. Pretendia impedir que envolvesse o pecuarista em práticas criminosas. Para Amaral, Bumlai gozava de "total intimidade" com Lula e exercia papel de *consigliere* – alguém com poder para representar o chefe, na máfia italiana.

Delcídio aceitou. Conversou com Maurício Bumlai, filho de Bumlai, a fim de combinar a transação. Maurício repassou-lhe a primeira remessa, de R$ 50 mil, na churrascaria Rodeio Iguatemi, em São Paulo, em 22 de maio de 2015. O senador entregou-a ao advogado de Cerveró, Edson Ribeiro, preso depois pela Lava Jato. Outras parcelas de R$ 50 mil, até o total de R$ 250 mil, sempre com dinheiro de Bumlai, chegaram à família Cerveró, encaminhadas por Diogo Ferreira, o assessor de Amaral que acabou preso.

A história do suborno a Marcos Valério de Souza, operador do mensalão, implicou Lula, que articulou em 2006 com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT-SP), um cala-boca de R$ 220 milhões. Promessa de Paulo Okamoto, outro *consigliere*, a Valério. Conforme Amaral, o operador pode não ter embolsado todo o dinheiro, mas não delatou. Silenciou.

Outra tentativa de obstrução de justiça por parte de Lula integrou a delação de Amaral. O ex-presidente estava aflito com a CPI do Carf, cuja investigação abrangia a edição de medidas provisórias em benefício da indústria automobilística. O filho Luís Cláudio Lula da Silva teria recebido propina. Lula pediu, "várias vezes", que o senador evitasse a convocação do casal Mauro Marcondes e Cristina Mautoni, presos pela Operação Zelotes. Graças a Amaral, Marcondes, amigo de Lula desde os anos 1980, não depôs.

> "Tratativas ilícitas" teriam tirado os nomes de Lula e de seu primogênito, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, do relatório da CPI dos Correios em 2006. Um "acordão com a oposição", disse Amaral, safou Lula de possível *impeachment*. O senador acrescentou que Dilma Rousseff, como presidente da República, agiu ao lado de seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT-SP), para interferir na Lava Jato:
>
> "É indiscutível e inegável a movimentação sistemática do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da própria presidente Dilma Rousseff, no sentido de promover a soltura de réus presos na operação."

O senador citou um encontro na cidade do Porto, em Portugal, menos de duas semanas após as prisões dos dois maiores empreiteiros do País – Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo, da Andrade Gutierrez. Dilma e Cardozo reuniram-se com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, para propor "mudança de rumos da Lava Jato". Da delação:

> "A reunião foi um fracasso, em função do posicionamento retilíneo do ministro Lewandowski, ao afirmar que não se envolveria."

O senador não poupou Dilma. Relatou que Adir Assad, citado no petrolão, cuidou de operação de caixa dois nas eleições de 2010. O tesoureiro José de Filippi Júnior (PT-SP) orientaria empresários a contratar empresas de Assad, repassando o dinheiro à campanha. O esquema seria devassado pela CPI do Cachoeira, mas a base governista bloqueou a investigação. Mais: o senador-delator afirmou que Dilma Rousseff teve "pleno conhecimento de todo o processo de aquisição" da Refinaria de Pasadena:

> "A aquisição foi feita com o conhecimento de todos. Sem exceção."

Como prova do envolvimento de Dilma, qualificou de decisiva a atuação da então ministra da Casa Civil, em 2008, para nomear Nestor Cerveró na BR Distribuidora. Dilma lhe telefonou duas vezes. Na primeira, indagou se Cerveró fora convidado para o cargo. Na segunda, confirmou a nomeação.

Em outra tentativa de interferência na Lava Jato, o senador descreveu conversa com Dilma nos jardins do Palácio da Alvorada, em Brasília. Na ocasião, ela solicitou que marcasse reunião com o desembargador Marcelo Navarro para confirmar o compromisso de que ele atuaria pela soltura de Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo no Superior Tribunal de Justiça. Amaral cumpriu a missão. Encontrou-se com Navarro em sala do primeiro andar do Palácio do Planalto. Cardozo supervisionou as tratativas. Em conversa breve, Navarro ratificou o acerto. Nomeado no STJ, votou pela libertação dos empresários. Outros quatro ministros impediram as solturas.

Importante, ainda: o cala-boca exigido por políticos para não convocar empresários à CPI da Petrobras em 2014. Amaral disse que os senadores Gim

Argello (PTB-DF) e Vital do Rêgo (PMDB-PB) e os deputados Marco Maia (PT-RS) e Fernando Francischini (SD-PR) extorquiram Léo Pinheiro, Ricardo Pessoa e Julio Camargo – condição para não chamá-los a depor.

Nervosa, Dilma Rousseff convocou reunião de emergência no Palácio do Planalto. Na frente de ministros e assessores, andou de um lado ao outro da sala, esbravejou, esmurrou a mesa e disse que Delcídio Amaral mentiu.

Em comunicado, o Instituto Lula divulgou que o ex-presidente "jamais participou, direta ou indiretamente, de qualquer ilegalidade, seja nos fatos investigados pela Operação Lava Jato ou em qualquer outro". Soou como as repetidas notas do PT de que os recursos obtidos pelo partido foram legais, declarados e aprovados pela Justiça Eleitoral.

Grupos que jogam pesado

Não é exagero afirmar que a delação de Amaral estremeceu os alicerces da República. Afinal, ele citou a presidente da República e seu antecessor; o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB-SP); os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ); e o líder da oposição, senador Aécio Neves (PSDB-MG). Caciques dos três mais importantes partidos do País – PT, PMDB e PSDB.

No caso de Temer, sucessor natural de Dilma Rousseff em caso de *impeachment*, relacionou-o a Jorge Luiz Zelada, ex-diretor Internacional da Petrobras, e ao lobista João Augusto Rezende Henriques, ambos presos por envolvimento no petrolão. Henriques, diretor da BR Distribuidora de 1998 a 2000, chegou a ser cogitado como sucessor de Nestor Cerveró na Diretoria Internacional em 2008. Segundo Amaral, Temer o apadrinhava.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Henriques teria montado esquema de desvio de dinheiro na aquisição de etanol pela BR Distribuidora. Manipulou margens de preço do combustível. Tempos em que Temer ocupava a Presidência da Câmara dos Deputados. O sucessor de Cerveró acabou sendo Zelada, ligado ao PMDB. Da delação:

> "Jorge Zelada foi chancelado por Michel Temer e a bancada do PMDB na Câmara. João Augusto sempre atuou nas 'sombras' de Jorge Zelada."

Relator do processo que poderia levar à cassação do mandato de Amaral, o senador Telmário Mota (PDT-RR) criticou-o por ser réu confesso e "frouxo" – delator. Declaração de Mota sobre a gravação que incriminava Amaral:

> — A defesa alega que o senador estava tendo uma conversa particular. O senador é senador no banheiro, no futebol, no plenário, a todo momento. Então, não tem conversa particular.

A revista IstoÉ voltou a publicar trechos da delação de Amaral em 11 de março de 2016. O senador relatou desvio de dinheiro na Usina Hidrelétrica de Belo Monte

(PA). Encabeçavam o esquema três ex-ministros dos governos Lula e Dilma Rousseff, afastados por suspeitas de irregularidades: Erenice Guerra (Casa Civil), Antonio Palocci (Fazenda e Casa Civil) e Silas Rondeau (Minas e Energia). Para Amaral, o "triunvirato" movimentou R$ 25 bilhões em Belo Monte, e embolsou R$ 45 milhões destinados às campanhas do PT e do PMDB, em 2010 e 2014.

O arranjo criminoso teria começado em 2010. Ao lado de Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil, Erenice atuava como secretária executiva. Já funcionara como braço-direito de Dilma no Ministério de Minas e Energia. Montaram esquema sofisticado, conforme Amaral: grandes empreiteiras – formalmente, prestadoras de serviço – estavam atrás do consórcio vencedor para construir Belo Monte. Na prática, as construtoras maiores comandaram os trabalhos, livres de se submeter às regras da licitação.

Amaral confessou jogada relacionada a dívida de R$ 1 milhão de sua própria campanha ao Governo de Mato Grosso do Sul, em 2014. Afirmou que o tesoureiro da reeleição de Dilma, Edinho Silva (PT-SP), propôs esquentar doações do laboratório EMS por meio de notas fiscais frias. Para tanto, usaria serviços da ex-sócia do publicitário Duda Mendonça, Zilmar Fernandes, investigada no mensalão, e a FSB Comunicações. Amaral perdeu as eleições, o esquema não rolou. Reeleita, Dilma nomeou Edinho como ministro da Comunicação Social. Em entrevista, Amaral apontou:

> — O Edinho não sairá vivo deste processo. Ele arrecadava recursos ameaçando, na linha do "ou está com a gente ou está contra".

O senador acusou "time" de cinco senadores sob comando de Renan Calheiros (PMDB-AL). Compunham-no Romero Jucá (PMDB-RR), Jader Barbalho (PMDB-PA), Edison Lobão (PMDB-MA), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo Amaral, jogaram pesado para emplacar dirigentes na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária):

> "Com a decadência dos empreiteiros, as empresas de plano de saúde e laboratórios tornaram-se os principais alvos de propina para os políticos e executivos do governo."

O "time" exerceria influência no Ministério de Minas e Energia, na Eletrosul, Eletronorte, nas diretorias de Abastecimento e Internacional da Petrobras, nas usinas hidrelétricas de Belo Monte (PA) e Jirau (RO). O delator citou o elo entre Calheiros e Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro:

> "Seguidas vezes o vi, semanalmente, despachando com Renan na residência oficial da Presidência do Senado."

Amaral demonstrou o conhecimento e o domínio de Lula sobre esquemas de corrupção. Em viagem a Campinas (SP), o então presidente da República perguntou

sobre Dimas Toledo, diretor de Furnas Centrais Elétricas. Amaral respondeu tratar-se de profissional do setor elétrico e indagou o porquê da curiosidade. Ao responder, Lula citou o deputado José Janene (PP-PR):

> "É porque o Janene veio me pedir pela permanência dele, depois o Aécio, e até o PT, que era contra, já virou a favor da permanência dele. Deve estar roubando muito."

Acrescenta este repórter: e continuou, com o aval de Lula. Ficou em Furnas até seu nome rechear os jornais com o caso do mensalão, em 2005.

Além de indicar o "vínculo forte" entre Aécio Neves e Dimas Toledo, Amaral contou que, na presidência da CPI dos Correios, em 2005, atendeu pedido do político mineiro, na época governador do Estado: concedeu mais prazo ao Banco Rural para fornecer dados sobre a quebra dos sigilos bancários que envolviam a instituição. Assim seria possível maquiar demonstrativos contábeis, evitando que o escândalo atingisse próceres do PSDB, como o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), e o próprio Neves. Na época, Clésio Andrade, vice-governador, era sócio de Marcos Valério de Souza na agência de publicidade SMPB. Conforme Amaral, o então deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), da CPI dos Correios (eleito e reeleito depois prefeito do Rio, pelo PMDB), encaminhou com sucesso o pleito de Neves dentro da CPI.

Ser evasivo, a saída de Lula

O ministro Teori Zavascki, do STF, homologou a delação de Delcídio Amaral em 14 de março de 2016. Ele implicou 64 pessoas (37 políticos e representantes de 27 empresas). Escândalo extra: José Eduardo Marzagão, assessor do senador, gravou reunião com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante (PT-SP). Próximo de Dilma Rousseff, Mercadante chamou Marzagão para conversar e insistiu em ajudar Amaral, preso pela Lava Jato. Em troca, o senador não faria acordo com a Justiça. De Mercadante:

> — Do ponto de vista pessoal e político, o que tiver que eu possa fazer, você me passa, tá?

Marzagão gravou os diálogos em 1º de dezembro de 2015. Mercadante lamentou a desestruturação da família de Amaral. Prometeu procurar o senador Renan Calheiros e o ministro Ricardo Lewandowsky, do STF, para encontrar uma solução. Acenou com possível relaxamento da prisão:

> — Eu acho que precisa esfriar o assunto dele. Vão vir outros. Vai vir Andrade Gutierrez, não sei quem, o Zelada, o caralho, vai vir merda pra caralho toda hora. Aí vai diminuindo. Precisa esfriar o caso dele. Segundo: ele tando lá, não tem inquérito no Senado. Não tem como cassar um senador preso.

Marzagão expôs as dificuldades. Casa e automóvel seriam vendidos para arrecadar dinheiro. Até o salário de Amaral pagaria dívidas. De Mercadante:

> — Bom, isso aí também a gente pode ver no que é que a gente pode ajudar, na coisa de advogado, essa coisa. Não sei. Pô, Marzagão, você tem que dizer no que é que eu possa ajudar. Eu só tô aqui pra ajudar. Veja o que que eu posso ajudar.

Com o caso nos jornais, Mercadante negou ser emissário de Dilma Rousseff. Refutou intenção de subornar. Agira por solidariedade. De Marzagão:

> — Um cara que é desafeto do Delcídio, considerado um ministro da maior confiança da presidente, me chama no gabinete dele, pede para eu entrar sem me identificar e vem me dizer que é solidariedade?

Amaral sobre Mercadante, em entrevista à Folha de S.Paulo:

> — Amigo? Ele é amigo da onça! Onde ele era meu amigo? Minha história toda no Senado é de briga com ele. Todo o mundo sabe disso.

Em entrevista ao jornal O Globo, Amaral questionou o governo por alardear que não interferiria nas investigações:

> — Na minha delação, fica claro que fui escalado, como líder do governo, pela Dilma e pelo Lula, para barrar a Lava Jato.

Em relação à campanha que elegeu Dilma Rousseff em 2010, Amaral afirmou que a Andrade Gutierrez capitaneou arrecadação de R$ 30 milhões. Coube a Antonio Palocci (PT-SP), coordenador do PT, direcionar o dinheiro.

Em 200 páginas, o senador fez oito acusações a Lula. Citou-o 186 vezes. Disse que o ex-presidente foi o grande "*sponsor*" (patrocinador de negócios) do banco BTG Pactual. Segundo Amaral, José Carlos Bumlai ajudou a "construir, estruturar e organizar" o Instituto Lula, do mesmo modo que o Sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP), "o sítio do Lula".

Da delação premiada:

> "O depoente pode dizer que o pedido de Lula para auxiliar Bumlai, no contexto de 'segurar' as delações de Cerveró, certamente visaria ao silêncio deste último e ao custeio financeiro de sua respectiva família, fato que era de interesse de Lula."

Para Amaral, Lula "teve participação em todas as decisões relativas às diretorias das grandes empresas estatais, especialmente a Petrobras". Mais: era próximo dos tesoureiros do PT, o que sugeria conhecer operações financeiras. "Com o advento da Operação Lava Jato, continuou a adotar o mesmo comportamento evasivo visto durante a crise do mensalão".

O suborno de Marcos Valério de Souza. Segundo Amaral, as ordens para repassar dinheiro foram de José de Filippi Júnior (PT-SP), tesoureiro da campanha da

reeleição de Lula em 2006. Da delação:

> "Tal informação (pagamentos no exterior) surgiram de várias origens, de dentro e de fora do PT, e inclusive no meio empresarial."

O senador-delator participou de reunião com Valério e o sócio dele, Rogério Tolentino, em fevereiro de 2006. Valério queixou-se da repercussão das investigações. Os filhos forçados a sair da escola, a mulher tentou o suicídio:

> "Que Marcos Valério disse que precisava resolver aquilo e que queria que o PT ressarcisse o que devia a ele. Que o valor que o PT devia a ele chegaria a R$ 220 milhões."

Conforme Valério, a soma fazia jus aos repasses de caixa dois que realizou. Ameaçou contar o que sabia. Amaral levou o problema a Lula. O presidente ouviu, quieto. Na sequência, o senador recebeu telefonemas dos ministros Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, e Antonio Palocci, da Fazenda. Reprovaram-no por transmitir a exigência diretamente a Lula. Amaral saiu de cena. Dois anos depois, soube que Valério pôs as mãos no cala-boca:

> "Havia conversas muito fortes ao longo da campanha de 2008 de que os pagamentos estavam sendo feitos a Marcos Valério no exterior, em suas contas ou de terceiros. Ouviu que foi em torno de R$ 110 milhões. Que não sabe se os valores foram de R$ 220 milhões, pois ouviu que foi em torno de R$ 110 milhões. Que possivelmente foram grandes empresas ligadas à Lava Jato que fizeram os pagamentos."

Lula sabia de tudo.

Achacadores desenvoltos

No caso Pasadena, Amaral confessou que recebeu US$ 1 milhão, dinheiro usado, segundo ele, para pagar dívidas de caixa dois da campanha de 2006, quando perdeu a eleição para governador de Mato Grosso do Sul. Obteve a quantia após procurar dois diretores da Petrobras, Renato Duque e Nestor Cerveró. Também buscou ajuda com Ricardo Berzoini (PT-SP), presidente nacional do partido. Queria que o PT assumisse parte do rombo de R$ 6 milhões. Cerveró avisou que Fernando Baiano o procuraria. Da delação:

> "O depoente soube, posteriormente, que a origem desses recursos teria advindo de propinas pagas a partir da compra da Refinaria de Pasadena, no valor global de US$ 15 milhões. O depoente sabia que Cerveró arrecadava dinheiro, a título de propina, para o PMDB do Senado."

Acerca da corrupção em Furnas Centrais Elétricas, sob comando de Dimas Toledo, afirmou que "o esquema na estatal funcionava de maneira bastante azeitada e de maneira bastante competente; que não há dúvida nenhuma que o esquema existia; que Dimas era muito competente e que era muito difícil perceber o esquema

ilícito, mesmo para os demais diretores".

Para Amaral, operações favoreceram PT, PSDB e PP até o primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando ela mudou diretorias da estatal. "A coisa passou da conta". Segundo o senador, José Janene disse que Aécio Neves (PSDB-MG) era beneficiário "de uma fundação sediada em um paraíso fiscal, da qual ele seria dono ou controlador de fato; que essa fundação seria sediada em Liechtenstein; que o declarante não sabe precisar, mas, ao que parece, a fundação estaria em nome da mãe ou do próprio Aécio Neves".

O "arco de influência" do PMDB dava-se principalmente em âmbito do Ministério de Minas e Energia. Abrangia as estatais Eletrosul, Eletronorte e Eletronuclear, em obras relacionadas às usinas hidrelétricas de Belo Monte (PA), Jirau (RO) e Santo Antônio (RO), além da Usina Nuclear de Angra 3 (RJ). Na Petrobras, influenciava as Diretorias Internacional e de Abastecimento:

> "Na Petrobras, abraçaram a manutenção de Paulo Roberto Costa na Diretoria de Abastecimento e Nestor Cerveró na Diretoria Internacional, como consequência do escândalo do mensalão. A ação desse grupo se fez presente em subsidiárias da Petrobras, como, por exemplo, a Transpetro. Lá reinou, absoluto, durante dez anos, Sérgio Machado, indicado por Renan Calheiros."

Conforme Amaral, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) cumpria papel de "menino de recados" do Banco BTG Pactual, "especialmente no que tange a emendas às medidas provisórias que tramitam no Congresso". André Esteves, dono do BTG, deu R$ 1,5 milhão ao advogado Edson Ribeiro, com intuito de barrar delação de Cerveró sobre comissões ilegais pagas por Carlos Santiago, sócio de Esteves. Como já citado, o caso dizia respeito a negócio entre rede de 120 postos de gasolina e a BR Distribuidora.

Amaral contou que o BTG comprou, por US$ 1,5 bilhão, metade da PetroÁfrica, sociedade entre a Petrobras e o BTG. O valor real alcançaria US$ 2,7 bilhões. Indicou ainda o BTG como mantenedor do Instituto Lula:

> "Um dos instrumentos utilizados para repasse de valores seria o velho esquema de pagamento de 'palestras'."

Amaral acusou os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Gim Argello (PTB-DF) e os deputados Fernando Francischini (SD-PR) e Marco Maia (PT-RS) de comandarem achaques na CPI da Petrobras em 2014. Eles reuniam-se todas as semanas para avaliar requerimentos "sensíveis". Argello, vice-presidente da CPI, coordenava. Amaral ouviu de Ricardo Pessoa e Julio Camargo queixas do "pedágio" – dinheiro "por fora", para gastos com eleições.

Como já expresso nestas páginas, o grosso das somas abocanhadas em campanhas eleitorais serve para enriquecer os políticos.

Amaral sugeriu atenção ao período em que Gleisi Hoffmann (PT-PR) foi diretora financeira da Usina Hidrelétrica de Itaipu (PR), e disse que o senador Humberto Costa (PT-PE) "agiu com desenvoltura" nas obras do Porto de Suape (PE). Para ele, ambos participariam de esquemas de desvio.

O ministro Teori Zavascki, do STF, estabeleceu que Amaral devolvesse R$ 1,5 milhão aos cofres públicos. A multa pelos crimes poderia ser quitada em dez anos. Determinou dois anos e meio de prisão domiciliar, com prestação de serviços comunitários por seis meses. Amaral pediu desfiliação do PT.

Chuva de milhões

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, voltou a denunciar ao STF o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Desta vez, em 3 de março de 2016, acusou-o de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas por receber 1,3 milhão de francos suíços. Propina em negócio de US$ 34,5 milhões da Petrobras em Benin, na África.

O Ministério Público Federal requereu que Cunha ressarcisse R$ 10,5 milhões por danos materiais e morais. Janot também solicitou que o juiz Sérgio Moro abrisse investigação sobre o envolvimento de João Augusto Rezende Henriques e Jorge Luiz Zelada no esquema de Cunha.

Para a Procuradoria-Geral da República, gastos e rendimentos de Cunha eram incompatíveis. Em menos de seis meses, entre 2014 e 2015, havia despesas de US$ 156 mil do deputado, da mulher Cláudia Cordeiro Cruz e de uma filha em cartões de crédito vinculados a contas na Suíça.

Em Miami, nos Estados Unidos, houve dispêndios de US$ 42 mil em restaurantes, hotéis e lojas de luxo em apenas nove dias. Sapatos, US$ 3.500. Roupas masculinas e femininas, US$ 2.327 e US$ 1.595. Em Dubai, no Emirados Árabes, o casal torrou US$ 5.927 em um hotel. Em Paris, na França, mais US$ 15.880 em hotel e US$ 8 mil em loja de roupas masculinas. Cláudia gastou US$ 25.300 em lojas de luxo em Paris, Roma e Lisboa.

Conforme a PGR, por solicitação de Cunha a Carioca Engenharia injetou R$ 300 mil na campanha de Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014. Derrotado, ele tornou-se ministro do Turismo de Dilma Rousseff. Foi o único a prontamente desembarcar do governo quando o PMDB decidiu passar para a oposição ao governo petista. Com a decisão do Senado de afastar e julgar Dilma, Alves voltaria a ocupar o Ministério do Turismo, nomeado pelo presidente em exercício, Michel Temer (PMDB). Ficaria pouco tempo no cargo, como veremos.

O ministro Teori Zavascki autorizou em 7 de março de 2016 novo inquérito contra Cunha, baseado na delação dos donos da Carioca. O político teria recebido R$ 52 milhões em 36 parcelas, por facilitar repasses oficiais a obras do Porto Maravilha (RJ). Entre 2011 e 2014, embolsaria US$ 3,9 milhões de contas de

executivos da Carioca na Suíça, depositados em cinco contas no exterior. O lobista Mario Goes e o tesoureiro João Vaccari Neto também teriam participado de malfeitos confessados pelos proprietários da Carioca.

Em 11 de março de 2016, Janot pediu ao STF a abertura do sétimo inquérito contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Outra investigação sobre corrupção na Petrobras. Desta vez, baseada na delação de Carlos Alexandre de Souza Rocha, o Ceará. Ele levara dinheiro ao senador por ordem de Alberto Youssef. Relatou repasse de R$ 2 milhões que serviria para Calheiros atuar contra a instalação de CPI para investigar a Petrobras.



ACIMA DE QUALQUER SUSPEITA

A luta contra a impunidade atinge pessoas habituadas a privilégios e blindagens

Por determinação do juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, Luiz Inácio Lula da Silva sofreu condução coercitiva e depôs à Polícia Federal dia 4 de março de 2016, em São Paulo. Apurava-se a sua participação no petrolão. No despacho do juiz, Lula "teria recebido benefícios materiais, de forma sub-reptícia, de empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato, especificamente em reformas e benfeitorias de imóveis de sua propriedade". Referia-se ao Sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP), e ao apartamento tríplex, no Guarujá (SP). Suspeitava-se de bens ocultos.

A PF realizou ações de busca e apreensão no apartamento de Lula em São Bernardo do Campo (SP), nas casas de seus quatro filhos (Fábio Luís, Luís Cláudio, Marcos Cláudio e Sandro Luís), no Sítio Santa Bárbara, no tríplex e em propriedades de Jonas Leite Suassuna Filho e Fernando Bittar (donos formais do sítio). Ao todo, 44 ordens judiciais. Lula depôs por três horas em sala reservada à PF no Aeroporto de Congonhas.

Em nota, o Ministério Público Federal afirmou que "há evidências de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu valores oriundos do esquema na Petrobras por meio da destinação e reforma de um apartamento tríplex e de um sítio em Atibaia, da entrega de móveis de luxo nos dois imóveis e da armazenagem de bens por transportadora. Também são apurados pagamentos ao ex-presidente feitos por empresas alvo da Lava Jato, a título de supostas doações e palestras".

Lula tornara-se suspeito de ser o chefe da corrupção na Petrobras. No caso do tríplex e do sítio, a Lava Jato investigava a Odebrecht e a OAS, beneficiadas nos desvios, e o envolvimento do pecuarista José Carlos Bumlai e do advogado Roberto Teixeira, seus amigos. Da nota do MPF:

> "Para além da suspeita sobre a ocultação de propriedade em nome de terceiros, há fortes indícios, consistentes na palavra de diversas testemunhas e notas fiscais de compras de produtos, de que reformas e móveis no valor de pelo menos R$ 770 mil foram pagos, sem razão econômica lícita, por Bumlai e pelas empreiteiras Odebrecht e OAS, todos favorecidos no esquema da Petrobras."

O rastreamento de recursos do Instituto Lula e da LILS Palestras e Eventos, do ex-presidente, indicou que filhos de Lula foram contemplados com R$ 1,7 milhão entre 2011 e 2014. A G4 Entretenimento e Tecnologia Digital, de Fábio Luís Lula da Silva e dos irmãos Fernando e Kalil Bittar, recebeu R$ 1,3 milhão. A FlexBR Tecnologia, com sede no endereço da G4, cujos sócios eram Marcos Cláudio Lula da Silva, Sandro Luís Lula da Silva e Marlene Araújo Lula da Silva, nora de Lula,

engordou R$ 186 mil. E Luís Cláudio Lula da Silva, o caçula, pôs as mãos em outros R$ 227 mil, transferidos da LILS.

A maior parte das receitas que compunham os caixas do Instituto Lula e da LILS veio de doações e pagamentos da Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, UTC e Queiroz Galvão – todas investigadas pela Lava Jato por envolvimento no petrolão.

Por ordem de Sérgio Moro, a Justiça quebrou os sigilos bancário e fiscal de Lula, de sua família, do Instituto Lula e da LILS. Havia suspeitas de que Lula fez simulação de contratos de palestra para receber dinheiro da OAS. Se confirmados os indícios, a LILS teria atuado como empresa de fachada.

A OAS pagou R$ 1,3 milhão entre janeiro de 2011 e janeiro de 2016 para guardar dez contêineres com objetos presenteados a Lula quando chefe da Nação. Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula, intermediou o contrato com a empresa Granero. (Em 2016 levaram tudo para um depósito do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo).

Para os investigadores, havia indícios de irregularidades. Constava no contrato entre OAS e Granero a "armazenagem de materiais de escritório e mobiliário corporativo de propriedade da construtora OAS". Omitiram que os bens pertenceriam a Lula. Segundo a Lava Jato, Okamoto agiu para "ocultar a origem e natureza da vantagem indevida". Evidências da "adoção de práticas de lavagem de dinheiro" e de dissimulação de propriedade.

A PF encontrou numa sala-cofre de agência do Banco do Brasil, em São Paulo, 23 caixas lacradas desde 2011. Continham objetos atribuídos a Lula: 123 peças, inclusive joias e obras de arte, supostamente presenteadas por chefes de estado. Chamou a atenção a ausência de custos de armazenagem.

Durante a operação de 4 de março, Okamoto sofreu condução coercitiva. Além dele, José de Filippi Júnior (PT-SP), tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff em 2010; Rogério Aurélio Pimentel, ex-assessor de Lula no Planalto; Paulo Gordilho, ex-diretor da OAS; Elcio Pereira Vieira, o Maradona, caseiro do Sítio Santa Bárbara; Alessandro Tomazila, funcionário da Odebrecht; Alexandre Antônio da Silva, Paulo Marcelino Mello Coelho e Luiz Antonio Pazine, ligados ao transporte dos objetos atribuídos a Lula; e João Henrique Worn, taxista que agiria sob ordens do tesoureiro Filippi.

Em depoimento, Worn disse que foi cerca de 20 vezes à sede da UTC entre 2010 e 2014, com o intuito de buscar "presentes" a Filippi. Dirigia-se ao subsolo e apanhava sacolas de papelão, fechadas com grampo ou etiqueta adesiva. Recorda-se da delação de Ricardo Pessoa, dono da UTC, segundo a qual o tesoureiro de Dilma Rousseff recebeu dinheiro ilegal em 2010.

Já Rogério Aurélio Pimentel, investigado por pagamentos em dinheiro vivo para quitar obras no sítio, só deixou a posição de assessor da Presidência da República

em fevereiro de 2011, após o término da reforma. Entre o final de 2010 e o início de 2011, teria realizado repasses de R$ 167 mil à empreiteira Rodrigues do Prado, que atuou com a Odebrecht nas obras.

Reforçaram a equipe 15 funcionários da Odebrecht. Em depoimento, Frederico Barbosa, engenheiro da Odebrecht, disse que Pimentel "disponibilizava recursos para pagar despesas imediatas com prestadores de serviço. Ele deixava dinheiro em espécie dentro de um móvel do sítio, para o depoente pagar prestadores de serviço". Pimentel recebeu parte da mudança de Lula que chegou ao sítio vinda de Brasília.

A PF e a Receita Federal suspeitaram de vazamento de informações antes da busca e apreensão: gavetas e armários do Instituto Lula estavam vazios. Teriam retirado documentos e agendas. A seu estilo, Lula respondeu 103 vezes "não sei" no depoimento à PF. Usou oito vezes a variante "não tenho noção". Afirmou que o apartamento de 215 metros quadrados no Guarujá era pequeno, constituía "um tríplex Minha Casa, Minha Vida". Já a suspeita de que a OAS lhe concedeu benefícios ilegais era "sacanagem homérica".

Em relação ao sítio, afirmou que os proprietários (sócios de seu filho) o compraram com o objetivo de lhe dar "um lugar para descansar" e guardar as "tralhas de Brasília". Desconhecia se a G4, de um dos filhos, prestou serviços ao Instituto Lula. Mas, se o fez, não recebeu benefícios. Declarou não conhecer a FlexBR, de propriedade dos seus filhos.

Cabe ressaltar a defesa do ex-presidente, repetida sempre que instado a falar de João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, preso pela Lava Jato:

> — Foi um grande dirigente sindical e foi um grande dirigente do PT. Eu não acredito que o Vaccari tenha acertado percentual com empresa para receber, não acredito.

Mostrou-se tenso e irritado ao falar da investigação sobre sua mulher:

> — Eu tenho uma história de vida, a minha mulher com 11 anos já trabalhava de empregada doméstica e minha mulher prestar um depoimento sobre uma porra de um apartamento que não é nosso... Manda a mulher do procurador vir prestar depoimento. A mãe dele. Por que vai minha mulher? Por que as pessoas não levam em conta a família que está lá, a molecada frequenta escola. Então, eu quero te dizer o seguinte: eu ando muito puto da vida, muito, muito zangado porque a falta de respeito e a cretinice comigo extrapolou.

Marcante a resposta de Lula sobre o destino de sua mudança, vinda de Brasília. Não sabia do assunto, nem onde estaria o acervo.

Presidentes que se prezam

Questionaram Lula sobre supostos R$ 2,4 milhões, em caixa dois, recebidos por sua campanha de reeleição, em 2006. Dinheiro da UTC, conforme confissão de Ricardo

Pessoa. Do ex-presidente:

> — Deixa eu lhe falar uma coisa, um presidente da República que se preze não discute dinheiro de campanha, se ele quiser ser presidente de fato e de direito ele não discute dinheiro de campanha.

Errado, Lula. Justamente aí começam os problemas, como ensinou o jurista Hélio Bicudo. Os destinos do governo atrelam-se aos interesses dos doadores. A situação fica mais grave se houver recebimento de dinheiro criminoso, por meio de caixa dois, como indicava o caso.

Após depor por três horas, Lula dirigiu-se à sede do PT em São Paulo. Na prática, lançou sua candidatura a presidente da República em 2018:

> — Tentaram matar a jararaca, mas não acertaram na cabeça, acertaram o rabo. A jararaca está viva, como sempre esteve.

Em seguida, na quadra do Sindicato dos Bancários, no centro de São Paulo:

> — Pode pegar o procurador-geral da República, pode pegar o doutor Moro, pode pegar o delegado da Polícia Federal e juntar todos eles. Se eles forem R$ 1 mais honestos do que eu, desisto da vida pública.

O jornal O Estado de S. Paulo obteve documentos mostrando que o apartamento de cobertura ao lado de onde Lula morava, em São Bernardo do Campo, pertencia a Glaucos da Costamarques, primo de José Carlos Bumlai. Comprado por R$ 500 mil em 2011. Lula usava-o desde 2003. Em seu primeiro mandato, o PT teria pago o aluguel. No segundo, o governo assumiu os custos. O primo de Bumlai adquiriu-o após Lula deixar Brasília, por sugestão do advogado Roberto Teixeira. Alugou-o ao ex-presidente, supostamente. Havia uma passagem interna que ligava os apartamentos.

Morador de Campo Grande (MS), Costamarques emprestou em 2010 o endereço comercial da Bilmaker 600, em São Paulo, para Fábio Luís Lula da Silva e Luís Cláudio Lula da Silva registrarem a empresa LLCS. Na época, os três sócios da Bilmaker 600, incluindo Costamarques, eram sócios de Luís Cláudio. Costamarques cedeu o endereço a pedido de Bumlai.

Em defesa de Bumlai, Lula apresentou depoimento escrito. Negou saber de negócios relacionados a petróleo que implicassem o amigo, preso pela Lava Jato. Assegurou que jamais pediu proteção a ele, um "homem de bem, honesto e pai de família exemplar, tendo-o na mais alta conta".

Em depoimento à força-tarefa da Lava Jato, Fernando Bittar (um dos donos formais do Sítio Santa Bárbara) afirmou que Marisa Letícia Lula da Silva coordenou as obras na propriedade. Informou não saber quem arcou com os custos, mas sugeriu que Marisa Letícia talvez pudesse esclarecer a questão. Disse que não pagou pela cozinha luxuosa instalada em 2014.

Enquanto suas declarações eram noticiadas, Lula soltava mais uma bravata:

— A partir de agora, se me prenderem eu viro herói. Se me matarem, viro mártir. E se me deixarem solto, viro presidente de novo.

Em 9 de março de 2016, Lula reuniu-se com 25 senadores. Falou assim:

— Se eu quisesse, poderia incendiar o País. Mas esse não é meu papel. Sou um homem da paz.

No mesmo dia, o Ministério Público de São Paulo denunciou-o no caso do tríplex. Os promotores Cássio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Moraes de Araújo relacionaram crimes de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e ocultação de patrimônio. O apartamento estava em nome da OAS que, conforme as investigações, bancou sua reforma, por R$ 777 mil, em 2014. Entre os 16 denunciados, Marisa Letícia, Fábio Luís Lula da Silva, Léo Pinheiro (dono da OAS) e João Vaccari Neto, que foi dirigente da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo).

Dia seguinte, 10 de março. A notícia de que o MP de São Paulo pediu a prisão preventiva de Lula sacudiu o Brasil. Dos promotores:

> "Necessária a prisão cautelar para conveniência da instrução, pois igualmente demonstrado que o denunciado (Lula) se vale de sua condição de ex-presidente da República para se colocar acima ou à margem da lei. Assim é que deseja 'ser convidado' para ser ouvido; deseja 'escolher' quem poderá investigá-lo; decide se seus familiares poderão ou não sofrer as investigações."

Para os promotores, Lula praticou "cegueira deliberada" ao alegar que não sabia da origem ilícita dos recursos usados na reforma do tríplex:

> "Além disso, o denunciado (Lula) se vale de sua força político-partidária para movimentar grupos de pessoas que promovem tumultos e confusões generalizadas, com agressões a outras pessoas, com evidente cunho de tentar blindá-lo do alvo de investigações e de eventuais processos criminais, trazendo verdadeiro caos para o tão sofrido povo brasileiro."

A denúncia de 102 páginas sublinhou que, ao contrário dos cooperados da falida Bancoop, obrigados em 30 dias a decidir se aceitavam a transferência das obras do Solaris à OAS (em 2005 os Lula da Silva pagaram R$ 47 mil à cooperativa por uma cota no condomínio), "a família presidencial teve seis anos para pensar se iria desistir ou se iria permanecer na OAS. Ao que parece, só desistiu por conta do início da investigação".

O MP considerou ilegal a transferência de empreendimentos da Bancoop à OAS em 2009. Elencou que as fraudes envolveram 3.110 unidades habitacionais inacabadas, 3.182 concluídas e 846 encerradas. Acusou a Bancoop e a OAS de lesarem 7.138 famílias, em R$ 168 milhões, enquanto tratavam de "presentear e paparicar" Lula com um tríplex à beira mar.

Messias a caminho

Mais um recorde histórico, a multidão nas ruas, na manifestação de 13 de março de 2016. Cerca de 3 milhões de pessoas em 250 cidades. Em São Paulo, 500 mil na Avenida Paulista. No Rio, um mar de gente em Copacabana. Em Curitiba, sede da Operação Lava Jato, 200 mil. Por volta de 100 mil em cada uma dessas capitais: Vitória, Recife, Porto Alegre, Campo Grande, Brasília, Goiânia, Belém, Fortaleza, Manaus e Florianópolis. De verde e amarelo, protestaram contra a presidente Dilma Rousseff, Lula e o PT. Saudaram a Lava Jato e o juiz Sérgio Moro, aclamado como herói. Sem conflitos, sinal de maturidade da democracia brasileira.

Em 14 de março de 2016, a juíza Maria Priscilla Ernandes, da 4ª Vara Criminal de São Paulo, transferiu a Sérgio Moro a decisão sobre o pedido de prisão preventiva de Lula. Em 16 de março, Dilma Rousseff o nomeou ministro da Casa Civil. Lula obteria foro privilegiado e ficaria livre de Moro. A intenção de evitar a prisão e o foro de Curitiba ficou clara em duas ações. Devido às investigações, telefones usados por Lula estavam grampeados. Dilma lhe fez uma ligação, duas horas após anunciá-lo como ministro:

> — Seguinte, eu tô mandando o Messias junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?

Dispor do termo de posse como ministro significava ter em mãos documento para impedir eventual ordem de prisão. O foro especial o blindava. Messias era Jorge Rodrigo Araújo Messias, subchefe de Assuntos Jurídicos do Ministério da Casa Civil, homem de confiança do governo.

A outra ação da presidente, em 16 de março: uma edição extraordinária do Diário Oficial da União, com a nomeação de Lula, parte da estratégia para impedir a prisão. Com a publicação, Lula responderia apenas ao STF.

Pareceu fora de dúvida a interferência e a tentativa de obstruir a Justiça. Além de tudo, leitor: em que país sério um governante sério nomearia como ministro um investigado por corrupção?

O ministro Gilmar Mendes, do STF, suspendeu a posse de Lula em 18 de março. Entendeu que Dilma Rousseff agiu para blindá-lo ao conceder-lhe posição no primeiro escalão e foro especial. Lula não assumiu o cargo.

Intocáveis condenados

Em 8 de março de 2016 Sérgio Moro condenou Marcelo Odebrecht a 19 anos e quatro meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa, como mandante dos crimes da Odebrecht. Márcio Faria e Rogério Araújo, ex-diretores da empresa, receberam as mesmas penas. Moro sentenciou outros dois executivos da Odebrecht: Alexandrino Alencar (15 anos, sete meses e dez dias de prisão) e César Ramos Rocha (nove anos, dez meses e 20 dias de prisão). Diretor da Petrobras, Renato Duque recebeu condenação maior: 20 anos, três meses e dez dias

de prisão.

Conforme Moro, pagar propina fazia parte da política corporativa da empreiteira. Cabeça dos crimes, Odebrecht conhecia em detalhes licitações "disputadas" pelo grupo empresarial. Como provas, transações financeiras complexas no exterior e troca de e-mails entre executivos. Da sentença:

> "Não é nada anormal, aliás, que Marcelo Bahia Odebrecht não tenha negociado diretamente o pagamento de propinas com os executivos da Petrobras, já que ele, com essa conduta, apenas se exporia mais, tendo subordinados a ele que podiam desempenhar as atividades ilícitas."

O juiz considerou fraudulentas licitações de R$ 12,6 bilhões que implicaram propina em obras das refinarias Abreu e Lima (PE), Presidente Getúlio Vargas (PR) e Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, e do contrato para fornecer nafta à petroquímica Braskem, controlada pela Odebrecht.

Em sua decisão, Moro fixou em R$ 240,7 milhões a multa infringida aos cinco executivos da Odebrecht e a Renato Duque, como "o valor mínimo necessário para indenização dos danos decorrentes dos crimes, a serem pagos à Petrobras, o que corresponde ao montante pago em propina à Diretoria de Abastecimento e à Diretoria de Serviços e Engenharia".

A sentença citou depósitos da Odebrecht de US$ 4,2 milhões em conta bancária em Hong Kong, com o correspondente valor em reais disponibilizado no Brasil a Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento, pelo doleiro Alberto Youssef. Como se sabe, Paulinho fez acordo de delação e se livrou de cumprir longa pena de prisão. Youssef também.

A Smith & Nash, Golac, Sherkson e Havinsur, *offshores* ligadas à Odebrecht, teriam realizado pagamentos de US$ 168 milhões entre 2006 e 2014. Ao todo, US$ 15 milhões transferidos para contas de ex-diretores da Petrobras.

Para o Tribunal Federal Suíço, contas secretas de *offshores* da Odebrecht movimentaram naquele país US$ 42 milhões entre 2008 e 2012, e US$ 96 milhões de 2012 a 2014. Segundo agentes suíços, diretores da Petrobras receberam US$ 8 milhões de 2007 a 2010, e US$ 5,5 milhões em 2011.

Moro manteve as prisões cautelares de Odebrecht, Faria e Araújo devido à "gravidade em concreto dos crimes em questão e que os condenados estavam envolvidos na prática habitual, sistemática e profissional de crimes contra a Petrobras e lavagem de dinheiro".

Memória: já havia cinco grandes empreiteiros condenados pela Lava Jato: Léo Pinheiro, da OAS (16 anos e quatro meses de prisão); Sérgio Cunha Mendes, da Mendes Júnior (19 anos e quatro meses); Gerson de Mello Almada, da Engevix (19 anos); Dário de Queiroz Galvão, da Galvão Engenharia (12 anos e dois meses); e Dalton Avancini, da Camargo Corrêa (15 anos e dez meses). Avancini, Ricardo Pessoa (UTC) e Otávio Marques de Azevedo (Andrade Gutierrez) fecharam acordos

de delação premiada.

As investigações da Lava Jato ganharam novo alento com a delação de Maria Lúcia Guimarães Tavares, secretária da Odebrecht. Pela primeira vez, alguém dos quadros da empreiteira decidiu colaborar com a Justiça. Ela fazia a contabilidade da propina. Uma das planilhas trazia o título "Lançamentos X Saldo (Paulistinha)". Registrava 41 pagamentos a "Feira" (o marqueteiro João Santana e sua mulher, Mônica Moura) entre 2014 e 2015. Total: R$ 21,5 milhões. Em outra planilha, registro de repasse de R$ 4 milhões a "Feira" em 2014, ano da reeleição de Dilma Rousseff.

Em meio às revelações, a Odebrecht oficiou o desaparecimento de contas de e-mail de Marcelo Odebrecht e dos executivos Fernando Migliaccio e Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho, investigados como operadores de pagamentos irregulares. Sem recuperação, por motivos técnicos.

Em 12 de março de 2016 o Ministério Público Federal em Curitiba ajuizou ação de improbidade administrativa contra cinco ex-executivos da Odebrecht e quatro ex-funcionários da Petrobras. Pediu ressarcimento de R$ 7,2 bilhões: R$ 5,2 bilhões por danos morais, R$ 1,5 bilhão em multas e R$ 500 milhões por propinas em contratos que beneficiaram a empreiteira.

Retrato da incúria dos governos Lula e Dilma Rousseff: em 2008 aprovaram R$ 160 milhões para expandir e modernizar a fábrica de lubrificantes da Petrobras em Duque de Caxias (RJ). Previram a conclusão das obras de construção de armazém vertical de estoques, unidade de graxas e o aumento de 70% na capacidade de produção de lubrificantes para 2012.

Em 2016, parte dos equipamentos permanecia encaixotada. Apesar dos custos, já em R$ 410 milhões, havia dúvidas sobre o prosseguimento das obras da unidade de graxas. Então diretor de Operações da BR Distribuidora, José Zonis havia negociado os contratos com a sueca Skanska (transferidos à sueca ABB). Ele era suspeito de agir para o senador Fernando Collor (PTB-AL). A fábrica de lubrificantes ficaria para 2018 ou 2019.



GRAVAÇÕES E INSULTOS

A reação à Lava Jato levou o ex-presidente a destemperos e à hipótese de vazamentos que o governo promovia

O juiz Sérgio Moro sofreu críticas por autorizar a divulgação de conversas grampeadas de Lula ao telefone, mas a medida expôs os obstáculos que o ex-presidente pretendia impor à Lava Jato. No dia em que o petista sofreu condução coercitiva e prestou depoimento à Polícia Federal, em 4 de março de 2016, interceptou-se um diálogo com a presidente Dilma Rousseff. Ficou implícito que Lula desejava interromper as investigações da força-tarefa:

> — Eles estão convencidos de que com a imprensa chefiando o processo investigatório, eles conseguem refundar a República. Nós temos uma Suprema Corte totalmente acovardada, um Superior Tribunal de Justiça totalmente acovardado, um Parlamento totalmente acovardado. Somente nos últimos tempos o PT e o PC do B começaram a acordar. Um presidente da Câmara fodido, um presidente do Senado fodido, não sei quantos parlamentares ameaçados. E fica todo mundo no compasso de que vai acontecer um milagre e vai todo mundo se salvar. Eu sinceramente estou assustado é com a República de Curitiba. Porque a partir de um juiz de primeira instância tudo pode acontecer neste País. Tudo pode acontecer.

Em conversa naquele 4 de março com Jaques Wagner (PT-BA) – o aliado que deixou o Ministério da Casa Civil para que Lula o assumisse –, o ex-presidente manifestou a esperança de que Rosa Weber, ministra do STF, tirasse do juiz Sérgio Moro as investigações do Sítio Santa Bárbara e do tríplex do Guarujá, transferindo-as ao STF. Se possível, que interrompesse as apurações. Lula pediu a intervenção de Wagner junto a Dilma Rousseff:

> — Ô Wagner, eu queria que você viesse agora, falar com ela, já que ela está aí, falar o negócio da Rosa Weber. Está na mão dela para decidir. Se homem não tem saco, quem sabe uma mulher corajosa possa fazer o que os homens não fizeram.

No diálogo com Sigmaringa Seixas, ex-deputado do PT, ficou subentendida a tentativa de obstrução de justiça. Lula reclamou do procurador-geral. Acusou-o de não investigar Aécio Neves (PSDB-MG), mas de instaurar procedimento contra ele, Lula. Assinalou que Dilma nomeara Rodrigo Janot:

> — Essa é a gratidão... Essa é a gratidão por ele ser procurador.

Em ataque à Lava Jato, pediu a interferência do ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, em auditoria da Receita Federal na contabilidade do Instituto Lula:

— Vocês precisam se inteirar do que eles estão fazendo no Instituto. Se eles fizessem isso com meia dúzia de grandes empresas, resolviam o problema de arrecadação do Estado.

Em 27 de fevereiro de 2016, Lula expôs ao presidente do PT, Rui Falcão, preocupação com possível revista em seu apartamento, nas casas de seus filhos e de Paulo Okamoto. A ação da PF ocorreu. Ficou a suspeita de vazamento criminoso, para evitar surpresas. O diálogo começou com Lula:

— Eu tô esperando segunda-feira a operação de busca e apreensão na minha casa, do meu filho Marcos, do meu filho Fábio, do meu filho Sandro, do meu filho Cláudio.

— É, eu vi esse noticiário aqui.

— Na casa do Paulo Okamoto. Eu vou pensar amanhã se eu convoco alguns deputados...

— Sei.

— Para surpreendê-los!

O que pretendia? Um enfrentamento? Impedir, à força, os trabalhos da PF? No dia seguinte, em ligação ao deputado Wadih Damous (PT-RJ):

— Eles têm que ter preocupação. Um filho da puta desses qualquer que fala merda, ele tem que dormir sabendo que no dia seguinte vai ter dez deputados na casa dele enchendo o saco, no escritório dele enchendo o saco. Vai ter uma representação no STF, vai ter qualquer coisa.

— Vai ter dez discursos na Câmara contra ele, vai citar o nome dele, sabe? Se não parar com esse negócio de que eles tão acima do bem e do mal.

Mesmo antes das gravações autorizadas pela Justiça, a Lava Jato possuía evidências de que Lula sabia ser alvo e agia para interferir nas investigações. Em conversa monitorada, afirmou ao senador Lindbergh Farias (PT-RJ):

— O problema é que nós temos que fazer nos respeitar. O delegado não pode desrespeitar um político, um senador, um deputado, sabe? Não tem sentido. Um cara do Ministério Público tem que respeitar.

Em outra interceptação telefônica, bradou ao ex-ministro Paulo Vannucchi que o novo ministro da Justiça, Eugênio Aragão, deveria ter “pulso” e “cumprir um papel de homem”. Ou seja, livrá-lo do juiz Sérgio Moro. Mostrou-se inconformado com a investigação de um procurador, e o ameaçou com duas parlamentares do PT:

— Nós vamos pegar esse de Rondônia agora e vamos botar a Fátima Bezerra e a Maria do Rosário em cima dele.

Para registro do leitor, a reação do ministro Celso de Mello, decano do STF, a

respeito da afirmação de que o tribunal estava “totalmente acovardado”:

> — Esse insulto ao Judiciário, além de absolutamente inaceitável e passível da mais veemente repulsa por parte desta Corte Suprema, traduz, no presente contexto da profunda crise moral que envolve os altos escalões da República, reação torpe e indigna, típica de mentes autocráticas e arrogantes que não conseguem esconder, até mesmo em razão do primarismo de seu gesto leviano e irresponsável, o temor pela prevalência do império da lei e o receio pela atuação firme, justa, impessoal e isenta de juízes livres e independentes.
>
> — Ninguém, absolutamente ninguém, está acima da autoridade das leis e da Constituição de nosso País. Condutas criminosas perpetradas à sombra do poder jamais serão toleradas, e os agentes que as houverem praticado, posicionados ou não nas culminâncias da hierarquia governamental, serão punidos por seu juiz natural na exata medida e na justa extensão de sua responsabilidade criminal.

Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato, repudiou as tentativas de amedrontar policiais federais, auditores da Receita Federal, procuradores da República e o juiz Sérgio Moro:

> — As conversas telefônicas constituem evidências de obstrução das investigações, em uma guerra desleal e subterrânea, travada nas sombras, longe dos tribunais.

Delcídio fala de extorsões

Em entrevista à revista Veja, Delcídio Amaral, ex-líder do governo Dilma Rousseff no Senado, destacou o papel de Lula no petrolão, o envolvimento da presidente e a trama do governo para obstruir a Lava Jato:

> — O Lula negociou diretamente com as bancadas as indicações para as diretorias da Petrobras e tinha pleno conhecimento do uso que os partidos faziam das diretorias, principalmente no que diz respeito ao financiamento de campanhas. O Lula comandava o esquema.
>
> — A Dilma herdou e se beneficiou diretamente do esquema, que financiou as campanhas eleitorais dela. A Dilma também sabia de tudo. A diferença é que ela fingia não ter nada a ver com o caso.

Amaral explicou que os dois não conviveram só em harmonia. Mencionou o ex-ministro da Justiça, transferido para a AGU (Advocacia Geral da União):

> — Lula tinha certeza de que Dilma e José Eduardo Cardozo tinham um acordo cujo objetivo era blindá-la contra as investigações. A condenação dele seria a redenção dela, que poderia, então, posar de defensora intransigente do combate à corrupção. O governo poderia não ir bem em

outras frentes, mas ela seria lembrada como a presidente que lutou contra a corrupção.

Para o senador, o ex-presidente atuava com pragmatismo:

— Lula sabia do meu acesso aos servidores da Petrobras e a executivos de empreiteiras que tinham contratos com a estatal. Ele me consultava para saber o que esses personagens ameaçavam contar e os riscos que ele, Lula, enfrentaria nas próximas etapas da investigação. Sempre alegava estar preocupado com a possibilidade de fulano ou beltrano serem alcançados pela Lava Jato. O Lula queria parecer solidário, mas estava mesmo cuidando dos próprios interesses. Tanto que me pediu que eu procurasse e acalmasse o Nestor Cerveró, o José Carlos Bumlai e o Renato Duque. Na primeira vez em que o Lula me procurou, eu nem era líder do governo. Foi logo depois da prisão do Paulo Roberto Costa. Ele estava muito preocupado. Sabia do tamanho do Paulo Roberto na operação, da profusão de negócios fechados por ele e do amplo leque de partidos e políticos que ele atendia. O Lula me disse assim: "É bom a gente acompanhar isso aí. Tem muita gente pendurada lá, inclusive do PT". Na época, ninguém imaginava aonde isso ia chegar.

Amaral mirou Aloizio Mercadante (PT-SP) – ministro de Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e da Educação (duas vezes) de Dilma Rousseff. Mercadante envolveu-se em escândalo de compra de dossiê contra adversários, quando disputou o Governo de São Paulo na eleição de 2006:

— A presidente sempre mantinha a visão de que nada tinha a ver com o petrolão. Ela era convencida disso pelo Aloizio Mercadante, para quem a investigação só atingiria o governo anterior e a cúpula do Congresso. Para Mercadante, Dilma escaparia ilesa, fortalecida e pronta para imprimir sua marca no País. Lula sabia da influência de Mercadante. Uma vez me disse que, se ele continuasse atrapalhando, revelaria como o ministro se safou do caso dos aloprados. O Lula me disse uma vez, bem assim: "Esse Mercadante... Ele não sabe o que eu fiz para salvar a pele dele".

Amaral apontou por que, em sua opinião, Dilma Rousseff mudou a postura:

— O cerco da Lava Jato ao Palácio do Planalto. O petrolão financiou a reeleição da Dilma. O ministro Edinho Silva (PT-SP), tesoureiro da campanha em 2014, adotou o achaque como estratégia de arrecadação. Procurava os empresários sempre com o mesmo discurso: "Você está com a gente ou não está? Você quer ou não quer manter seus contratos?" A extorsão foi mais ostensiva no segundo turno. O Edinho pressionou Ricardo Pessoa, da UTC, José Antunes, da Engevix, e Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez. Acho que Lula e Dilma começaram a ajustar os

ponteiros em meados do ano passado. Foi quando surgiu a ideia de nomeá-lo ministro.

Segundo Amaral, José Eduardo Cardozo inventou a senha "ventos frios sopram de Curitiba" para avisar sobre desdobramentos da Lava Jato:

> — Cardozo faz o jogo que interessa à Dilma. Ele tinha acesso a informações privilegiadas e passava essas informações para Dilma. Vazava para ela operações que seriam realizadas pela Lava Jato. Cardozo soube com antecedência da condução coercitiva de Lula e alertou os principais interessados. Foi por isso que ele vazou um dia antes trechos da minha delação premiada. Ele sabia que uma coisa abafaria a outra.

Ameaça olfativa

17 de março de 2016 marcou os dois anos da Operação Lava Jato – a mais importante investigação de todos os tempos no Brasil: 600 procedimentos de apuração, 179 réus, 137 presos, 84 condenados e 49 acordos de delação premiada. Ao fazer um balanço, Rodrigo Janot anunciou o congelamento de 1 bilhão de euros do esquema de corrupção na Petrobras. Àquela altura, a cooperação internacional já repatriara 200 milhões de euros.

Ao todo, 28 países envolvidos. Pedidos de indenização contra empresas acusadas chegavam a 5,5 bilhões de euros. Equipes binacionais investigavam o caso na Itália e na Suíça, que decidiu vasculhar cerca de mil contas em mais de 40 bancos em Genebra, Zurique e Lugano, na maior operação anticorrupção de sua história. Autoridades europeias identificaram um padrão brasileiro – o uso de contas em nomes de *offshores* e, com o tempo, a mudança de bancos. Doleiros as operavam. Utilizaram *trusts* para camuflar os donos do dinheiro.

Até as investigações da Lava Jato, os maiores esquemas de desvio conhecidos na Suíça eram os dos ditadores Ferdinand Marcos (Filipinas) e Sani Abacha (Nigéria), que tiveram US$ 650 milhões e US$ 620 milhões bloqueados. O petrolão levou ao bloqueio de US$ 800 milhões na Suíça.

Após dois anos de Lava Jato, Lula conseguira finalmente um ministro da Justiça à altura do que esperava do cargo. Em entrevista à Folha de S.Paulo, Eugênio Aragão não deixou dúvidas sobre sua missão. Classificou de extorsivas as delações em curso, acusou a "politização do procedimento judicial" por parte do juiz Sérgio Moro e outros agentes públicos e ameaçou retaliar se houvesse nova divulgação de resultados das investigações:

> — Cheirou vazamento de investigação por um agente nosso, a equipe será trocada, toda. Eu não preciso ter prova. A Polícia Federal está sob nossa supervisão.

Os dois anos da Lava Jato revelaram-se ruins para Dilma Rousseff e Lula, impedido de assumir o Ministério da Casa Civil. Pesquisa Datafolha indicou que

68% dos brasileiros eram favoráveis ao *impeachment* da presidente, 65% queriam a sua renúncia e 69% consideravam ruim/péssimo o seu governo. A rejeição a Lula chegava a 57%. Ao todo, 68% entendiam que sua nomeação para ministro visava foro especial, com o objetivo de livrá-lo das investigações. Para 82%, Sérgio Moro agiu bem ao obrigá-lo a depor à PF.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu, em 18 de março de 2016, apoiar o *impeachment*. 26 bancadas votaram a favor, e só duas foram contra. Entre os motivos da OAB, a delação de Delcídio Amaral e as tentativas de Dilma Rousseff de influir na Lava Jato.

Crise econômica: culpa da Lava Jato

Se alguém ainda duvidava da propriedade do Sítio Santa Bárbara, a PF divulgou laudo sobre a operação de busca e apreensão no imóvel em Atibaia (SP). Na principal suíte, pertences de Lula. No banheiro, remédios em nome de Marisa Letícia Lula da Silva. Havia alojamento de seguranças (do ex-presidente) e um barco com a inscrição "Lula & Marisa". E fotografias da cozinha, churrasqueira e da adega com centenas de garrafas de bebidas.

No apartamento de Lula em São Bernardo do Campo (SP), os federais encontraram arquivo com cerca de 130 recibos de materiais de construção comprados para o sítio. Do início de 2011, as notas fiscais, no valor de R$ 66 mil, estavam em nome do arquiteto Igenes Irigaray Neto, que prestava serviços a José Carlos Bumlai. Havia comprovante da aquisição de uma porta de correr, comprada por R$ 6.150,00, em nome de Paulo Moreira Henrique Kantovitz, da Odebrecht. E nota fiscal de uma capa de piscina, de R$ 1.100,00, adquirida por Rogério Aurélio Pimentel, assessor de Lula.

Com tanta publicidade, ladrões arrombaram o sítio e levaram, entre outros objetos, aparelhos de TV e DVD. Dois foram presos. Portavam garrafas de vinho importado e uma caixa de charutos cubanos.

Dois dias depois de impedido de assumir como ministro, Lula ingressou com pedido para que as investigações contra ele ficassem no STF e não mais na Justiça Federal de Curitiba. Temia que o juiz Sérgio Moro mandasse prendê-lo. Decisão liminar (provisória) do ministro Teori Zavascki determinou a remessa dos inquéritos ao STF. Lula pôde respirar.

Enquanto isso, como ministro informal, passou a reunir-se com deputados e senadores em sala de hotel em Brasília, para convencê-los a votar contra o *impeachment*. Entre os instrumentos de convencimento, a distribuição de cargos e dinheiro de emendas parlamentares. Nas duas primeiras semanas de março, o Tesouro Nacional bancou R$ 266 milhões em emendas, contra R$ 47 milhões nos dois meses anteriores: R$ 203 milhões relacionavam-se a programas e obras do Ministério da Saúde, e R$ 18 milhões destinavam-se ao Ministério do Turismo. Ambos do PMDB. Deu a impressão de que Lula vendia o Brasil. Em discurso a

sindicalistas em São Paulo, incitou-os:

> — Queria que vocês procurassem o juiz Moro para perguntar quanto já deu de prejuízo à sociedade brasileira. Se não é possível combater a corrupção sem quebrar as empresas, sem gerar desemprego. Quando tudo isso terminar, você pode ter muita gente presa, mas pode ter milhões de desempregados neste País.

Lula invocara um velho lema da política brasileira – o rouba, mas faz.

'Queremos um Brasil melhor'

A delação premiada de Maria Lúcia Guimarães Tavares, secretaria da Odebrecht, revelou a existência de um departamento de propina – uma espécie de central de pagamentos ilegais. Em consequência, a PF deflagrou operação em 22 de março de 2016. A Odebrecht decidira colaborar.

Maria Lúcia gerenciava o Setor de Operações Estruturadas – encarregado de fazer os repasses de dinheiro sujo. A colaboração levou a Justiça a decretar as prisões de 13 pessoas, sendo quatro preventivas (sem prazo para sair da cadeia): Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho, responsável pelas Operações Estruturadas; Marcelo Rodrigues, da *offshore* Klienfeld Services (acusado de pagamentos no exterior); Olívio Rodrigues Júnior, sócio da JR Graco Assessoria e Consultoria Financeira (pagamentos no exterior); e Luiz Eduardo da Rocha Soares, integrante da equipe de Hilberto.

Descobriu-se contabilidade paralela e secreta, dentro de sistema informatizado que controlava pagamentos em troca de obras. Em duas planilhas constavam R$ 91 milhões, repassados por doleiros de São Paulo e do Rio. Usavam intranet para relacionar obras e quantias ilegais. Identificavam beneficiários por códigos. Além da Petrobras, suspeitava-se de fraudes em contratos da Arena Corinthians (SP), Porto Maravilha (RJ), Aeroporto Santa Genoveva (GO) e no trem metropolitano Trensurb (RS).

O MPF mirou Antônio Roberto Gavioli, diretor da Odebrecht, encarregado da Arena Corinthians. Apurava-se pagamento de R$ 500 mil, em dinheiro, a alguém identificado como "Timão". Suspeitava-se de André Luiz de Oliveira, o André Negão, vice-presidente do Corinthians, tido como braço-direito do deputado André Sanchez (PT-SP), ex-presidente do clube.

As obras do Porto Maravilha e da linha 4 do Metrô do Rio faziam parte da planilha de Maria Lúcia. A primeira relacionada a repasse de R$ 1 milhão, em novembro de 2014. O destinatário, não identificado, tinha o codinome "Turquesa # 2". A segunda implicou pagamento de R$ 2,5 milhões, em cinco parcelas de R$ 500 mil, entre setembro e novembro de 2014. Os repasses teriam sido feitos por Álvaro Galliez Novis, preso durante a operação da PF.

Na casa de Benedicto Barbosa Silva Júnior, executivo da Odebrecht, a PF achou

uma “superplanilha”, com pagamentos de R$ 75 milhões, vinculados às eleições de 2012 e 2014. Na relação, 316 políticos de 24 partidos. Sérgio Moro decretou o sigilo do documento. Antes disso, nomes e codinomes de supostos beneficiários saíram nos jornais. Entre eles, Renan Calheiros (PMDB-AL), o “Atleta”; José Sarney (PMDB-AP), “Escritor”; Eduardo Cunha (PMDB-RJ), “Caranguejo”; Eduardo Paes (PMDB-RJ), “Nervosinho”; Romero Jucá (PMDB-RR), “Cacique”; Jarbas Vasconcelos Filho (PMDB-PE), “Viagra”; Sérgio Cabral (PMDB-RJ), “Proximus”; Jorge Picciani (PMDB-RJ), “Grego”; Manuela D’Ávila (PC do B-RS), “Avião”; Lindbergh Farias (PT-RJ), “Lindinho”; Humberto Costa (PT-PE), “Drácula”; Jaques Wagner (PT-BA), “Passivo”; Sebastião Almeida (PT-SP), “Sumido”; Raimundo Colombo (PSD-SC), “Ovo”; e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), “Múmia”.

Pela primeira vez, a Odebrecht admitiu participação no escândalo. Em nota, registrou que a Lava Jato revelava “a existência de um sistema ilegal e ilegítimo de financiamento do sistema partidário-eleitoral do País”. Prometeu “adotar novas práticas de relacionamento com a esfera pública”:

> “Esperamos que os esclarecimentos da colaboração contribuam significativamente com a Justiça brasileira e com a construção de um Brasil melhor.”

Quando Lula assumiu a Presidência do Brasil, em 2003, a Odebrecht já era a maior empreiteira do País. Faturava R$ 17,3 bilhões anuais. Em 2014, o faturamento alcançou R$ 107,7 bilhões – mais de seis vezes o valor do início da Era Lula. Entre 2007 e 2015, o BNDES deu quase 70% dos recursos para obras no exterior à Odebrecht. De R$ 12 bilhões, R$ 8,2 bilhões à empresa.

Escândalo em Lisboa

Em operação internacional no dia 21 de março de 2016, autoridades portuguesas e integrantes da força-tarefa da Lava Jato efetuaram a prisão preventiva de Raul Schmidt Felipe Júnior. Suspeito de fazer repasses ilegais a Renato Duque, Nestor Cerveró e Jorge Luiz Zelada. Detiveram-no em seu apartamento de luxo, avaliado em 3 milhões de euros, em Lisboa. Durante a ação, policiais apreenderam automóveis, dinheiro vivo e obras de arte. Felipe Júnior escapara da Justiça do Brasil em julho de 2015.

Com nacionalidade brasileira e portuguesa, vivia em Londres. Possuía galeria de arte. Mudou-se para Portugal após o início da Lava Jato. Manteria sociedade com Zelada, preso em Curitiba. Este teria recebido propina para facilitar a contratação dos navios-sonda ENSCO DS-5 e Titanium Explorer. Segundo as investigações, só a Pride Internacional, fabricante do ENSCO DS-5, repassou US$ 20 milhões em comissões ilegais pelo contrato, fechado em 2008. Desse total, Felipe Júnior era suspeito de embolsar US$ 3 milhões.

No Brasil, a PF indiciou políticos do PP em 21 de março. Os ex-deputados João

Alberto Pizzolatti (SC) e Mário Negromonte (BA), os deputados Mário Negromonte Júnior (BA), José Otávio Germano (RS), Luiz Fernando Ramos Faria (MG) e Roberto Pereira Brito (BA). Denunciou-os por corrupção passiva qualificada, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Conforme a acusação, os pepistas receberam propina de contratos da Petrobras com a Braskem/Odebrecht, Queiroz Galvão, Jaraguá Equipamentos, Mendes Júnior e Andrade Gutierrez, entre 2006 e 2014. Desviaram R$ 500 milhões. O dinheiro fluiu por meio de doações eleitorais, repasses, depósitos em contas de terceiros e custeio de despesas pessoais.

Em média cada beneficiário embolsou R$ 300 mil por mês. Além dos supermensalões, houve pagamentos a líderes do PP. Segundo a PF, chegavam a R$ 5,5 milhões. Para ocultar a origem e o destino da propina, o partido recebeu R$ 28 milhões em doações oficiais nas eleições de 2010.

Negromonte Júnior foi indiciado por crime de ameaça. A PF acusou-o de tentar obstruir investigações ao intimidar parentes do ex-deputado Luiz Argôlo (BA), preso em Curitiba, para impedi-lo de fechar acordo de delação.

A PF indiciou em 23 de março de 2016 o marqueteiro João Santana e a mulher, Mônica Moura, por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Suspeitos de embolsar dinheiro da Petrobras. Indiciou Zwi Skornicki, Bruno Skornicki e Eloisa Skornicki, apontados como operadores de propina. Além deles, Renato Duque, ex-diretor de Serviços, e Armando Tripodi, ex-chefe de gabinete da Presidência da Petrobras.

Para o delegado federal Márcio Anselmo, o uso do codinome “Feira” para identificar repasses da Odebrecht a Santana foi “claro indicativo de operação à margem da contabilidade da empresa, buscando mascarar pagamentos não contabilizados de forma oficial”.



POÇO DE SUJIDADES

Segundo ministro do Supremo, o sistema político deu enorme centralidade ao dinheiro

Em mais uma ação policial, a Lava Jato prendeu em 1º de abril de 2016 o empresário Ronan Maria Pinto e o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira. A força-tarefa apurava vínculos entre desvios na Petrobras, o mensalão e a morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT), em 2002. Além de oito mandados de busca e apreensão, a PF executou as conduções coercitivas de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, e do jornalista Breno Altman, próximo de José Dirceu (PT-SP). Dirceu e Soares foram condenados no mensalão. Dirceu estava preso novamente, envolvido no petrolão.

O Ministério Público Federal investigava repasse de R$ 6 milhões a Ronan, dono do jornal Diário do Grande ABC, de Santo André, parte do empréstimo de R$ 12 milhões tomado em 2004 por José Carlos Bumlai, amigo de Lula, junto ao Banco Schahin. Bumlai confessou à PF que deu a quantia ao PT. Os outros R$ 6 milhões teriam ido para o PT de Campinas (SP).

O empréstimo não foi devolvido, mas empresas do grupo Schahin fizeram negócio de US$ 1,6 bilhão para operar um navio-sonda da Petrobras. Os R$ 6 milhões calariam Ronan, que ameaçava envolver Lula, Dirceu e Gilberto Carvalho (PT-SP) na trama que culminou com o assassinato de Celso Daniel. O ex-prefeito coordenava a pré-campanha que elegeu Lula presidente em 2002. Sofreu sequestro e tortura antes de ser morto a tiros.

Os investigadores dispunham de provas materiais de que R$ 5,7 milhões do empréstimo de Bumlai chegaram a Ronan. R$ 1,5 milhão para a compra do Diário do Grande ABC e R$ 2,9 milhões enfiados na Expresso Nova Santo André, empresa de ônibus controlada pelo empresário.

Intrincado esquema de lavagem camuflou o caminho do dinheiro. Primeiro, Bumlai o repassou ao Frigorífico Bertin. Depois, justificou a operação com contrato falso de compra de sêmen de gado. Do Bertin a quantia seguiu à Remar Agenciamento e Assessoria, de Oswaldo Rodrigues Vieira Filho. De lá transferiram-na a outras empresas na forma de empréstimos (não devolvidos) e a pessoas indicadas por Ronan. A 2S, de Marcos Valério de Souza, embolsaria parcela. E Maury Dotto, dono anterior do Diário do Grande ABC, teria recebido seis parcelas de R$ 210 mil (R$ 1.260.000,00).

Condenado no mensalão, Valério apontou a chantagem em 2012. Em novembro de 2015, a Justiça condenou Ronan em caso de extorsão de empresas de transporte em Santo André, pressionadas a pagar R$ 500,00 por mês por cada ônibus em circulação.

Segundo Valério, Delúbio Soares e Breno Altman participaram da operação para silenciar Ronan. A PF apreendeu contrato entre a 2S e a Expresso Nova Santo André no escritório de contadora de Alberto Youssef.

Jamais se esclareceu o assassinato. Houve sete mortes supostamente ligadas ao caso. Suspeita-se que o ex-prefeito participava de esquema, mas tentou impedir o seu grupo (Ronan, Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e Klinger Luiz de Oliveira (PT), secretário municipal) de embolsar toda a propina. Queria o dinheiro irrigando o caixa dois de Lula. Mataram-no.

O MP denunciou Sombra como mandante. Ele ficou preso de 2003 a 2004. O STF anulou o processo. Em outra investigação, o MP analisou a relação entre a administração Daniel e empresas de Ronan. De 125 contratos (R$ 124 milhões), a Projeção Engenharia Paulista de Obras ficou com 40 (R$ 13 milhões). Sombra morreu de câncer em 2016.

Em despacho, o juiz Sérgio Moro mencionou depoimento à Lava Jato de Bruno José Daniel, irmão de Daniel. Citou Gilberto Carvalho, o ex-secretário municipal de Daniel que virou chefe de gabinete de Lula com a vitória eleitoral de 2002, e Miriam Belchior, ex-mulher de Daniel, ministra do Planejamento e presidente da Caixa Econômica Federal de Dilma Rousseff:

> "Relatou em síntese que, após o homicídio, lhe foi relatada a existência desse esquema criminoso e que envolvia repasses de parte dos valores da extorsão ao Partido dos Trabalhadores. O fato lhe teria sido relatado por Gilberto Carvalho e por Miriam Belchior. O destinatário dos valores devidos ao Partido dos Trabalhadores seria José Dirceu."

A Lava Jata investigou Silvio Pereira por receber em conta bancária cerca de R$ 486 mil da OAS e R$ 22 mil da UTC. Ele embolsou R$ 2 milhões em três campanhas do PT. Augusto Mendonça de Ribeiro Neto e Julio Camargo, delatores, fizeram transferências à DNP Eventos, de Silvinho. O primeiro deu R$ 154 mil, o segundo R$ 12 mil. Houve pagamentos de Júlio Cesar dos Santos, ligado a Dirceu, à Central de Eventos e Produções, de Silvinho. E de Adir Assad, condenado na Lava Jato. Suspeita: os repasses o silenciaram.

Silvinho seria o emissário do pedido para Valério intermediar a entrega de propina a Ronan. Às autoridades, Silvinho alegou ser cozinheiro. Justificou parte do recebido das empreiteiras como pagamento por cestas de Natal. Com relação a valores embolsados em eleições, argumentou que alugou carros de som para a campanha de Fernando Haddad (PT) a prefeito de São Paulo em 2012 e promoveu eventos no seu restaurante em Osasco (SP).

Ronan explicou que emprestou R$ 5,7 milhões para comprar ônibus da Via Investe, empresa apresentada por Breno Altman. Delúbio Soares tratou de desvincular a operação de crédito de Bumlai (R$ 12 milhões) do caso Daniel. Disse que se relacionava à disputa eleitoral pela Prefeitura de Campinas em 2004. Na

ocasião, o PT apoiou Hélio de Oliveira dos Santos (PDT), cujo marqueteiro, eventual beneficiário do dinheiro, era João Santana.

Identificou-se repasse de R$ 600 mil para empresa de Santana. Veio da produtora VBC/NDEC, de Armando Peralta e Giovane Favieri. Ambos citados por Bumlai como os idealizadores do empréstimo. Sérgio Moro mandou soltar Silvinho, mas manteve Ronan na prisão. Havia documentos de *offshores* suspeitas de vínculo com o empresário.

Soares recebeu R$ 235 mil entre 2007 e 2013 da Mil Povos Consultoria, de Kjeld Jakobsen, ligado ao PT. O Instituto Lula injetou R$ 162 mil na Mil Povos. Doente, Bumlai deixou a cadeia e passou a cumprir prisão domiciliar.

Bilhetes de banqueiro

O MPF denunciou João Santana e Mônica Moura em 26 de março de 2016. A Folha de S.Paulo identificou que o marqueteiro recebeu dinheiro de caixa dois da Odebrecht e pagou, em espécie, fornecedores da campanha de Dilma Rousseff em 2014. A Odebrecht levantou as somas com doleiros de São Paulo e Salvador e repassou-as à Pólis, de Santana e Mônica. O *cash* veio de Alberto Novis, da Hoya Corretora de Valores. Os 41 repasses a "Feira" (R$ 21,5 milhões) estavam na planilha "Paulistinha". Tinham aval de MBO – para investigadores da Lava Jato, Marcelo Bahia Odebrecht.

Segundo a delação da secretária Maria Lúcia Guimarães Tavares, André Santana, funcionário da Pólis, buscava dinheiro vivo na sede da Odebrecht, em Salvador. Carregou bolsas com R$ 500 mil. Quantias disponibilizadas após a Odebrecht depositar o correspondente em contas no exterior.

A publicitária Danielle Fonteles, dona da Pepper Comunicação Interativa, confirmou o recebimento ilegal de R$ 6,1 milhões da campanha de Dilma Rousseff em 2010. O dinheiro veio de contrato simulado de prestação de serviços à Andrade Gutierrez. A agência de Danielle teria usado o dinheiro para pagar funcionários do comitê eleitoral de Dilma.

A dona da Pepper disse que Fernando Pimentel (PT-MG), coordenador de Dilma, orientou-a a forjar contrato com a Andrade Gutierrez. Eleita, a presidente nomeou-o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Em 2014, Pimentel elegeu-se governador de Minas Gerais. Suspeitava-se que Carolina Oliveira, sua mulher, era sócia oculta da Pepper. Danielle revelou que recebeu R$ 717 mil da OAS em 2014, por serviços à campanha que elegeu Rui Costa (PT) ao Governo da Bahia.

Conforme a revista IstoÉ, Danielle confessou que Giles Azevedo, assessor de Dilma, montou esquema para obter dinheiro ilegal às campanhas que a elegeram em 2010 e 2014. A Pepper assinou contratos fictícios e recebeu "por fora" da Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Propeg e Queiroz Galvão. Azevedo frequentou a residência de Danielle no Lago Sul, em Brasília, e sua casa de praia em Trancoso (BA).

Danielle informou que recebeu US$ 237 mil da Queiroz Galvão no banco Morgan Stanley, na Suíça. De 2013 a 2015, movimentou R$ 58,3 milhões em conta da Pepper. Empregou parte para irrigar a campanha de 2014. Segundo a reportagem, pagou dezenas de jornalistas com caixa dois.

A PF indiciou Fernando Pimentel em 11 de abril de 2016. Por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e organização criminosa. O governador, ex-ministro de Dilma, teria favorecido a montadora de automóveis CAOA a obter incentivos fiscais. Em troca a CAOA repassaria R$ 2,1 milhões a empresas de Benedito Oliveira Neto, o Bené.

De acordo com as investigações, houve compra de medidas provisórias e vantagens indevidas em empréstimos junto ao BNDES. Apurou-se que empresas ligadas a Bené emitiram notas fiscais frias para justificar pagamentos ilegais da CAOA. Acusaram Bené de pagar hotel de luxo, viagens de jatinho e aluguel de veículos a Pimentel e sua mulher, Carolina.

Lula caminhava para se sair melhor em investigação sobre medidas provisórias e vantagens indevidas a fábricas de automóveis. Mauro Marcondes Machado, autor da contratação suspeita de Luís Cláudio Lula da Silva por R$ 2,4 milhões, calou-se na Justiça Federal. Recusou-se a falar sobre repasses ao caçula de Lula. Segundo o MP, a MMC contratara-o para obter medidas provisórias com incentivos fiscais a montadoras.

Conforme o MP, Marcondes tinha "livre trânsito" com Lula. Conheciam-se desde os anos 1980. Havia uma "relação de amizade". Na época, Lula era líder sindical no ABC e ele, executivo da Volkswagen. Deputados da CPI do Carf tiraram da pauta de votação a convocação de Luís Cláudio Lula da Silva.

As relações suspeitas de Fernando Pimentel levaram a PF a prender Benedito Rodrigues de Oliveira, o Bené, em 15 de abril de 2016. Por sua vez, em delação premiada, o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), preso pela Lava Jato, apontou irregularidades de Bené. Corrêa também acusou malfeitos do ex-deputado Augusto Nardes, ministro do Tribunal de Contas da União. Citou Andrea Neves, irmã do senador Aécio Neves (PSDB-MG). E denunciou o processo que permitiu a reeleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em 1997. Segundo Corrêa, Olavo Setúbal, do Banco Itaú, ajudou FHC:

> "Olavo Setúbal dava bilhetes a parlamentares que acabavam de votar [a favor da emenda constitucional que aprovou a reeleição], para que se encaminhassem a um doleiro em Brasília e recebessem propinas em dólares americanos".

Durante os dois primeiros anos de crise e investigações da Lava Jato, Petrobras e subsidiárias demitiram 170 mil funcionários. Quatro de cada 10 empregados perderam o trabalho. De 5.300 gerentes, 2.200 ficaram sem cargos. Tornou-se história passada a euforia da Era Lula com as descobertas do pré-sal. Na prática, o

governo montou uma operação envergonhada de venda de ativos – jamais ousou admitir a privatização de setores da estatal. As dívidas da Petrobras giravam em torno de US$ 100 bilhões.

Num esforço para barrar o *impeachment* de Dilma Rousseff, o governo preservou de corte orçamentário de R$ 21,3 bilhões a quantia de R$ 6,6 bilhões prevista para emendas parlamentares – fonte de negócios espúrios e corrupção. Sem saber da gravação de sua conversa com alunos da Fundação Lemann que visitavam o STF, o ministro Luís Barroso afirmou:

> — A política morreu, porque nosso sistema político que não tem um mínimo de legitimidade democrática, ele deu uma centralidade imensa ao dinheiro e à necessidade de financiamento e se tornou um espaço de corrupção generalizada.

Assessoria milionária de Delfim

Delações premiadas de 11 executivos da Andrade Gutierrez revelaram que a empresa fez doações "legais" às campanhas de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, com dinheiro desviado da Petrobras e de contratos superfaturados do setor elétrico. Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez, apresentou planilha dos repasses suspeitos à Procuradoria-Geral da República. O STF homologou as delações em 7 de abril de 2016.

Segundo Azevedo, a empreiteira entregou R$ 71,9 milhões ao PT em três eleições: R$ 15,7 milhões em 2010, R$ 21,5 milhões em 2012 (eleições municipais) e R$ 34,7 milhões em 2014. De R$ 20 milhões à campanha de Dilma Rousseff em 2014, a Andrade Gutierrez desviou R$ 10 milhões do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Usina Nuclear de Angra 3 (RJ) e Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA). Azevedo separou os repasses, como se pudesse distinguir propina de doação "republicana" em contratos sabidamente direcionados e fraudulentos.

Os executivos admitiram corrupção em contratos das obras de três estádios da Copa do Mundo de 2014 – Maracanã (RJ), Mané Garrincha (DF) e Arena Amazonas (AM) – e pagamentos de propina aos governadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Agnelo Queiroz (PT-DF) e Eduardo Braga (PMDB-AM).

Na campanha de 2010, o esquema contou com Antonio Palocci (PT-SP), homem-forte da primeira eleição de Dilma Rousseff. Segundo os delatores, ele representava a ministra da Casa Civil e braço-direito de Dilma, Erenice Guerra (PT-DF), nos acertos relacionados à construção de Belo Monte.

O esquema previu que Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Corrêa ficassem fora da concorrência. Só depois elas se integraram ao consórcio de oito empresas contratado para construir Belo Monte. Valter Cardeal, ex-diretor da Eletrobras (ligado a Dilma), foi envolvido na maracutaia.

Ao todo Belo Monte teria propiciado cerca de R$ 150 milhões (1% do valor do

contrato) em propina, divididos entre PT e PMDB. Dinheiro repassado após rateio entre as contratadas para as obras em Altamira (PA). Orçada em R$ 15 bilhões, a hidrelétrica já custava R$ 31,5 bilhões no início de 2016.

Executivos da Andrade Gutierrez indicaram o senador Romero Jucá (PMDB-RR), suposto beneficiário de dinheiro ilegal vinculado à Eletronorte, e Adhemar Palocci Filho, o Paloccinho, irmão de Antonio Palocci e ex-diretor da Eletrobras, como participantes das fraudes.

Delator, Flávio David Barra disse que a Andrade Gutierrez deu R$ 15 milhões em comissões ilegais a Delfim Netto, ex-ministro dos governos militares (1964 – 1985) e conselheiro informal para assuntos econômicos de Lula. A "gratificação" pagou assessoria às tramoias em Belo Monte. Para o repasse, fizeram contrato fictício com Luiz Apolônio Neto, sobrinho de Delfim.

Segundo Barra, o governo decidiu punir Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa em Belo Monte, e entregou as obras a oito "aventureiras" (Queiroz Galvão, Mendes Júnior, Serveng-Civilsan, Contern, Cetenco, Gaia, Galvão e J.Malucelli). Delfim e José Carlos Bumlai teriam organizado a divisão, acionados pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Depois o consórcio vencedor admitiria o acordo com as três "gigantes". Chamaram Delfim de novo para organizar o rearranjo, contemplando as 11 empresas. O quadro beneficiou a Andrade Gutierrez. De suposta perdedora virou líder, com 18% das obras. Daí viria a retribuição ao ex-ministro.

Lambança nuclear

No caso da Usina Nuclear de Angra 3, Barra detalhou à 7ª Vara Criminal Federal do Rio o envolvimento do ex-ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA). Reunidos em 2012 na casa do almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, presidente da Eletronuclear, combinaram o esquema. Para Barra, o suborno assegurava relacionamento próximo com o militar que dava as cartas em Angra 3. Caminho certo para aditivos no contrato.

As transferências ocorreram em negócios de fachada com empresas de Pinheiro da Silva. Executivos da Eletronuclear, Luiz Soares, Luiz Messias e José Costa Mattos embolsariam propina. O trio permanecia em altos cargos na estatal, em abril de 2016. A Andrade Gutierrez simulou contratos com empresas de Adir Assad para repassar o dinheiro. De Barra sobre Assad:

> — Ele prestava serviços para algumas obras, com valores aumentados. Depois começou a produzir contratos fictícios, sem nenhuma materialidade, para justificar a saída de dinheiro.

Angra 3 sofreu paralisações por falta de pagamento até a suspensão das obras em 2015. Mesmo antes de seu início, em setembro de 2014, a situação de Romero Jucá teria de ser "equalizada", sendo que outro sedento por dinheiro, de acordo com

Barra, era Edison Lobão:

> — Já se pedia, mesmo sem assinatura do contrato, algum adiantamento para a campanha. O montante era de 1%, pleiteado pelo PMDB através do ministro Edison Lobão.

Barra mencionou João Vaccari Neto, o então tesoureiro do PT:

> — Tive conversas com Vaccari sobre Belo Monte, envolvendo o pagamento de comissão. Já o ministro Lobão indicou advogado do Maranhão, a quem fizemos alguns pagamentos em espécie no caso de Angra 3. Para Belo Monte nos foi indicado o filho do ministro, Márcio.

Em delação, Rogério Nora de Sá, ex-presidente da Andrade Gutierrez, disse em 25 de abril de 2016 que já em 2008, na assinatura do contrato de Angra 3, Pinheiro da Silva pediu "contribuições políticas" para PT e PMDB.

A Andrade Gutierrez reconheceu que contrato da empreiteira com o instituto Vox Populi pagou pesquisas à campanha de Dilma Rousseff em 2014. Em mais um caso de caixa dois envolvendo a reeleição, a Andrade Gutierrez gastou R$ 10 milhões com as pesquisas. O PT não declarou os serviços do Vox Populi na prestação de contas à Justiça Eleitoral.

Ex-presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo confessou à Justiça Federal do Rio, em 15 de abril de 2016, que obteve apoio do presidente Lula em 2008 para ganhar as obras da Usina Siderúrgica Nacional da Venezuela, projeto do presidente venezuelano Hugo Cháves.

Para executar os serviços, obteve financiamento de US$ 870 milhões do BNDES em 30 de dezembro de 2010 – penúltimo dia do segundo mandato de Lula. Ao juiz Marcelo Brêtas, Azevedo disse que Lula não pediu suborno:

> — Estávamos disputando essa obra com a Itália. A Andrade conversou com o Lula, que pediu diretamente ao Chávez para que olhasse para o Brasil. Foi o que aconteceu. Mas não houve pedido do Lula.

Lula não pediu, mas cerca de dois anos depois Vaccari cobrou. Conforme Azevedo, Ricardo Berzoini, presidente do PT em 2008, já advertira sobre a obrigatoriedade do pagamento de 1% de todos os contratos entre a Andrade Gutierrez e o Governo Federal – não apenas aqueles atrelados à Petrobras. No caso da obra na Venezuela, a propina alcançou US$ 8,7 milhões (1% do dinheiro liberado pelo BNDES). Do depoimento de Azevedo:

> — Fizemos os pagamentos até em anos em que não houve eleição. A partir de 2010, João Vaccari assumiu a tesouraria e as cobranças. Até 2010, foram pagos cerca de R$ 40 milhões.

Azevedo relatou que em 2005 a empresa de telefonia Oi, controlada pela Andrade Gutierrez, comprou, por R$ 5,2 milhões, 30% da Gamecorp, de Fábio Luís Lula da

Silva, o Lulinha. A decisão ocorreu numa disputa com o Banco BTG Pactual. Três anos depois Lula modificou a Lei Geral de Telecomunicações, permitindo à Oi comprar a concorrente Brasil Telecom.

Viagens ao Panamá

A Lava Jato investigou compras em benefício de Fábio Luís Lula da Silva. Kalil Bittar, irmão de Fernando Bittar (um dos donos do Sítio Santa Bárbara, em Atibaia), pagou mais de R$ 100 mil por geladeira duplex, aparelho televisor e coifa italiana em loja de produtos importados de Campinas. Tudo entregue no início de 2015 na residência de Lulinha em São Paulo.

Reportagem da Folha de S.Paulo apurou que Paulo Henrique Moreira Kantovitz, engenheiro da Odebrecht, comprou aquecedor elétrico de R$ 13 mil para a piscina do sítio, em fevereiro de 2011. A PF apreendeu planilha da OAS relacionada ao Condomínio Solaris, no Guarujá (SP). Marisa Letícia Lula da Silva aparecia como cliente VIP. O documento mencionava mais três clientes especiais: Vaccari, sua cunhada Marice Corrêa de Lima e Ana Maria Érnica (ex-diretora da cooperativa Bancoop).

A PF identificou que irmãos de Lula (José Ferreira da Silva, o Frei Chico, e Genival Ignácio da Silva, o Vavá) fizeram viagens ao Panamá – um paraíso fiscal para esconder propina em empresas *offshore*. Fábio Luís Lula da Silva também viajou ao Panamá, acompanhado do primo Taiguara Rodrigues dos Santos e de Fernando Bittar. Lulinha e os irmãos Bittar eram sócios em várias empresas. O primogênito de Lula e Fernando Bittar viajaram juntos ao exterior seis vezes. Luís Cláudio Lula da Silva esteve no Panamá em 2015.

Força-tarefa internacional de jornalistas investigou o caso "Panama Papers", que levantou suspeitas relacionadas a gente poderosa em vários países. De interesse deste livro, a Mossack Fonseca (já citada aqui no escândalo do Condomínio Solaris) abriu e gerenciou mais de 100 *offshores* para ao menos 57 pessoas e empresas ligadas ao petrolão – como as três usadas pela Odebrecht para gerenciar contas secretas. A investigação mostrou que escritórios de advocacia e bancos ao redor do mundo ofereciam a Mossack a seus clientes – políticos e demais interessados em lavar dinheiro e manter as finanças sob sigilo. A fábrica de "empresas de papel" possuía 39 escritórios. No Brasil, a sede ficava em São Paulo.

Conforme o apurado, o paulistano Ademir Auada atuou como intermediário na venda de 29 *offshores* da Mossack. Teria possibilitado o contato entre a empresa panamenha e a publicitária Nelci Warken, suspeita de ser testa-de-ferro no esquema para esconder donos de apartamento no Solaris. A Murray Holdings, *offshore* supostamente vinculada à Mossack, também aparecia como proprietária de imóveis no Solaris.

A Procuradoria-Geral da República denunciou ao STF, em 30 de março de 2016, que empresas ligadas à Odebrecht usaram contas no exterior para repassar dinheiro a

integrantes do PP. Do procurador-geral, Rodrigo Janot:

> "Realizadas as transferências bancárias internacionais, Alberto Youssef disponibilizava as correspondentes quantias, em reais, no Brasil, ao PP e particularmente a João Pizzolatti Júnior. Dessa forma, entre 2009 e 2010, pelo menos US$ 1,530 milhão foram repassados a título de propina."

Além de Pizzolatti (na época deputado por Santa Catarina), a denúncia citou outros seis políticos do PP: Arthur Lira (AL), Mário Negromonte Júnior (BA), Luiz Fernando Faria (MG), José Otávio Germano (RS), Roberto Britto (BA) e o ex-ministro das Cidades Mário Negromonte (BA).

A PF indiciou por corrupção passiva o casal de ex-ministros Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann, ambos do PT do Paraná. Segundo as investigações, os dois receberam R$ 1 milhão em propina de contratos da Petrobras. Bernardo teria solicitado o dinheiro para arcar com despesas da campanha de Gleisi ao Senado em 2010. A PF indiciou Ernesto Kugler Rodrigues, aliado do casal, acusado de receber o R$ 1 milhão em quatro parcelas.

Exigências de Cunha

Após o Ministério Público da Suíça informar a Procuradoria-Geral da República sobre a existência de quatro contas secretas de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no exterior, a delação dos donos da Carioca Engenharia indicou mais nove contas internacionais controladas provavelmente pelo político.

Em delação, Ricardo Pernambuco Júnior entregou tabela com 22 depósitos em favor de Cunha, no total de US$ 4,7 milhões, realizados entre 2011 e 2014. O presidente da Câmara dos Deputados teria exigido 1,5% do valor dos Cepacs (Certificados de Potencial de Área Construtiva) das obras do Porto Maravilha (RJ): R$ 52 milhões. As empreiteiras concordaram em ratear o pagamento. A Carioca bancou R$ 13 milhões.

Pernambuco Júnior detalhou encontro no Hotel Sofitel de Copacabana, no Rio, em 2011. Cunha expôs como queria as transferências no exterior. Falou a executivos da Carioca, Odebrecht e OAS. Depois mandou envelopes lacrados à sede da Carioca, em São Paulo, com dados das contas bancárias.

Mais uma. A delação de Leonardo Meirelles, ex-sócio de Alberto Youssef em firmas de fachada. Ele entregou evidências da remessa de US$ 5 milhões a Cunha. Julio Camargo transferiu a propina após a contratação de navios-sonda pela Diretoria Internacional, sob comando de Nestor Cerveró. O dinheiro teria saído de um banco chinês para contas de Cunha na Suíça.

Julio Camargo enviou da Suíça os recursos à China. Repassou os US$ 5 milhões em três parcelas, entre 2011 e 2012. Duas no valor de US$ 2,3 milhões e a última, de US$ 400 mil. As transferências a Cunha originaram-se na RFY Import and Export e DGX Import and Export, de Meirelles, usadas para remeter ou internar dinheiro por

meio de importações simuladas. Na delação, Meirelles relatou o que ouviu de Youssef:

> "Ele comentou: 'Olha, você não imagina a pressão que estava sofrendo, graças a Deus consegui liquidar aquela transferência, que era de Eduardo Cunha'."

Por delatar, Meirelles cumpriria pena em regime aberto e pagaria multa de R$ 350 mil por envolvimento no petrolão.

O Banco Central aumentou a pressão sobre Cunha. Parecer técnico concluiu que o deputado manteve recursos no exterior em três contas, sem declará-las, entre 2007 e 2014. Os *trusts* na Suíça estavam vinculados a ele. Cunha deveria pagar multa de R$ 1 milhão. O STF autorizou a abertura de mais dois inquéritos para investigá-lo. Tornou-se réu em cinco procedimentos.

Em 10 de abril de 2016, uma semana antes de a Câmara dos Deputados aprovar processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, o Datafolha mostrou que 77% defendiam a cassação de Cunha. Só 11% estavam contra.



O FIO QUE SALVA DO LABIRINTO

Aos poucos as delações premiadas percorrem os descaminhos que deserdam o povo brasileiro

Em conversas reservadas, Lula teria manifestado desejo de ter sido candidato em 2014. Insatisfeito com a insistência de Dilma Rousseff em disputar a reeleição, culpava-a pela crise que abateu o País. Impedido de assumir o Ministério da Casa Civil, trancou-se num hotel em Brasília para persuadir políticos a votar contra o *impeachment*. Será mesmo?

Na prática, Lula entregou pouco. Duas semanas antes de a Câmara apreciar a admissibilidade do processo de cassação, perto de 170 deputados diziam-se indecisos. Ao votarem, em 17 de abril de 2016, só cerca de 30 passaram para o lado dos contra o *impeachment*. Com 367 votos a favor e 137 contrários, aprovou-se o procedimento. Dilma seria investigada no Senado.

Poderia se argumentar que o vice-presidente Michel Temer (PMDB) cobriu as propostas de Lula, oferecendo mais aos indecisos. Mas é razoável supor que a candidatura do petista ficaria mais competitiva em 2018 se ele disputasse as eleições pela oposição, criticando os problemas do País – em boa parte provocados pela política econômica da Era Lula/Dilma.

Na hipótese de um acordo velado Lula/Temer, o primeiro não se esforçaria por barrar o impedimento de Dilma na Câmara e no Senado. O segundo, ao assumir a Presidência da República, tentaria neutralizar a Lava Jato – o grande obstáculo para Lula encarar o pleito de 2018. E Temer o faria por si mesmo: ao lado de correligionários do PMDB e demais aliados políticos fora envolvido no petrolão. A promessa secreta de trabalhar para inviabilizar as investigações o levaria a obter apoio decisivo ao *impeachment*.

Se não fosse pego pela Lava Jato, Lula enfrentaria um quadro político mais favorável. Atuaria dois anos como oposicionista, livre da responsabilidade pelos erros dos governos do PT. Pretendia voltar como salvador da pátria.

Em viagem aos Estados Unidos, o procurador-geral Rodrigo Janot acusou a existência de movimento para esvaziar a Lava Jato. Afirmou que o mensalão foi a ponta do iceberg do que ocorreu na Petrobras. Ambos os escândalos compuseram "operação única, articulada para lesar os cofres públicos":

> — O que aconteceu é que descobrimos um descomunal esquema de corrupção. Um círculo nada virtuoso: o poder político facilita acesso a recursos. E quanto mais acesso a recursos se tem, mais se tem poder político.

A medida urdida por Dilma – a concessão de foro privilegiado a Lula, nomeando-

o ministro – tampouco funcionou em Minas Gerais. O governador Fernando Pimentel (PT) deu o cargo de secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social a Carolina Oliveira, sua mulher. Tentava garantir-lhe foro especial. A Justiça não deixou. A nomeação frustrada ocorreu quando Benedito Rodrigues de Oliveira, o Bené, estava preso, acusado de pagar despesas do casal. Cogitava fazer acordo de delação premiada. Suspeitava-se que Carolina era dona oculta da agência Pepper.

O Tribunal Superior Eleitoral determinou que o PT pagasse multa de R$ 7 milhões. Identificou ausência de contratos com a Pepper para o uso do Fundo Partidário em 2010. A agência teria recebido recursos ilegais. O TSE apontou incongruências nos contratos entre o PT, a Focal Comunicação e o Banco Rural. O partido repassou R$ 1,3 milhão ao Rural a fim de quitar dívidas antigas, mas para o STF houve fraude nos contratos. O dinheiro pagaria mensalões a políticos em troca de votos no Congresso Nacional.

Intempestivo 'Alcoólico'

A Polícia Federal prendeu preventivamente o ex-senador Gim Argello (PTB-DF) em 12 de abril de 2016. A Lava Jato acusou-o de pedir propina para não convocar empresários a depor na CPI da Petrobras em 2014. Líder do PTB, o político exercia a vice-presidência da comissão. Para os investigadores, Argello recebeu R$ 5 milhões da UTC e R$ 350 mil da OAS, neste caso por meio de um repasse à Paróquia São Pedro, de Taguatinga (DF).

Filho de dono de ferro velho em Taguatinga, Argello enveredou na política. Seu patrimônio chegou a R$ 1 bilhão. Tinha ascendência sobre o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da CPI da Petrobras, nomeado depois no Tribunal de Contas da União. Argello teria injetado R$ 5 milhões no DEM, PRTB, PMN e PR para obter apoio à sua reeleição em 2014. Perdeu.

Ocupou a vice-liderança do governo. Liderou o bloco do PTB, PR e PSC, em nome dos quais negociava com o governo. Seu interlocutor, Giles Azevedo, era dos principais assessores de Dilma Rousseff. Dono da OAS, Léo Pinheiro o chamava de "Alcoólico" – uma alusão à bebida que batizava seu primeiro nome. Em mensagem de agosto de 2014 a Otávio Marques de Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez, Léo Pinheiro insinuou a agressividade de Argello, provavelmente porque exigia algum repasse:

> "Otávio, o nosso Alcoólico está indócil. Seria oportuno uma ligação sua para ele. Fico preocupado com as reações intempestivas."

Suspeitou-se de crime de lavagem de dinheiro por meio da Paróquia São Pedro, frequentada por Argello. Responsável pela igreja, o padre Moacir Anastácio admitiu o recebimento de R$ 300 mil da Andrade Gutierrez em junho de 2014. Doação intermediada pelo governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT). Conforme a contabilidade da Andrade Gutierrez, a empreiteira repassou R$ 700 mil à Paróquia

São Pedro entre 2010 e 2014.

Ao depor em 14 de abril de 2016, o delator Julio Camargo afirmou que, além da UTC, OAS e Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiroz Galvão e Engevix também foram procuradas. Deveriam pagar para evitar interrogatórios de seus diretores nas CPIs que investigariam a Petrobras em 2014. Segundo Camargo, Argello deixou claro que convocaria os que não dessem dinheiro:

> — Gim Argello disse que não queria pressionar o empresariado, mas que aproveitaria a CPI para arrecadar contribuições.

José Antunes Sobrinho, um dos donos da Engevix, depôs à Polícia Federal:

> "Gim Argello pediu que o declarante pagasse, em nome da Engevix, o valor de R$ 5 milhões para que o declarante ou qualquer outro da Engevix não fosse chamado a prestar declarações na CPI ou CPMI da Petrobras."

O executivo foi à casa do senador no Lago Sul, em Brasília. Do depoimento:

> "O tom utilizado por Gim Argello foi como se fosse um grande favor que estava oferecendo ao declarante e que se o declarante não quisesse participar do grupo de empreiteiros que deixaria de ser chamado na CPI não teria problema, pois teria outros empreiteiros para colocar no lugar do declarante, mencionando que estariam oferecendo a mesma oportunidade para as empreiteiras OAS, Andrade Gutierrez, Galvão Engenharia, Camargo Corrêa, Toyo Setal e UTC, dentre os nomes que se lembra neste momento."

Indiciado por corrupção passiva, Argello foi transferido da carceragem da PF em Curitiba para o Complexo Médico-Penal de Pinhais (PR). Acompanharam-no João Santana e Ronan Maria Pinto. Mônica Moura seguiu para presídio feminino. Quem seriam os novos presos da Lava Jato?

A noviça e o meretrício

Com a quebra do sigilo fiscal da Andrade Gutierrez, a PF registrou em laudo de 25 de fevereiro de 2016 que nove pagamentos e doações de R$ 3,6 milhões ao Instituto Lula e à LILS Palestras e Eventos, do ex-presidente, transitaram por sua conta "Overhead" entre 2011 e 2014. A soma percorreu caminho similar ao da propina repassada a demais envolvidos no petrolão, como Fernando Baiano, Julio Camargo, Mario Goes e Adir Assad. O dinheiro que circulou na "Overhead" serviu para transferências dissimuladas e lavagem de dinheiro. Eram gastos indiretos, adicionados ao custo das obras:

> "Todos estes gastos compuseram parcela dos custos de administração central nos contratos de obras realizadas pela empresa, revelando, em parte, a forma como tais pagamentos encareceram os custos de construção e, por consequência, os custos de aquisição por parte dos contratantes de

obras como as da Petrobras.”

Em outro laudo anexado à Lava Jato, a PF alinhou R$ 292,6 milhões em “doações eleitorais” da Andrade Gutierrez a 19 partidos entre 2008 e 2014. Informações da contabilidade da empreiteira. Apenas três legendas – PT, PSDB e PMDB – ficaram com 77,5% do montante. Do total, R$ 140 milhões passaram pela “Overhead”, suspeita de pagamentos indevidos.

Entre os gastos da Andrade Gutierrez, 54 pagamentos de R$ 18,4 milhões ao instituto Vox Populi e R$ 28 milhões para 16 empresas de publicidade, *marketing* e gráfica, inclusive R$ 2 milhões à Ediminas Editora Gráfica, editora do jornal Hoje em Dia, de Belo Horizonte.

A Lava Jato identificou desembolsos de R$ 231 milhões da Andrade Gutierrez, entre 2006 e 2012. A Legend Engenheiros Associados e a SP Terraplenagem, “lavanderias” ligadas a Adir Assad, receberam R$ 160 milhões. A suspeita: o dinheiro pagou suborno em dez empreendimentos, a saber: Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA), R$ 150 milhões em comissões (ao PMDB e ao PT); Linha 2 do Metrô, Rodoanel Mario Covas e Complexo Viário Jacu-Pêssego, do Governo de São Paulo (sob comando do PSDB), R$ 47 milhões; e corredor exclusivo BRT Carioca e Hospital da Mulher Mariska Ribeiro, no Rio; Linha 1 do Metrô de Porto Alegre e Rodovia Herveiras – Barros Cassal, no Rio Grande do Sul; BTP (Brasil Terminal Portuário), no Porto de Santos (SP); e o terminal do Porto de Itapoá (SC).

O caminho do dinheiro traçaria paralelo com o do petrolão: pagamentos a firmas de fachada e saques fracionados para dificultar rastreamentos. Parte passou pela “Overhead”. Assad usaria “laranjas” da periferia de São Paulo, dificultando identificar beneficiários. Donos de lanchonetes e mercadinhos detinham fortunas, sem saber. Entre os seus “financiadores”, com R$ 146 milhões, a construtora Delta (alvo da CPI do Cachoeira, em 2012).

Em depoimento sobre a corrupção nas obras da Usina Nuclear de Angra 3 (RJ), Carlos Gallo, dono da CG Consultoria, admitiu que atuou como intermediário do almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, presidente da Eletronuclear. Recebeu R$ 3 milhões em três contratos com a Andrade Gutierrez e repassou a soma, quase toda, à Aratec Engenharia, do militar:

> — O doutor Othon, em 2008, disse que tinha feito um serviço para a Andrade na área de energia, anterior a ele como presidente da Eletronuclear. Como ele foi nomeado e o serviço não havia sido cobrado, ele perguntou se eu poderia, através da minha empresa, receber esse dinheiro para ele.

Gallo prestou o favor em nome da amizade com Pinheiro da Silva e da promessa de se tornar parceiro em negócios futuros. Em 2012 a JNobre assumiu o papel de intermediária. Recebeu R$ 1,4 milhão, repassou R$ 800 mil à Aratec. Josué Augusto Nobre depôs à 7ª Vara Federal Criminal do Rio:

— Eu sabia que a empresa não prestaria nenhum serviço à Andrade Gutierrez, nem contrataria serviço da Aratec. Era só para fazer o dinheiro andar. Mas não sabia que era dinheiro sujo.

Na versão de Pinheiro da Silva, a Andrade Gutierrez o procurou em 2004 para realizar estudo sobre Angra 3, paralisada havia 20 anos. Ele o fez, mas não assinou contrato. Pagamento, só "no sucesso". Ou seja, com o reinício das obras. Lula o nomeou presidente da Eletronuclear em 2005. Mais três anos, a retomada de Angra 3. Não houve conflito de interesse, segundo ele:

— Eu atuava fora do horário de trabalho da Eletronuclear. Achava desconfortável, mas eu não entendia [como ilegal].

Pinheiro da Silva disse que não recebeu propina. Refutou ter agido em favor de partidos ou feito campanha para assumir a estatal. Perdeu a paciência na sala de audiência. Esmurrou a mesa. Suas palavras:

— Nego isso. É uma dona de meretrício querendo que a noviça explique como funciona o meretrício.

Cerveró pede desculpas

Ao negociar os termos de sua delação, José Antunes Sobrinho, da Engevix, comprometeu o vice-presidente Michel Temer, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e os ex-ministros petistas José Dirceu e Erenice Guerra. Todos teriam recebido propina, direta ou indiretamente, em troca de vantagens em obras e estatais, como a Caixa Econômica Federal. Segundo a revista Época de 22 de abril de 2016, Antunes esteve duas vezes no escritório de Temer em São Paulo com um sócio da Argeplan, João Baptista Lima Filho. Supostamente ligada a Temer, a empresa foi contratada pela Eletronuclear em 2012. Recebeu R$ 162 milhões para prestar serviços em Angra 3.

Conforme o dono da Engevix, o sócio da Argeplan pediu R$ 1 milhão para a campanha de Temer a vice-presidente em 2014. Antunes usou fornecedora da empreiteira para entregar o dinheiro. Corromperia ainda intermediário para ser apresentado a Carlos Araújo, ex-marido de Dilma Rousseff. Aproximou-se para obter financiamento e manter as concessões de dois aeroportos, acabando com insatisfações do governo do PT com as obras.

15 dias antes da edição de Época circular, o Ministério Público Federal denunciou José Dirceu (PT-SP) por envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras. Na mesma ação penal pediu as condenações de Antunes, Gerson Almada e Cristiano Kok – os três donos da Engevix. A acusação contra Dirceu o relacionou a pagamentos indevidos de R$ 56,8 milhões.

O petista teria embolsado propina da Engevix por intermédio de Milton Pascowitch. Delator, Pascowitch disse que quitou reformas em imóveis de Dirceu e fez desembolsos à empresa do ex-ministro, sem prestação de serviços. O MPF citou

Dirceu pela prática de 31 crimes de corrupção passiva. Seu irmão Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, Renato Duque e João Vaccari Neto estavam entre os 15 acusados. Da denúncia:

> "São réus abastados, que ultrapassaram linhas morais sem qualquer tipo de adulteração de estado psíquico ou pressão de caráter corporal, social ou psicológico."

A Controladoria-Geral da União declarou inidônea a Mendes Júnior, acusada de firmar contratos fraudulentos com a Petrobras. Teria combinado resultados e comprometido licitações. Com a decisão, ficou impedida de contratar com o setor público por dois anos. Segundo a CGU, a empreiteira distribuiu R$ 126 milhões em propina. A Mendes Júnior reconheceu os crimes, mas alegou que dirigentes da petroleira ameaçaram os contratos. Fora vítima de extorsão. O ministro Luiz Navarro refutou:

> — Para que você seja extorquido, é preciso que haja coação irresistível, e não parece ser o caso. A Mendes Júnior teve vantagens nos contratos que celebrou e tinha meios de denunciar.

O STF homologou em 14 de abril de 2016 a delação de Diogo Ferreira, ex-chefe de gabinete do senador Delcídio Amaral. Ele corroborou os termos da delação de Amaral. Descreveu como participou do esquema para subornar a família de Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras. Viajou a São Paulo três vezes para receber dinheiro e entregá-lo ao advogado Edson Ribeiro. A propina chegava dentro de caixas de vinho e de sapato. Segundo ele, o motorista de Maurício Bumlai, filho de José Carlos Bumlai, fez um dos repasses, em junho de 2015. A encomenda estava acondicionada numa caixa de vinho, no assoalho do automóvel, dentro de uma sacola.

No mês seguinte, o mesmo carro, Maurício e o motorista. Parada em agência do Bradesco. Maurício sacou o dinheiro, entregue no mesmo dia a Ribeiro. Na terceira ocasião, em agosto de 2015, Ferreira encontrou-se com alguém de nome Alexandre, suposto emissário do coronel PM da reserva Ângelo Paccelli Cipriano Rabello, ex-assessor de Amaral. Da delação:

> "Alexandre passou uma sacola, ao que se recorda da loja Renner, contendo uma caixa de sapatos fechada com fita adesiva. Havia um buraco na caixa de sapatos, permitindo ver, como efetivamente viu, que havia dinheiro em espécie em seu interior."

Ao depor ao juiz Sérgio Moro em 18 de abril de 2016, Cerveró acusou os peemedebistas Renan Calheiros e Eduardo Cunha de se beneficiarem de contratos de navios-sonda. Segundo ele, o lobista Jorge Luz repassou US$ 6 milhões a Calheiros pela contratação da sonda Petrobras 10000 junto à multinacional Samsung. Cunha também teria recebido.

Cerveró acusou José Sérgio Gabrielli (PT-BA), ex-presidente da Petrobras, no caso de outro navio-sonda, operado pelo grupo Schahin: teria atuado para resolver dívida de R$ 60 milhões do PT junto ao Banco Schahin. Relatou que Silas Rondeau (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia, o pressionou a arcar com dívida de R$ 10 milhões a R$ 15 milhões do PMDB. Cerveró pediu desculpas à sociedade por seu envolvimento no petrolão.

Única proteção da Lava Jato: a sociedade

Em apuração sigilosa do STF, nove políticos tidos como aliados de Eduardo Cunha passaram a ser investigados por corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro. A tropa teria agido para achacar o grupo Schahin: deputados André Moura (PSC-SE), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Manoel Júnior (PMDB-PB), Altineu Cortês (PMDB-RJ) e os ex-deputados Alexandre Santos (PMDB-RJ), Carlos Willian (PTC-MG), João Magalhães (PMDB-MG), Nelson Bornier (PMDB-RJ) e Solange Almeida (PMDB-RJ).

No interesse do corretor de valores Lúcio Bolonha Funaro, o grupo, supostamente sob ordens de Cunha, apresentou requerimentos de convocação, solicitou contratos com a Petrobras, pediu auditorias e acesso a operações de câmbio. Pressionou o grupo Schahin, responsabilizando-o por prejuízo relacionado ao rompimento de uma hidrelétrica em Rondônia.

Ao depor ao Conselho de Ética na Câmara dos Deputados, Fernando Baiano disse em 26 de abril de 2016 que esteve mais de dez vezes com Cunha. Encontros no gabinete do deputado em Brasília, na casa e no escritório dele no Rio, onde entregou R$ 4 milhões em dinheiro, em cinco ou seis parcelas, de 2010 a 2012. A "vantagem indevida, propina", originava-se de contratos da Petrobras com a Samsung (Coreia do Sul) e Mitsui (Japão). De Baiano:

> — Os pleitos sempre vinham dos políticos, utilizando os agentes públicos colocados por eles nas instituições públicas. Não são os empresários os culpados do que está acontecendo.

Para fechar acordo com a Justiça, Fábio Cleto, ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal, admitiu que Cunha era seu padrinho político e confirmou a denúncia dos donos da Carioca Engenharia de que Cunha embolsou R$ 52 milhões para autorizar dinheiro do Fundo de Investimentos do FGTS, administrado pela Caixa, nas obras do Porto Maravilha (RJ).

Em outro acordo prévio visando à delação premiada, Mônica Moura, mulher de João Santana, disse à Lava Jato que o então ministro da Fazenda, Guido Mantega (PT-SP), intermediou repasses de dinheiro de caixa dois à campanha de reeleição de Dilma Rousseff em 2014.

Conforme o jornal O Globo de 21 de abril de 2016, Mantega indicou empresários que deveriam ser procurados por Mônica. Recursos obtidos não foram declarados nas contas do comitê da campanha. Ela admitiu ter recebido R$ 10 milhões em caixa

dois, incluindo R$ 4 milhões da Odebrecht.

Segundo Mônica, houve pagamentos em caixa dois na eleição de Dilma (2010), reeleição de Lula (2006) e nas campanhas dos candidatos petistas às prefeituras de São Paulo e Curitiba – Marta Suplicy (SP) e Gleisi Hoffmann (PR) em 2008, e Fernando Haddad (SP) em 2012.

Santana e Mônica sofreram denúncias do MPF por suspeita de lavagem de dinheiro, corrupção passiva e organização criminosa em 28 de abril de 2016. De acordo com a investigação, a Odebrecht repassou R$ 23,5 milhões em dinheiro no Brasil (45 pagamentos) e US$ 6,4 milhões em depósitos no exterior. Santana embolsou mais US$ 4,5 milhões em contas internacionais, em transferências feitas por Zwi Skornicki. Montante subtraído de contratos da Petrobras e da Sete Brasil com a Keppel Fels (Cingapura).

O MPF citou ainda, entre outros, o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, o ex-diretor de Serviços, Renato Duque, e o ex-presidente da Sete Brasil, João Carlos Ferraz. No caso da investigação sobre a propina da Odebrecht, com 12 mencionados, fazia parte do rol de inquiridos Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira. Para os procuradores, Santana possuía "forte e duradouro relacionamento" com o PT, no qual era "pilar de sustentação".

Os contratos com a Keppel Fels somaram US$ 216 milhões. Passavam pela Diretoria de Exploração e Produção e 1% ficava com a "casa" (Diretoria de Serviços): metade para Duque e seu braço-direito, Pedro Barusco, metade para o PT. Desta parte houve o desconto da quantia, intermediada por Skornicki, injetada na Shellbill, de Santana e Mônica, na Suíça.

O juiz Sérgio Moro aceitou as denúncias do MPF e determinou a abertura das ações penais. De sua decisão, em 29 de abril de 2016:

> "Há provas decorrentes de depoimentos de criminosos colaboradores conjugados com provas documentais de transferências bancárias sub-reptícias, inclusive das contas no exterior e de planilhas apreendidas."

O STF manteve Odebrecht na prisão. Julgou que sua soltura traria risco às investigações. Autorizou a libertação dos ex-executivos Márcio Faria da Silva e Rogério Araújo – ficaram presos com o chefe por mais de dez meses.

Em delação homologada pelo STF, o advogado Antonio Carlos Pieruccini confessou a entrega de propina em centros de compra, residências, estacionamentos e hotéis. Disse que fez repasses a emissários de Gleisi Hoffmann (PT-PR), Nelson Meurer (PP-PR) e João Pizzolatti (PP-SC). Alberto Youssef providenciou os valores. Pieruccini fez quatro viagens a Curitiba em 2010. Levou dinheiro à campanha de Gleisi após acerto entre Youssef e o ex-ministro Paulo Bernardo (PT-PR). As entregas ocorreram no PolloShop, em Curitiba, do empresário Ernesto Kugler Rodrigues.

Rodrigues contou os R$ 250 mil na sua frente. Reclamou da inscrição

“P.B./Gleisi” na caixa. Pediu para não se repetir. Houve mais três entregas, no mesmo valor. Meurer recebeu mais de 30 vezes entre 2009 e 2011. No Hotel Curitiba, na capital, e no estacionamento do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais (PR). Pizzolatti embolsou R$ 100 mil em 2009.

Coordenador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol manifestou-se sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff:

> — É importante ter em mente que, qualquer que seja a decisão, a Lava Jato continuará tendo muitos inimigos, cujo número cresce a cada dia em que o número de investigados aumenta. Continuará a ser atacada, de modo ostensivo ou sorrateiro, e nossa única proteção é a sociedade.



QUADRILHÃO ALCANÇA LULA

Para procurador-geral, ex-presidente ocupou 'papel central', determinou e dirigiu a atividade criminosa

As delações de Delcídio Amaral e Nestor Cerveró levaram a Procuradoria-Geral da República a denunciar Luiz Inácio Lula da Silva ao STF em 3 de maio de 2016. Procurador-geral, Rodrigo Janot acusou-o de participar do esquema corrupto na Petrobras e pediu autorização para investigá-lo no "quadrilhão" – o inquérito-mãe que apurava crimes ligados à estatal:

> "Essa organização criminosa jamais poderia ter funcionado por tantos anos e de uma forma tão ampla e agressiva no âmbito do Governo Federal sem que o ex-presidente Lula dela participasse."

A partir de escutas telefônicas autorizadas pelo juiz Sérgio Moro, Janot apontou a ascendência de Lula sobre o governo Dilma Rousseff e a tentativa de obstruir investigações, corrompendo Cerveró. Para Janot, Lula "impediu e/ou embaraçou investigação criminal que envolve organização criminosa, ocupando papel central, determinando e dirigindo a atividade criminosa":

> "Os diálogos interceptados com autorização judicial não deixam dúvidas de que, embora afastado formalmente do governo, o ex-presidente Lula mantém o controle das decisões mais relevantes, inclusive no que concerne às articulações espúrias para influenciar o andamento da Lava Jato, à sua nomeação ao primeiro escalão, à articulação do PT com o PMDB."

Entre as evidências de Janot, cinco encontros entre Lula e Amaral e registros de conversas mantidas por Lula, José Carlos Bumlai e Amaral no período coincidente à trama para obter o silêncio de Cerveró.

Além de Lula, Janot pediu para investigar Dilma Rousseff e mais 28 pessoas, incluindo oito ministros nos governos do PT: Antonio Palocci (PT-SP), José Eduardo Cardozo (PT-SP), Jaques Wagner (PT-BA), Ricardo Berzoini (PT-SP), Edinho Silva (PT-SP), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Erenice Guerra (PT-DF) e Silas Rondeau (PMDB-MA).

Conforme Janot, a organização criminosa tinha um eixo em âmbito do PT e outro atrelado ao PMDB. Denunciou Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados; José Carlos Bumlai, empresário e amigo de Lula; José Sérgio Gabrielli (PT-BA), ex-presidente da Petrobras; Giles Azevedo, assessor de Dilma Rousseff; Sérgio Machado (PMDB-CE), ex-presidente da Transpetro; André Esteves, dono do Banco BTG Pactual; Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula; e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

A Petrobras vendeu em 3 de maio de 2016 subsidiárias na Argentina e no Chile por US$ 1,4 bilhão. A medida fez parte da política de se desfazer de ativos para livrá-la da crise. Em 2015 já vendera, por US$ 700 milhões, 49% da Gaspetro à japonesa Mitsui. Parte do plano de desinvestimento, em estágio avançado, as tratativas para passar ao controle de empresas chinesas e canadenses 80% da malha de gasodutos no Sudeste do Brasil.

Portanto, antes do afastamento de Dilma Rousseff e do início da cantilena petista de que o novo governo tinha um projeto antinacional, setores da Petrobras já haviam sido privatizados. E não privatizaram mais – sob o eufemismo de venda de ativos – por falta de compradores.

Destaca-se que, no mesmo 3 de maio, o ministro Teori Zavascki, do STF, mandou a Sérgio Moro o caso da Refinaria de Okinawa, no Japão, adquirida pela Petrobras em 2008. Suspeitava-se que gerou propina a executivos da estatal e a políticos, como ocorrera com a compra da Refinaria de Pasadena.

Em sua delação, Delcídio Amaral relacionou malfeitos em Okinawa e os vinculou a Gabrielli, Cerveró e Armando Tripodi, ex-chefe de gabinete da Petrobras. Presidente do Conselho de Administração da estatal, Dilma Rousseff deu aval à aquisição. Sete anos depois, o negócio revelou-se desvantajoso. A Petrobras encerrou as atividades da refinaria no Japão.

Em busca da delação premiada

O Ministério Público Federal encaminhou duas denúncias a Sérgio Moro em 6 de maio de 2016. A primeira ligada a Ronan Maria Pinto e a suspeitas de corrupção em empréstimo do Banco Schahin ao PT, por intermédio de Bumlai. A segunda mirou o ex-senador Gim Argello (PTB-DF), investigado em esquema de extorsão para evitar depoimentos à CPI da Petrobras. Acusou-o de transformar a CPI em "balcão de negócios". Ao todo 20 denunciados por corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa e tentativa de obstruir os trabalhos de investigação. A força-tarefa pediu o confisco de R$ 80 milhões. Do procurador da República Deltan Dallagnol:

> — O que se constatou é que o pagamento da corrupção se deu com doações eleitorais que tinham aparência lícita. O que preocupa é que o funcionamento da democracia recebeu injeções de valores espúrios. Isso torna o campo de disputa eleitoral desigual e ofende a democracia.

Descobriu-se que, além da UTC e da OAS, Odebrecht e Toyo Setal pagaram propina. A Odebrecht teria dado ao menos R$ 200 mil e a Toyo Setal, R$ 2 milhões. Tudo na forma de doações oficiais ao Partido da República. Aparência legal à vantagem indevida. Julio Camargo, da Toyo Setal, repassou ainda R$ 200 mil e outros 200 mil euros a Argello, em dinheiro.

Em relação à acusação contra Ronan Maria Pinto, ficaram implicados, entre

outros, Delúbio Soares, Marcos Valério de Souza e o dono do grupo Bertin, Natalino Bertin. Em troca de empréstimo de R$ 12 milhões ao PT, a Petrobras contratou o grupo Schahin para operar o navio-sonda Vitória 10000 por US$ 1,6 bilhão. O juiz Sérgio Moro aceitou as denúncias.

Ainda em 6 de maio, a PGR denunciou o casal Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Paulo Bernardo (PT-PR) por receber R$ 1 milhão de contratos da Petrobras. Ele – ex-ministro do Planejamento de Lula e ex-Comunicações de Dilma – seria "operador" da mulher – senadora e ex-ministra da Casa Civil de Dilma.

Sérgio Moro homologou o acordo de leniência da Andrade Gutierrez. Como parte do acerto, indenização de R$ 1 bilhão e publicação de informe nos jornais, com pedido de desculpas. Em 9 de maio, em nota, a empreiteira defendeu a ética, a responsabilidade social e o zelo com o dinheiro público:

> "Reconhecemos que erros graves foram cometidos nos últimos anos e, ao contrário de negá-los, estamos assumindo-os publicamente."

Em seu informe, a Andrade Gutierrez criticou o desperdício de dinheiro público, a impunidade e elogiou o combate à corrupção:

> "Acreditamos que a Operação Lava Jato poderá servir como um catalisador para profundas mudanças culturais, que transformem o modo de fazer negócios no País."

Defendeu transparência, eficiência e "modelo de governança em empresas estatais e órgãos públicos que garanta que as decisões técnicas sejam tomadas por profissionais técnicos concursados e sem filiação partidária".

As delações de seus ex-executivos citaram os petistas João Vaccari Neto, Antonio Palocci, Ricardo Berzoini e Edinho Silva. Os dois últimos teriam pedido dinheiro de caixa dois na campanha de reeleição de Dilma Rousseff.

Por um acordo de delação que o livraria da cadeia, Marcelo Odebrecht disse à Lava Jato que Luciano Coutinho, presidente do BNDES, e Guido Mantega (PT-SP), ex-ministro da Fazenda, pediram doações à campanha de 2014. A dupla teria obtido dinheiro de beneficiários de empréstimos do BNDES em obras no exterior. Para continuar a usufruir de crédito oficial, era preciso se acertar com Edinho Silva, tesoureiro da reeleição de Dilma Rousseff.

Como se sabe, Mantega (ministro de 2006 a 2014) executou a política econômica de Lula e Dilma – e seu fracasso ajudaria a afastá-la do Planalto.

A PF fez busca e apreensão na casa de Mantega em São Paulo e o obrigou a depor em 9 de maio de 2016. Havia indícios de movimentações financeiras incompatíveis com sua renda. Investigado na Operação Zelotes, teria beneficiado Victor Garcia Sandri, da Cimentos Penha. Os dois foram sócios nos anos 1990. Sandri seria favorecido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, do Ministério da Fazenda, sob o comando de Mantega.

A Zelotes levou a Justiça Federal a condenar nove pessoas por "comprar" medidas provisórias nos governos Lula e Dilma. Mauro Marcondes Machado, que contratou Luís Cláudio Lula da Silva, recebeu pena de 11 anos e oito meses de prisão por associação criminosa, corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Apelaria em liberdade ao lado da mulher, Cristina Mautoni. Ele teria recebido R$ 16 milhões das montadoras CAOA e MMC, que obtiveram incentivos fiscais. Investigava-se se os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR) e Gim Argello (PTB-DF) dividiram R$ 45 milhões para facilitar o trâmite das medidas provisórias.

Dilma, Delcídio, Cunha: um só cenário

A delação de Delcídio Amaral pegou diversos políticos. Tornou-se crucial para afastar Dilma Rousseff. Baseado nos relatos do senador, o procurador-geral da República pediu ao STF para investigar, ainda, o ministro Edinho Silva (PT-SP), o senador Aécio Neves (PSDB-MG), os deputados Marco Maia (PT-RS) e Carlos Sampaio (PSDB-SP), o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), e o ex-senador e ministro do TCU, Vital do Rêgo. Rodrigo Janot solicitou autorização para incluir citações aos peemedebistas Eduardo Cunha, Renan Calheiros, Romero Jucá, Edison Lobão e Valdir Raupp.

Em 5 de maio de 2016, quase cinco meses após pedido de Janot, liminar de Teori Zavascki, referendada no STF (por unanimidade, 11 votos a zero), afastou Eduardo Cunha do parlamento e da presidência da Câmara dos Deputados. Segundo Zavascki, o político agia para frustrar investigações na Lava Jato e o processo de cassação de seu mandato no Conselho de Ética:

> "Está claro, pelos elementos trazidos, que há indícios de que o requerido, na sua condição de parlamentar e, mais ainda, de presidente da Câmara dos Deputados, tem meios e é capaz de efetivamente obstruir a investigação, a colheita de provas, intimidar testemunhas e impedir, ainda que indiretamente, o regular trâmite da ação penal em curso no Supremo Tribunal Federal, assim como das diversas investigações existentes nos inquéritos regularmente instaurados."

Na véspera da decisão do STF, Janot voltara a denunciar Cunha:

> "Pode-se afirmar que a investigação cuja instauração se requer tem como objetivo preponderante obter provas relacionadas a uma das células que integra uma grande organização criminosa – especificamente no que toca a possíveis ilícitos praticados no âmbito da empresa Furnas. Essa célula tem como um dos seus líderes o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha."

Em despacho ao STF, Janot sublinhou que a denúncia de Amaral ia além da influência de Cunha em Furnas Centrais Elétricas:

> "Sabemos que essa organização criminosa é complexa e, ao que tudo

> indica, operou durante muitos anos e por meio de variados esquemas estabelecidos dentro da Petrobras e da própria Câmara dos Deputados, entre outros órgãos públicos. Embora estes 'esquemas' tenham alguma variação entre si, é certo que eles coexistem e funcionam dentro de um concerto maior."

Janot solicitou mais um inquérito contra Cunha. Baseou-se em suspeitas de cobrança de repasses à OAS para irrigar a campanha de Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) ao Governo do Rio Grande do Norte. Trecho da decisão de Zavascki que suspendeu o mandato de Cunha, com menção a Michel Temer (PMDB), vice-presidente da República:

> "Há mensagens em que Eduardo Cunha cobra supostos compromissos que Léo Pinheiro [dono da OAS] tinha com 'a turma', que teriam sido inadvertidamente adiados: 'Eduardo Cunha cobrou Léo Pinheiro por ter pago, de uma vez, para Michel a quantia de R$ 5 milhões, tendo adiado os compromissos com a turma, que incluiria Henrique Alves, Geddel Vieira, entre outros."

Sessão do Senado cassou Delcídio Amaral em 10 de maio de 2016. De 76 senadores presentes, 74 votaram a favor do fim do mandato.

Por 55 votos contra 22, o Senado decidiu, em 12 de maio de 2016, afastar Dilma Rousseff da Presidência da República, a princípio por até seis meses.

Ao aceitar a admissibilidade do processo de *impeachment*, a maioria dos senadores concordou em julgá-la pela emissão de decretos orçamentários não autorizados e a prática das chamadas "pedaladas fiscais". Mas não havia dúvidas: além da crise econômica, o gigantesco esquema de corrupção desvendado na Petrobras, o maior de todos os tempos no Brasil, compunha o cenário que interrompeu o seu mandato.

O vice-presidente, Michel Temer, tornou-se presidente em exercício.

Assumiu e garantiu que não enfraqueceria a Lava Jato. Depois de 12 dias, afastou seu articulador político – o ministro do Planejamento, Romero Jucá. Por falar num pacto para deter as investigações, em conversa gravada.

A gravação, divulgada pela Folha de S.Paulo, ocorrera dois meses antes, em março de 2016. Revelou diálogos entre Jucá e Sérgio Machado, o ex-presidente da Transpetro que, investigado pela Lava Jato, buscava acordo de delação para se livrar da Justiça. Ele presidiu a subsidiária da Petrobras por 11 anos, de 2003 a 2014. Em seu gabinete mantinha bloqueador de sinal de celulares. E música para atrapalhar gravações de conversas ao telefone.

Na conversa interceptada por Machado, Jucá defendeu o afastamento de Dilma Rousseff, num contexto que sugeria a interrupção da Lava Jato:

> — Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.

Machado gravou conversas com José Sarney (PMDB-AP) e Renan Calheiros, seu padrinho político. Traiu amigos. De Calheiros ouviu que presos deveriam ser impedidos de delatar. De Sarney arrancou compromisso para barrar as investigações. Conseguiu que sua delação fosse homologada.

Ao gravar Sarney, Machado revelou que, a pedido de Temer, contribuiu para a candidatura do "menino" (Gabriel Chalita, que disputou a Prefeitura de São Paulo pelo PMDB em 2012). Derrotado, Chalita tornou-se secretário de Educação de Fernando Haddad (PT-SP), o vencedor. Acordo entre Lula e Temer o faria candidato a vice-prefeito na campanha de reeleição de Haddad em 2016. Com o fim da aliança PT-PMDB, Chalita foi para o PDT.

Ministério, uma agência de negócios

Os acontecimentos dificultariam, por ora, quaisquer manobras contra a Lava Jato. A investigação mais importante da história do Brasil tinha 26 meses quando Temer se tornou presidente em exercício. Ao todo, 28 etapas realizadas, 133 prisões, 17 sentenças e 67 condenações.

Teori Zavascki autorizou a abertura de novo inquérito contra Fernando Collor (PTB-AL). Descobriu-se que o senador era dono de um "tesouro" de R$ 1,5 milhão – com obras de arte, joias e antiguidades.

Sérgio Moro condenou José Dirceu (PT-SP) a 23 anos e três meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Conforme a sentença, o político estava "envolvido na prática habitual, sistemática e profissional de crimes contra a Petrobras". Beneficiou-se de R$ 15 milhões repassados pela Engevix. Teria reformado imóveis e adquirido propriedades mediante falsas consultorias da JD Assessoria e Consultoria. O juiz decretou o confisco da sede da JD em São Paulo, de residência em Vinhedo (SP) e da casa onde morava sua mãe em Passa Quatro (MG). Dirceu ficaria preso.

Nova etapa da Lava Jato e suspeitas de que Dirceu embolsara outros R$ 2,8 milhões. Desta vez por contratos de R$ 5 bilhões entre Petrobras, Confab Industrial e Apolo Tubulars, fornecedoras de tubos. Com participação da Credencial Construtora Empreendimentos, tida como firma de fachada, V&M do Brasil, Interoil Representação e do ex-diretor Renato Duque.

Ex-executivos da Andrade Gutierrez acusaram os ex-governadores do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), e do Amazonas, Eduardo Braga (PMDB) e Omar Aziz (PSD), por cobrança de propina. Cabral teria exigido dinheiro de obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Maracanã, Arco Metropolitano e de urbanização de favelas. Segundo a denúncia, recebia mensalões de R$ 350 mil. Só o Maracanã lhe rendeu R$ 60 milhões em comissões ilegais. Já os governadores do Amazonas foram denunciados por embolsar propina da obra da Arena Amazonas. Braga, R$ 30 milhões. Aziz, R$ 18 milhões.

Teori Zavascki determinou a abertura de inquérito para investigar o ex-senador

Vital do Rêgo (PMDB-PB) e o deputado Marco Maia (PT-RS), presidente e relator da CPI da Petrobras em 2014. Ambos suspeitos de exigir propina para não convocar empresários a depor. Zavascki determinou que Edinho Silva (PT-SP) fosse investigado pela Justiça do Distrito Federal.

Rodrigo Janot pediu ao STF a abertura de inquérito para apurar suposto pagamento de propina nas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA) em benefício de quatro senadores do PMDB: Renan Calheiros (AL), Romero Jucá (RR), Jáder Barbalho (PA) e Valdir Raupp (RO).

Em delação, Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené, afirmou que o grupo CAOA repassou R$ 20 milhões a Fernando Pimentel (PT-MG) entre 2013 e 2014. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, teria editado portarias que deram incentivos fiscais de R$ 600 milhões por ano ao CAOA. Para investigadores, Pimentel transformou o Ministério em "agência de negócios". Segundo Bené, ele recebeu R$ 7 milhões no exterior.

A Lava Jato prendeu preventivamente João Cláudio Genu, ex-assessor do PP, suspeito de receber R$ 2 milhões do esquema na Petrobras. Ele chegou a ser condenado no mensalão, mas isso não o teria impedido de continuar amealhando propina em crimes perpetrados contra a estatal. Fiel escudeiro do então deputado José Janene, Genu se bandearia para o lado do diretor Paulo Roberto Costa, o Paulinho, após a morte do político paranaense.

Em proposta de delação premiada, o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE) relatou que Lula impôs a nomeação de Paulo Roberto Costa à Diretoria de Abastecimento em 2004. Num segundo momento, conforme a revista Veja, Corrêa afirmou que políticos do PP reclamaram do avanço do PMDB sobre o esquema na Diretoria de Abastecimento (cota do PP). Em resposta, Lula afirmaria que eles "estavam com as burras cheias de dinheiro" e, como a Diretoria era "muito grande", seria preciso "atender aos outros aliados".

Em mais uma envolvendo Lula, a PF tomou depoimento de Taiguara Rodrigues dos Santos, filho do irmão de sua primeira mulher, Maria de Lourdes da Silva, falecida em 1971. Contratos do BNDES em obras no exterior estavam sob investigação. A Exergia Brasil, de Santos, recebera R$ 3,5 milhões da Odebrecht após o BNDES aprovar financiamento de US$ 446 milhões para obra em Angola. Casos similares teriam ocorrido em Cuba e República Dominicana. Suspeitava-se que a Exergia, sem capacidade técnica, era firma de fachada. Santos seria próximo de Lula.



DELAÇÃO EXPLOSIVA

Segundo o ex-presidente da Transpetro, a Petrobras era a madame mais honesta dos cabarés do Brasil

O ministro Teori Zavascki, do STF, homologou em 24 de maio de 2016 a delação premiada de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro. Ele confessou que desviou cerca de R$ 115 milhões da subsidiária da Petrobras – mais de R$ 100 milhões ao PMDB. Deu R$ 32 milhões ao senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e R$ 24 milhões ao senador Edison Lobão (PMDB-MA). Para Romero Jucá (PMDB-RR), R$ 21 milhões. José Sarney (PMDB-AP), R$ 18,5 milhões. Outros senadores do PMDB que receberam suborno: Jader Barbalho (PA), R$ 4,2 milhões; Henrique Eduardo Alves (RN), R$ 1,5 milhão; Valdir Raupp (RO), R$ 850 mil; e Garibaldi Alves (RN), R$ 450 mil.

A distribuição de mensalões, de R$ 200 mil a R$ 300 mil, formalizou-se quando Lobão se tornou ministro de Minas e Energia de Lula, em 2008. O primeiro repasse a Sarney, em 2006, somou R$ 500 mil. Ele recebeu R$ 2,2 milhões em propina na forma de doações oficiais. Machado levava R$ 200 mil mensais diretamente a Jucá. Na maioria das vezes, em seu gabinete no Senado. Algumas vezes o delator dirigiu-se à casa de Calheiros em Brasília. Entregou-lhe pessoalmente mensalão de R$ 300 mil, e providenciou R$ 8,2 milhões na forma de doações oficiais. Houve desentendimentos. Calheiros reivindicava mais. Por sua vez, Lobão queria o maior mensalão – R$ 500 mil mensais. Machado reduzi-o a R$ 300 mil. Dinheiro encaminhado ao filho Márcio Lobão, em escritório no Rio. Lobão embolsou R$ 2,7 milhões em doações eleitorais. Propina. Barbalho reagiu ao depoimento de Machado:

> — Eu não leio sobre estrume, que é o que esse criminoso é. Não perco meu tempo.

Expedito Machado Ponte Neto, o Did, filho de Sérgio Machado, administrou dinheiro de peemedebistas num fundo de investimentos na Inglaterra. O jornal britânico The Guardian noticiou que Did gastou 21 milhões de libras para comprar quatro imóveis no Reino Unido em 2014 e 2015. No Brasil, o pai negociava o valor da propina com os donos das empresas. Buscava “extrair o máximo possível de recursos ilícitos para repassar aos políticos que o garantiam no cargo”. Quem não pagasse ficava fora das futuras contratações. Negócios da Transpetro rendiam até 3%. Já nos estaleiros, as comissões ilegais variavam de 1% a 5%. Machado repassava dinheiro vivo. Felipe Rocha Parente, ex-tesoureiro de sua campanha ao Senado pelo PMDB em 2002, ajudou-o a buscar quantias e a entregá-las a políticos. “Homem da mala”, ele se tornou delator da Lava Jato e respaldou as denúncias de

Machado. Conforme o ex-presidente da Transpetro, fornecedores da subsidiária também se encarregavam de injetar recursos, na forma de doações oficiais, dando aparência legal à propina.

Em 7 de junho de 2016, o jornal O Globo revelou que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, solicitou ao STF as prisões de Calheiros, Jucá, Sarney e do deputado afastado, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Acusou-os de tentativa de obstrução da Lava Jato. Calheiros recebeu telefonema de Lula. O petista manifestou solidariedade. Zavascki negaria os pedidos. De Janot:

> — Acredito firmemente em que a linha distintiva entre a autoridade pública e o transgressor se encontra apenas no limite da lei: o primeiro cumpre-a com fidelidade, o segundo a viola sistematicamente.

Conforme a delação, o dinheiro arrecadado pelo esquema da Transpetro entre 2004 e 2014 ficou numa espécie de "fundo de propinas". Machado presidiu a subsidiária por 11 anos e quatro meses. Relacionou o recebimento de R$ 72,9 milhões de quase 20 empresas, em conta bancária do HSBC, em Zurique, na Suíça. Negócio administrado por *trust*.

Explicou como se davam os pagamentos. Solicitava ao empresário que criasse uma senha. De posse desse código e com o local definido para o repasse – hotel ou escritório em São Paulo ou no Rio –, um emissário (com nome falso) vinha receber a propina. Com o método de Machado, o político beneficiado não sabia qual empresa fornecia a quantia. Ao mesmo tempo, o empresário desconhecia o nome do político contemplado.

Doações oficiais da Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Queiroz Engenharia faziam dinheiro sujo chegar aos políticos. Somas entravam de modo "legal" no caixa dos partidos. Para Machado, o "custo político" existia desde 1946. Ao longo de 70 anos, segundo ele, o pagamento de propina teve como parâmetro 3% nos contratos federais, de 5% a 10% nos estaduais e de 10% a 30% nos municípios. A Petrobras constituía-se um "organismo bastante regulamentado e disciplinado", ao contrário de outros tentáculos federais, como o Banco do Nordeste do Brasil, o DNIT, o DNOCS, as Docas e a Funasa:

> — A Petrobras é a madame mais honesta dos cabarés do Brasil.

Reunião na Base Aérea de Brasília

Não foram só políticos do PMDB que embolsaram dinheiro da Transpetro. O delator destacou Heráclito Fortes (PSB-PI) e Sérgio Guerra (PSDB-PE). Os dois senadores davam as cartas na Comissão de Infraestrutura. Machado pretendia modernizar a frota da Transpetro, mas o assunto não entrava em pauta. Entregou R$ 1 milhão a Guerra e R$ 500 mil a Fortes. Citou doações oficiais, com propina: Ideli Salvatti (PT-SC), R$ 500 mil; Cândido Vaccarezza (PT-SP), R$ 500 mil; Sarney Filho (PV-MA), R$ 400 mil; Luiz Sérgio (PT-RJ), R$ 400 mil; José Agripino Maia (DEM-

RN), R$ 300 mil; Felipe Maia (DEM-RN), R$ 250 mil; Francisco Dornelles (PP-RJ), R$ 250 mil; Jorge Bittar (PT-RJ), R$ 200 mil; Edson Santos (PT-RJ), R$ 142 mil; e Jandira Feghali (PC do B-RJ), R$ 100 mil. A deputada contou que atuava fazia 35 anos no setor naval:

> — Na campanha de 2008, conversei com Machado sobre a possibilidade de sua ajuda pessoal, sim. Mas afirmo que não há qualquer contribuição da Queiroz Galvão em minhas campanhas através de Machado, apenas de duas subsidiárias em 2014, por contato direto através do PC do B.

Antes de se bandear para o PMDB e presidir a Transpetro nos governos Lula e Dilma Rousseff, Machado foi senador pelo PSDB. Em sua delação, contou manobra para fazer de Aécio Neves (PSDB-MG) presidente da Câmara dos Deputados em 2001, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O esquema teria proporcionado R$ 1 milhão em propina a Neves e outros R$ 4 milhões para que 50 deputados o apoiassem – repasses de R$ 100 mil a R$ 300 mil. Dinheiro desviado de contratos do Governo Federal. Na época Machado recebeu um pacote de R$ 350 mil em dinheiro, na casa de Luiz Nascimento, um dos donos da Camargo Corrêa. Já Neves beneficiou-se de esquema em Furnas Centrais Elétricas. De Machado:

> "Todos do PSDB sabiam que Furnas prestava grande apoio a Aécio Neves via o diretor Dimas Toledo, que era apadrinhado por ele durante o governo Fernando Henrique."

Ao depor à Procuradoria-Geral da República, Machado detalhou encontro com o vice-presidente Michel Temer (PMDB) em 2012. O diálogo envolveu o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e um objetivo: injetar R$ 1,5 milhão na campanha de Gabriel Chalita (PMDB) a prefeito de São Paulo. Machado e Temer reuniram-se em sala reservada da Base Aérea de Brasília:

> "O contexto da conversa deixava claro que o que Michel Temer estava ajustando com o depoente era que este solicitasse recursos ilícitos das empresas que tinham contratos com a Transpetro na forma de doação oficial para a campanha de Chalita."

Reação de Temer:

> — Alguém que teria cometido aquele delito irresponsável que o cidadão Machado apontou, não teria até condições de presidir o País.

Palavras do presidente em exercício.

Temer admitiu que manteve algumas reuniões com Machado, mas não se lembrou do encontro na Base Aérea de Brasília. O delator emitiu nota:

> "O vice-presidente e todos os políticos citados sabiam que a solicitação seria repassada a fornecedor da Transpetro através de minha influência

direta. Não fosse isso, ele teria procurado diretamente a empresa doadora."

Machado providenciou o R$ 1,5 milhão para Chalita junto à Queiroz Galvão. Dinheiro subtraído de contrato da Transpetro. Avisou Temer que resolveu o assunto. Dois anos depois, 2014: Temer virou, mais uma vez, candidato a vice-presidente, na chapa encabeçada por Dilma Rousseff. PMDB e PT eram bons aliados. Em sua delação, Machado relatou que Temer teve de voltar às pressas ao comando do PMDB naquele ano, para evitar briga dentro do partido. Motivo: o PT obtivera do frigorífico JBS um repasse de R$ 40 milhões ao PMDB, para ajudar a sigla nas eleições. Deputados e senadores quase se engalfinharam pelo dinheiro. Do depoimento de Machado:

> "Essa informação chegou ao conhecimento da bancada do PMDB na Câmara; que a bancada da Câmara foi se queixar a Michel Temer; que esse fato fez com que Michel Temer reassumisse a Presidência do PMDB visando controlar a destinação dos recursos do partido; que o depoente não sabe dizer se o grupo JBS obteve algum favorecimento em troca dessa doação."

O acordo com a Justiça estabeleceu que Machado cumpriria dois anos e três meses de pena em regime fechado diferenciado. Ficaria em sua casa com piscina e quadra esportiva em Forteleza (CE), mas teria de usar tornozeleira eletrônica. Depois desse período, nove meses em regime semiaberto, com prestação de serviços à comunidade. Pagaria R$ 75 milhões em multa.

Cláudio Campos, um apadrinhado do senador Romero Jucá, substituiu Sérgio Machado na Presidência da Transpetro.

Engrenagem espúria

O juiz Sérgio Moro tornou a jornalista Cláudia Cordeiro Cruz, mulher de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ré da Lava Jato. Denunciou-a em 9 de junho de 2016 por lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Cláudia teria gasto cerca de US$ 1 milhão com despesas de cartão de crédito entre 2008 e 2014. Dinheiro em parte desviado de contrato da Petrobras para explorar um bloco de petróleo na costa do Benin, na África. A jornalista teria agido com "cegueira deliberada". Do coordenador da Lava Jato, Deltan Dallagnol:

> — Dinheiro público foi convertido em sapatos e roupas de grife.

Do contrato de US$ 34,5 milhões, US$ 10 milhões foram repassados como propina. Cunha teria recebido US$ 1,5 milhão. Não acharam petróleo no Benin. Além de Cláudia, Moro denunciou por corrupção o empresário português Idalecio de Oliveira, o operador do PMDB João Augusto Rezende Henriques e o ex-diretor Internacional da Petrobras, Jorge Luiz Zelada. A força-tarefa pediu indenização de US$ 10 milhões a Cunha.

Enquanto em 14 de junho de 2016 o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovava parecer pedindo a cassação de Cunha, o juiz federal Augusto César Pansini Gonçalves, da 6ª Vara Cível de Curitiba, determinava a quebra do sigilo fiscal e a indisponibilidade de todos os bens das contas do político e de sua mulher. Ordenou bloqueio de R$ 220 milhões, mas as contas estavam zeradas. De qualquer forma, o casal ficou impedido de vender imóveis, veículos e movimentar dinheiro nos bancos.

O esquema do Benin levou o STF a transformar Cunha em réu em 22 de junho de 2016. Decisão unânime dos 11 ministros. Relator da Lava Jato, Teori Zavascki alegou que o réu se "incorporou à engrenagem espúria protagonizada na Diretoria Internacional, se fazendo dela beneficiado". O ministro Luís Roberto Barroso analisou o caso:

> — Alguém imaginava que partidos políticos disputam indicações de diretorias de estatais para fazer coisa boa?

Acuado, Cunha procurou Michel Temer. O presidente em exercício o recebeu no Palácio do Jaburu, em sigilo, num domingo. Da assessoria de Temer, após os jornais descobrirem a reunião secreta, negada por Cunha: os dois discutiram o cenário político. Cunha era conhecido como tesoureiro informal do PMDB. Agia nos bastidores. Intermediava doações. No governo Temer, indicara o ministro dos Transportes, Maurício Quintella (PR-AL).

A maré de más notícias prosseguiu. Em delação premiada, Fábio Cleto, ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal, admitiu que recebeu propina, juntamente com Cunha, para facilitar 10 operações de liberação de recursos do Fundo de Investimentos do FGTS, administrado pela Caixa. Citou negócios do empresário Eike Batista. O FI-FGTS adquiriu debêntures (espécie de títulos de dívida) da LLX, de Batista, no valor de R$ 750 milhões. Depois liberou dinheiro para a construção de um porto. Cunha teria obtido 1% pela emissão de R$ 250 milhões em debêntures de interesse da OAS.

Acusado por Cleto de agir como operador de Cunha, Lúcio Bolonha Funaro foi preso preventivamente pela Polícia Federal em 1º de julho de 2016. O STF também investigava o envolvimento Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Delações de Cleto e de Nelson Mello, ex-diretor da Hypermarcas, apontaram para a Eldorado Celulose (do grupo J&F, controlador da JBS, proprietária da Friboi) e a BR Vias, do grupo Gol. Mello teria repassado R$ 30 milhões por intermédio de Funaro e outro operador, Milton Lyra. Segundo ele, Lyra entregou R$ 27 milhões aos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Eduardo Braga (PMDB-AM). Já Funaro seria o emissário de R$ 3 milhões a Cunha.

Em troca de ceder 1% em propina, o empresário Joesley Batista, da Eldorado, receberia R$ 940 milhões do FI-FGTS. Henrique Constantino, da Gol Linhas Aéreas, obteria aporte do fundo de investimentos, da mesma forma que empresas

ligadas à Odebrecht, Carioca Engenharia e outras. Juntas, captaram R$ 6,5 bilhões do FI-FGTS. Cleto operava para Cunha, que ficava com 80% da propina. Dos 20% restantes, 12% cabiam a Funaro, 4% a Cleto e 4% a Alexandre Margotto, um sócio de Funaro. Quando a casa caiu, Margotto partiu para o vale-tudo. Em conversa interceptada por investigadores, ameaçou citar Funaro em delação premiada. Alegou que o esquema lhe devia R$ 12 milhões. Não queria ser preso. De Margotto:

> "Eu quero estar do lado do Lúcio, e que ele não me desampare financeiramente nem juridicamente. Mas eu quero cem pau agora, R$ 100 mil."

Do procurador-geral da República, Rodrigo Janot:

> "Cleto, violando dever de sigilo funcional, passava a Eduardo Cunha todos os projetos que estavam em tramitação dentro da área do FI-FGTS e da Carteira Administrativa, assim como o estágio em que se encontravam. Cleto tinha acesso às informações porque recebia a pauta do que seria levado à votação com duas semanas de antecedência à reunião. Tais fatos deveriam permanecer em sigilo."

Suspeita de repassar ao menos R$ 3 milhões em propina a Cunha, a Gol fechou acordo de leniência com o Ministério Público Federal. Anunciou o pagamento de R$ 12 milhões em reparações.

Janot denunciou Cunha por tramoias nas obras do Porto Maravilha, no Rio. Segundo ele, o político favoreceu o consórcio formado por Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia. Em seu depoimento, Cleto apontou para o relacionamento entre o político e a Odebrecht. Em troca de R$ 52 milhões em propina, o FI-FGTS deu R$ 3,5 bilhões para o Porto Maravilha:

> "Que ao longo do tempo [Cleto] pode perceber a proximidade entre Odebrecht e Cunha especialmente em razão da velocidade das respostas referentes à empresa e, ainda, da solicitação de apoio, feita por Cunha, a praticamente todas as operações que envolviam a Odebrecht no FGTS."

Após a nomeação de Cleto na Caixa, em 2011, Funaro obrigou-o a assinar carta de renúncia. Cunha a usaria caso ele não atendesse a seus interesses. Funaro o levou a participar do esquema, mas com o tempo os dois se desentenderam. Numa ocasião, Funaro ameaçou atear fogo em sua casa, com os filhos dentro. Cleto ameaçou largar tudo, mas Cunha o segurou.

Cunha disporia de ascendência sobre a maioria dos integrantes do comitê de investimentos do FI-FGTS, criado em 2007 (governo Lula). Janot não tinha dúvida: Cunha e Funaro achacavam empresas em troca da liberação de recursos. Se não recebessem, atrapalhavam os projetos. Cleto confessou que abriu contas na Suíça e no Uruguai em nome da *offshore* Lastal, onde depositou US$ 2,1 milhões. Pôs as mãos em R$ 520 mil em espécie. Comprometeu-se a devolver R$ 5 milhões obtidos

ilegalmente.

Fim da linha para Dilma e Cunha

Michel Temer preparou o terreno para o *impeachment* de Dilma Rousseff. Entre 21 de junho e 2 de julho de 2016, liberou R$ 3,3 bilhões em emendas parlamentares, para saciar sua base de apoio no Congresso.

Eduardo Cunha renunciou à Presidência da Câmara dos Deputados em 7 de julho de 2016. Com o gesto, tentou salvar o mandato. Nos dias seguintes, a Procuradoria-Geral da República acusou-o por 18 atos de corrupção passiva e 321 de lavagem de dinheiro, apenas no esquema do FI-FGTS.

Após 13 anos de comando do PT no País, o Senado cassou Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. Foram 61 votos a favor do *impeachment* e 20 contra. Temer assumiu a Presidência da República. Com imunidade, ficou livre das investigações da Lava Jato. A ex-presidente fez discurso indignado. Alegou que foi apeada do poder por "um grupo de corruptos investigados". Faltou esclarecer se também se referia ao PT.

Uma segunda votação garantiu os direitos políticos de Dilma. Ela não ficaria impedida de exercer cargos públicos. Irônico: PT e PMDB votaram a favor da medida. Os dois partidos atuaram juntos, mais uma vez.

Cunha foi cassado em 12 de setembro de 2016. Ao todo, 450 deputados votaram pela perda do mandato. Dez foram contra. Nove se abstiveram.

A pedido do Ministério Público Federal, o juiz Sérgio Moro ordenou a prisão de Cunha, por tempo indeterminado, em 19 de outubro de 2016. Justificou que, em liberdade, o político poderia obstruir as investigações, intimidar testemunhas e fugir para o exterior se valendo de recursos ilícitos mantidos em outros países. Para Moro, "a dimensão e o caráter serial dos crimes, estendendo-se por vários anos, é característico do risco à ordem pública".

Em 26 de outubro de 2016, o juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal em Brasília, tornou Eduardo Cunha réu no caso dos desvios no FI-FGTS. Além dele, Henrique Eduardo Alves, Fábio Cleto, Lúcio Bolonha Funaro e Alexandre Margotto. Do despacho do magistrado:

> "A presente denúncia faz referência e traz como prova a farta documentação que relata com precisão de detalhes as operações junto à Caixa e os dados bancários de contas no exterior, planilhas, recibos e anotações feitas por alguns dos acusados."

Cunha permaneceu preso.

Xingamentos em voo

O ministro Teori Zavascki, do STF, autorizou a abertura de inquérito para investigar suspeita de corrupção contra o deputado Andrés Sanchez (PT-SP), ex-presidente do

Corinthians. A Lava Jato apurava o pagamento de R$ 500 mil pela Odebrecht a André Luiz de Oliveira, vice-presidente do clube. A empreiteira construiu o Itaquerão, estádio do Corinthians em São Paulo.

O juiz Sérgio Moro aceitou denúncia do MPF contra o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O episódio ocorreu em 2005, durante as investigações do escândalo do mensalão. Conforme as investigações, Silvinho ganhou um jipe Land Rover da GDK para ajudá-la numa licitação de R$ 457 milhões na Petrobras – as obras do Módulo 1 da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, em Linhares (ES). A empresa pagaria 1,5% de propina (R$ 6,8 milhões). Com o caso do jipe nos jornais, a GDK foi desclassificada. Perdeu o contrato.

Baixada a poeira, longe dos holofotes da imprensa, a GDK firmou, ao longo dos governos Lula e Dilma Rousseff, contratos milionários com a Petrobras.

A denúncia apurava ainda se Silvinho recebeu R$ 486 mil em doações ilegais da OAS de 2009 a 2011. Na época o ex-secretário já estava formalmente desligado do PT. O dinheiro desviado de contratos com a Petrobras teria chegado às suas mãos pela DNP Eventos, apontada como firma de fachada.

Em delação premiada, o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE) afirmou que, desde 1989, todas as CPIs para investigar a Petrobras não surtiram resultados porque empresários corromperam deputados e senadores. Corrêa discorreu sobre a CPI de 2009. Acusou o então senador Francisco Dornelles (PP-RJ) de receber R$ 9 milhões para abafar as investigações. Dinheiro da Queiroz Galvão entregue por seu presidente, Ildefonso Colares Filho, com anuência do diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque.

A Queiroz Galvão tinha contrato de R$ 37 milhões em obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Conforme Corrêa, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) recebeu R$ 10 milhões, quantia dividida com os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Corrêa relatou, ainda, que 50 deputados foram subornados para aprovar a instituição da reeleição em 1997. Com a aprovação da emenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) obteve o segundo mandato consecutivo de presidente da República.

Com o fim do sigilo na delação de Nestor Cerveró, veio à tona que, por orientação de Philippe Reichstul, presidente da Petrobras no governo FHC, Cerveró contratou a PRS Participações, ligada ao filho do presidente, Paulo Henrique Cardoso, por volta do ano 2000. O negócio estava atrelado à termoelétrica Termorio, no Rio de Janeiro. Cerveró recebeu US$ 300 mil em propina da NGR, também vinculada ao projeto da Termorio. Segundo ele, a compra da Perez Companc em 2002 (gestão de Francisco Gros, na Petrobras) rendeu US$ 100 milhões em propina “ao governo FHC”.

Segundo o ex-diretor Internacional da Petrobras, Miguel Rossetto, ex-ministro de Lula e Dilma Rousseff, agiu para direcionar compras de álcool à Copersucar.

Cerveró ainda acusou o senador Fernando Collor (PTC-AL) por receber propina em obra de prédio da BR Distribuidora em Salvador.

Após 17 meses de prisão, Cerveró deixou a cadeia no Paraná em 24 de junho de 2016. Passageiros o xingaram no voo de volta ao Rio.



SOLUÇÃO TEMER

Em vez de barrar a Lava Jato, ministros foram obrigados a deixar o novo governo

Com apenas 18 dias de administração, em 30 de maio de 2016, o presidente Michel Temer perdeu o segundo ministro para a Lava Jato. Depois de Romero Jucá (PMDB-RR), do Planejamento, deixou o Governo Federal Fabiano Silveira, da Transparência, Fiscalização e Controle (pasta renomeada por Temer para gerir a Controladoria-Geral da União). Motivo: Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, gravou-o dando sugestões à defesa do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), enrolado no petrolão.

A situação de Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), ministro do Turismo, complicou-se com os insistentes pedidos de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), então presidente da Câmara dos Deputados. Ele pressionava a OAS a ajudar o amigo, candidato ao Governo do Rio Grande do Norte. Alves perdeu a eleição em 2014. Ele também fora ministro do Turismo, de Dilma Rousseff. Para Rodrigo Janot, procurador-geral da República, Léo Pinheiro entregou dinheiro desviado da Petrobras a Alves, em troca de favores à OAS.

Ao solicitar ao STF a abertura de inquérito para investigar "doações oficiais", Janot tratou da concessão do Aeroporto de Guarulhos (SP), nas mãos da OAS. Citou o ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), o secretário de Parcerias em Investimentos, Moreira Franco (PMDB-RJ), e Michel Temer. Do pedido do procurador-geral:

> "Léo Pinheiro afirmou que explicaria, pessoalmente, para Eduardo Cunha, mas que o pagamento dos R$ 5 milhões para Michel Temer estava ligado a Guarulhos."

Janot pediu as prisões de Calheiros, Jucá e José Sarney (PMDB-AP). Afirmou que um "acordão" viria com a "solução Michel", após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Segundo o procurador-geral, o objetivo era enfraquecer o instrumento da delação premiada, reverter decisão do STF que autorizou prisões após julgamentos em segunda instância e, por fim, alterar regras nos acordos de leniência. Teori Zavascki, do STF, negou as prisões.

Como veremos, o Congresso desejava uma espécie de anistia geral a quem fez uso de caixa dois. Políticos pretendiam impedir condenações por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Queriam neutralizar a Lava Jato.

Suspeito de corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro, Henrique Eduardo Alves (deputado federal por 11 mandatos consecutivos) deixou o governo Temer em 16 de junho de 2016. Sérgio Machado acusou-o de receber R$ 1,5 milhão de propina

de 2008 a 2014. A Lava Jato descobriu conta secreta de Alves na Suíça, atrelada à *offshore* Bellfield Investment. Embolsou R$ 1,6 milhão da Carioca Engenharia, por indicação de Cunha.

Em mais um desdobramento, Fábio Medina Osório, da Advocacia-Geral da União, foi demitido em 9 de setembro de 2016. O quarto ministro a cair. Segundo Osório, o Governo Federal ficou insatisfeito com o ajuizamento de ações de improbidade administrativa contra políticos ligados ao petrolão:

> — O governo quer abafar a Lava Jato.

Um contrato, 70% de propina

Com mais dez pessoas, o ex-ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), recebeu voz de prisão em 23 de junho de 2016. Acusado de desviar R$ 7,1 milhões de contrato entre o Governo Federal e a Consist Software. A empresa administrava crédito consignado a funcionários públicos e fora contratada em 2010, sem licitação, com Bernardo à frente do Planejamento. A mamata estaria na taxa de serviço. Os tomadores de empréstimos pagavam R$ 1 por mês – o valor de mercado era de R$ 0,30.

A Polícia Federal realizou operação de busca e apreensão na sede do PT em São Paulo. Ao todo, a Consist recebeu R$ 140 milhões de 2010 a 2015 – devolveu R$ 100 milhões (quase 70%), a título de propina. Dinheiro transferido a firmas de fachada indicadas pelo tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Segundo a investigação, Bernardo fazia jus a 9,6% do total. Ao deixar o Ministério em 2011, sua parte baixou para 4,8% e, em 2014, para 2,9%. O ex-vereador do PT Alexandre Romano delatou o esquema. A PF prendeu preventivamente Paulo Ferreira, ex-tesoureiro do PT. Do despacho do juiz Paulo Bueno de Azevedo, da 6ª Vara Federal de São Paulo:

> "Paulo Adalberto Alves Ferreira, ex-tesoureiro do PT, antecessor de João Vaccari Neto. Mantinha negócios com Alexandre Romano (Chambinho) e teria iniciado as tratativas relacionadas à Consist e ao Sindicato Nacional das Entidades Abertas de Previdência Complementar (Sinapp) com Luiz Gushiken e Carlos Gabas. Após deixar o cargo de tesoureiro do PT, teria orientado Alexandre Romano a tratar do tema Consist com o novo tesoureiro, João Vaccari Neto. Paulo Ferreira é suspeito, ainda, de receber valores oriundos da Consist, por intermédio do escritório de advocacia Portanova Advogados, absorvendo parte do valor que seria devido a Guilherme Gonçalves/Paulo Bernardo, a partir de 2014."

Gonçalves foi preso. A PF suspeitava que Carlos Gabas (PT-SP), ex-ministro da Previdência, embolsara propina. Houve busca e apreensão, ainda, na casa e nas empresas de Carlos Roberto Cortegoso, conhecido como o "garçom do Lula". Conforme a PF, Cortegoso usou a Focal Confecções e Comunicação e a CRLS

Consultoria e Eventos para escoar dinheiro ilegal.

Ministro do STF, Dias Toffoli revogou a prisão de Paulo Bernardo em 29 de junho de 2016. Para ele, houve "constrangimento ilegal". Não existiam provas de transferência de dinheiro ao exterior, delinquência continuada ou plano de fuga. O juiz Azevedo não gostou da decisão do STF:

> — Reflete a tendência, ainda que inconsciente, de se considerar a existência de riscos apenas em crimes violentos, no mais das vezes cometidos apenas por acusados pobres.

Apontado como "patrono" do esquema, Bernardo e os dois tesoureiros do PT acabaram indiciados pela PF com mais dez pessoas em 26 de julho de 2016. Por organização criminosa, corrupção e lavagem de dinheiro. O MPF denunciou-os. A Justiça Federal em São Paulo tornou-os réus. A surpresa ficou por conta do envolvimento da Consucred, do Recife (PE), suposta intermediária do PMDB. Teria recebido R$ 34 milhões do esquema. Nessas horas, como já sabemos, não havia divergências entre PT e PMDB.

Dois meses depois, em 27 de setembro, o STF acolheu denúncia contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o marido, Paulo Bernardo. Acusados por desvio de dinheiro da Petrobras em 2010. Do ministro Teori Zavascki:

> "Nesse contexto de corrupção sistêmica dentro da Petrobras, a denúncia apontou que Paulo Bernardo, em função do cargo de ministro do Planejamento, usando sua posição de destaque no Governo Federal, pediu R$ 1 milhão a Paulo Roberto Costa [diretor de Abastecimento da Petrobras] para financiar a campanha de sua mulher, Gleisi Hoffmann."

Pilhagem no pré-sal

Em mais um capítulo do petrolão, a Lava Jato mirou em 4 de julho de 2016 o contrato de R$ 840 milhões para ampliar o Cenpes (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras), situado na Ilha do Fundão, no Rio, cuja atribuição consistia em criar tecnologias voltadas ao pré-sal. A obra, iniciada em 2008, recebeu 50 aditivos contratuais. Saiu por R$ 1 bilhão.

Investigava-se desvios de R$ 39 milhões. O consórcio Novo Cenpes (OAS, Carioca Engenharia, Schahin Engenharia, Construcap CCPS Engenharia e Construbase Engenharia) teria repassado R$ 18 milhões para que a WTorre desistisse das obras. Dos R$ 16 milhões que engordaram a Diretoria de Serviços, metade seguiu ao PT. Sobre os outros R$ 5 milhões, suspeitava-se que o diretor Renato Duque e seu braço-direito, Pedro Barusco, receberam R$ 4 milhões. E R$ 1 milhão ficou com Paulo Ferreira, ex-tesoureiro do PT.

Alexandre Romano confessou que, para quitar repasse ilegal, comprou por R$ 72 mil (propina da Construbase) uma caminhonete Pajero que pertencia à mulher de João Vaccari Neto, tesoureiro petista, e a transferiu para Ferreira, o tesoureiro que

antecedeu Vaccari no caixa do partido.

Curioso o envolvimento da WTorre. Segundo a delação de Ricardo Pernambuco, da Carioca Engenharia, a empreiteira surpreendeu os demais integrantes do Novo Cenpes ao oferecer proposta R$ 40 milhões inferior para executar as obras do Cenpes. Walter Torre desistiu da obra depois que Léo Pinheiro, da OAS, convenceu-o a aceitar o suborno de R$ 18 milhões.

Conforme Pernambuco, o lobista Mario Goes cobrava propina vinculada ao Cenpes em nome de Duque e Barusco. O dono da Carioca forneceu à Lava Jato dados da conta Cliver, no banco Delta, na Suíça, por meio da qual disse que repassou comissões ilegais a Goes.

O MPF denunciou 15 pessoas. Acusou-as de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa. O juiz Sérgio Moro determinou a abertura de ação penal. Todos viraram réus. Do procurador Júlio Noronha:

> — Numa engrenagem criminosa cujo eixo é a corrupção e na qual se envolvem empresários, operadores financeiros, agentes públicos e políticos, chama atenção a intensa participação de tesoureiros partidários.

Ao depor a Sérgio Moro, Barusco disse que pagar propina era "regra geral":

> — Às vezes fica difícil responder o que a gente fazia para receber essa propina. Às vezes eu não sabia, porque estava institucionalizada. Estava instituída essa propina, a gente não fazia nada especial para ter essa propina.

Aparentemente ensandecida, a filósofa Marilena Chauí, ideóloga do PT, afirmou que Moro recebeu treinamento do FBI – a Polícia Federal dos Estados Unidos – para conduzir a Lava Jato. O objetivo: tirar o controle brasileiro sobre o pré-sal. Portanto, as investigações do petrolão eram "o prelúdio da grande sinfonia de destruição da soberania brasileira".

Após confessar seus crimes, Barusco – que agiu a serviço do PT nos crimes contra a Petrobras – recebeu autorização para cumprir dois anos de prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica. Pouco tempo depois, porém, pediu para tirar a tornozeleira e incluir sua casa de praia em Angra dos Reis (RJ) como um segundo domicílio. Do desembargador João Pedro Gebran, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao negar o pedido:

> "A lógica equivocada do conceito de prisão domiciliar intentada pelo agravante, se permitida, terminaria por beneficiar àqueles que mais posses tivessem. Como se o condenado, para seu completo deleite, pudesse escolher passar a semana na cidade e nos finais de semana deslocar-se para a praia ou para sua casa de campo."

Intrigante: em operação para apurar fraudes em fundos de pensão, a PF fez busca e apreensão na casa onde Barusco cumpria prisão domiciliar no Rio, no início de

setembro de 2016. Ali encontrou R$ 300 mil em dinheiro. Como se sabe, o delator deveria ter entregado à Justiça todo o dinheiro produto de suas atividades criminosas. Por que ainda dispunha dessa bolada?

Para se livrar da prisão, Renato Duque envidava esforços em prol de sua delação premiada. Relatou aos investigadores da Lava Jato um jantar na casa do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, para acertar R$ 1 milhão em propina. Em troca do dinheiro, Nardes não criaria obstáculos para a contratação de uma plataforma de petróleo. Segundo Duque, Pedro Barusco providenciou a entrega da soma. Nardes era ex-deputado do PP do Rio Grande do Sul. Lula nomeou-o para o TCU em 2005.

US$ 12 milhões abandonados na Suíça

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou a soltura de Ronan Maria Pinto em 6 de julho de 2016, mediante o pagamento de R$ 1 milhão de fiança. Condição: ele deveria ficar recluso em casa à noite e nos fins de semana, sempre com tornozeleira eletrônica. Ronan esteve preso por mais de três meses, suspeito de extorquir R$ 6 milhões para não revelar detalhes do assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT), em 2002.

O ministro Luiz Fux, do STF, autorizou nova investigação contra José Dirceu (PT-SP), desta vez para apurar suspeitas de desvios na Prefeitura de Santo André, entre 1997 e 2001. Esquema denunciado por João Francisco Daniel, irmão do prefeito morto. Gilberto Carvalho (PT-SP), na época secretário do prefeito Celso Daniel, levaria malas com dinheiro de propina para Dirceu.

Em mais um caso envolvendo Dirceu e Renato Duque, Sérgio Moro tornou-os réus por corrupção e lavagem de dinheiro. Duque teria recebido R$ 7,1 milhões em comissões ilegais, em troca de acerto na Petrobras. Dinheiro transferido pela Apolo Tubulars ao lobista Julio Camargo. Segundo a acusação, Dirceu ficou com R$ 2,1 milhões. Já Duque facilitou contratos de R$ 255 milhões com a Apolo, realinhados depois para R$ 450 milhões.

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, o delator Augusto Mendonça de Ribeiro Neto reconheceu o pagamento de US$ 32 milhões – propina pela construção das plataformas de petróleo P-51 e P-52. A soma representou 2% do US$ 1,6 bilhão recebido pela Keppel Fels e a Setec nos contratos com a Petrobras firmados em 2003 e 2004. Duque e Zwi Skornicki, representante da Keppel, de Cingapura, teriam dividido a comissão meio a meio.

Delator, Skornicki contou que Duque abandonou US$ 12 milhões. A história: a Keppel entregou a soma como contrapartida à construção da plataforma P-56, voltada para explorar a bacia de Campos. Suborno pago entre 2008 e 2011, período em que o consórcio entre Keppel e Technip realizou a obra.

O problema ocorreu no banco Delta, na Suíça, que se recusou a abrir conta em nome do diretor da Petrobras. Não havia lastro para depósito daquele tamanho. A

solução, sugerida pelo próprio Delta: Skornicki abriria a conta, com um procurador da confiança de Duque. Feito. Ele indicou o filho, Daniel. Provavelmente não mexeu nos US$ 12 milhões com a esperança de não o envolver na maracutaia e, com sorte, recuperar a quantia no futuro.

Já a Justiça recuperou R$ 4,1 milhões em leilão de imóveis que pertenceram ao doleiro Alberto Youssef. Um complexo imobiliário de 1.620 metros quadrados no Campo de São Cristóvão, no Rio, rendeu R$ 2,3 milhões. E as cotas do Conect Smart Hotel, em Salvador, R$ 1,8 milhão. Do procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato, ao jornal O Estado de S. Paulo:

> — Não vemos pessoas ou partidos como inimigos. Nosso inimigo é a corrupção, onde quer que esteja, e, nessa guerra, existe apenas um lado certo, o da honestidade e da justiça.

Abreu e Lima, Angra 3 e o padre de Taguatinga

A PF prendeu em 21 de junho de 2016 três empresários apontados como donos do Cessna Citation PR-AFA, o avião que caiu em Santos (SP) matando Eduardo Campos (PSB-PE) e mais seis pessoas em agosto de 2014. Segundo a investigação, o ex-ministro Fernando Bezerra (PSB-PE) recolhia propina endereçada a Campos pela Câmara & Vasconcelos, que ajudou a comprar a aeronave. A empresa teria embolsado R$ 18,8 milhões pagos à OAS por serviços de terraplenagem nas obras de transposição do Rio São Francisco.

O esquema suspeito de financiar a compra do Cessna mantinha 18 contas bancárias e várias firmas fantasmas. Além das prisões de João Carlos Lyra de Melo Filho, Eduardo Freire Bezerra Leite e Apolo Santana Vieira, a PF deteve Arthur Roberto Lapa Rosal. Não encontraram o quinto procurado, Paulo Cesar de Barros Morato, tido como o dono da Câmara & Vasconcelos.

Em consequência da operação, agentes apreenderam oito automóveis de luxo, 11 lanchas, quatro jet-skis e três aeronaves. Investigadores apontaram Melo Filho como intermediário de repasses da Camargo Corrêa a Eduardo Campos e ao senador Fernando Bezerra. Dinheiro das obras da Refinaria Abreu e Lima (PE). O esquema teria movimentado R$ 600 milhões.

Paulo Cesar de Barros Morato foi encontrado no dia seguinte, num motel em Olinda (PE). Morto. Concluíram que ele cometeu suicídio.

A PF indiciou Bezerra. Em seu relatório, acusou-o de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A Procuradoria-Geral da República decidiu denunciá-lo por receber R$ 41,5 milhões desviados das obras de Abreu e Lima – dinheiro de contratos da Petrobras com OAS, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão. Parte irrigaria as campanhas de Campos.

Desembargadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife, decidiram arquivar as investigações de corrupção em torno da compra do avião

acidentado e do financiamento à campanha de Campos em 2014.

Em mais um desdobramento da Lava Jato, a PF prendeu preventivamente em 6 de julho de 2016 dez pessoas acusadas de desviar dinheiro das obras da Usina Nuclear de Angra 3. Os suspeitos teriam movimentado R$ 48 milhões de contrato da Andrade Gutierrez. Entre os presos, o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletronuclear, acusado de embolsar R$ 12 milhões. Levado à cadeia em 2015, encontrava-se em prisão domiciliar. Agora, mais uma vez, atrás das grades.

Cinco altos funcionários da Eletronuclear foram presos: Luiz Antonio de Amorim Soares, Edno Negrini, Luiz Manuel Amaral Messias, José Eduardo Brayner Costa Mattos e Persio José Gomes Jordani. Juntos, teriam dividido R$ 14,4 milhões roubados de Angra 3. O suborno ao alto escalão da Eletronuclear vinha de contratos fictícios de prestação de serviços. Usaram firmas do operador Adir Assad. Serviram-se de cafeterias e shopping centers para repassar pacotes de dinheiro. Sucessor de Othon Pinheiro da Silva, Pedro José Diniz Figueiredo foi afastado da estatal. Um mar de lama.

Salienta-se que, mesmo após ser preso e exonerado em 2015, Othon Pinheiro da Silva manteve influência na Eletronuclear, que trabalhou por sua defesa na Justiça. Do mesmo modo afastados de seus cargos, diretores e superintendentes, certos da cultura da impunidade, deram jeito de violar lacres de gabinetes e se apoderar de documentos. Montaram escritório para acompanhar as investigações. Mantiveram a organização criminosa.

O juiz Marcelo da Costa Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, condenou Pinheiro da Silva a 43 anos de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro, embaraço a investigações, evasão de divisas e organização criminosa. Outros 12 réus foram sentenciados. Um dos donos da Engevix, José Antunes Sobrinho recebeu a segunda maior pena, de 21 anos e dez meses de prisão. A filha do almirante, Ana Cristina da Silva Toniolo, sofreu condenação de 14 anos e dez meses em regime fechado. Ela era sócia do pai na Aratec Engenharia, contemplada com R$ 4,5 milhões em propina.

Ao depor ao juiz Sérgio Moro, Antunes Sobrinho relatou que Léo Pinheiro, da OAS, convidou a Engevix a compor um grupo de oito empresas que pagaria R$ 40 milhões (R$ 5 milhões cada) para evitar a convocação de seus dirigentes pelas CPIs encarregadas de "investigar" a Petrobras em 2014. Antunes Sobrinho participou de reunião na casa do então senador Gim Argello (PTB-DF), onde o político formalizou o pedido de "doação". Antunes Sobrinho e o sócio, Gérson de Mello Almada, não teriam entregado dinheiro. Talvez porque soubessem da extorsão, não foram chamados à CPI.

Em sua delação, Zwi Skornicki, da Keppel Fels, disse que subornou o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), relator de uma das CPIs da Petrobras em 2014, para não ter de

depor. O petista ocupou os cargos de ministro de Relações Institucionais e da Pesca no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Skornicki descontou o repasse a Luiz Sérgio de outras contribuições ilegais que já fazia ao tesoureiro do PT, João Vaccari Neto.

O juiz Sérgio Moro condenou Gim Argello a 19 anos de prisão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e obstrução à investigação. Conforme já descrito aqui, Argello manteve relacionamento estreito com o padre Moacir Anastácio de Carvalho, da Paróquia São Pedro, em Taguatinga (DF). Os dois trocaram 58 ligações telefônicas entre março e agosto de 2014.

Argello usaria a paróquia para dissimular o recebimento de dinheiro sujo. Por sua vez, o padre Moacir era dono de uma fazenda no Ceará e de dois automóveis não declarados à Receita Federal. Ao todo possuía R$ 3,3 milhões em bens. Sua variação patrimonial de R$ 890 mil, entre 2014 e 2015, mostrou-se incompatível com os rendimentos. O religioso pagou R$ 297 mil à vista por um apartamento no bairro do Meirelles, em Fortaleza.

Em 13 de outubro de 2016, Sérgio Moro sentenciou Argello por extorquir R$ 7,3 milhões da OAS, UTC e Toyo Setal. Em troca, não convocou seus dirigentes a prestar depoimentos. Moro ordenou o confisco de iguais R$ 7,3 milhões. Determinou o envio da quantia ao caixa do Congresso. Do juiz:

> "A prática de crimes por parlamentares, gestores da lei, é reprovável, mas ainda mais diante de traição tão básica de seus deveres públicos e em um cenário de crescente preocupação com os crimes contra a Petrobras."

O ministro Teori Zavascki, do STF, autorizou operação de busca e apreensão da PF e da Procuradoria-Geral da República em residências de Vital do Rêgo, ministro do Tribunal de Contas da União (ex-senador do PMDB da Paraíba), e do deputado Marco Maia (PT-RS). Os dois ocuparam os cargos de presidente e relator da CPI mista encarregada de investigar a Petrobras em 2014. Ambos suspeitos de receber propina para blindar empreiteiros.

O ex-senador Delcídio Amaral, delator da Lava Jato, acusou a dupla de cobrar "pedágio". Léo Pinheiro, dono da OAS, também os acusou. Em depoimento a Sérgio Moro, contou que deu R$ 3,8 milhões para abafar as investigações. Repassou dinheiro a Argello, Rêgo e Maia, que o procurou:

> "Ele teve uma conversa comigo, que podia ajudar porque o relatório é fruto de todo um trabalho investigativo feito durante o período e o relatório final que é votado. Então, ele teria condições de ajudar no sentido de proteger nossa empresa."

Em seguida, o deputado teria ido direto ao assunto:

> "Queria lhe solicitar, em troca de lhe ajudar quando estiver fazendo o relatório final da CPI, uma contribuição de R$ 1 milhão."

Léo Pinheiro entregou notas fiscais e comprovantes de transferências da OAS para uma construtora do interior da Paraíba. O expediente lavou R$ 1,5 milhão de caixa dois, dinheiro supostamente usado na campanha de Rêgo ao Governo da Paraíba em 2014. Ele perdeu a eleição.

A defesa de Marco Maia mirou a delação premiada negociada por Alexandre Romano. Como parte do acordo com a Justiça, o Ministério Público Federal requereu que Romano vendesse dois apartamentos em Miami, nos Estados Unidos. Se os imóveis pertenciam ao ex-vereador do PT, não fazia sentido apontar Maia como o dono verdadeiro de um deles.

Imperador nas alturas

A queda do quinto ministro chamuscou Michel Temer. Ministro da Cultura, Marcelo Calero acusou o colega Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) de pressioná-lo a autorizar a construção de um edifício de luxo em região histórica de Salvador. Calero deixou o cargo. Lima admitiu ser proprietário de apartamento de R$ 2,6 milhões no condomínio. De Calero à Folha de S.Paulo, em 19 de novembro de 2016:

> — Entendi que tinha contrariado de maneira muito contundente um interesse máximo de um dos homens fortes do governo e que ninguém iria me apoiar.

Apesar dos quase 100 metros de altura do projeto do edifício La Vue, inapropriado para o local cercado de construções históricas, o Palácio do Planalto se meteu no caso. Em depoimento à Polícia Federal, Calero relatou que Temer o "enquadrou", insistindo numa solução que não contrariasse Geddel Vieira Lima, seu ministro da Secretaria de Governo.

Temer ainda tentou impor a "lei do silêncio", mas não conseguiu blindar Lima. Caiu o ministro, o sexto de seu governo em seis meses.

O episódio lamentável serve para jogar luz nas investigações das maracutaias na Caixa Econômica Federal. Além de Eduardo Cunha, como vimos, o esquema no FI-FGTS apontava para Fábio Cleto, Lúcio Bolonha Funaro e Alexandre Margotto, que procurava acordo de delação premiada.

Ao admitir participação, Margotto contou aos procuradores da Lava Jato que montou um escritório com Funaro em São Paulo – local visitado por Geddel Vieira Lima, vice-presidente da Caixa de março de 2011 a dezembro de 2013. Ele já fora ministro da Integração de Lula, entre 2007 e 2010.

Lima não negou aos repórteres Fábio Fabrini e Fábio Serapião, de O Estado de S. Paulo, os encontros com Funaro, preso pela Lava Jato. Reuniam-se em Brasília e no escritório de São Paulo. Para Lima, Funaro era "um conhecido".

> — Ia por cortesia. Não foram tantas vezes.

O ministro não se lembrou do que tratava no escritório de Funaro. Não soube dizer quantas vezes esteve lá, ou quando ocorreram as reuniões. Não se recordou

nem do cargo que ocupava na ocasião. Conversavam, apenas:

— Como vai, tudo bem?



CAMINHOS EXTRALEGAIS

Depois de cinco meses preso, João Santana confessou o caixa dois. Pagou fiança milionária e foi para casa

Cinco meses após prestarem depoimento falso, o marqueteiro João Santana e sua mulher, Mônica Moura, confessaram ao juiz Sérgio Moro, em 21 de julho de 2016, que embolsaram US$ 4,5 milhões em caixa dois por serviços prestados à campanha de Dilma Rousseff. No primeiro depoimento alegaram que o dinheiro não contabilizado veio de campanhas no exterior. Agora admitiam: o depósito na *offshore* Shellbill Finance, feito por Zwi Skornicki, atendeu a ordem do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Santana mencionou uma "cultura generalizada de caixa dois". Segundo ele, em todo o mundo governos e empresários buscavam "caminhos extralegais":

> — O caixa dois é um dos principais, senão o principal, centro de gravidade da política brasileira.

Trouxe desconfiança o novo depoimento. Santana frisou que o pagamento, feito entre 2013 e 2014, se referia à campanha de 2010. Se já estivesse vinculado à eleição de 2014, poria em risco a legalidade da reeleição da chapa Dilma-Temer e o mandato exercido por Michel Temer. De Santana:

> — Vaccari me chamou e disse: "Consegui resolver, achei um empresário que vai colaborar com o partido e pagar essa dívida".

Conforme o marqueteiro, Skornicki, operador da multinacional Keppel Fels, ficou de saldar US$ 4,5 milhões em dez parcelas, no exterior, em conta bancária não declarada. Pagou nove meses, pendurou a última. Skornicki encontrava-se preso, da mesma forma que Santana. Ouvido por Sérgio Moro, afirmou que repassou US$ 5 milhões, todas as parcelas – propina atrelada à construção de navios-sonda encomendados pela Sete Brasil. Skornicki criou uma "conta corrente" com as comissões ilegais ao PT. Usou esse fundo para enviar dinheiro à conta secreta do marqueteiro na Suíça.

Sérgio Moro autorizou João Santana e Mônica Moura a deixarem a prisão em 1º de agosto de 2016, mediante pagamento de fiança de R$ 31,5 milhões – o total bloqueado nas contas do casal. Os dois entregaram os passaportes e comprometeram-se a não entrar em contato com demais investigados da Lava Jato nem com clientes de campanhas eleitorais.

A revista Veja forneceu detalhes dos entendimentos de Santana para fazer uma delação premiada. Segundo o marqueteiro, Dilma Rousseff garantiu que o ministro da Fazenda, Guido Mantega (PT-SP), se encarregara de obter dinheiro para pagá-lo pela campanha de reeleição em 2014. Já Antonio Palocci (PT-SP) se responsabilizou

pelo fluxo de repasses de caixa dois em 2006 (reeleição de Lula) e 2010. O marqueteiro apontaria repasses ilegais da Odebrecht e da Andrade Gutierrez no exterior e citaria até um *flat* em Curitiba, transformado em tesouraria clandestina de Gleisi Hoffmann (PT-PR) durante sua campanha para prefeita da capital do Paraná em 2008.

O Ministério Público Federal requereu a condenação de Santana e Mônica Moura por corrupção passiva e lavagem de dinheiro nas campanhas de 2006, 2010 e 2014. Solicitou o bloqueio de R$ 795 milhões do casal e, ainda, o pagamento de R$ 1,5 bilhão em multa por prejuízos causados à Petrobras nos desvios ocorridos durante a construção de navios-sonda.

Dilma Rousseff saiu do ostracismo político ao ser citada por Santana em sua tentativa de fazer uma delação premiada. O marqueteiro do PT disse que a então presidente da República, sua amiga, mandou recado por meio de um emissário: ele e a mulher, Mônica Moura, seriam presos pela Lava Jato. Depreende-se que a mais alta mandatária do País se beneficiou de informações privilegiadas e vazou-as à medida de seus interesses. Do mesmo modo que tentou livrar Lula de eventual prisão ao nomeá-lo ministro, Dilma teria agido para obstruir a Justiça no caso de Santana.

A versão do 'trouxa perfeito'

O MPF pediu a condenação do empresário José Carlos Bumlai por lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e corrupção no caso do empréstimo do Banco Schahin realizado em 2004. Bumlai pegou R$ 12 milhões e repassou-os ao PT. Soma jamais devolvida. Em troca o grupo Schahin obteve contrato bilionário com a Petrobras. Entre os acusados, Salim, Milton e Fernando Schahin, Maurício Bumlai, filho de José Carlos Bumlai, e João Vaccari Neto.

Em sua defesa, Bumlai posou de ingênuo. Alegou ter sido usado pelo Banco Schahin, que se aproximou do PT atrás de negócios. Errou e se arrependeu:

> "Nesse contexto, como esclareceu Bumlai, o empréstimo já estava totalmente aprovado e só precisava de um 'trouxa' para assinar e ficar responsável por ele. E o 'trouxa' escolhido foi José Carlos Bumlai, que, além de ser conhecido de todos os envolvidos, era adimplente e amigo do presidente Lula. Eis o trouxa perfeito!"

Preso em novembro de 2015, quatro meses depois Bumlai recebeu autorização de Sérgio Moro para fazer tratamento de saúde. Ficou em prisão domiciliar. Por ordem do juiz, voltou à cadeia em 6 de setembro de 2016. Ao julgar o caso, Moro não engoliu as desculpas de Bumlai. Condenou os denunciados. No caso do amigo de Lula, sentenciou-o a nove anos e dez meses de prisão por gestão fraudulenta e corrupção. De acordo com o juiz, Bumlai agiu para manter boas relações com o PT, que controlava o governo.

Ao depor à Lava Jato, o senador cassado Delcídio Amaral afirmou que Lula aproximou-se do PMDB em seu primeiro mandato (2003 – 2006) para evitar o risco de *impeachment*, possível consequência do escândalo do mensalão:

> — Quando veio o mensalão, o Lula fez uma revisão das posições que ele vinha assumindo. Dizendo assim: ou eu abraço o PMDB ou eu vou morrer. Quando aí o PMDB veio fortemente para o governo. Estabeleceu tentáculos em toda a estrutura do governo.

Alguns desdobramentos, inevitáveis: a Procuradoria-Geral da República denunciou o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Acusou-o de embolsar R$ 500 mil. Dinheiro desviado pela Queiroz Galvão de contratos da Petrobras, repassado como doação eleitoral. Já Clóvis Primo, ex-diretor da Andrade Gutierrez e delator da Lava Jato, descreveu que os senadores Edison Lobão (PMDB-MA) e Romero Jucá (PMDB-RR) receberam percentuais das obras da Usina Nuclear de Angra 3.

Luiz Carlos Martins, executivo da Camargo Corrêa, delatou repasses a Lobão relacionados às obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Usou a AP Energy, com sede em Santana do Parnaíba (SP). Na época, em 2011 e 2012, Lobão era ministro de Minas e Energia. Os "serviços" da AP eram apenas fictícios. Houve dois pagamentos de R$ 1,2 milhão cada. Os donos da AP embolsaram comissão de R$ 583 mil pela intermediação.

Ex-gerente da Camargo Corrêa, Gustavo da Costa Marques admitiu que seu depoimento sobre Lobão seguiu roteiro combinado com a empreiteira, omitindo parte dos trambiques. Para conhecimento do leitor, Marques era filho de Glaucos da Costa Marques, já citado neste livro, um primo de José Carlos Bumlai. A ex-mulher de Marques, aliás, possuía cargo no gabinete de Lobão. Ao retificar sua versão, afirmou que, por quatro vezes, tratou de pagamentos irregulares diretamente com Lobão, na casa do então ministro em Brasília. Além disso acertou repasses em viagens a São Luís, onde se reunia com Luiz Fernando Moura da Silva, ligado a Lobão.

No fim de 2012, Lobão pediu entre R$ 600 mil e R$ 800 mil, com "urgência". O dinheiro deveria ser entregue em Brasília. Conforme Marques, Rodrigo Brito, filho do dono da AP Energy, transportou a bolada dentro de uma mochila. Marques acondicionou a quantia em uma caixa e a levou à casa do ministro. Repassou-a diretamente a ele. Lobão não se ocupou em contar as cédulas. Marques abriu a caixa para que o político visse o seu conteúdo.

Roubalheira generalizada. Como já registrado, Delcídio Amaral não ficou de fora. Em depoimento à Polícia Federal, o economista Antônio Alberto Leite Godinho contou que, em nome do então senador petista, pôs as mãos em R$ 1,5 milhão entregues por Fernando Soares, o Baiano, entre 2006 e 2007:

> "Em algum momento das tratativas com Fernando Soares ficou acertado

> que o dinheiro seria levado até a residência do declarante, em São Paulo, o que de fato ocorreu; que esclarece que foram enviados ao declarante, em várias ocasiões, pacotes de dinheiro deixados na portaria do prédio; que tais valores estavam acondicionados em caixas cobertas por papel pardo, contendo o nome do declarante; que foram entre cinco e sete entregas de dinheiro realizadas na forma recém-descrita."

Aqui se oculta e dissimula

A PF prendeu em 2 de agosto de 2016 Ildefonso Colares Filho e Othon Zanoide Moraes Filho, que ocuparam altos cargos na Queiroz Galvão. Os dois já haviam sido presos em novembro de 2014. A empreiteira mantinha contratos de R$ 20 bilhões com a Petrobras e teria ampla participação nos esquemas que desviaram dinheiro da estatal. Do juiz Sérgio Moro:

> "O contexto não é de envolvimento episódico em crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, mas de atuação profissional, longa e sofisticada, no pagamento de propinas em contratos públicos, com utilização de expedientes de ocultação e dissimulação relativamente complexos."

Conforme as investigações, havia indícios de pagamento de propina por meio de contratos simulados, transferências no exterior, doações eleitorais para quitar suborno e uso de caixa dois. Colares Filho e Moraes Filho teriam agido para obstruir as investigações ao facilitar a fuga para o exterior de um terceiro executivo da Queiroz Galvão, Augusto Amorim Costa.

Delator, Ricardo Pessoa, dono da UTC, acusou a Queiroz Galvão de repassar R$ 2,4 milhões em caixa dois à campanha de Lula em 2006, dinheiro subtraído da construção da plataforma de petróleo P-53. Pessoa acabou se safando da prisão. Admitiu que pagou R$ 38 milhões em propina em crimes que lesaram a Petrobras. Condenado por corrupção ativa e envolvimento em organização criminosa, pagaria multa de R$ 51 milhões para ressarcir os cofres públicos e usaria tornozeleira eletrônica até novembro de 2017.

Em um de seus depoimentos, Pessoa disse que participou de reunião na sede do BNDES em 2014 para tratar da reforma do Aeroporto de Viracopos (SP). No ano anterior, o BNDES aprovara empréstimo de R$ 1,5 bilhão ao projeto. Luciano Coutinho, presidente do banco (no cargo entre 2007 e 2016), pediu que a UTC procurasse Edinho Silva (PT-SP), tesoureiro da reeleição de Dilma Rousseff, para compensar com doações de campanha.

Guilherme Lacerda era diretor do BNDES. Trocou mensagens por celular com Otávio Marques de Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez. A empreiteira obteve US$ 2,8 bilhões do BNDES em oito anos. O diálogo, de 22 de setembro de 2012, referiu-se provavelmente a João Vaccari Neto, o tesoureiro do PT. Palavras de Lacerda e, depois, de Azevedo:

— Otávio, o joao Vac me informa hoje que ainda não recebeu para encaminhar. Foi uma surpresa e já criei expectativas em vários lugares. Pf veja isso com urgência.

— Guilherme estou saindo de Londres e chego amanhã. Fique tranquilo e mantenha suas promessas. Esta programação foi feita em conjunto com o JVC. Será feito na próxima semana. Abs.

Em operação deflagrada em 10 de novembro de 2016, a PF mirou R$ 50 milhões supostamente branqueados pelos operadores Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran. Assad já era prisioneiro da Lava Jato. Duran, no exterior, fugitivo. Os dois atuaram em prol de empreiteiras como UTC e Mendes Júnior, acusadas de repassar R$ 34,6 milhões a Duran entre 2011 e 2013. Ele usaria a Tacla Duran Sociedade de Advogados para movimentar somas e pagar propina. A UTC fez contratos suspeitos de R$ 56 milhões com a Tacla. A Mendes Júnior fechou negócios de R$ 25 milhões com a firma. Assad deu R$ 24,3 milhões a Duran. Do procurador Roberson Pozzobon:

— A empresa transferia para o escritório. O principal sócio, no caso Tacla Duran, sacava e devolvia parte dos recursos para a empreiteira, que os utilizava em pagamentos de propina.

Além da Tacla, Duran usou a Econocell do Brasil e a TWC Participações para irrigar o esquema. Do procurador Julio Motta Noronha:

— Não estamos falando aqui de um ato de corrupção isolado ou de lavagem isolada. Há evidência que esses operadores financeiros atuavam de forma contínua e prolongada na lavagem de dinheiro, fazendo disso sua profissão.

O MPF abriu investigação sobre repasses de R$ 89,5 milhões a firmas ligadas a Assad e Duran. Na mira dos procuradores, obras de ampliação das pistas da Marginal do Rio Tietê, as mais importantes ligações viárias de São Paulo, executadas entre 2009 e 2011. Trabalhos tocados a partir de convênio entre o Governo de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo, na época comandados pelo governador José Serra (PSDB) e o prefeito Gilberto Kassab (PSD).

Contratadas para serviços de R$ 1,7 bilhão (estimativa inicial, R$ 816,9 milhões), as empreiteiras Delta Engenharia, Sobrenco, EIT e Egesa fecharam os negócios com a estatal Dersa (Desenvolvimento Rodoviário). Segundo as investigações, firmas ligadas a Assad e Duran – Legend Engenheiros Associados, JSM Engenharia e Terraplenagem e SM Terraplenagem – não exerciam atividades nem possuíam estrutura física ou pessoal para prestar serviços. Serviram apenas para lavar dinheiro e intermediar a corrupção.

Procurador-geral da República, Rodrigo Janot denunciou ao STF o senador Ciro Nogueira (PP-PI). Acusou-o de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Segundo

Janot, ele recebeu R$ 2 milhões em propina da UTC, dinheiro desviado de contratos da Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Em troca Nogueira prometeu favorecer a UTC em obras patrocinadas pelo Ministério das Cidades, sob a guarda do PP. Janot pediu a devolução dos R$ 2 milhões e mais R$ 2 milhões a título de reparação de danos morais, além da perda da função pública para Nogueira. O político teria recebido R$ 1,4 milhão entre fevereiro e março de 2014, dinheiro transportado à sua casa. Outros R$ 475 mil foram entregues ao senador entre agosto e dezembro de 2014, por meio de contrato fictício.

A revista IstoÉ tratou da "protegida de Lula", Rosemary Noronha. O Ministério Público de São Paulo acusava a ex-chefe de gabinete do escritório da Presidência da República em São Paulo, nomeada por Lula, de não pagar pela propriedade de apartamento duplex de 150 metros quadrados no bairro paulistano da Mooca, registrado em nome da filha. O imóvel fez parte de empreendimento da falida Bancoop, a cooperativa dos bancários de São Paulo. Não havia comprovantes de pagamento.

Segundo a reportagem, Vagner Freitas, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), tampouco apresentou ao MP documentos que atestassem a quitação de apartamento registrado em seu nome no condomínio Altos do Butantã, em São Paulo, erguido pela mesma Bancoop.

As prisões de Mantega e Palocci

A PF prendeu o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega em 22 de setembro de 2016. A Lava Jato acusou-o de solicitar R$ 5 milhões ilegais ao PT. O empresário Eike Batista, da OSX Construção Naval, admitiu que, a pedido de Mantega, repassou US$ 2,3 milhões para empresa do marqueteiro João Santana e de sua mulher, Mônica Moura, na Suíça. A OSX formava consórcio com a Mendes Júnior. Ambas beneficiárias de US$ 922 milhões para construir as plataformas de petróleo P-67 e P-70, de exploração do pré-sal. Na época, em 2012, o ministro Mantega também presidia o Conselho de Administração da Petrobras. Do depoimento de Batista:

> "Houve um pedido para que eu contribuísse para a campanha... Para despesas, porque a campanha já tinha passado."

Os dois reuniram-se no gabinete do ministro, em Brasília. Batista explicou:

> "O ministro de Estado pediu, o que você faz? Tenho R$ 40 bilhões investidos no País, como é que você faz?"

Um contrato fraudulento com empresa de João Santana serviu para efetuar transferências de US$ 2,3 milhões. Conforme as investigações, o consórcio entre Mendes Júnior e OSX deu R$ 6 milhões à Tecna/Isolux, apontada como firma de fachada. A empresa recebeu outros R$ 6 milhões, diretamente da Mendes Júnior. Da Tecna/Isolux saíram R$ 10 milhões à Credencial Construtora, identificada como empresa de fachada, vinculada a interesses de José Dirceu (PT-SP). Para agradar ao

PMDB, a Mendes Júnior injetaria R$ 7,4 milhões na Trend, de João Augusto Rezende Henriques.

Ao todo, oito pessoas foram presas na operação. Mantega recebeu voz de prisão em hospital de São Paulo, onde acompanhava tratamento de saúde da mulher. O MPF temia que ele destruísse provas e fugisse do Brasil. Com a repercussão da prisão num hospital, o juiz Sérgio Moro mandou soltá-lo cinco horas depois, "sem embargo da gravidade dos fatos apurados".

O ex-ministro Antonio Palocci foi preso pela PF em 26 de setembro de 2016, acusado pela Lava Jato de ter intermediado dinheiro sujo da Odebrecht ao PT entre 2008 e 2013. A PF também prendeu dois homens ligados a Palocci – Branislav Kontic, o Brani, seu braço-direito, e Juscelino Dourado, o JD. O ex-ministro seria o "Italiano" das planilhas secretas da Odebrecht. De Moro:

> "Mensagens eletrônicas tratam da intervenção do então ministro Antonio Palocci no interesse do grupo Odebrecht nas licitações e contratos para a construção das sondas do pré-sal."

Palocci atuava como lobista da Odebrecht. Defendia interesses da empreiteira em contratos de navios-sonda, edição de medidas provisórias, financiamentos do BNDES e até no programa de desenvolvimento de um submarino nuclear. Sob coordenação de Palocci, a Odebrecht teria feito pagamentos de R$ 128 milhões ao PT. Segundo as investigações, o próprio Palocci embolsou R$ 6 milhões em propina. Do delegado federal Filipe Hille Pace, para quem a Petrobras foi usada de maneira criminosa:

> — Em 2008, foi o primeiro lançamento da planilha Italiano. Essa planilha consiste de uma conta corrente que Antonio Palocci Filho, que representava o grupo político do PT, tinha com a empresa Odebrecht. Os primeiros pagamentos são de 2008 e atrelados a eleições municipais."

A investigação interceptou uma "composição do saldo", de R$ 79 milhões, na planilha de propinas da Odebrecht. O documento registrava R$ 6 milhões para "Itália" (Palocci), R$ 50 milhões para "Pós-Itália", código atribuído a Guido Mantega, e R$ 23 milhões para "Amigo". A Lava Jato concluiria que esta designação secreta se referia ao ex-presidente Lula. A força-tarefa também apurou que, entre as tratativas com Palocci, havia a compra de um terreno de R$ 12 milhões pela Odebrecht, em 2010. A ideia não vingou, mas a finalidade era usar a área, na zona sul de São Paulo, para construir a sede do Instituto Lula. O delegado Pace tratou do pagamento de US$ 11,7 milhões – "vantagens indevidas" – aos marqueteiros do PT:

> "Os valores pagos a João Santana e Mônica Moura, no total de US$ 11.719.691,08, entre 19 de julho de 2011 e 18 de julho de 2012, foram feitos, a partir do que demonstram os elementos probatórios colhidos

> durante toda a presente investigação policial, em razão de pedido de Antonio Palocci Filho e do grupo político que representava junto à Odebrecht, tendo em vista a interferência e benefícios que estes concediam ao grupo empresarial liderado por Marcelo Bahia Odebrecht."

Para Sérgio Moro, o fato de Palocci ter deixado de ser ministro "não impediu que continuasse como recebedor ou intermediador de pagamentos para o seu grupo político". Conforme o juiz, "o contexto não é de envolvimento episódico em crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, mas do recebimento sistemático de propinas".

Moro transformou a prisão temporária de Palocci em preventiva, por tempo indeterminado, após constatar o sumiço de computadores do escritório da Projeto Consultoria, do petista. Alegou possível ocultação de provas e um quadro de corrupção sistêmico e profundo. Do magistrado:

> "Excepcional não é a prisão cautelar, mas o grau de deterioração da coisa pública. No caso presente, a dimensão e o caráter serial dos crimes, estendendo-se por vários anos, é característico do risco à ordem pública."

Preso preventivamente, Branislav Kontic tentou o suicídio na cadeia.

Em 28 de outubro de 2016, o MPF denunciou Palocci, Marcelo Odebrecht, João Vaccari Neto, Renato Duque, João Santana, Branislav Kontic e outras nove pessoas por corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro, num esquema fraudulento de contratos de navios-sonda para o pré-sal. Os crimes envolviam o estaleiro Enseada do Paraguaçu, na Bahia, propriedade da Odebrecht. A força-tarefa pediu o pagamento de R$ 505 milhões desviados da Petrobras, além da devolução de R$ 285 milhões. Sérgio Moro aceitou a denúncia e tornou-os réus em 3 de novembro de 2016.

Os R$ 505 milhões representavam o dobro dos R$ 252,5 milhões que, segundo a Lava Jato, teriam sido pagos em propina a executivos da Petrobras e da Sete Brasil. A Odebrecht havia perdido a primeira licitação dos navios-sonda. Após interferência de Palocci, as contratações receberam novo enquadramento. Como resultado, a Odebrecht ficou com seis sondas.

Conforme o apurado, Palocci participou da estruturação econômica da Sete Brasil, que adotou modelo de cobrança de propina existente na Petrobras. Da denúncia do MPF, sobre as 27 reuniões entre Palocci e Odebrecht:

> "Relevante ainda referir que tais reuniões ocorreram, em sua maioria, ou no escritório de Antonio Palocci ou nas residências dele ou de Marcelo Odebrecht, deixando evidente o intuito de que os encontros ocorressem em ambiente privado."

Em depoimento à Lava Jato, o ex-senador Delcídio Amaral fez curiosa analogia com o sistema de funcionamento de um computador. Para ele, Palocci formatava

projetos políticos e os tesoureiros arrecadavam propina:

> "Palocci era como se fosse o *software* do Partido dos Trabalhadores, enquanto João Vaccari e José de Filippi eram o *hardware*, ou seja, executores daquilo que Antonio Palocci pensava e estruturava."

Operações de contrainteligência

Em ação inusitada, a PF prendeu em 21 de outubro de 2016 o diretor da Polícia do Senado, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, o Pedrão, homem da confiança do presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB). Outros três policiais legislativos receberam voz de prisão, todos acusados de tentar interferir em investigações. Sob determinação do Senado, o grupo realizou varreduras eletrônicas com a finalidade de interceptar grampos e impedir gravações de conversas de políticos suspeitos de corrupção na Lava Jato.

O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, autorizou as prisões. A PF apreendeu vários aparelhos de contrainteligência. Todos comprados pelo Senado em 2015. Seis imóveis ligados aos senadores Fernando Collor (PTC-AL), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Edison Lobão (PMDB-MA) foram inspecionados em Brasília, Curitiba e São Luís. Uma "missão oculta" atuou no escritório do ex-presidente José Sarney (PMDB-AP) em Brasília. As varreduras costumavam ocorrer após operações da PF. Policiais do Senado também agiram para identificar grampos no gabinete e na residência oficial do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). No caso de Renan Calheiros havia "proteção especial", onde quer que o presidente do Senado participasse de reuniões.

O ministro Teori Zavascki, do STF, suspendeu a operação da PF no Senado.

Em sessão histórica, em 5 de outubro de 2016, o STF decidiu manter a prisão de condenados pela Justiça em segunda instância. Portanto, as prisões poderiam ocorrer antes de esgotados todos os recursos judiciais. A medida significava duro golpe na morosidade da Justiça e na impunidade – regras no Brasil para os crimes de colarinho branco. Por ter efeito vinculante, juízes em todo o País já poderiam determinar as prisões.



ESMERALDAS, DIAMANTES E TURMALINAS

Governador do Rio, Sérgio Cabral possuía um tesouro em joias compradas com dinheiro de caixa dois

Por decisão conjunta dos juízes Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, e Marcelo da Costa Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio, em 17 de novembro de 2016, a Polícia Federal prendeu preventivamente o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), em seu apartamento no Leblon, zona sul do Rio. Acusaram-no de chefiar organização que desviou R$ 224 milhões de 2007 a 2014, dinheiro subtraído de contratos de construção do Estádio do Maracanã, Arco Metropolitano, PAC das Favelas e Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj. Só nesta última obra, da Petrobras, Cabral teria embolsado R$ 2,7 milhões.

Aliado do então presidente Lula, Cabral conquistou diversas obras federais. Conforme o Ministério Público Federal, delações premiadas de executivos da Andrade Gutierrez e da Carioca Engenharia apontaram acertos em torno de 5% – percentual desviado de contratos que chegaram a R$ 3 bilhões. Em dois mandatos (2007 – 2010 e 2011 – 2014), Cabral teria recebido mensalões de R$ 200 mil a R$ 500 mil. Investigações indicavam que se beneficiou, diretamente, de R$ 40 milhões em propina.

Entre os dez mandados de prisão preventiva havia dois contra auxiliares próximos: Wilson Carlos Carvalho, ex-secretário de Governo, e Hudson Braga, ex-secretário de Obras. Para evitar o termo "propina", Braga usava a expressão "taxa de oxigênio". Ou pleiteava, ainda, os "compromissos". Destacaram-se outras prisões: Luiz Carlos Bezerra, Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, José Orlando Ribeiro e Wagner Jordão Garcia. Operadores financeiros, carregavam malas de dinheiro. Faziam a lavagem das quantias por meio de contratos de fachada. Garcia tentou fugir. Portava maleta com R$ 22 mil. Já o testa-de-ferro Paulo Magalhães Pinto Gonçalves, em nome da MPG Participações, ocultava bens e imóveis de Cabral, como o iate Manhattan Rio, de R$ 5,3 milhões, comprado em agosto de 2014.

O ex-governador responderia por corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Segundo a acusação, montou esquema "gigantesco" de corrupção. Ao término de seus dois mandatos, abriu a Objetivo Gestão e Comunicação Estratégica. Firma para emitir notas fiscais frias. Simular prestação de serviços. Lavar dinheiro. Da denúncia do MPF:

> "Durante o seu mandato, o ex-governador solicitou cerca de R$ 25 milhões em propina a dirigentes da Andrade Gutierrez, montando a partir de então junto aos seus assessores mais próximos e outras pessoas da sua extrema confiança um multifacetado esquema de lavagem de dinheiro a

fim de ocultar a origem dos ganhos espúrios.”

Os jornais registraram mordomias compradas por Adriana Ancelmo, mulher de Cabral. Vestidos, eletrodomésticos, equipamentos gastronômicos. Chamaram a atenção obras de arte e 189 joias (40 apreendidas num cofre do casal). Entre tantas, ficou famoso um anel de R$ 800 mil. Mimo de Fernando Cavendish, dono da Delta Engenharia, à primeira-dama. O patrimônio de Adriana Ancelmo subiu de R$ 1,9 milhão, em 2005, para R$ 21,7 milhões, em 2015. Interrogada pela PF, não se lembrou se pagou pela blindagem de seus três veículos, ou se adquiriu móveis novos para sua casa.

Diretora da joalheria H. Stern, Maria Luiza Trotta relatou aos investigadores que transportava joias, anéis de brilhante e pedras preciosas diretamente à casa de Cabral, para que ele e a mulher escolhessem o que desejavam comprar. Pagamentos de até R$ 100 mil eram feitos em dinheiro vivo, providenciado por um dos operadores financeiros do ex-governador. Interrogado, Cabral não se lembrou de ter adquirido as 40 joias que estavam em seu cofre. Do depoimento de Maria Luiza Trotta à PF:

> “Os pagamentos das compras de joias feitas por Sérgio Cabral e sua esposa eram efetivados pelo assessor Carlos Miranda, que agendava com a declarante uma data na qual pessoalmente, ou através de portador, levava o dinheiro em espécie, entregue no interior da loja H. Stern em Ipanema.”

Cabral amealhou um tesouro. Peças da joalheria Antonio Bernardo, onde possuía um “cadastro dissimulado”, também o rechearam. Atendiam-no pelo codinome “Ramos Filho”. Adriana Ancelmo era a “Lourdinha”. De 2000 a 2016, a dupla teria pago R$ 5,7 milhões por pedras e metais preciosos da Antonio Bernardo. Compras sem nota fiscal. Jornais chegaram a mencionar a aquisição de 460 joias: anéis, brincos, colares, pingentes e pulseiras de ouro amarelo e branco, esmeraldas, diamantes, pérolas e turmalinas azuis.

Segundo os responsáveis pela joalheria, Cabral e Adriana Ancelmo davam cheques como garantia dos pagamentos. Depois os cheques eram trocados por dinheiro vivo e devolvidos ao casal. Não deixavam rastros. Entre os objetos comprados, um par de brincos de turmalina azul, com diamantes, de R$ 612 mil; colar Blue Paradise, de turmalina azul, R$ 229 mil; brincos Folhagem de Esmeralda, R$ 138 mil; brincos Blue Cluster, R$ 125 mil. No aniversário da mulher em 2012, Cabral presenteou-a com um conjunto de brincos, colar e anel de R$ 1 milhão. Do MPF:

> “Adriana Ancelmo ajudou Sérgio Cabral a lavar mais de R$ 6,5 milhões pela tipologia da aquisição de joias, não somente as recebendo como presentes (somente em um aniversário de nascimento e outro de casamento foi presenteada pelo marido com joias que totalizaram R$ 2 milhões), mas atuando ativamente e, até mesmo, por intermédio de seu escritório de

advocacia Ancelmo Advogados.”

O MPF denunciou Pedro Ramos de Miranda como o “faz tudo” de Cabral. Sacava altos valores da conta do ex-governador, comprava joias na Antonio Bernardo e H. Stern e as transportava para o casal. Miranda foi indiciado 64 vezes por lavagem de dinheiro e envolvimento em organização criminosa.

Cabral, Adriana Ancelmo e 14 pessoas foram indiciados por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

No mesmo dia da prisão de Cabral, o doleiro Alberto Youssef deixou o cárcere em Curitiba. Após dois anos e oito meses de prisão, o delator da Lava Jato passou a cumprir quatro meses de prisão domiciliar, em São Paulo, com tornozeleira eletrônica. Em vez de 122 anos de cadeia, Youssef colaborou com a Justiça e devolveu R$ 50 milhões. Em 17 de março de 2017 ganharia liberdade definitiva. Já Cabral teve o cabelo cortado para viver em sua nova moradia, longe das mordomias do Leblon e da zona sul carioca: uma cela do Complexo Penitenciário de Bangu, no Rio.

Menos de três semanas após a prisão do ex-governador, o juiz Marcelo da Costa Bretas determinou a prisão preventiva de Adriana Ancelmo. A ex-primeira-dama ocupou uma cela em ala do mesmo Complexo Penitenciário de Bangu. Bretas transformou Cabral, a mulher e 11 pessoas em réus. Todos denunciados por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Conforme a denúncia do MPF, Adriana Ancelmo ocupava posição central na organização comandada pelo marido. Usaria o escritório Ancelmo Advogados para ocultar o recebimento de recursos ilegais. Sua prisão preventiva daria um ponto final ao ciclo delitivo. Para o juiz, a ex-primeira-dama se serviu do escritório para celebrar contratos suspeitos com empresas, entidades, concessionárias e prestadores de serviço que mantinham relações com o governo Cabral. Pagamentos ao escritório: R$ 13 milhões, da Fecomercio; R$ 10, 5 milhões, da Telemar; R$ 3,6 milhões, da Light; R$ 2,1 milhões, da Braskem; R$ 1,9 milhão, do Metrô Rio; R$ 1 milhão, da Facility; e R$ 865 mil, da CEG. O Resort Portobello, de Carlos Miranda, deu R$ 1,5 milhão à SCF Comunicações e Participações, de Cabral.

Os investigadores ouviram Michelle Tomaz Pinto, gerente financeira do Ancelmo Advogados. Ela relatou que Luiz Carlos Bezerra, assessor dos mais próximos de Cabral, fazia entregas semanais de dinheiro, geralmente às sextas-feiras. Aparecia carregando mochila recheada com R$ 200 mil a R$ 300 mil. O dinheiro ficava guardado num cofre da empresa. Bezerra esteve 19 vezes no escritório e trocou 98 telefonemas com Adriana Ancelmo.

A gerente financeira trabalhou como secretária da ex-primeira-dama. Carregava dinheiro em espécie para uma agência do Itaú na Barra da Tijuca, no Rio, onde fazia depósitos a funcionários da família Cabral. As autoridades tomaram o depoimento de Sônia Ferreira, ex-assessora parlamentar de Cabral. Ela admitiu que recebia

repasses de R$ 50 mil a R$ 150 mil. Dinheiro vivo, levado à sua casa por Bezerra. Usava-o para pagar despesas de Cabral.

O juiz Sérgio Moro tornou Cabral e Adriana Ancelmo réus por corrupção em 16 de dezembro de 2016. Ambos seriam julgados por desvios ocorridos no Comperj. De acordo com a denúncia, o então governador, numa reunião no Palácio da Guanabara em 2008, solicitou pessoalmente 1% dos pagamentos à Andrade Gutierrez pelos serviços de terraplenagem na obra da Petrobras.

Para concluir: a Polícia Federal apurou que, entre abril de 2007 e setembro de 2016, Cabral ou a mulher passaram 264 vezes pelo Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio, em viagens principalmente a Londres, Paris e Nova York. A dupla embarcou ou desembarcou de deslocamentos internacionais quase três vezes por mês, em média.

Atentado à democracia

Um pacote anticorrupção, elaborado pelo MPF, provocou uma crise entre os Poderes Judiciário e Legislativo. As "Dez Medidas Contra a Corrupção" obtiveram apoio de mais de dois milhões de pessoas no País, mas foram desfiguradas pela Câmara dos Deputados. No primeiro momento, líderes partidários tramaram incluir uma emenda que anistiava a prática de caixa dois, absolvendo investigados da Lava Jato. Afinal – argumentavam os políticos – eles usaram o dinheiro não contabilizado apenas em campanhas eleitorais e com fins partidários, jamais para enricar. Acredite quem quiser.

Uma das medidas do pacote anticorrupção criminalizava o caixa dois eleitoral, responsabilizando políticos e partidos. Outro ponto importante, derrubado pelos deputados: regras mais rígidas para evitar que réus se beneficiassem da morosidade judicial. A pretexto de se livrarem de quaisquer condenações, os políticos tentariam, em seguida à anistia ao caixa dois, dar um jeito de evitar o enquadramento em crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Pretendiam sair impunes.

E ninguém ache que estavam a brincar, pois articularam uma emenda especial – para punir juízes, promotores e procuradores que fossem considerados culpados por crimes de responsabilidade. Ou seja, tratariam de abrir as portas aos seus advogados – pagos a peso de ouro, eventualmente com dinheiro roubado, de caixa dois – para processarem agentes da lei por abuso de autoridade. Objetivo: constranger e intimidar.

Houve ampla reação de setores da população por meio das redes sociais. Grita geral. O movimento foi ao encontro de necessidade política do presidente da República – sedento por popularidade, em razão da crise econômica e do desgaste provocado pela queda dos ministros Marcelo Calero e Geddel Vieira Lima. Michel Temer ameaçou, caso aprovassem a anistia ao caixa dois: ele a vetaria. A voz das ruas enterrou a manobra.

Os políticos tinham pressa, porém. Não sabiam o que vinha na delação premiada

da Odebrecht, finalmente assinada naqueles dias. Quantos seriam citados? Dezenas? Centenas? A fim de que a blindagem desse certo, enviaram o texto que desfigurou as medidas anticorrupção, aprovado pelos deputados, para o Senado o endossar imediatamente. Do presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Cláudio Lamachia:

> — É surreal a possibilidade de a Câmara dos Deputados atuar em desconformidade com o interesse público, aprovando uma anistia para a prática criminosa do caixa dois e outros desvios relacionados, como corrupção e lavagem de dinheiro.

Ao falar à Folha de S.Paulo, Carlos Ayres de Britto, ex-ministro do STF, associou caixa dois a propina e lavagem de dinheiro. Criticou a autoanistia:

> — A história brasileira é permeada de relações de compadrio, alianças pessoais, relações narcísicas, fisiológicas, populistas. E isso continua, em certa medida. Só que o povo não aceita mais. O povo tirou a venda dos olhos. E o rei está nu. O rei é o poder, de uma maneira geral, especialmente o poder político.

A Câmara aprovou o seu pacote na madrugada de 30 de novembro de 2016, longe dos holofotes da opinião pública. Nada menos que 450 deputados o referendaram – apenas quatro parlamentares não ratificaram o golpe. Retaliaram a Lava Jato ao conferir 313 votos à emenda que previa o crime de abuso de autoridade. “Atentado à democracia”, resumiu o presidente da Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), Roberto Veloso.

Teve mais. O plenário retirou do projeto original facilidades para juízes decretarem perda de bens e valores produtos de crime. Retirou a tipificação do crime de enriquecimento ilícito por agentes públicos. Retirou a suspensão de partidos políticos beneficiados por caixa dois. Retirou o aumento da punição a dirigentes partidários por desaprovação de contas e atos ilícitos. O Brasil continuou uma republiqueta de bananas.

No único item mantido – o endurecimento da pena para corrupção – os deputados alteraram a proposta que considerava crime hediondo desvios a partir de 100 salários mínimos (R$ 88 mil). Aprovaram-no, mas apenas para valores acima de 10 mil salários mínimos, o equivalente a R$ 8,8 milhões.

Não passaram pelo crivo dos deputados teste de integridade para agentes públicos, encurtamento de prazo nos processos civis por corrupção e a decretação de prisões para localizar dinheiro ilegal e evitar seu uso em fugas ou na defesa de investigados. O PT propôs a maioria das mudanças, seguido por PMDB e PP – os três partidos mais investigados na Lava Jato.

A mobilização da opinião pública impediu o Senado de votar o pacote aprovado pela Câmara em regime de urgência, menos de 24 horas depois. A população

protestou por meio de panelaços em várias cidades do País. Fracassou a manobra, urdida por Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, apoiada por PT, PMDB, PP e mais cinco agremiações.

Do procurador-geral, Rodrigo Janot, ao jornal O Estado de S.Paulo:

> — O que a Câmara fez foi absolutamente dizimar as "Dez Medidas". Elas não se destinavam exclusivamente à investigação e combate à corrupção, mas à investigação do crime organizado, de terrorismo. Eu fico estarrecido quando a Câmara não tem a sensibilidade de entender o que o povo quer. As "Dez Medidas Contra a Corrupção" morreram e, ao invés delas, o que veio foi um instrumento de pressão sobre o MP e a magistratura.

O STF tornou Calheiros réu em ação penal por peculato em 1º de dezembro de 2016. Acusado de desviar dinheiro, em 2005, de verbas indenizatórias do Senado. O político teria simulado a contratação de uma locadora de veículos. O processo tramitava desde 2007. Suspeitava-se que Calheiros recebeu propina da Mendes Júnior para pagar as despesas da jornalista Mônica Veloso, com quem teve uma filha em relação extraconjugal.

Na época, com o escândalo nos jornais, Calheiros renunciou à Presidência do Senado. O caso esfriou, ele voltou ao cargo em 2013. Reelegeu-se em 2015. Para o ministro Edson Fachin, do STF, o político apresentou 14 notas fiscais de R$ 6.400,00 cada, emitidas pela Costa Dourada Veículos, mas não ficou comprovado que pagou os respectivos valores à empresa. De Fachin:

> "Isso produz indícios de que as notas fiscais não representam real transação comercial, mas, sim, destinavam-se exclusivamente a mascarar a apropriação ou o desvio do dinheiro público".

O senador destinou cerca de 50% de toda a sua verba indenizatória à Costa Dourada Veículos, que ainda lhe emprestaria dinheiro. Para justificar a renda usada para pagar suas despesas, teria apresentado recibos falsos de venda de gado. Os comprovantes referiam-se a fazendas de terceiros.

Calheiros ainda era alvo de outros 11 inquéritos no STF em 2016, sendo oito vinculados à Lava Jato. Investigavam-no por crimes como o recebimento de propina atrelada a dois ex-diretores da Petrobras (Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró), aprovação de medidas provisórias e contratos da Transpetro, Usina Hidrelétrica de Belo Monte e Usina Nuclear de Angra 3.

Milhares de brasileiros foram às ruas e praças públicas de 245 cidades em 4 de dezembro de 2016. Em Brasília, jogaram ratos de borracha no lago do Congresso. Os manifestantes defenderam as "Dez Medidas Contra a Corrupção" e a Lava Jato. Criticaram o presidente do Senado, entoando o coro "Fora, Renan". O protesto enterrou por ora o projeto de lei contra o abuso de autoridade, uma ameaça às

investigações de corrupção.

A banalidade da roubalheira

Pesquisa do Instituto Ipsos entrevistou 1.200 pessoas de 72 cidades brasileiras na primeira quinzena de novembro de 2016. Números inquestionáveis: 96% apoiavam a Lava Jato, que deveria "investigar até o fim, custe o que custar". Para 94%, os trabalhos da Lava Jato precisavam continuar, mesmo que provocassem instabilidade política.

A Transparência Internacional condecorou a Lava Jato com o Prêmio Anticorrupção de 2016. Entre 580 trabalhos em todo o mundo, selecionou a força-tarefa que investigava os desvios na Petrobras. Premiou os "esforços persistentes para acabar com a corrupção endêmica no Brasil".

Em decisão inesperada, o ministro Marco Aurélio Mello, do STF, concedeu medida liminar e afastou Renan Calheiros da Presidência do Senado em 5 de dezembro de 2016. Justificou que, como réu, o político não poderia estar na linha sucessória do presidente da República. Calheiros desobedeceu a decisão. Escondeu-se do oficial que o levou a notificação. Não a assinou.

O episódio escancarou a crise entre os Poderes Judiciário e Legislativo. Apesar do desafio à Justiça, Calheiros amealhou apoio de outros senadores. Para superar o impasse, a saída negociada: o STF manteve-o na Presidência do Senado, mas decidiu impedi-lo de assumir a Presidência da República, em caso de eventual ausência de Temer. Do ministro Mello:

— Tempos estranhos os vivenciados nesta sofrida República.

Rodrigo Janot denunciou Calheiros, o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE) e Paulo Twiaschor, da Serveng Civilsan, em 12 de dezembro de 2016. Os dois políticos, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O empresário, por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. O procurador-geral pediu a perda dos mandatos parlamentares e estipulou multa de R$ 1,6 milhão.

O caso surgiu com a delação premiada de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. Gomes teria pedido dinheiro em nome de Calheiros. Segundo a acusação, a Serveng deu R$ 800 mil de propina em 2010, em troca de facilidades em contrato com a Petrobras. Da denúncia:

> "A presença de Renan Calheiros nas reuniões com Aníbal Gomes aliada ao fato de elas se passarem na residência do senador ou no Senado levaram Paulo Roberto Costa a confirmar que Aníbal Gomes era emissário de Renan Calheiros, agindo e atuando em comunhão de desígnios em benefício desse último."

Ao leitor que ainda considera o caixa dois mera irregularidade, delito menor ou simples contravenção, prática digna de anistia: lembre-se da investigação de Carlos Roberto Cortegoso, o "garçom do Lula", e seu envolvimento nas eleições de Dilma

Rousseff e Michel Temer.

Entre 2010 e 2014, a CRLS Consultoria e Eventos, de Cortegoso, movimentou quase R$ 50 milhões – cinco vezes mais que o valor declarado pela empresa no período. Cortegoso, o Carlão, foi garçom num restaurante frequentado por Lula e amigos sindicalistas que fundaram o PT. Também se tornou dono da Focal Confecção e Comunicação Visual, fundada em 2005. Ambas as empresas com sede em São Bernardo do Campo (SP). A Focal recebeu R$ 25 milhões da campanha que reelegeu a dupla Dilma – Temer em 2014. Só o marqueteiro João Santana, com R$ 70 milhões, embolsou mais dinheiro na ocasião. Suspeitava-se que Cortegoso possuía até avião.

Cortegoso enroscou-se com Jonathan Gomes Bastos, que começou a trabalhar como seu ajudante em 2004. A pedido do chefe, aceitou emprestar o nome para o registro de quatro empresas. Desentenderam-se. No final de 2015, Cortegoso ofereceu um acordo: indenização de R$ 6 mil mensais, por 12 anos. Em troca, Bastos ficaria em silêncio.

Laudo contábil do Tribunal Superior Eleitoral sobre caixa dois na campanha presidencial de 2014 identificou R$ 3,2 milhões irregulares à Focal:

> "A empresa (Focal) não possui controles adequados para subcontratação de empresas, deficiências nos registros contábeis e não apresentou documentos hábeis a comprovar que os produtos e serviços contratados pela chapa presidencial eleita em 2014 foram integralmente produzidos e entregues à campanha, não afastando nessa hipótese, desvio de finalidade dos gastos eleitorais para outros fins que não o de campanha."

Conforme o Ministério Público Eleitoral, havia suspeitas de "fortes traços de fraude e desvio de recursos" nos contratos com a Focal, Red Seg Gráfica e Gráfica VTPB. Todas prestaram serviços à aliança PT – PMDB em 2014.

Mais uma: deram R$ 4,8 milhões para a DCO Informática enviar mensagens de conteúdo eleitoral de interesse da campanha Dilma – Temer a telefones celulares. Num endereço suspeito em Uberlândia (MG), a "empresa" teria apenas um computador e três funcionários. As investigações do TSE indicavam lavagem de dinheiro para branquear recursos de caixa dois.

A Justiça Eleitoral tomou o depoimento do lobista Zwi Skornicki, representante da multinacional Keppel Fels, fornecedora da Petrobras. Ele confirmou a entrega de US$ 5 milhões de propina a Mônica Moura, mulher do marqueteiro João Santana. Comparou a situação ao seguro de um carro:

> "O senhor não quer nunca usar, mas paga."

Skornicki disse ter sido pressionado pelo ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e respondeu se esperarava retaliação caso não desse o dinheiro:

> "O senhor sentia subliminarmente que, realmente, existia alguma coisa por

trás. Que se não participasse, alguém... Um outro faria o gol no meu lugar. Quer dizer, no lugar da Keppel."

Ao depor à Justiça Eleitoral, Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez, admitiu que deu propina (caixa dois) de R$ 1 milhão como doação oficial à reeleição de Dilma Rousseff, em março de 2014. A soma fazia parte do acordo segundo o qual a empresa teria de dar dinheiro em troca dos contratos assinados com o Governo Federal. De Azevedo:

> "Por que nós fizemos a contribuição de R$ 1 milhão em março? Porque nós estávamos sofrendo pressão para cumprir obrigações dos acordos de contribuição dos 1% aí de cada projeto."

Os planos iniciais da Andrade Gutierrez eram doar R$ 10 milhões para a chapa presidencial PT – PMDB. Pressionada pelo tesoureiro Edinho Silva (PT-SP) e o assessor de Dilma, Giles Azevedo, a empreiteira dobrou o valor. Com a doação, o empreiteiro achava que manteria o *status quo* dos contratos. Mas Edinho Silva queria R$ 100 milhões. O empresário reagiu:

> "Eu falei: cara, você não tem ideia do que está falando. O total para todos os candidatos, o limite da Andrade, é de R$ 104 milhões."

Com a briga entre PT e PMDB, advogados da presidente cassada divulgaram a versão de que o R$ 1 milhão da Andrade Gutierrez irrigou conta do então candidato a vice, Michel Temer. Pretendiam torná-lo beneficiário de dinheiro sujo, o que contribuiria para o seu afastamento da Presidência da República. Temer refutou. Apresentou cópia de cheque nominal ao PMDB, de junho de 2014, no valor de R$ 1 milhão. Teria sido uma doação regular de campanha. No meio da confusão, o empreiteiro alegou um engano. Não teria havido o repasse de propina à campanha Dilma – Temer. Conveniente.

Temer procurou justificar. Por dispor de conta independente, não poderia ser responsabilizado pelas eventuais irregularidades da companheira de chapa. Mas o TSE descobriu que, durante o período eleitoral, a campanha de Dilma remunerou quatro de seus assessores com R$ 543 mil.

Não foi só. Temer teria feito 152 viagens aéreas pagas pela parceira de chapa. Custaram R$ 2 milhões. Usou veículos alugados pelo PT para se locomover, o que também enfraquecia a tese de separação das contas. Eram outros tempos. Em 18 de outubro de 2014, por exemplo, a Focal, do "garçom do Lula", montou comício para Temer, que discursou no Rio:

> — Quando o governo vai bem, ele deve se reeleger. Vamos reeleger Dilma pelo que ela fez pelo Brasil e particularmente pelo Rio.

Ministro do TSE, Herman Benjamin relatava o processo que poderia culminar com a cassação da chapa eleita em 2014, o que inviabilizaria a continuação do governo Temer. Benjamin comentou as investigações. Para ele, propina, no Brasil,

era parte indissociável dos negócios. E comparou a situação com a descrita pela escritora alemã Hannah Arendt ao abordar a “banalidade do mal” cometida por nazistas no extermínio dos judeus:

— Aqui era a normalidade da corrupção.



RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O diretor da Odebrecht Cláudio Melo Filho e a seleção de políticos sedentos por dinheiro

Em seu acordo de delação premiada, Cláudio Melo Filho, diretor de Relações Institucionais da Odebrecht, citou 54 políticos. Entre tantos, detalhou a distribuição de dinheiro ao centro de poder do presidente da República – e incluiu Michel Temer como beneficiário de pagamentos de propina. Apontou o dedo para Romero Jucá (PMDB-RR), Eliseu Padilha (PMDB-RS), Moreira Franco (PMDB-RJ), Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) e Renan Calheiros (PMDB-AL), o presidente do Senado de papel estratégico no núcleo de sustentação ao governo que sucedeu o de Dilma Rousseff. A confissão provocou um terremoto político.

Melo Filho assumiu o alto cargo na empreiteira em 2004, durante o segundo ano do primeiro governo Lula. Cumpria expediente em Brasília. Negociava o "toma lá, dá cá" com senadores e deputados, em prol de vantagens às empresas que integravam o grupo Odebrecht. Os políticos buscavam aproximar-se do diretor, sedentos por dinheiro. Ele tratava de selecionar aqueles com "relevância política" e melhores condições de proporcionar resultados positivos. Do depoimento:

> "Eu sabia que o apoio legislativo oferecido pelos agentes políticos às empresas se dava, na prática, ao menos em troca de contribuições em períodos eleitorais, quando não em troca de contrapartidas financeiras mais imediatas."

Marcelo Odebrecht, presidente da empreiteira, aprovava os repasses:

> "O propósito da empresa, assim, era manter uma relação frequente de concessões financeiras e pedidos de apoio com esses políticos, em típica situação de privatização indevida de agentes políticos em favor de interesses empresariais nem sempre republicanos."

Geddel Vieira Lima apresentou Melo Filho ao então deputado federal Michel Temer (PMDB-SP) em 2005. Naquele ano também conheceria Eliseu Padilha. Mas Romero Jucá foi o interlocutor de maior importância:

> "No mais, todos os assuntos que tratei no Congresso se iniciaram através de Romero Jucá. Na maioria das vezes, não tratava com mais ninguém. Normalmente, me dirigia a ele, que me orientava sobre quais passos adotar e quais parlamentares seriam acionados. Romero Jucá agia em nome próprio e do grupo político que representava, formado por Renan Calheiros, Eunício Oliveira e membros do PMDB. Jucá era o líder do governo no Senado e, embora não falasse pelo governo, falava com o

governo.”

Melo Filho procurava resolver os assuntos no Senado. Sempre que possível, evitava os percalços da Câmara dos Deputados, onde as dificuldades eram maiores e as tratativas, mais caras. Negociava a inclusão de emendas em medidas provisórias e projetos de lei para favorecer a Odebrecht. Acompanhava o trâmite das matérias legislativas a fim de aprovar textos de interesse da empreiteira. Medidas provisórias enxertadas com emendas da Odebrecht propiciaram ganhos de bilhões de reais ao grupo empresarial:

> “O núcleo dominante do PMDB no Senado Federal tem a sua cúpula formada pelos senadores Romero Jucá, Renan Calheiros e Eunício Oliveira.”

Romero Jucá aparecia nas planilhas secretas de pagamento da Odebrecht com os codinomes “Caju” e “Exportação”. O político era o “homem de frente”. Seu gabinete no Senado, concorrido. Centralizava a arrecadação de recursos financeiros e a distribuição dos valores, principalmente aos senadores Renan Calheiros e Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Importante lembrar que, após ser afastado do Ministério do Planejamento, sob suspeita de trabalhar para bloquear as investigações da Lava Jato, Jucá voltou ao centro de poder montado por Temer, como líder do governo no Congresso. Do depoimento de Melo Filho:

> “Ainda que, em alguns casos, eu não tenha tratado diretamente com o senador Renan Calheiros, eu sempre tive a certeza de que os entendimentos acertados com Romero Jucá eram automaticamente acertados com Renan. Acredito que existia, de fato, uma relação de preposição, em que o senador Romero Jucá falava em nome dos dois.”

Antes de se tornar presidente da República, Michel Temer liderava o grupo político do PMDB na Câmara dos Deputados. Outros dois nomes do partido eram importantes: Eliseu Padilha e Moreira Franco. Da confissão:

> “Pelo que pude perceber ao longo dos anos, a pessoa mais destacada desse grupo para falar com agentes privados e centralizar as arrecadações financeiras é Eliseu Padilha. Ele atua como verdadeiro preposto de Michel Temer e deixa claro que muitas vezes fala em seu nome. Eliseu Padilha concentra as arrecadações financeiras desse núcleo político do PMDB para posteriores repasses internos.”

Tanto Padilha, ministro da Casa Civil de Temer, quanto Moreira Franco, secretário de Parcerias em Investimentos, valiam-se da relação com Temer para conferir peso a exigências de dinheiro:

> “Michel Temer atua de forma muito mais indireta, não sendo seu papel, em regra, pedir contribuições financeiras para o partido, embora isso tenha

ocorrido de maneira relevante no ano de 2014."

Covil de políticos

O PMDB dividia-se em duas células, uma no Senado e outra na Câmara, ambas com relativa independência entre si. Para solucionar os problemas que surgiam, o "Resolvedor da República no Congresso", o "Eterno Líder", Romero Jucá. Atuava como "anteparo das manobras" urdidas na Câmara, em defesa dos pleitos da Odebrecht. Mais que isso: nos 13 anos de governos do PT, agiu com desenvoltura no trato com os "donos" do poder, especialmente junto aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Jucá já ocupara o cargo de líder do governo no Senado dos presidentes Lula e Dilma Rousseff. Possuía domínio técnico sobre legislação tributária – assunto de relevante interesse da Construtora Norberto Odebrecht. Cláudio Melo Filho sabia que o político cobrava as contas. De forma oficial, como contribuição de campanha, ou via caixa dois:

> "Essas contribuições eleitorais eram medidas, definidas e decididas de acordo com a relevância dos assuntos de nosso interesse que tinham sido defendidos pelo parlamentar."

Melo Filho admitiu que operou repasses a Jucá por 12 anos. Ao todo, mais de R$ 22 milhões. Soma supostamente dividida, entre outros, com Renan Calheiros, o "Justiça" das planilhas da Odebrecht. Já Geddel Vieira Lima, o "Babel", fazia exigências para destravar verbas oficiais retidas no Ministério da Integração Nacional, comandado por ele em parte do governo Lula. No governo Dilma Rousseff, Lima foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal. Mantinha relação de proximidade com Melo Filho, seu principal interlocutor na Odebrecht entre 2006 e 2014:

> "A sua dedicação a nossos pleitos sempre era retribuída com pagamentos, especialmente em momentos de campanha eleitoral, mas não apenas nesses momentos. A relação criada com Geddel não se resumia a apoio financeiro em períodos eleitorais. Era muito mais forte do que isso. Geddel recebia pagamentos qualificados em períodos eleitorais e em períodos não eleitorais."

Como prova da amizade sólida, Lima ganhou da Odebrecht um relógio Patek-Philippe, modelo Calatrava, em seu aniversário de 50 anos. Valor do mimo, presenteado em 2009: US$ 25 mil.

A proximidade entre Melo Filho e Lima proporcionou a confiança de Eliseu Padilha, o "Primo", e Moreira Franco, o "Angorá":

> "Passaram a me enxergar como um importante interlocutor com a Odebrecht, o que permitiria a eles obter mais recursos financeiros."

Geddel Vieira Lima tinha temperamento duro e arredio:

> "Apesar dos pagamentos frequentes, Geddel sempre me disse que poderíamos ser mais generosos com ele. Ele insistentemente alegava que nunca efetivamente demos a ele o que ele acreditava representar. Geddel sempre me dizia que se considerava um 'amigo da empresa' e que isso precisava ser mais bem refletido financeiramente. Ele se comparava com outros políticos adversários do Estado, como Jaques Wagner e Paulo Souto, e reclamava por achar que estes recebiam pagamentos mais elevados."

Melo Filho relatou pagamentos de R$ 1 milhão a ele em 2006, dinheiro repassado como contribuição oficial e também por meio de caixa dois. Citou cerca de R$ 1 milhão ou R$ 1,5 milhão em 2010, quando Lima disputou e perdeu a eleição ao Governo da Bahia.

Ao negociar sua delação, Melo Filho relacionou planilha da Braskem – a petroquímica controlada pela Odebrecht. Segundo as cifras, Lima recebeu R$ 680 mil em 2010. Em relação a 2014, duas planilhas entregues à Lava Jato indicavam repasses de R$ 2,7 milhões ao mesmo político baiano.

Jantar no Jaburu

Em 2014, ano da reeleição de Dilma Rousseff e Michel Temer, houve um jantar em maio no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente da República em Brasília. Melo Filho foi um dos convidados, ao lado de Marcelo Odebrecht. Além dos dois, Temer e Eliseu Padilha. Ali Melo Filho percebeu a importância de Padilha como representante político de Temer. Na época, Padilha era ministro da Aviação Civil do governo PT – PMDB. Ficou encarregado, a pedido de Temer, de receber R$ 4 milhões, dinheiro supostamente solicitado ao empreiteiro pelo vice-presidente. Temer o usaria na campanha eleitoral. Sobre a relevância política de Padilha:

> "Acredito que ele atuava na coordenação do direcionamento dos recursos, pelo menos no que tange a Odebrecht, que eram repassados ao grupo que ele representava dentro do PMDB."

Moreira Franco antecedeu Padilha no mesmo Ministério da Aviação Civil de Dilma Rousseff. Melo Filho sofreu cobranças de Padilha por repasses reivindicados por Franco em 2014. Ambos agiam em conjunto:

> "O fato é que pagamentos ocorreram em razão de um pedido feito por um ministro de Estado em ambiente institucional e por ocasião de uma reunião de trabalho."

Segundo Melo Filho, Moreira Franco possuía "aproximação qualificada" com Temer. O delator contou um episódio de 2011: em reunião com Maria das Graças Foster (PT-RJ), a então presidente da Petrobras perguntou a Marcelo Odebrecht

quais integrantes do PMDB ele ajudara nas eleições de 2010. Odebrecht informou a Melo Filho que não respondeu. Argumentou que o assunto dizia respeito somente à sua relação com o PMDB e pediu ao diretor de Relações Institucionais que relatasse o acontecido, com rapidez, ao vice-presidente da República. O recado foi repassado a Moreira Franco:

> "Pouco tempo depois, Moreira Franco me ligou e marcou um encontro no Palácio do Jaburu e me pediu que transmitisse pessoalmente a Michel Temer o que havia dito a ele. Na presença de Michel Temer e Moreira, relatei o recado enviado por Marcelo Odebrecht."

Melo Filho explicou:

> "Resumindo, para fazer chegar a Michel Temer os meus pleitos, eu me valia de Eliseu Padilha ou Moreira Franco, que o representavam. Essa era uma via de mão dupla, pois o atual presidente da República também utilizava seus prepostos para atingir interesses pessoais, como no caso dos pagamentos que participei, operacionalizado via Eliseu Padilha."

Moreira Franco foi citado 34 vezes por Melo Filho. Logo após a delação ser homologada, Temer tratou de nomeá-lo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República. Com o cargo no primeiro escalão veio o foro privilegiado, o mesmo que Dilma Rousseff, sem sucesso, tentou dar a Lula. Só o STF poderia julgá-lo (Moreira Franco estava livre do juiz Sérgio Moro).

Ao confessar os crimes dos quais participou, Melo Filho reconheceu que não foram apenas os R$ 4 milhões solicitados por Temer naquele jantar no Palácio do Jaburu. Na ocasião Marcelo Odebrecht comprometeu-se com R$ 10 milhões, sendo que R$ 6 milhões irrigariam a campanha de Paulo Skaf (PMDB) ao Governo de São Paulo em 2014.

O marqueteiro Duda Mendonça prestou serviços à campanha de Skaf em 2014. Admitiu ter sido remunerado pela Odebrecht, por meio de caixa dois.

Em relação aos R$ 4 milhões, parte seguiu ao deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e parte foi entregue no escritório de advocacia de José Yunes, na Rua Capitão Francisco, 90, Jardim Europa, bairro nobre de São Paulo.

Conforme revelou o jornal O Estado de S. Paulo, Padilha pediu que Lúcio Bolonha Funaro, preso depois pela Lava Jato, entregasse R$ 1 milhão do dinheiro de Marcelo Odebrecht, em espécie, no escritório de Yunes.

Assessor especial da Presidência da República e amigo de Temer havia 50 anos, Yunes era dos mais próximos do presidente e, por isso mesmo, integrante do núcleo duro do Governo Federal. Com a repercussão da notícia, pediu para ser exonerado.

Em resposta ao escândalo, a assessoria do Palácio do Planalto informou que Temer não se lembrava da presença de Melo Filho no jantar do Palácio do Jaburu. Marcelo Odebrecht confirmou o relato de seu diretor.

Registre-se: Yunes levou mais de dois meses para dar a sua versão dos fatos. Quando o fez, complicou a vida de Padilha. Como veremos, o ministro pediu uma licença médica e deixou o governo.

Em menos de cinco meses, a reprovação ao governo Temer disparou. Subiu de 31% a 51% de ruim/péssimo, conforme pesquisa do instituto Datafolha.

Relógio na gaveta

A pedido do próprio Jaques Wagner (PT-BA), o "Polo", Cláudio Melo Filho sugeriu que a Odebrecht apoiasse o político baiano nas eleições de 2006 e 2010. Antes do primeiro pleito, Wagner quis se encontrar com Marcelo Odebrecht. Melo Filho acertou no restaurante Convento, em Brasília. O petista pediu dinheiro, mas Odebrecht não acreditava em sua eleição. Melo Filho defendeu o investimento. Convenceu o patrão. A Odebrecht deu cerca de R$ 3 milhões, contando contribuições oficiais e repasses em caixa dois.

Eleito governador da Bahia, Wagner retribuiu o apoio. Solucionou pendência relacionada a créditos de ICMS da época da construção do Polo Petroquímico de Camaçari. Resolveu litígio judicial para o fornecimento de gás ao mesmo Polo Petroquímico e, por fim, administrou pendência no pagamento de indenizações vinculadas a um acordo coletivo no Polo:

> "A atenção demonstrada por Jaques Wagner aos temas que eram de interesse da Odebrecht reforçou a sua imagem no grupo e qualificou-o como beneficiário de melhores recebimentos financeiros. O próprio Jaques Wagner fez questão de encaminhar esse pedido de apoio financeiro mais qualificado, apoiando-se na cuidadosa atenção que demonstrou aos nossos pleitos ao longo de seu primeiro mandato como governador da Bahia."

Candidato à reeleição em 2010, Wagner recebeu, conforme as planilhas apresentadas por Melo Filho, dez pagamentos, no total de R$ 6,5 milhões. O governador se reelegeu. Em 2014 Wagner indicou para sucedê-lo seu secretário da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA). Mais uma vez Marcelo Odebrecht não acreditou no sucesso eleitoral. Errou de novo. De qualquer modo, só entregaria dinheiro se acertassem uma disputa judicial entre a empreiteira e o Estado da Bahia. Com o problema equacionado, a Odebrecht agraciou Costa com cerca de R$ 10 milhões e, assim, contribuiu para eleger o terceiro governador consecutivo na Bahia.

Vale registrar um presente de aniversário ao então governador Wagner, em 2012. A Odebrecht deu-lhe um relógio Hublot, modelo Oscar Niemeyer, de US$ 20 mil. Fustigado pela notícia, Wagner saiu-se com a explicação de que jamais usara o mimo. Achou que tê-lo guardado na gaveta o inocentava. Em entrevista, falou de programa de seu governo na Bahia que reduziu o ICMS e, em consequência, trouxe vantagens econômicas à Braskem:

— Evidentemente, a Braskem se beneficiou. Se por conta disso, depois,

resolveram dar uma ajuda de campanha, isso é problema deles.

Ferrari, Índio, Bitelo, Botafogo...

Em seu depoimento, Cláudio Melo Filho disse que o então senador Delcídio Amaral (PT-MS), o "Ferrari", recebeu R$ 500 mil da Odebrecht em 2012. Já o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), o "Índio", pôs as mãos em R$ 2,1 milhões em 2013 e 2014. O diretor de Relações Institucionais providenciou para que Eunício Oliveira recebesse a senha e os endereços dos pagamentos, efetuados em Brasília e São Paulo.

Irmão de Geddel Vieira Lima, o deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), o "Bitelo", foi alimentado com R$ 1 milhão ou R$ 1,5 milhão em 2013. O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), o "Botafogo", apoiou a Odebrecht na tramitação da Medida Provisória nº 613. Alegou em 2013 dívidas da campanha eleitoral de 2012 e recebeu R$ 100 mil. Da confissão:

> "O referido parlamentar era visto por mim como ponto de interlocução dentro da Câmara dos Deputados na defesa dos interesses da empresa."

Anderson Dornelles, o "Las Vegas", ocupava cargo de confiança como assessor da presidente Dilma Rousseff. Marcelo Odebrecht o apresentou a Melo Filho. Combinaram o pagamento de mensalões de R$ 50 mil. Dornelles embolsou sete (R$ 350 mil) entre 2013 e 2014.

O senador Gim Argello (PTB-DF), o "Campari", solicitou a Melo Filho, em duas ocasiões, reuniões com Marcelo Odebrecht. Na primeira, em 2010, ele não era candidato. O presidente da empreiteira autorizou três parcelas de R$ 500 mil, num total de R$ 1,5 milhão. Melo Filho transmitiu a senha para os pagamentos e o político forneceu o endereço em São Paulo e o nome da pessoa a quem deveria ser entregue o dinheiro:

> "Como habitualmente ocorre entre agentes políticos, as campanhas eleitorais foram o pretexto apresentado para que os pagamentos ocorressem."

Da outra vez, em 2014, Argello agasalhou R$ 1,3 milhão em contribuições eleitorais e pagamentos em caixa dois. Melo Filho informou ao senador as senhas para os repasses em dinheiro vivo. O político não se reelegeu.

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) possuía três codinomes nas planilhas secretas: "Cerrado", "Piqui" e "Helicóptero". Pediu dinheiro ao delator no segundo semestre de 2010. Melo Filho sugeriu e a Odebrecht acatou o valor de R$ 300 mil. O executivo repassou-lhe a senha para o recebimento. No segundo semestre de 2014, Melo Filho dirigiu-se ao gabinete de Nogueira no Senado. O pepista solicitou doações a candidatos de seu partido.

Nogueira havia ajudado a Odebrecht a viabilizar obras em Salvador e deu suporte à medida provisória que prorrogava contratos de energia no Nordeste. Recebeu um

pagamento de R$ 800 mil e outro, de R$ 500 mil. Além desses, a Odebrecht engordou a campanha de sua mulher, Iracema Portella (PP-PI), candidata a deputada em 2014. Entregou mais R$ 500 mil.

Candidato do PSDB à Presidência da República em 2014, Aécio Neves (MG), o "Mineirinho", requereu benefício ao senador José Agripino (DEM-RN), o "Pino" ou "Gripado". Na época, Agripino presidia o DEM e havia rumores de que comandaria o Ministério de Minas e Energia caso Neves ganhasse a eleição. Agripino não era candidato, mas papou R$ 1 milhão. Além de comunicar-lhe o pagamento, Melo Filho entregou ao político potiguar um estudo sobre a crise energética no Brasil:

> "Eu levei este material ao senador, pedindo a ele que olhasse com carinho, especialmente no que diz respeito aos impactos da energia no Nordeste."

Em sua delação, Melo Filho forneceu os nomes de vários políticos e seus respectivos codinomes. Citou o deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP), o "Corredor", que defendia plataforma política alinhada aos interesses da Odebrecht Agroindustrial. Ele recebeu R$ 350 mil em 2010. Inaldo Leitão (PR-PI), o "Todo Feio", foi contemplado com R$ 100 mil.

Presidente da Câmara dos Deputados em 2011, Marco Maia (PT-RS), o "Gremista", participou de viagem promovida pela Braskem a Nova York. Na agenda da Odebrecht nos Estados Unidos, a defesa do setor petroquímico. Em 2014 Maia pediu contribuição, aprovada por Marcelo Odebrecht e informada por Melo Filho: R$ 1,3 milhão, em dois pagamentos.

O deputado Antônio Brito (PSD-BA), o "Misericórdia", foi estagiário da Odebrecht. A empreiteira mantinha relação de amizade com sua família. Papou R$ 100 mil em 2010. Naquele ano, seu pai, Edualdo Brito (PSD-BA), o "Candomblé", um ex-prefeito de Salvador, disputou e perdeu uma vaga no Senado. Brito, o pai, era advogado da Odebrecht. Deram-lhe R$ 200 mil:

> "Apostávamos que, se eleito, também poderia ser sensível aos nossos pleitos junto ao Senado Federal."

Deputado confiável, Arthur Maia (SD-BA), o "Tuca", recebeu R$ 250 mil na campanha de 2010, por indicação de Melo Filho. Em 2014 Maia o procurou para reclamar de uma promessa não efetivada pela Odebrecht. Diretor de Relações Institucionais, Melo Filho destravou o pagamento de R$ 350 mil.

O deputado João Almeida (PSDB-BA), chegado de Melo Filho, também foi funcionário da Odebrecht. Ajudou a empreiteira em disputas por concessões rodoviárias, particularmente no caso da BR 324 (Salvador – Feira de Santana), que sofria "investida predatória" de uma empresa espanhola. Almeida embolsou R$ 500 mil em 2010.

Em 2011, o deputado Carlinhos Almeida (PT-SP) ajudou a Odebrecht Defesa e Tecnologia na Medida Provisória nº 544, que tratava de incentivos à indústria

militar. No ano seguinte, em 2012, disputou a Prefeitura de São José dos Campos (SP). Ganhou uma ajuda oficial de R$ 50 mil.

Segue-se relação de 14 políticos, com os respectivos codinomes. Conforme Melo Filho, esses "*players*" embolsaram pagamentos em caixa dois em 2010. As contribuições foram aprovadas pela alta direção da Odebrecht:

Rodrigo Maia (DEM-RJ), o "Botafogo", R$ 500 mil; Jutahy Magalhães (PSDB-BA), o "Moleza", R$ 350 mil; Arthur Virgílio (PSDB-AM), o "Kimono", R$ 300 mil; José Carlos Aleluia (DEM-BA), o "Missa", R$ 300 mil; Francisco Dornelles (PP-RJ), o "Velhinho", R$ 200 mil; Lídice da Mata (PSB-BA), a "Feia", R$ 200 mil; Heráclito Fortes (DEM-PI), o "Boca Mole", R$ 200 mil; Colbert Martins (PMDB-BA), o "Médico", R$ 150 mil; Paes Landim (PTB-PI), o "Decrépito", R$ 100 mil; Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE), o "Educador", R$ 100 mil; Daniel Almeida (PC do B-BA), o "Comuna", R$ 100 mil; Hugo Napoleão (DEM-PI), o "Diplomata", R$ 100 mil; Paulo Magalhães Júnior (DEM-BA), o "Goleiro", R$ 50 mil; e Adolfo Viana (PSDB-PI), o "Jovem", R$ 50 mil.

Agora, lista de 14 políticos que, em 2014, receberam contribuições oficiais da Odebrecht, de conhecimento de Melo Filho. Após a eclosão da Lava Jato naquele ano, a empreiteira preferiu repasses oficiais no lugar do caixa dois. Os sete maiores contemplaram políticos da Bahia, sede da Odebrecht:

Jutahy Magalhães (PSDB-BA), R$ 500 mil; Colbert Martins (PMDB-BA), R$ 441 mil; Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), R$ 400 mil; Cláudio Cajado (DEM-BA), R$ 305 mil; Antônio Imbassay (PSDB-BA), R$ 299 mil; José Carlos Aleluia (DEM-BA), R$ 280 mil; Leur Lomanto Júnior (PMDB-BA), R$ 250 mil; Orlando Silva (PC do B-SP), R$ 100 mil; Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE), R$ 100 mil; Hugo Napoleão (DEM-PI), R$ 100 mil; Paes Landim (PTB-PI), R$ 80 mil; Robério Negreiros (PMDB-DF), R$ 50 mil; Heráclito Fortes (agora no PSB-PI), R$ 50 mil; e Benito Gama (PTB-BA), R$ 30 mil.

Antes de 2016 acabar, Temer agiu para garantir o comportamento dócil de sua base de apoio no Congresso em 2017. Anunciou em 29 de dezembro a liberação de R$ 7,3 bilhões em emendas parlamentares. Com o gesto zerou os restos a pagar que se acumulavam desde 2007. O presidente declarou:

> — Não me canso de repetir que Executivo e Legislativo caminham juntos.



RESSARCIMENTO DE R$ 6,9 BILHÕES

Ao fazer o maior acordo de leniência da história, Odebrecht devolveu ao menos parte do dinheiro desviado pela corrupção

No maior acordo de leniência de todos os tempos, a Construtora Norberto Odebrecht e sua petroquímica Braskem (em sociedade com a Petrobras) aceitaram pagar R$ 6,9 bilhões para reparar operações de suborno e fraude realizadas no Brasil, Suíça e Estados Unidos. O acerto estabeleceu o ressarcimento do dinheiro desviado com a corrupção: R$ 5,3 bilhões ao Brasil e R$ 1,6 bilhão dividido igualmente entre Suíça e Estados Unidos.

Relatório do Departamento de Justiça dos Estados Unidos estimou que o grupo Odebrecht repassou US$ 599 milhões em propina a políticos e agentes públicos brasileiros e US$ 439 milhões para corromper autoridades e obter vantagens em negócios em outros 11 países, a saber: Venezuela, US$ 98 milhões; República Dominicana, US$ 92 milhões; Panamá, US$ 59 milhões; Angola, US$ 50 milhões; Argentina, US$ 35 milhões; Equador, US$ 33,5 milhões; Peru, US$ 29 milhões; Guatemala, US$ 18 milhões; Colômbia, US$ 11 milhões; México, US$ 10,5 milhões; e Moçambique, US$ 900 mil.

A devolução dos R$ 6,9 bilhões seria parcelada em 23 anos. Com correções e juros, o valor alcançaria R$ 11,4 bilhões. Com o acordo, ficavam suspensas novas ações judiciais contra Odebrecht e Braskem. Segundo as autoridades norte-americanas, os pagamentos ilegais renderam contratos para obras públicas no valor de R$ 11 bilhões – o equivalente a US$ 3,3 bilhões:

> "A Odebrecht e seus conspiradores fundaram e criaram uma estrutura secreta financeira que operou para contabilizar e desembolsar pagamentos de propina em benefício de políticos, partidos e candidatos."

Do comunicado assinado por Sung-Hee Suh, procuradora dos Estados Unidos, ao se referir ao Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht:

> "Odebrecht e Braskem usaram uma unidade escondida, mas totalmente funcional da construtora, o chamado departamento de propina, por assim dizer, para pagar sistematicamente centenas de milhões de dólares para membros corruptos de governos em três continentes."

Do procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato:

> — Não só o maior caso de corrupção internacional no mundo foi descoberto pelas autoridades brasileiras, mas também foi alcançado o maior ressarcimento na história mundial.

A Lava Jato calculou em R$ 1 bilhão os repasses de propina atrelados a obras da

Petrobras desembolsados pela Odebrecht entre 2004 e 2014. O esquema usava "prestadores de serviço" remunerados pela empreiteira. Operavam uma rede de empresas *offshore*, contas secretas, contratos de fachada, notas fiscais fraudulentas, depósitos no exterior, transporte de dinheiro sujo e entrega de somas em espécie no Brasil. Ligados ao Setor de Operações Estruturadas, esses operadores do mercado financeiro, doleiros e lobistas geriam o sistema que dissimulava a origem do dinheiro ilegal.

O "departamento de propina" ficou conhecido com a delação premiada da secretária Maria Lúcia Guimarães Tavares. Ela deu expediente na sede da Odebrecht, em Salvador, entre 2006 e 2015. Administrava planilhas com codinomes e repasses em caixa dois. Negócio conduzido por diretores da Odebrecht em troca de favores, benefícios e maracutaias. Após a prisão de Maria Lúcia, houve nove meses de tratativas para obter as confissões de 77 funcionários do grupo. Ao longo dos três anos da crise provocada pelas investigações da Lava Jato, a Odebrecht perdeu 100 mil empregados.

O Ministério Público da Suíça concluiu que, para cada US$ 1 milhão pago em propina, a empreiteira brasileira conseguiu lucrar US$ 4 milhões:

> "Pagamentos de propinas eram direcionados em grande parte para tomadores de decisões nos governos, envolvendo contratos de licitação e contribuições para partidos políticos e políticos."

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos revelou uma ação da Odebrecht para subornar o primeiro-ministro da ilha de Antígua, Gaston Browne. A finalidade era impedir que o Meinl Bank Antigua, sócio da Odebrecht no paraíso fiscal do Caribe, mandasse documentos relacionados ao Setor de Operações Estruturadas a autoridades brasileiras.

Luiz Eduardo Soares, o Luizinho, executivo da empreiteira, esteve em 2015 em Miami, nos Estados Unidos, para evitar que o primeiro-ministro autorizasse o envio da papelada ao Brasil. Acertaram pagamento de 1 milhão de euros. O Meinl Bank Antigua era usado para repasses de propina a *offshores* envolvidas nas operações de suborno da Odebrecht.

A filial de Antígua do Meinl Bank, com sede em Viena, na Áustria, estava desativada. Representantes da Odebrecht associaram-se a outros do AOB (Antigua Overseas Bank) e adquiriram a unidade. Pagaram US$ 3 milhões e mais quatro parcelas de US$ 246 mil. Ganhavam comissões com transferências suspeitas da Odebrecht. Segundo a confissão de Vinicius Veiga Borin, 42 contas *offshore* receberam ao menos US$ 132 milhões.

Conforme o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, a Odebrecht obteve contratos no Panamá ao corromper, com US$ 6 milhões, um dos filhos do presidente do país, Ricardo Martinelli. Com o desdobramento das investigações, veremos que é mais dinheiro e não apenas um o parente de Martinelli citado. Como já assinalado

acima, a empreiteira teria repassado ao todo US$ 59 milhões em comissões ilegais a autoridades panamenhas. O relatório citou que a Odebrecht, maior grupo estrangeiro em atividade no Panamá, faturou US$ 175 milhões naquele país entre 2010 e 2014.

Em outra revelação, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos indicou que o "departamento de propina" pagou R$ 50 milhões à campanha eleitoral de Dilma Rousseff em 2010. Em contrapartida, a Braskem obteria benefício em programa de créditos tributários lançado pelo governo brasileiro. O dinheiro teria sido solicitado pelo então ministro da Fazenda, Guido Mantega (PT-SP), que escreveu o valor num pedaço de papel.

O ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP), antecessor de Mantega no cargo, estaria envolvido no caso. Os norte-americanos o enquadraram como consultor da Braskem. Em seu relatório, as autoridades dos Estados Unidos mencionaram a opinião de um executivo da Braskem, para quem o dinheiro não foi usado durante a campanha eleitoral de 2010:

> "No lugar disso, o executivo entendeu que eles iriam distribuir o dinheiro, depois da próxima eleição, para benefício pessoal de vários políticos."

Chapa Dilma – Temer

Delatores da Odebrecht confessaram que, em 2014, fizeram doação ilegal à campanha de reeleição da aliança Dilma Rousseff – Michel Temer. Desta vez, R$ 30 milhões. Ressalte-se que as eleições foram em outubro, sete meses após o início da Lava Jato. Justificativa possível: até aquele momento várias empreiteiras estavam sob investigação, mas não a Odebrecht. Seus executivos teriam sido temerários ao entregar dinheiro de caixa dois. A estratégia: garantir apoio político para blindarem-se contra os inquéritos.

Menciono outro fato relevante, ocorrido nas eleições de 2010. Candidato a vice-presidente, Temer reuniu-se no seu escritório em São Paulo com o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o lobista João Augusto Rezende Henriques e um alto executivo da Odebrecht, Márcio Faria. Em pauta, doações para a campanha. Em troca, a Odebrecht seria contratada pela Petrobras, por cerca de US$ 1 bilhão, para obras de um tal programa de segurança, meio ambiente e saúde, em dez países. O contrato foi assinado às vésperas do segundo turno das eleições de 2010 (ainda no governo Lula).

A importância de relatar o acontecido são as 21 perguntas feitas por Cunha a Temer, em novembro de 2016. Ao lado de João Augusto Rezende Henriques, Cunha fora preso pela Lava Jato. Arrolara Temer como testemunha de defesa. Os questionamentos foram vetados pelo juiz Sérgio Moro, sem prerrogativa legal para investigar o presidente.

As perguntas de Cunha deram lastro à confissão de Márcio Faria, feita um mês depois. O executivo confirmaria a reunião no escritório de Temer. Era um dos

participantes. Seis das 21 perguntas vetadas trataram do assunto:

> — Vossa Excelência tem conhecimento se houve alguma reunião sua com fornecedores da área internacional da Petrobras com vistas à doação de campanha para as eleições de 2010, no seu escritório político em São Paulo, juntamente com o senhor João Augusto Henriques?
>
> — Vossa Excelência sabe de alguma contribuição de campanha que tenha vindo de algum fornecedor da área internacional da Petrobras?
>
> — Vossa Excelência conhece o João Augusto Henriques?
>
> — Caso Vossa Excelência conheça, quantas vezes esteve com ele e sobre quais assuntos trataram?
>
> — Vossa Excelência recebeu alguém para tratar de algum assunto referente à área internacional da Petrobras?
>
> — Vossa Excelência encaminhou algum assunto para ser tratado pela Diretoria Internacional da Petrobras?

Na época, Jorge Luiz Zelada já substituía Nestor Cerveró (delator da Lava Jato) na Diretoria Internacional da Petrobras. Ligado ao PMDB, Zelada também cumpria prisão preventiva no Paraná. Outras seis perguntas, igualmente barradas por Sérgio Moro, mencionaram Cerveró e Zelada. Cunha elaborou-as para constranger Temer. Tratavam de reuniões e propostas financeiras, supostamente de conhecimento do presidente da República, e envolviam os dois ex-diretores. Temer e Cunha foram aliados.

Da nota emitida pela assessoria de Temer:

> "Em 2010, o então deputado Eduardo Cunha levou um empresário ao escritório do presidente, que não se recorda do nome ou da empresa que este representava. Cunha alegou que o empresário estaria disposto a contribuir para campanhas do PMDB e que gostaria de conhecer o então candidato a vice-presidente. O presidente o recebeu por breve tempo."

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos tratou do caso. Informou que o contrato Petrobras-Odebrecht saiu após o repasse de US$ 40 milhões do Setor de Operações Estruturadas, o "departamento de propina".

Executivos que confessaram os crimes da Odebrecht contaram que a empreiteira fez uma parceria com o grupo Petrópolis (cerveja Itaipava) para distribuir R$ 100 milhões em dinheiro vivo e doações eleitorais. Os dois conglomerados eram sócios no Meinl Bank Antigua. As somas vinham do Setor de Operações Estruturadas. O Petrópolis usava suas empresas para encaminhar os repasses. Ao todo 12 partidos políticos foram beneficiários.

O esquema também teria injetado R$ 500 mil em apoio a Luiz Fernando Pezão (PMDB-RJ). Ciro Nogueira (PP-PI) recebeu R$ 200 mil. Aécio Neves (PSDB-MG),

R$ 120 mil; Arthur Virgílio (PSDB-AM), R$ 100 mil; Heráclito Fortes (PSB-PI), R$ 100 mil; e Jutahy Magalhães (PSDB-BA), R$ 30 mil. Leandro Azevedo, da Odebrecht, citou outros repasses a Pezão, na época governador do Rio de Janeiro, e ao prefeito Eduardo Paes (PMDB-RJ). Mencionou ainda Lindbergh Farias (PT-RJ) e Anthony Garotinho (PR-RJ).

Saco sem fundo

A Odebrecht teria feito pagamentos ilegais ao almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, então presidente da Eletronuclear, e a José Amaro Pinto Ramos, representante da multinacional francesa DCNS, associada da empreiteira baiana no projeto bilionário de construção do submarino nuclear da Marinha do Brasil. O Tribunal de Contas da União apontou sobrepreço de R$ 406 milhões nas obras do estaleiro de Itaguaí (RJ), local de fabricação do submarino. Pinheiro da Silva, preso por receber suborno no caso da Usina Nuclear de Angra 3 (RJ), arrebataria 4,5 milhões de euros.

Das delações da Odebrecht: José Serra (PSDB-SP), candidato a presidente da República em 2010, recebeu R$ 23 milhões em caixa dois. Serra era "Vizinho" ou "Careca" nos códigos secretos da empreiteira. Ex-deputado, Ronaldo Cezar Coelho admitiu que embolsou parte do dinheiro. Repasse feito em conta bancária na Suíça para ressarcir despesas da campanha de Serra. O ex-deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ) teria participado dos acertos.

A assessoria de Geraldo Alckmin (PSDB-SP), o "Santo", saiu-se com essa: o codinome, relacionado ao pagamento de R$ 500 mil da Odebrecht, em 2004, não poderia ser vinculado ao governador de São Paulo. Afinal, o tucano não disputou eleição naquele ano. Para os gênios do *marketing*, só teria sido possível embolsar a quantia se Alckmin fosse candidato. Possivelmente tentavam dissociar o suposto repasse de propina atrelado à construção da Linha 4 do Metrô de São Paulo, gerenciada pela Odebrecht.

Antes de "Santo", Alckmin chegou a ser o "Apóstolo". Foi em 2002, durante as obras de duplicação da rodovia Mogi-Dutra. O tucano também teria sido contemplado com caixa dois em campanhas eleitorais. Em 2010, R$ 2 milhões para Adhemar Ribeiro, irmão da primeira-dama, Lu Alckmin. Ele receberia o dinheiro no seu escritório em São Paulo. Em 2014, o operador seria Marcos Monteiro, o "MM", homem de confiança do governador.

Conforme a delação do executivo Paulo Cesena, Gilberto Kassab (PSD-SP), o "Projeto", foi agraciado com R$ 14 milhões em caixa dois em 2013 e 2014. Casena admitiu que a Odebrecht, a pedido de Guido Mantega, injetou R$ 3,5 milhões na Editora Confiança (revista Carta Capital), atendendo a interesses do PT. Jorge Viana (PT-AC) pôs as mãos em R$ 300 mil em espécie em 2014. Seu irmão, Tião Viana (PT-AC), o "Menino da Floresta", recebeu R$ 2 milhões em caixa dois para a campanha ao Governo do Acre em 2010.

A senadora Marta Suplicy (PT-SP, na época) pôs as mãos em R$ 500 mil de caixa

dois na campanha de 2010. Ela foi ministra de Dilma Rousseff antes de se transferir ao PMDB. Moreira Franco (PMDB-RJ), ministro da Aviação Civil de Dilma Rousseff, teria achacado a Odebrecht. Pediu R$ 3 milhões para barrar a obra de um novo aeroporto em Caieiras (SP). Se construído, faria concorrência ao Galeão, cuja concessão pertencia à Odebrecht.

Executivo da Odebrecht, Benedicto Barbosa da Silva Júnior, o BJ, afirmou em delação premiada que acertou com o então governador Aécio Neves (PSDB-MG) uma fraude na licitação da Cidade Administrativa. A obra de R$ 2,1 bilhões, a mais cara do governo do tucano, foi inaugurada em 2010. Segundo a delação, Neves escolheu quais empresas tocariam a construção – além da Odebrecht, a Andrade Gutierrez, a OAS e a Queiroz Galvão. O percentual de propina, de 2,5% a 3% dos contratos, daria até R$ 63 milhões.

Nos 13 anos de governos do PT, o faturamento da Odebrecht cresceu quase oito vezes. Em sua delação premiada, Emílio Odebrecht disse que a construção da Arena Corinthians serviu como um presente a Lula, com quem se encontrava com frequência. Os dois não discutiam pagamentos ilegais – assunto tratado pelo filho, Marcelo Odebrecht, e Antonio Palocci.

Com o acordo de leniência e as delações premiadas, a Odebrecht publicou anúncio nos principais jornais do País em 2 de dezembro de 2016. Reconheceu envolvimento em práticas impróprias, "uma agressão a valores consagrados de honestidade e ética". Segundo a empreiteira, "fomos coniventes com tais práticas e não as combatemos como deveríamos":

> — Não precisávamos ter cometido esses desvios.

Emílio Odebrecht, o patriarca, cumpriria quatro anos de prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica. Ao todo Marcelo Odebrecht ficaria preso no Paraná dois anos e meio – até o final de 2017. Depois passaria igual período em regime fechado, sem direito de sair de casa. Em seguida dois anos e meio em regime semiaberto, sempre com tornozeleira eletrônica. Trabalharia durante o dia e voltaria para casa à noite. Só então progrediria para o regime aberto, mais dois anos e meio. Pena total: dez anos.

Salário de delator: 1 milhão por mês

A delação premiada de Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez, provocou um estrago. Ele confessou que cerca de 50% das contribuições da empreiteira ao PT funcionaram como contrapartida a contratos com o Governo Federal. Dinheiro repassado entre 2009 e 2014:

> "O valor da propina de R$ 40 milhões é estimado, podendo ter ficado entre R$ 38 milhões e R$ 48 milhões."

Azevedo admitiu participação da Andrade Gutierrez em esquema montado para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA), um negócio de R$ 13 bilhões.

A empreiteira fez acordo de leniência. Reconheceu conluio entre empresas para dividir as obras. Auditoria do Tribunal de Contas da União apontou sobrepreço de R$ 3 bilhões. Conforme Azevedo, 1% do contrato de Belo Monte foi repassado como propina para PT e PMDB. O tesoureiro João Vaccari Neto (PT) e o senador Edison Lobão (PMDB-MA) cuidavam das transferências aos dois partidos. Do depoimento à Lava Jato:

> "Que, no caso do PT, as propinas foram pagas, no montante de 10 milhões, da seguinte forma: em 2010, o valor de 2,5 milhões de reais; em 2012, o valor de 1,6 milhão de reais; em 2014, no valor de 4,5 milhões de reais e, para Delfim Netto, o valor de 1,4 milhão de reais."

O ex-ministro Delfim Netto, conselheiro de Lula nos governos petistas, embolsou ainda mais dinheiro de Belo Monte. A Andrade Gutierrez tirou a soma das comissões dos dois partidos. Azevedo citou mais um ex-ministro:

> "Antonio Palocci, provavelmente em São Paulo, solicitou o pagamento de R$ 15 milhões para Delfim Netto, dedutível do 1% de propina a ser paga. A empresa atendeu essa determinação de Palocci."

Mensagens interceptadas no telefone celular de Azevedo mostraram o assédio de Edinho Silva (PT-SP), tesoureiro de Dilma Rousseff, em agosto de 2014. Para o tesoureiro, a situação era "drástica". Ele pediu R$ 10 milhões:

> "Repassei o problema da não contribuição e estão pedindo para vc fazer ao menos 10 até amanhã para não paralisar setores importantes da campanha. Aguardo retorno".

Azevedo relatou quatro reuniões com Edinho Silva e Giles Azevedo, assessor de Dilma Rousseff, todas em 2014. Naquele ano a Andrade Gutierrez doou R$ 21 milhões à campanha do PT e R$ 20 milhões ao PSDB.

No ano anterior, Vaccari pediu R$ 30 milhões para pagar dívidas da campanha do prefeito Fernando Haddad (PT-SP). Haveria um rateio entre seis empresas. A Andrade Gutierrez entraria com R$ 5 milhões, acertando serviços do marqueteiro João Santana. Vaccari passou o contato de Mônica Moura, mulher de Santana, mas a empreiteira não efetuou o repasse.

Ex-executivo da Andrade Gutierrez, Flávio Gomes Machado Filho depôs ao juiz Sérgio Moro. Descreveu a cobrança de propina por parte de Ricardo Berzoini (PT-SP), presidente do partido em 2008. Acompanhavam-no na reunião os tesoureiros petistas Paulo Ferreira e seu sucessor, Vaccari:

> "De uma forma incisiva, um pouco além do tom, pelo presidente Berzoini para o presidente Otávio. Veladamente, deu para perceber que poderia haver algum tipo de situação desconfortável para nós."

Sérgio Moro pediu que Machado Filho explicasse melhor. Suas palavras:

> “Eu não lembro muito bem os termos, mas em linhas gerais: ‘Achamos que, como vocês têm interesse em trabalhar, estreitar relações com o Governo Federal, nós então estamos solicitando a participação sua nesse sentido’. Você vê que o solicitar aqui eu falei num tom. Na verdade, nós entendemos como uma pressão. Não foi uma solicitação: ‘Pode aceitar ou não aceitar’. A gente achou quase que como uma imposição.”

Ex-presidente da Andrade Gutierrez Energia, Flávio David Barra reconheceu a entrega de R$ 5,6 milhões em propina a Edison Lobão, na época ministro de Minas e Energia, a título de comissão por contratos em Belo Monte e na Usina Nuclear de Angra 3. Barra levou R$ 600 mil em dinheiro à casa de Márcio Lobão, filho do peemedebista, no Rio. No caso de Angra 3, Barra informou que 2% dos contratos seguiam para o PMDB, 1% ao PT e 1,5% eram distribuídos entre executivos da Eletronuclear. Em relação ao PMDB, o senador Romero Jucá (RR) também atuava como interlocutor e receberia propina por meio da firma de fachada Ibatiba Assessoria e Consultoria.

A Andrade Gutierrez fechou acordo de leniência com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão do Ministério da Justiça, e confessou que cartéis agiram para controlar obras de urbanização em favelas do Rio e na construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014.

Segundo delatores da empreiteira, Carlos Emanuel Miranda, o Barbudo, homem de confiança do governador Sérgio Cabral (PMDB), intermediou repasses de propina relacionados a obras em favelas, Estádio do Maracanã e Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), entre outras. Cabral teria recebido R$ 300 mil mensais da Andrade Gutierrez em 2010 e 2011.

Ex-executivos da Andrade Gutierrez confessaram que a empreiteira pagava propina por meio de uma espécie de “tesouraria interna”. O caixa dois era gerenciado pelo operador Adir Assad, preso pela Lava Jato. Boa parte da movimentação de dinheiro ocorria com a celebração de contratos fictícios entre a Andrade Gutierrez e firmas de fachada controladas por Adir Assad. A “tesouraria interna” teria administrado ao menos R$ 176 milhões em espécie, dinheiro transportado por Samir Assad e Marcelo Abdud em boladas que variavam de R$ 50 mil a R$ 300 mil por vez. Adir Assad descontava de 18% a 20% para despesas e comissão por seu trabalho.

A colaboração da Andrade Gutierrez citou obras na Ferrovia Norte-Sul, estádios da Copa do Mundo, Comperj, Cidade Administrativa, Rodoanel (SP) e Metrô (SP), entre outras. O acordo de leniência da empreiteira estabeleceu a devolução de R$ 1 bilhão, em prazo de 12 anos. A Procuradoria-Geral da República definiu que Otávio Marques de Azevedo pagaria multa de R$ 2,6 milhões. Os diretores Elton Negrão de Azevedo Júnior, Antônio Pedro Campello de Souza Dias, Flávio Gomes Machado Filho e Paulo Roberto Dalmazzo, R$ 1,7 milhão cada.

A Andrade Gutierrez decidiu pagar dez anos de salários a todos os seus 11 diretores-delatores, sem exigir comparecimento ao trabalho. Condenado a 18 anos de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa, o ex-presidente Otávio Marques de Azevedo cumpriria um ano em regime domiciliar fechado, com tornozeleira eletrônica. Depois progrediria para o semiaberto. Ao longo de dez anos, receberia da empreiteira R$ 1 milhão por mês (ao todo, R$ 120 milhões).

Já Adir Assad tratou de propor um acordo à Justiça para se safar da Lava Jato e da condenação a quase dez anos de prisão. Disse que repassou R$ 100 milhões à Dersa (Desenvolvimento Rodoviário), estatal do Governo de São Paulo. Relacionou obras executadas na administração do governador José Serra (PSDB-SP) entre 2007 e 2010, e apontou Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, um ex-diretor do Dersa, como o beneficiário da propina.

As investigações mostraram que Assad foi um dos maiores emissores de notas fiscais frias do escândalo do petrolão. O "noteiro" emprestou ao menos cinco firmas controladas por ele (Legend Engenheiros, Rock Star Marketing, SM Terraplenagem, Power To Tem e Soterra Terraplenagem) para lavar dinheiro. As "empresas" não possuíam máquinas nem empregados. Entre 2007 e 2012, Assad teria movimentado R$ 1,3 bilhão.

José Serra deixou o Ministério das Relações Exteriores alguns dias antes da tentativa de delação premiada de Adir Assad ganhar as páginas dos jornais. Alegou motivos de saúde. Voltou para o Senado. Temer o substituiu por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), seu líder no Senado, citado na Lava Jato.

Conflito de interesses

Dono da OAS, José Aldemário Pinheiro, o Léo Pinheiro, propôs um acordo de delação premiada. Citou pagamentos indevidos a Lula (obras no tríplex do Guarujá e a reforma do Sítio Santa Bárbara), repasses para o caixa dois da campanha eleitoral de Dilma Rousseff – Michel Temer em 2014, entrega de propina em troca de obras em governos do PSDB (Cidade Administrativa, em Minas Gerais, e construções do Metrô e do Rodoanel, em São Paulo).

A coisa azedou quando o termo de confidencialidade assinado com a Lava Jato foi parar na Veja. A revista publicou um evento que, por falta de provas, havia ficado fora do acordo. Procurador-geral da República, Rodrigo Janot irritou-se e reagiu à menção a Dias Toffoli, do STF. A residência do ministro em área nobre de Brasília, com problemas de infiltração, teria sido vistoriada por engenheiros da OAS. Léo Pinheiro indicaria a contratada para executar serviços de impermeabilização, supostamente pagos por Toffoli.

Com o questionamento moral acerca da proximidade entre Léo Pinheiro e Toffoli (o ministro votou pela soltura do empresário em abril de 2015, após cinco meses de prisão pela Lava Jato), Janot alegou pressão indevida em favor da delação e

suspendeu em agosto de 2016 o acordo com Pinheiro.

Cabe traçar um paralelo com o episódio da morte de Teori Zavascki, em janeiro de 2017. O ministro do STF estava no avião do empresário Carlos Alberto Filgueiras. O acidente ocorreu instantes antes do pouso em Paraty (RJ), onde Filgueiras era acusado de erguer construções irregulares em uma ilha. Zavascki frequentava o Hotel Emiliano, em São Paulo, propriedade de Filgueiras. Hospedara-se em outro hotel do empresário, no Rio. Em 2006, no Superior Tribunal de Justiça, votou a favor de Filgueiras em processo de sonegação de impostos em São Paulo. O que fazia naquele avião?

Léo Pinheiro também pagou preço alto. Por ordem de Sérgio Moro, voltou para a cadeia em 5 de setembro de 2016. Mais uma vez, prisão preventiva no Paraná. Procuradores acusaram-no de corrupção e lavagem de dinheiro:

> "Os crimes praticados pela OAS, sob a coordenação de Léo Pinheiro, não se limitaram a contratos na Petrobras, havendo fortes indicativos de que esse grupo empresarial também praticou delitos em contratações públicas de outros órgãos no território nacional e também no exterior."

Ao depor a Sérgio Moro, Léo Pinheiro demonstrou que desejava o acordo:

> "Queria agradecer ao senhor e ao Ministério Público a oportunidade para eu esclarecer, para falar a verdade, mesmo que esses fatos me incriminem. Eu cometi crimes e, para o bem da Justiça do nosso País, para o bem da sociedade, estou aqui para falar a verdade, para falar tudo que eu sei."

Confessou a entrega de R$ 3,8 milhões para abafar a CPI da Petrobras em 2014. Cedeu à extorsão de Vital do Rêgo (PMDB-PB), Gil Argello (PTB-DF) e Marco Maia (PT-RS), respectivamente presidente, vice-presidente e relator da comissão. Ministro das Relações Institucionais de Dilma Rousseff, Ricardo Berzoini (PT-SP) participou de reunião para acertar o suborno:

> "O ministro relatou que era uma preocupação muito grande do governo da presidente Dilma o desenrolar dessa CPI e gostaria que as empresas pudessem colaborar, o quanto possível, para que essas investigações não tivessem uma coisa que prejudicasse o governo."

Sérgio Moro havia sentenciado Léo Pinheiro a 16 anos e quatro meses de prisão em agosto de 2015. Em 23 de novembro de 2016, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, aumentou a pena em dez anos e três meses. Condenou o dono da OAS, desta vez em segunda instância, a 26 anos e sete meses de prisão por corrução ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa no esquema de corrupção que espoliou a Petrobras.



PORCO FOLGADO

Conforme Lúcio Bolonha Funaro, Geddel Vieira Lima também era 'boka de jacaré' para receber e, na hora de trabalhar, 'carneirinho'

Um celular velho encontrado na casa de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) durante ação de busca e apreensão, no final de 2015, levou a Polícia Federal a deflagrar operação em 13 de janeiro de 2017 sobre mais um tentáculo do esquema de corrupção na Caixa Econômica Federal (governo Dilma Rousseff). A investigação apurava conluio entre Cunha e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), vice-presidente de Pessoa Jurídica da Caixa, de 2011 a 2013.

A dupla atuaria para liberar empréstimos do banco público em troca de propina. Fariam parte da organização criminosa, ainda, Fábio Cleto, vice-presidente de Fundos e Loterias da Caixa (delator da Lava Jato), e o operador do mercado financeiro Lúcio Bolonha Funaro, preso em Brasília.

Conforme a PF, Lima entregava informações sigilosas da Caixa a Cunha e facilitava trâmites para conceder empréstimos a empresas que pagavam suborno. Firmas de Funaro receberiam os repasses. A Caixa teria autorizado financiamentos de R$ 4,3 bilhões a envolvidos no esquema – J&F Investimentos (Frigorífico JBS), grupo Constantino (Gol Linhas Aéreas, Oeste Sul e Comporte), Marfrig (Seara), Bertin, Digibrás Indústria do Brasil, Inepar, Big Frango e BR Vias.

No celular de Cunha, uma troca de mensagens de 5 de abril de 2012 sobre operação que beneficiaria a BR Vias. Funaro é o "Lucky". Manda texto para Cleto, o "Gordon Gekko", que responde a comunicação:

> — Me faz um favor liga para o Geddel e vê em qual e-mail ele quer que vc passe isso ou pra quem vc entrega (...) que se ele não resolver eu vou fuder ele no Michel. Esse porco é um folgado do caralho.
>
> — Já encaminhei pro e-mail institucional da área do Geddel.

Em seguida Funaro voltou à carga:

> — Que ele é boka de jacaré para receber e carneirinho para trabalhar e ainda reclamão. Mas eu agora tenho condição total, se ele me encher o saco, de ir pra porrada com ele.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Evaldo Ulinski, dono da Big Frango na época do esquema, relatou que Funaro lhe ofereceu, em nome da Caixa, empréstimo em condições especiais. Em troca, 10% de propina:

> — Agora, desculpe, mas 10% de comissão é extorsão. Não é verdade? E pior que isso. A proposta do Lúcio Funaro era o seguinte: te arrumo R$ 100 milhões com 10% para pagar e 30% para nunca mais precisar pagar.

Como pode? Dar uma garantia e não pagar. Caí fora.

Diretor-executivo de Pessoa Jurídica da Caixa, uma espécie de braço-direito de Lima no banco oficial, Roberto Derziê de Sant'Anna também estava sob investigação. Próximo do então vice-presidente Michel Temer na época, "Desirre" apareceu em mensagem enviada por Cunha a Lima. Relacionava-se a operação suspeita de crédito à Oeste Sul, no valor de R$ 50 milhões.

Em 2015 Sant'Anna se desligou da Caixa. Foi trabalhar diretamente ao lado de Temer na Secretaria de Relações Institucionais, no período em que Dilma Rousseff nomeou seu vice para cuidar da articulação política no Congresso. Ao romper relações com Temer, no ano seguinte, a presidente demitiu Sant'Anna. Retaliou seu vice. Já presidente, em dezembro de 2016, Temer o recolocou na Caixa, desta vez como vice-presidente.

Apesar de afastado da Secretaria de Governo da administração Temer, Lima manteve influência no Palácio do Planalto. Atuava nos bastidores. Ivani dos Santos, sua secretária-executiva e braço-direito, manteve as mesmas funções estratégicas na Secretaria de Governo. Cabia à pasta cuidar da liberação de dinheiro de emendas parlamentares e distribuir cargos do governo. Ivani dos Santos trabalhava ao lado de Lima desde o tempo em que o político atuou como ministro da Integração Nacional do governo Lula.

Outro cargo importante da Secretaria de Governo, o de chefe de gabinete, continuou nas mãos de Lima – apenas formalmente desligado do núcleo duro de Temer. O titular da posição, Carlos Henrique Menezes Sobral, acompanhava o chefe desde o Ministério da Integração Nacional (gestão Lula). Sobral ainda foi assessor especial de Eduardo Cunha na Câmara.

Gestão temerária

Ao ser projetada em 2006, a Refinaria Abreu e Lima (PE) teve seu custo de construção estimado em US$ 2,4 bilhões. Seis anos depois, os gastos passaram a US$ 20,1 bilhões. Ao esmiuçar o caso, o ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, acatou relatório da área técnica do TCU. Para os auditores, uma gestão temerária provocou prejuízos de US$ 18,9 bilhões à Petrobras. Ao todo, conforme Zymler, ocorreram R$ 22 bilhões em perdas de responsabilidade direta de funcionários da Petrobras.

O ministro recomendou a inabilitação de 25 ex-diretores e ex-gerentes que atuaram nas obras. Houve contratação de serviços e compra de materiais e equipamentos sem que o projeto estivesse suficientemente delineado. Desrespeitaram os regulamentos da Petrobras. O superfaturamento teria engordado o caixa dois de agentes públicos e políticos de vários partidos.

A Polícia Federal indiciou Glauco Legatti, ex-gerente de Abreu e Lima, por corrupção passiva e organização criminosa. Ele não conseguiu fazer delação

premiada. O caso envolvia a Odebrecht, a Galvão Engenharia e o operador Shinko Nakandakari, de quem Legatti confessou que recebeu propina.

A PF abriu investigação contra Rogério Manso, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. Antecessor de Paulo Roberto Costa no cargo, era suspeito de envolvimento em esquema criminoso de compra e venda de combustíveis.

O indiciamento de Marcelo Odebrecht e do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), repercutiu no mundo político. A PF decidiu investigá-los por corrupção e lavagem de dinheiro na liberação de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Na época Pimentel era ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do governo Dilma Rousseff. O BNDES estava subordinado a ele. O banco oficial aprovou operações de US$ 738 milhões a projetos da Odebrecht em Moçambique e na Argentina. Em delação premiada, Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené, relatou que, em troca dos empréstimos, recebeu da Odebrecht, em nome de Pimentel, R$ 3 milhões.

Em outro acerto, Oliveira Neto afirmou que Odebrecht e OAS deram R$ 14,5 milhões em propina a Pimentel. Segundo o delator, o petista queria de R$ 20 milhões a R$ 25 milhões da Odebrecht, mas a cúpula da empreiteira acertou apenas R$ 11,5 milhões. Dinheiro transportado em espécie até hotéis de São Paulo. Usaram senhas com nomes de árvores e plantas na hora de fazer os repasses. Já em relação a OAS, Pimentel teria pedido R$ 5 milhões, uma contrapartida vinculada à construção de um gasoduto no Uruguai. A empreiteira entregou R$ 3 milhões, divididos em seis parcelas.

Oliveira Neto também apontou para Márcio Fortes (RJ), então ministro das Cidades do governo Lula. Ele teria embolsado R$ 1 milhão em esquema para contratar a agência de publicidade Propeg em 2010. O Ministério estava nas mãos do PP. Parte do valor do contrato ficou com Mário Negromonte (PP-BA), sucessor de Fortes, e com o deputado Pedro Corrêa (PP-PE).

Em mais um depoimento, Oliveira Neto disse que, conforme informação de Pimentel, Giles Azevedo, assessor de Dilma Rousseff, atuou para quitar uma dívida da campanha de 2010 com a agência Pepper. Para isso teriam contratado a empresa Click por R$ 44,7 milhões, em março de 2015. Conforme o delator, havia uma quitinete em Brasília que abrigou R$ 12 milhões em dinheiro vivo para a campanha eleitoral de Pimentel em 2014.

Procurador-geral da República, Rodrigo Janot denunciou o deputado José Guimarães (PT-CE) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Em delação premiada, o ex-vereador petista Alexandre Romano, o Chambinho, contou que procurou Guimarães em 2010 para obter empréstimo de R$ 260 milhões à empreiteira Engevix. O deputado era padrinho do presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Roberto Smith. O negócio saiu. Romano forjou contratos de prestação de serviços com a Engevix e embolsou R$ 1 milhão em comissão. Guimarães ganhou

R$ 99 mil por intermediar a operação no BNB. Dois cheques foram repassados a credores do deputado em 2011.

Delator da Lava Jato, o lobista Zwi Skornicki contou que o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) trabalhou para não convocá-lo a depor na CPI da Petrobras em 2015. Em troca, o político, relator da comissão, recebeu propina.

O juiz Sérgio Moro aceitou denúncia contra o ex-deputado André Vargas no caso da contratação da IT7 Sistemas pela Caixa Econômica Federal em 2013. Vargas (PT-PR) foi vice-presidente da Câmara dos Deputados antes de ser cassado, preso e condenado a 14 anos e quatro meses de reclusão. Contratada por R$ 71,3 milhões, a IT7 seria controlada pelo irmão Leon Vargas. O então deputado teria embolsado R$ 2,4 milhões com o negócio.

Sérgio Moro condenou João Cláudio Genu, ex-assessor parlamentar do PP, a oito anos e oito meses de prisão por corrupção e associação criminosa. Foi sentenciado por receber R$ 3 milhões desviados da Petrobras. O juiz reduziu a pena em um ano porque Genu confessou os crimes.

A britânica Rolls-Royce anunciou em 16 de janeiro de 2017 um acordo de leniência com a Inglaterra, os Estados Unidos e o Brasil. Admitiu pagamento de propina em contratos com 12 países e aceitou pagar multa equivalente a R$ 2,6 bilhões. O Brasil receberia R$ 82 milhões. A multinacional forneceu turbinas para geração de energia elétrica em plataformas de petróleo da Petrobras. Delator da Lava Jato, Pedro Barusco mencionou um contrato de US$ 100 milhões – ele recebeu US$ 200 mil em propina. Levantamento da CGU (Controladoria-Geral da União) revelou que a Petrobras contratou a Rolls-Royce por US$ 650 milhões em 2011.

No acordo de leniência, a empresa confessou o pagamento de US$ 9,3 milhões para obter contratos no Brasil. Indicou que apenas um funcionário da Petrobras (nome não divulgado) embolsou US$ 1,6 milhão entre 2003 e 2013. Em troca da propina, a Rolls-Royce recebeu informações sigilosas sobre os contratos e reverteu desclassificação por razões técnicas. Vendeu turbo-geradores para as plataformas P-51, P-52, P-53, PRA-1, P-56 e Mexilhão, todas construídas nos dois governos Lula (2003 – 2010).

A UTC e a Andrade Gutierrez aceitaram pagar multas ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) por formação de cartel em licitações investigadas pela Lava Jato, a maior parte contratos da Petrobras (fraudes na Eletronuclear também foram incluídas). Assinados em 18 de janeiro de 2017, os termos constituíram os maiores já firmados por aquele órgão do Ministério da Justiça. As empreiteiras admitiram ilegalidades em serviços de engenharia e de construções e montagens industriais. A UTC devolveria R$ 139 milhões ao Governo Federal. A Andrade Gutierrez, R$ 56 milhões.

O Ministério Público Federal denunciou a Queiroz Galvão e a Iesa Óleo e Gás por participação no cartel que desviou recursos da Petrobras entre 2006 e 2014. Durante

o período, as duas empreiteiras teriam pago propina em todos os contratos assinados com a estatal. Segundo a investigação, as empresas agiram em conluio, ao lado de funcionários públicos corruptos, para ajustar o mercado e dominar o setor de montagens industriais da Petrobras. O MPF pediu reparação de danos de R$ 167,4 milhões.

Oceano não mapeado

Em desdobramento das investigações sobre o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), o juiz Marcelo da Costa Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio, determinou a prisão preventiva de Eike Batista em 26 de janeiro de 2017. O empresário era suspeito de transferir US$ 16,5 milhões a Cabral por meio de ações, inclusive da Petrobras, para uma conta do banco Winterbotham, no Uruguai, controlada pelos irmãos doleiros Renato e Marcelo Hasson Chebar. Para dar aparência legal forjaram contrato com empresa de Batista, intermediando a compra de mina de ouro na Colômbia. Antes da remessa ao Uruguai, o dinheiro passou pelo TAG Bank, no Panamá. Recursos ilícitos foram aplicados na bolsa de valores em Nova York. Compraram 1 milhão de euros em diamantes. Esconderam as pedras em cofre de banco na Suíça.

Os irmãos Chebar fizeram acordo de delação premiada. Confessaram o envio de dinheiro de Cabral ao exterior. Parte desses recursos veio de Batista. Contas dos irmãos receberam US$ 6 milhões de 2002 a 2007, em operações de dólar-cabo. O dinheiro entrava na forma de reais e Cabral o embolsava em dólar. A partir de 2007, quando Cabral virou governador, o volume de dinheiro aumentou e o doleiro Vinicius Claret Vieira Barreto, o Juca Bala, passaria a operar ações de lavagem. Ele foi preso no Uruguai. O ex-governador do Rio teria amealhado uma fortuna de US$ 101,4 milhões (apenas seu grupo mais próximo de colaboradores teria torrado R$ 39,7 milhões entre 2014 e 2015, em viagens, restaurantes, compras e despesas pessoais). Do procurador Leonardo Cardoso de Freitas:

> — O patrimônio da organização criminosa comandada pelo ex-governador Sérgio Cabral é um oceano ainda não completamente mapeado.

O MPF anunciou a recuperação de R$ 270 milhões controlados por Cabral – inclusive barras de ouro e os diamantes escondidos em cofres no exterior. O político teria movimentado a fortuna em dez contas localizadas em Nova York, Genebra, Luxemburgo, Bahamas, Uruguai e Andorra. Segundo os delatores, o esquema começou quando Cabral ainda era deputado, em 2002. Pagamentos beneficiaram parentes do ex-governador como sua ex-mulher, Susana Neves, prima do senador Aécio Neves (PSDB-MG). Segundo os irmãos delatores, ela usufruiu de 13 repasses, num total de R$ 883 mil.

Os irmãos Chebar contaram que guardaram em seus nomes 29 diamantes e quatro quilos e meio de ouro pertencentes a Cabral. Tudo depositado em dois cofres na

Suíça. As pedras e o metal pesado valiam quase US$ 2,5 milhões. Compraram-nos com dinheiro que estava em conta bancária nas Bahamas porque consideraram arriscado manter quantias elevadas em instituições financeiras. Relataram também que alugaram entre 2011 e 2014 uma sala comercial em Ipanema, na zona sul do Rio, para guardar dinheiro de caixa dois. O local chegou a esconder R$ 3 milhões em espécie.

Outro tentáculo do esquema de Cabral teria sido operado por Ary Ferreira da Costa, preso em 2 de fevereiro de 2017. Segundo as investigações, Costa atuava em fraudes na concessão de benefícios fiscais pelo Governo do Rio. Para lavar dinheiro sujo, compraram sete imóveis. A PF explicou, em nota:

> "O operador financeiro atuava repassando os valores supostamente ilícitos à concessionária de veículos pertencentes ao mesmo grupo familiar. O dinheiro retornava através de contratos fictícios firmados entre consultorias de fachada e essas revendedoras de automóveis."

Classificado como o sétimo homem mais rico do mundo em 2012, Eike Batista possuiu US$ 30 bilhões. Próximo dos poderosos, arrebatou nos governos Lula e Dilma Rousseff R$ 10 bilhões em empréstimos do BNDES. O império ruiu quando sua OGX começou a extrair petróleo. Fiasco. Outras empresas do grupo X tiveram de ser vendidas para pagar as dívidas. Ações de suas companhias derreteram e acabaram negociadas por centavos.

A Polícia Federal apreendeu 18 carros de Batista. Excêntrico, mantinha um automóvel Lamborghini, de R$ 2,5 milhões, na sala de sua casa, no Rio. Era um item de decoração. Nos tempos de glória, comprou em leilão beneficente um terno que pertencia a Lula. Pagou R$ 500 mil. Adulou Lula ao entregar R$ 1 milhão para financiar a filme "Lula, o filho do Brasil". Em solenidade oficial no Porto do Açu (RJ) em 2012, Dilma Rousseff discursou:

> — Eike é o nosso padrão, nossa expectativa e, sobretudo, o orgulho do Brasil.

Em relação ao Porto de Açu, a delação premiada de Alexandre Margotto citou um jantar em Nova York intermediado por Joesley Batista, da J&F. Reuniram-se Eike Batista e Lúcio Bolonha Funaro para acertar pagamento de propina ao então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Só Funaro teria embolsado R$ 1,5 milhão em comissão. Em troca a dupla agiria para liberar R$ 750 milhões do FI-FGTS à LLX Açú Operações Portuárias em 2012.

Eike Batista ficou quatro dias foragido antes de se entregar. Foi preso.

A Justiça Federal homologou a delação de Alexandre Margotto. Entre as informações prestadas aos investigadores, a de que seu antigo sócio, Lúcio Bolonha Funaro, embolsou como propina do empresário Joesley Batista uma mansão no valor de R$ 30 milhões no Jardim Europa, em São Paulo.

O juiz Marcelo da Costa Bretas tornou Sérgio Cabral e Eike Batista réus por corrupção e lavagem de dinheiro em 10 de fevereiro de 2017. Bretas aceitou denúncia do Ministério Público Federal. Entre outros, virou ré a ex-primeira-dama do Rio, Adriana Ancelmo. Do procurador Leonardo Freitas:

> — O empresário não podia dar de presente US$ 16,5 milhões para o governador do Estado. E o governador não poderia ter aceitado. O crime de corrupção já está configurado.

Para o procurador Rafael Barreto, o suborno feito por Eike Batista visava vantagens em licenças, desapropriações e atos de ofício do Governo do Rio:

> — Não estamos vinculando pagamento de propina a empreendimentos específicos do Eike. Havia uma série de interesses do Eike no governo. Era para comprar apoio.

Acusado por centenas de crimes de lavagem de dinheiro, Cabral tornou-se réu em seis ações penais ligadas à Lava Jato. Seu aliado e sucessor, o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio com o vice, Francisco Dornelles (PP), por abuso do poder político e econômico. Ambos acusados de celebrar contratos públicos com empresas que fizeram doações suspeitas na campanha eleitoral. Manteriam os cargos até o julgamento final do Tribunal Superior Eleitoral.

Absolvições e ameaças

Ao longo de três anos da Lava Jato, a Justiça absolveu alguns dos citados em crimes de corrupção perpetrados contra o Estado brasileiro. Registre-se: executivos da OAS, Mateus Coutinho de Sá Oliveira e Fernando Augusto Stremel Andrade, presos e condenados, foram inocentados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Outros dois absolvidos pelo TRF4: André Catão de Miranda, funcionário do Posto da Torre, em Brasília, e Maria Dirce Penasso, mãe da doleira Nelma Penasso Kodama.

O ministro Teori Zavascki arquivou inquérito contra a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB-MA) e o senador Edison Lobão (PMDB-MA). No caso, Paulo Roberto Costa, o Paulinho, ex-diretor da Petrobras, apontou os dois como beneficiários de R$ 2 milhões em propina. Para o procurador-geral Rodrigo Janot, não houve provas do repasse ilegal.

Os seguintes suspeitos livraram-se da Justiça, por falta de provas dos pagamentos de propina mencionados nas delações: Antonio Anastasia (PSDB-MG), relacionado a R$ 1 milhão; Simão Sessim (PP-RJ), denunciado por R$ 200 mil; Renan Calheiros (PMDB-AL), no caso do recebimento de dinheiro solicitado por Aníbal Gomes (PMDB-CE); Fernando Collor (PTC-AL), por corrupção e lavagem de dinheiro na BR Distribuidora; Humberto Costa (PT-PE), acusado por Paulinho em esquema de financiamento de campanha; Lindbergh Farias (PT-RJ), apontado em transação com

R$ 2 milhões; Júlio Delgado (PSB-MG), citado em investigação por contribuição ilícita de campanha do empresário Ricardo Pessoa; Aécio Neves (PSDB-MG), beneficiário de dinheiro ilegal da UTC; Randolfe Rodrigues (Rede-AP), suspeito de ficar com propina de Alberto Youssef; e João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, no caso do rombo de R$ 100 milhões nas contas da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo).

A Justiça Federal do Distrito Federal arquivou ação movida por Dilma Rousseff contra Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez. No caso, Azevedo afirmara que doação de R$ 1 milhão à campanha da petista em 2014 veio de quantia desviada das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA). Depois apareceu cheque no mesmo valor, mas referente a uma contribuição oficial ao vice-presidente Michel Temer. Concluiu-se que houve confusão e o dinheiro, afinal, era uma doação legal.

Coordenador da força-tarefa, o procurador Deltan Dallagnol pediu ao juiz Sérgio Moro que cassasse benefícios da delação premiada de Paulo Roberto Costa. Acusou-o de mentir sobre valores tirados por suas filhas de seu escritório no Rio e por contradições acerca de contas bancárias secretas que elas possuiriam no exterior. Paulinho foi o primeiro delator da Lava Jato.

Em mais uma da administração Temer, o repórter Jamil Chade, de O Estado de S. Paulo, revelou que o Ministério da Justiça bloqueou entendimentos com o Ministério Público da Suíça para aprofundar as investigações da Lava Jato. Proposta pela Procuradoria-Geral da República do Brasil, a troca de informações a partir de extratos bancários existentes no país europeu objetivava identificar beneficiários de operações ilegais ainda desconhecidas. Rodrigo Janot apresentou a ideia da cooperação em março de 2016. Autoridades suíças a aprovaram, mas o governo Temer impôs empecilhos. Após um ano, o Ministério da Justiça informou não ter chegado a um consenso e enviou comunicado oficial à Suíça, cancelando o acordo.

Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes (PSDB-SP) alegou desconhecer o tal comunicado. Prometeu uma solução, mas exigiu a lista de investigados e de potenciais suspeitos. Os suíços consideraram a condição intromissão do governo brasileiro em seus processos judiciais. Criou-se um impasse, prejudicando a Lava Jato. Temer soube compensar Moraes. Nomeou-o ministro do STF, na cadeira que fora ocupada por Teori Zavascki. Ele seria o revisor dos processos ligados ao petrolão. Fechava-se um cerco à Lava Jato.



CRIME DE EMBARAÇO

Ministro Edson Fachin manda investigar os senadores Renan Calheiros e Romero Jucá, líderes do PMDB e do governo Temer

Novo relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, o ministro Edson Fachin determinou em 9 de fevereiro de 2017 a abertura de inquérito contra os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR) e o ex-senador e ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP). Calheiros e Jucá eram os líderes do PMDB no Senado e do governo Michel Temer no Congresso. Objetivo da investigação: apurar crime de embaraço contra a Lava Jato, suspeita que veio à tona com as gravações e a delação de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobras.

Ao justificar o inquérito, o procurador-geral da República Rodrigo Janot mencionou a "solução Michel", um "acordão" para interromper a Lava Jato:

> "Note-se a gravidade da trama engendrada pelos integrantes da organização criminosa: as conversas gravadas desvelam esquema em curso voltado não apenas para 'estancar' a Lava Jato, mas também para 'cortar as asas' do Ministério Público e do Poder Judiciário, o que significa interferir no livre funcionamento e nos poderes desses órgãos."

As gravações de Sérgio Machado sugeriram que os três políticos fariam acordos com ministros do STF e aprovariam mudanças legislativas, como proibir delações premiadas de investigados ou de réus já presos. De Janot:

> "Mais de uma vez, nas conversas gravadas, o senador Romero Jucá evidencia que o *timing* para a implementação do grande acordo de estancamento da Operação Lava Jato ficaria especialmente favorecido com o início do governo de Michel Temer."

Outro trecho do pedido de investigação do procurador-geral da República:

> "Romero Jucá e Sérgio Machado discutem a 'solução Michel', que, segundo eles, seria o ideal para 'parar tudo' porque 'delimitava onde está' (referindo-se à Operação Lava Jato), fazendo um 'grande acordo nacional', inclusive 'com o Supremo, com tudo'."

Quatro ministros do STF manifestaram-se contra o colega Edson Fachin e proibiram o juiz Sérgio Moro de usar informações da delação de Sérgio Machado que envolviam José Sarney. O ex-senador não dispunha mais de foro privilegiado. Integrantes da Segunda Turma do Supremo, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello mantiveram as menções sobre Sarney vinculadas à denúncia contra os senadores Renan Calheiros e Romero Jucá, que detinham a

prerrogativa de ser investigados apenas pelo STF. Os quatro ministros manobraram contra a Lava Jato.

Líder do governo Michel Temer no Congresso, Romero Jucá voltou à carga. Apresentou uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) prevendo que os presidentes do Senado, Câmara dos Deputados e STF não poderiam ser processados por crimes cometidos antes do exercício de seus mandatos. A mesma blindagem que a Constituição já estabelecia ao presidente da República. Vários senadores apoiaram a medida, como Aécio Neves (PSDB-MG) e Fernando Bezerra (PSB-PE). Com a repercussão negativa, Jucá retirou a proposta. Em entrevista, manifestou-se contra a redução de foro aos políticos e insistiu em enquadrar juízes, procuradores e promotores:

> — Se acabar o foro, é para todo mundo. Suruba é suruba. Aí é todo mundo na suruba, não uma suruba selecionada.

Ao estrear na Lava Jato, o ministro Edson Fachin votou por manter na prisão João Cláudio Genu, ex-assessor do PP. O juiz Sérgio Moro o condenara a oito anos e oito meses por 11 crimes ligados ao petrolão. Desta feita os ministros da Segunda Turma do STF acompanharam o voto de Fachin.

Ignorância deliberada

Sérgio Moro condenou em 2 de fevereiro de 2017 o marqueteiro João Santana e a mulher, Mônica Moura. Oito anos e quatro meses de prisão para cada um por lavagem de dinheiro. Zwi Skornicki, representante do estaleiro Keppel Fels, de Cingapura, deu US$ 4,5 milhões ao casal, dinheiro dos contratos de construção e reforma das plataformas de petróleo P-51, P-52, P-56 e P-58, assinados com a Petrobras entre 2003 e 2009 (governo Lula). Moro ainda condenou João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, e João Carlos de Medeiros Ferraz, ex-presidente da Sete Brasil.

O juiz não aceitou a tese de que o casal foi vítima da "cultura do caixa dois". Sentenciou ambos por ocultar e movimentar dinheiro em conta na Suíça:

> "A postura de não querer saber e a de não querer perguntar caracterizam ignorância deliberada, e revelam representação da elevada probabilidade de que os valores tinham origem criminosa."

Em notificação enviada a Sérgio Moro, autoridades da Espanha deram aval a processo de extradição do advogado Rodrigo Tacla Duran, o Dragão, preso no país europeu. Além de ligações com o Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, o "departamento de propina", investigava-se Duran por vínculos com a UTC, Mendes Júnior, EIT e empresas de operadores do petrolão. Firmas de Duran teriam recebido R$ 36 milhões – sendo R$ 25 milhões apenas da Mendes Júnior, de 2011 a 2013. Valores supostamente atrelados a irregularidades na Petrobras e no Governo do Rio de Janeiro.

Preso pela Lava Jato, o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) voltou a cutucar o presidente Temer. Ao depor a Sérgio Moro em 7 de fevereiro de 2017, o ex-presidente da Câmara citou uma reunião de 2007, ainda do tempo em que Temer era presidente nacional do PMDB. Cunha mencionou o deputado Fernando Diniz, presidente do PMDB de Minas Gerais, morto em 2009; o ex-deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN); e Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG), na época ministro de Relações Institucionais do governo Lula. O contexto era o "desconforto" com as nomeações de Maria das Graças Foster (PT-RJ) e de José Eduardo Dutra (PT-SE), respectivamente para a Diretoria de Gás e Energia da Petrobras e para a Presidência da BR Distribuidora, subsidiária da estatal. Infere-se um descontentamento, possivelmente motivado pelo PMDB não ter sido contemplado com cargos:

> "Fui comunicado, tanto eu como Fernando Diniz, na época, pelo próprio Michel Temer e pelo Henrique Alves. O Michel Temer esteve nessa reunião com Walfrido dos Mares Guia."

Em depoimento por escrito, Temer negou que houve a reunião. Segundo o político fluminense, porém, Temer equivocara-se e os encontros, semanais, serviam para "debater e combinar toda a situação política". De Cunha:

> "Ele participou, sim, da reunião, e foi ele que comunicou a todos nós o que tinha acontecido na reunião, porque não era só o cargo da Petrobras, eram outras várias discussões que aconteciam no PMDB."

Afinal, Cunha não revelou um conteúdo que comprometesse Temer. Ficou na ameaça. Mandou o recado. Pretendia que o libertassem da prisão no Paraná. Caso contrário, poderia propor uma delação premiada e revelar o envolvimento do presidente da República em crimes de corrupção. Ministros do STF estavam preocupados. Isso poderia afetar a estabilidade do País. Seriam capazes de ceder à chantagem e relaxar a prisão?

Cunha não estava brincando. Em outra ação, vinculada a supostos crimes cometidos por ele na gestão do FI-FGTS (Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), arrolou Temer como testemunha e encaminhou ao juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, 19 perguntas dirigidas ao presidente da República.

Em uma delas, questionou se Temer indicou Moreira Franco (PMDB-RJ) para uma das vice-presidências da Caixa Econômica Federal, cargo de fato ocupado por Moreira Franco entre 2007 e 2010 (governo Lula). As perguntas tentaram ligar Temer a Joaquim Lima, vice-presidente da Caixa, nomeado em 2011 (governo Dilma Rousseff). Cunha indagou sobre reunião entre Temer e André Luiz de Souza, um ex-conselheiro do FI-FGTS, ligado à Central Única dos Trabalhadores (o caso vem no próximo capítulo). Mencionou a campanha de Gabriel Chalita a prefeito de São Paulo em 2012. E citou reuniões com executivos da Odebrecht e da OAS para

tratar de doações eleitorais. Mais uma vez, encostava a faca no pescoço de Temer.

Quanto a Henrique Eduardo Alves, próximo de Cunha, seus advogados apresentaram uma justificativa inusitada: o ex-deputado simplesmente desconhecia a movimentação de US$ 833 mil em conta bancária atribuída a ele na Suíça. Alves teria sido vítima de manobra inescrupulosa.

Cerco à Lava Jato

Reeleito presidente da Câmara dos Deputados com o apoio de Temer, Rodrigo Maia (DEM-RJ) logo virou notícia de jornal. A Polícia Federal concluiu que havia fortes indícios de crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro contra Maia. Conforme a investigação, o político recebeu R$ 1 milhão para defender interesses da OAS em 2013 e 2014.

Maia teria apresentado emenda a medida provisória sobre regras para a aviação regional em favor da empreiteira. O R$ 1 milhão irrigou a campanha ao Senado de Cesar Maia (DEM-RJ), seu pai, em 2014. Ele não se elegeu. A estratégia de pedir o dinheiro como doação eleitoral camuflaria a propina.

A PF baseou-se em mensagens de celular trocadas entre Maia e Léo Pinheiro, presidente da OAS. Em 30 de julho de 2014, Maia entrou com emenda estabelecendo que aeroportos pequenos e médios só poderiam receber benefícios fiscais se os grandes também fossem agraciados. A OAS participava da administração do Aeroporto Internacional de Guarulhos, o maior do País. Naquele mês, Léo Pinheiro escreveu a um interlocutor não identificado. Repassou informações supostamente prestadas por Maia:

> "Saiu MP nova. Trata de programa de desenvolvimento da aviação regional. Prazo de emenda até 8/8. Vamos preparar emendas."

Em 17 de setembro de 2014, Maia foi para cima de Léo Pinheiro:

> "A doação de 250 vai entrar?"

Alguns dias depois, em 26 de setembro, insistiu:

> "Se tiver ainda algum limite pra doação, não esquece da campanha aqui."

Ao indicar o político e aliado Alexandre de Moraes para o STF, Temer teria agido para enquadrar a Lava Jato. O ministro Gilmar Mendes sinalizou concordar com os novos tempos. Questionou as prisões preventivas:

> "Temos um encontro marcado com as alongadas prisões que se determinam em Curitiba. Temos que nos posicionar sobre o tema que conflita com a jurisprudência que desenvolvemos ao longo desses anos."

O Senado também deu sua cartada. Líder do PMDB, Renan Calheiros emplacou Edison Lobão (PMDB-MA) como presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a mais importante da casa legislativa. Como se sabe, ambos eram investigados pela Lava Jato. E teve mais. Entre os indicados para compor a CCJ,

senadores cujos nomes apareceram nas várias investigações reportadas ao longo destas páginas: Benedito de Lira (PP-AL), Valdir Raupp (PMDB-RO), Lindbergh Farias (PP-RJ), Aécio Neves (PSDB-MG), Jader Barbalho (PMDB-PA), Eduardo Braga (PMDB-AM), Marta Suplicy (PMDB-SP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Jorge Viana (PT-AC).

Como se não bastasse, alguns suplentes da mesma CCJ, igualmente mencionados aqui: além de Renan Calheiros e Romero Jucá, Fernando Collor (PTC-AL), Humberto Costa (PT-PE) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Lobão disse a que veio ao jornal O Estado de S. Paulo. Tachou a Lava Jato de "inquérito universal". Em sua opinião, a investigação criminalizava a vida pública. Defendeu restringir as delações premiadas apenas para quem não estivesse preso. E uma anistia a quem embolsou dinheiro de caixa dois:

> — O que eu quero dizer é que é constitucional a figura da anistia, qualquer que ela seja.

A Polícia Federal deflagrou ação contra Márcio Lobão, filho do senador, em 16 de fevereiro de 2017. A operação vinculava-se à suspeita de propina nas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA) e também mirou o ex-senador Luiz Otávio de Oliveira Campos (PMDB-PA), um aliado do senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Na casa de Márcio Lobão, no Rio, havia 1.200 quadros. As suspeitas relacionadas a Belo Monte recaíam ainda sobre os senadores Renan Calheiros, Romero Jucá e Valdir Raupp (PMDB-RO).

A Justiça da Suíça determinou o bloqueio de contas bancárias em nome de Edison Lobão Filho e Márcio Lobão, os filhos do político brasileiro. Investigava-se se depósitos bancários tiveram origem criminosa. Os irmãos recorreram. Tentavam impedir que os dados fossem enviados ao Brasil.

Mula involuntária

Em manobra aparentemente desastrosa, o advogado José Yunes, amigo de Michel Temer, reavivou episódio adormecido havia mais de dois meses: a delação de Cláudio Melo Filho, diretor de Relações Institucionais da Odebrecht, relacionada a suposto acerto entre Temer e Marcelo Odebrecht num jantar e à entrega de dinheiro em seu escritório em São Paulo.

Yunes deixou o cargo de assessor especial do governo Temer por conta do caso. Em 23 de fevereiro de 2017, veio a público e disse que, na campanha de 2014, Eliseu Padilha (PMDB-RS) lhe telefonou e pediu que recebesse "documentos" em seu escritório. Um emissário os retiraria em seguida.

Segundo o relato de Yunes, na hora combinada apareceu o operador Lúcio Bolonha Funaro, a quem ele não conhecia, com "um pacote". Mais tarde alguém retirou a "encomenda" com sua secretária. Yunes alegou não se recordar quem foi buscá-la. Conveniente. Como se sabe, Funaro era ligado a Eduardo Cunha. Preso no

Paraná, o político tocou no assunto em uma das perguntas venenosas endereçadas a Michel Temer. Questionou-o se Yunes recebeu contribuição de campanha em nome de Temer ou do PMDB. Cunha pressionava o presidente da República, para que fosse solto. E Yunes? O que pretendeu com sua ação extemporânea? Blindar Michel Temer?

Yunes disse ter sido uma "mula involuntária" de Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, igualmente próximo de Temer. Garantiu desconhecer o conteúdo do "pacote". Padilha pediu licença do governo por motivos de saúde. Sofreu uma cirurgia. Por sua vez, Yunes negou o recebimento de dinheiro para o PMDB. Em entrevista, chegou a afirmar que a "encomenda" era um "envelope". Detalhe: Funaro teria deixado R$ 1 milhão no escritório de Yunes – o equivalente a 10 mil cédulas de 100 reais. Se fossem empilhadas uma sobre a outra, culminariam em mais de 16 metros de altura. Se fossem cédulas de 50 reais, formariam uma pilha de mais de 32 metros.

Michel Temer nomeou o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) como ministro da Justiça. Na Câmara, Serraglio presidia a importante CCJ (Comissão de Comissão e Justiça) por influência de Eduardo Cunha. O novo ministro defendera uma "anistia" a Cunha, sob o extravagante pretexto de que ele pôs em marcha o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff.

Em outro gesto político, Michel Temer indicou, para líder de seu governo na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Ex-ministro das Cidades de Dilma Rousseff, o parlamentar era investigado na Lava Jato.

Temer ainda promoveu Romero Jucá a líder do governo no Senado. Concedeu-lhe mais poder. E conduziu o deputado André Moura (PSC-SE), próximo de Eduardo Cunha, ao posto de líder do governo no Congresso.

O operador dos operadores

Em mais uma fase da Lava Jato, a Polícia Federal mirou os operadores Jorge Luz e seu filho Bruno Luz, suspeitos de movimentar US$ 40 milhões desviados da Petrobras. Entre os principais beneficiários da dinheirama, os senadores peemedebistas Renan Calheiros, Jader Barbalho e Silas Rondeau (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia (governo Lula).

Investigadores qualificavam Jorge Luz como "o operador dos operadores". Atuava na Petrobras desde 1986 (governo do presidente José Sarney). Influente, estacionava o carro nas vagas reservadas aos diretores da estatal. "Era um polvo", resumiu Diogo Castor de Mattos, procurador da República.

Conforme as investigações, Jorge Luz atuou como uma espécie de "patrono" do operador Fernando Soares, o Fernando Baiano. Idealizou o "apoio" do PMDB à Diretoria Internacional da Petrobras. Em outras palavras, teria sido um dos cérebros dos achaques à estatal. Pai e filho eram suspeitos de usar contas na Suíça e nas Bahamas em nomes de *offshores* para repassar dinheiro de propina. Foram presos nos Estados Unidos.

A Lava Jato apurava o envolvimento da dupla em contratos relacionados a navios-sonda, aluguel de terminais e aquisição de asfalto. Jorge e Bruno Luz responderiam por corrupção, fraude em licitações, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Ao autorizar as duas prisões, Sérgio Moro tratou do "caráter serial dos crimes". Do despacho do juiz:

> "A intermediação reiterada de pagamento de vantagem indevida a diversos agentes públicos, pelo menos dois diretores e dois gerentes da Petrobras, em pelo menos cinco contratos diferentes da Petrobras, aliada à duração da prática delitiva por anos e a sofisticação das condutas delitivas, com utilização de contas secretas em nome de *offshores* no exterior (cinco já identificadas, sendo quatro comprovadamente utilizadas para repasses de propina), é indicativo de atuação criminal profissional."

Sérgio Moro aproveitou a decisão que mandou prender Jorge e Bruno Luz para defender as prisões preventivas. Na prática, respondeu ao ministro Gilmar Mendes, do STF, que vinha subindo o tom contra as prisões por tempo indeterminado. Do juiz da Lava Jato:

> "Embora drástica, foi essencial para interromper a carreira criminosa de Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Alberto Youssef e Fernando Soares, entre outros, além de interromper, espera-se que em definitivo, a atividade do cartel das empreiteiras e o pagamento sistemático pelas maiores empreiteiras do Brasil de propinas a agentes públicos."

Em 2 de março de 2017, Sérgio Moro condenou a cinco anos de prisão Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT. Sentenciou-o no caso do empréstimo fraudulento de R$ 12 milhões em favor do PT. O financiamento junto ao Banco Schahin, em 2004, fora obtido por José Carlos Bumlai, amigo de Lula. Do total, R$ 6 milhões seriam repassados a Ronan Maria Pinto, proprietário do jornal Diário do Grande ABC, para que silenciasse sobre o assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT). Além de Delúbio Soares e Ronan, também sentenciado a cinco anos de prisão, foram condenados por lavagem de dinheiro Enivaldo Quadrado (cinco anos) e Luiz Carlos Casante (quatro anos e seis meses). O juiz absolveu o jornalista Breno Altman.

Também ex-tesoureiro do PT, Paulo Ferreira teve o nome envolvido em negócios do grupo Schahin. Em delação premiada, José Antonio Marsilio Schwarz disse que deu R$ 200 mil em propina para Ferreira concorrer a deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 2010. Ele perdeu a disputa. Segundo o relato de Schwarz, Ferreira solicitou que o pagamento fosse feito no escritório de Alexandre Romano, o Chambinho, ex-vereador do PT. Schwarz acrescentou ter procurado João Vaccari Neto, sucessor de Ferreira na tesouraria do partido. Obteve a garantia de que os R$ 200 mil seriam descontados dos repasses que o grupo Schahin já fazia ao PT.

Homologada a delação de Schwarz, ele se comprometeu com a Justiça a pagar

multa de R$ 500 mil, em quatro parcelas de R$ 125 mil.

O Ministério Público de Portugal decidiu abrir investigação para apurar o pagamento de "mesada" ao ex-ministro José Dirceu (PT-SP) pela Portugal Telecom. Maior empresa portuguesa na época, a PT tinha interesse em comprar parte da Oi/Telemar. Dirceu teria se reunido com o empresário Henrique Granadeiro em Portugal. Levaria 500 mil euros da primeira vez.

Segundo a denúncia, o político brasileiro recebeu outros 30 mil euros por mês entre março de 2011 e julho de 2014 para defender os interesses da multinacional. Se embolsou mesmo todos esses mensalões, pôs as mãos em mais 1,2 milhão de euros. Suspeitava-se que o dinheiro chegou a Dirceu mediante um contrato fraudulento de prestação de serviços advocatícios.

Confissões da Odebrecht

Aos poucos as delações premiadas de executivos da Odebrecht vieram a público. Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do governo Michel Temer, Marcos Pereira (PRB-ES) era presidente nacional do Partido Republicano Brasileiro em 2014. Teria negociado com a empreiteira o repasse de R$ 7 milhões, em dinheiro vivo, para que sua agremiação, ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, apoiasse a reeleição de Dilma Rousseff.

O dinheiro fez parte de um pacote de cerca de R$ 30 milhões. Também compraria o apoio do Pros, PC do B, (R$ 7 milhões para cada) e PDT, contemplado com R$ 4 milhões. Não houve menção à quantia destinada em caixa dois ao PP e ao PSD, que participariam do acordo em prol da reeleição de Dilma Rousseff. Segundo as informações dos delatores da Odebrecht, Marcos Pereira esteve mais de uma vez na sede da empreiteira em São Paulo para combinar detalhes da entrega das parcelas do suborno.

Marcelo Odebrecht e o executivo Alexandrino Alencar teriam acertado o pacote em reunião com Edinho Silva (PT-SP), tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff. Em 2016, Edinho Silva foi eleito prefeito de Araraquara (SP). Alencar confessou que operacionalizou a entrega de dinheiro vivo ao PRB, Pros e PC do B. Citou como interlocutores, respectivamente, Marcos Pereira, Eurípedes Júnior e um homem conhecido como Fábio, de Goiás. Os repasses de dinheiro ocorreram em hotéis e flats de São Paulo.

Os pagamentos em caixa dois serviram para "comprar" os tempos dos programas eleitorais de televisão dos partidos aliados. Segundo o cálculo de Alencar, o suborno permitiu ampliar em um terço o horário eleitoral da chapa Dilma Rousseff – Michel Temer. Do depoimento do executivo:

> "O Edinho Silva chegou e disse: 'Olha, nós estamos fazendo... Estamos conversando com os partidos e os partidos vão entrar na coligação por tempo de TV e o compromisso é pagar R$ 7 milhões para cada partido."

O “prêmio” ao Partido Democrático Trabalhista repercutiu. Executivo da Odebrecht, Fernando Cunha Reis delatou o caso. Afirmou que quatro pacotes de R$ 1 milhão, em dinheiro vivo, foram entregues no escritório do tesoureiro do partido, Marcelo Panela, no centro do Rio. Panela havia sido chefe de gabinete do ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT-RJ), durante o segundo governo Lula e o início da primeira administração Dilma Rousseff.

Deu-se assim: Lupi e Panela, torcedores do Fluminense Futebol Clube, combinaram que o emissário da Odebrecht diria “Fluminense” ao interlocutor que o esperava no escritório de Panela. E só entregaria a grana se ouvisse o nome de um dos jogadores do tricolor carioca. Eram a senha e a contrassenha da operação. Segundo Reis, Marcelo Odebrecht e o ministro da Fazenda, Guido Mantega (PT-SP), ajustaram o repasse à legenda aliada.

Candidato a deputado federal em 2014, Andrés Sanchez (PT-SP) foi apontado como o destinatário de R$ 2,5 milhões em caixa dois. Conforme os delatores, o dinheiro vivo chegou às mãos de André Luiz de Oliveira, o André Negrão, vice-presidente do Corinthians e braço-direito de Sanchez. A Odebrecht construiu a Arena Corinthians, na zona leste de São Paulo.

A confissão de Benedicto Barbosa da Silva Júnior, o BJ, teve 60 anexos. Foi das mais importantes. Ele manteve relações com todos os partidos. Responsabilizava-se por entregar dinheiro nos Estados. Supria candidatos a governador, ao Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. Marcelo Odebrecht cuidava das campanhas a presidente da República.

Silva Júnior informou que executivos da Odebrecht gozavam de certa autonomia para pagar propina e fazer doações de caixa dois. As demandas eram gerenciadas pelo Setor de Operações Estruturadas, o “departamento de propina”. Dessa forma movimentavam a máquina pública no Brasil.

O delator apontou pagamentos de suborno sem vinculação com campanhas eleitorais. Citou a construção do submarino nuclear brasileiro, a concessão do Aeroporto do Galeão (RJ), o Parque Olímpico (RJ) e obras em metrôs. É razoável supor, contudo, que grande parte dos recursos destinados às eleições fosse desviada e servisse para enriquecer políticos. Campanhas eleitorais não passavam de subterfúgio para pôr as mãos em dinheiro.

Ao depor à Justiça Eleitoral, Marcelo Odebrecht disse que a empreiteira entregou, por meio de caixa dois, de 80% a 90% dos R$ 150 milhões destinados à reeleição de Dilma Rousseff. Portanto, ao menos R$ 120 milhões não contabilizados. Dinheiro sujo. E mais: terceirizou repasses às campanhas de 2014. Após chegar ao limite legal das doações, usou a Cervejaria Itaipava, do grupo Petrópolis, para mascarar contribuições. O esquema rendeu R$ 17,5 milhões em doações oficiais a Dilma Rousseff. Tratava-se de caixa dois “travestido” de caixa um. Ou caixa três. Com a “barriga de aluguel”, a Odebrecht movimentou R$ 117 milhões no exterior.

Marcelo Odebrecht afirmou que os repasses de dinheiro à campanha de Dilma Rousseff foram tratados com Guido Mantega. Ainda no governo Lula, Mantega ajudou a Odebrecht a ganhar R$ 2 bilhões com uma medida provisória que beneficiou o setor petroquímico. Em troca a empreiteira comprometeu-se com uma contribuição de R$ 50 milhões em 2010, na campanha que elegeu Dilma Rousseff pela primeira vez. Marcelo Odebrecht negou ser uma espécie de dono do governo. Garantiu que o levaram a fazer obras que não desejava, como a Arena Corinthians. Em suas palavras:

— Eu era o otário do governo. Era o bobo da corte do governo.

Em seu depoimento, Marcelo Odebrecht contou que, a pedido de Aécio Neves (PSDB-MG), providenciou R$ 15 milhões à campanha tucana em 2014. O tucano foi derrotado na corrida pela Presidência da República. O empresário não especificou se doou oficialmente ou por meio de caixa dois.

Já Benedicto Barbosa da Silva Júnior relatou que entregou R$ 9 milhões em favor de Aécio Neves. Neste caso, a Odebrecht usou dinheiro de caixa dois para efetuar repasses às campanhas de Pimenta da Veiga (PSDB-MG), que disputou e perdeu o Governo de Minas Gerais; Antônio Anastasia (PSDB-MG), eleito senador; e para o marqueteiro Paulo Vasconcelos, responsável pela campanha de Aécio Neves em 2014. Curioso o quarto beneficiário do rateio dos R$ 9 milhões: o candidato a deputado Dimas Toledo Júnior (PP-MG), filho de Dimas Toledo, o mesmo ex-diretor de Furnas Centrais Elétricas que, até 2005, comandaria um esquema de corrupção que rendeu propina a Aécio Neves. Dimas Toledo Júnior se elegeu.

Silva Júnior informou que a Odebrecht forneceu R$ 200 milhões na campanha de 2014. Estimou em R$ 120 milhões as doações legais – cifra diferente da divulgada por Marcelo Odebrecht. Mencionou de R$ 40 milhões a R$ 50 milhões em repasses “terceirizados”, a maior parte por meio da Itaipava. O restante foi distribuído em caixa dois. Para Odebrecht, a Itaipava exerceu papel de “laranja” ao doar de forma oficial no lugar da empreiteira. A rigor, colocou-se como testa-de-ferro. Afinal, infere-se que sabia muito bem o que fazia, além de ter sido remunerada pelo “trabalho”.



JANTAR INDIGESTO

Desdobramentos do encontro no Palácio do Jaburu, onde Temer solicitou a Marcelo Odebrecht, 'direta e pessoalmente', apoio financeiro

Mais ingredientes do jantar que serviu um repasse milionário da Odebrecht ao PMDB em 2014. Entre os convivas no Palácio do Jaburu, em Brasília, o anfitrião e vice-presidente da República Michel Temer, candidato à reeleição, o empreiteiro Marcelo Odebrecht, o ministro Eliseu Padilha (PMDB-RS) e Cláudio Melo Filho, diretor de Relações Institucionais da Odebrecht. Segundo Melo Filho, Temer aproveitou a ocasião para solicitar a Marcelo Odebrecht, "direta e pessoalmente", apoio financeiro.

O dinheiro foi repassado em caixa dois. Marcelo Odebrecht enviou e-mail a Hilberto Silva Mascarenhas, executivo responsável pelo Setor de Operações Estruturadas, o "departamento de propina" da empreiteira. No texto interceptado, referiu-se a Paulo Skaf (PMDB-SP), candidato ao Governo de São Paulo naquele ano. Ele era o "PS". Já o marqueteiro do peemedebista, Duda Mendonça, o "DM". Constava que a campanha de Paulo Skaf ficara com R$ 6 milhões dos R$ 10 milhões combinados no jantar do Jaburu:

> "PS ficou aquele buraco de 4 reais com DM. O que era óbvio. Depois de muito choro, não tive como não ajudar."

Desnecessário esclarecer que "4 reais" significavam R$ 4 milhões. Em sua delação premiada, Hilberto Silva Mascarenhas afirmou que, ao todo, Duda Mendonça recebeu R$ 10 milhões da Odebrecht. Cláudio Melo Filho pontuou que foram R$ 6 milhões durante a campanha e R$ 4 milhões após o pleito. O marqueteiro Duda Mendonça é um exemplo do descaso com a Justiça no Brasil. Apesar de confessar que embolsou caixa dois no exterior por serviços prestados na eleição de Lula em 2002, safou-se do escândalo do mensalão. Passados 12 anos, voltaria a ganhar dinheiro sujo.

No final do e-mail, Marcelo Odebrecht escreveu a seu executivo que ficaria com "crédito para a próxima". Fazia alusão à ajuda extra a Duda Mendonça e a possíveis acertos em futuras eleições. De todo modo, explicou que Paulo Skaf faria "MT" saber sobre o "crédito". Referia-se a Michel Temer.

Ao depor à Justiça Eleitoral, Mascarenhas falou da investida de Mendonça:

> "Ele veio me solicitar que eu comprasse para ele um apartamento em Salvador, num prédio novo que está lançando lá, que custava R$ 6,5 milhões, R$ 7 milhões. Disse: 'Compra um aparamento pra mim e nós estamos quites'. Como é que eu compro oficial um apartamento, boto no ativo da empresa, depois transfiro para o Duda Mendonça? Pelos seus

belos olhos? Não existe, Duda, esqueça."

Segundo Mascarenhas, o marqueteiro pediu, então, a compra de cavalos:

> "Olha, Duda, não teremos fruto nessa reunião. Interrompa, vá embora, mande seu filho voltar aqui amanhã com outro tipo de mente, raciocínio, porque o que você vai receber é bufunfa, ou aqui ou em conta no exterior."

Conforme Melo Filho, José de Carvalho Filho, funcionário da Odebrecht, ficou de providenciar a entrega de R$ 4 milhões do dinheiro acordado no Jaburu. Num telefonema em "tom ríspido", no entanto, o então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) teria se metido na história e pedido R$ 1 milhão. Carvalho Filho acrescentou que pessoa ligada a Cunha embolsou R$ 500 mil.

Ao depor à Justiça Eleitoral, Carvalho Filho relatou duas entregas no escritório do advogado José Yunes em São Paulo. Além do R$ 1 milhão já impresso nestas páginas, mais R$ 500 mil. E introduziu um novo personagem no caso: o doleiro Álvaro Novis, o "Paulistinha", que atuaria para fazer parte da quantia chegar ao escritório de Yunes. Amigo de Temer, Yunes já admitira o recebimento de um "pacote" em seu escritório, a pedido de Eliseu Padilha, entregue pelo operador Lúcio Bolonha Funaro.

De acordo com Melo Filho, Carvalho Filho ainda providenciou para que outra parte do dinheiro fosse deixada diretamente no escritório de Eliseu Padilha em Porto Alegre. Em seu depoimento, Carvalho Filho contou que Eliseu Padilha comandou o processo. Forneceu endereços e combinou as senhas para a entrega dos repasses. Ao todo, R$ 5 milhões em caixa dois.

A quebra de sigilo das "firmas" do operador Adir Assad mostrou que 11 empresas ligadas à Yuny Incorporadora, de Marcos e Marcelo Mariz de Oliveira Yunes, filhos de José Yunes, efetuaram 141 transações com a SM Terraplenagem e a Legend Engenheiros, de Adir Assad. Os filhos de Yunes transferiram R$ 1,2 milhão às duas suspeitas de emitir notas frias.

Setor Trepa-Moleque

Em depoimento ao ministro Herman Benjamin, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Hilberto Silva Mascarenhas disse em 6 de março de 2017 que a Odebrecht movimentou US$ 3,4 bilhões em seu Setor de Operações Estruturadas entre 2006 e 2014. Segundo o delator, entre 15% e 20% destinaram-se a financiar campanhas eleitorais por meio de caixa dois. O restante pagou propinas e outras despesas de interesse da empreiteira.

Registre-se que os pagamentos do "departamento de propina" partiram de US$ 60 milhões anuais, em 2006, e chegaram a US$ 420 milhões por ano em 2010. O período abarca o governo Lula – e as injeções de caixa dois cresceram sete vezes, portanto. A partir de 2011, com o governo Dilma Rousseff, os valores anuais subiram a US$ 520 milhões, US$ 730 milhões, US$ 750 milhões e, apesar das

investigações da Lava Jato, ainda atingiram US$ 450 milhões em 2014. Confirma-se a tese de que governos fracos são mais vulneráveis à corrupção. E que o "sistema" não temia a Lava Jato.

Mascarenhas explicitou que muitas vezes os repasses eram efetuados em hotéis. Intermediários hospedavam-se para fazer entregas e recebimentos. Com as investigações da Lava Jato, o Setor de Operações Estruturadas, chamado por ele de "setor trepa-moleque", passou a operar na República Dominicana. No Brasil, só pagamentos em dinheiro vivo.

O delator respondeu pelo Setor de Operações Estruturadas entre 2006 e 2015. Os repasses, porém, precisavam do aval de Marcelo Odebrecht. Mascarenhas evitava pagar propina em moeda norte-americana. Em seu depoimento, citou o Fed, o Banco Central dos Estados Unidos:

> "Não só não pagava nos Estados Unidos, como a gente propunha sempre a quem tinha que receber dinheiro no exterior que recebesse em euro. É uma boa moeda e não passa pelo Fed americano."

Fernando Migliaccio era braço-direito de Mascarenhas. Ele contou ao ministro Herman Benjamin que, por motivos de segurança, a Odebrecht dividia os subornos em "tranches" de até no máximo de R$ 500 mil por vez:

> "A gente tinha um conceito de segurança alinhado entre o Hilberto e os operadores, todos, desde o doleiro até o entregador final, da gente não fazer nada acima de R$ 500 mil."

Exemplificou com um pagamento a Mônica Moura, mulher do marqueteiro João Santana, do PT, que precisava de R$ 1,5 milhão num único dia:

> "Ela recebia 500 de manhã, 500 à tarde e 500 à noite."

Mascarenhas disse que João Santana embolsou US$ 16 milhões da Odebrecht apenas em campanhas eleitorais em El Salvador, Angola, Venezuela, República Dominicana e Panamá. Ao todo, somando as campanhas em 2010, 2012 e 2014, no Brasil e no exterior, o marqueteiro recebeu entre US$ 50 milhões e US$ 60 milhões. Mascarenhas confirmou que os ex-ministros Antonio Palocci (PT-SP) e Guido Mantega (PT-SP) eram o "Italiano" e o "Pós-Itália" das planilhas da empreiteira. E que Lula era o "Amigo", dada a proximidade com Emílio Odebrecht, patriarca da empresa:

> "Existia uma conta corrente para o Italiano por ele ter apoiado a empresa em determinada coisa. Aquele dinheiro ficava para ele usar na medida em que o PT necessitasse. Pagar ao marqueteiro da campanha de Dilma é uma necessidade. Então ele autorizava."

As confissões dos executivos da Odebrecht vincularam Aécio Neves (PSDB-MG) a roubalheira na construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (RO). Ele teria

embolsado R$ 50 milhões – R$ 30 milhões da Odebrecht e R$ 20 milhões da Andrade Gutierrez. A história: durante o governo Lula, em 2007, definiram-se os vencedores do consórcio que tocaria a obra federal. Neves governava Minas Gerais. As duas empreiteiras controlariam 31% dos serviços. Furnas Centrais Elétricas, estatal federal sob influência política de Neves, ficaria com 39%. E Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), administrada pelo Governo de Minas Gerais, com outros 10%. Coube a um fundo da Caixa Econômica Federal os 20% restantes.

Segundo a delação, Odebrecht e Andrade Gutierrez fizeram o acerto para garantir boa relação com Furnas e Cemig. Ao subornar Neves, passariam a contar com o tucano caso houvesse problemas no desenrolar das obras.

Em outra delação da Odebrecht, Carlos Armando Paschoal, o CAP, indicou uma contribuição de R$ 500 mil a Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O pagamento em caixa dois teria ocorrido em 2010, no mesmo ano em que Ferreira se elegeu senador. O próprio político teria solicitado o dinheiro. A Odebrecht providenciou entregas em hotéis de São Paulo, em duas ou três oportunidades. Ferreira designou pessoa de confiança para receber. Antes, combinaram senhas para evitar desencontros na hora dos repasses.

Ministro das Relações Exteriores de Temer, Ferreira já fora mencionado como beneficiário de dinheiro sujo pelas empreiteiras UTC e OAS.

Tomate e Orelha

Em sua delação, o executivo Fernando Reis afirmou que a Odebrecht deu R$ 8 milhões a André Luiz de Souza, indicado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) para representá-la no FI-FGTS, da Caixa Econômica Federal. Graças à "consultoria", a empreiteira captou R$ 650 milhões. O pagamento ocorreu em conta do banco Credit Suisse, em Zurique (Suíça), em 2009.

No ano seguinte, outra cartada. Desta vez a Odebrecht entregaria R$ 13,5 milhões ao mesmo André Luiz de Souza, em troca de um aporte de R$ 1,3 bilhão para o FI-FGTS adquirir 30% da Odebrecht Transport Participações. O mesmo braço da empreiteira apareceu nas delações dos executivos Benedicto Barbosa da Silva Junior, o BJ, e Paulo Casena. Neste caso de 2013, a liberação de R$ 429 milhões do FI-FGTS teria acontecido após intermediação do então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Segundo as confissões, o político mordeu R$ 4 milhões para facilitar o negócio.

Dono da Gol Linhas Aéreas, Henrique Constantino confessou à Lava Jato que pagou a Eduardo Cunha e a Lúcio Bolonha Funaro por influência na liberação de R$ 300 milhões do FI-FGTS para a Via Rondon, do grupo Gol. Segundo Constantino, o ex-ministro Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) participou da reunião que definiu os repasses. Cunha teria embolsado R$ 3 milhões de empresas controladas pelo empresário. Funaro, R$ 246 mil.

A Gol Linhas Aéreas fez acordo de leniência. Comprometeu-se a pagar R$ 5,5 milhões em reparação pública, R$ 5,5 milhões em multa e R$ 1 milhão pela condenação. Constantino buscava um acordo de delação premiada.

Em 7 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal tornou réu o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O político teria solicitado R$ 500 mil a Paulo Roberto Costa, diretor da Petrobras, para sua campanha eleitoral em 2010. Dinheiro fornecido pela construtora Queiroz Galvão. O STF entendeu que a doação oficial foi "propina disfarçada". Do ministro Celso de Mello:

> — Configurado esse contexto que traduz uma engenhosa estratégia de lavagem de dinheiro, a prestação de contas atuará como um típico expediente de ocultação e, até mais, de dissimulação do caráter delituoso das quantias doadas em caráter oficial. E esse comportamento constitui um gesto de indizível atrevimento e grave ofensa à legislação da República.

No mesmo 7 de março, no Rio, depôs Alberto Quintaes, um ex-diretor da Andrade Gutierrez. Ele contou que Emanuel Miranda, homem de confiança do governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), embolsou propina em cédulas de 500 euros despachadas num envelope. Cabral teria pedido o dinheiro em reunião no Palácio da Guanabara em 2008. O político exigiu comissão de 1% relacionada à terraplenagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, obra da Petrobras. Quintaes recebia Miranda em São Paulo:

> — Ele vinha buscar e saía daqui com uma mochila.

Luiz Eduardo Soares, delator da Odebrecht, disse que Sérgio Cabral era o "Proximus" das planilhas da empreiteira. Em mensagem, a secretária Maria Lúcia Tavares, testemunha-chave da Lava Jato, pediu a liquidação de R$ 1 milhão com "Proximus". Indicou que a transação, atrelada a obras no Rio, deveria ocorrer sob a senha "Tomate". E o dinheiro, entregue a "Orelha".

O juiz Sérgio Moro condenou em 8 de março de 2017 o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) a 11 anos e três meses de prisão. Por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Conforme a sentença, Dirceu recebeu R$ 2,1 milhões em propina para favorecer a Apolo Tubulars, em negócio com a Petrobras. Ao todo a empresa teria distribuído R$ 7 milhões em comissões ilegais.

O contrato para fornecer tubos subiu de R$ 255,7 milhões para R$ 450,4 milhões. Além de Dirceu e de seu irmão Luiz Eduardo Oliveira e Silva, o esquema teria beneficiado Renato Duque, ex-diretor da Petrobras. A Apolo Tubulars injetou propina na Piemonte, de Julio Camargo. Parte do dinheiro chegou ao petista pela Auguri, firma igualmente controlada por Camargo. A Lava Jato já havia condenado Dirceu, anteriormente, a 20 anos de prisão.

O STF aceitou denúncia contra o deputado Vander Loubet (PT-MS), acusado de apossar-se de R$ 1 milhão da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. Ele

responderia por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Viraram réus no caso Pedro Paulo Leoni Ramos, ligado ao senador Fernando Collor (PTC-AL), e o advogado Ademar Chagas da Cruz.

Em depoimento como testemunha de defesa do filho Marcelo Odebrecht, Emílio Odebrecht, presidente do Conselho de Administração da Odebrecht, afirmou ao juiz Sérgio Moro em 13 de março de 2017 que o caixa dois "sempre existiu". Descreveu movimentações em dinheiro "numa mescla" de recursos oficiais e não oficiais desde a época de seu pai, Norberto Odebrecht. Ele fundara a empreiteira em 1944 – 73 anos antes. Para Emílio Odebrecht, empregar dinheiro sem lastro, não contabilizado, era o "modelo reinante" no Brasil. Ele afastou-se da rotina da Odebrecht em 2001. Passou a direção ao filho Marcelo, preso pela Lava Jato:

> — Na minha época, as coisas eram muito mais simples. Não tinha a complexidade que a organização passou a ter, trabalhando em mais de 20 países, e lidando com "n" negócios.

Ao depor ao ministro Herman Benjamin, Marcelo Odebrecht declarou que o ministro Guido Mantega determinou em maio de 2014 que repasses da empreiteira tinham de priorizar a campanha para reeleger Dilma Rousseff:

> "Marcelo, a orientação dela agora é que todos os recursos de vocês vão para a campanha dela. Você não vai mais doar para o PT, você só vai doar para a campanha dela, basicamente as necessidades da campanha dela: João Santana, Edinho Silva ou esses partidos da coligação."

Segundo Marcelo Odebrecht, Dilma Rousseff possuía conhecimento sobre o volume de dinheiro em jogo e o caixa dois a João Santana. Orientado por Mantega, Odebrecht cuidou de definir os valores repassados à campanha:

> "Ela nunca me disse que sabia que era caixa dois, mas é natural, ela sabia que toda aquela dimensão de pagamentos não estava na prestação do partido."

Com a eclosão da Lava Jato, Odebrecht avisou a presidente da República acerca dos riscos com os depósitos a João Santana efetuados no exterior:

> "Eu alertei ela e vários assessores dela."

A 2ª Lista de Janot

Baseado em 78 delações de executivos e funcionários que ocuparam postos estratégicos na Odebrecht, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, solicitou a abertura de 83 inquéritos ao Supremo Tribunal Federal em 14 de março de 2017. A 2ª Lista de Janot pediu investigações contra 25 nomes da alta política. Outros 211 procedimentos iriam a outras instâncias da Justiça.

Em carta aos procuradores do Ministério Público Federal, Janot justificou a nova lista. Afirmou que a democracia no Brasil estava "conspurcada na sua essência pela

corrupção e pelo abuso do poder econômico e político":

> "As revelações que surgem dos depoimentos nos confrontarão com a triste realidade de uma democracia sob ataque."

A relação dos 25 incluía sete ministros de Temer: Eliseu Padilha (PMDB-RS), da Casa Civil; Moreira Franco (PMDB-RJ), da Secretaria Geral da Presidência da República; Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), das Relações Exteriores; Bruno Araújo (PSDB-PE), das Cidades; Gilberto Kassab (PSD-SP), de Ciência, Tecnologia e Comunicações; Marcos Pereira (PRB-ES), da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Blairo Maggi (PP-MT), da Agricultura.

Seis governadores faziam parte da lista: Geraldo Alckmin (PSDB-SP), Luiz Fernando Pezão (PMDB-RJ), Fernando Pimentel (PT-MG), Beto Richa (PSDB-PR), Renan Filho (PMDB-AL) e Tião Viana (PT-AC). Além deles, destacaram-se Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente do Senado, e Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados. E os seguintes senadores: Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR), Edison Lobão (PMDB-MA), Aécio Neves (PSDB-MG) e José Serra (PSDB-SP).

O ex-senador e ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP) e quatro nomes do PT completavam a relação dos 25: os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff e os ex-ministros Antonio Palocci e Guido Mantega.

Janot pediu inquéritos, ainda, contra os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Jorge Viana (PT-AC), Marta Suplicy (PMDB-SP) e Lídice da Mata (PSB-BA). Seis deputados estavam relacionados: Marco Maia (PT-RS), Andres Sanchez (PT-SP), Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), José Carlos Aleluia (DEM-BA), Paes Landim (PTB-PI) e Pedro Paulo (PMDB-RJ).

Outros nomes listados: ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), ex-governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), ex-prefeito Eduardo Paes (PMDB-RJ) e ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ); o presidente da Fiesp, Paulo Skaf (PMDB-SP); o prefeito de Ribeirão Preto (SP), Duarte Nogueira (PSDB); o prefeito de Araraquara (SP), Edinho Silva (PT); os ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) Vital do Rêgo e Aroldo Cedraz; e Anderson Dornelles, ex-assessor da ex-presidente Dilma Rousseff.

Com base nas delações da Odebrecht, a Polícia Federal deflagrou operação que mirou pessoas supostamente vinculadas aos senadores Eunício Oliveira, Renan Calheiros, Valdir Raupp (todos do PMDB) e Humberto Costa (PT-PE). Conforme Cláudio Melo Filho, a Odebrecht fez dois pagamentos de R$ 1 milhão cada em troca do apoio de Eunício Oliveira a medida provisória que tratava de incentivos tributários e atendia a interesses da empreiteira.

Sobrinho de Eunício Oliveira, Ricardo Lopes Augusto foi um dos alvos da PF. Ele agiria como operador de propinas do senador. Além disso, administrava a Confederal, da área de vigilância e transporte de valores, de propriedade do tio. Ao

lado da Corpvs, também de Eunício Oliveira, as duas empresas mantinham contratos com Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Central no valor de R$ 703,8 milhões e vigência até 2019.

O empresário Mário Barbosa Beltrão também sofreu investigação da PF. Amigo de infância de Humberto Costa, ele teria solicitado e recebido R$ 1 milhão em caixa dois do esquema da Petrobras em 2010. O então diretor da estatal Paulo Roberto Costa confessou o repasse em delação premiada.

A operação investigava, ainda, desvios de dinheiro na construção do Canal do Sertão Alagoano, uma obra de infraestrutura hídrica. Entre os suspeitos de malversação de recursos públicos, Renan Calheiros, Renan Filho (governador de Alagoas) e o senador Fernando Bezerra (PSB-PE). Ministro da Integração Nacional de Dilma Rousseff, Bezerra autorizou a injeção de recursos do Governo Federal no Canal do Sertão. Em contrapartida, se apossaria de R$ 1 milhão em caixa dois para disputar o Senado em 2014.

Ex-governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB) foi envolvido no esquema por delatores da Odebrecht. Em pagamento por direcionar um dos lotes do Canal do Sertão à empreiteira, receberia R$ 2,8 milhões. A obra levaria água a um milhão de pessoas no sertão nordestino. Custaria R$ 1,5 bilhão. No Brasil real, apenas 160 mil sertanejos estavam sendo atendidos em março de 2017. As despesas já somavam R$ 2 bilhões.



COMANDANTE MÁXIMO

O general da banda é réu. Para o procurador Dallagnol, Lula participou de esquemas criminosos

Em delação premiada, o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), preso pela Lava Jato, revelou detalhes do funcionamento do Conselho Político, cujas reuniões periódicas ocorriam sob o comando de Lula e dos ministros José Dirceu (PT-SP) e Antonio Palocci (PT-SP), igualmente presos. Presidente do Partido Progressista, Corrêa tinha assento nesses encontros, ao lado de líderes partidários que compunham a base aliada do primeiro governo Lula.

Corrêa explicou que, nas reuniões do "Conselhão", políticos "faziam queixas relacionadas às dificuldades que estavam tendo junto aos dirigentes indicados para os cargos federais do governo, os quais não estavam se empenhando em atender às reivindicações dos parlamentares". E mais:

> — Muitas dessas dificuldades tratadas estavam umbilicalmente ligadas ao petrolão, já havia arrecadação dentro das empresas e órgãos públicos, sobretudo dentro da Petrobras.

O ex-deputado esclareceu, para que não pairasse dúvida:

> — O presidente Lula encarregava o ministro José Dirceu de fazer as cobranças sobre os dirigentes para que atendessem, com mais presteza, às solicitações do partido. Em alguns setores as reivindicações eram de arrecadação de propinas e, em outros, de interesses políticos, visando ao favorecimento dos Estados e municípios dos parlamentares.

Em seu depoimento aos procuradores, Corrêa abordou o primeiro grande escândalo da Era Lula, ocorrido em 2005. Segundo ele, o presidente "tinha pleno conhecimento de que o mensalão não era caixa dois de eleição". O dinheiro movimentado, portanto, vinha de "propina arrecadada junto aos órgãos governamentais, para que os políticos mantivessem as suas bases eleitorais e continuassem a integrar a base aliada do governo, votando as matérias de interesse do Executivo no Congresso Nacional".

Outra dor de cabeça a atormentar o ex-presidente da República: a revista IstoÉ mirou, na edição de 17 de junho de 2016, os entendimentos para a delação premiada de José Adelmário Pinheiro, o Léo Pinheiro, dono da OAS. Ele confessaria que as reformas da OAS no Sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP), e no tríplex do Guarujá (SP), no litoral paulista, ambos investigados como propriedades ocultas de Lula, recompensaram o empenho do "chefe" em viabilizar negócios para a empreiteira no exterior. Da reportagem:

> "Se até meados de 2008 a OAS engatinhava no mercado internacional, hoje a empresa possui 14 escritórios e toca 20 obras fora do País – boa parte delas conquistada graças às articulações do ex-presidente petista."

Laudo da Polícia Federal registrou que a OAS montou centros de custo – apelidados de "Zeca Pagodinho" – para administrar as obras no tríplex e na "cozinha *gourmet*" do sítio. Instalada em 2014, a cozinha custou R$ 252 mil. O laudo relacionou mensagem interceptada do arquiteto Paulo Gordilho, da OAS, apontado como um dos responsáveis pelas reformas:

> "Sigilo absoluto hem. Amanhã vou em um churrasco em Atibaia com Léo é na fazenda de lula e vamos encontrar com ele na estrada e vou passar o dia lá com ele e D. Mariza".

Conforme os peritos, as obras em Atibaia, projetadas a partir de setembro de 2010, foram iniciadas em novembro daquele ano. Estenderam-se até outubro de 2014 e custaram R$ 1,2 milhão. A parte mais cara, a construção das suítes, saiu por R$ 332 mil. Antes da OAS, a Odebrecht atuou no local. Em seu laudo, a PF reproduziu mensagem de Gordilho sobre um encontro com Lula na propriedade, em 9 de fevereiro de 2014:

> "Bebemos eu e ele uma garrafa de cachaça da boa Havana mineira e umas 15 cervejas."

Com o telefone celular, Gordilho se fotografou ao lado de Lula, na área da churrasqueira. A foto integrava o laudo. Lula aparecia à vontade, bebendo. Menos de um mês depois, em depoimento à PF, negou conhecer Gordilho.

Ao depor ao juiz Sérgio Moro, José Afonso Pinheiro, zelador do Edifício Solaris, no Guarujá, contou que foi instruído por Igor Pontes, engenheiro da OAS, a negar que o tríplex pertencesse a Lula. José Afonso Pinheiro deveria afirmar que a OAS possuía o imóvel. O zelador foi demitido no decorrer das investigações. Para ele, "todos sabiam" que Lula era dono do apartamento.

Advogado do ex-presidente, Cristiano Zanin Martins aproveitou a audiência e questionou o zelador sobre as visitas ao tríplex. Ele citou Lula na resposta:

> "Sempre quando ele ia lá, tinha várias pessoas com ele, inclusive o Igor falava quando eles iam entrar com o carro."

O Ministério Público Federal, em Brasília, denunciou Lula em 21 de julho de 2016. Ao lado do senador cassado Delcídio Amaral, do pecuarista José Carlos Bumlai e do banqueiro André Esteves, entre outros, acusou-o de trabalhar para obstruir as investigações da Lava Jato. Teria agido com o propósito de impedir a delação do ex-diretor Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, mediante pagamentos em dinheiro e apoio a fuga do Brasil. Segundo o ex-senador, antigo aliado, Lula foi "o chefe da empreitada".

Os investigadores analisaram mensagens de computador, extratos bancários e

telefônicos, passagens aéreas e diárias de hotel. Conferiram reuniões entre Amaral e Lula e conversas telefônicas entre o ex-presidente e Bumlai, antes do primeiro pagamento a Cerveró. Para o procurador-geral Rodrigo Janot, Lula ocupou "papel central" na trama para silenciar Cerveró. Juiz da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, Ricardo Augusto Soares Leite acatou a denúncia. Lula tornou-se réu em 29 de julho de 2016.

Em outro caso de obstrução de justiça, o ministro Teori Zavascki, do STF, determinou a abertura de inquérito sigiloso para investigar Lula, Dilma Rousseff e os ex-ministros José Eduardo Cardozo (PT-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP), entre outros, no caso da tentativa de nomear Lula para o cargo de ministro da Casa Civil. A cartada, frustrada, lhe daria foro privilegiado, o que evitaria uma possível prisão, por ordem de Sérgio Moro.

Estratagema criminoso

Advogados agiram para desqualificar Sérgio Moro e impedi-lo de julgar Lula. Levantaram a suspeita de que a Lava Jato colaborava com o governo dos Estados Unidos. Apresentaram queixa-crime contra o magistrado. Acusaram-no de abuso de autoridade e noticiaram a solicitação de sua detenção por período de dez dias a seis meses.

Em Genebra, na Suíça, encaminharam petição ao Comitê de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), alegando violação de direitos do ex-presidente. Lula colocava-se no papel de vítima. Dessa forma quaisquer medidas contra ele poderiam ser tratadas como retaliação.

Procuradores da Lava Jato apresentaram parecer em 3 de agosto de 2016:

> "Contextualizando os fortes indícios, diversos fatos vinculados ao esquema que fraudou as licitações da Petrobrás apontam que o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) tinha ciência do estratagema criminoso e dele se beneficiou."

Posicionados ao lado do juiz Sérgio Moro, os procuradores Julio Carlos Motta Noronha, Roberson Henrique Pozzobon, Jerusa Burmann Viecili e Athayde Ribeiro Costa apontaram o envolvimento de Lula:

> "Nesse arranjo, os partidos e as pessoas que estavam no Governo Federal, dentre elas Lula, ocuparam posição central em relação a entidades e indivíduos que diretamente se beneficiaram do esquema: José Dirceu, primeiro ministro da Casa Civil do Governo Lula, pessoa de sua confiança, foi um dos beneficiados com o esquema; André Vargas, líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados durante o mandato de Lula, foi um dos beneficiados com o esquema; João Vaccari, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, legenda pela qual Lula se elegeu, foi um dos beneficiados com o esquema; José de Filippi Júnior, tesoureiro

da campanha presidencial de Lula em 2006, recebeu dinheiro oriundo do esquema; João Santana, publicitário responsável pela campanha presidencial de Lula em 2006, recebeu dinheiro oriundo do esquema."

Em relatório a PF concluiu que Fernando Bittar, um dos donos formais do Sítio Santa Bárbara, não dispunha de rendimentos para comprar e reformar o imóvel. Em seu parecer, os procuradores consideraram a compra de utensílios de cozinha da empresa Kitchens uma operação de lavagem de dinheiro, em benefício de Lula. Apontaram que a OAS adquiriu os equipamentos na mesma loja de São Paulo em que comprou a mobília do tríplex no Guarujá, conforme já apontado nestas páginas:

"A pessoa interposta escolhida pela OAS para ocultar o verdadeiro destinatário/beneficiário da cozinha foi Fernando Bittar, em nome do qual foi emitida a nota fiscal dos imóveis. Para dificultar o rastreamento da operação, o pagamento do preço foi feito à Kitchens em espécie."

Do documento dos procuradores:

"Considerando os dados colhidos no âmbito da Operação Lava Jato, há elementos de prova de que Lula participou ativamente do esquema criminoso engendrado em desfavor da Petrobras, e também de que recebeu, direta e indiretamente, vantagens indevidas decorrentes dessa estrutura delituosa."

Advogados de Lula notificaram a PF que Marisa Letícia Lula da Silva e Fábio Luís Lula da Silva, mulher e filho do ex-presidente, ficariam em silêncio ao deporem no inquérito que investigava a compra e a reforma do sítio. Reação do delegado Márcio Adriano Anselmo, em 12 de agosto de 2016:

— Apesar de sempre terem alegado estarem à disposição das autoridades quando intimados, buscam evitar o comparecimento, notadamente diante de tantos fatos a serem esclarecidos.

Os dois nem apareceram na audiência.

Em continuidade à toada da perseguição política, o PT publicou cartilha em quatro idiomas, acusando "a mais violenta difamação contra um homem público em toda a história do País". O texto mencionava Rodrigo Janot, procurador-geral, Gilmar Mendes, ministro do STF, e o juiz Sérgio Moro. Denunciou agentes públicos partidarizados, "com objetivo de encontrar um crime – qualquer um – para acusar Lula e levá-lo aos tribunais". Para desavisados soaria como se houvesse um estado de exceção no Brasil.

Em despacho, Sérgio Moro considerou-se apto a conduzir os julgamentos:

"O ex-presidente teria responsabilidade criminal direta pelo esquema criminoso que vitimou a Petrobras. As supostas benesses por ele recebidas, doação simulada de apartamento, benfeitorias no sítio e no apartamento e

> remuneração extraordinária das palestras, estariam vinculadas a ele, representando vantagem indevida auferida pelo ex-presidente."

Teori Zavascki, do STF, negou as reclamações de Lula contra Sérgio Moro:

> "Nesse contexto, é importante destacar que esta Corte possui amplo conhecimento dos processos (inquéritos e ações) que buscam investigar supostos crimes praticados no âmbito da Petrobras, com seus contornos e suas limitações, de modo que os argumentos trazidos nesta reclamação constituem mais uma das diversas tentativas da defesa de embaraçar as apurações."

Este repórter acrescenta: por não ter como defendê-lo, os advogados de Lula adotaram a estratégia de transformá-lo em alvo político. Vítima.

General e maestro da propinocracia

A PF indiciou Lula em 26 de agosto de 2016 por corrupção passiva, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro na investigação sobre o tríplex no Guarujá. Conforme o relatório, o ex-presidente e sua mulher beneficiaram-se de R$ 2,4 milhões ilícitos da OAS – a soma não incluiu o valor do imóvel. A empreiteira reformou-o para o político. Os serviços, tocados pelo arquiteto Paulo Gordilho, custaram R$ 1,1 milhão (obras de R$ 777 mil, móveis de R$ 320 mil e eletrodomésticos de R$ 19 mil). Além disso, a OAS pagou R$ 1,3 milhão pelo transporte e guarda do acervo do ex-presidente, tudo feito em nome da OAS. Do relatório do delegado Márcio Adriano Anselmo:

> "Ao invés de realizarem ato por intermédio do Instituto Lula, buscou-se a ocultação real do titular do contrato mediante a 'contratação direta' pela OAS, beneficiária direta do esquema de desvios de recursos no âmbito da Petrobras."

A revista Veja revelou detalhes das negociações em torno da delação de Léo Pinheiro – suspensas por Rodrigo Janot, após vazamento suspeito segundo o qual o dono da OAS também havia mencionado o ministro Dias Toffoli, do STF. De qualquer forma, importante registrar o acerto em torno da propriedade do tríplex. Do depoimento de Léo Pinheiro:

> "Ficou acertado que esse apartamento seria abatido dos créditos que o PT tinha a receber por propinas em obras da OAS na Petrobras."

Segundo o empresário, João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, informou que Lula tinha conhecimento do combinado. Desde 2010. A reforma no tríplex tampouco seria cobrada do ex-presidente, "como uma retribuição dos serviços prestados por Lula com a OAS na área internacional".

Em relação ao sítio em Atibaia, o mesmo. Conforme Léo Pinheiro, ficou "implícito que a OAS atuaria e seria remunerada com o abatimento dos créditos com

o PT e em retribuição ao serviço prestado por Lula em favor dos negócios internacionais da empresa". O empresário ainda deu três parcelas de R$ 239 mil, dinheiro de caixa dois, à campanha de Dilma Rousseff em 2014. Atendeu a pedido do tesoureiro Edinho Silva (PT-SP).

Segundo Léo Pinheiro, a OAS repassou propina em troca de participar da construção do Rodoanel Sul de São Paulo (obra do governador José Serra, do PSDB) e subornou para construir a Cidade Administrativa, em Minas Gerais (obra executada na gestão do governador Aécio Neves, do PSDB).

De volta à investigação sobre Lula: a Receita Federal suspendeu a isenção tributária do Instituto Lula entre 2011 e 2014. Principal irregularidade, o repasse de R$ 1,3 milhão à G4 Entretenimento, de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, em sociedade com Fernando Bittar (o do Sítio Santa Bárbara). Segundo os técnicos que examinaram as declarações, houve uma simulação de serviços prestados pela G4 para justificar a transferência do dinheiro.

O "desvio de finalidade" gerou uma multa de cerca de R$ 2 milhões, conforme a Folha de S.Paulo. O Instituto Lula era cadastrado como entidade sem fins lucrativos (isenta de impostos), mas a contratação da G4 teria mascarado a transferência de dinheiro ao ex-presidente e a parentes dele.

O MPF denunciou Lula em 14 de setembro de 2016. A Lava Jato acusou-o de embolsar R$ 3,7 milhões da OAS, dinheiro desviado da Petrobras, e de ser o "comandante máximo do esquema de corrupção". Segundo os procuradores, Lula recebeu vantagens ilícitas com o tríplex no Guarujá e o armazenamento do acervo presidencial, entre 2011 e 2016: valor do imóvel, R$ 1,1 milhão; reformas e benfeitorias, R$ 1,3 milhão (valor atualizado em relação à denúncia); e R$ 1,3 milhão pela guarda dos bens.

Entre os denunciados por corrupção e lavagem de dinheiro, Marisa Letícia Lula da Silva, Léo Pinheiro, Paulo Gordilho e Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula. O MPF solicitou o bloqueio de R$ 87 milhões, dinheiro supostamente desviado pela OAS nas obras das refinarias Abreu e Lima (PE) e Presidente Getúlio Vargas (PR). Da denúncia:

> "Após assumir o cargo de presidente da República, Lula comandou a formação de um esquema delituoso de desvio de recursos públicos destinados a enriquecer ilicitamente, bem como, visando à perpetuação criminosa no poder, comprar apoio parlamentar e financiar caras campanhas eleitorais."

Do procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato:

> — Chegamos ao topo da hierarquia da organização criminosa. O MPF acusa o ex-presidente como comandante máximo da organização criminosa.

Para Dallagnol, Lula liderou "governo regido por propinas" e obteve "governabilidade corrompida". Acusou PT, PP e PMDB de ocuparem cargos federais para arrecadar dinheiro ilegal. Juntos, os três partidos constituíram uma reserva de recursos para sustentar campanhas eleitorais e enriquecer seus integrantes. Conforme o procurador, o petrolão e o mensalão foram faces da mesma moeda. Lula foi o "general", o "maestro". Deu centralidade à "propinocracia". Dellagnol disse que o PT, e principalmente Lula, se tornaram beneficiários de "esquemas criminosos de macrocorrupção":

— Sem Lula, um esquema como esse seria, em tese, impossível.

O juiz Sérgio Moro acatou a denúncia em 20 de setembro de 2016. Mais uma vez, Lula tornou-se réu, desta vez por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Outros sete acusados também viraram réus, incluindo Marisa Letícia. Ao mencionar os imóveis do tríplex e do sítio, Moro escreveu que "visualiza-se, pela prova indiciária, um *modus operandi* consistente na colocação pelo ex-presidente de propriedades em nome de pessoas interpostas para ocultação de patrimônio". Da decisão do juiz:

> "Luiz Inácio Lula da Silva seria beneficiário direto das vantagens concedidas pelo grupo OAS e, segundo a denúncia, teria conhecimento de sua origem no esquema criminoso que vitimou a Petrobras."

O tio e o sobrinho

A PF indiciou Lula por corrupção passiva em 5 de outubro de 2016. O caso envolvia o sobrinho de sua primeira mulher, Taiguara Rodrigues dos Santos. Suspeitava-se que o ex-presidente agiu em prol da contratação da Odebrecht para obras na hidrelétrica de Cambambe, em Angola. Em contrapartida, a empreiteira teria remunerado a Exergia Brasil, de Taiguara.

O BNDES deu US$ 464 milhões ao negócio. Embora a Exergia não dispusesse de estrutura nem funcionários para prestar serviços no país africano, a Odebrecht, sua única cliente, repassou-lhe R$ 20 milhões entre 2009 e 2015. Pagamentos ocorreram quando o "tio" ainda era presidente. A PF indiciou Taiguara e executivos da Odebrecht por lavagem de dinheiro.

O MPF, em Brasília, denunciou o caso. Acusou Lula em 10 de outubro de 2016 por organização criminosa, tráfico de influência internacional, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Após deixar a Presidência da República, teria recebido por palestras não realizadas. Uma em Angola, em 2011, pela qual o remuneraram em US$ 100 mil, e outra de R$ 479 mil, supostamente proferida em 2014. Da denúncia do MPF:

> "As palestras, na realidade, seriam o meio utilizado pela empresa e pelo ex-presidente para escamotear o mecanismo de 'compra e venda' da influência exercida por Lula tanto em face dos órgãos de governo brasileiros (mercê de sua condição de ex-presidente), quanto em face de

governos estrangeiros com os quais o Brasil tivera e conservara boas relações."

Para a Lava Jato, Lula e o sobrinho cultivaram "relação estreita" em assuntos ligados à África e Cuba. Da troca de mensagens por celular entre Taiguara e Antonio Carlos Dahia, diretor da Odebrecht, em janeiro de 2015:

> "Acabei de falar com meu tio por tel, já adiantei o assunto e ele me receberá na quarta. Sugiro que me envie por e-mail os projetos para que eu possa discutir com ele, por favor."

O MPF não tinha dúvida de que o sucesso de Taiguara como empresário era consequência da condição de sobrinho de Lula. Entre 2008 e 2015, Taiguara viajou 40 vezes para Angola, Cuba, Panamá e Portugal. Houve R$ 1,1 milhão em saques em dinheiro, em nome da Exergia e da T7Quatro, também de Taiguara. A Exergia pagou plano de saúde e despesas em posto de combustível em favor de José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão de Lula.

O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, acolheu a denúncia em 13 de outubro de 2016. Lula tornou-se réu pela terceira vez.

Como já registrado em capítulos anteriores, Alexandrino Alencar, diretor de Relações Institucionais da Odebrecht, tornou-se próximo de Lula. Tinha a incumbência de atender às necessidades do petista. Ameaçado pela Lava Jato, Alencar fez delação premiada e acabou confessando que, a pedido de Lula, a Odebrecht contratou um técnico para servir de orientador profissional de Luís Cláudio Lula da Silva, o caçula do ex-presidente. O objetivo era ajudá-lo nos negócios da Touchdown Promoções e Eventos Esportivos, que procurava pôr de pé um campeonato de futebol americano.

Investigadores da Operação Zelotes detectaram que Luís Cláudio recebeu R$ 14 milhões pela LFT Marketing Esportivo, de 2009 a 2015. Conforme o caçula de Lula, dinheiro de patrocínio de torneio de futebol americano. Entre as fontes suspeitas, a Marcondes & Mautoni, acusada de comprar medidas provisórias, que repassou quase R$ 4 milhões.

Laudo apontou que Luís Cláudio teve variação patrimonial "formalmente incompatível" de 2011 a 2013, sendo R$ 200 mil, sem cobertura, em 2013:

> "Essa variação descoberta em 2013, decorrente, em grande parte, de gastos com cartão de crédito (superiores a R$ 300 mil), conforme registros na movimentação bancária do investigado. Observe-se que dos cerca de R$ 1,43 milhão de rendimentos brutos do investigado no período de 2011 a 2014, aproximadamente R$ 246 mil foram oriundos da empresa LILS Palestras, R$ 780 mil da LFT Marketing, R$ 100 mil de pessoas físicas, R$ 200 mil da senhora Marisa Letícia (mãe de Luís Cláudio)".

Ao indiciar criminalmente o ex-ministro Antonio Palocci, a PF divulgou que Lula

era o “Amigo” da planilha de pagamentos ilegais da Odebrecht. O codinome estava relacionado a R$ 23 milhões, sendo que R$ 8 milhões teriam sido efetivamente repassados a “Amigo” por indicação de Palocci. Dinheiro debitado da “conta corrente da propina”. Segundo a PF, a alcunha possuía “respaldo probatório e coerência investigativa”. E-mails e trocas de mensagem por telefone celular pela cúpula da Odebrecht citavam Emílio Odebrecht, o patriarca do grupo, como “EO”. Usavam a expressão “amigo de EO” em situações com Lula. Do relatório do delegado Filipe Hille Pace:

> “Luiz Inácio Lula da Silva era conhecido pelas alcunhas de ‘Amigo de meu pai’ e ‘Amigo de EO’, quando usada por Marcelo Bahia Odebrecht e, também, por ‘Amigo de seu pai’ e ‘Amigo de EO’, quando utilizada por interlocutores em conversas com Marcelo Bahia Odebrecht.”

Além de Sérgio Moro, Lula processou o delegado Filipe Hille Pace. Pediu indenização de R$ 100 mil por danos morais. Foi à Justiça contra o procurador Deltan Dallagnol. Pleiteou R$ 1 milhão por danos morais. O ex-presidente anunciou processo contra o senador cassado Delcídio Amaral. Neste caso, também por danos morais, cobraria R$ 1,5 milhão. E, por fim, divulgou ação judicial contra o promotor Cassio Roberto Conserino, o mesmo que solicitou a sua prisão na investigação do apartamento tríplex no Guarujá. O ex-presidente queria R$ 1 milhão a título de indenização.

No País dos acertos por baixo do pano, mais um: a reforma da piscina do Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República, revelada pela Folha de S.Paulo. Fizeram-na sem contrato ou registro público. Deram um jeitinho. Foi um “favor” da Odebrecht ao então presidente Lula, em 2008. Marcelo Odebrecht enviou mensagem a executivo da empreiteira, perguntando sobre o novo revestimento de granito da área da piscina:

> “Meu pai vai estar com o amigo hoje. O trabalho das pedras foi bem concluído? Qual ficou sendo a solução final?”

No mesmo ano de 2008, mais um negócio entre Lula e a Odebrecht. Veio à tona com o início das delações premiadas de executivos da empreiteira, em 3 de dezembro de 2016: Lula autorizou repasse de R$ 5,3 milhões para o marqueteiro João Santana prestar serviços à campanha do candidato a presidente de El Salvador, Mauricio Funes. Dinheiro descontado – com conhecimento de Lula – da propina repassada pela Odebrecht ao PT, em troca de contratos com o Governo do Brasil. Intermediou a transação a brasileira Vanda Pignato, militante do PT, mulher do político salvadorenho.

Mauricio Funes venceu a eleição e presidiu o país da América Central até 2014. Investigado por desvio de dinheiro, exilou-se na vizinha Nicarágua.

O MPF em Brasília denunciou Lula e o caçula Luís Cláudio em 9 de dezembro de

2016. Acusou-os de lavagem de dinheiro e organização criminosa. Teriam sido subornados pelo casal Mauro Marcondes Machado e Cristina Mautoni, igualmente denunciados. O ex-presidente teria atuado entre 2013 e 2015 para aprovar a Medida Provisória 627, que concedeu incentivos fiscais a montadoras de veículos, e na compra de 36 aviões de caça Gripen, da sueca Saab, por US$ 5,4 bilhões. Da denúncia por tráfico de influência:

> "Lula deixou o cargo de presidente. Depois disso, valendo-se da ascendência sobre o partido político que ajudou a manter no poder, passou a receber dinheiro pela divulgação de influência que exerceria sobre os atos do governo de Dilma. A pretexto dessa jactada influência, enriqueceu a si e a familiares."

Conforme a denúncia, a LFT Marketing Esportivo, de Luís Cláudio, recebeu R$ 2,4 milhões da M&M (Marcondes e Mautoni Empreendimentos e Diplomacia), mas não teria prestado quaisquer serviços. O dinheiro veio da Saab e das montadoras MMC Automotores e CAOA. O juiz Vallisney de Souza Oliveira tornou Lula réu pela quarta vez. Luís Cláudio seria julgado.

Protagonismo político

A PF voltou a indiciar Lula em 12 de dezembro de 2016. Acusou-o de corrupção passiva em dois casos: a suspeita sobre a posse de um apartamento vizinho ao seu em São Bernardo do Campo (SP) e a compra de um terreno (Rua Dr. Haberbeck Brandão, 178, na zona sul de São Paulo) para servir de sede ao Instituto Lula. Ambos envolveriam pagamentos de propina da Odebrecht. Além de Lula, a PF indiciou por lavagem de dinheiro Marisa Letícia Lula da Silva e o ex-ministro Antonio Palocci, apontado como intermediário dos interesses da Odebrecht no Governo Federal.

O enrosco do apartamento, já apontado nestas páginas: comprado por Glaucos da Costa Marques, primo de José Carlos Bumlai, amigo de Lula, teria sido alugado ao petista por meio de um contrato com Marisa Letícia. Já o terreno sob investigação fora adquirido pela DAG Construtora, ligada à Odebrecht, e serviria como um acerto de propina. Intrigou a PF dois repasses da DAG: R$ 800 mil a Glaucos da Costa Marques e R$ 219 mil ao escritório de Roberto Teixeira, advogado de Lula. Planilha interceptada da Odebrecht previa R$ 12 milhões para "Prédio (IL)".

O MPF denunciou Lula, Marisa Letícia, Marcelo Odebrecht, Antonio Palocci, Roberto Teixeira e mais quatro pessoas. Acusou pagamentos de R$ 75,4 milhões em propina, o equivalente a cerca de 2% a 3% do valor de oito contratos assinados entre a Petrobras e a Odebrecht. O acerto da compra do terreno para o Instituto Lula teria ocorrido em setembro de 2010, com intermediação de Palocci e do assessor Branislav Kontic. O imóvel custou R$ 7,6 milhões. Investigadores encontraram no Sítio Santa Bárbara o projeto de uma obra no local, mas o Instituto Lula não foi

erguido ali.

Já a cobertura contígua à de Lula em São Bernardo do Campo custou R$ 504 mil. Glaucos da Costa Marques teria atuado como testa-de-ferro, registrando o imóvel em seu nome, em esquema montado por Roberto Teixeira para lavar dinheiro. A simular normalidade, Marisa Letícia assinou contrato de locação com Glaucos da Costa Marques em fevereiro de 2011, mas não pagou aluguel ao menos até novembro de 2015.

Costa Marques explicou-se. Disse que Teixeira era o encarregado de repassar o aluguel da cobertura. Na prática, porém, não o repassou. É que o valor compensava "assessoria sobre imóveis" prestada pelo advogado. E não fez contabilidade dos alugueis por considerá-la desnecessária. Alegou que alguns pagamentos a Teixeira foram deletados de seu computador.

A denúncia do MPF acrescentava:

> "Lula orquestrou sofisticada estrutura ilícita de apoio parlamentar, assentada na distribuição de cargos públicos na administração pública federal, como foi o caso das mais importantes diretorias da Petrobras."

O juiz Sérgio Moro acatou a denúncia. Lula virou réu pela quinta vez. Neste caso, responderia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O ex-presidente teria agido para ocultar patrimônio. O magistrado decidiu sequestrar a propriedade do apartamento em São Bernardo do Campo. Se houvesse condenação, o imóvel deveria ser leiloado pela Justiça. Em relação ao terreno na zona sul de São Paulo, Moro argumentou que a denúncia de corrupção se baseava na oferta e na solicitação de propina.

Enquanto a defesa de Lula, mais uma vez, bradava que o ex-presidente era vítima de perseguição política, veio a público o conteúdo de depoimentos de executivos da Odebrecht que delataram o esquema à Justiça. Marcelo Odebrecht, Alexandrino Alencar e Paulo Melo confirmaram que o terreno fora pago pela empreiteira em 2010 para servir de sede ao Instituto Lula.

Marcelo Odebrecht revelou que a empreiteira mantinha uma espécie de conta corrente em benefício de Lula, com a finalidade de mantê-lo influente após ter deixado a Presidência da República. De fato, Lula continuou com protagonismo político. A "conta", batizada de "Amigo", era abastecida com dinheiro de caixa dois e propina. Antonio Palocci a gerenciava. Branislav Kontic transportava o dinheiro. O repasse de R$ 5,3 milhões para o marqueteiro João Santana atuar na eleição do presidente de El Salvador, Mauricio Funes, fez parte da estratégia de garantir a liderança de Lula.

A melhor cremosa do mundo

Lula atuou como garoto-propaganda do grupo Petrópolis. Recebeu R$ 1,5 milhão por três palestras. Em 2013 esteve em Alagoinhas (BA) para a inauguração de uma

fábrica de cervejas da marca Itaipava. O empresário Walter Faria mandou mensagem a Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula. Sugeriu o "discurso do presidente" durante o evento:

> "Se o presidente puder falar que: 'A cerveja Itaipava, por ser 100% brasileira, é sua cerveja preferida' e, como falou na palestra de Atibaia: 'Não bebo muita cerveja, mas quando bebo é Itaipava', seria ideal para nos dar força na chegada da marca na Bahia."

Lula mandou ver na "palestra". Disse que experimentaria uma "cremosa":

> "Eu duvido que a gente tome no mundo uma cerveja melhor que a Itaipava. A melhor cerveja que o povo nordestino vai beber. Cerveja de qualidade."

A divulgação da mensagem interceptada provocou a reação dos advogados de Lula. Cristiano Zanin Martins criticou o vazamento de informações sobre atividades particulares do ex-presidente. Da assessoria do defensor:

> "Tais palestras foram feitas com o mesmo valor de referência e nas mesmas condições para mais de 40 empresas de setores e países diversos."

Detalhe: a Odebrecht participou da construção da fábrica de cerveja em Alagoinhas e cedeu um jato para levar Lula à inauguração.

E mais: de acordo com laudo da Polícia Federal, o grupo Petrópolis e a empresa de telefonia Oi figuraram entre os principais financiadores da Gamecorp, de Fábio Luís Lula da Silva. A empresa do primogênito de Lula, beneficiária de R$ 103 milhões, era responsável pelo canal Play TV. Entre os sócios de Lulinha, os irmãos Kalil e Fernando Bittar.

A Oi manteve vínculos com a construtora Andrade Gutierrez. Já o Petrópolis e a Odebrecht apareciam juntos em pagamentos suspeitos fora do Brasil.

Marisa Letícia Lula da Silva perdeu a vida em consequência de um AVC. Não teria tratado de forma adequada aneurisma descoberto havia dez anos. Lula politizou a morte. Disse que sua mulher "morreu triste por causa da canalhice e maldade que fizeram contra ela". Declarou, durante o velório:

> — Quero que os facínoras que fizeram isso contra ela tenham, um dia, a humildade de pedir desculpas. Se alguém tem medo de ser preso, este que está enterrando a sua mulher hoje, não tem. Tenho a consciência tranquila.

A morte da ex-primeira-dama extinguiu as duas ações penais contra ela.

O presidente Michel Temer visitou Lula no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, onde Marisa Letícia foi internada. Apesar da cantilena petista do "golpe" contra Dilma Rousseff, Lula recebeu-o muito bem. Insistiu na tese de que as divergências não deveriam impedir o diálogo. E bateu na tecla de que o STF estava "acovardado" diante da Lava Jato. Mais uma vez, deu a entender que contava com Temer para

bloquear as investigações. Todos ganhariam com isso. Lula precisava viabilizar sua candidatura em 2018.

Em 15 de fevereiro de 2017, Lula comemorou pesquisa CNT/MDA que o apontava, disparado, na dianteira das intenções de voto para presidente da República. Tinha 30,5% da preferência, praticamente o mesmo percentual de Marina Silva (Rede), Jair Bolsonaro (PSC) e Aécio Neves (PSDB), todos somados. E ganhava em todas as simulações de segundo turno para 2018.

A PF encaminhou ao STF em 16 de fevereiro de 2017 as conclusões de um inquérito que apontava Lula e Dilma Rousseff como autores de crime de obstrução de justiça. Objeto da investigação: a nomeação do ex-presidente como ministro da Casa Civil por sua sucessora em março de 2016. Com a medida, ele ganharia foro privilegiado e ficaria livre do juiz Sérgio Moro. O ex-ministro Aloizio Mercadante (PT-SP) também foi denunciado.

Em 9 de março de 2017, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, julgou queixa-crime de Lula contra Sérgio Moro. Advogados do ex-presidente pretendiam punir o juiz pela divulgação do conteúdo das escutas telefônicas que traziam diálogos entre Lula e Dilma Rousseff. É o caso da tentativa frustrada de nomeá-lo ministro. O Tribunal rejeitou as alegações. A defesa de Moro foi feita por sua mulher, a advogada Rosângela Moro:

> "O que se discute aqui é a independência judicial, se os juízes têm liberdade de praticar o direito ou têm que ficar sujeitos à intimidação."

Em 14 de março de 2017, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou nova relação com pedidos de inquérito ao STF e a outras instâncias da Justiça. Baseou-se em delações da Odebrecht. Lula estava relacionado.

Executivo da Odebrecht mais próximo do ex-presidente da República, Alexandrino Alencar admitiu em delação premiada que, a pedido de Lula, a empreiteira pagou, por mais de dez anos, um mensalinho de R$ 5 mil a José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão do petista. Se foram apenas dez anos (durante o período dos governos Lula e Dilma Rousseff), a Odebrecht entregou R$ 600 mil. Mas Alexandrino Alencar relatou que teve mais. A empreiteira teria bancado outras despesas de José Ferreira da Silva.

Em relação ao Sítio Santa Bárbara, Alexandrino Alencar disse à força-tarefa da Lava Jato que, a pedido de Marisa Letícia Lula da Silva, a Odebrecht mandou dezenas de operários ao local para trabalhar dia e noite e executar obras nas instalações da casa (construção de novos cômodos) e no lago da propriedade. Os funcionários realizaram os serviços de 15 de dezembro de 2010 a 15 de janeiro de 2011. Conforme a delação do executivo da empreiteira, a Odebrecht dispendeu mais de R$ 500 mil nos trabalhos.

Alexandrino Alencar também esclareceu que, no período anterior ao início dos serviços prestados pela empreiteira, uma equipe contratada por José Carlos Bumlai

tocou as obras no imóvel. Segundo o executivo, após a saída da Odebrecht foi a vez da OAS entrar e reformar a cozinha do sítio.

Ao longo destas páginas, descreveu-se dezenas de fatos suspeitos envolvendo Lula. Entre tantas evidências, recorda-se que, após três anos da Lava Jato, os dois principais aliados do então presidente da República – os ex-ministros José Dirceu (PT-SP), da Casa Civil, e Antonio Palocci (PT-SP), da Fazenda – encontravam-se presos no Paraná, por ordem do juiz Sérgio Moro. Ambos respondiam por enriquecimento ilícito. Que saída teria Lula?

Dos pensamentos do poeta, filósofo e abolicionista norte-americano Henry David Thoreau (1817 – 1862):

> "Algumas evidências circunstanciais são muito fortes. Como se você achasse uma truta no leite".



FUTURO INCERTO

Muitos ainda vão enriquecer com dinheiro subtraído do povo, condenando nossa gente à pobreza

O Brasil não mudou com a Lava Jato. A prova é que tentáculos do esquema corrupto na Petrobras continuaram ativos, mesmo com o andamento das investigações, por um bom período. Aos sabedores de como se procedem as coisas no Brasil, pergunta-se: acabou a corrupção na Petrobras?

Alicerçada em legislações inócuas, penas brandas e sistema judiciário ineficaz, a cultura da impunidade, vigorosa há séculos, ainda dará as cartas no mundo da política por longo tempo. Muitos vão enriquecer com dinheiro desviado do povo, atolando nossa gente na pobreza, na ignorância, nas enfermidades. E esses criminosos irão se safar.

Integrante da força-tarefa que desvendou o petrolão, o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima alertou para poderosos no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto que continuavam agindo contra as investigações e tentavam impedir a celebração de acordos de leniência com as empresas envolvidas. Para ele, procuravam restringir e não alavancar as apurações:

> — Basta uma noite no Congresso e toda a investigação pode cair por terra.

Coordenador da Lava Jato, o procurador Deltan Dallagnol advertiu:

> — Precisamos arrancar a árvore da corrupção, sob risco de termos um Brasil mais corrupto após a Lava Jato.

Depois de três anos, a maior investigação de corrupção de todos os tempos no Brasil colecionava números auspiciosos: cerca de 160 acordos de delação premiada, 400 investigados, 300 denunciados. Nada menos que 60 ações penais, 260 réus e mais de 130 condenados. Ao todo, 1.300 anos de prisão. Acordos de leniência somavam aproximadamente R$ 9 bilhões, dinheiro a ser devolvido aos cofres públicos por dez grupos empresariais. R$ 600 milhões tinham sido repatriados – as maiores quantias vieram de Pedro Barusco, ex-gerente da Petrobras, e de Sérgio Cabral (PMDB), ex-governador do Rio. Outros R$ 200 milhões estavam bloqueados no exterior.

Estimou-se em ao menos R$ 6,4 bilhões a propina repassada em contratos da Petrobras. As perdas proporcionadas pelo esquema de corrupção à estatal foram quase sete vezes maiores: R$ 42 bilhões. Havia R$ 3,2 bilhões em bens bloqueados dos réus. Objetivo da Lava Jato: o ressarcimento de R$ 38,1 bilhões por crimes contra a maior empresa nacional. Após três anos, recuperavam-se R$ 10,3 bilhões em acordos fechados com os investigados.

Em ato simbólico que marcou o combate à corrução, procuradores do Rio de Janeiro exigiram e conseguiram o pagamento do 13º salário de 2016 a 142 mil aposentados e pensionistas. Para isso, usaram-se R$ 250 milhões devolvidos pelos irmãos Marcelo e Renato Chebar, os doleiros que, em delação premiada, esmiuçaram os crimes cometidos por Sérgio Cabral.

Ícone da corrupção, o doleiro Alberto Youssef livrou-se da prisão em 17 de março de 2017, exatos três anos após o seu encarceramento inaugurar a Operação Lava Jato. Youssef ganhou as ruas, mas suas empresas teriam de arcar com R$ 1 bilhão por sonegação fiscal. Por ironia, voltou às ruas no momento em que uma ex-amante, Taiana de Souza Camargo, era indiciada pela Polícia Federal. Ela não teria declarado os mimos com os quais Youssef lhe presenteara. Entre eles, um automóvel de luxo BMW e um apartamento no Morumbi, zona sul de São Paulo, avaliado em R$ 900 mil.

Ao longo da Lava Jato, a Receita Federal montou sistema de investigação sem precedentes para apurar a atuação de 200 firmas de fachada, as "noteiras", especializadas em emitir notas frias para justificar pagamentos de propina. Em 2.500 procedimentos que envolviam políticos, empreiteiras, estaleiros, empresas fantasmas, ex-diretores da Petrobras, operadores financeiros, advogados e testas-de-ferro, todos responsáveis pela corrupção, a Receita Federal decidiu cobrar R$ 15 bilhões em autuações.

Por sua vez, a Polícia Federal guardava mais de 30 milhões de documentos (1,2 milhão de gigabytes), o maior acervo criminal produzido na história do País. Em três anos, cerca de 40 operações policiais, 750 mandados de busca e apreensão. Houve 200 conduções coercitivas, 100 prisões preventivas. E 400 inquéritos, com procedimentos criminais abertos.

A Lava Jato suscitou 180 pedidos de cooperação com autoridades estrangeiras de 42 países. No Brasil, desdobramentos da megaoperação ocorreriam em 12 Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco, Ceará, Piauí, Goiás, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Rondônia, além do Distrito Federal).

Ponto fora da curva

É fato, porém: boa parte das autoridades públicas definem suas ações e interesses mediante à obtenção de lucros ilícitos e suborno. Para centenas de organizações criminosas incrustadas no Estado brasileiro, a devassa em torno do petrolão terá sido algo excepcional. Um ponto fora da curva.

Digno de nota: apesar das persecuções iniciadas em 2014, o Governo Federal (sem contar a administração indireta das estatais, como a Petrobras) repassou R$ 2,4 bilhões a 12 empresas suspeitas de envolvimento com o petrolão. Apenas a Odebrecht, sozinha, faturou R$ 752,8 milhões em repasses oficiais nos anos de 2015 e 2016 – 30% dos recursos desembolsados. Deste ponto de vista, as administrações

Dilma Rousseff e Michel Temer deram um tapa na cara das investigações.

A Petrobras havia investido US$ 13 bilhões na construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Com a suspensão das obras, não se tinha segurança de que o Comperj funcionaria plenamente. Bilhões se perderam.

Os relatos aqui registrados indicam que os níveis gigantescos de propina conduziram a algo ainda mais deletério: o custo final das obras, certamente não fiscalizado pelos corrompidos, o que gerou lucros astronômicos. Ao mesmo tempo, supõe-se ter havido baixa qualidade de serviços prestados, consequência de os subornados serem os responsáveis pela fiscalização.

A desfaçatez foi tamanha que em 2016 os brasileiros pagaram R$ 1,8 bilhão nas contas de luz por conta da energia da Usina Nuclear de Angra 3. Só que não houve geração de eletricidade em Angra dos Reis (RJ). As obras haviam sido paralisadas em meio ao escândalo de corrupção. A Agência Nacional de Energia Elétrica não informou o destino do dinheiro arrecadado.

No País dos petroladrões, os três anos da Lava Jato foram marcados por um novo tipo de crime: o roubo de petróleo, diretamente dos oleodutos da Petrobras. Criminosos aprenderam a abrir "bicas" nas tubulações. Durante a noite, usavam mangueiras para encher caminhões-tanque. Houve 73 ocorrências em 2016. O combustível surrupiado era transportado para refinarias clandestinas. Descobriu-se ao menos uma em Boituva (SP). No Rio de Janeiro, quadrilhas guerreavam pelo controle da atividade. A Polícia Civil registrou três mortes de candidatos a vereador em Duque de Caxias (RJ).

Três anos passados, a grande incógnita era o efeito das delações de 78 ex-diretores e funcionários da Odebrecht, todas homologadas pela presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármem Lúcia. Havia mais: com as delações da Odebrecht, informantes da Andrade Gutierrez e da Camargo Corrêa voltariam a ser chamados, para explicar o envolvimento com fatos citados por integrantes da empreiteira baiana.

Não será tarefa fácil substituir homens e mulheres da elite que responde por nossas instituições. À esquerda, ao centro e à direita do espectro político. Em grande parte, especialistas em subtrair recursos da população.

A história do Brasil ensina que políticos, empresários, servidores públicos, juízes, procuradores, promotores, advogados, policiais e outras "autoridades" se conduzem, em boa parte, ao sabor das vantagens auferidas – lícitas ou ilícitas. Fiscalizar a esfera pública em cerca de 5.600 municípios, 27 Estados, Distrito Federal, centenas de estatais, autarquias e mais a União e seus braços administrativos é trabalho quase impossível.

A multinacional brasileira

Ao longo das investigações aqui registradas, evidenciou-se multinacionais de vários países corrompendo autoridades brasileiras para obter contratos vantajosos com a

Petrobras. Verificamos que a "nossa" Odebrecht usou a mesma prática no exterior. Como consequência, a multinacional brasileira fez o maior acordo de leniência da história. Ficou de arcar com R$ 3,8 bilhões em multas – e sua petroquímica, a Braskem, outros R$ 3,1 bilhões. Total de R$ 6,9 bilhões em indenizações ao Brasil, Suíça e Estados Unidos.

Os métodos da Odebrecht para fechar negócios levaram à abertura de procedimentos investigatórios no Peru, Colômbia, Equador, Panamá, Venezuela, Argentina, México, Guatemala e República Dominicana.

No Peru havia suspeitas contra o presidente do país, Pablo Kuczynski. Ele teria embolsado propina da empresa brasileira enquanto foi primeiro-ministro. Ex-presidente do mesmo país sul-americano, Alejandro Toledo era acusado de desviar US$ 20 milhões. Em resposta, a Odebrecht aceitou pagar, em adiantamento, US$ 9 milhões por ganhos ilícitos obtidos no Peru. Alegou estar colaborando com as investigações. Kuczynski afirmou que o grupo brasileiro estava manchado pela corrupção:

— Eles têm que ir embora. Acabou.

O Ministério Público do Peru apurava se a mulher de outro ex-presidente, Ollanta Humala, embolsara US$ 3 milhões em caixa dois. Se confirmadas as denúncias que envolviam o ex-mandatário Alan García, quatro presidentes peruanos teriam sido subornados pela Odebrecht. No caso de Humala, investigações interceptaram anotações da ex-primeira-dama Nadine Heredia. Suspeitavam que o "Marcelo" mencionado era o "nosso" Marcelo Odebrecht, então presidente da multinacional brasileira. Das anotações:

> "Marcelo, 21 de maio. + 30 mil dólares; Marcelo, 24 de julho. + 30 mil dólares; Marcelo, 23 de julho. + 30 mil dólares; Marcelo, 10 de janeiro de 2011. + 70 mil dólares".

Ao todo a Odebrecht teria injetado US$ 3 milhões no "Projeto OH" – de Ollanta Humala. Dinheiro associado a "Italiano" nas planilhas secretas da empreiteira, uma referência, supostamente, ao ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP). Segundo informou o jornal Folha de S.Paulo, as somas teriam sido direcionadas a Humala com autorização de Lula. Marqueteiro ligado ao PT, Valdemir Garreta teria envolvimento no esquema de caixa dois. Ele atuaria no *marketing* de Humala ao lado do publicitário Luis Favre, um ex-marido da senadora Marta Suplicy (SP), que deixou o PT e se filiou ao PMDB.

A Colômbia acusou o ex-vice-ministro Gabriel Garcia Morales de pôr as mãos em US$ 6,5 milhões repassados pela Odebrecht. Em troca teria viabilizado contrato de construção de rodovia. Ele foi preso. Ex-senador, Otto Nicolás Bula confessou o recebimento de US$ 4,6 milhões. Suborno da Odebrecht. Também preso pela polícia, afirmou que US$ 1 milhão irrigou a campanha de reeleição do presidente

Juan Manoel Santos em 2014. Santos admitiu doação irregular de US$ 400 mil, mas na campanha de 2010. A Odebrecht assinou termo de colaboração com autoridades da Colômbia.

No Equador, escritórios da Odebrecht sofreram operação de busca e apreensão. Miravam documentos suspeitos. A Justiça proibiu, em caráter preventivo, a celebração de novos contratos com a multinacional do Brasil.

O Panamá suspendeu a participação da "nossa" empreiteira em licitações públicas. Dois filhos do ex-presidente Ricardo Martinelli, Ricardo Alberto e Luis Enrique, teriam embolsado US$ 22 milhões de empresas *offshore* na Suíça. A Odebrecht fechou acordo com a esperança de reverter a situação.

Na Venezuela, autoridades anunciaram o congelamento de contas bancárias e demais ativos da Odebrecht no país. Na Argentina a Odebrecht era suspeita de pagar propina durante os governos dos presidentes Nestor e Cristina Kirchner, e também a parentes do presidente Mauricio Macri.

Estavam sob risco contratos de US$ 16 bilhões firmados pela Odebrecht em vários países. A empreiteira pedia um "armistício" para fechar acordos de delação e leniência e salvar os negócios no exterior. Vergonha para o Brasil.

Utopia inalcançável

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Rodrigo Janot, procurador-geral da República, afirmou que o fim da corrupção é utopia inalcançável. Para ele, o mal, endêmico, era a forma natural de se fazer política e negócios no Brasil. Janot pediu uma mudança cultural, porque os ganhos dos criminosos se mostravam polpudos e os riscos de prisão, muito baixos:

> — As investigações revelaram não apenas grandes atos de corrupção no sistema político e empresarial do País, mas um modo degenerado de fazer política e a simbiose deletéria que se estabeleceu entre certos setores do empresariado e agentes públicos, para ganhos espúrios e perpetuação no poder.

De qualquer forma, os políticos sonhavam com investigações conduzidas pela Procuradoria-Geral da República e julgadas depois pelo STF. O foro privilegiado abria as portas a processos sempre morosos e, eventualmente, à impunidade. Depois de longos dois anos de apurações por parte da PGR, seis de 50 indiciados em ações da Lava Jato transformaram-se em réus por decisão do Supremo. Apenas isso. Nenhum preso, nenhum condenado. O contraste com o ritmo de trabalho do juiz Sérgio Moro: no aniversário de três anos da Lata Jato, só sete de 21 presos ainda não tinham sido julgados.

Em sua totalidade, os partidos políticos ignoraram suspeitas, denúncias e o envolvimento de seus filiados em esquemas de corrupção. Não tomaram quaisquer providências para responsabilizá-los. Destacavam-se os casos de José Dirceu,

Antonio Palocci e João Vaccari Neto pelo PT, e os de Eduardo Cunha e Sérgio Cabral pelo PMDB. Era como se a Lava Jato não existisse.

No Congresso, políticos ávidos por minar os efeitos da Lava Jato discutiam uma anistia ao caixa dois. O assunto era prioritário aos beneficiários da corrupção e da lavagem de dinheiro. As duas práticas se confundiam, sendo uma consequência da outra. É fato: as doações oficiais às eleições serviam para branquear dinheiro. Assim, recursos de origem irregular ou criminosa contaminavam o custeio das campanhas. A receita dos malfeitores: movimentar somas em contratos fictícios, forjando a prestação de serviços.

Apesar de registradas na Justiça Eleitoral, portanto, essas doações oficiais, em caixa um, escondiam o crime de corrupção, sempre que decididas com o intuito de compensar "apoios", passados ou futuros, favorecendo candidatos, correligionários ou seus aliados. Oficializadas, essas quantias ficavam livres para, em negócios fraudulentos, enriquecer os políticos.

Neste instante, em algum lugar do imenso território brasileiro, espertalhões se encontram reunidos. Conversam aos sussurros. Usam meias palavras. Servem-se de códigos. Senhas. Tramam mais um contrato com recursos do povo. Obras ou serviços contemplarão seus objetivos privados e não o interesse público. Fora dos padrões do Brasil, o exemplo da Lava Jato não será suficientemente forte para desfechar um golpe certeiro nos corruptos.

Se não dá para acabar com a corrupção, é possível reduzir os seus níveis. Com legislações eficazes, punições exemplares e cidadania fiscalizadora e exigente – que eleja melhor os políticos e não aceite mais o roubo do dinheiro da população, tão prejudicial ao desenvolvimento da sociedade.

Para o jurista Modesto Carvalhosa, empresas que subornam não deveriam ser contratadas pelo poder público por prazo de cinco anos, mesmo após celebrar acordos de leniência. Segundo ele, os governos petistas erraram ao não suspender as empreiteiras sob investigação, sob o falso pretexto de preservar empregos e a função social dessas organizações privadas:

> "Se houver anistia ampla e geral das empreiteiras corruptas, os efeitos atuais e futuros da nossa exemplar Operação Lava Jato serão nulos. A corrupção continuará prevalecendo nas obras e serviços prestados."

Carvalhosa condenou o presidente Michel Temer pelo loteamento do Governo Federal. Em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, pediu a eliminação de milhares de cargos de confiança e uma reforma política para livrar o País da "gangue que domina o Congresso":

> "Impõe-se, por isso mesmo, a convocação de uma Constituinte independente que possa sanear o Estado brasileiro dos malfeitores que o dominam, num sistema partidário cuja função é distribuir cargos no Executivo, com a finalidade de dilapidar os recursos públicos em

esquemas eternos de corrupção. Nesse aspecto nada mudou. Os vícios estruturais continuam os mesmos e os atores políticos, também."

A longo prazo, porém, em benefício de futuras gerações, é possível que sementes de uma mudança cultural tenham sido plantadas pela Lava Jato. Ninguém mais estará acima das leis. Pacto nesse sentido dependerá do engajamento em torno de um projeto de nação que repila o "toma lá, dá cá" em todas as suas formas. Com vigilância permanente da sociedade, os recursos públicos serão aplicados no interesse da população.

Pessoas, empresas, entidades, organizações, instituições e partidos políticos citados neste livro, por meio de declarações, notas à imprensa, assessores e advogados, refutaram o envolvimento com as acusações, denúncias e investigações aqui apontadas.

Ivo Patarra trabalha com jornalismo político há mais de 30 anos. Estreou na campanha do empresário Antônio Ermírio de Moraes ao Governo de São Paulo em 1986. Além das campanhas eleitorais, foi repórter em vários jornais de São Paulo. Cobriu o mundo político na Folha de S. Paulo, Folha da Tarde, Jornal da Tarde, Diário Popular e Diário de S. Paulo.

Patarra também respondeu pelos setores de comunicação e imprensa de algumas das mais importantes prefeituras do Estado de São Paulo. Além da Capital, atuou em Guarulhos, Osasco e São Bernardo do Campo.

Seu livro O Chefe (2010) documentou o primeiro grande esquema de corrupção da Era Lula (acessível pelo site escandalodomensalao.com.br).

Aos 58 anos, Patarra lança a 2ª edição de Petroladrões. O livro retrata as investigações sobre diversas organizações criminosas incrustadas no Estado brasileiro. A reportagem-documento mostra os detalhes da roubalheira. O dia a dia do escândalo. Os seus desdobramentos. Os caminhos percorridos pelos inquéritos. As delações premiadas. O excelente trabalho de setores da imprensa nacional. Petroladrões desvenda os três anos de apuração do saque à Petrobras.



Petroladrões: 3 anos da operação Lava Jato
Ivo Patarra
(ivopatarra@gmail.com)

2ª edição – abril de 2017
Distribuição: CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico Ltda.
Rua Ângelo Vicentim, 70 – Barão Geraldo
13.084-060 – Campinas-SP
Tel.: (19) 3249-0580
e-mail: livros@cedet.com.br

eISBN: 978-85-9507-011-0

Copyright © by Ivo Patarra.
Todos os direitos desta edição pertencem a Ivo Patarra.

Capa: Lu Rodrigues
lubsr20@gmail.com

Desenvolvimento de eBook
Loope – design e publicações digitais
www.loope.com.br

Reservados todos os direitos desta obra. Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio.

Table of Contents

Folha de Rosto
Prólogo
Sumário
Capítulo 1 | Caça ao tesouro
Capítulo 2 | Gatunos do Brasil, uni-vos
Capítulo 3 | Choque. o Brasil estremece
Capítulo 4 | Negócios furtivos: Pasadena
Capítulo 5 | Por dentro, pão bolorento
Capítulo 6 | Gênese de um doleiro talentoso
Capítulo 7 | Santo do pau ôco
Capítulo 8 | Apelido expressivo: Bocão
Capítulo 9 | Postos rendosos
Capítulo 10 | Mapas do butim
Capítulo 11 | De orgulho a pesadelo nacional
Capítulo 12 | O pratão da refinaria Abreu e Lima
Capítulo 13 | Tubos a mancheias
Capítulo 14 | Fome de dinheiro
Capítulo 15 | O cartel e as simulações
Capítulo 16 | Por fora, bela viola
Capítulo 17 | Jogo duro na hora do acerto
Capítulo 18 | Detenções espetaculares
Capítulo 19 | Depoimento explosivo
Capítulo 20 | Tubarões vorazes
Capítulo 21 | Fogo amigo
Capítulo 22 | Aditivos de terraplenagem
Capítulo 23 | Trovoada. O STF autoriza investigações
Capítulo 24 | Quadrilhas esmiuçadas
Capítulo 25 | Profissionais do crime
Capítulo 26 | Ninho de baratas
Capítulo 27 | BNDES, uma desonra
Capítulo 28 | Areia movediça
Capítulo 29 | Andanças do Brahma
Capítulo 30 | Desfile de modelos
Capítulo 31 | Tulipa e caneco no pixuleco
Capítulo 32 | Mãos que mexem cordéis
Capítulo 33 | Lenha na fogueira
Capítulo 34 | Águas profundas

Capítulo 35 | Movimentações atípicas
Capítulo 36 | Lucros escorchantes
Capítulo 37 | Lamaçal tóxico
Capítulo 38 | ‘Cleptocracia’ em marcha
Capítulo 39 | Eduardo Cunha, um ator desinibido
Capítulo 40 | No olho do furacão
Capítulo 41 | Cala-boca de 2 bilhões
Capítulo 42 | Ambiente cartelizado
Capítulo 43 | Na bacia das almas
Capítulo 44 | Chacoalhão na política
Capítulo 45 | Quantias de dar vertigem
Capítulo 46 | As burras da BR Distribuidora
Capítulo 47 | A pessoa mais honesta do Brasil
Capítulo 48 | O sem-sítio
Capítulo 49 | Acarajés e baianas de confiança
Capítulo 50 | Turbilhão de delações
Capítulo 51 | Acima de qualquer suspeita
Capítulo 52 | Gravações e insultos
Capítulo 53 | Poço de sujidades
Capítulo 54 | O fio que salva do labirinto
Capítulo 55 | Quadrilhão alcança Lula
Capítulo 56 | Delação explosiva
Capítulo 57 | Solução Temer
Capítulo 58 | Caminhos extralegais
Capítulo 59 | Esmeraldas, diamantes e turmalinas
Capítulo 60 | Relações institucionais
Capítulo 61 | Ressarcimento de R$ 6,9 bilhões
Capítulo 62 | Porco folgado
Capítulo 63 | Crime de embaraço
Capítulo 64 | Jantar indigesto
Capítulo 65 | Comandante máximo
Capítulo 66 | Futuro incerto
Créditos

Table of Contents

Folha de Rosto
Prólogo
Sumário
Capítulo 1 | Caça ao tesouro
Capítulo 2 | Gatunos do Brasil, uni-vos
Capítulo 3 | Choque. o Brasil estremece
Capítulo 4 | Negócios furtivos: Pasadena
Capítulo 5 | Por dentro, pão bolorento
Capítulo 6 | Gênese de um doleiro talentoso
Capítulo 7 | Santo do pau ôco
Capítulo 8 | Apelido expressivo: Bocão
Capítulo 9 | Postos rendosos
Capítulo 10 | Mapas do butim
Capítulo 11 | De orgulho a pesadelo nacional
Capítulo 12 | O pratão da refinaria Abreu e Lima
Capítulo 13 | Tubos a mancheias
Capítulo 14 | Fome de dinheiro
Capítulo 15 | O cartel e as simulações
Capítulo 16 | Por fora, bela viola
Capítulo 17 | Jogo duro na hora do acerto
Capítulo 18 | Detenções espetaculares
Capítulo 19 | Depoimento explosivo
Capítulo 20 | Tubarões vorazes
Capítulo 21 | Fogo amigo
Capítulo 22 | Aditivos de terraplenagem
Capítulo 23 | Trovoada. O STF autoriza investigações
Capítulo 24 | Quadrilhas esmiuçadas
Capítulo 25 | Profissionais do crime
Capítulo 26 | Ninho de baratas
Capítulo 27 | BNDES, uma desonra
Capítulo 28 | Areia movediça
Capítulo 29 | Andanças do Brahma
Capítulo 30 | Desfile de modelos
Capítulo 31 | Tulipa e caneco no pixuleco
Capítulo 32 | Mãos que mexem cordéis
Capítulo 33 | Lenha na fogueira
Capítulo 34 | Águas profundas

Capítulo 35 | Movimentações atípicas
Capítulo 36 | Lucros escorchantes
Capítulo 37 | Lamaçal tóxico
Capítulo 38 | ‘Cleptocracia’ em marcha
Capítulo 39 | Eduardo Cunha, um ator desinibido
Capítulo 40 | No olho do furacão
Capítulo 41 | Cala-boca de 2 bilhões
Capítulo 42 | Ambiente cartelizado
Capítulo 43 | Na bacia das almas
Capítulo 44 | Chacoalhão na política
Capítulo 45 | Quantias de dar vertigem
Capítulo 46 | As burras da BR Distribuidora
Capítulo 47 | A pessoa mais honesta do Brasil
Capítulo 48 | O sem-sítio
Capítulo 49 | Acarajés e baianas de confiança
Capítulo 50 | Turbilhão de delações
Capítulo 51 | Acima de qualquer suspeita
Capítulo 52 | Gravações e insultos
Capítulo 53 | Poço de sujidades
Capítulo 54 | O fio que salva do labirinto
Capítulo 55 | Quadrilhão alcança Lula
Capítulo 56 | Delação explosiva
Capítulo 57 | Solução Temer
Capítulo 58 | Caminhos extralegais
Capítulo 59 | Esmeraldas, diamantes e turmalinas
Capítulo 60 | Relações institucionais
Capítulo 61 | Ressarcimento de R$ 6,9 bilhões
Capítulo 62 | Porco folgado
Capítulo 63 | Crime de embaraço
Capítulo 64 | Jantar indigesto
Capítulo 65 | Comandante máximo
Capítulo 66 | Futuro incerto
Créditos